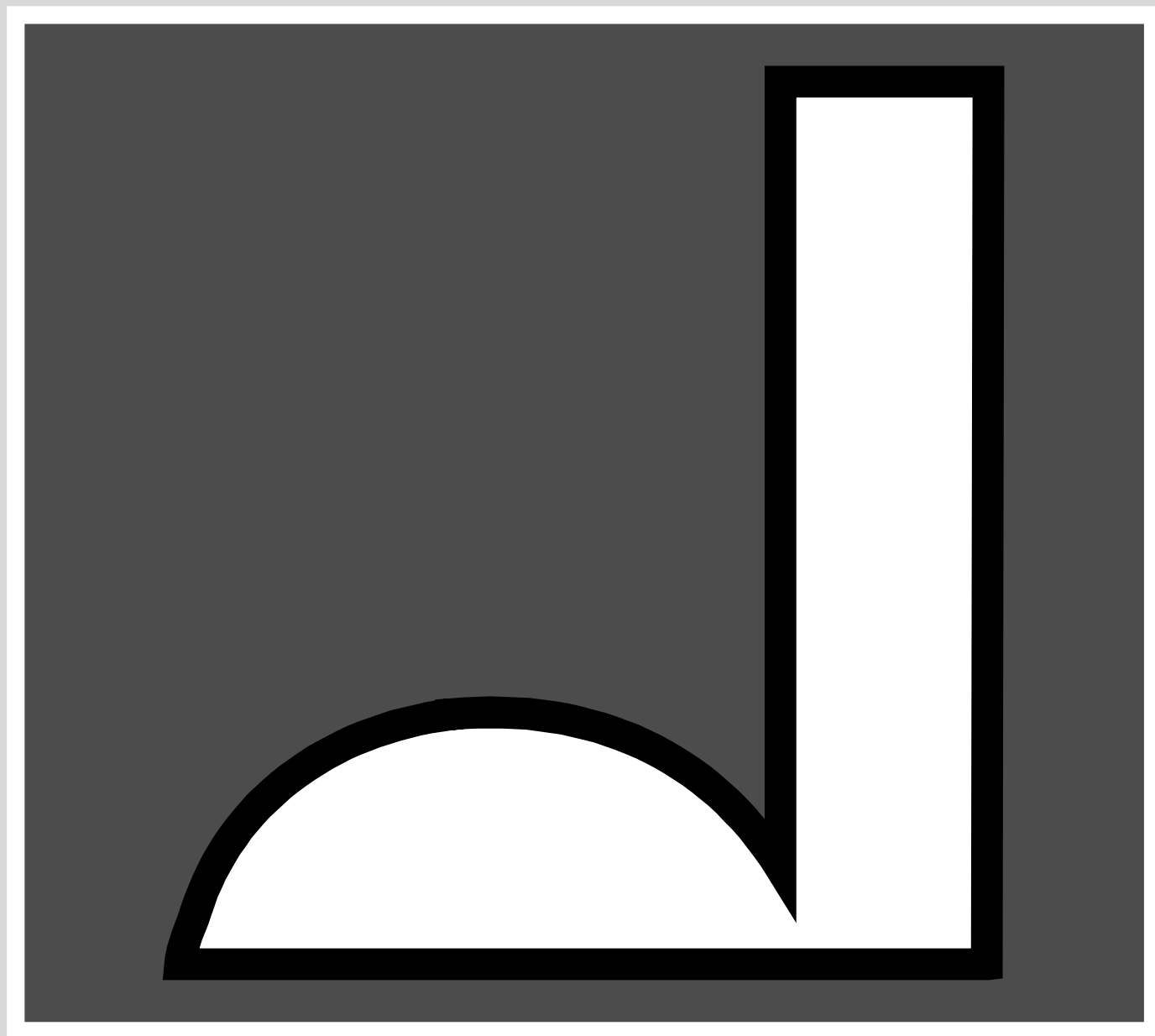




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 138 – QUARTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Paulo Paim – BLOCO – PT – RS

2º Vice-Presidente

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

1º Secretário

Romeu Tuma – PFL – SP

2º Secretário

Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário

Heráclito Fortes – PFL – PI

4º Secretário

Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário

1º João Alberto Souza – PMDB – MA

2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT

3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC

4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS**LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO
GOVERNO - 23
(PT, PTB, PSB, PL)****Líder**

Tião Viana (PT-AC)

Vice-Líderes

Antônio Carlos Valadares (PSB)

Magno Malta (PL)

Fernando Bezerra (PTB)

Roberto Saturnino (PT)

Ana Júlia Carepa (PT)

Flávio Arns (PT)

Ideli Salvatti (PT)

Geraldo Mesquita Júnior (PSB)

**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA
MINORIA 29
(PFL – PSDB)****Líder**

Efraim Morais (PFL-PB)

Vice-Líderes

Eduardo Azeredo (PSDB)

Rodolpho Tourinho (PFL)

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Aloizio Mercadante (PT-SP)

Vice-Líderes

João Capiberibe (PSB)

Fernando Bezerra (PTB)

Patrícia Saboya Gomes (PPS)

Hélio Costa (PMDB)

Marcelo Crivella (PL)

LIDERANÇA DO PMDB - 22**Líder**

Renan Calheiros (PMDB-AL)

Vice-Líderes

Juvêncio da Fonseca

Hélio Costa

Sérgio Cabral

Luiz Otávio

Ney Suassuna

Garibaldi Alves Filho

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PFL -18**Líder**

José Agripino (PFL-RN)

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Paulo Octávio

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

José Jorge

LIDERANÇA DO PSDB – 11**Líder**

Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Vice-Líderes

Antero Paes de Barros

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT - 4**Líder**

Jefferson Péres (PDT-AM)

Vice-Líder

Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 3**Líder**

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RO)

Vice Líder

Patrícia Saboya Gomes

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia

Diretor-Geral do Senado Federal

Júlio Werner Pedrosa

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Sérgio Castro

Diretor da Subsecretaria de Ata

Denise Ortega de Baere

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 110ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 2 DE SETEMBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1– Leitura de requerimento

Nº 754, de 2003, de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, as informações que menciona..... 25669

1.2.2 – Pareceres

Nºs 1.186 e 1.187, de 2003, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002 (nº 2.323/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o controle e comercialização do produto “soda cáustica”. 25670

Nº 1.188, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Requerimento nº 11, de 2003, de iniciativa daquela Comissão, que criou a Subcomissão Temporária da Saúde, apresentado após análise da conclusão do relatório e dos resultados da audiência pública realizada com o objetivo de obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência prestada aos que precisam se submeter a tratamento de hemodiálise. 25684

Nº 1.189, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as Emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº 943/99, na Casa de origem), que proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível. 25751

1.2.3– Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, cujo parecer foi lido anteriormente. 25755

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999, de autoria do Senador **Ademir Andrade**, que determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências, tendo sido aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 25755

Lembrando a realização de Sessão Especial amanhã, às 11 horas, destinada a reverenciar a memória do Jornalista **Roberto Marinho**. 25755

Remessa à Comissão de Fiscalização e Controle, do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996 (Diversos nº 129, de 1995), que declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da **Urucum Mineração S/A**, e dá outras providências, a fim de que seja concluída a instrução..... 25755

1.2.4– Discursos do Expediente

SENADOR PAPALÉO PAES – Protesto contra a ameaça de suspensão do **Paysandu Esporte Clube** do campeonato brasileiro de futebol..... 25755

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Registro da cerimônia de comemoração do início da Semana da Pátria, no último domingo em Brasília. Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo do Senador **Jorge Bornhausen** intitulado “Dia da Força”. Convite para evento teatral a ser realizado nesta tarde, nos gramados do Congresso Nacional, a favor do contribuinte nacional. Posicionamento do PFL no sentido da necessidade de alterações no texto da reforma da Previdência. Preocupação com a perspectiva de aumento da carga tributária. 25757

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS, como Líder – Apelo ao presidente da República para que promova revisão no projeto de Orçamento de 2004 no que diz respeito às obras da

eclusa do Lajeado, na Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, e da Ferrovia Norte-Sul.....	25761	dar a edição de medida provisória referente a matéria objeto de veto rejeitado na mesma legislação.....	25786
SENADOR MÃO SANTA – Reitera a importância de ampla discussão da reforma da Previdência no Senado Federal.	25762	Nº 70, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera o parágrafo 3º do art. 226 da Constituição Federal, para permitir a união estável entre casais homossexuais.	25788
SENADOR JEFFERSON PÉRES – Preocupação com o loteamento de cargos públicos no governo federal.....	25766	1.2.8 – Leitura de requerimentos	
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas ao contingenciamento de recursos aos Estados e Municípios pelo governo federal, por ocasião das discussões da reforma tributária.....	25767	Nº 755, de 2003, de autoria da Comissão de Fiscalização e Controle, solicitando à Ministra de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.	25789
SENADOR HÉLIO COSTA – Solicita ao governo emissão urgente de certificados para o setor de diamantes, com vistas a regularizar as exportações.....	25771	Nº 756, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, seja, também, apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	25790
SENADOR CÉSAR BORGES – Críticas às ações do Sr. Valdir Pires à frente da Controladoria-Geral da União.	25772	Nº 757, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona.	25790
SENADOR MAGUITO VILELA – Defende a criação do seguro rural.....	25773	Nº 758, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.	25791
1.2.5 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional		Nº 759, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.	25791
Nº 32, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 120.858.000,00 (cento e vinte milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil reais), para os fins que especifica. Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a tramitação de matéria.....	25774	Nº 760, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando o sobrestamento, temporário, da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2002, que altera o artigo 143, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências.....	25791
1.2.6 – Ofício		Nº 761, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando audiência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a fim de que se pronuncie sobre o mérito do Projeto de Lei do Senado nº 610, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Melo, que institui normas para fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências.....	25792
Nº 684/03, de 29 de agosto último, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, solicitando o desligamento de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.....	25782	Nº 762, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, solicitando a convocação do Ministro de Estado da Defesa, com o objetivo de expor e debater, no Plenário do Senado Federal, o acidente ocorrido no último dia 22 de agosto último na Base de Alcântara, no Maranhão.	25792
1.2.7 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição		Nº 763, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, solicitando a convocação do Ministro	
Nº 68, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador César Borges, que altera a redação dos arts. 93, I, 129, § 3º, 132 e 134, parágrafo único, da Constituição Federal, para fixar idade mínima e tempo de atividade jurídica prévia para o ingresso nas carreiras da magistratura, do Ministério Público, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e das Defensorias Públicas da União, Estados, Distrito Federal e Territórios. ...	25783		
Nº 69, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Rodolpho Tourinho, que altera o § 1º do art. 62 da Constituição Federal, para ve-			

de Estado da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de expor e debater, no Plenário do Senado Federal, o acidente ocorrido no último dia 22 de agosto último na Base de Alcântara, no Maranhão. 25792

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada, por não haver acordo das Lideranças.**..... 25793

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. **Apreciação sobrestada.** 25793

Item 3

Requerimento nº 646, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25 e 268, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 25793

Item 4

Requerimento nº 675, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 25793

Item 5

Requerimento nº 676, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, 263, 270 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria. **Apreciação sobrestada.** 25793

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como Líder – Anuncia em Plenário que o presidente da República, convidou formalmente o partido a formar coalizão permanente com o governo no Congresso e com vistas às eleições de 2004. 25793

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES* – Críticas pelo parcelamento político dos cargos comissionados da União. Protesto contra a redução de recursos para o Fundo de Segurança, no Orçamento de 2004. 25795

SENADOR *ALMEIDA LIMA*, como Líder – Homenagem ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Maurício Corrêa, pelo teor da entrevista concedida à revista Veja, edição desta semana. Críticas à atuação da Controladoria-Geral da União. 25797

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Expectativas nas negociações de agricultores de Rondônia com a ministra Marina Silva sobre a questão do Zoneamento Agro-ecológico e econômico do Estado. Comentários à matéria publicada no jornal A Tribuna do Brasil, de lavra do Sr. Samuel Sales Saraiva, sobre o sofrimento de brasileiros residentes no exterior. 25800

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI*, como Líder – Registro da realização da 26ª edição da Expointer, na cidade de Esteio-RS. Expectativas dos agricultores gaúchos na decisão do governo referente aos transgênicos. 25803

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Esclarecimentos sobre o teor das declarações de S.Exa. na reunião da Executiva Nacional do PT sobre a entrevista do Ministro Maurício Corrêa. 25804

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Reclama do governo federal recursos orçamentários para recuperação de rodovias na Bahia. 25808

SENADOR *JONAS PINHEIRO* – Preocupação com a expansão de demarcações de terras indígenas pela Funai. 25813

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Críticas ao descumprimento da lei de passe livre em ônibus na cidade do Rio de Janeiro. 25814

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Preocupação de S. Exa., com o loteamento da máquina pública pelo governo Lula. 25815

SENADOR *PAULO PAIM* – Agradecimento ao Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre, pela atenção dispensada a sua mãe, Dona Itália Ventura da Silva Paim. Registra o artigo da jornalista Sueli Carneiro, publicado no jornal Correio Brasiliense na sua edição de 29 de agosto de 2003, sob título “Cuidado, responsabilidade e solidariedade”. 25823

SENADOR *EFRAIM MORAIS* – O papel do estado na economia brasileira. 25825

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Comentários ao artigo intitulado “Lula: governo sofre com escassez de recursos”, publicado no jornal *O Globo*, edição de 15 de agosto. 25828

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 ho-

ras e 30 minutos, com as matérias constantes da
pauta de hoje..... 25830

1.4 – ENCERRAMENTO

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL,
SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 2-9-2003**

**3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL**

Atas das 5ª e 6ª Reuniões, realizadas no
dia 4 de agosto de 2003, às 10 horas e às 14 ho-
ras, respectivamente. 25831

SENADO FEDERAL

**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

**5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES**

**6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**9 – CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

**10 – CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL**

**11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL**

**12 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)**

**13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 110ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de setembro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma,
Efraim Moraes e Augusto Botelho*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 754, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito sejam encaminhadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional Ciro Gomes, as seguintes indagações:

1º Com relação aos fundos de Incentivos da Amazônia e do Nordeste, Finam e Finor, quantos projetos existem em carteira, qual o comprometimento financeiro de cada um em relação às modalidades previstas no art. 5º e art. 9º da Lei nº 8.167, o que já foi liberado, por estado, e o que representa em termos de investimento total nas Regiões da Amazônia e do Nordeste?

2º Desse universo, qual o volume de projetos do Finam e do Finor considerados regulares?

3º Quais os critérios para a concepção da condição de regularidade?

4º Quais as liberações de recursos ocorridas nos anos de 2001, 2002 e 2003, até a presente data?

5º Quais os repasses efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional para os agentes operadores no período 2001, 2002 e 2003?

6º Considerando a proposta de reestruturação da Sudene, elaborada por esse ministério, solicito informações sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o montante de recursos financeiros disponibilizados para a região.

7º Considerando a proposta de reestruturação da Sudam, elaborada por esse ministério, solicito informações sobre o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o

montante de recursos financeiros disponibilizados para a região.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2003. – **Ney Suassuna**, Presidente – **Luiz Otávio**, Autor – **Delcídio Amaral** – **Osmar Dias** – **Gerson Camata** – **César Borges** – **João Batista Mota** – **João Ribeiro** – **Romero Jucá**.

OF/CFC/Nº 63/2003

Brasília, 21 agosto de 2003

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o requerimento nº 29/2003-CFC, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer sejam encaminhadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional, Ciro Gomes, indagações referentes aos Fundos de Incentivos da Amazônia e do Nordeste, respectivamente FINAM e FINOR.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência a respectiva matéria.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos do mais alto apreço e distinta consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

PARECERES Nºs 1.186 E 1.187 DE 2003

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002 (nº 2.323/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o controle e comercialização do produto “soda cáustica”.

PARECER Nº 1.186, DE 2003

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002 (PL nº 2.323, de 2000, na origem),

de autoria do ilustre Deputado Agnelo Queiroz, que disciplina o controle e comercialização da soda cáustica.

O art. 1º estabelece que a rotulagem e a venda da substância soda cáustica, na forma de hidróxido de sódio ou carbonato de sódio, serão reguladas pela lei em que se transformar o projeto.

De acordo com o art. 2º, as embalagens e os rótulos de todos os produtos referidos no art. 1º deverão conter advertências escritas, em caracteres facilmente legíveis, sobre os riscos decorrentes da manipulação e ingestão desses produtos. O parágrafo único do art. 2º determina o uso de sinais gráficos nas embalagens e nos rótulos para indicar a natureza do produto.

Pelo art. 3º, propõe-se vedar a exposição à venda desse produto em local de altura inferior a um metro e meio do solo.

O art. 4º determina a proibição da venda de soda cáustica para menores de dezesseis anos.

No art. 5º, define-se o cadastramento, junto à autoridade sanitária competente, das pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem os produtos indicados no art. 1º.

Pelo art. 6º, são previstas as penas de advertência, multa, apreensão do produto e interdição do estabelecimento produtor ou de comércio.

Finalmente, o art. 7º estabelece o prazo de noventa dias para a regulamentação pelo Poder Executivo.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e recebeu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e do art. 134 do Regimento Comum, a proposição em apreço foi encaminhada a esta Casa, em 24 de abril de 2002.

II – Análise

Reserva-se à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto sob comento.

A proposta em apreciação trata de matéria da competência legislativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. A análise do assunto inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional, segundo o disposto no art. 48 do texto constitucional.

A iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do art. 61 da Carta Magna. A redação do referido projeto de lei está de acordo com as disposições constitucionais e infraconstitucionais.

Saliente-se que, no Brasil, não há disponibilidade de dados estatísticos a respeito da ocorrência de acidentes de intoxicação provocada por soda cáustica. O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), não apresenta dados pertinentes a esse agente de intoxicação.

Mencione-se que a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, disciplina o registro e a fiscalização dos aludidos produtos, cujo órgão regulador e fiscalizador é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Cabe observar que a comercialização da soda cáustica não está regulamentada, pois esse produto não é medicamento, nem droga, nem insumo farmacêutico, nem correlato, nem cosmético, nem saneante domissanitário. Desse modo, a soda cáustica não se inclui em nenhuma das categorias de produtos sob regime da vigilância sanitária.

No tocante à técnica legislativa, cabe observar que, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, deve-se evitar, sempre que possível, a elaboração de projeto de lei extravagante.

Destaque-se, ainda, que os arts. 5º e 6º tratam do registro e da fiscalização pela autoridade sanitária competente. Com o intuito de sujeitar a soda cáustica ao regime da vigilância sanitária, pode-se propor a reformulação do PLC nº 42, de 2002, mediante a alteração da mencionada Lei nº 6.360, de 1976. Com isso, inclusive, afasta-se o caráter de extravagante de que se reveste a proposição.

Ressalte-se que a Organização Mundial de Saúde há muito já recomenda a adoção de uma classificação de risco com a respectiva associação de símbolos de perigo a cada um dos produtos, não apenas para os saneantes domissanitários, mas também para outros produtos similares, como os agrotóxicos. O uso dessa simbologia é destinado, em especial, às pessoas analfabetas e às crianças, a fim de possibilitar-lhes, de uma forma fácil e pedagógica, conhecer os riscos inerentes ao uso desses produtos.

Relativamente ao assunto, vale frisar que a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de De-

fesa do Consumidor (CDC), em seu art. 63, tipifica como crime contra as relações de consumo “omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade”, estando prevista a pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa, no caso de infração a esse dispositivo.

Por sua vez, o art. 6º, I e III, do CDC estabelece que são direitos básicos do consumidor “a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos e “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”.

Cabe aduzir, ainda, que o mesmo Código, no art. 31, trata do dever de informar ao consumidor sobre os produtos que adquire. Tal artigo determina que, na oferta e apresentação de produtos, além de outros dados, seja prestada informação correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa sobre os riscos que determinados produtos apresentam a saúde e segurança dos consumidores.

Note-se, também, que a proposição em exame está em consonância com o princípio da ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor pela garantia dos produtos com padrões adequados de segurança e com o princípio do incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos (CDC, art. 4º incisos II, d, e IV).

A fim de adequar o projeto de lei às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, entendemos pode ser aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, nos termos do substitutivo oferecido ao fim deste parecer.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, nos termos do seguinte

EMENDA Nº1-CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2002

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para submeter ao regime da vigilância sanitária a comercialização dos produtos que contenham soda cáustica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º, o Título VI e os arts. 33, 44, 58 e 67 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética, produtos que contenham soda cáustica e outros adiante definidos. (NR)

TÍTULO VI

Do Registro dos Saneantes Domissanitários e dos Produtos que Contenham Soda Cáustica

Art. 33. O registro dos saneantes domissanitários, dos desinfetantes, detergentes e produtos que contenham soda cáustica obedecerá ao disposto em regulamento e em normas complementares específicas. (NR)

Art. 44. Para os fins desta lei, são equiparados aos produtos domissanitários os detergentes, desinfetantes, respectivos congêneres e produtos que contenham soda cáustica, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização. (NR)

Art. 58.....

§ 2º A propaganda dos medicamentos de venda livre, dos produtos dietéticos, dos saneantes domissanitários, de cosméticos, de produtos de higiene e de produtos que contenham soda cáustica será objeto de normas específicas a serem dispostas em regulamento. (NR)

Art. 67.

IX – expor à venda produto que contenha soda cáustica em local de altura inferior a um metro e meio do solo;

X – vender produto que contenha soda cáustica a menor de dezesseis anos. (NR)

Art. 2º O art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, com a redação dada pelo art. 9º da Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º:

Art. 57.

§ 1º

§ 2º Nas embalagens e rótulos dos produtos que contenham soda cáustica, deverão constar advertência escrita e ostensiva sobre os riscos inerentes à manipulação e ingestão deles.

§ 3º As embalagens e os rótulos dos produtos a que se refere o § 2º deverão ser classificados segundo o risco que apresentem para a saúde e a segurança das pessoas, atribuindo-se a cada categoria de risco um símbolo de perigo correspondente, a ser obrigatoriamente empregado nas peças publicitárias, nos rótulos, nas embalagens, nas etiquetas, nas instruções de uso e nos prospectos referentes a tais produtos. (NR)

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de maio de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Luiz Otávio**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Tião Viana** – **Ana Júlia Carepa** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **João Capiberibe** – **Amir Lando** – **Garibaldi Alvez Filho** – **Juvêncio da Fonseca** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Renildo Santana** – **Tasso Jereissati** – **João Batista Motta**.

PARECER Nº 1.187, DE 2003

(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**

Relator *ad hoc*: Senador **Leomar Quintanilha**

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002 (PL nº 2.323,

de 2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que disciplina a comercialização de soda cáustica.

O art. 1º estabelece que a rotulagem e a venda da substância soda cáustica, na forma de hidróxido de sódio ou carbonato de sódio, serão reguladas pela lei em que se transformar o projeto.

De acordo com o art. 2º, as embalagens e os rótulos de todos os produtos referidos no art. 1º deverão conter advertências escritas, em caracteres facilmente legíveis, sobre os riscos decorrentes da manipulação e ingestão desses produtos. O parágrafo único do art. 2º determina o uso de sinais gráficos nas embalagens e nos rótulos para indicar a natureza do produto.

Pelo art. 3º, propõe-se vedar a exposição à venda desse produto em local de altura inferior a um metro e meio do solo.

O art. 4º determina a proibição da venda de soda cáustica para menores de dezesseis anos.

No art. 5º, define-se o cadastramento, junto à autoridade sanitária competente, das pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem os produtos indicados no art. 1º

Pelo art. 6º, são previstas as penas de advertência, multa, apreensão do produto e interdição do estabelecimento produtor ou de comércio.

Finalmente, o art. 7º estabelece o prazo de noventa dias para a regulamentação pelo Poder Executivo.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e recebeu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, a proposição em apreço foi encaminhada a esta Casa, em 24 de abril de 2002.

A proposição submete-se ao procedimento legislativo abreviado, devendo ser apreciada, em decisão terminativa, nesta Comissão de Assuntos Sociais.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, foi aprovado, quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, desta Casa Legislativa, em 7 de maio de 2003, na forma de substitutivo, que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 (dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamen-

tos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências).

Esse substitutivo destinou-se a corrigir o vício da proposição quanto à técnica legislativa, conformando-a às exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998. Destinou-se, também, a expurgar a mácula de inconstitucionalidade presente em seu art. 7º, ao determinar o prazo de noventa dias para que o Poder Executivo regulamentasse a lei dela resultante, visto que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito da matéria, coibindo a consagração de tal prazo dirigido a outro Poder – ADIN 546-4.

O mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, é inconteste, vez que se dirige à ampliação da proteção ao consumidor em geral, estabelecendo normas que, segundo o autor, em sua justificação, previnam os acidentes domésticos e nos locais de trabalho com os produtos que contenham a soda cáustica em sua composição.

Para tanto, a proposição determina a inserção de advertências e sinais gráficos nas embalagens e rótulos dos referidos produtos, alertando o consumidor sobre os riscos e a natureza tóxica da substância. Estabelece, ainda, que as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem esses produtos devem estar cadastradas junto à autoridade sanitária competente. Em caso de infração às disposições legais, elas estarão sujeitas, alternativa ou cumulativamente, às penalidades de advertência, multa, apreensão do produto e interdição do estabelecimento produtor ou varejista.

Ademais, veda a exposição à venda dos produtos contendo soda cáustica em local de altura inferior a um metro meio do solo, ao mesmo tempo que proíbe sua compra por menores de dezesseis anos de idade.

A Lei nº 9.782, de 1999, que instituiu a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dispôs como sua finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

Essa mesma lei, em seu art. 8º, comete à Anvisa incumbência de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública. O §§ 1º e 4º desse artigo, estatuem:

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

.....
IV – saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;

.....
§ 4º A Agência poderá regulamentar outros produtos e serviços de interesse para o controle de riscos à saúde da população alcançados pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Adicionalmente, o inciso III, do art. 2º da Lei nº 9.782, de 1999, combinado com o seu art. 7º, inclui no âmbito da competência da Anvisa: “normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde”.

Esse poder normativo e fiscalizatório da Anvisa consubstancia-se, entre outros instrumentos, por intermédio de Resolução da Diretoria Colegiada (RDC), nos precisos termos do art. 15, incisos III e IV, da Lei nº 9.782, de 1999, com a redação a ela conferida pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001:

Art. 15. Compete à Diretoria Colegiada:

.....
III – editar normas sobre matérias de competência da Agência;

IV – cumprir e fazer cumprir as normas relativas à vigilância sanitária;

.....
Anteriormente à criação da Anvisa, esse poder normativo era exercido pela Câmara Técnica de Saneantes Domissanitários, do Conselho Nacional de Saúde, que publicou, em 27 de janeiro de 1978, a **Resolução Normativa nº 1, estabelecendo as normas a serem obedecidas pelos detergentes e seus congêneres**.

Essa resolução tem por objeto estabelecer as definições, classificações e características de composição a serem atendidas pelos detergentes e demais produtos destinados à higienização e limpeza de superfícies inanimadas e ambientais. Seu alcance atinge os detergentes e seus congêneres destinados à utilização imediata por qualquer pessoa, para fins domésticos ou à aplicação e manipulação por pessoa ou organização especializada, para fins profissionais, no que se refere ao atendimento das prescrições do

art. 44 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e do art. 67 do Decreto nº 79.094, de 1977.

O citado art. 44, da Lei nº 6.360, de 1976, que *dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências*, declara:

Art. 44. Para os fins desta lei, são equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

A Resolução Normativa nº 1, de 1978, em seu item 4 -Classificação dos Detergentes e Congêneres, define, quanto à facilidade de emprego, o detergente ou congênere tipo comum como aquele detergente, sabão ou congênere destinado à limpeza, higienização ou alvejamento de objetos inanimados e/ou ambientes de uso comum ou coletivo, de fácil manuseio e destinado a ser aplicado por qualquer pessoa.

Quanto à finalidade, tal detergente ou congênere é produto destinado à limpeza e conservação de pisos, paredes, assoalhos e semelhantes (item 4.2.7), bem assim de tanques, aparelhos sanitários, pias, caixas de gordura e semelhantes (item 4.2.8).

O anexo IV da resolução em apreço dispõe sobre as Frases de Advertência para Detergentes e seus Congêneres e, em sua alínea **g** -Desentupidores de Pia de ação Química, Soda Cáustica e demais Produtos Fortemente Alcalino Corrosivos – determina que os produtos referidos exibam:

“Em destaque no rótulo principal, em 1/10 de sua altura, não menos que 5mm:

PERIGO: CAUSA QUEIMADURAS GRAVES – CONTÉM SODA CÁUSTICA.

A essa frase deve ser acrescentada a figura de uma caveira com tibias cruzadas, sinal de perigo.

Outras advertências e cuidados:

VENENO:

Perigoso se ingerido

Manter fora do alcance das crianças.

Impedir o contato com os olhos, pele e roupas durante o manuseio.

CUIDADOS:

Em caso de contato, lavar imediatamente os olhos ou pele com água em abundância, durante 15 minutos.

SE INGERIDO, NÃO PROVOCAR VÔMITO:

Dar grandes quantidades de água e também de vinagre diluído em um copo de água; a seguir, dar uma colher de óleo comestível.

Levar a um posto médico imediatamente.

Os produtos classificados como saneantes domissanitários, entre os quais se inclui a soda cáustica, e as empresas que os produzem, distribuem ou importam, deverão, obrigatoriamente, ser registrados e previamente autorizados, a teor do art. 12, da Lei nº 6.360, de 1976 e do art. 3º VII, da Lei nº 9.782, de 1999.

Quanto aos estabelecimentos que entregam tais produtos ao consumo, serão fiscalizados e previamente licenciados pelo órgão da vigilância sanitária estadual, conforme estatuído no art. 69, II, alíneas **a**, **b**, **c** e **d**, da Lei nº 6.360, de 1976.

Afigura-se-nos imprópria, porém, a exigência constante do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, de que os produtos contendo soda cáustica sejam expostos à venda em local de altura superior a um metro e meio do solo, vez que os cuidados relativos à segurança no manuseio dessa substância devem-se dar no ambiente de seu uso, seja nos domicílios, seja nas empresas produtoras e distribuidoras, onde, efetivamente, ocorrem os infortúnios, mormente nos ambientes domésticos.

A proibição de sua venda a menores de dezesseis anos também não contribui para a prevenção de acidentes no uso dessa substância, uma vez que a livre comercialização, por si só, não induz ao seu manuseio inadequado. O fator decisivo para evitá-lo é a presença das advertências sobre sua periculosidade e a educação para a saúde, como um todo, não só no produto objeto da proposição em tela, como também em outros de maior relevância toxicológica, como os medicamentos em geral.

Dessa maneira, como restou demonstrado acima, ao ter sua matéria inteiramente já regulada em normas infralegais que exibem eficácia e cogência, pois que arrimadas em leis autorizadas de sua edição, compreendemos que **o objeto e mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, quedam pre-**

judicados, em vista de já serem contemplados inteiramente no contexto do ordenamento jurídico pátrio. Tal fato também lhe confere caráter de **injurídico**, pois, assim como não há palavras inúteis na lei, esta, igualmente, não se pode repetir inocuamente, dando azo a interpretações conflitantes sobre o mesmo objeto, o que contraria o princípio da unidade lógica do sistema jurídico brasileiro.

III – Voto

Em vista das considerações expendidas, somos pela **rejeição** do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Leomar Quintanilha**, Relator – **Eurípedes Camargo** – **Fátima Cleide** – **Tião Viana** – **Flávio Arns** – **Siba Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **Demóstenes Torres** – **Efraim Moraes** – **Antero Paes de Barros** – **Augusto Botelho** – **Patrícia Saboya Gomes**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

(*) *Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11-9-2001:*

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

(*) *Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11-9-2001:*

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, 1º”

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

(*) *Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:*

“c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;”

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

(*) *Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11-9-2001:*

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

Alínea incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

“f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973.

Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976.

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

TÍTULO II

Do Registro

Art. 12. Nenhum dos produtos de que trata esta lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.

§ 1º O registro a que se refere este artigo terá validade por 5 (cinco) anos e poderá ser revalidado por períodos iguais e sucessivos, mantido o número do registro inicial.

§ 2º Excetua-se do disposto no parágrafo anterior a validade do registro e da revalidação do registro dos produtos dietéticos, cujo prazo é de 2 (dois) anos.

§ 3º O registro será concedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de entrega do requerimento, salvo nos casos de inobservância desta lei ou de seus regulamentos.

§ 4º Os atos referentes ao registro e à revalidação do registro somente produzirão efeitos a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

§ 5º A concessão do registro e de sua revalidação, e as análises prévia e de controle, quando for o caso, ficam sujeitas ao pagamento de preços públicos, referido no Art. 82.

§ 6º A revalidação do registro deverá ser requerida no primeiro semestre do último ano do quinquê-

nio de validade, considerando-se automaticamente revalidado, independentemente de decisão, se não houver sido esta proferida até a data do término daquela.

§ 7º Será declarada a caducidade do registro do produto cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo referido no § 6º deste artigo.

§ 8º Não será revalidado o registro do produto que não for industrializado no primeiro período de validade.

§ 9º Constará obrigatoriamente do registro de que trata este artigo a fórmula da composição do produto, com a indicação dos ingredientes utilizados e respectiva dosagem.

TÍTULO VI

Do Registro dos Saneantes Domissanitários

Art. 33. O registro dos saneantes domissanitários, dos desinfetantes e detergentes obedecerá ao disposto em regulamento e em normas complementares específicas.

Art. 44. Para os fins desta lei, são equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

TÍTULO X

Da Rotulagem e Publicidade

Art. 57. O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a rotulagem, as bulas, os impressos, as etiquetas e os prospectos referentes aos produtos de que trata esta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

Art. 58. A propaganda, sob qualquer forma de divulgação e meio de comunicação, dos produtos sob o regime desta lei somente poderá ser promovida após autorização do Ministério da Saúde, conforme se dispuser em regulamento.

§ 1º Quando se tratar de droga, medicamento ou qualquer outro produto com a exigência de venda sujeita a prescrição médica ou odontológica, a propaganda ficará restrita a publicações que se destinem exclusivamente à distribuição a médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos.

§ 2º A propaganda dos medicamentos de venda livre, dos produtos dietéticos, dos saneantes domissanitários, de cosméticos e de produtos de higiene, será objeto de normas específicas a serem dispostas em regulamento.

Art. 67. Independentemente das previstas no Decreto-lei nº 785, de 25 de agosto de 1969, configuram infrações graves ou gravíssimas, nos termos desta lei, as seguintes práticas puníveis com as sanções indicadas naquele diploma legal:

I – rotular os produtos sob o regime desta lei ou deles fazer publicidade sem a observância do disposto nesta lei e em seu regulamento ou contrariando os termos e as condições do registro ou de autorização respectivos;

II – alterar processo de fabricação de produtos, sem prévio assentimento do Ministério da Saúde;

III – vender ou expor à venda produto cujo prazo da validade esteja expirado;

IV – apor novas datas em produtos cujo prazo de validade haja expirado ou reacondicioná-los em novas embalagens, excetuados os soros terapêuticos que puderem ser redosados e refiltrados;

V – industrializar produtos sem assistência de responsável técnico legalmente habilitado;

VI – utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais que não estiverem sãos, ou que apresentarem sinais de decomposição no momento de serem manipulados, ou que provenham de animais doentes, estafados ou emagrecidos;

VII – revender produto biológico não guardado em refrigerador, de acordo com as indicações determinadas pelo fabricante e aprovadas pelo Ministério da Saúde;

VIII – aplicar raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em galerias, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou locais freqüentados por seres humanos ou animais úteis.

Art. 69. A ação fiscalizadora é da competência:

II – do órgão de saúde estadual, dos Territórios ou do Distrito Federal:

a) quando se tratar de produto industrializado ou entregue ao consumo na área de jurisdição respectiva;

b) quanto aos estabelecimentos, instalações e equipamentos industriais ou de comércio;

c) quanto aos transportes nas estradas e vias fluviais ou lacustres, de sua área jurisdicional;

d) quando se tratar de colheita de amostras para análise fiscal.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Da Política Nacional de Relações de Consumo

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

II – ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

IV – educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

Dos Direitos Básicos do Consumidor

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos

que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Art. 63. Omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade:

Pena – Detenção de seis meses a dois anos e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de recomendações escritas ostensivas, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado.

§ 2º Se o crime é culposo:

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

Art. 2º Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária:

III – normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde;

Da Criação e da Competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Art. 3º Fica criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo território nacional. (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

Parágrafo único. A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada pela independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

Art. 4º A Agência atuará como entidade administrativa independente, sendo-lhe assegurada, nos termos desta lei, as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de suas atribuições.

Art. 7º Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo:

I – coordenar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

II – fomentar e realizar estudos e pesquisas no âmbito de suas atribuições;

III – estabelecer normas, propor, acompanhar e executar as políticas, as diretrizes e as ações de vigilância sanitária;

IV – estabelecer normas e padrões sobre limites de contaminantes, resíduos tóxicos, desinfetantes, metais pesados e outros que envolvam risco à saúde;

V – intervir, temporariamente, na administração de entidades produtoras, que sejam financiadas, subsidiadas ou mantidas com recursos públicos, assim como nos prestadores de serviços e ou produtores exclusivos ou estratégicos para o abastecimento do mercado nacional, obedecido o disposto no art. 5º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, com a redação que lhe foi dada pelo art. 2º da Lei nº 9.695, de 20 de agosto de 1998:

VI – administrar e arrecadar a taxa de fiscalização de vigilância sanitária, instituída pelo art. 23 desta lei;

VII – autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos mencionados no art. 62 desta lei; (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

VIII – anuir com a importação e exportação dos produtos mencionados no art. 8º desta lei;

IX – conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação;

X – conceder e cancelar o certificado de cumprimento de boas práticas de fabricação;

XI – exigir, mediante regulamentação específica, a certificação de conformidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação – SBC, de produtos e serviços sob o regime de vigilância sanitária segundo sua classe de risco; (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

XII – exigir o credenciamento, no âmbito do Sinmetro, dos laboratórios de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e outros de interesse para o controle de riscos à saúde da população, bem como daqueles que impliquem a incorporação de novas tecnologias; (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

XIII – exigir o credenciamento dos laboratórios públicos de análise fiscal no âmbito do Sinmetro; (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

XIV – interditar, como medida de vigilância sanitária, os locais de fabricação, controle, importação, armazenamento, distribuição e venda de produtos e de prestação de serviços relativos à saúde, em caso

de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

XV – proibir a fabricação, a importação, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de produtos e insumos, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

XVI – cancelar a autorização de funcionamento e a autorização especial de funcionamento de empresas, em caso de violação da legislação pertinente ou de risco iminente à saúde;

XVII – coordenar as ações de vigilância sanitária realizadas por todos os laboratórios que compõem a rede oficial de laboratórios de controle de qualidade em saúde;

XVIII – estabelecer, coordenar e monitorar os sistemas de vigilância toxicológica e farmacológica;

XIX – promover a revisão e atualização periódica da farmacopéia;

XX – manter sistema de informação contínuo e permanente para integrar suas atividades com as demais ações de saúde, com prioridade às ações de vigilância epidemiológica e assistência ambulatorial e hospitalar;

XXI – monitorar e auditar os órgãos e entidades estaduais, distrital e municipais que integram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, incluindo-se os laboratórios oficiais de controle de qualidade em saúde;

XXII – coordenar e executar o controle da qualidade de bens e produtos relacionados no art. 82 desta Lei, por meio de análises previstas na legislação sanitária, ou de programas especiais de monitoramento da qualidade em saúde;

XXIII – fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional;

XXIV – autuar e aplicar as penalidades previstas em lei.

XXV (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

a) (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

b) (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

c) (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

d) (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

XXVI (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

XXVII (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

§ 1º A Agência poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a execução de atribuições que lhe são próprias, excetuadas as previstas nos incisos I, V, VIII, IX, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX deste artigo.

§ 2º A Agência poderá assessorar, complementar ou suplementar as ações estaduais, municipais e do Distrito Federal para o exercício do controle sanitário.

§ 3º As atividades de vigilância epidemiológica e de controle de vetores relativas a portos, aeroportos e fronteiras, serão executadas pela Agência, sob orientação técnica e normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

.....
IV – saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação em ambientes domiciliares, hospitalares e coletivos;

.....
§ 4º A Agência poderá regulamentar outros produtos e serviços de interesse para o controle de riscos à saúde da população, alcançados pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

.....
Art. 15. Compete à Diretoria Colegiada: (Vide Medida Provisória nº 2.190-34, de 23-8-2001)

.....
III – editar normas sobre matérias de competência da Agência;

IV – aprovar o regimento interno e definir a área de atuação, a organização e a estrutura de cada Diretoria;

.....
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.190-34,
DE 23 DE AGOSTO DE 2001

Altera dispositivos das Leis nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sani-

tária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

.....
Art. 1º Os dispositivos a seguir indicados da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passam a vigorar com as seguintes alterações:

.....
“Art. 15. Compete à Diretoria Colegiada:

.....
III – editar normas sobre matérias de competência da Agência;

IV – cumprir e fazer cumprir as normas relativas à vigilância sanitária;

.....
Art. 9º Os arts. 3º, 18 e 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
“Art. 57.

Parágrafo único. Além do nome comercial ou marca, os medicamentos deverão obrigatoriamente exibir, nas peças referidas no caput deste artigo, nas embalagens e nos materiais promocionais a Denominação Comum Brasileira ou, quando for o caso, a Denominação Comum Internacional, em letras e caracteres com tamanho nunca inferior à metade do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca. (NR)

Art. 10. O **caput** do art. 2º da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O órgão federal responsável pela vigilância sanitária regulamentará, no prazo de cento e oitenta dias, contado a partir de 11 de fevereiro de 1999:” (NR)

.....
DECRETO Nº 79.094, DE 5 DE JANEIRO DE 1977

Regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que submete a sistema de vigilância sanitária os medicamentos, insumos farmacêuticos, drogas, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, saneamento e outros.

Art. 67. Para os fins da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e deste Regulamento são equipados aos produtos saneantes domissanitários, os detergentes, desinfetantes e respectivos congêneres, destinados a aplicação em objetos inanimados e em ambientes, sujeitos às mesmas exigências e condições pertinentes a registro, industrialização e entrega ao consumo e fiscalização.

.....
**DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002 (PL nº 2.323, de 2000, na origem), de autoria do ilustre Deputado Agnelo Queiroz, que disciplina o controle e comercialização da soda cáustica.

O art. 1º estabelece que a rotulagem e a venda da substância soda cáustica, na forma de hidróxido de sódio ou carbonato de sódio, serão reguladas pela lei em que se transformar o projeto.

De acordo com o art. 2º, as embalagens e os rótulos de todos os produtos referidos no art. 1º deverão conter advertências escritas, em caracteres facilmente legíveis, sobre os riscos decorrentes da manipulação e ingestão desses produtos. O parágrafo único do art. 2º determina o uso de sinais gráficos nas embalagens e nos rótulos para indicar a natureza do produto.

Pelo art. 3º, propõe-se vedar a exposição à venda desse produto em local de altura inferior a um metro e meio do solo.

O art. 4º determina a proibição da venda de soda cáustica para menores de dezesseis anos.

No art. 5º, define-se o cadastramento, junto à autoridade sanitária competente, das pessoas jurídicas ou físicas que comercializarem os produtos indicados no art. 1º.

Pelo art. 6º, são previstas as penas de advertência, multa, apreensão do produto e interdição do estabelecimento produtor ou de comércio.

Finalmente, o art. 7º estabelece o prazo de noventa dias para a regulamentação pelo Poder Executivo.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada e aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e recebeu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica.

ca legislativa na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e do art. 134 do Regimento Comum, a proposição em apreço foi encaminhada a esta Casa, em 24 de abril de 2002.

É o relatório.

II – Análise

Reserva-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto sob comento.

A proposta em apreciação trata de matéria da competência legislativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. A análise do assunto inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional, segundo o disposto no art. 48 do texto constitucional. A iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do art. 61 da Carta Magna. A redação do referido projeto de lei está de acordo com as disposições constitucionais e infraconstitucionais, cabendo apenas ponderar que o art. 7º deve ser suprimido, pois o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional essa espécie de disposição legal (ADIN 546-4).

Saliente-se que, no Brasil, não há disponibilidade de dados estatísticos a respeito da ocorrência de acidentes de intoxicação provocada por soda cáustica. O Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), não apresenta dados pertinentes a esse agente de intoxicação.

Mencione-se que a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, disciplina o registro e a fiscalização dos aludidos produtos, cujo órgão regulador e fiscalizador é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Cabe observar que a comercialização da soda cáustica não está regulamentada, pois esse produto não é medicamento, nem droga, nem insumo farmacêutico, nem correlato, nem cosmético, nem saneante domissanitário. Desse modo, a soda cáustica não se inclui em nenhuma das categorias de produtos sob regime da vigilância sanitária.

No tocante à técnica legislativa, cabe observar que, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, deve-se evi-

tar, sempre que possível, a elaboração de projeto de lei extravagante.

Destaque-se, ainda, que os arts. 5º e 6º tratam do registro e da fiscalização pela autoridade sanitária competente. Com o intuito de sujeitar a soda cáustica ao regime da vigilância sanitária, pode-se propor a reformulação do PLC nº 42, de 2002, mediante a alteração da mencionada Lei nº 6.360, de 1976. Com isso, inclusive, afasta-se o caráter de extravagante de que se reveste a proposição.

Ressalte-se que a Organização Mundial de Saúde há muito já recomenda a adoção de uma classificação de risco com a respectiva associação de símbolos de perigo a cada um dos produtos, não apenas para os saneantes domissanitários, mas também para outros produtos similares, como os agrotóxicos. O uso dessa simbologia é destinado, em especial, às pessoas analfabetas e às crianças, a fim de possibilitar-lhes, de uma forma fácil e pedagógica, conhecer os riscos inerentes ao uso desses produtos.

Relativamente ao assunto, vale frisar que a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu art. 63, tipifica como crime contra as relações de consumo “omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade”, estando prevista a pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa, no caso de infração a esse dispositivo.

Por sua vez, o art. 6º, I e III, do CDC, estabelece que são direitos básicos do consumidor “a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos e “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.”

Cabe aduzir, ainda, que o mesmo Código, no art. 31, trata do dever de informar ao consumidor sobre os produtos que adquire. Tal artigo determina que, na oferta e apresentação de produtos, além de outros dados, seja prestada informação correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa sobre os riscos que determinados produtos apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.

Note-se, também, que a proposição em exame está em consonância com o princípio da ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor pela garantia dos produtos com padrões adequados de segurança e com o princípio do incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes

de controle de qualidade e segurança de produtos (CDC, art. 4º, incisos II, d, e IV).

A fim de sanar o vício de inconstitucionalidade anteriormente apontado e de adequar o projeto de lei às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, entendemos pode ser aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, nos termos do substitutivo oferecido ao fim deste parecer.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002, nos termos do seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42 (SUBSTITUTIVO), DE 2002

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para submeter ao regime da vigilância sanitária a comercialização dos produtos que contenham soda cáustica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º, o Título VI e os arts. 33, 44, 58 e 67 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética, produtos que contenham soda cáustica e outros adiante definidos. (NR)

TÍTULO VI

Do Registro dos Saneantes Domissanitários e dos Produtos que contenham Soda Cáustica

Art. 33. O registro dos saneantes domissanitários, dos desinfetantes, detergentes e produtos que contenham soda cáustica obedecerá ao disposto em regulamento e em normas complementares específicas. (NR)

Art. 44. Para os fins desta Lei, são equiparados aos produtos domissanitários

os detergentes, desinfetantes, respectivos congêneres e produtos que contenham soda cáustica, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização. (NR)

Art. 58.

§ 2º A propaganda dos medicamentos de venda livre, dos produtos dietéticos, dos saneantes domissanitários, de cosméticos, de produtos de higiene e de produtos que contenham soda cáustica será objeto de normas específicas a serem dispostas em regulamento. (NR)

Art. 67.

IX – expor à venda produto que contenha soda cáustica em local de altura inferior a um metro e meio do solo;

X – vender produto que contenha soda cáustica a menor de dezesseis anos. (NR)

Art. 2º O art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, com a redação dada pelo art. 9º da Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º:

Art. 57.

§ 1º.

§ 2º Nas embalagens e rótulos dos produtos que contenham soda cáustica, deverão constar advertência escrita e ostensiva sobre os riscos inerentes à manipulação e ingestão deles.

§ 3º As embalagens e os rótulos dos produtos a que se refere o § 2º deverão ser classificados segundo o risco que apresentem para a saúde e a segurança das pessoas, atribuindo-se a cada categoria de risco um símbolo de perigo correspondente, a ser obrigatoriamente empregado nas peças publicitárias, nos rótulos, nas embalagens, nas etiquetas, nas instruções de uso e nos prospectos referentes a tais produtos. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Luiz Otávio**, Relator.

PARECER Nº 1.188, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Sociais, referente ao Requerimento nº 11, de 2003, de iniciativa daquele Órgão Técnico, que criou a Subcomissão Temporária da Saúde, apresentado após análise da conclusão do relatório e dos resultados da audiência pública realizada com o objetivo de obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência prestada aos que precisam se submeter a tratamento de hemodiálise.

Relator revisor: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Veio para análise desta Comissão o Relatório da Subcomissão de Saúde que submete o resultado da audiência pública criada por meio do Requerimento nº 2, de 2003–Cassaúde, “com o objetivo de obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência prestada aos que precisam se submeter a tratamento de hemodiálise”.

A audiência destinou-se à exposição e ao debate de idéias, opiniões, estudos e – principalmente – propostas de atuação do Senado e da sua Subcomissão Temporária da Saúde (CASSAÚDE), no âmbito de suas competências legislativa, fiscalizadora e parlamentar.

A Subcomissão de Saúde foi criada no dia 13 de março de 2003, após aprovação do Requerimento nº 11, de 2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, com base no art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo sido instalada no dia dois de abril passado.

A audiência pública foi subdividida em duas sessões, realizadas nos dias 4 e 10 de junho de 2003, e dela participaram representantes do governo, dos pacientes renais crônicos, das clínicas de hemodiálise e dos nefrologistas.

Ambas as sessões foram presididas pelo Presidente da Cassaúde, Senador Papaléo Paes, e tiveram como relator o Senador Mão Santa.

II – Análise

Durante a elaboração do relatório, começaram a ser noticiados na imprensa um número crescente de óbitos de pacientes da mesma clínica onde, em 1996, ocorreu o episódio que ficou conhecido como “A Tragédia de Caruaru”.

Hoje já são nove os pacientes mortos e, ainda que não se possa antecipadamente concluir que as causas não sejam naturais, a experiência nos obriga à cautela.

A situação descrita pelo conjunto de depoimentos feitos durante a audiência pública nos incita a atuar imediatamente e, assim sendo, resta a esta Casa, no âmbito das suas competências constitucionais e regimentais, o encaminhamento de solicitação ao Ministério Público para que investigue o caso.

Em respeito aos mais de sessenta mil pacientes renais crônicos, é necessário evidenciar a atual situação, fazendo com que o Ministério da Saúde reconheça a crise do setor hemodialítico no Brasil, que tem como questão de fundo a falta de reajuste das tabelas dos valores pagos pelo SUS, o que está ocasionando a mencionada crise financeira das Clínicas, num retrocesso das conquistas da medicina brasileira no setor da terapia renal substitutiva.

III – Voto

Por todo o exposto, nosso parecer é que o relatório, de acordo com o artigo 96, § 1º do Regimento Interno do Senado, seja encaminhado:

1) ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, para as providências que o setor de hemodiálise necessita para o regular funcionamento.

2) ao Ministério Público Federal:

a) com a sugestão de instalação de procedimentos investigatórios junto aos gestores federal, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, bem assim aos prestadores de serviços, visando à aferição de infrações e responsabilidades pela atual situação do atendimento aos pacientes renais crônicos no País,

b) para que se apurem denúncias de cartelização do setor de provedores de serviços e equipamentos de hemodiálise;

c) para que se apure a responsabilidade pela ocorrência de óbito em nove pacientes da clínica de hemodiálise de Caruaru, PE.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Mão Santa**, Relator – **Eurípedes Camargo** – **Fátima Cleide** – **Sibá Machado** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Delcídio Amaral** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **Leomar Quintanilha** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Eduardo Azeredo** – **Reginaldo Duarte** – **Augusto Botelho** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Mozarildo Cavalcanti**.

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO
ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

- Requerimento nº 11, de 2003 – CAS, de criação da Subcomissão Temporária da Saúde
- Composição da Subcomissão Temporária da Saúde
- Relatório da Subcomissão Temporária da Saúde sobre a Audiência Pública sobre Assistência à Saúde dos Pacientes Renais Crônicos (inclui o Requerimento nº 5)
- Lista de presença da reunião da Subcomissão que aprovou o Relatório
- Requerimento nº 2, de 2003, solicitando as audiências públicas

- Requerimento nº 4, de 2003, de aditamento ao Requerimento nº 2
- Notas taquigráficas da 1ª audiência pública (4-6-03)
- Notas taquigráficas da 2ª audiência pública (10-6-03)
- Notas taquigráficas da reunião da CAS que aprovou o Parecer

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2003 – CAS

Nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação da Subcomissão Temporária da Saúde, constituída por 7 (sete) membros titulares, e com duração de 6 (seis) meses que poderá ser prorrogada por igual período.

Sala das Comissões, 13 de março de 2003. –
Senador **Papaléo Paes**.

COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE

**SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE**

**PRESIDENTE: SENADOR PAPALÉO PAES
VICE- PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
RELATOR: SENADOR MÃO SANTA
(7 TITULARES)**

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)
SERYS SLHESSARENKO (PT) MT – 2291/92
EURÍPEDES CAMARGO (PT) DF – 2285/88

PMDB

MÃO SANTA PI-2333/35
PAPALÉO PAES AP-3262/77

PFL

RENILDO SANTANA SE-4055/57

PSDB

REGINALDO DUARTE CE-1137/3249

PDT

AUGUSTO BOTELHO RR-2041/42

SECRETÁRIO: CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY
TEL: 311-3515/4608 - FAX: 311- 3652
ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA - SALA Nº 11/A
CEP 70100-000 - E-MAIL – sscomcas@senado.gov.br

SALA FLORESTAN FERNANDES
ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES:
311-3359

ATUALIZADA EM: 20/05/2003

SUBCOMISSÃO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2003, EM 13/03/2003.
OBS.: Senador Papaléo Paes é o autor do Requerimento
INSTALADA EM 02/04/2003

**RELATÓRIO DA
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE
SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA
SOBRE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
PACIENTES RENAIIS CRÔNICOS**

SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE**

Relatório da Audiência Pública
Sobre Assistência à Saúde dos
Pacientes Renais Crônicos
4 e 10 de junho de 2003

**SUBCOMISSÃO DE SAÚDE
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**

**ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
PACIENTES RENAIIS CRÔNICOS**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

RELATÓRIO FINAL Nº , DE 2003

Introdução

O presente relatório versa sobre os trabalhos e resultados da audiência pública criada por meio do Requerimento nº 2, de 2003-SF, “com o objetivo de obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência prestada aos que precisam se submeter a tratamento de hemodiálise”.

Essa audiência destinou-se à exposição e ao debate de idéias, opiniões, estudos e – principalmente – propostas de atuação do Senado e da sua Subcomissão Temporária da Saúde (Cassaúde), no âmbito de suas competências legislativa, fiscalizadora e parlamentar.

A Subcomissão de Saúde foi criada no dia 13 de março de 2003, após aprovação do Requerimento nº 11, de 2003, de autoria do Senador Papaléo Paes, com base no art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo sido instalada no dia 2 de abril passado.

A Cassaúde tem a seguinte composição:

Presidente: Senador **Papaléo Paes** (PMDB – AP)
Vice-Presidente: Senador **Augusto Botelho** (PDT – RR)
Relator: Senador **Mão Santa** (PMDB – PI)

Membros: Senador **Reginaldo Duarte** (PSDB – CE)
Senador **Renildo Santana** (PFL – SE)
Senador **Eurípedes Camargo** (PT – DF)
Senadora **Serys Slhessarenko** (PT – MT)

Metodologia da audiência na Subcomissão Temporária de Saúde (CASSAÚDE)

A audiência pública foi subdividida em duas sessões, realizadas nos dias 4 e 10 de junho de 2003, e dela participaram representantes do governo, dos pacientes renais crônicos, das clínicas de hemodiálise e dos nefrologistas.

Ambas as sessões foram presididas pelo Presidente da Cassaúde, Senador Papaléo Paes, e tiveram como relator o Senador Mão Santa.

1ª Sessão

Nesta sessão, realizada no dia 4 de junho de 2003, foram ouvidos os depoimentos dos seguintes participantes:

- **Sr. José Carlos de Queiroga Maciel**, Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco;
- **Dr. Rui Antônio Barata, Médico**, representante da Sociedade Brasileira de Nefrologia;
- **Drª Flávia Freitas de Paula Lopes**, Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- **Dr. Arthur Tavares**, Médico, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – Regional Pernambuco.

Depoimentos:

O primeiro depoimento foi prestado pelo Sr. José Carlos de Queiroga Maciel, Presidente da Associação dos Pacientes Crônicos Renais e Transplantados do Estado de Pernambuco (ASPARPE).

Ele relatou a situação da assistência ao paciente renal crônico no Estado de Pernambuco, sob o ponto de vista dos pacientes, e fez, inicialmente, uma descrição da dura rotina desse paciente e de sua dependência da terapia renal substitutiva. Citou a sua situação como exemplo, relatando já ter tentado um transplante renal, sem sucesso.

O expositor referiu-se especialmente à tragédia ocorrida no Município de Caruaru, na qual mais de sessenta pacientes renais faleceram em uma clínica por complicações da hemodiálise. Os problemas foram causados por uso de água inadequada para o procedimento, em função da má qualidade do tratamento da mesma, naquela unidade de diálise.

O episódio causou grande comoção pública, à época, e provocou reação imediata das autoridades governamentais. Foram estabelecidas novas regras para o funcionamento das unidades de diálise, com conseqüente melhoria na qualidade do serviço prestado, particularmente naquele Estado.

As máquinas antigas e ineficientes, que tantos problemas causaram, foram substituídas por outras modernas, com método mais eficaz de purificação da água, para evitar a contaminação. As normas de fiscalização sanitária tornaram-se mais rígidas, para impedir que os pacientes sejam expostos a riscos desnecessários.

O Sr. Maciel informou que, infelizmente, não houve progresso na melhoria dos serviços, desde então. Em verdade, disse temer a eclosão de uma crise sem precedentes no setor de diálise, em função da defasagem nas tabelas de pagamentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele relatou que o Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, em visita à Asparpe, reconheceu a crise por que passa o setor e afirmou que estaria atento para resolver o problema rapidamente.

Sobre as tabelas de pagamentos do SUS, o Presidente da Asparpe afirmou que "... a questão do reajuste não deve ser tratada de forma comercial, pois se trata de um tratamento que lida com vida e saúde".

Em seguida, o expositor teceu comentários sobre algumas declarações atribuídas ao Ministério da Saúde. Em referência à afirmação de que o "Governo garante o tratamento renal", o Sr. Maciel lembrou que a rede pública não tem condições de absorver os pacientes renais crônicos em caso de não-funcionamento das clínicas privadas. Citou o exemplo do fechamento do serviço de diálise do Hospital da Beneficência Portuguesa, ocasião em que os pacientes remanejados para outras clínicas foram obrigados a submeter-se à diálise durante a madrugada, em condições impróprias.

Ao repudiar a declaração atribuída ao Dr. Jorge Solla, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, de que as indústrias e clínicas estão "fazendo terror" e manipulando os pacientes renais, o expositor deixou claro que a Asparpe tem plena consciência da crise que o setor atravessa e, de forma alguma, está lutando para favorecer o lucro das indústrias e clínicas. O que os associados fazem é lutar pelas próprias vidas.

Segundo o expositor, a opinião pública vem sendo confundida por afirmações de que só as instituições particulares reclamam de prejuízos e de que as Santas Casas e outros hospitais filantrópicos lucram de 10% a 30% com os serviços de hemodiálise que

prestam. Tal lucro só é possível porque esses hospitais são isentos de certos impostos e taxas, e suas planilhas de custo, por conseguinte, não refletem a realidade das clínicas privadas. Ele sugere que o Ministério publique, "em todos os jornais", o custo real de uma sessão de diálise e quanto o SUS paga pela mesma.

O expositor fez duras críticas à notícia de que o Ministério da Saúde formou um grupo de trabalho para reformular as diretrizes e estudar a real situação da terapia renal substitutiva e afirmou que "... quando o governo não quer resolver o problema, ele forma um grupo de trabalho, uma comissão".

Embora reconhecendo que o grupo pode ter alguma utilidade para redefinir diretrizes para o tratamento renal, ele enfatizou que não é possível aguardar o término dos seus trabalhos para conceder o reajuste das tabelas, uma vez que a solicitação de reajuste, que é muito antiga, tornou-se, agora, urgente.

O Presidente da Asparpe, por fim, declarou esperar que o Ministério da Saúde reconheça a crise do setor hemodialítico no Brasil, embora venha ao Senado afirmar não ter dinheiro para conceder o reajuste solicitado. Dessa forma, estaria demonstrando respeito pelos mais de sessenta mil pacientes renais crônicos.

Para encerrar, foi exibido um pequeno vídeo, mostrando cenas de uma sessão de hemodiálise.

O depoimento seguinte, prestado pelo Dr. Rui Antonio Barata, esclareceu o posicionamento da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) sobre a questão da hemodiálise no Brasil.

De início, o segundo palestrante expôs a conceitualização de insuficiência renal crônica e os fatores de risco associados à doença. Enfatizou a importância do tratamento dialítico, que deve ser realizado três vezes por semana, em sessões de quatro horas para a sobrevida dos pacientes.

O Dr. Barata mencionou que existem hoje, no mundo, cerca de 1.200.000 pessoas sobrevivendo graças ao tratamento dialítico. No Brasil, um censo realizado pela SBN em 2002 revelou a existência de 48.874 pacientes em hemodiálise e de 5.649 em diálise peritonial.

Mencionou, também, que o financiamento do tratamento dialítico é feito pelo sistema público de saúde na grande maioria dos países e que o Brasil não foge à regra. Segundo dados da SBN, no País, apenas 6% dos tratamentos não são financiados pelo SUS.

O expositor citou, então, a tragédia ocorrida em Caruaru, na qual mais de 60 pacientes faleceram em decorrência do tratamento dialítico. A causa desses óbitos foi a contaminação da água por algas cianofíceas, produtoras da substância microcistina, uma toxina de alta potência.

O episódio provocou reação imediata do Governo Federal. O Ministério da Saúde fez publicar portarias, exigindo a rápida substituição dos equipamentos em uso, e alocou recursos da ordem de cem milhões de reais, para financiar o reequipamento das unidades públicas e privadas. O Dr. Barata afirmou, no entanto, que, por razões desconhecidas, esses recursos não chegaram ao seu destino. Nada obstante, conforme as determinações ministeriais, os equipamentos foram substituídos (11.500 aparelhos em 5 anos), tendo sido financiados por seus fabricantes estrangeiros. Essa modernização compulsória teve impacto imediato na melhoria da qualidade do atendimento aos pacientes, confirmado por indicadores clínicos e epidemiológicos.

O expositor relatou que o Ministério da Saúde prometeu reajustar, em curto prazo, as tabelas de pagamentos, de modo a garantir o custeio dos novos procedimentos, porém não o fez. Em consequência do descumprimento da promessa de reajuste, teve origem o cenário de inadimplência e quebra generalizada das unidades e clínicas de diálise existentes no País.

Segundo o Dr. Barata, no momento atual, muitos fornecedores recusam-se a entregar insumos e peças de reposição necessários ao funcionamento do maquinário, em função dessa inadimplência.

O atraso no pagamento dos serviços pelos municípios também foi apontado como agravante.

Na visão do palestrante, tais fatos geraram dois problemas principais: ameaça à qualidade e à própria continuidade dos serviços em funcionamento e impossibilidade de expansão desses serviços.

A gravidade da situação torna-se ainda maior em função do aumento da demanda por hemodiálise observado em nosso País. Há previsão de que cinco mil novos pacientes necessitem desse tratamento somente no ano de 2003.

Ele enfatizou que, há anos, a SBN tem alertado as autoridades sobre a gravidade da crise que se aproxima, e que de nada adianta recorrer a planilhas de custo nesse momento.

Os seguintes aspectos da sistemática atual de atenção aos renais crônicos foram destacados pelo expositor:

1. inexistência, desde longa data, de um planejamento estratégico capaz de enfrentar as reais dimensões do problema em todos os seus determinantes, com particular ênfase para a falta de atuação na detecção e tratamento precoces das doenças renais, antes que atinjam um estágio irreversível;

2. falta de esclarecimento da população sobre as doenças dos rins.

3. enorme disparidade entre o atendimento das populações dos Estados do Sul e do Sudeste, quando comparados ao que é oferecido nos Estados do Norte e do Nordeste;

4. falta de políticas de fixação de profissionais de Nefrologia nos Estados mais pobres.

Quanto ao modelo de gestão do SUS para o setor, foi explicitada pelo expositor a necessidade de ser revista a forma de pagamento das unidades de diálise pelos municípios.

As cidades maiores ficam com o encargo de atender os pacientes dos outros municípios e, mesmo, de outros Estados, sem ter a devida cobertura financeira. Por essa razão, atrasam ou cortam os pagamentos às unidades de diálise. Seria, portanto, desejável “uma solução mais globalizada, determinada e financiada estrategicamente pelo Ministério da Saúde, planejada pelo município e gerida pelos Estados”.

O representante da SBN fez, ainda, grave denúncia sobre a participação de empresas estrangeiras na assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, caracterizando uma violação ao § 3º do art. 199 da Constituição Federal. Duas empresas multinacionais dominam 90% do mercado brasileiro de insumos para o setor e adquiriram cerca de 100 unidades de diálise para prestar serviços ao SUS.

Tal fato foi denunciado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) pelo então Senador Lúcio Alcântara. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos medicamentos, instaurada na Câmara dos Deputados, recomendou a instalação de uma comissão de sindicância específica para investigar a denúncia formulada pela SBN à época.

O palestrante informou que o atual Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, naquela ocasião integrante da Comissão de Saúde da Câmara, sugeriu a criação de uma subcomissão para investigar o fato. Embora a sugestão tenha sido aprovada, a subcomissão nunca foi instalada.

Atitudes do Ministério da Saúde sobre a questão foram cobradas pelos Deputados Eduardo Jorge (SP), Paulo Ritzel (RS), Henrique Fontana (RS), Raimundo Gomes de Matos (CE), Vicente Caropreso, Márcio Matos (PR), Walter Feldman (SP), Arlindo Chinaglia (SP) e também pelo então

Deputado Humberto Costa (PE), atual Ministro da Saúde.

Por fim, o Dr. Rui Barata sintetizou as proposições da SBN:

1. prestar socorro de emergência aos serviços de diálise, por meio da concessão imediata de reajuste de tabelas, fundamental para impedir a catástrofe que se anuncia;
2. organizar o "Sistema de Atendimento a Renais" por meio da criação de um departamento próprio, dentro do Ministério da Saúde, especialmente por ser esse setor consumidor de vultosos recursos (750 milhões de reais por ano);
3. racionalizar a aplicação de tais recursos, para priorizar a prevenção e o diagnóstico precoce de nefropatias, de maneira a reduzir a evolução das moléstias para a condição de dependência de diálise;
4. contemplar, nessa política, as particularidades regionais;
5. implantar política de incorporação de tecnologia, para permitir maior participação da indústria nacional no mercado de insumos e equipamentos, pois a mesma foi literalmente "abatida" em seus projetos de modernização, e combater a ação do cartel, no setor;
6. permitir a participação efetiva de organizações de médicos e pacientes na elaboração de propostas de organização da área;
7. solucionar a contento as distorções existentes no mercado de prestação de serviços.

A terceira expositora, Dr^a Flávia de Freitas de Paula, Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), começou por definir o que é vigilância sanitária, nos precisos termos adotados pela Lei nº 8.080, de 1990, que a conceitua como "um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde".

Explicou que a criação e a definição do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária se deram por intermédio da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que instituiu a Anvisa, agência que tem natureza jurídica de autarquia especial e é capitaneada por uma diretoria colegiada, cujos membros detêm mandato, são indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

A depoente afirmou que a atribuição primeira da Anvisa é proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção de seu acesso.

Relativamente à distribuição de competências, no contexto do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cabe à União coordenar e apoiar a execução das ações do sistema, nacionalmente, e realizar as ações de âmbito federal.

Segundo a Dr^a Flávia, os Estados-Membros devem coordenar o sistema estadual de vigilância sanitária e executar as ações de média e alta complexidade. Às esferas municipais compete a coordenação do sistema local de vigilância sanitária e a realização das ações de baixa complexidade, podendo executar ações de média e alta complexidade em conformidade com a habilitação conferida pelo gestor do Sistema Único de Saúde.

A expositora declarou que, na estrutura organizacional da Anvisa, a Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde é o órgão responsável pela interação com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cabendo-lhe a regulamentação, a determinação de indicadores que permitem o monitoramento dos prestadores de serviços, a investigação, em caso da ocorrência de eventos adversos, e a inspeção dos serviços de saúde, em casos excepcionais.

Tendo por parâmetro o binômio risco-qualidade, indicador que constata a presença aumentada do risco à saúde quando se não tem a qualidade devida e adequada na prestação dos serviços de saúde, a Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, pela qual a expositora é responsável, traçou como prioritária a adoção de um Termo de Ajuste e Metas, visando ao monitoramento e controle de infecções e eventos adversos no conjunto de serviços de saúde que compreende tanto os hospitais, os laboratórios e os estabelecimentos que operem com radiações ionizantes, quanto as unidades hemodialíticas.

Com referência ao setor de hemodiálise, a Dr^a Flávia afirmou que hoje, no Brasil, há 583 serviços em atividade, que atendem a 61.000 pacientes, tendo sido constatado um aumento da cobertura do atendi-

mento à população-alvo, bem como da cobertura de fiscalização desses serviços.

Como resultado da oficina de trabalho realizada em Brasília com as instituições atuantes na área de hemodiálise e da Consulta Pública nº 75, de 2002, a Anvisa elaborou o Manual de Acreditação das Organizações Prestadoras de Serviços de Nefrologia e Terapia Renal Substitutiva, que, juntamente com a regulamentação dos indicadores e o Roteiro de Inspeção e Auto-Inspeção, instituídos pela Portaria nº 82, de 2000, do Ministro da Saúde, e da Resolução da Diretoria Colegiada nº 35, de 2001, da Anvisa, respectivamente, constituem o arsenal jurídico-operacional para a fiscalização e controle do setor de hemodiálise no País.

A expositora ressaltou o fato de que a portaria ministerial retrocitada também instituiu o Cartão do Paciente (RENALCARD), ferramenta essencial aos portadores de patologia renal, pois nele são anotados, interpretados e acompanhados os resultados de exames laboratoriais e de indicadores metabólicos, permitindo ao paciente o automonitoramento de seu tratamento e da evolução deste.

Por fim, a expositora afirmou que é compromisso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária fazer a fiscalização de todos os serviços de nefrologia que prestem a terapia renal substitutiva no território nacional, com periodicidade mínima anual.

O quarto e último expositor da sessão foi o Dr. Artur Tavares, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, seccional do Estado de Pernambuco.

O palestrante relatou, em primeiro lugar, a dramática situação do setor dialítico no País e, enfaticamente, conclamou as autoridades dos Poderes Públicos constituídos a agirem com a rapidez, a presteza e a eficiência que a atual situação dos pacientes renais crônicos exige, sob pena de, sem essa ação, repetir-se o verdadeiro genocídio ocorrido na tragédia de Caruaru, em 1996.

O expositor expressou com veemência a realidade de um médico como ele que, ativo e efetivamente, participa, quotidianamente, do drama de vida e morte de concidadãos brasileiros, frente aos quais a ninguém é permitido omitir-se.

O Dr. Artur Tavares relatou que, no ano em que ocorreu a mencionada tragédia, 1996, ele havia completado sete anos de formatura no curso de Medicina e quatro anos do término da residência em Nefrologia e trabalhava em três locais: uma unidade de transplante real e duas clínicas de hemodiálise.

Disse ele que, apesar da confiança em sua capacidade técnica e de respeitar os preceitos éticos de Hipócrates, duas vezes por semana saía de casa, com medo, para trabalhar em uma clínica de diálise do Recife.

As deficiências estruturais da clínica, que já eram grandes e crônicas devido a prolongados períodos de má-gestão administrativa, tornaram-se ainda mais graves após a publicação da portaria ministerial que passou a regulamentar o funcionamento dessas clínicas a partir de 1996.

O expositor relatou que os nefrologistas pernambucanos vivenciaram, naquela época, um período de caça às bruxas, como se todos eles também tivessem sido responsabilizados e condenados pela fatalidade ocorrida em Caruaru.

Cabia à vigilância sanitária o papel de algoz, exercido não por instintos vingativos, mas pelo rigor em fiscalizar um setor tão explosivo como o das clínicas de diálise, para evitar a ocorrência de um novo episódio com desfecho trágico semelhante ao de Caruaru.

Mencionou que essa clínica do Recife em que ele trabalhava, apesar de contar com uma boa equipe de médicos plantonistas, não possuía um administrador especializado. Em consequência, após um período de conquistas de melhorias na qualidade do tratamento, não havia condições de atender a todas as exigências da portaria.

A clínica foi fechada pela vigilância sanitária, e todos os pacientes foram transferidos e redistribuídos pelas demais unidades conveniadas ao SUS. Houve, então, sobrecarga da rede, sendo necessária a realização de quatro e até cinco turnos de diálise por dia. As pressões, freqüentemente, eram encerradas às três horas da madrugada, dificultando o bom andamento do serviço, comprometendo a manutenção das máquinas, esgotando os profissionais da saúde e transtornando a vida dos pacientes.

O Dr. Tavares ressaltou que, desde aquela época, passou a haver uma espécie de processo de seleção natural dos serviços de diálise, que tiveram de se ajustar às exigências, dentro dos prazos legais estipulados, ao custo de vultosos investimentos financeiros.

Houve, também, uma evolução do órgão fiscalizador, que passou a entender melhor a dinâmica do setor e a identificar o que realmente precisava e devia ser fiscalizado. Passou a haver uma verdadeira parceria entre a fiscalização e os médicos, em Pernambuco, e todos, inclusive os pacientes, foram realmente

beneficiados pelo cumprimento adequado das exigências e normas estabelecidas, fato atestado em relatório recente da Anvisa.

Porém, o expositor confessou ter voltado a sentir, há alguns meses, a mesma sensação de temor daquela época tão adversa, de 1996.

Manter um alto padrão de qualidade em um programa de saúde de alta complexidade tem um custo elevado e crescente. E, além de esse custo não ter sido compensado desde a implementação do programa, a remuneração dos prestadores de serviços foi corroída ao longo dos últimos anos.

Disse ele que o desequilíbrio orçamentário das clínicas conveniadas ao SUS é generalizado. A maioria delas teme o iminente colapso financeiro, e tal fato descarta a alegação de problemas pontuais de gestão administrativa. Até mesmo as clínicas classificadas como filantrópicas, apesar de contarem com isenção de impostos, se encontram em situação muito difícil.

Segundo o depoente – que é, no momento, diretor-técnico de uma clínica e supervisor médico de outra –, recai sobre ele enorme responsabilidade civil, criminal, ética e moral, causando-lhe a sensação de ter uma espada pendurada sobre sua cabeça, 24 horas por dia.

Nesse tipo de tratamento, classificado como de alta complexidade, há que se mitigar os riscos, tanto quanto possível.

Toda clínica de diálise utiliza e põe à disposição dos pacientes, diariamente, milhares de litros de água com elevado grau de pureza, obtido por meio de um caro e sofisticado sistema de tratamento por osmose reversa. A esse sistema, a maioria dos nefrologistas, dublês de engenheiros-químicos, ainda acrescentam um sistema de esterilização por radiação ultravioleta e barreiras mecânicas com ultrafiltros.

O expositor explicita, no entanto, que a água é um elemento natural e que, por mais avançada que seja a tecnologia humana empregada, não se consegue 100% de controle sobre sua pureza.

Chama a atenção para o fato de que os responsáveis pelas clínicas lidam também com máquinas computadorizadas e insumos descartáveis importados, cuja produção dificilmente poderia ser assumida pela indústria nacional, em virtude do elevado investimento financeiro, da grande concorrência das multinacionais e da necessidade do emprego intensivo de tecnologia de ponta.

Disse o Dr. Artur Tavares que as exigências contidas na portaria da Anvisa seguem o mais elevado

padrão internacional de atendimento. E, com raríssimas exceções, as normas podem ser abrandadas, com intuito de baratear o tratamento, sem prejuízo à qualidade e segurança. Esse fato elevou, sobremaneira, o custo das clínicas, sem que houvesse a contrapartida necessária por parte do órgão financiador.

O expositor afirmou sentir-se na obrigação de alertar a sociedade a respeito da gravidade da situação que atravessa o setor da terapia renal substitutiva nacional; setor que, atualmente, pode ser considerado como uma ilha de excelência no atendimento aos pacientes assistidos pelo SUS, tanto quanto o do tão reconhecido e premiado programa de controle da aids.

Alertou para o fato de que a atual crise financeira das clínicas pode resultar num retrocesso dessa conquista da Medicina brasileira. Inicialmente, poderia haver risco de queda progressiva na qualidade do tratamento (por razões matemáticas e não por opção médica); posteriormente, o agravamento da situação acarretaria o encerramento das atividades das clínicas, obrigadas a fechar por determinação dos órgãos fiscalizadores.

Desta feita, porém, haveria maior dificuldade para a transferência dos pacientes e para a continuidade do seu tratamento, uma vez que a rede pública dispõe de uma estrutura própria muito reduzida e insuficiente.

Segundo o depoente, hoje, os serviços estatais atendem apenas a cerca de 4% da população de pacientes em programa de diálise crônica. A ampliação deste número não é tarefa fácil em curto prazo. Haveria a necessidade de recrutamento e treinamento de pessoal especializado, construção de ampla infraestrutura física, compra de maquinário e, finalmente, implicaria um custo comparativo bem acima do despendido na contratação de clínicas privadas conveniadas. Assim, uma sessão de hemodiálise realizada em uma unidade pública sairia mais cara do que a realizada no serviço privado.

Para o expositor, Pernambuco tornou-se uma vitrine nacional para esse tipo de tratamento. Infelizmente, porém, o foco é centrado apenas nas complicações. A maioria absoluta das clínicas localizadas naquele Estado alega dificuldades financeiras intransponíveis. No cenário atual, o colapso financeiro é iminente, e somente não ocorreu ainda por vivenciarmos uma delicada situação de “insolvência tolerada”.

Segundo ele, não obstante serem compreensíveis as dificuldades orçamentárias do Ministério da Saúde, é preciso que as responsabilidades fiquem bem claras. Não se pode exigir que se colham toma-

tes onde foram plantadas cebolas. Ou seja, o Brasil tem um programa de diálise do nível dos países desenvolvidos ou até melhor, porém esses serviços são remunerados com o valor mais baixo da América Latina e um dos piores do mundo.

Na opinião do Dr. Tavares, a saúde não tem preço, mas existe um custo.

No Brasil, vive-se em um regime democrático. A saúde é um direito de todos e dever do Estado. Hoje, 60.000 cidadãos brasileiros dependem do bom funcionamento desse sistema para a manutenção de suas vidas. A sociedade brasileira não pode negar-lhes esse direito de sobrevivência.

Segundo o expositor, os “representantes legais do nosso País” devem ser responsabilizados pela garantia da continuidade do excelente programa de diálise nacional, o qual apresenta uma taxa de mortalidade anual bem inferior à do país que mais despende recursos com diálise no mundo, os Estados Unidos.

Afirmando não ser líder sindical nem representar os interesses das clínicas enquanto empresas, o Dr. Artur Tavares disse ser, no entanto, porta-voz dos médicos nefrologistas de Pernambuco, ao vir ao Senado Federal solicitar aos senadores o acompanhamento das ações do gestor deste sistema (o Ministério da Saúde) adotadas para solucionar essa delicada situação, porque a demora ou a protelação da necessária e urgente definição do financiamento do setor pode resultar em uma nova Caruaru. Urna vez mais, as vítimas fatais serão os pacientes, e os únicos responsáveis apontados serão os médicos.

Após as explanações de todos os convidados que participaram da audiência, os Senadores presentes fizeram perguntas aos expositores, com a finalidade de obter maiores informações sobre alguns dos tópicos abordados.

Ao encerrar o relato sobre essa primeira sessão da audiência, cumpre registrar que também havia sido convidado a dela participar um representante da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, que não compareceu.

2ª Sessão

Nessa sessão, realizada no dia 10 de junho de 2003, foram ouvidos depoimentos dos seguintes participantes:

- **Sr^a Neide Barriguelli**, Presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados;

- **Dr. Washington Corrêa**, Médico, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante;

- **Dr. Jorge Solla**, Médico, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde;

- **Sr. Gilson Nascimento Silva**, Presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro.

Depoimentos:

O primeiro depoimento foi prestado pela Sr^a Neide Barriguelli, Presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados.

Em sua exposição, feita de improviso, a Sr^a Barriguelli enfatizou ser muito difícil a posição dos pacientes renais crônicos em relação ao problema do financiamento do setor. Segundo seu ponto de vista, não lhes cabe intermediar a questão financeira – causa da atual crise do atendimento aos que necessitam de tratamento dialítico –, mas tão-somente lutar para garantir equidade entre os que já se submetem a tratamento no âmbito do SUS e os que necessitam de tratamento e ainda não podem fazê-lo.

Disse ela que, como o SUS não oferece, dentro da rede pública, condições de tratamento hemodialítico – pois para tal, seria necessário um grande investimento –, cerca de 50 mil pacientes realizam, atualmente, esse tratamento em clínicas particulares, contratadas pelo SUS.

No entender da depoente, foi um erro o legislador permitir a contratação de serviços particulares no âmbito do SUS, pois os prestadores contratados para realizá-los não respeitam e não estão comprometidos com os princípios que norteiam a organização e o funcionamento do Sistema. Além disso, não existe controle social dos serviços por eles prestados.

Em seu depoimento, ela fez questão de afirmar que os problemas dos pacientes renais crônicos não se restringem apenas à hemodiálise. Em relação aos transplantes renais, por exemplo, ela considera que existe uma verdadeira “caixa preta”: não há respeito à fila – depois da adoção do critério de compatibilidade –, fazem-se mais transplantes intervivos, diminuiu a oferta de rins de cadáveres, e é muito difícil controlar se está ou não sendo respeitado algum critério na lista de espera.

Ao concluir sua breve exposição, a Sr^a Neide Barriguelli, reiterou que o momento atual é muito difícil para os pacientes renais crônicos e que, embora haja grande expectativa, há também uma grande es-

perança de que os estudos em andamento no Ministério da Saúde com vistas a estabelecer uma Política Nacional para os Pacientes Renais no País cheguem a bom termo.

O depoimento seguinte foi prestado pelo Dr. Washington Correia, representante da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT), organização que congrega os prestadores de serviços de terapia renal substitutiva.

Suas primeiras palavras foram para parabenizar os senadores da Subcomissão de Saúde pela iniciativa de convocar a audiência pública para auxiliar na solução dos problemas do paciente renal crônico, um contingente, segundo ele, de 61 mil brasileiros “que vivem dependentes de uma máquina de diálise”.

Segundo a ABCDT, foram realizados no Brasil, no ano de 2002, 7.796.133 tratamentos dialíticos, perfazendo um custo total de R\$802.534.000,00 e correspondendo a 7,3% do total de gastos do SUS com assistência médico-hospitalar.

Na opinião do Dr. Washington, o problema emergencial do tratamento do paciente renal crônico – em particular dos pacientes que estão em hemodiálise – é basicamente financeiro. A instabilidade econômica do país, a falta de reajustes adequados dos preços pagos por parte do Ministério da Saúde aos prestadores privados desses serviços, nos últimos nove anos, e a alta do dólar, em 2002, foram as principais causas da “situação caótica e falimentar em que se encontram as unidades de hemodiálise em todo o país”.

O representante da ABCDT lembrou que os equipamentos e a maior parte dos insumos utilizados no tratamento são importados. Portanto, para repor os gastos com a reestruturação e modernização das unidades de hemodiálise, nos moldes que determinam as Portarias nº 2.042, de 1996, e 82, de 2000, e para manter o padrão dos serviços, é impossível receber, como remuneração, os atuais trinta e quatro dólares pagos pelo Sistema Único de Saúde por sessão de diálise.

Segundo ele, todas as tentativas de reajuste tentadas pela Associação junto ao Ministério da Saúde, nos últimos anos, esbarraram na mesma resposta: a de que o Ministério não dispõe de recursos suficientes para honrar os custos determinados por sua própria norma, a Portaria MS nº 82, de 2000.

O Dr. Washington Correia passou, em seguida, a apresentar informações estatísticas que corroboram a posição da associação que ele representa, tratando da evolução dos principais fatores de custo en-

volidos na prestação do serviço que vendem, atualmente, ao Sistema Único de Saúde, e da análise de planilhas de custo de alguns serviços de hemodiálise, alguns dos quais mantidos pelo próprio Ministério da Saúde (ver gráficos e tabelas no Anexo).

Com base nessas informações, ele buscou demonstrar que tanto os reajustes concedidos pelos gestores do SUS aos serviços de hemodiálise contratados nos últimos nove anos, da ordem de 40%, quanto o atual reajuste, de 5%, não são suficientes sequer para cobrir seus custos operacionais.

O depoente afirmou que não se pode “mais aceitar que o Ministério da Saúde continue sem alocar os devidos recursos financeiros para um tratamento de importância tamanha e vital para os pacientes”. Disse confiar “nesta Subcomissão Temporária de Saúde que, pelo andamento dos seus trabalhos até esse momento, já deu demonstração de que deseja contribuir, com medidas legislativas pertinentes, para a solução desse grave problema”.

Ao concluir, pediu para o Senado Federal interferir junto ao Ministério da Saúde para conceder um aumento emergencial de 20% na remuneração dos serviços de hemodiálise, a partir de junho do corrente ano.

O terceiro expositor da sessão foi o Dr. Jorge Solla, médico, Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

O Dr. Jorge Solla apresentou dados oficiais sobre a assistência ao paciente renal crônico, no âmbito do Sistema Único de Saúde, e sobre o Programa Nacional de Assistência aos Portadores de Doenças Renais, instituído por aquele ministério em agosto do ano passado.

Segundo o Secretário, existem cadastrados no SUS 672 centros de terapia renal substitutiva (TRS), 322 dos quais (47%) na região Sudeste. Desse total, 92 % estão equipados com máquinas de proporção.

Em 2002, foram adquiridas 739 novas máquinas para 101 serviços por meio do Projeto ReforSUS, todas já tendo entrado em operação em 2003.

O gasto anual do SUS com a assistência ao paciente renal crônico – que inclui o oferecimento de terapia renal substitutiva, a internação de pacientes com insuficiência renal e a realização de transplantes de rim – está estimado em 1,5 bilhões de reais, para 2003.

Apenas com TRS, o SUS gastou, em 2002, mais de 802 milhões de reais em programa gastar, em 2003, quase um bilhão.

Os gastos com TRS correspondem, atualmente, a 11% do total do orçamento de custeio para atendimento ambulatorial, hospitalar e de emergência do SUS. Se somarmos os gastos com transplante e assistência farmacêutica a transplantados, esse percentual sobe para 13%.

Em junho de 2003, o Ministério da Saúde concedeu um reajuste de 5% para o pagamento dos prestadores de serviços, além de credenciar novos serviços.

Segundo o Dr. Solla, o principal problema em relação à assistência ao paciente renal crônico consiste na quase ausência de ações de prevenção e na insuficiência da atenção básica e do atendimento de média complexidade a esses pacientes. Para cada dois municípios com TRS, existe apenas um com consulta de nefrologia.

Na sua opinião, a atuação do Ministério da Saúde nos últimos anos, e na atual administração em especial, tem demonstrado a elevada prioridade que vem sendo concedida ao enfrentamento desse problema pelos gestores nacionais do SUS.

Como sugestão de atuação do Senado e da Subcomissão Temporária de Saúde para melhorar a assistência à saúde dos pacientes renais crônicos – objetivo precípua da audiência pública –, o Dr. Solla pediu o apoio dos parlamentares ao projeto de criação do Plano de Carreira do SUS, a ser enviado oportunamente ao Congresso Nacional pelo Presidente da República.

O quarto e último expositor da sessão foi o Sr. Gilson Nascimento Silva, Presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro.

Sua exposição foi de grande significado por ser a expressão da realidade quotidiana de alguém que, ativa e efetivamente, participa do drama de vida e morte de 60 mil pacientes renais em diálise e dos cerca de 60 mil outros excluídos desse tratamento, que muitas vezes vão a óbito antes de ter acesso à terapia renal substitutiva.

Na opinião do expositor, os atores sociais envolvidos estão dizendo que algo está errado. Não há fiscalização do repasse de verbas. As verbas do Governo Federal são repassadas, mas as dos Estados, não. Os pacientes pedem para ser internados para poderem receber a medicação necessária.

O Sr. Gilson enfatizou também a necessidade de os pacientes renais crônicos terem um acompanhamento psicológico e nutricional, e assistência social.

Segundo ele, vários ângulos da questão têm de ser analisados. O fechamento puro e simples das clínicas e unidades consideradas inadequadas pela vigilância sanitária pouco adianta. Se isso ocorrer, o que será dos pacientes que precisam do tratamento hemodialítico para sobreviver? Como essas clínicas podem oferecer as condições necessárias ao tratamento, se recebem do SUS valores insuficientes, se estão inadimplentes com seus fornecedores e se esses se recusam a lhes fornecer os insumos indispensáveis ao seu funcionamento?

A evolução da Medicina faz com que seja possível um tratamento preventivo, que evite a necessidade de o doente chegar a ter de se submeter à terapia renal substitutiva.

Na visão do depoente, o Senado Federal poderia ser um importante foro, não para a briga entre as partes envolvidas, mas para a discussão séria dessa questão como um todo. Poderia formar uma comissão para verificar **in loco** a situação das clínicas e unidades de tratamento dialítico.

Após as explanações de todos os convidados participarem da audiência, os Senadores presentes fizeram perguntas aos expositores, com a finalidade de obter maiores informações sobre as explanações de todos os convidados sobre alguns dos tópicos abordados.

Conclusão

Durante a elaboração deste relatório, começaram a ser noticiados na imprensa um número crescente de óbitos de pacientes da mesma clínica onde, em 1996, ocorreu o episódio que ficou conhecido como “A Tragédia de Caruaru”.

Hoje já são nove os pacientes mortos e, ainda que não se possa antecipadamente concluir que as causas não sejam naturais, a experiência nos obriga à cautela.

A situação descrita pelo conjunto de depoimentos feitos durante esta audiência pública nos incita a atuar imediatamente e, assim sendo, resta a esta Casa, no âmbito das suas competências constitucionais e regimentais, o encaminhamento de solicitação ao Ministério Público para que investigue o caso.

Em respeito aos mais de sessenta mil pacientes renais crônicos, é necessário evidenciar a atual situação, fazendo com que o Ministério da Saúde reconheça a crise do setor hemodialítico no Brasil, que tem como questão de fundo a falta de reajuste das tabelas dos valores pagos pelo SUS, o que está ocasionando a mencionada crise financeira das clínicas, num retro-

cesso das conquistas da medicina brasileira no setor da terapia renal substitutiva.

Por todo o exposto, nosso parecer é de que a Subcomissão Temporária de Saúde se manifeste sobre o encaminhamento de um requerimento ao Ministério Público Federal, no que segue, bem como proponha à Comissão de Assuntos Sociais – CAS, o encaminhamento do presente relatório ao Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, para as providências que o setor de hemodiálise necessita para o regular funcionamento.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2003 – SUBSAÚDE

Requeremos, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal, o

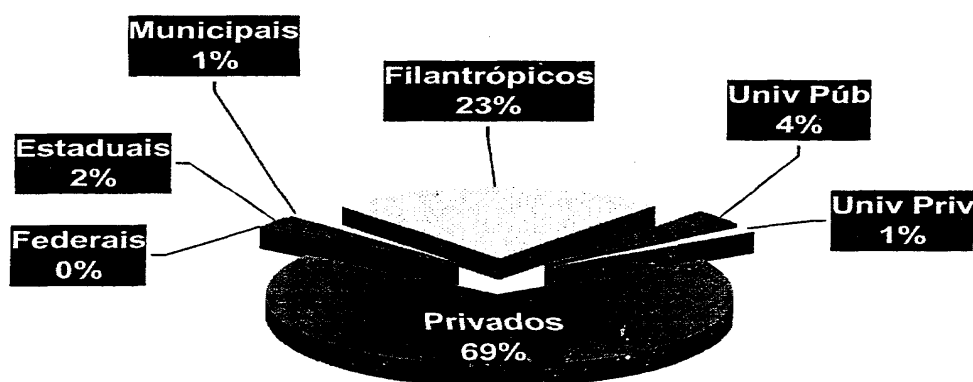
encaminhamento, ao Ministério Público Federal, deste relatório e de solicitação de instalação de procedimentos investigatórios junto aos gestores federal, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, bem assim aos prestadores de serviços, visando à aferição de infrações e responsabilidades pela atual situação do atendimento aos pacientes renais crônicos no País, a denúncia de cartelização do setor de provedores de serviços e equipamentos de hemodiálise e a ocorrência do óbito de nove pacientes da clínica de hemodiálise de Caruaru, PE.

Sala da Subcomissão, 7 de agosto de 2003. –
Papaléo Paes, Presidente – **Mão Santa**, Relator –
Reginaldo Duarte – **Augusto Botelho**.

ANEXO

**Gráficos e tabelas apresentados pelo Dr. Washington Correia, da
Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT)**

**Prestadores de serviços de terapia renal substitutiva,
segundo a natureza do estabelecimento - 2002**



**Aumento de preços de máquinas e insumos usados na hemodiálise.
Brasil, 1997 -2003**

Insumo	Período considerado	Reajuste (%)
Máquina Fresenius modelo 4008B	1997-2003	150
Hemodialisador	1994-2003	168
Agulha de fistula	1997-2003	100
Soro fisiológico	1998-2003	100
Concentrador para hemodiálise	1997-2003	92

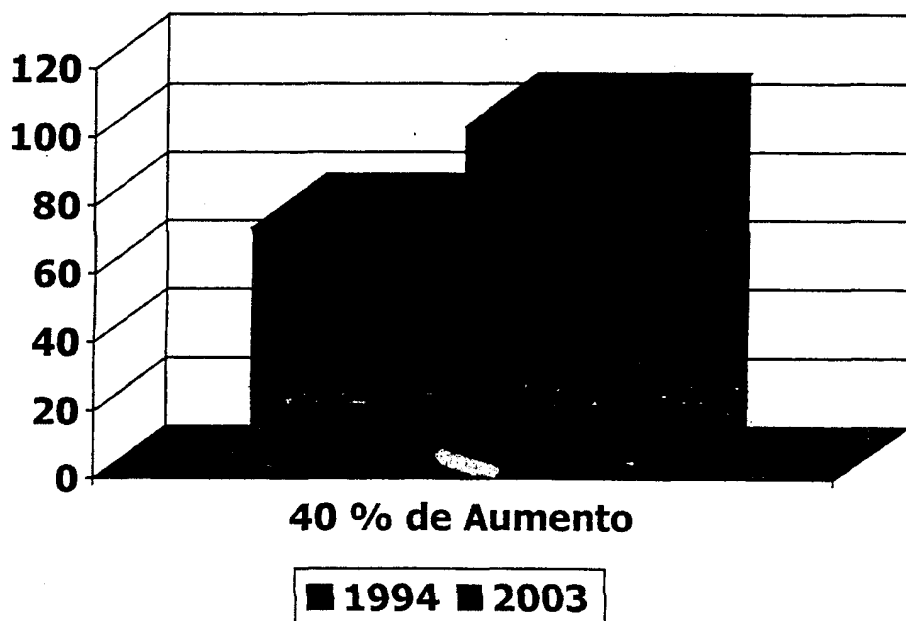
Reajustes concedidos para alguns salários e evolução do preço da cesta básica. Brasil, 1995-2003.

Pessoal	Período considerado	Reajuste (%)
Enfermeiro	1995-2003	68,5
Técnico de Enfermagem	1995-2003	85,0
Salário mínimo	1995-2003	242,0
Cesta básica	1998-2003	96,0

Reajustes de tarifas públicas e variação dos indicadores oficiais. Brasil, 1997-2003.

Serviço / indicador	Período considerado	Reajuste (%)
Água	1997-2003	50,74
Energia elétrica	1999-2003	72,35
Medicamentos (Fipe)	1996-2003	55,98
IGPM	1996-2003	91,36
INPC	1996-2003	60,67
IPC	1996-2003	46,60
Dólar	1996-2003	192,00

Reajustes concedidos aos serviços de hemodiálise nos últimos 9 anos



Planilha de custos para procedimento de hemodiálise (custo/hora) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (em reais)*

Fator de custo	Valor (R\$ 1,00)
Custos fixos:	
- Pessoal	56,11
- Despesas de depreciação	10,16
Sub total	66,27
Custos variáveis:	
- Material de consumo e medicamentos	12,00
- Despesas gerais	1,98
- Custo indireto de base	18,04
Sub total	62,02
Custo total	128,29

Fonte: Seção de Custos/Gerência Financeira/HCPA

* Não inclui custos com água, energia elétrica, telefone e tributos nem o salário dos médicos, que são pagos pelo MEC

**Planilha de custos para procedimento de hemodiálise (custo/hora) do
Hospital da Conceição, do Ministério da Saúde (em reais)**

Fator de custo	Valor (R\$ 1,00)
Avaliação médica	51,69
Recursos humanos	27,83
Materiais médicos e medicamentos	30,14
Outras despesas	4,65
Custos indiretos	48,49
Custo total	162,80

**Custo estimado de uma sessão de hemodiálise baseado no que dispõe a
Portaria nº 82, de 2000, segundo a ABCDT**

Fator de custo	Valor (R\$ 1,00)
Custos fixos e variáveis	69,14
S.A.D.T.	9,10
Materiais e medicamentos	34,32
Sub total	112,56
Despesas administrativas	1,83
ISS / Cofins / PIS	17,70
IR / Contribuição social	11,01
Retorno do investimento	27,52
Serviços médicos profissionais	12,84
Sub total	70,91
Total	183,47
Valor em dólar (US \$ 1,00 = R\$ 2,87)	63,93

Valores da sessão de hemodiálise (em reais) no Brasil

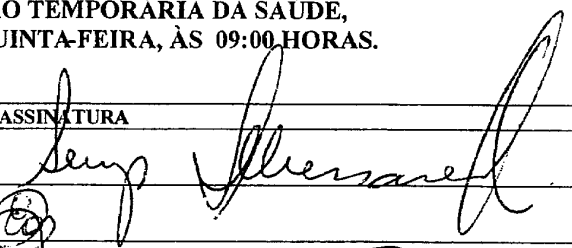
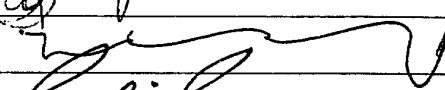
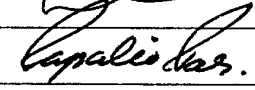
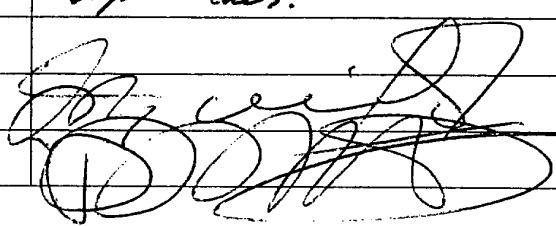
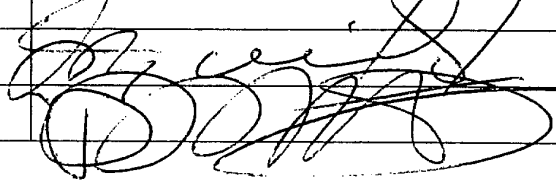
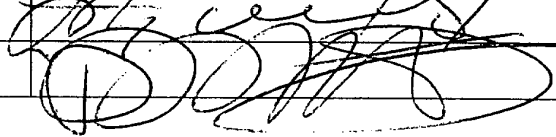
Provedor / Fonte	Valor
Hospital das Clínicas de Porto Alegre (MEC)	128,29
Hospital da Conceição de Porto Alegre (MS)	262,80
Tunep (ressarcimento do SUS por planos de saúde)	160,81
Valor pago pelo SUS aos centros de diálise privados contratados	102,94

Valores da sessão de hemodiálise em outros países (em dólares)

País	Valor
Itália	150,00
Qatar	55,00
República Checa	102,00
México	70,00
Marrocos	75,00
Equador	75,00
Argentina	54,37
Colômbia	140,00
Peru	55,00
Panamá	200,00
Estados Unidos	123,00
Uruguai	60,00
Chile	46,50
Brasil	34,00

**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO QUE APROVOU O
RELATÓRIO**

7ª REUNIÃO – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA SAÚDE,
REALIZADA DIA 07/08/2003, QUINTA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

SENADORES TITULARES	PARTIDO	ASSINATURA
SERYS SLHESSARENKO	PT	
EURÍPEDES CAMARGO	PT	
MÃO SANTA	PMDB	
PAPALÉO PAES	PMDB	
RENILDO SANTANA	PFL	
REGINALDO DUARTE	PSDB	
AUGUSTO BOTELHO	PDT	

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária de Saúde, para, com a participação das pessoas abaixo relacionadas, obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal – e, em especial, dessa Subcomissão – em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência hemodialítica.

As autoridades das quais se pede a participação são:

1. Representante da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados.
2. Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
3. Representante da Sociedade Brasileira de Nefrologia.
4. Representante da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante.
5. Representante da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça.
6. Representante da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde.
7. José Carlos de Queiroga Maciel. Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – Senador **Páaleo Paes**.

**ADITAMENTO
AO REQUERIMENTO Nº 4 DE 2003**

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o Aditamento ao Requerimento nº 2, de 2003, referente à realização de Audiência Pública, ainda neste mês de junho de 2003, iniciando-se no dia 4, no âmbito da Subcomissão Temporária de Saúde, para, com a participação das pessoas abaixo relacionadas, obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal – e, em especial, dessa Subcomissão – em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência hemodialítica.

As autoridades das quais se pede a participação são:

1. Representante da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Regional Pernambuco.

2. Representante da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro.

Sala da Comissão, 4 de junho de 2003. – Senador **Papaleo Paes**.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS
DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA (4-6-03)**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Temporária de Saúde da 52ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Subcomissão de Saúde é composta pelos Senadores Eurípedes Camargo, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Papaléo Paes, Renildo Santana, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho. O Relator é o Senador Mão Santa, e o Vice-Presidente, o Senador Augusto Botelho.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e sua aprovação.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Sobre a mesa, aditamento ao Requerimento nº 2, de 2003, com o seguinte teor:

Requeiro, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 2, de 2003, referente à realização de audiência pública ainda neste mês de junho de 2003, iniciando-se no dia 4, no âmbito da Subcomissão Temporária de Saúde, para, com a participação das pessoas abaixo relacionadas, obter subsídios para orientar a atuação do Senado Federal e, em especial, desta Subcomissão, em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência hemodialítica.

As autoridades às quais se pede a participação são o representante da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Regional de Pernambuco, e o representante da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado do Rio de Janeiro.

Sala da Subcomissão, 4 de junho de 2003. – Senador Papaléo Paes.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, documento da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissão de Saúde, moção de apoio à Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco, que passo a ler:

Os Deputados infra-assinados, membros da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em audiência pública realizada no dia 27 de maio de 2003, resolveram apresentar publicamente a presente moção de apoio à Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco, referente à crise no setor de hemodiálise no Brasil, em virtude da defasagem dos valores destinados ao tratamento da terapia renal substitutiva, por meio do SUS, uma vez que esses valores estão sem reajuste desde o ano de 1996, causando sérios prejuízos para as clínicas e hospitais conveniados, com risco de fechamento dos mesmos e, sobretudo, do não-atendimento a novos pacientes.

O objetivo da presente moção de apoio é no sentido de sensibilizar as autoridades federais para a solução de tão grave situação, de modo que, urgentemente, haja remanejamento orçamentário destinado para o setor por intermédio do Ministério da Saúde.

Recife, 27 de maio de 2003. – Deputado Raimundo Pimentel, Deputada Ana Cavalcanti, Deputado Soldado Moisés, Deputado Sebastião Oliveira.

Fica feito o registro da moção de apoio.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 2, da Subcomissão de Saúde, e pelo aditamento a esse requerimento, de autoria do Senador Papaléo Paes, convidando as seguintes pessoas, para obter subsídio para a atuação do Senado em relação à melhoria da assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência hemodialítica.

Os expositores que a seguir citarei são aqueles que participarão da nossa primeira sessão de audiência pública: Sr. José Carlos de Queiroga Maciel, Pre-

sidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco; Dr. Ruy Barata, da Sociedade Brasileira de Nefrologia; Sr^a Flávia de Freitas de Paula, Gerente-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Dr. Arthur Tavares, Médico, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, da Regional de Pernambuco.

Lembro que todos receberam as normas da nossa audiência e quero compor a Mesa chamando o Relator da Subcomissão, Senador Mão Santa. (Pausa.)

De acordo com o art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Consultor Legislativo do Senado Federal, Sr. Sebastião Moreira Júnior, para assessorar esta Subcomissão.

De acordo com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido o primeiro palestrante, Sr. José Carlos de Queiroga Maciel, para ocupar lugar à Mesa e iniciar sua exposição. S. S^a disporá de vinte minutos.

Lembro aos Srs. expositores que seremos rigorosos no nosso tempo, com o fim de cumprirmos nossa reunião de forma bem objetiva. Haverá duas reuniões desta nossa audiência pública, e desejamos cumprir, primeiramente, com o nosso horário, mostrando que temos determinação e ordem nesta Casa. Queremos ouvir dos senhores o máximo que pudermos nesses vinte minutos, para que possamos elaborar um relatório rico e importante, para fazermos, em nome da Subcomissão de Saúde, em nome do Senado Federal, nossas reivindicações perante o Executivo do nosso País.

Concedo a palavra ao Sr. José Carlos de Queiroga.

O SR. JOSÉ CARLOS DE QUEIROGA MACIEL – Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, quando comecei meu tratamento renal, há 16 anos, íamos para a hemodiálise e não tínhamos certeza da volta para casa. Em algumas sessões, chegavam a morrer quatro ou cinco pacientes num dia só, porque o tratamento era manual. O banho era preparado manualmente.

Em 1996, como todos os Srs. Senadores sabem, houve a tragédia de Caruaru. Graças a Deus, houve essa tragédia! Parece estranho um presidente de uma associação de pacientes renais pronunciar-se dessa forma, mas digo isso porque foi a partir daí que surgiu a regulamentação do nosso tratamento renal. Foi elaborada uma portaria que nos garante tratamento de qualidade de primeiro mundo.

Posteriormente, em Pernambuco, fechou-se um hospital filantrópico, pois houve contaminação de 310 pacientes renais. Isso causou um transtorno muito grande para todos nós, porque, já naquela época, demonstrou-se que os hospitais públicos não tinham condições de absorver pacientes de clínicas que porventura viessem a fechar.

Foram abertos o quarto e o quinto turnos. Pacientes saíam do interior, viajavam 600 quilômetros para chegar à hemodiálise às 6 horas da manhã e esperavam até meia-noite pelo quarto ou quinto turno de hemodiálise, para fazer sua sessão. Este quadro, de lá para cá, não melhorou. Os hospitais públicos continuam sem a menor condição de absorver os pacientes de qualquer clínica que, porventura, feche em qualquer Estado do Brasil. Em alguns Estados, o caso é muito mais sério. O Estado de Manaus, por exemplo, só tem uma clínica com 500 pacientes.

Existe uma grande luta nossa – e nós temos até orgulho em falar disto. Pernambuco foi vítima da maior tragédia de hemodiálise, que resultou na morte de pacientes. Mas, no último dezembro, a Anvisa deu a nota máxima para a Hemodiálise de Pernambuco. Nós vivemos uma época muito ruim, que foi a época dessa tragédia. Até hoje, em todos os segmentos – quando se fala em hemodiálise – é lembrada a tragédia de Caruaru. Esse quadro tem que mudar. E nós, aqui, hoje, temos que falar que Pernambuco deu um exemplo de responsabilidade e de profissionalismo. Os médicos nefrologistas mostraram que podem atender aos pacientes renais com seriedade e com muito profissionalismo, porque podemos dizer que temos a melhor hemodiálise avaliada pela própria Anvisa.

Gostaria de falar um pouco sobre o reajuste, porque tem havido algumas declarações no sentido de que nós, pacientes renais, estamos sendo manipulados. No dia 2 de maio, convidei o Exm^o. Sr. Ministro da Saúde para um encontro onde seria lançado o Projeto do Complexo Médico-Cultural e Esportivo do Paciente Renal. A vinda de S. Ex^a foi para que nós tivéssemos o apoio do Ministério e dos órgãos federais, no sentido de que pudéssemos ter não apenas um centro de hemodiálise, mas um centro onde poderíamos prestar uma assistência paralela ao paciente renal, com ambulatório, assistência social, assistência à cultura e ao esporte.

Naquela ocasião, não pude ficar calado, porque todos os jornais traziam a notícia da crise do setor, que se alonga desde 1996, quando foi feita a Portaria. Naquele ano em que trabalhamos na Portaria, havia a promessa do Sr. Ministro da Saúde da época de que

seria dado um reajuste ao setor, porque a própria Portaria encarecia o setor. O tratamento de água, hoje, é todo por osmose reversa e isso encarece muito. As máquinas são de grande proporção e custam muito caro; a manutenção delas também custa muito caro. As tarifas públicas federais e estaduais têm sofrido aumento nesses últimos seis anos, e o setor não teve nenhum reajuste. Nós fomos acusados de ser manipulados pelos donos de clínicas e pelas indústrias.

Sinceramente, Sr. Presidente, eu até me sinto triste porque o Dr. Jorge Solla não se encontra aqui presente. Gostaria de falar do nosso sentimento sobre os pronunciamentos que ele fez à imprensa. Quero deixar registrada aqui uma resposta para ele: nós não fomos manipulados – isso não é verdade. Nós, renais, consideramos infeliz essa declaração por parte do Dr. Jorge Solla. Aliás, gostaria que ele estivesse aqui para ouvir essa declaração de repúdio, pois entendemos isso como uma ofensa. Somos capazes de entender a crise que o setor atravessa e, acima de tudo, somos parte interessada nesse processo, porque não estamos aqui lutando para propiciar lucros para as indústrias ou para as clínicas de hemodiálise ou CAPV. Estamos, sim, lutando pela garantia de nossas vidas. Que isto fique bem claro para o Sr. Secretário! Aliás, gostaria de convidá-lo a sentar-se em uma cadeira de hemodiálise, três vezes por semana, durante quatro horas, para que ele possa vivenciar a rotina de uma sessão de hemodiálise. Não estou desejando que ele se torne um paciente renal, mas quero que ele sente em uma cadeira de hemodiálise e, durante quatro horas, sinta o que nós passamos. Sou paciente há 16 anos – 3 cirurgias, 1 transplante e 4 anos perdidos. Se aqui estivesse o Presidente da República, eu faria este mesmo convite, porque, como paciente renal, exijo respeito do Governo Federal. Tenho toda uma vida de sofrimento, de renúncia, de não poder trabalhar, de passar num concurso privado de uma empresa grande em primeiro lugar, e quando descobriram que eu era paciente renal não pude trabalhar.

Para nós não importa só a qualidade do tratamento; importa a qualidade de vida que temos. E o Ministério da Saúde, infelizmente, não tem levado isso em consideração. Ressalto que, quando estive com o Senador Marco Maciel, que posteriormente me levou ao Exm^o Sr. Presidente desta Comissão, e pedi esta audiência pública, não estava em jogo nenhum interesse por ter a indústria um déficit grande a receber das clínicas, porque as clínicas estão há seis anos... Não. Estou brigando pelo meu tratamento, pela minha vida e é isso que quero deixar bem claro nesta Comis-

são. Meu único interesse aqui é lutar pela minha vida. Declarações de terror à imprensa, quem fez foi o Ministério da Saúde.

Dr. Jorge Solla foi a uma assembléia em Recife e disse que 10% de aumento significavam R\$100 milhões; que 20% de aumento significavam R\$200 milhões, e que o Ministério não tem dinheiro. Não quero que a questão do aumento de clínicas de hemodiálise seja tratada pelo lado financeiro, pois é muito fácil brigar por um setor da indústria qualquer que não lida com vidas, daí se pode chegar aos últimos extremos até começar a negociar. Mas nós, pacientes renais, não podemos passar cinco dias sem uma diálise.

Qual a estrutura que este Governo tem para, se uma clínica fechar, me transferir, antes de cinco dias, para um hospital público? Nenhuma. Essa história de dizer à imprensa que não pode fechar, claro que não pode fechar, o médico não vai fechar. O médico tem responsabilidade civil e criminal sobre isso e não vai fechar. Mas a indústria pode começar a não fornecer material, a clínica pode começar a não ter condições de funcionamento e a qualidade do tratamento cai.

A Portaria nº 82 garante isso, e nós, pacientes renais, não vamos permitir que nenhum item dessa Portaria seja quebrado, porque lutamos muito para consegui-la. Ela tem o aval de setenta e três pacientes que morreram na tragédia de Caruaru. Então penso que tem que haver seriedade do Governo, tem que haver um apoio maciço. Então faço um apelo, um apelo pela minha vida, pela vida de sessenta mil pacientes renais, os quais tenho a honra de estar, nesta Casa, representando, com muito orgulho, porque em Pernambuco conseguimos a excelência de qualidade, e os outros Estados ainda não chegaram a isso.

A maioria dos pacientes renais, Senador, é semi-alfabetizada, recebe um salário mínimo, não tem condições de informações nem de brigar pelos seus direitos. Não existe nem a informação do direito que tem. Então ele está entrando nessa história, entrando num buraco enorme, em pleno alto mar, que ele não sabe onde está, mas vai ver a água entrando no barco e afundando. Vamos pensar: precisamos nos submeter a uma sessão de hemodiálise três vezes por semana e, se antes de irmos a cada uma delas, pegarmos um jornal e vermos todo esse terrorismo que o Ministério da Saúde, torna-se uma tarefa difícil.

Tenho, particularmente, um respeito muito grande pelo Ministro Humberto Costa. Não digo que sou amigo dele, porque amigo é uma palavra muito séria para se usar. Penso que todas as pessoas têm poucos amigos. Mas temos um relacionamento muito

bom. Infelizmente ele colocou à frente da Secretaria Nacional de Saúde Dr. Jorge Solla, que tem brincado com as nossas vidas.

Não sou técnico para saber quanto custa a defasagem, não sou advogado, não sou médico; sou paciente renal. Tenho segundo grau, não tenho muita informação, mas tenho sentimentos do direito que tenho, tenho conhecimento sobre o fundo do poço a que podemos chegar, que pode ser instalada a maior tragédia de hemodiálise do mundo. Caruaru vai ser uma xícara de café pequeno com relação ao que pode estar acontecendo, porque não existe no Ministério nenhuma estrutura para fazer um remanejamento de urgência dos pacientes renais. Não se pode brincar com isso, Senador. Temos esclarecimento, temos a confiança de que esta Casa pode tentar chamar à responsabilidade o Sr. Ministro da Saúde e fazê-lo urgentemente. Eu, mesmo esclarecido e sabendo os direitos que tenho, tenho entrado na sala de hemodiálise com a pressão alterada, tenho medo de que amanhã a clínica diga que não tem condições de funcionar. Algumas clínicas já começaram a atrasar pagamento de funcionários, devem imposto, devem muito dinheiro à indústria e minha preocupação maior é exatamente esta: ela pode não quebrar a portaria mas pode começar a atrasar, como já atrasou em alguns Estados os salários dos técnicos de enfermagem, que são nossos guardiões. São eles que sempre estão com aquela agulhinha, três vezes por dia, furando o nosso braço, para entrarmos na hemodiálise. Eles já sabem como nos colocar na máquina. Eles já sabem, pela nossa expressão, por cuidarem de nós durante tanto tempo, quando não estamos nos sentindo bem. Nem precisamos falar, que eles já sabem.

O Governo diz que, se houver uma crise, vai transferir esse paciente e garantir o tratamento. Mas o médico, na outra clínica, vai ser o mesmo? Será o mesmo médico que me atende há seis ou sete anos e que sabe todos os problemas que tenho? Quando me transferir e garantir meu tratamento em outro hospital, o Governo também vai transferir a enfermeira que me conhece e que trata de mim todos os dias na hemodiálise? O Governo vai conseguir transferir também o técnico e o auxiliar de Enfermagem que sabem furar a minha ficha, para que eu não a perca? Eles furam a ficha direitinho, e termino a diálise sem nenhum problema.

Não se pode dizer “garanto o tratamento” sem dar uma garantia real de que não haverá nenhuma quebra no serviço da diálise.

Portanto, eu gostaria de saber os encaminhamentos do Senado, para que eu fizesse um pedido

mais lógico. Mas, como não tenho esse conhecimento, peço o apoio sentimental, peço que V. Ex^{as} pensem nessa questão como se tivessem um filho, uma esposa ou um parente querido fazendo hemodiálise. Pensem com o coração e levem este meu apelo a outros Senadores, independentemente de partido, porque são 60 mil brasileiros que precisam de uma resposta urgentemente. Não podemos continuar vivendo nessa aflição. Isso é pior do que alguém dizer: “Amanhã você vai para o paredão”. Coloque-nos no paredão e nos mate logo, mas não nos deixe ficar nessa aflição. Não tem sido fácil dormir e acordar sem saber o dia de amanhã.

Há 16 anos, sou paciente. Venho lutando muito para me manter vivo. Em uma sessão de diálise, fazemos amigos. Como somos colegas de deficiência renal, tornamo-nos amigos. Ocorre de estarmos conversando com um amigo e de, dali a pouco, ele morrer. E estamos na máquina, não podemos chorar, não podemos sorrir, não podemos fazer nada, porque temos que continuar o tratamento.

Há muitos aspectos que afetam a vida de um paciente renal. Daí o meu repúdio ao Ministério da Saúde, à maneira como o Dr. Jorge Solla tem encaminhado esse problema. Ele não é paciente renal, o pai e a mãe dele não fizeram hemodiálise, os filhos dele nunca entraram em uma sala de hemodiálise. Ele, como médico, não sabe nem o que é hemodiálise. Duvido que ele tenha entrado em uma sala de hemodiálise. Por isso, eu o estou convidando para que ele tome conhecimento do sofrimento de um paciente renal e acabe com esse terrorismo que está na imprensa, de que nós, pacientes renais, somos manipulados por donos de clínicas. Somos pacientes renais, não somos imbecis, nem idiotas. Sabemos dos nossos direitos e exigimos esse respeito.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, vou guardar na minha lembrança esse agradecimento a V. Ex^{as}, porque sei que não sairei desta Casa sem uma resposta. Quero ter a certeza de que, ao chegar em Pernambuco, já haverá, pelo menos, um primeiro encaminhamento desta Casa, para que possamos, a partir de quinta-feira, fazer uma diálise com mais tranquilidade.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Agradeço ao Sr. José Carlos de Queiroga Maciel e quero, pela condição de médico – vou abrir uma exceção, como Presidente da Comissão –, deixar bem claro que esse homem fala com conhecimento de causa, pois é um paciente renal crônico. A angústia e a ansiedade das pessoas que estão vivendo essa situação

ocorre exatamente porque a segurança dos renais crônicos está nas clínicas que os atendem. E sabemos que a remuneração do Governo Federal para essas clínicas está defasada. E o serviço privado tem que se sustentar à custa dessa remuneração.

Entendemos isso. Saibam que aqui estamos escutando aquele que é mais diretamente atingido por essa ansiedade e que nos propomos a fazer as nossas audiências públicas porque temos responsabilidade com todos aqueles com quem nos relacionamos nas nossas audiências e na Subcomissão. Tenho a certeza absoluta de que chegaremos a conclusões favoráveis referentes aos renais crônicos.

Registro a presença das seguintes autoridades: Dr. Paulo Sette, da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplantes – ABCDT, de Pernambuco; Dr. José Aluísio, Vice-Presidente da ABCDT, Santa Catarina; Dr. Paulo Luconi, Diretor Técnico da ABCDT, São Paulo; Dr. Washington Luiz Correia, Presidente da ABCDT, Distrito Federal; Dr. Newton Stelio Fontanella, Prefeito do Município de São Joaquim, Santa Catarina. Sintam-se bem recebidos nesta sala, como se estivessem compondo a nossa Mesa.

Agradeço ao Sr. José Carlos de Queiroga Maciel e chamarei agora para fazer a sua exposição o Dr. Ruy Barata, da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Após a manifestação dos quatro expositores da noite, serão formuladas as perguntas dos Srs. Senadores, lembrando que estamos numa reunião da Subcomissão de Saúde, cujo tema é Assistência à Saúde dos Pacientes Renais Crônicos. Haverá duas reuniões de audiência: a de hoje e a da próxima terça-feira.

Concedo a palavra ao Dr. Ruy Barata por vinte minutos.

O SR. RUY BARATA – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Sr. representante do Poder Público, Srs. representantes de entidades da sociedade civil, senhoras e senhores, agradeço à Subcomissão pelo convite formulado à Sociedade Brasileira de Nefrologia para participar desta reunião, de iniciativa do Senado brasileiro, para contribuir com a nossa visão institucional sobre as questões que envolvem a atenção e o tratamento dos pacientes portadores de doenças renais.

Ao cumprimentá-los, vimos manifestar a nossa mais sentida preocupação com a crise que se abate sobre o segmento de tratamento de pacientes portadores de insuficiência renal crônica. São portadores de insuficiência renal crônica aqueles pacientes que, em decorrência de uma série muito grande de doenças, perdem a função depurativa dos rins sadios, pas-

sando a depender de terapia renal de substituição, hemodiálise e diálise peritoneal, até a possibilidade de realização do transplante renal.

Entre as doenças que mais frequentemente levam a insuficiência renal, estão a hipertensão arterial, o **diabetes melitus** e as doenças inflamatórias dos rins, mais conhecidas como nefrites.

A existência no Brasil de cerca de trinta milhões de hipertensos e oito milhões de diabéticos por si já constitui causa de grande preocupação para a saúde pública, especialmente pela histórica ausência de ações concretas de prevenção, agravada nos dias de hoje pela crise por que passam hospitais e clínicas especializadas no tratamento de pacientes com insuficiência renal crônica sob diálise.

São pacientes de risco permanente, pois devem realizar, no mínimo, três sessões de hemodiálise por semana, com duração de quatro horas, ou sessões contínuas ou intermitentes de diálise peritoneal, de maneira a garantir a desintoxicação do organismo determinada pela doença, sob pena de fatalidades.

No mundo, cerca de 1,2 milhão de pessoas sobrevivem sob tratamento dialítico. No Brasil, segundo o censo de 2002 realizado pela Sociedade Brasileira de Nefrologia, havia aproximadamente 54,5 mil pacientes, dos quais 48.874 em hemodiálise e 5.649 em diálise peritoneal.

O financiamento do tratamento é feito por meio do sistema público de saúde na grande maioria dos países. No Brasil, apenas 6% dos tratamentos são financiados por seguros ou planos de saúde privados; os outros 94% são financiados pelo SUS, por meio de tabelas de remuneração de procedimentos.

Os pacientes renais distribuem-se nas regiões do País, estando mais concentrados nas Regiões Sul e Sudeste. É um tratamento caro, quando comparado com procedimentos de média e baixa complexidade em todo o mundo.

Fato marcante na história da diálise no Brasil foi a tragédia de Caruaru, ocorrida em 1996, de enorme repercussão na mídia nacional e internacional, quando morreram mais de sessenta pacientes renais, vitimados pela contaminação da água necessária para a realização da hemodiálise. O tratamento de água usado pelas unidades de diálise envolvidas não foi suficiente para deter a mortandade, pois a água dos mananciais encontrava-se fortemente contaminada por algas denominadas cianofícias, as quais produzem microcistina, que é uma endotoxina de alto poder tóxico, responsável, em última análise, pela dramática ocorrência.

Até então dormindo em berço esplêndido, o Governo foi despertado pela mídia internacional, denunciando o episódio que passou a ser conhecido como "Síndrome de Caruaru". Sua resposta, certa ou errada – não importa –, foi a edição de portarias do Ministério da Saúde com regras e normas técnicas exigindo a troca rápida dos equipamentos até então em uso no Brasil.

No início, o Ministro de então alocou recursos da ordem de R\$100 milhões para financiar o reequipamento das unidades públicas e privadas. Em cerca de quatro anos de existência, os referidos recursos, de fato, não saíram, por razões desconhecidas. Contudo, os equipamentos foram trocados à custa de financiamento proporcionado pelas empresas estrangeiras fabricantes dos referidos equipamentos. Para arcar com os custos mais elevados das novas técnicas, o Ministério da Saúde prometeu, em curto prazo, dar reajuste nas tabelas, de maneira a garantir o custeio dos novos procedimentos.

Finalmente, as unidades de diálise, ao longo de cinco anos, conseguiram trocar 11,5 mil equipamentos, necessários ao atendimento da demanda atual, e adquiriram modernos e dispendiosos aparelhos de tratamento de água. Os resultados da modernização compulsória e sem lastro financeiro passaram logo a ser percebidos, inclusive por médicos e pacientes, com a melhora objetiva dos indicadores clínicos e epidemiológicos observados, principalmente na maior segurança intradialítica.

Na outra ponta, o não-cumprimento das promessas de reajuste de tabelas para procedimentos objetivamente mais caros e inflados em seus custos por conta da variação cambial e das pressões inflacionárias produziu um cenário de inadimplência e quebra generalizada das unidades de diálise, o que francamente ameaça a continuidade dos serviços e, em consequência, coloca em risco a vida dos pacientes ora em tratamento, bloqueando o atendimento de novos pacientes, pela impossibilidade de expansão de novos postos, caso soluções eficientes não sejam encontradas.

Adicionalmente, informamos que o número de pacientes em programa dialítico cresce, no Brasil, à média de 10% ao ano, à custa de uma incidência de mais de cem pacientes novos por milhão de habitantes/ano, que demandarão investimento real para atender, no mínimo, cinco mil novos pacientes, neste ano de 2003. Isso, no mínimo, significa mais mil máquinas a serem compradas e serem definidas para este ano de 2003.

Aqui chegamos a esta grave situação, apesar de alertarmos as autoridades, a tempo considerável, a respeito da baixa remuneração das tabelas, as quais mantêm-se congeladas há mais de dois anos. Isso, por si só, explica a agudização da crise enfrentada pelo sistema. De nada adiantaria recorrer a planilhas de custos, neste momento, pois as condições são variáveis e, ainda mais, porque o Ministério da Saúde tem instrumentos suficientes para aferir custos e determinar os reajustes necessários.

Hoje, os fornecedores vêm recusando entregar peças de reposição das máquinas, bem como insumos fundamentais para a realização da hemodiálise, alegando que os serviços em dificuldades vêm causando prejuízos financeiros aos fabricantes multinacionais. Some-se a isso o fato de que grande número de Municípios brasileiros sob gestão plena chega a atrasar o pagamento, defasado em quase dois meses.

A conjugação desses fatores nos trouxe a este momento de angústia e incerteza, cuja solução exige medidas acertadas e rápidas.

Agravante maior para essa situação é o de que o sistema público estatal tem mostrado baixa capacidade para atendimento de não mais que 10% dos pacientes, de acordo com o censo nefrológico de 2002, o qual anexaremos aos documentos desta reunião.

Entre as distorções observadas no sistema de atendimento a pacientes renais, podemos destacar um grande número de causas, e não apenas as chamadas modificações das tabelas. Seria muito difícil vir a esta Casa e simplesmente solicitar a V. Exas recursos para as tabelas a fim de solucionar o problema. Não é bem assim.

A questão das tabelas é uma necessidade para o sistema continuar existindo. Por isso, destacaremos algumas das distorções encontradas no sistema de atendimento a pacientes renais, salientando, primeiramente, as referentes ao modelo de atenção aos doentes renais.

A primeira distorção refere-se à inexistência histórica de um planejamento estratégico capaz de enfrentar as reais dimensões do problema em todos os seus segmentos determinantes. Assim, é possível citar a inexistência de políticas de prevenção de doença ou mesmo de tratamento precoce de causa reversível de insuficiência renal ou de tratamento conservador e preservativo de doenças irreversíveis que fatalmente culminam com a necessidade de terapia renal de substituição. Nesse caso, deve-se considerar a falta de vinculação do médico especialista ao sistema básico de atenção à população. Pateticamente, os paci-

entes que necessitam de tratamento, de maneira geral, apenas procuram um nefrologista quando praticamente já perderam a função dos rins. A obrigação do nefrologista é cuidar de rins sadios. Porém, o paciente somente procura um especialista quando o rim não funciona mais. Esse é realmente um fato bizarro que ocorre no nosso atendimento.

O segundo elemento que destacamos é a falta de instrumento de esclarecimento da população sobre as doenças dos rins.

O terceiro ponto diz respeito à enorme disparidade entre o atendimento das populações dos Estados do Sul e do Sudeste comparado ao dos Estados mais pobres do Norte e do Nordeste.

A quarta distorção relaciona-se à falta de política de fixação de profissionais de nefrologia nos Estados mais pobres.

Há necessidade também de estabelecer algumas dificuldades existentes no atual modelo de gestão.

Primeiramente, é necessário rever a tendência de pagamento das unidades de diálise a partir de autoridades municipais, muitas delas desaparelhadas e desconhecedoras da importância do problema. As grandes cidades e capitais têm-se responsabilizado pelo tratamento de pacientes de muitos outros Municípios e Estados sem cobertura financeira adequada para assim o fazer. Muitos cortam as faturas ou atrasam, em até dois meses, o reembolso, causando enormes prejuízos para todos. Outros, inclusive, não chegam a pagar o reajuste de 10%, concedido há dois anos, para a hemodiálise tipo 2 realizada pelas unidades que, compulsoriamente, se adequaram às exigências das portarias ministeriais.

Portanto, urge uma solução mais globalizada, determinada e financiada estrategicamente pelo Ministério da Saúde, planejada pelo Município, mas gerida pelo Estado.

É necessário abordar outro tema complexo: o nosso setor de prestação de serviço também está repleto de irregularidades. Por isso, não poderia deixar de me referir a esse assunto, pois há uma luta antiga da Sociedade Brasileira de Nefrologia contra a inobservância até mesmo dos preceitos constitucionais. Apesar das proibições do art. 199 da Constituição Federal, as duas indústrias multinacionais que manejam cartelizadamente mais de 90% do mercado de equipamentos de insumos no Brasil adquiriram cerca de cem unidades de diálise para prestar serviços ao SUS. De um lado, determinam preços ao sabor de suas demandas e justificam suas majorações com

base nas variações cambiais e nas pressões inflacionárias. De outro, exercem pressões insuportáveis sobre o conjunto de prestadores de serviço aprisionados em tabelas fixas há mais de dois anos. Esse fato já foi denunciado ao CADE, nesta Casa, pelo Senador Lúcio Alcântara, hoje Governador do Ceará.

A CPI dos Medicamentos, dirigida pelo então Deputado Nelson Marchezan, por sua vez, recomendou, em seu relatório, a instalação de uma comissão de sindicância específica para investigar a denúncia formulada pela Sociedade Brasileira de Nefrologia.

Também cobraram atitudes do Ministério da Saúde sobre a questão os Deputados Eduardo Jorge, de São Paulo, Paulo Ritzel, do Rio Grande do Sul, Henrique Fontana, do Rio Grande do Sul, Raimundo Gomes de Matos, do Ceará, Vicente Caropreso, Márcio Matos, Walter Feldman, Arlindo Chinaglia, e também o ex-Deputado Humberto Costa, atual Ministro da Saúde.

Na ocasião, o atual Ministro integrante da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados sugeriu a criação de uma subcomissão – aprovada, mas nunca instalada – para investigar o fato. À espera de soluções, a Sociedade Brasileira de Nefrologia anexa, no momento, um dossiê sobre a ação dessas empresas no ramo de prestação de serviço, desde 1995.

Vimos, portanto, finalmente solicitar a V. Ex^{as} providências necessárias para o enfrentamento do problema em escala nacional.

Regionalmente, haverá variável possibilidade de atuação na dependência da capacidade local de mobilização de recursos materiais e humanos.

Prezados Senadores, o desempenho de sua atividade parlamentar será de fundamental importância para que se possa evitar uma nova catástrofe.

Luta-se, por fim, pelas seguintes teses:

1. socorro de emergência via rápido reajuste de tabelas, fundamental para impedir a catástrofe que se anuncia, pois a remuneração dos procedimentos encontra-se extremamente defasada, mesmo diante da remuneração observada em países da América do Sul, como Argentina, Chile, Uruguai, etc;

2. organização do sistema de atendimento a renais, por meio da criação de um departamento dentro do Ministério da Saúde, para tratar com pertinência de todos os assuntos e políticas referentes a renais, especialmente por ser este setor consumidor de vultosos recursos, cerca de R\$750 milhões ao ano;

3. racionalizar tais recursos para atender prevenção e diagnóstico precoce de nefropatias, visando a reduzir a aceleração da moléstia para condição de dependência da diálise;

4. permitir a contribuição das várias regiões do País, de maneira a contemplar particularidades regionais;

5. implantar política de incorporação de tecnologia, para permitir maior participação da indústria nacional no mercado de insumos e equipamentos, que foi literalmente abatido em seu projeto de modernização e competição pela liberação da ação do cartel no setor;

6. participação efetiva de organizações de médicos e pacientes nas propostas de organização da área;

7. solucionar a contento as distorções existentes no mercado de prestação de serviços.

Era esse o pronunciamento que tínhamos a proferir, em que buscamos enfocar alguns aspectos muito maiores e muito mais efetivos do que este. Estamos à inteira disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr. Ruy Barata. Registro a presença do Senador Marco Maciel. Agradeço, Dr. Ruy Barata, em nome da Subcomissão de Saúde, o seu empenho para que pudéssemos estar hoje na primeira parte da nossa audiência pública. Muito obrigado.

Convido o Senador Marco Maciel a compor nossa Mesa. Fique à vontade, Senador.

Ouviremos agora ouvir a exposição da Dr^a Flávia de Freitas de Paula, gerente-geral de tecnologia e serviços de saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. A senhora dispõe de vinte minutos para sua exposição.

A SRA. FLÁVIA DE FREITAS DE PAULA – Boa noite. Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr. Relator, Srs. Senadores presentes, Senador Marco Maciel, esta reunião é de grande importância.

Como sou pernambucana – conterrânea do Senador Marco Maciel –, funcionária do Ministério da Saúde e tenho, na família, um portador de doença renal crônica, esta reunião torna-se muito mais importante, tanto profissional como individualmente.

Tentarei apresentar para V. Ex^{as} o trabalho que temos desenvolvido dentro da gerência-geral em serviço de tecnologia e serviços de saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, no sentido

de contribuirmos, como Poder Público, para a melhoria da qualidade dos serviços de hemodiálise no País.

Relembro que a missão da Vigilância Sanitária, estabelecida pela Lei nº 8.080, é um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir o risco à saúde, intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e a circulação de bens e da prestação de serviço de interesse da saúde. Com relação a essa atribuição da Vigilância Sanitária, destaco a importância da prevenção dos problemas. Atualmente, em muitos dos casos, a Vigilância Sanitária consegue atuar na correção dos problemas, mas nosso intuito sempre, em todas as medidas que temos adotado, é o de trabalhar na prevenção.

Como se organiza o sistema? Identificamos muita desinformação quanto à organização do próprio Sistema Único de Saúde. A Anvisa, como órgão do Sistema Nacional junto a União, trabalha com o papel da coordenação das ações que são desenvolvidas principalmente no âmbito dos Estados e dos Municípios, dependendo de seu tipo de gestão.

Com a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pela Lei nº 9.782, de 1999, foi criada a Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, que tem como missão coordenar as ações junto a todos os serviços de saúde do País.

A missão da Anvisa é proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando do seu acesso. Essa missão é realmente um verdadeiro desafio para qualquer ente público, e tentamos desenvolver nossas ações no sentido de alcançar essa meta. Não é um trabalho que dará resultado em um ano ou dois; é um trabalho de longo prazo. O que vou apresentar a V. Ex^{as} tenta alcançar essa nossa missão.

A Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde trabalha basicamente com ações de regulamentação, capacitação de profissionais de vigilância sanitária e desenvolvimento de indicadores, para que, por meio desses indicadores, possamos desenvolver o monitoramento da situação sanitária dos serviços de saúde. Além disso, eventualmente, trabalhamos com investigação de eventos adversos, quando, por exemplo, existe uma situação crítica como a de Caruaru ou quando há qualquer outro tipo de situação do gênero. Fazemos a investigação e, em casos excepcionais, a inspeção. Habitualmente, a inspeção é uma ação de âmbito estadual, mas, em casos excepcionais, a Agência atua fazendo a inspeção.

Qual a nossa perspectiva de trabalho? No serviço de saúde, não ter qualidade significa ter risco. A esse risco todos os pacientes estarão expostos se o

serviço de saúde não tiver qualidade. Nosso trabalho visa à melhoria da qualidade dos serviços de saúde, de hemodiálise, especialmente.

No trabalho da Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, foram priorizados praticamente quatro tipos de serviço de saúde, dentre os quais está a diálise. A priorização desses tipos de serviço foi feita em função do risco que o mau funcionamento deles pode acarretar para os pacientes. Cito como exemplo, nos hospitais, serviços que trabalham com reações ionizantes, laboratórios e diálise, que é a pauta de hoje.

Em função dessas prioridades, que medidas a Agência adotou? Uma das medidas foi estabelecer o que se chama de Termo de Ajustes e Metas. Por meio do Termo de Ajustes e Metas, a Anvisa passa às Vigilâncias Sanitárias estaduais um tipo de incentivo, para que sejam realizadas as inspeções nos serviços de saúde.

Qual é a situação atual? Na data de hoje, 583 serviços de hemodiálise estão cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde; são cerca de 61 mil pacientes matriculados. Temos observado, no decorrer dos anos, o aumento da cobertura de atendimento e o aumento da cobertura também da fiscalização desses serviços.

Qual a perspectiva, qual a nossa proposta de trabalho? Para a hemodiálise, temos trabalhado com indicadores. Existe um banco de dados que se chama Apac, e, com base nesses dados, estamos construindo esses indicadores, usando todos os sistemas de informação para identificar quais são os serviços mais críticos, onde precisamos atuar com mais firmeza. Esse é o trabalho que vimos fazendo.

A Portaria nº 82, citada aqui, representou um grande avanço na melhoria da qualidade dos serviços. Entendemos que esse é um processo de melhoria contínua da qualidade, que já é melhor e apresenta mais garantias para o paciente usuário desses serviços.

Outra proposta que está sendo trabalhada é a da criação de um cartão para o paciente, no qual ele terá acesso, de forma mais transparente, a todos os indicadores e marcadores do seu tratamento. Entendemos que, somente com o acompanhamento e o monitoramento dessas informações, com a efetiva participação do paciente, este estará consciente do seu tratamento e poderá contribuir e exigir qualidade.

Também temos incentivado a acreditação dos serviços de hemodiálise. Para isso, a Anvisa tem trabalhado, junto com a SBN, no desenvolvimento dos

manuais de acreditação, para favorecer a melhoria da qualidade desses serviços.

Para que pudéssemos avaliar adequadamente esses serviços em todo o País, o que percebíamos inicialmente? Que a inspeção feita em um determinado Estado não tinha as mesmas exigências que a inspeção feita em outro Estado. O nosso papel foi o de sistematizar essas informações, estabelecer padrões únicos. Dessa maneira, quando se disser que um estabelecimento em um Estado tem uma condição de funcionamento, a outra equipe de inspeção que for para outro Estado terá os mesmos parâmetros de avaliação. Isso foi feito por meio da Resolução da Diretoria Colegiada nº 35.

Falei para V. Ex^{as} a respeito do Termo de Ajustes e Metas. Para a hemodiálise, em função da gravidade do problema, está estabelecida, no Termo de Ajustes e Metas, a inspeção de 100% dos estabelecimentos de diálise. A Anvisa tem tentando ajudar no repasse desses recursos para ajudar as equipes de inspeções, em todos os Estados, a se estruturarem, com a perspectiva de abordar, de forma muito séria, o controle de infecções, que é um problema existente nos serviços. Temos que criar todos os mecanismos de controle para que esse problema seja reduzido.

Essas são as prioridades do Termo de Ajustes e Metas para a hemodiálise, hospitais, laboratórios e irradiação ionizante. Assim, fica evidente a gravidade e a priorização dos serviços de hemodiálise, que corresponde a 100% das inspeções.

A Portaria nº 82, como falei para V. Ex^{as}, representou uma melhoria contínua nos serviços. Isso pode ser claramente identificado nesse gráfico, que faz uma comparação entre os anos de 1996 e 2002, as antigas máquinas de tanque e as máquinas de proporção. Identificamos que, em 1996, 90% das máquinas eram de tanque, enquanto que 10% eram de proporção. Hoje, no ano de 2002, corroborando os dados apresentados pelo Dr. Ruy Barata, houve uma melhoria muito grande desses serviços com o investimento em máquinas de melhor qualidade. As antigas máquinas de tanque praticamente acabaram: há somente 3% no País. O que há no mercado são as máquinas de proporção.

Vou agilizar, para não passarmos do tempo previsto.

Veremos em que fase está o processo de apoio à acreditação. Já foi feita consulta pública, e toda a sociedade apresentou contribuições. Já incorporaram as sugestões, e estamos em fase de teste de campo desse manual de acreditação, que, após o teste de campo, será publicado de forma definitiva.

Como temos dividido as responsabilidades? Cabe à Anvisa trabalhar com os indicadores e monitorar a qualidade desses serviços, para que, com esse monitoramento, possam ser definidas políticas que propiciem a melhoria da qualidade. Cabe também à Anvisa trabalhar com roteiro de inspeção e de auto-inspeção, que propicia a melhoria contínua dos serviços.

A Organização Nacional de Acreditação – ONA, com a qual temos uma parceria, é responsável pelo processo de acreditação. O Ministério da Saúde e o Datasus têm nos fornecido os bancos de dados, para que trabalhem com os indicadores. E as vigilâncias sanitárias estaduais e municipais desenvolvem o processo de inspeção.

O cartão do paciente, de que já falei, seria uma ferramenta que lhe permitiria conhecer, interpretar, registrar os resultados dos exames laboratoriais e seus indicadores metabólicos. Acreditamos que essa seria uma medida muito importante, a fim de melhorar o controle e o resultado do tratamento para os pacientes.

O sistema de informação é a base do nosso trabalho. Assim, integraria tanto o cartão do paciente quanto o sistema de Apac. Estamos propondo – e, inclusive, está em negociação com a Secretaria de Atenção à Saúde – a inclusão de novos dados na Apac, que é um sistema de informação, a fim de que possamos trabalhar com os indicadores de forma mais aprofundada.

Gostaríamos de colocar à disposição de V. Exas a Gerência Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde, com o nosso contato, o nosso **site** na Internet, pois nossa filosofia de trabalho tem sido a de estarmos sempre abertos às contribuições, a de tirar dúvidas, esclarecer pontos de vista e agregar sugestões para a melhoria do serviço de saúde do País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dra Flávia.

De acordo com o art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Consultor Legislativo do Senado, Dr. Ubiramar Lopes de Souza, para compor a Mesa e assessorar esta Subcomissão.

Concedo a palavra ao Dr. Arthur Iavares, médico, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia – Regional de Pernambuco.

V. S^a dispõe de vinte minutos para a sua exposição.

O SR. ARTHUR TAVARES – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, e demais participantes desta

audiência, meus cumprimentos! Não tenho o dom da palavra, assim como V. Exas. Portanto, lerei um breve resumo da situação do tratamento dialítico sob a ótica de um médico nefrologista do Estado de Pernambuco.

Em 1996, completei sete anos de formatura no curso médico e quatro anos do término da residência em Nefrologia. Naquela época, eram três os meus locais de trabalho: uma unidade de transplante renal e duas clínicas de diálise. Duas vezes por semana, eu saía para trabalhar com medo, apesar da confiança em minha capacidade técnica e nos preceitos éticos de Hipócrates.

Era uma clínica de diálise em Recife, com deficiências estruturais crônicas devido a prolongados períodos de má gestão administrativa, as quais foram agravadas quando da publicação da Portaria Ministerial que passou a regulamentar o funcionamento dessas clínicas, a partir de 1996.

Nós, nefrologistas pernambucanos, vivenciamos naquela época um período de caça às bruxas, como se todos também tivéssemos sido condenados pela fatalidade ocorrida em Caruaru. Nosso algoz era a Vigilância Sanitária, movida não por instintos vingativos, mas pelo temor de fiscalizar um setor tão explosivo como as clínicas de diálise, pois não se permitiria um novo episódio com desfecho trágico após o sofrimento de Caruaru.

No caso da clínica em que eu trabalhava em Recife, apesar de uma boa equipe de médicos plantonistas, o administrador não era um especialista. E, após um período de conquistas na qualidade do tratamento, não houve condições de atender todas as exigências da portaria, tendo culminado com o fechamento da clínica pela Vigilância Sanitária e com a transferência de todos os pacientes, distribuídos pelas demais unidades conveniadas ao SUS, com sobrecarga da rede, onde foram realizados até cinco turnos de diálise por dia. As sessões, freqüentemente, eram encerradas às três horas da madrugada, dificultando o bom andamento do serviço, comprometendo a manutenção das máquinas, esgotando os profissionais da saúde e transtornando a vida dos pacientes.

Ao longo desses sete anos, houve uma espécie de processo de seleção natural dos serviços de diálise, que se adequaram às exigências, dentro dos quadros legais estipulados, ao custo de vultosos investimentos financeiros. Houve também uma evolução real no órgão fiscalizador, que passou a entender melhor a dinâmica do setor e o que realmente importava e devia ser fiscalizado, tornando-se, ao longo desse processo, um verdadeiro parceiro dos médicos, que,

assim como os pacientes, também foram realmente beneficiados pelo cumprimento adequado dessas normas.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, fizemos o nosso dever de casa e ainda recebemos nota máxima por ele. Todas as exigências são cumpridas em Pernambuco, como atestado em relatório recente da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Porém, confesso que, já há alguns meses, sinto-me incomodado pela mesma sensação de temor daquela época tão adversa. Manter esse alto padrão de qualidade em um programa de saúde de alta complexidade tem um custo elevado e crescente, que não foi compensado desde a sua implementação e que foi altamente corroído ao longo dos anos.

O desequilíbrio orçamentário das clínicas conveniadas ao SUS é generalizado, o que descarta problemas pontuais de gestão administrativa, em que a maioria teme o iminente colapso financeiro, inclusive aquelas que são classificadas como filantrópicas, que, apesar de contarem com isenção de impostos, apresentam-se em situação também muito difícil.

Atualmente, sou diretor-técnico de uma clínica e supervisor médico de outra. Toda a responsabilidade civil, criminal, ética e moral está pendurada, como uma espada amarrada ao teto, acima da minha cabeça vinte e quatro horas por dia.

Nesse tratamento, que é classificado como de alta complexidade, os riscos têm que ser eliminados ao máximo. Toda clínica de diálise fabrica diariamente milhares de litros de água ultrapura, por meio de um caro e sofisticado sistema de tratamento por osmose reversa, e a maioria dos nefrologistas, dublês de engenheiros químicos, ainda acrescentam um sistema de esterilização por radiação ultravioleta e barreiras mecânicas, como ultrafiltros. No entanto, a água é um elemento natural, e, por mais avançada que seja a tecnologia humana empregada, não se conseguem 100% de controle sobre a natureza.

Lidamos também com máquinas computadorizadas e insumos descartáveis, e, dificilmente, a indústria nacional poderia assumir a sua fabricação devido ao elevado investimento financeiro, à grande concorrência das multinacionais e à necessidade do emprego de alta tecnologia de ponta.

As exigências da Portaria seguem o mais elevado padrão internacional de atendimento e, com raríssimas exceções, podem ser abrandadas com o intuito de barateamento do tratamento, sem levar ao prejuízo da qualidade e segurança, o que elevou sobrema-

neira o custo sem a contrapartida necessária do órgão financiador.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me na obrigação de alertar a sociedade a respeito da gravidade da situação que atravessa o setor da terapia renal substitutiva nacional, que atualmente pode ser considerada como uma ilha de excelência no atendimento dos pacientes assistidos pelo SUS, assim como o programa tão reconhecido e premiado da Aids.

A crise financeira das clínicas pode resultar num retrocesso dessa conquista da Medicina brasileira, inicialmente com risco de queda progressiva na qualidade de tratamento, obviamente por razões matemáticas e não por opção médica. Posteriormente, o agravamento da situação resultaria no encerramento das atividades das clínicas, obrigadas a fechar pelo órgão fiscalizador, desta feita com maior dificuldade para a transferência dos pacientes para a continuidade do seu tratamento, uma vez que a rede pública dispõe de uma estrutura própria muito reduzida e insuficiente.

Hoje, as clínicas do serviço público atendem apenas cerca de 4% da população em programa de diálise crônica. A ampliação desse número não é tarefa fácil a curto prazo. Haveria necessidade de recrutamento e treinamento de pessoal especializado, construção de grande estrutura física adequada, compra de maquinário. Finalmente, isso implicaria um custo comparativo bem acima do valor despendido na contratação de clínicas privadas conveniadas, pois uma sessão de hemodiálise realizada em uma unidade pública sai mais cara do que no serviço privado.

Pernambuco é vitrine nacional para esse tipo de tratamento. Infelizmente, o foco é centrado apenas nas complicações. A maioria absoluta das clínicas do Estado alega dificuldades financeiras intransponíveis. No cenário atual, o colapso financeiro é iminente – somente não ocorreu ainda por vivenciarmos uma delicada situação de insolvência tolerada.

Compreendo a dificuldade financeira do Ministério da Saúde. No entanto, as responsabilidades precisam ficar bem claras. Não se pode exigir que se colham tomates onde foram plantadas cebolas. Ou seja, temos um programa de diálise no nível dos países desenvolvidos ou até melhor, enquanto se remunera com o valor mais baixo da América Latina e um dos piores do mundo.

Saúde não tem preço, mas existe um custo. No ano de 2001, na Índia, existiam 100 mil pacientes com problema de diálise crônica, representando 0,1% da população, que consumiam 10% do orçamento da saúde daquele país.

Vivemos num regime democrático. A saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Sessenta mil cidadãos brasileiros dependem do bom funcionamento desse sistema para a manutenção da vida. A sociedade brasileira não lhes pode negar esse direito de sobrevivência. Seus representantes legais devem ser responsabilizados pela garantia da continuidade do excelente programa de diálise nacional, com o qual se apresenta uma mortalidade anual bem inferior à do país que mais despende recursos com diálise no mundo: 14,5% do programa nacional contra 23% nos Estados Unidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou líder sindical, também não represento os interesses das clínicas como empresas. No entanto, como representante dos médicos nefrologistas de Pernambuco, venho a esta Casa pedir a V. Ex^{as} que, se possível, solicitem ao Ministério da Saúde resoluções mais ágeis para solucionar essa delicada situação. A demora ou a protelação da necessária e urgente definição do financiamento do setor pode resultar em uma nova Caruaru. Mais uma vez, as vítimas fatais serão os pacientes; e os únicos responsáveis apontados, os médicos.

Nossa esperança é a de que, desta vez, com o apoio e o acompanhamento desta Casa do Congresso Nacional, principalmente dos Srs. Membros desta Subcomissão de Saúde, nossos apelos não ficarão sem ser ouvidos pelas autoridades públicas.

Muito obrigado pela atenção. Disponho-me a colaborar na elucidação de prováveis dúvidas ou maiores esclarecimentos a respeito do tema, com enfoque particular em Pernambuco. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – A Mesa agradece ao Dr. Arthur Tavares.

Convido os Srs. expositores José Carlos de Queiroga Maciel, Dr. Ruy Barata, Dr^a Flávia de Freitas e Paula e Dr. Arthur Tavares a comporem a primeira fila.

A próxima etapa da nossa audiência terá a participação...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, gostaríamos de pedir a inversão da ordem de perguntas. O Senador Reginaldo Duarte tem um compromisso e gostaria de ser o primeiro a fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não. Começamos, então, com a participação direta dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. expositores, não sou médico, infelizmente, já que este era o meu sonho, que foi frustrado por condições alheias à minha vontade. Tenho uma grande simpatia pela classe médica.

Sei perfeitamente que o problema da saúde no Brasil está ligado diretamente à quantidade de recursos da área federal. Os recursos são poucos e mal chegam a atender as exigências dos hospitais e dos pacientes.

Tenho aqui alguns projetos para outras audiências públicas. Eu gostaria de trazer aqui, no próximo mês ou no decorrer deste mês ainda, os proprietários de planos de saúde ou seus representantes e também representantes da classe médica. Gostaria de trazer aqui um médico do Sul, outro do Norte e outro do Nordeste do País, para debaterem conosco e com os proprietários o plano de saúde.

A classe médica queixa-se demais, porque, há sete anos não recebe aumento sequer em suas consultas e em suas ações médicas em hospitais etc.

Vamos trazer esse pessoal para vermos com quem está a razão. Um se queixa do outro, mas ainda estou com os médicos, porque há sete anos a classe médica não recebe aumento dos planos de saúde. Sou portador de um plano de saúde e, anualmente, recebo meu aumento.

Os proprietários de hospitais estão à beira da falência. Todos os hospitais privados deste País estão à beira da falência, porque eles também são obrigados a atender o pessoal do SUS que bate à sua porta. Um hospital não pode deixar que um paciente volte sem atendimento, até por uma questão humanitária.

Traremos aqui também representantes do SUS, para que possamos discutir e tirar nossas conclusões, para enviar o resultado da audiência pública aos órgãos competentes.

Sr. José Carlos, eu não queria, mas vou fazer uma pergunta que talvez V. S^a tenha já respondido – posso não ter percebido.

Desde os lamentáveis episódios e incidentes que se registraram na cidade de Caruaru, no seu Estado de Pernambuco – que, diga-se de passagem, é um estado de minha simpatia, pois ali estudei, terminei meu segundo grau e ainda cheguei a entrar na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Recife –, quais foram as melhorias feitas, principalmente para as pessoas que, diária ou semanalmente, fazem hemodiálise? Quais são esses melhoramentos, de uma maneira clara e objetiva?

Essa era a única pergunta que eu gostaria de fazer.

O SR. JOSÉ CARLOS DE QUEIROGA MACIEL – Senador Reginaldo Duarte, é um prazer responder, porque sou o produto final da melhoria após a tragédia.

Antigamente, a máquina de hemodiálise era manual. O banho colocado na máquina para a lavagem do nosso sangue era feito, às vezes, até na própria clínica, e não existia nenhuma regulamentação que garantisse um tratamento com qualidade.

A Portaria nº 82, além de garantir o tratamento de qualidade, regulamentou toda a hemodiálise, determinando que, para 50 pacientes, deve haver um médico e que, para cada quatro máquinas, deve haver um técnico e um auxiliar de enfermagem. Além disso, estabelece o índice de tratamento da água que deve ser obtido antes de a água entrar na máquina de hemodiálise. A única coisa que a Portaria não determina, na realidade, é a punição pelo descumprimento. Na Portaria, não existe uma punição clara pelo descumprimento.

Inclusive, quero fazer um elogio à Vigilância Sanitária quando fiscaliza uma clínica de hemodiálise e encontra algum item com que não está de acordo. O Ministério, quando implantou a Portaria nº 82, deu o prazo de um ano para a clínica se readaptar a toda uma estrutura que era difícil de ser implantada da noite para o dia. Nesse período, a Vigilância Sanitária fiscalizava item por item e anotava os defeitos da clínica de hemodiálise, mas não havia punição.

Há pouco tempo, fiz uma solicitação ao Ministro da Saúde, por escrito, que foi encaminhada à Coordenação de Saúde, de alta complexidade, exatamente para que se colocasse de uma vez por todas um ponto final nessa questão, com valores em real, para que as clínicas que não cumprissem a Portaria fossem penalizadas monetariamente.

O médico tem estabilidade, sim, mas, em toda profissão existe, o mau profissional. Assim, nós, pacientes, acreditamos que temos o apoio dos médicos responsáveis. Mas, muitas vezes, o erro de um é generalizado, e os bons médicos pagam pelos maus médicos. Portanto, os bons médicos não têm o que temer porque são bons, respeitam a Portaria e não serão penalizados. Mas os maus médicos, que não cumprem a Portaria, terão uma penalidade, em dinheiro, e essa é a nossa solicitação.

Sabemos que a água lá utilizada tem um índice de infecção de quase zero, tendo em vista ser esse o mais moderno tratamento do mundo. Tememos ape-

nas uma coisa: a falta de um profissional capaz para fazer a manutenção dos equipamentos.

Em Pernambuco, conseguimos, por meio da Comissão de Saúde da Assembléia, na época em que houve o problema no Hospital Português, fazer um projeto, do qual surgiu uma nova Portaria, que, aliás, é um privilégio de Pernambuco. Em todo o Brasil, apenas Pernambuco tem essa nova Portaria, que acrescenta mais responsabilidade para a clínica e para o médico. Essa foi uma grande vitória, porque também aumentou essa garantia de tratamento. Tudo que envolve uma clínica de hemodiálise está previsto na Portaria.

Quando foi feita a Portaria, estava escrito que era “obrigatório” – a expressão era essa – a clínica aceitar representante de associações de pacientes renais em suas dependências, inclusive para fiscalizar. Hoje é dito que é “facultado” às associações de pacientes renais fiscalizarem as clínicas. Ocorre que essa palavra “facultado” tem causado problemas, porque o dono da clínica diz que “deixa se quiser”, porque lhe é facultado. No entanto, trata-se de uma interpretação errada do nosso Português – penso até que é falta de conhecimento da Língua -, visto que é facultado a nós, pacientes renais, entrarmos na clínica, conversarmos com os pacientes e fiscalizarmos. A Portaria nos dá esse direito, e isso, para nós, foi o maior avanço.

Quero registrar uma crítica. Em Pernambuco, na audiência pública, perguntei ao Conselho Estadual de Medicina: “Que médico foi punido por negligência?”. Nenhum médico foi punido. Houve aquela tragédia de Caruaru, por não haver uma regulamentação. Não existia arquivo nem processo, nada – só se conseguia algo na Justiça. Não existia nada que orientasse o procedimento do médico. Mas, na Portaria nº 82, está a garantia do medicamento.

O Governo Federal é obrigado a fornecer, por exemplo, a eritropoietina, um hormônio que tomamos, porque o rim paralisado não fabrica os glóbulos vermelhos. Outro exemplo é o do carbonato de cálcio, um medicamento que nos traz um benefício enorme, mas que, em contrapartida, causa-nos efeitos colaterais, como, por exemplo, o enrijecimento dos tendões e o entupimento de veias – não sei o termo médico. Estamos lutando para obter um novo medicamento, o Renagel, que tratará disso. Esse medicamento é muito caro, custa quase R\$700,00. O Governo Federal o regulamentou com R\$440,00, e os Governos estaduais têm que repor R\$260,00. O ferro é um outro produto de que precisamos para combater a anemia, já que, no próprio tratamento renal, há uma quebra de hemá-

cias. Como não fabricamos os hormônios, necessitamos tomar ferro.

Assim, todos os remédios estão expressos naquela Portaria, seja os remédios para o controle da pressão ou para o combate à rejeição a transplantes e outros. Todo paciente transplantado recebe os medicamentos necessários à rejeição. Com relação a medicamentos, praticamente não temos mais problemas. Nosso problema é relativo ao reajuste.

Senador, duvido que o próprio Ministro faça algo para que, no final do mês, não seja bem remunerado. Ninguém é louco de abrir um negócio assim. O investimento para uma clínica nova hoje chega a quase R\$1 milhão. Ninguém investirá um montante desse e trabalhar de segunda a segunda, feriados e dias santos, para, no final do mês, não poder dizer “tenho o meu dinheiro, fruto do meu trabalho e da minha empresa, e tenho como usufruir de certo conforto”.

Penso que a Portaria foi o que proporcionou a qualidade dos serviços realmente. Mas há alguns itens que vamos discutir para melhorá-la. Mas, basicamente, ela nos atende perfeitamente bem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Obrigado, Sr. José Carlos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não, Senador.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Apresento as minhas despedidas aos expositores, que foram bastante objetivos em seus pronunciamentos, explicitando, de maneira clara, o real objetivo desta audiência pública.

Peço licença aos senhores e aos meus colegas Senadores para me retirar do recinto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Senador, também pela sua presença.

Convido a Senadora Serys Slhessarenko e o Vice-Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Augusto Botelho, para comporem a mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. participantes desta audiência pública, a que atribuo a maior relevância, infelizmente, eu estava em outros compromissos. Tive de ir à reunião da Bancada. Digo infelizmente, porque atribuo a maior importância a esta audiência pública.

Ouvi uma parte da fala do Dr. Ruy Barata. Eu gostaria de fazer alguns questionamentos que – acredito – devem ser dirigidos a S. S^a mas que talvez possam ser dirigidos também aos outros expositores. Como eu disse, não ouvi os outros. Então, a quem é dirigida a pergunta fica em aberto.

Quais medidas os senhores consideram que o Senado Federal poderá empreender na assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, como Casa Legislativa, criando normas e alterando a legislação já existente, como órgão fiscalizador da atuação do Poder Executivo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União e da Comissão de Fiscalização e Controle, e como órgão representativo da Federação brasileira, buscando adotar medidas fiscalizatórias e legislativas, para diminuir as grandes desigualdades regionais hoje existentes, principalmente na assistência à saúde?

Sou Parlamentar no âmbito federal pela primeira vez – estamos com três meses de mandato –, mas fui Deputada Estadual por três mandatos no Estado de Mato Grosso e acompanhava essa questão bem de perto. Conhecemos razoavelmente a gravidade dos problemas. Temos um interesse muito grande na matéria. Estamos aqui nesta Subcomissão, que é composta de apenas sete Senadores, porque acreditamos na grande importância que se deve dar à saúde e, especificamente, às doenças renais crônicas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Dr. Ruy Barata.

O SR. RUY BARATA – Prezada Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a pergunta sobre como o Senado Federal poderia encontrar instrumentos para participar efetivamente da fiscalização e da implementação da legislação, bem como para traçar normas. Não me parece seja essa uma tarefa fácil devido às grandes atribuições que o Senado Federal tem e por ser o número de Senadores pequeno para tanta atividade. Mas, na medida em que o Senado conseguir fazer audiências como esta e chamar a comunidade, direcionar-se para cada problema da área de saúde, ele estará se municiando de uma visão concreta dos problemas de saúde. A partir daí, os instrumentos legais de influência são totais, porque é uma Casa de relevância no contexto do poder da Nação.

Portanto, creio que na medida em que o Senado tiver, por intermédio da Subcomissão de Saúde, uma atividade rotineira para a implementação de reuniões em que o Ministério da Saúde, o Ministério Público, as sociedades médicas, as sociedades patronais e de

pacientes possam ser ouvidos, esta Casa poderá ter um papel muito importante na fiscalização da saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Algum outro expositor deseja pronunciar-se sobre as perguntas da Senadora?

O SR. JOSÉ CARLOS DE QUEIROGA MACIEL – Senadora, é de suma importância a participação de todos desta Subcomissão na elaboração de um documento a ser encaminhado pela Presidência do Senado, notificando o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, o Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, sobre a real crise em relação aos pacientes renais e, principalmente, a responsabilidade do Poder Público. Pela Portaria nº 82, os médicos têm responsabilidade civil e criminal quando ocorre qualquer falha no setor de hemodiálise. Se vier a ocorrer o fechamento das clínicas, vai o médico para a cadeia, e o paciente renal, em uma linguagem bem pernambucana, para a catacumba. A verdade é essa. As autoridades públicas federais não sofrerão sanção alguma.

Portanto, é preciso que o Senado crie mecanismos de responsabilizar as autoridades federais para que tenham a consciência de que, no futuro, poderão ser também penalizadas pela inoperância do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores expositores, eu estou Senador. Sou médico há trinta anos em Roraima e, há três meses, juntamente com a Senadora Serys Slhessarenko, estou exercendo o mandato de Senador, meu primeiro no Poder Legislativo. Ainda estou vendo as coisas pelo mesmo lado que os senhores as vêem. Sei das dificuldades de reembolso, de pagamentos das clínicas. Tive contato com alguns membros da associação dos donos de clínicas de hemodiálise e tomei conhecimento da injusta defasagem dos preços que ocorre em relação a isso.

Podem ter a certeza de que teremos a sensibilidade para tentar resolver o problema o mais rápido possível, porque, com a insegurança que os pacientes renais e os colegas profissionais estão sentindo, as dificuldades se agravam cada vez mais.

Eu também desconhecia a existência de um monopólio, em que praticamente duas empresas apenas produzem material para os banhos de hemo-

diálise no Brasil. Deveria haver um estímulo à indústria nacional nesse sentido. A Comissão da Saúde torce para que a indústria farmacêutica nacional se amplie, invista em pesquisa e comece a fazer produtos.

Não é justo que um País que tem cabeças como as nossas tenha de pagar **royalties** para tudo, porque não tem tradição de investir em pesquisa. Creio que o Brasil está começando a dar passos nessa direção. Temos o exemplo da Embrapa, em que tudo o que foi investido em pesquisa, em toda a sua existência, não chega a ser a metade do capital que produzimos em grãos neste País.

Pergunto inicialmente se o Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia tem estudos dos custos dos serviços de hemodiálise, custos feitos pela Sociedade Brasileira de Nefrologia, pelos médicos, não pelos que prestam serviços.

Em segundo lugar, gostaria de saber se a Sociedade Brasileira de Nefrologia foi chamada alguma vez para participar da elaboração dessas portarias e de atos semelhantes que ficam a cargo do Ministério da Saúde ou se o Ministério tem feito tudo de cima para baixo.

O SR. RUY BARATA – Sr. Senador, em primeiro lugar, quero dizer que não sou presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, sou diretor de defesa profissional da Sociedade. Feita a ressalva, gostaria de responder-lhe.

A Sociedade Brasileira de Nefrologia, em um passado recente, juntamente com a Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, contratou a Fipe para fazer um levantamento de custos. A planilha foi realmente feita e teve muitos acertos, críticas e muitas loas. Entretanto, nunca chegou a ser usada como instrumento de balizamento de custos pelo Ministério da Saúde. E isso não aconteceu apenas na área de nefrologia, mas em várias outras especialidades. Então, a Sociedade tem essa planilha, ainda vigente.

Outros centros também fazem suas pesquisas de custo. E os resultados são variáveis: é variável quando estabelecemos custos do setor público, do setor privado e do setor filantrópico; é variável quando esse centro é do Norte, do Nordeste ou do Sudeste; é variável na medida em que o número de pacientes que está na clínica é maior ou menor. Por exemplo, uma clínica de 50 pacientes é muito mais cara do que uma clínica de 250 pacientes.

Creio que o Ministério da Saúde dispõe de instrumentos suficientes, como hospitais públicos, clínicas privadas, clínicas filantrópicas e planilhas que,

agora, parece-me, começaram a ser discutidas em uma comissão no Ministério da Saúde. Não sei se a questão do balizamento da planilha será fundamental para a determinação do custo, mas sei que o Ministério da Saúde pode fazer perfeitamente uma planilha com os custos adequados.

Com as portarias baixadas nos últimos anos, ou seja, entre 1996 e 2002, sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram poucas as possibilidades de parceria entre a Sociedade Brasileira de Nefrologia e o Ministério, independentemente do ministro que por lá passou. Nesse período, passaram pelo Ministério três ministros, e não tivemos grande possibilidade de ingerência sobre a questão. Atualmente fomos chamados, mas muito em função de uma pressão que a Sociedade está exercendo. No momento, temos uma representação, como Sociedade Brasileira de Nefrologia, nesta Comissão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado.

Gostaria de fazer mais uma pergunta à Dr^a Flávia, que falou que são feitas inspeções em 100% das clínicas de hemodiálise. É lógico que as inspeções não começaram de imediato, devem ter dado uma tolerância de um ano e meio a dois anos até comecem a ser feitas. Já conseguiram inspecionar ao menos uma vez cada clínica? Já foi estabelecido um prazo para fazer a inspeção? Vão inspecionar uma vez por ano cada clínica, a cada dois ou três anos? É o que gostaria de saber.

A SRA. FLÁVIA DE FREITAS DE PAULA – Quando da Portaria nº 82, foi dado um prazo de adaptação. Mesmo no decorrer do prazo de implantação da portaria, estavam previstas fiscalizações aos serviços, que tinham um caráter de orientação, de esclarecimento aos prestadores. Apesar de a portaria – e foi até uma sugestão do outro palestrante – prever um recurso no caso de não ter sido obedecida a legislação, há a Lei nº 9.437 estabelecendo a possibilidade de uma multa em caso da desobediência dos serviços.

O trabalho da vigilância é basicamente tentar orientar. No entanto, se identificamos que o serviço não está tomando as medidas necessárias para fazer as adequações e a melhoria da qualidade dos serviços, a Vigilância Sanitária pode adotar medidas punitivas. O Termo de Ajuste de Metas firmado com os Estados estabelece 100% de inspeção em todos os serviços anualmente. É claro que uns têm possibilidade de se adequar de forma mais ágil e outros, de for-

ma mais lenta. Mas a tentativa é sempre buscar uma melhoria contínua.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado!

Gostaria de fazer uma observação em relação ao Sr. José Carlos de Queiroga Maciel.

Existe um órgão responsável por punir os médicos que não cumprem com seu dever corretamente, que são os Conselhos Regionais de Medicina. Aliás, o de Pernambuco é muito ativo. Então, os renais devem-se dirigir ao Conselho quando estiverem insatisfeitos com qualquer coisa relacionada tanto à clínica quanto ao médico que atende. Ou, se for um enfermeiro, ao Coren. Existem os conselhos profissionais a que vocês podem se dirigir. O que a Anvisa tem feito é uma espécie de auditoria preventiva. Acredito que esse seja o método correto, antes de partir para a punição caso se insista no erro, na falha. Também não podemos exigir muito dos prestadores de serviço, porque ninguém está pagando a contento. Temos que exigir o que está escrito, mas também temos que ser justos quanto ao pagamento.

Muito obrigado pelo esclarecimento!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Com a palavra o Senador Mão Santa, Relator da Subcomissão de Saúde.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – Sr. Presidente desta Subcomissão, Senador Papaléo Paes, Srs. Senadores, encantadora Senadora Serys Slhessarenko, minhas primeiras palavras são de agradecimento aos consultores que nos estão ajudando a fazer o relatório que me compete por determinação do nosso Presidente.

Gostaria de cumprimentar os expositores: o Sr. José Carlos de Queiroga Maciel, um grande líder, que relatou com muita vivência o sofrimento de todos que têm insuficiência renal, e os colegas doutores, o Dr. Ruy Barata, da Sociedade Brasileira de Nefrologia, o Dr. Arthur Iavares, Presidente da Sociedade Brasileira Regional de Pernambuco, e a Dr^a Flávia de Freitas de Paula, que, também como a Serys, é encantadora!

Quero dizer que houve um avanço muito grande! Sou médico há 37 anos. O meu pecado foi entrar na política, porque considero a medicina a mais humana das ciências, e o médico um grande benfeitor da humanidade.

A medicina brasileira evoluiu muito. Sou do tempo que se fazia diagnóstico de insuficiência renal pelo cheiro. Hoje, o diagnóstico é muito fácil. Mas tratar é difícil, é complicado. Primeiro, é um doente diferente, porque vai ter que conviver com isso pelo resto da

vida. Ou seja, temos que ter em mente que o doente renal crônico é diferente. Ele precisa, sobretudo, de um apoio psicológico muito grande, porque é duro. Temos aqui um exemplo, dezesseis anos naquela cadeira, três vezes por semana, doze horas por semana, uma carga horária que exige otimismo para aproveitar o tempo e continuar a exercer as atividades que pode.

É um serviço totalmente especializado que avançou muito. Eu me orgulho de ser cirurgião, porque um dos avanços da humanidade é a cirurgia de transplante. E o maior êxito é o transplante renal. Precisamos de mecanismos para avançar. Temos que ser otimistas. Faria minhas as palavras do médico-símbolo, do médico-político, Juscelino Kubitschek, mineiro – aqui só tem pernambucano –, que disse que é melhor ser otimista, pois o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.

Além disso, o Estado tem que se conscientizar e oferecer o melhor. No mundo civilizado, a saúde tem que ser como o Sol, igual para todos, um direito para todos, e é dever do Governo proporcionar isso.

Temos que entender as coisas. O Parlamento em que estamos e que representamos é o maior de qualquer civilização democrática. O Senado não é uma assembléia soberana, e sim de debate. Aqui, se fala; não se decide. Há muitos esforços no processo democrático. O Senado não tem uma comissão de saúde, mas tem uma Comissão de Assuntos Sociais, e, por inspiração extraordinária do companheiro Papaléo Paes, na primeira reunião, foi feito um requerimento para a criação de uma subcomissão, de acordo com o Regimento da Casa. Esse pedido foi atendido, e estamos aqui. Quero cumprimentar o nosso Presidente pelo esforço.

Um outro problema muito importante refere-se ao medicamento gratuito à população. Esse é o segundo tema que mais gerou pressões no Senado e na Câmara. O Parlamento, no nosso regime democrático, é bicameral, plagiado da Inglaterra, onde há a Casa dos Lordes e a Casa dos Comuns. Aqui, é o Senado e a Câmara. Existe uma frente parlamentar na Câmara, com a qual temos que trocar idéias. O Presidente é o Deputado Rafael Guerra, ex-Secretário de Saúde de Minas Gerais.

Podemos e vamos fazer muito. Primeiro, somos médicos o Presidente, eu e o Senador Augusto Botelho. A Senadora Serys Slhessarenko não é médica, mas é muito inteligente e tem uma filha médica que tem o melhor laboratório deste País.

Para a próxima semana, vou sugerir ao nosso Presidente que façamos um requerimento para ser

apresentado ao Plenário do Senado, para, aprovado pelo Plenário, ser enviado ao Ministro da Saúde. Eu queria saber, principalmente do nosso paciente e líder, José Carlos, o nome da pessoa que ele aqui disse que não está se comportando adequadamente, com competência. Como é o nome? O senhor poderia repetir? Temos que anotar o nome porque ele vai sair no requerimento.

O SR. JOSÉ CARLOS DE QUEIROGA MACIEL – Jorge Solla.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – O que ele é? Ele é médico?

O SR. JOSÉ CARLOS DE QUEIROGA MACIEL – É o responsável pela Secretaria de Assistência à Saúde.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – Mas não é especialista em nefrologia? Ele é o responsável por...

O SR. JOSE CARLOS DE QUEIROGA MACIEL – É o responsável pela Secretaria de Assistência à Saúde.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – Mas o Ministério da Saúde tem um departamento só de hemodiálise?

O SR. JOSÉ CARLOS DE QUEIROGA MACIEL – Não. Há a Dra Vânia, que é a chefe da Alta Complexidade e que trata de todos os problemas de hemodiálise. Seria a Dra Vânia. Não sei o sobrenome dela.

O SR. RELATOR (Mão Santa) – Estou sendo informado de que ele já está convidado. O nosso Presidente é muito eficiente e já se antecipou, mas colocaremos no requerimento o nome dele.

Ouvimos atentamente e ainda vamos ouvir outras pessoas convidadas pelo nosso Presidente, e faremos o relatório. Esta é uma Casa que deve fazer leis boas e justas. Procuraremos fazê-las e, como a Senadora Serys Slhessarenko diz, o Senado Federal também tem por obrigação fazer o controle das ações do Executivo. Temos esse poder. A Constituição brasileira de outubro de 1988 deu um poder extraordinário a esta Casa.

Estou muito otimista. Primeiro, não vejo pecado nenhum na classe médica. Eu a conheço profundamente, sou orgulhoso dela. O instrumental que usam é que está tendo problemas: as empresas, o maquinário, os insumos. De tal maneira que temos aqui, nos interessamos e lemos, um documento da ABCDT (Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplantes). Também salta aos olhos que o problema não é praticamente profissional, como eu esperava. Considero a classe médica brasileira muito com-

petente. Está aí a parte da cirurgia de transplantes, está aí o Hospital Albert Einstein, está aí a cirurgia plástica, conhecida internacionalmente, a oftalmologia, para provar.

O problema é que se tem que analisar os custos das máquinas e dos insumos, que são importados, as empresas que vendem, os oligopólios, isso é que tem que ser analisado, e o Ministério da Saúde tem meios. Todos sabemos que quando começou a campanha de combate a Aids, o Ministério da Saúde teve que intervir na medicação para baixar os custos, que eram proibitivos. Com essas ações, o Brasil tem feito uma grande campanha, que está até sendo copiada por outros países.

O que encarece a hemodiálise são os insumos, as máquinas. Quando aumenta o dólar, aumentam de preço; mas, quando o dólar baixa, não diminuem.

Há um quadro muito claro. Enquanto, na Itália, uma hemodiálise custa US\$150; no Panamá, US\$200; nos Estados Unidos, US\$123; na República Theca, US\$102; no Brasil, US\$34. Em alguns casos, esse valor inviabiliza o funcionamento de toda a estrutura.

A estrutura humana é excelente. Digo isso por causa dos médicos que temos – orgulho-me de pertencer à classe. As enfermeiras também são excelentes e merecem homenagens. Nunca vi ninguém homenagear uma enfermeira ou dar presentes. Só nos lembramos delas na hora do desespero, da dor e da desgraça. Quero crer que o problema não é humano. O profissional brasileiro comporta-se de forma virtuosa e solidária. Posso dar esse testemunho porque já trabalhei em todo tipo de assistência médica: no Município, na Previdência Social, em estruturas federais, em universidade.

Fui Prefeito e Governador e acompanhei o drama dos que precisam de hemodiálise. Conheci e convivi com pessoas que passam por esse velho problema. Como Governador e médico, estive várias vezes no Hospital Getúlio Vargas, com o Dr. Rúbens Néri Costa, homem extraordinário, tão bem representado pelos nefrologistas presentes. Conheço o drama que enfrentam para servir num Estado que tem dificuldades.

Fui Prefeito da minha cidade, Parnaíba, situada no delta, a 340 quilômetros de Teresina. Hoje, Parnaíba tem um centro de hemodiálise, mas não tinha quando eu era Prefeito. Precisava transportar pessoas de toda a região para esse hospital dirigido pelo abnegado, competente e altruísta médico Rúbens Néri Costa, que atendia a todos os que sofrem de insuficiência renal.

Quero deixar claro que esse problema deverá ter solução, pois grande parte da população sofre de insuficiência renal: são quase 60 mil pessoas. É preciso viabilizar o transplante renal – esse é o caminho do futuro, a saída. Tenho um primo que sofre de insuficiência renal há mais de quinze anos, acompanhei o drama dele antes de ser Prefeito. Atualmente, ele vive uma vida saudável.

Enquanto não viabilizam os transplantes, a hemodiálise tem de funcionar e bem. Ninguém pode desconhecer isso.

A nossa disposição é grande. Estou muito otimista, já que o nosso líder José Carlos de Queiroga Maciel é nordestino, pernambucano de Caruaru e tem, portanto, todas as condições de resolver a questão. Ela será resolvida, porque estamos aqui e não vamos permitir que o esforço do Sr. José Carlos de Queiroga Maciel nesta audiência, do Dr. Ruy Barata, da Dr^a Flávia de Freitas de Paula e do Dr. Arthur Tavares seja em vão. Se, por bem, isso não funcionar, vamos requerer uma CPI. O Parlamento e a Constituição de 1988 nos dão poderes extraordinários. O Poder Legislativo se converte em Poder Judiciário e pode até determinar prisão. Quero crer que não vamos chegar a isso, que será mais fácil. Foram muito objetivas as explicações. A necessidade é gritante, não há outra saída.

Após esse relato oral que vamos tornar escrito, sugiro ao Presidente, como primeira medida na terça-feira, diante da gravidade, um requerimento da Subcomissão ao Ministro da Saúde, com cópia ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para ser aprovado em Plenário, a fim de advertir que esta Comissão recebeu queixas do Dr. Jorge Solla.

Essas são as nossas palavras e o nosso agradecimento, pois foi muito importante a contribuição de V. S^{as} para avançarmos e levarmos ao doente renal o tratamento que merece.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal saiu esta Subcomissão Temporária de Saúde, constituída por sete membros:

Senadora Serys Slhessarenko e Senadores Eurípedes Camargo, Mão Santa, Papaléo Paes, Renildo Santana, Reginaldo Duarte, Augusto Botelho. Fui escolhido Presidente pelos companheiros, e os Senadores Augusto Botelho e Mão Santa, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

Propusemos a criação desta subcomissão para ouvirmos, nas audiências públicas, os setores mais gritantes, os que apresentam mais dificuldades na área da saúde. Tenho certeza de que as nossas ações colaborarão com o Governo Federal, com o Ministro da Saúde, porque são sérias. Nosso objetivo único é a melhoria da qualidade da saúde em nosso País.

Entendemos que existem dificuldades, mas não aceitamos que burocratas atrapalhem o bom desempenho deste Governo, que tem como meta principal o social. Estamos prontos a denunciar todos aqueles que estejam, de forma indevida, atrapalhando o desempenho do Governo Lula na área social. Creiam, estamos aqui por esse motivo. Como disse o Senador Mão Santa há pouco, somos os Senadores da noite, mas é o tempo disponível que temos para trabalhar em prol da sociedade.

Quero fazer um registro. Já que o Senador Mão Santa falou da Parnaíba, quero registrar que o Estado do Amapá, mais propriamente o Município de Macapá, que concentra 60,25% dos moradores do Estado, tem um serviço de hemodiálise bastante eficiente. Tal serviço começou a ser planejado em 1984, quando eu era Secretário de Saúde e determinei a um colega que estava interessado em se especializar em Nefrologia, Dr. Antonio Pinheiro Teles – a quem presto essa homenagem -, que fosse fazer um curso de especialização em São Paulo. Ele voltou e iniciamos o serviço de diálise peritoneal. Hoje, temos um belo serviço de hemodiálise, que pode servir, vamos dizer, de bom exemplo para muitos municípios brasileiros. Também homenageio a Dr^a Graça Salgado, uma das nefrologistas do serviço. Os dois são os mais antigos médicos de lá. Esse serviço é totalmente sustentado pelo Governo do Estado do Amapá. O que o Governo Federal subsidia, por meio do SUS, realmente não dá condições para que o serviço mantenha o padrão. Não estou falando de clínica particular, que está sendo mal remunerada. O Senador Mão Santa nos mostrou uma tabela comprovando que a sessão de hemodiálise mais barata do mundo é no Brasil, onde se importam máquinas, insumos etc. A sessão mais barata paga por ente público é no Brasil. Aqui se restitui às clínicas um valor que, tenho certeza – não estou aqui defendendo clínica de ninguém, mas querendo fazer justiça -, é insuficiente para que elas mantenham o atendimento. Isso está gerando enorme angústia nos doentes renais crônicos. O que essas pessoas ficam pensando? “Se o Governo não tornar essa tabela mais justa aos prestadores de serviço, eles podem dei-

...de prestar o serviço, que é de utilidade pública.” É essa angústia que estamos vivendo atualmente.

Confio no bom-senso do Governo Federal, por meio do Ministro da Saúde, em cujo Estado de nascimento ocorreu, há alguns anos, o pior exemplo na questão da hemodiálise. Logicamente, S. Ex^a terá a sensibilidade para repor essas condições de segurança aos pacientes renais crônicos. Eram essas as considerações que gostaria de fazer, complementando o Senador Mão Santa.

Lembro que, na próxima terça-feira, continuaremos nossa audiência pública com o mesmo tema: assistência à saúde dos pacientes renais crônicos. Aproveito a ocasião para agradecer aos Senadores que fazem parte desta subcomissão, ao senhores expositores, Sr. José Carlos de Queiroga Maciel, Dr. Ruy Barata, Dr^a Flávia de Freitas de Paula e Dr. Arthur Lavares, e aos Consultores desta Casa, Sebastião Moreira Júnior e Dr. Ubiramar Lopes de Sousa. Temos a honra de informar a todos os presentes e aos que estão nos assistindo que esta Casa detém grande quantidade de técnicos de primeira linha, que nos apoiam diante das nossas necessidades parlamentares. Agradeço a presença do Dr. Paulo Sette, José Aloísio, Paulo Luconni, Washington Luiz Correa e Dr. Newton Stélio Fontinella. São pessoas que estão presentes aqui, prestigiando, dando o seu apoio à nossa Subcomissão.

Quero agradecer ao Senador Marco Maciel, às pessoas que estão dando assessoria, aos servidores da CAS – ao Sr. Boaventura e à Sr^a Marina, que estão dando assessoria à nossa Subcomissão -, bem como a todos os técnicos responsáveis pela transmissão deste evento, de suma importância para que a opinião pública possa analisar o trabalho que estão fazendo essas pessoas abnegadas em prol do renal crônico. Agradeço ainda aos técnicos de som e de gravação, à imprensa de maneira geral aqui presente, assim como aos demais interessados que estão aqui, fazendo com que a nossa audiência realmente seja complementada com sucesso pela presença dos senhores e das senhoras.

Agradeço muito a colaboração dos Srs. expositores e digo que a recompensa que os senhores e as senhoras terão é que estão prestando um grande serviço à saúde pública brasileira.

Muito obrigado e boa-noite.

(Levanta-se a reunião às 21 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Declaro aberta a 6^a reunião da Subcomissão de Saúde de 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

Comunico que o Sr. Senador Augusto Botelho não poderá participar desta nossa reunião em virtude de estar fazendo parte da comitiva do Exm^o Sr. Ministro da Justiça, que estará em visita ao Estado de Roraima. Também comunico a justificativa da Senadora Serys Slhessarenko, que se encontra em missão no exterior.

Lembro que esta Subcomissão é composta por sete membros: Senadores Reginaldo Duarte, Mão Santa, Papaléo Paes, Augusto Botelho, Eurípedes Camargo, Serys Slhessarenko e Renildo Santana.

Convido o Senador Mão Santa, que é o Relator da Subcomissão para compor a Mesa.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 002, da Subcomissão de Saúde, e o aditamento a este requerimento de autoria do Senador Papaléo Paes, para obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à melhoria de assistência à saúde dos pacientes renais crônicos, em especial da assistência hemodialítica.

Os expositores de hoje deverão ser: Dr. Jorge Solla, médico, Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde; Sr^a Neide Barriguelli, Presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados; um representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, que já fez a justificativa de sua ausência; Dr. Washington Luiz Corrêa, médico, Presidente da Associação Brasileira do Centro de Diálise e Transplantes; e o Sr. Gilson Nascimento Silva, Presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro.

Lembro que esta reunião é a segunda da audiência pública sobre o mesmo tema.

De acordo com o art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convido a primeira palestrante, a Sr^a Neide Barriguelli, Presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados.

Serão assegurados vinte minutos para a exposição de V. S^a. E, de acordo com o art. 114 do Regimento Interno do Senado Federal, convido o Consultor Legislativo do Senado Federal, Dr. Luiz Carlos Homeiro, para assessorar esta Subcomissão.

Sr^a Neide, V. S^a dispõe de vinte minutos para sua exposição.

A SRA. NEIDE BARRIGUELLI – Boa noite.

Agradeço aos Senadores a oportunidade de estar aqui representando os pacientes renais do País. Antes de tudo, quero enfatizar que a posição do paciente é muito difícil nessa situação, porque não cabe a ele discutir a questão de preço ou intermediar o Ministério da Saúde e os médicos em questões financeiras. Cabe ao paciente lutar pela garantia do tratamento com equidade e dentro dos princípios do SUS, o que não vem ocorrendo, porque nem todos os brasileiros com problemas renais conseguem chegar ao tratamento, e os que chegam não têm um tratamento completamente adequado devido a contingenciamento econômico.

A meu ver, a diálise, no País, vem de um erro de origem. Os primeiros casos começaram a ser tratados nas universidades em caráter experimental. À medida que a experiência foi tendo êxito, os professores universitários começaram a levar seus pacientes aos hospitais particulares. Apenas pacientes que tinham muito dinheiro – a sessão de diálise custava US\$300 – conseguiam ter seu tratamento, mas até esses não conseguiam manter o tratamento por muito tempo e começaram a pressionar para que o antigo Inamps pagasse. Daí se originou o tratamento de diálise pago pelo sistema, mas feito em clínicas particulares. Foi-se avolumando, e hoje se chegou a mais de 50 mil pacientes com tratamento pago pelo Sistema Único de Saúde em clínicas conveniadas. A meu ver, esse é o grande erro do sistema, que paga e não mantém dentro da rede pública clínicas capazes de nos tratar. Isso se avolumou de tal forma que hoje é impossível o Governo reconsiderar e começar a nos tratar nos hospitais públicos, porque implicaria um enorme investimento em máquinas, e não há dinheiro para nada, muito menos para passar o tratamento do paciente renal para o hospital público. Está-se numa encruzilhada sem saída. Deve haver muita negociação e conversa para solucionarmos esse problema.

Há outro erro. O legislador errou, quando permitiu, dentro do Sistema Único de Saúde, a saúde complementar, em que o hospital particular poderia prestar serviços ao SUS, porque garantiu a permanência de tudo que já vinha de errado há muitos anos. O SUS é uma grande ilusão de sistema único. Não é sistema único. Como construir um sistema único se há uma conta colossal com os particulares, com os prestadores de serviço? Além disso, o prestador de serviço se desobriga dos princípios do SUS – presta o serviço, recebe e fim. Já o SUS tem atenção básica. Os prece-

itos do SUS são a integralidade do cidadão, a prevenção das doenças e o cuidado do doente. Na prestação de serviço, não. É dinheiro que se gasta só com a prestação de serviço. Pagou, acabou. Não há um compromisso.

Há outro princípio do SUS que também não é respeitado na prestação de serviço: o controle social. Está bem claro na Constituição: a saúde é regida pelo controle social, que é feito nos conselhos e nas conferências de saúde. Em cada unidade de saúde, pode haver conselhos, como o conselho gestor, em que a população define o tipo de saúde que quer naquele local, naquele Município, naquele Estado. Na prestação de serviço, não há controle social. O controle social fica de fora, não se diz como se quer a saúde. É impingido um tipo de saúde com o qual, às vezes, não se concorda.

Na diálise, poderíamos ser tratados por várias formas. Há a diálise peritoneal, que é feita em casa, a hemodiálise e o transplante. Na maioria das vezes, não é oferecida ao paciente a escolha do tipo de diálise que deseja fazer. Ele vai direto para a hemodiálise, porque a escolha é do médico. Não é uma escolha compartilhada. Se houvesse o respeito ao cidadão, seria uma escolha compartilhada.

Há casos em que a diálise em casa seria muito mais tranqüilo para o paciente. Não são muito claros os motivos por que a diálise peritoneal feita em casa é pouco indicada no País. Em alguns países, ela é muito indicada. No Brasil, seria bom haver bastantes indicações, pelo seu tamanho. Alguns tratamentos poderiam ser feitos longe dos grandes centros.

Quanto aos transplantes, são uma caixa-preta. Com aquela legislação, tentou-se pôr ordem na casa e instituir uma fila. Mas hoje não há mais fila. Sou de São Paulo, Estado com a maior capacidade de se fazerem transplantes, e lá, com certeza, está-se furando fila, porque inventaram o critério do chamado “HLA”, relacionado à compatibilidade genética. Assim, não há mais fila. O transplante somente é feito pela compatibilidade genética. Mas essa compatibilidade não é divulgada, porque é um dado médico, e, sendo um dado médico, é ele quem resolve. Então, isso é uma caixa-preta.

Uma consulta pós-transplante custa R\$250. Que outra especialidade do SUS recebe R\$250 por uma consulta mensal? Sem contar com os remédios caríssimos e outras coisas. E se transplanta muito pouco de cadáveres. O que se está transplantando mais é de pacientes **inter vivos**, de familiares, etc. Assim, o problema do paciente renal no País é muito complexo. Não se trata somente do pagamento da he-

modiálise. O problema é muito mais complexo do que o pagamento da hemodiálise.

O Ministério da Saúde está com um grupo de trabalho, com término previsto para o próximo mês, que está estudando uma política nacional de apoio ao paciente renal, não somente na terapia renal, mas apoiando também pacientes sabidamente predispostos a desenvolver insuficiência renal. O Ministério está com um projeto bem amplo. Espero que tenha êxito, porque é a primeira vez em que se pensa em uma política nacional para o paciente renal.

Então, tenho esperanças. Estou lutando há dezoito anos e acredito que essa luta ainda vai muito longe, mas não sou pessimista como os meus companheiros nefrologistas, que parecem estar muito desesperados. O momento é difícil, mas o diálogo, a conversa é importante para se chegar a bom termo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado à Sr^a Neide Barriguelli, Presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados.

Repasso à senhora uma pergunta do Senador Mão Santa: quantos anos de tratamento a senhora já tem?

A SRA. NEIDE BARRIGUELLI Em novembro, farei dezoito anos de hemodiálise. Já fiz um transplante que não deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Apenas para esclarecer, ao final das exposições, a senhora poderá receber perguntas dos Srs. Senadores. Por favor, fique à vontade.

Registro a presença do Senador Marco Maciel, que muito nos honra em nossa audiência pública. Lembro que S. Ex^a é um dos Senadores que nos incentivou bastante e ajudou-nos para que pudéssemos concretizar este grande evento na área da saúde pública do nosso País.

Chamemos o próximo expositor, o Dr. Washington Luiz Corrêa. S. S^a é médico e Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplantes – ABCDT. O senhor disporá de vinte minutos para sua exposição.

O SR. WASHINGTON LUIZ CORRÊA – Exmo Sr. Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão de Saúde do Senado; Exm^o Sr. Senador Dr. Mão Santa, Relator desta Subcomissão; Sr^{as} e Srs. Senadores; autoridades presentes; Sr^{as} e Srs colegas médicos; caros pacientes aqui presentes:

Ao iniciar esta exposição, quero, em nome da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Trans-

plante, nossa ABCDT, saudar os Parlamentares que, ao convocarem audiência pública para auxiliar na solução dos problemas do paciente renal crônico, dão prova da seriedade e, sobretudo, da responsabilidade no trato dos problemas da saúde.

O debate de hoje é vital para sessenta e um mil pacientes que dependem de uma máquina de hemodiálise. Na audiência pública de quarta-feira última, ficou claro, entre todos aqueles que participaram da reunião, muito especialmente entre os componentes da Mesa, que o problema emergencial do tratamento do renal crônico, em particular dos pacientes em hemodiálise, é basicamente financeiro.

Os pronunciamentos do Sr. Senador Presidente da Subcomissão, Senador Papaléo Paes, e do Relator, o Exm^o Senador Mão Santa, deixaram claro que a Subcomissão de Saúde está consciente de que os prestadores de serviço estão fazendo sua parte e que a instabilidade econômica do País, principalmente a falta de reajustes adequados nos últimos nove anos por parte do Ministério da Saúde, e a variação do dólar são as principais causas da situação caótica e falimentar em que se encontram as unidades de diálise do nosso País.

Para repor os gastos com a estruturação e modernização das unidades de hemodiálise, após a elaboração da Portaria Inicial nº 2042, depois da Portaria nº 82, de 2000, e para manter serviços de padrão, com atendimento médico comparável à qualidade existente no Primeiro Mundo, é impossível receber reembolso pouco maior do que US\$34, quando países mais pobres do que o nosso, como Uruguai e Argentina, para não falar dos mais ricos, remuneram adequadamente. Lembramos que os equipamentos e a maior parte dos insumos usados no tratamento são importados. Nos últimos anos, todas as tentativas de solução desse problema esbarraram na resposta de que o referido Ministério não dispõe de recursos suficientes para honrar os custos determinados pela Portaria MS nº 82, de 2000.

Gostaríamos de lembrar que, para a sociedade brasileira, por meio da citada portaria, um tratamento dialítico de Primeiro Mundo seria de extrema importância. O Governo do Brasil deve respeitar o desejo da sociedade.

Prezados Senadores, senhoras e senhores, é do conhecimento de todos que, de acordo com o art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil, na Seção II, da Saúde, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e

igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Senhoras e senhores, o assunto com o qual estamos lidando refere-se a vidas humanas que dependem desse instrumento. Portanto, é um direito relevante e indiscutível do cidadão brasileiro. Não podemos mais aceitar que o Ministério da Saúde não aloque os devidos recursos financeiros para um tratamento de tamanha importância, vital, para os pacientes.

Agora, passo a fazer a demonstração de alguns **slides** que comprovam a gravidade da situação existente no nosso País.

Projeção

Depois de 1996, essas foram as portarias implementadas para o bom funcionamento do serviço de diálise. Posteriormente, poderemos entregar essas informações àqueles que têm interesse.

Projeção

Nesse **slide**, mostro a distribuição dos prestadores de serviços de terapia não substitutiva em nosso País. Destaco que os serviços privados correspondem a 69%; e os filantrópicos, 23%. Num total, quase 92% dos centros de diálise são privados. Isso significa que não houve nenhum investimento na área de hemodiálise por parte dos governos federal e estadual.

Projeção

No próximo **slide**, mostro o aumento de preços dos materiais de hemodiálise nos últimos anos. Uma máquina específica para o tratamento, de 1997 a 2003, sofreu um reajuste de 150%; um filtro de hemodiálise, um hemodialisador, de 1994 a 2003, um reajuste de 168%; a agulha de fístula, de 1997 a 2003, um reajuste de 100%; o soro fisiológico, de 1998 a 2003, um reajuste de 100%; o concentrado de hemodiálise, de 1997 a 2003, um reajuste de 92%.

Projeção

Nos últimos anos, de 1995 a 2003, o técnico de enfermagem teve um reajuste de 85%; o salário mínimo, um reajuste de 242%; a cesta básica – pelo menos em São Paulo os hospitais são obrigados, pelos sindicatos, a darem cestas básicas aos funcionários –, um reajuste de 96%; e as enfermeiras, um reajuste de 68,5%. Conforme consta da Portaria nº 82, é obrigado haver uma enfermeira para cada 35 pacientes e um técnico de enfermagem para cada 4 pacientes.

A água, a luz, os medicamentos e os indicadores econômicos oficiais, o IGPM, tudo foi reajustado acima de 50%: água, mais de 50%; luz, mais de 70%; remédio, mais de 55%; IGPM e outros índices do governo, variação de mais de 60%; o dólar, 192%. Essa

referência ao dólar, como já disse anteriormente, é devido aos insumos usados no tratamento da hemodiálise: mais de 35% são dolarizados.

Projeção

Quanto ao reajuste das hemodíalises, nos últimos nove anos, houve somente 40%, conforme as Portarias nºs 104/94 e 55/2001.

Projeção

Segundo a Dr^a Neide Barriguelli, em abril, o Governo estruturou uma portaria organizando um grupo de trabalho em que participariam os hospitais universitários, as entidades responsáveis pelas clínicas, nesse caso, a ABCDT, a Sociedade Brasileira de Nefrologia e vários setores relacionados ao Ministério da Saúde e solicitou planilhas de custo de alguns hospitais de referência do próprio Ministério. Sr^{as} e Srs. Senadores, no Hospital das Clínicas de Porto Alegre, uma hemodiálise custa R\$128,29. Essa informação foi encaminhada ao Ministério da Saúde pelo próprio Hospital das Clínicas. Excluíram-se água, energia elétrica, telefone, impostos e salários dos médicos porque são pagos pelo Ministério da Educação e Cultura.

Projeção

No próximo **slide**, estão os custos de várias clínicas agregadas à nossa entidade. Uma hemodiálise, no momento, custa R\$183,47. Com o dólar a U\$2,87, o preço da hemodiálise fica em U\$63,83.

Projeção

O próximo **slide** mostra o resumo de uma planilha de custos de um hospital de referência do próprio Ministério da Saúde, que é o Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre. Essa planilha também foi encaminhada ao grupo de trabalho do Ministério da Saúde. Nela uma hemodiálise custa R\$162,80, e o Ministério da Saúde paga aos hospitais privados R\$102,95. Por aí é possível ver a diferença. Portanto, como já disse, há dois pesos e duas medidas. O custo de uma seção de hemodiálise, em um hospital público, é de R\$162,80. Isso podemos demonstrar em planilhas do próprio Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, ligado diretamente ao Ministério da Saúde. O preço pago para os centros de diálise privados é apenas de R\$102,94.

Projeção

Segundo a Tunep, planilha elaborada pelo Ministério da Saúde relativa a pacientes de seguros e planos de saúde atendidos em hospitais públicos, cobra-se, por uma hemodiálise, o valor de R\$160,81. Todavia, o Ministério da Saúde paga às unidades privadas por uma hemodiálise apenas R\$102,94.

Quanto ao percentual de gasto do Ministério da Saúde, do SUS, com relação a ambulatorio e internações, do total de R\$10.934.000, o Ministério da Saúde gasta R\$5.403.000 em internações e R\$5.531.000 em ambulatorio, já embutido o valor da hemodiálise. Para se ter uma idéia, a hemodiálise feita em ambulatorio está apenas em 7,3% do custo que o Ministério da Saúde gasta em hemodiálise.

Em 2002, foram realizadas 7.796.133 hemodíalises a um custo unitário de R\$102,94, totalizando R\$802.534.000.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso País é o que paga o pior valor para uma hemodiálise. Na Itália, a hemodiálise custa US\$150; no Katar, US\$55; na República Checa, US\$102; no México, US\$70; na Argentina, US\$54,37; na Colômbia, US\$140; no Peru, US\$55; no Panamá, US\$200; no Chile, US\$46,50; no Uruguai, US\$60. E o Brasil paga apenas US\$34. Esses valores foram encaminhados para a nossa entidade pelos médicos prestadores de serviço em outros países apenas para embasar a nossa solicitação de um reajuste do Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde está ciente dos nossos problemas. Discutimos com o Ministro da Saúde, Dr. Humberto Costa, antes de assumir o Ministério da Saúde, sobre as planilhas de custo, Sr. Presidente. S. Ex^a falou que, assim que o Governo do PT assumisse o Ministério – na época, S. Ex^a não sabia quem seria o Ministro –, se daria o mais rápido possível um reajuste para todos os centros de diálise; e, até o momento, falou-se apenas em 5% de reajuste, que ainda não foi objeto de portaria.

Desejamos que o Senado Federal interfira junto ao Ministério da Saúde para mantermos a qualidade no tratamento dialítico, cumprindo a Portaria MS nº 82/2000. Para tanto, necessitamos de um aumento emergencial de 20%, a partir de junho de 2003; de pagamento mínimo da tabela da Tunep, uma tabela que o próprio Ministério da Saúde implementou há três anos; e de que se mantenha um planejamento e um monitoramento dos custos, porque hoje estamos reunidos nesta audiência pública, mas amanhã não se sabe como vamos ficar. Será que o dólar vai manter esse valor? Precisamos manter um planejamento, um monitoramento desses custos e uma comissão permanente do Ministério da Saúde para sempre atualizar os custos de um tratamento de hemodiálise.

Foi encaminhado por um paciente de Minas Gerais um CD em que ele mostra uma hemodiálise. Alguns Senadores são médicos, mas muitos presentes não o são, e é de extrema importância ver a situa-

ção de um paciente em tratamento de hemodiálise. (Pausa)

Por dificuldade de som, passarei os dados.

Projeção

Esses são os pacientes que integram a Associação de Doentes Renais Transplantados de Divinópolis, Minas Gerais, e que enviaram esse CD do dia-a-dia de uma hemodiálise.

Projeção

Aqui, o paciente mostra a clínica onde ele faz a hemodiálise, a dificuldade de locomoção. Muitas vezes, os centros de diálise estão distantes dos centros urbanos. Eles vêm em Kombis, muitas vezes ficam o dia inteiro passando de cidade em cidade, até chegar ao centro de diálise. Essa é a grande dificuldade enfrentada por pacientes renais crônicos, que muitas vezes morrem por falta de atendimento em nosso País.

Projeção

Aqui, na sala de espera, aguardando a entrada. A enfermeira medindo a pressão. No início da diálise, é de extrema importância a medição da pressão e do peso do paciente.

Projeção

Este é um paciente em cadeiras de rodas. São anotações ainda na recepção.

Projeção

Aqui, temos uma unidade de diálise em funcionamento, com as máquinas de proporção. Conforme a Dr^a Flávia mostrou na última audiência pública, até 1996, 96% das máquinas eram máquinas tanque, mas hoje 97% delas são máquinas de proporção, todas importadas. Houve uma inversão. Hoje temos praticamente máquinas importadas, de proporção, e um mínimo, 3% apenas, de máquinas tanque.

Projeção

Essa é a solução apresentada. Esse é o filtro do paciente, o soro fisiológico.

Vale salientar que normalmente o paciente fica sentado por quatro horas submetendo-se à hemodiálise. Antes, nas máquinas tanque, realmente era difícil, porque a máquina não tinha o controle das máquinas de proporção. Com essa mudança, a qualidade de diálise do País melhorou muito. Hoje, aqueles que estão em tratamento são muito bem tratados.

Projeção

Nessa projeção, o paciente está sendo ligado. É usada uma agulha de 16-G, uma agulha grande.

Projeção

Quando o sangue sai do paciente, passa pelo filtro, pelo hemodializador, e retorna ao paciente depois de sua purificação. O paciente normalmente fica qua-

tro horas sentado nessa cadeira, três vezes por semana.

Projeção

Existe um controle muito grande no tratamento de água, o que onera muito o serviço de hemodiálise.

Hoje um tratamento de osmose reversa custa em torno de R\$130 mil para uma clínica com duzentos pacientes; em 1997, custava R\$40 mil. O que está sendo pago pelo Ministério da Saúde é realmente insuficiente, conforme mostrei nas planilhas de custo do Hospital Nossa Senhora da Conceição, do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, das clínicas, em geral, das entidades representadas pela nossa ABCDT.

Para concluir, quero dizer que confiamos nessa Subcomissão Temporária de Saúde, que já ofereceu provas eloqüentes do desejo de contribuir com medidas legislativas pertinentes para a solução desse grave problema.

Coloco-me agora à disposição dos Srs. Senadores que desejem mais informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado Dr. Washington Corrêa.

Lembrem-se de que a nossa audiência pública foi dividida em duas reuniões. Na primeira, os expositores foram os Srs. José Carlos de Queiroga Maciel, Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco; Dr. Rui Barata, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia; Sr^a Flávia de Freitas de Paula, gerente-geral de tecnologia em serviço de saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; Dr. Arthur Tavares, médico, Presidente da Associação Brasileira de Nefrologia – Regional Pernambuco.

Concedo a palavra ao próximo expositor, Dr. Jorge Solla, médico, Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, por vinte minutos.

O SR. JORGE SOLLA – Boa noite, Senador Papaléo Paes, Senador Mão Santa, demais membros da Subcomissão de Saúde.

Primeiramente agradeço a V. Ex^{as} pelo convite à participação do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção à Saúde, já formalizada com a publicação recente da nova estrutura do Ministério da Saúde. O Ministério sofreu algumas mudanças no seu organograma, redimensionando a sua estrutura para acompanhamento da rede assistencial. Hoje, a Secretária de Atenção à Saúde reúne acompanhamento de toda rede assistencial à saúde de atenção básica, passando pela área ambulatorial especializa-

da hospitalar, até a parte de alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

Aproveito a oportunidade para retificar algumas informações noticiadas no **Jornal do Senado**, informações que circularam também em alguns órgãos de comunicação. Fomos comunicados na segunda-feira passada da realização dessas duas reuniões. Tínhamos compromisso já firmado para terça-feira. Entramos em contato com a organização do evento, negociamos a troca da programação com a Dr^a Flávia, da Anvisa, participando da reunião no dia quatro, e a nossa participação sendo alterada para hoje.

É importante registrar que a Anvisa participa do Ministério da Saúde. É uma agência, mas é parte do Ministério da Saúde. E, na nossa compreensão, o Ministério da Saúde esteve representado na reunião passada pela Anvisa e está hoje representado pela Secretaria de Atenção à Saúde. Portanto, o Ministério da Saúde se fez presente nas duas reuniões, ao contrário do que foi divulgado não só no **Jornal do Senado**, mas também em outros órgãos de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Peço permissão para esclarecer aos presentes que realmente recebemos essa comunicação. Foi feita a permuta de dias, e as referências feitas aqui se deram em função de que alguns expositores não têm acesso a essa informação. Logicamente, esta Presidência reconhece que o senhor cumpriu com a determinação de aqui comparecer. Não poderia ser na reunião passada, em função de outros compromissos, mas foi muito bem substituído pela Dr^a Flávia. Comunico, ainda, que o tempo que falei não será subtraído da sua fala.

O SR. JORGE SOLLA – Um dos aspectos que gostaria de registrar, para evitar interpretações de fatos que não se coadunam com a verdade, é que eu teria feito afirmativas em órgãos de comunicação denegando o posicionamento da Associação de Renais Crônicos. De forma nenhuma. Quem me conhece, quem tem acompanhado a minha intervenção não só agora como Secretário de Saúde, mas durante os vinte anos em que venho atuando em saúde pública, com passagem em secretarias estaduais e municipais de saúde neste País, sabe que a minha relação com todas as associações de usuários, em especial com as associações de pacientes renais crônicos, sempre tem sido a mais ética e cordial. Desafio qualquer um que me mostre uma declaração gravada ou escrita em algum órgão de comunicação em que eu tenha afirmado isso. Pelo contrário, tenho convidado representantes de diversas associações – a D. Neide está aqui – para participar de eventos que extrapolam

a discussão da atenção aos pacientes com doença renal.

Gostaria de deixar isso bem registrado porque muitas vezes quem participou da reunião passada – e eu assisti à fita – pode ficar, a partir de uma informação, com uma impressão que não é verdadeira. Volto a desafiar essa pessoa a que apresente qualquer registro de uma afirmação minha nesse sentido.

Vamos começar a discutir a questão, e o primeiro aspecto importante na abordagem da atual gestão do Ministério da Saúde é que não estamos tratando aqui da hemodiálise, mas sim da atenção aos pacientes portadores de doença renal. A hemodiálise é apenas um dos diversos procedimentos necessários na abordagem de uma patologia como a doença renal.

Projeção

Primeiro, vamos identificar a rede atual. O Brasil tem uma rede ampla de serviços; mas, infelizmente, é um País continental e, por mais esforços que tenham sido feitos por diversas instâncias municipais, estaduais e federal, temos hoje 672 centros, distribuídos de forma desigual entre as regiões, que fazem hemodiálise. O fato da distribuição entre regiões e Estados ser bastante desigual não é uma prerrogativa dos centros que oferecem terapia renal substitutiva, mas a realidade de todo o sistema de saúde no Brasil, e não apenas do SUS. Sabemos que a concentração é grande em algumas regiões, especialmente nos grandes centros urbanos. A distribuição da maior parte dos serviços do SUS, dos serviços privados e dos profissionais de saúde são coincidentes.

Projeção

Hoje temos uma rede de qualidade de atenção da hemodiálise muito importante e 96% das máquinas são tipo proporção, o que garante melhor segurança e qualidade.

Projeção

Vou comentar um pouco sobre o gasto anual em relação à terapia renal substitutiva. Não está boa a projeção, mas podemos observar que, de 1998, quando o SUS gastou em torno de R\$430 milhões, evoluímos para um gasto superior a R\$800 milhões, em 2002. Para este ano de 2003, se fosse mantido o orçamento do ano passado, não chegaríamos a R\$950 milhões. Mas, desde o início do ano, o Ministro Humberto Costa autorizou a ampliação da rede, e só nos primeiros quatro meses deste ano foram incorporados 36 novos serviços de terapia substitutiva à rede SUS, sendo 13 no Estado de São Paulo, 11 no Rio Grande do Sul, 1 no Paraná, 1 em Pernambuco, 1 na Paraíba, 6 no Pará, 2 no Ceará e 1 na Bahia.

Projeção

Aquela coluna que temos na tabela de 2003 representa a projeção de gasto do SUS com terapia renal substitutiva, em decorrência do orçamento aprovado no ano passado e da incorporação de novos serviços já credenciados nos primeiros meses deste ano. Falta ainda incorporar a essa projeção de gasto para 2003 o reajuste de 5% aprovado no Conselho Nacional de Saúde.

Na atual gestão, o Ministro da Saúde abre todas as reuniões do Conselho Nacional de Saúde e apresenta as propostas. Pode-se dizer que nesta gestão o Conselho Nacional de Saúde é um órgão de decisão do SUS.

O Ministro Humberto Costa não disse que ia dar aumento. Reuniu-se com o Conselho Nacional de Saúde, que aprovou esse aumento. S. Ex^a levou a proposta à Comissão tripartite, de que participam representantes do Ministério da Saúde, dos Estados e dos Municípios, e ela aprovou o aumento. Como foi aprovado para a competência junho, sairá uma portaria regulamentando-o.

Há um detalhe importante: apesar de 96% das máquinas serem de proporção, há Municípios onde os serviços são exclusivamente de máquinas consideradas na classificação do SUS como de hemodiálise tipo 1.

Se mantivermos a decisão do Ministério da Saúde tomada na gestão anterior e não dermos reajuste para as máquinas tipo 1, deixaremos de atender vários Municípios em que essa é a única opção de terapia renal substitutiva para os pacientes. Ainda não saiu a portaria porque o Ministério da Saúde está elaborando uma revisão das portarias anteriores para permitir que o reajuste de 5% não seja dado apenas ao serviço com máquina de proporção, mas sim a todos os serviços, para não excluir, para não discriminar pacientes de cidades do interior, onde essa terapia ainda é feita como o era anteriormente.

Esse reajuste de 5% e o credenciamento de novos serviços que estão sendo programados – depois vou comentar isso – com as Secretarias estaduais vão aumentar a despesa. Este ano o gasto com terapia renal substitutiva será de R\$1,15 bilhão. Essa é a projeção de gastos do SUS para este ano com terapia renal substitutiva.

Estamos credenciando novos serviços, da mesma forma como foi feito no mês passado com os novos serviços de UTI, para serem incorporados pelo SUS – e comentarei esse fato a seguir –, com base em sugestões das Secretarias Estaduais de Saúde.

Gostaria de fazer um comentário importante: no ano passado, o Ministério da Saúde fez um grande esforço para adquirir máquinas de hemodiálise. Não sei se V. Ex^{as} sabem que, na gestão passada, no ano passado mais precisamente, com recursos do Reforsus, foram adquiridas 739 máquinas de hemodiálise, que incorporaram 101 serviços. No entanto, apesar da destinação desse recurso do Reforsus para investimento e aquisição de equipamentos, não foi previsto recurso de custeio para que essas máquinas comesçassem a operar.

Este ano o Ministério da Saúde colocará em operação todas as máquinas de hemodiálise compradas na gestão passada que estão paradas ou funcionando em serviço sem credenciamento. Esses novos credenciamentos e o reajuste de 5% irão representar aumentos da ordem de R\$1,15 bilhão.

Queria lembrar também que, além da terapia renal substitutiva, há procedimentos que acarretam despesas. Por exemplo, as internações de pacientes com insuficiência renal que tenham alguma complicação, alguma intercorrência, no ano passado representaram gastos de R\$130 milhões; os transplantes renais, no mesmo período representaram gastos em torno de R\$46 milhões. Houve 2.645 transplantes. Considerando esses componentes da assistência aos pacientes com insuficiência renal, para este ano, a projeção é de aproximadamente R\$1,5 bilhão de gastos com o atendimento de pacientes com problemas renais. Nesse cálculo não foram computados os medicamentos excepcionais, as consultas, os exames para diagnóstico, os exames de imagem, os exames laboratoriais e os exames de alta complexidade pertinentes à nefrologia.

Não estamos levando em conta outros procedimentos de suporte, nem estamos incluindo o chamado TFD – Tratamento Fora do Domicílio -, que compreende as despesas decorrentes do apoio e do deslocamento do paciente. Estamos considerando apenas os três maiores componentes dos gastos.

Um aspecto também importante é o fato de que, entre 1999 e 2000, o aumento do gasto com terapia renal substitutiva foi da ordem de R\$60 milhões; entre 2000 e 2001, o aumento foi dessa mesma ordem; e entre 2001 e 2002, ficou em torno de R\$75 milhões. Se analisarmos a projeção de gasto para 2003, sem levarmos em conta o reajuste de 5% e os novos credenciamentos, V. Ex^{as} já podem observar que estamos incorporando mais R\$190 milhões na projeção de gasto com terapia renal substitutiva; mas se considerarmos o reajuste de 5% e o credenciamento de novos serviços, chegaremos a uma incorporação de

R\$350 milhões. Neste primeiro ano do Governo Lula e do Ministro Humberto Costa à frente do Ministério da Saúde, vamos incorporar R\$350 milhões, um valor maior do que foi incorporado à terapia renal substitutiva nos últimos quatro anos, na gestão passada.

Um outro detalhe importante é que se pegarmos o gasto **per capita** entre 2001 e 2002 e compararmos com o gasto **per capita** entre 2002 e 2003, sem os 5% e sem os novos credenciamentos, essa incorporação vai ser 2,5 vezes maior; mas se incorporarmos o reajuste e os novos credenciamentos, vamos ter um aumento de quase três vezes.

Projeção

Aqui há um gráfico mostrando aquela primeira evolução.

Projeção

Aqui é o gasto restringindo a hemodiálise. Mostramos antes a terapia renal substitutiva, E essa é outra ressalva importante que gostaria de fazer. Quando se fala em terapia renal substitutiva, não estamos falando apenas de hemodiálise, mas de várias modalidades. Claro que a hemodiálise é a modalidade mais utilizada, mas até isso merece ser debatido e refletido. Existe também a diálise peritoneal e o DPAC, e os valores são diferentes.

Por exemplo, o SUS paga R\$2.231, por mês, pela instalação domiciliar de uma máquina cicladora com um conjunto de DPA. Só o conjunto de troca é R\$1.706. A instalação domiciliar de uma máquina cicladora para 15 dias é R\$1.115. A tabela do SUS, hoje, paga para a hemodiálise II R\$102,94, mas, se esse paciente for portador do vírus HIV, por exemplo, o valor vai para R\$ 160.

Existem, então, diversos valores e diversos tipos de procedimento que precisam ser analisados e, além dos valores pagos pelo procedimento em si, há uma série de outros procedimentos que são acrescentados para instalação do implante, criação da fístula, cateter, etc.

Projeção

Mostra esse componente da hemodiálise, também isoladamente.

Projeção

A distribuição por região. V. Ex^{as} podem observar a concentração na Região Sudeste. Metade dos procedimentos ainda estão na Região Sudeste, apesar de toda a ampliação da rede credenciada em outros Estados e regiões.

Projeção

Vou fazer uma pausa para mostrar uma comparação dos números que apresentamos antes com o

orçamento do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde tem um orçamento aprovado de R\$30,5 bilhões, contingenciado R\$1,6 bilhão – não compromete custeio, porque esse contingenciamento não se dá na área de custeio, visto que já há um compromisso de contingenciamento progressivo para os investimentos. É importante ressaltar que 74% desse orçamento já são viabilizados em transferência direta a Estados e Municípios; apenas 6% são alocados, previstos para projetos prioritários, “restos a pagar”. No entanto, o Ministro Humberto Costa, ao tomar posse, encontrou uma dívida de R\$3 bilhões para ser assumida este ano como “restos a pagar”. É bom lembrar que boa parte dessa dívida, mais ou menos a metade, refere-se ao Projeto Alvorada. No ano passado, foram assinados inúmeros convênios com Municípios, com Prefeituras, e mais de 80% não foram executados. Dessa dívida de R\$3 bilhões, em apenas cinco meses, o Ministério da Saúde já conseguiu pagar algo em torno de R\$1,3 bilhão, que foi deixado em “restos a pagar”.

Desse montante, o orçamento para custeio de atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar especializado – aí está excluído só o custeio de atenção básica – é da ordem de R\$14 bilhões. Ou seja, vamos gastar este ano, só com terapia renal substitutiva, algo em torno de 10% a 11% de todo o orçamento para atenção especializada, ambulatorial e hospitalar. Se acrescentarmos transplante, internações, exames diagnósticos para esse conjunto de pacientes, vamos gastar em torno de 13% do orçamento do Ministério da Saúde. O custeio da atenção especializada e hospitalar está destinado a esse conjunto de pacientes com doença renal.

Lembro que, quando falamos de atenção ambulatorial, emergencial e hospitalar, estamos nos referindo a todas as internações feitas no País por qualquer problema de saúde, em qualquer faixa etária, em qualquer localidade; estamos nos referindo a todos os exames ambulatoriais, a todos os procedimentos, a qualquer tipo de exame diagnóstico e a qualquer tipo de tratamento, incluindo dispensação de medicamentos excepcionais, que muitos pacientes precisam durante o seu procedimento de internação.

Como o Ministério da Saúde está conduzindo a questão da doença renal? Ressalto, novamente, que está conduzindo de uma forma extremamente responsável e democrática. Quem participa de associações de prestadores de serviço sabe que, nos primeiros cinco meses dessa gestão, o Ministério da Saúde já se reuniu mais com a Associação de Prestadores de Serviços do que nos últimos quatro anos. Foram

inúmeras reuniões. Só eu já participei de seis. Participei, inclusive, de uma assembléia com os prestadores, em Recife, na qual ficamos três horas analisando a situação. Já nos reunimos com diversas associações de pacientes renais. Na semana passada, tivemos a oportunidade de nos reunir com duas associações estaduais e com uma nacional. Algumas associações estão aqui presentes, podem atestar isso. Então, a diretriz do Ministro Humberto Costa é ampliar ao máximo o processo de interlocução com a sociedade, com as associações de usuários, com as associações de profissionais – inclusive, com profissionais de nefrologia, que já participaram de várias reuniões.

Instalamos um grupo de trabalho, no dia 13 de maio, com base numa portaria, de 16 de abril, que definiu a necessidade de uma articulação com diversos atores desse processo, que devem ser ouvidos quando da definição da política a ser adotada pelo Ministério da Saúde. Quero, inclusive, mostrar a V. Ex^{as} a composição do grupo de trabalho, que conta com a participação de diversas esferas do Ministério da Saúde.

A abordagem da doença renal não se resume apenas à terapia renal substitutiva. E esse, ousaria dizer, é um dos maiores problemas da questão da doença renal no Brasil. Historicamente, o Ministério da Saúde e o conjunto do sistema de saúde só têm se debruçado na discussão da terapia renal substitutiva.

O que é terapia renal substitutiva? É um procedimento que não resolve o problema do paciente, apenas mantém a sua condição de vida, ou seja, cuida do paciente para que a filtração renal se proceda artificialmente até que haja o transplante.

Só que precisamos de uma política que evite que esses pacientes tenham as doenças causadoras da doença renal. Quem tem patologias tipo hipertensão e diabetes – só para citar duas mais prevalentes – deve ser tratado para não vir a ter uma doença renal e, em tendo-a, não chegue a ter insuficiência renal. No entanto, nunca tivemos uma política que trabalhasse dessa forma. Apenas para ilustrar isso, vou analisar um dado já citado aqui.

Não é por acaso que 69% do serviço de terapia renal substitutiva no Brasil são privados; da mesma forma que não é por acaso que 82% das consultas especializadas no SUS são públicas. Não é interessante isso? Se 69% dos serviços de hemodiálise e terapia renal são privados, seria de se esperar que as consultas médicas especializadas também tivessem proporção semelhante. Mas o que se deu? Durante todos esses anos, os procedimentos de alta complexidade

no SUS sempre foram valorizados, sempre tiveram tabelas diferenciadas, que estimularam a iniciativa privada. No entanto, a atenção à chamada média complexidade, que é aquela que, em sendo hipertenso, ajuda o paciente a controlar esse problema, que, em tendo hipertensão, auxilia-o a não ter doença renal, que, em tendo doença renal, auxilia-o a não cair na insuficiência renal, essa, meus amigos, nunca foi privilegiada.

Só para citar uma das muitas distorções que ocorreram, no ano passado o Ministério da Saúde concedeu um aumento de 196% no valor das consultas médicas especializadas. A imprensa divulgou esse fato, mas esqueceu-se de divulgar dois pequenos detalhes: primeiro, o reajuste foi dado só para o setor privado, não foi dado para o setor público; segundo, que a oferta privada de consulta médica especializada no Brasil é de apenas 18%, 82% é pública. Ela se dá no setor público.

Precisamos de uma política de atenção ao doente renal que vá desde a atenção básica – por isso está ali o Departamento de Atenção Básica –, para fazer o diagnóstico precoce da hipertensão, só para dar um exemplo mais difundido, precisamos da participação dos departamentos de ações estratégicas, onde está a saúde do trabalhador, onde está a saúde da mulher, a saúde da criança, a saúde do idoso, para evitar que esse paciente com hipertensão venha a agravar o seu quadro e levar à doença renal, precisamos da Coordenação de Média Complexidade Ambulatorial para assegurar o diagnóstico precoce a esse paciente, laboratorial, de imagem e a abordagem de consulta.

Já que estou falando das consultas, Srs. Senadores, há um dado muito interessante: levantamos a distribuição, no Brasil, dos serviços de terapia renal substitutiva e da oferta de consulta de nefrologia, ou seja, a especialidade médica que deveria ser a porta de entrada para a atenção do paciente com insuficiência renal.

Vamos pegar a região Nordeste, para não me alongar muito. A região Nordeste tem apenas 24 municípios que fazem consultas de nefrologia pelo SUS. No entanto, tem quase o dobro, 45 municípios, que têm serviços de terapia renal substitutiva. Isso não é interessante?

Fui Secretário Municipal de Saúde em Vitória da Conquista durante quatro anos, até dezembro desse último ano. Quando o nosso Município entrou em gestão plena, já existia um serviço de terapia renal substitutiva pelo SUS. E vou usar o nosso exemplo, o Município onde fui Secretário, para não citar outros municí-

pios. E quando entramos em gestão e até o momento em que entramos em gestão plena, os pacientes só viam nefrologistas pelo SUS quando seu rim parava de funcionar – e não bastava para um, teriam que parar os dois. Quando os dois rins paravam de funcionar, em Vitória da Conquista, antes da gestão plena municipal, aí sim o doente renal tinha acesso a nefrologista, aí sim ele conseguia ser atendido por um nefrologista pelo SUS, só quando ele precisava entrar na máquina de hemodiálise. Só depois, quando o Município municipalizou a gestão plena da saúde, quando a Prefeitura Municipal montou um centro de especialidade, contratou nefrologistas e colocou à disposição da população, que isso foi alterado. Hoje, em Vitória da Conquista, antes de o paciente ter insuficiência renal, tem o nefrologista pelo SUS.

Mas essa não é a realidade na maior parte dos municípios brasileiros. Temos uma relação de dois para um. Temos dois municípios com terapia renal substitutiva para cada município com consulta em nefrologia.

Quero destacar aqui o Piauí – o Senador Mão Santa está participando conosco aqui –, que tem três Municípios que têm hemodiálise pelo SUS: Parnaíba, Picos e Teresina. No entanto, Picos não tem consulta de nefrologia pelo SUS, mas tem terapia renal substitutiva.

É interessante! São coisas que fazem com que pensemos melhor nesse processo da necessidade de termos uma política que aponte na integralidade, porque não queremos apenas assegurar a terapia renal substitutiva para quem precisa, queremos diminuir a quantidade de pacientes que precisem de terapia renal substitutiva também e precisamos aumentar a quantidade de pacientes que sejam beneficiados com o transplante.

Na semana passada inclusive tivemos a oportunidade de nos reunir com duas associações estaduais e com uma nacional.

Projeção

E aqui os demais membros. V. Ex^{as} podem observar que estão aí representadas as Secretarias Estaduais de Saúde, as Secretarias Municipais de Saúde, a Sociedade Brasileira de Nefrologia, representando a especialidade médica, um representante das entidades prestadoras de serviço, ou seja, o setor privado prestador, o setor filantrópico, que está aí representado, representação dos portadores de patologia renal, indicado pelo Conselho – a D. Neide está aqui presente, que representa o conjunto das entidades de patologia renal no Conselho Nacional de Saúde; o Conselho indicou-a para participar deste grupo

– e representantes de centros de nefrologia de hospitais públicos universitários.

Quero ressaltar, inclusive, que o trabalho deste grupo está aberto. Houve reuniões que contaram com a participação de outros representantes. E estamos, em determinadas reuniões, convidando outros representantes da sociedade civil para serem ouvidos.

Esse grupo de trabalho foi subdividido em cinco subgrupos que estão atuando, só para pontuar os diversos âmbitos dos diagnósticos que estão sendo traçados, desde análise epidemiológica, partindo para a análise da rede de cuidados, o que tem de oferta hoje, como está distribuída essa rede, qual a produção de serviços, a análise dos problemas existentes hoje na oferta e na demanda, a qualidade, o impacto na atenção.

Outro subgrupo está analisando custos e incorporação tecnológica. Esse outro aspecto é importantíssimo. Precisamos fazer com que sejam criadas condições no Brasil para incorporar a tecnologia, inclusive para produzir determinados insumos indispensáveis. É bom lembrar que o déficit da balança comercial brasileira na área de saúde é semelhante a todo o orçamento que o SUS tem para aplicar na atenção especializada ambulatorial ou de urgência hospitalar. São mais ou menos R\$13 bilhões, de um lado, e R\$14 bilhões, de outro. O déficit na balança comercial brasileira, na área de saúde, é da ordem de R\$13 bilhões! São insumos, **kits**, equipamentos que compramos. Precisamos discutir isso.

No que se refere à formação e qualificação de recursos humanos, não temos nefrologistas distribuídos no Brasil de forma adequada nem formação suficiente na distribuição nacional para dar conta desse desafio. E precisamos escutar os portadores de sofrimento renal, escutar os gestores estaduais e os gestores municipais.

Quais foram os problemas apontados, até o momento? Fizemos um apanhado da situação atual do desenvolvimento desse grupo de trabalho, dos diversos subgrupos, para apresentar aqui: assistência inadequada aos pacientes portadores de patologia renal, principalmente hipertensão arterial e diabetes – já comentei isso aqui e estou só pontuando; número insuficiente de nefrologistas na assistência ambulatorial; sistema de referência e contra-referência inadequado; maior parte – observem este dado, que ele é importante, e esse diagnóstico não é do Ministério, é do grupo de trabalho, que conta com a participação de toda a sociedade –, da entrada da terapia renal substitutiva se dá pela urgência e emergência, com o comprometimento negativo na mortalidade e na morbida-

de. O que quer dizer isso? O paciente vai saber que tem insuficiência renal quando tem uma complicação e vai parar no serviço de urgência e emergência, porque ele não teve acesso adequado antes.

Será que os centros que fazem terapia renal substitutiva não poderiam fazer ambulatório para esses pacientes, para os pacientes da rede SUS, para os pacientes que têm hipertensão grave, para os pacientes que têm uma doença renal? Será que só quando o paciente entra em insuficiência renal é que essa preocupação aparece? Vamos estender essa preocupação para o paciente que não tem insuficiência renal ainda e evitar que ele saiba da patologia quando já está na emergência, com os dois rins parados. Será que isso não é possível de ser feito?

Vejamos as regiões do País desassistidas quanto ao acesso à terapia renal substitutiva. Esse é um detalhe importante. Não é que não se queira expandir nas áreas de menor assistência. É que a concentração de profissionais e de serviços é muito forte. E o mais complicado disso é que a capacidade de expansão nas áreas que já têm serviços é fácil, mas nas áreas que não têm é muito difícil e a indução que vamos ter que fazer é muito forte.

Outro diagnóstico importante: a entrada de terapia renal substitutiva de pacientes jovens. Temos pacientes adultos jovens que já se encontram na terapia renal substitutiva. Será que ela não poderia ser adiada? Será que esse paciente não poderia ter tido seu quadro controlado e, mais tardiamente, ser submetido à terapia renal substitutiva? Quanto mais tardarmos a terapia renal substitutiva, melhor para o paciente, menos ele vai ser espoliado, maior vai ser a sua qualidade de vida.

Quanto à inadequação dos prestadores à Portaria nº 82, temos muitos problemas ainda. A Anvisa tem feito um trabalho exemplar, orientando, acompanhando. E eu queria ressaltar a situação do Governo do Distrito Federal, que recebeu 20 máquinas de hemodiálise, no ano passado, do Ministério da Saúde, e não as colocou para funcionar, deixando o serviço público sem nenhuma condição de funcionamento. Apesar de várias recomendações que a Anvisa fez, tentou manter o serviço aberto, sem nenhuma condição de funcionamento, sem nenhuma garantia de assistência aos pacientes. Esse serviço foi interditado pela Anvisa e, ainda assim, a Secretária de Saúde do Governo do Distrito Federal tentou se rebelar à interdição, tentou passar por cima da interdição. Precisou a Procuradoria do Ministério da Saúde intervir para que a Secretária do Distrito Federal acatasse a interdição e transferisse os pacientes para outro serviço, e estão

bem assistidos, melhor do que estavam naquele, sem nenhuma condição para a sua assistência. Infelizmente, as máquinas continuam paradas, mas temos a certeza de que em breve vamos conseguir reverter esse quadro. Uma unidade de vigilância sanitária, controle e avaliação desestruturada nos Estados e municípios, na maior parte deles, o modelo atual privilegia procedimentos em detrimento do atendimento integral. Não temos serviços que prestam atendimento integral aos pacientes com doença renal, bastando o número de transplantes realizados. Mostrei aos senhores, aqui, principalmente à inadequada captação de órgãos. Já temos a capacidade instalada hoje para fazer transplantes muito superior à nossa capacidade de captação de órgãos e vamos ter que investir nisso. Impacto negativo de transplantes realizados. Mesmo sendo pequeno o número de transplantes, muitos deles são feitos sem as condições adequadas, ou porque o órgão foi captado tardiamente, ou sem as condições de sua manutenção viável e muitos pacientes são transplantados e voltam para a hemodiálise, porque temos ainda serviço com baixa qualidade na realização dos transplantes.

Eu gostaria de mostrar aqui as perspectivas que o grupo está apontando, e acho que esse é um debate extremamente importante. A primeira questão é a criação de uma rede de atenção ao portador de doença renal. Segunda, a implantação de centros de referência em nefrologia. Ou seja, não mais trabalharmos com a idéia de centros de hemodiálise, mas de centros de atenção integral, de centros de referência em nefrologia, de uma rede de atenção ao doente renal, onde ele tenha a hemodiálise, mas tenha o atendimento psicológico, o atendimento do assistente social. E o atendimento do nefrologista, antes dele precisar da hemodiálise, hierarquizar a atenção ao paciente portador de doença renal, implementar ações de prevenção da doença renal, garantir diagnóstico precoce, tratamento imediato e continuado ao paciente portador de doença renal, recuperação do paciente renal crônico através da TRS, aplicação de parâmetros de qualidade para a avaliação dos resultados da TRS, definir modalidades de financiamento que privilegiam a atenção integral ao portador de doença renal. A modalidade atual privilegia a hemodiálise em detrimento da consulta, do diagnóstico precoce, em detrimento ao paciente com hipertensão, em detrimento da terapêutica medicamentosa, enfim, em detrimento de tudo. Capacitação e atuação efetiva da vigilância sanitária, controle e avaliação com vistas à melhoria da atenção ao paciente portador de doença renal, estruturação de centros regionais de captação

de órgãos em especial. Estamos nos referindo aqui à questão da captação de rins, e eu queria mostrar do ponto de vista de ações que já estão aprovadas pelo Ministério da Saúde, pelo Ministro Humberto Costa, um aumento de 5% na tabela de hemodiálise, a partir da competência junho e o credenciamento de novos serviços de hemodiálise e transplante renal que aqui já comentei. Além daqueles 36 que já foram credenciados, estamos fazendo uma busca ativa, um chamado para o credenciamento. Para concluir, queria comentar com os senhores o seguinte: se queremos uma atenção integral ao paciente com doença renal, acho que esse é o desejo de todos nós, precisamos pensar de forma mais ampla a atenção. E aí mostraria diversos projetos estratégicos do Ministério da Saúde, desta gestão, que vão ter impacto nessa atenção integral, não apenas nas medidas que referi anteriormente.

No mês de abril, o Ministério da Saúde aprovou as metas de ampliação da atenção básica que era o propósito, desde o programa de governo do Lula estava lá escrito dobrar o programa Saúde da Família em quatro anos, chegarmos a 100 milhões de pessoas assistidas por equipes multiprofissionais, com médicos, enfermeiros, assistente social, auxiliar de enfermagem, odontólogo, todos os profissionais. Queria até fazer um parêntese, permita-me, Senador. Na última década do século passado tivemos no Brasil dois grandes estudos feitos para investigar os principais determinantes do controle da hipertensão. É bom lembrar que hipertensão é uma das principais causas que, não controlada, levam à insuficiência renal. Esses dois estudos foram feitos em Estados diferentes, por universidades diferentes, com metodologias diferentes, mas por dois importantes centros de análise epidemiológica no Brasil: a Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e a antiga Escola Paulista de Medicina, hoje Universidade Federal de São Paulo. Duas metodologias diferentes, mas com o mesmo propósito. Quais os principais fatores para controlar a hipertensão? E – pasmem, senhores! – chegaram à mesma conclusão. Sabem quais são os dois fatores mais importantes? Não é o esquema terapêutico, nem a dieta – embora esses fatores sejam importantes também. Os dois fatores mais importantes foram: primeiro, quanto mais precoce o diagnóstico de hipertensão melhor a capacidade de controle; segundo, o acompanhamento pelo mesmo profissional de saúde.

O Programa Saúde da Família permite não só o diagnóstico precoce, mas também o acompanhamento pelo mesmo profissional. Aquele paciente que

é atendido na emergência sempre que entre em crise hipertensiva, não resolve o seu problema de hipertensão e é um grande candidato à insuficiência renal.

Vamos dobrar o Programa Saúde da Família. No mês de abril foi aprovado um aumento no repasse federal para atenção básica. Foram sete os diferentes aumentos dados, que, somados, representam um aumento médio de 30%. Quero ressaltar que, desde 1999, não havia aumento de repasse federal do Ministério da Saúde para atenção básica no Brasil. Não adianta dizer que o Programa Saúde da Família é prioridade se não se colocar dinheiro no que é chamado de prioridade. Posso aqui, com certeza, afirmar que a atenção ao doente renal é prioritária, porque estou mostrando que o Ministério da Saúde vai gastar R\$1,5 bilhão este ano em atenção ao doente renal. Portanto, posso afirmar que a atenção básica é prioridade para o Ministério da Saúde nesta gestão, tendo em vista o aumento dado no quarto mês de Governo, um aumento de 30%, sendo que não havia reajuste desde 1999.

E mais: foi lançado pelo Ministro Humberto Costa um grande projeto, que atenderá os 231 maiores Municípios do Brasil, apoiando a expansão do Saúde da Família, em que serão injetados US\$550 milhões, em cinco anos e meio na expansão desse Programa, com recursos oriundos do Banco Mundial. É a primeira vez, no Brasil, que recursos oriundos de empréstimo internacional serão utilizados na recuperação da rede básica dos grandes centros urbanos, permitindo que o Saúde da Família seja expandido e, portanto, os hipertensos tenham assistência básica, tenham a pressão controlada e evitem insuficiência renal.

Segundo, um reajuste de consulta médica especializada foi estendido para o setor público. Só essa medida, Senadores, essa pequenina medida – pode parecer tão simples, não é? – estender o reajuste do valor da consulta médica especializada para o setor público representa um impacto de R\$420 milhões/ano. Isso é quase todo o orçamento do Programa Primeiro Emprego, que é uma das prioridades do Governo Federal. Com essa medida, vamos estar reforçando toda a assistência de consulta médica especializada em 82% da sua oferta neste País, que foi completamente desprestigiada, no ano passado, quando o reajuste foi dado só para o setor privado.

Já houve um aumento de repasses federais para medicamentos a excepcionais e, neste aspecto – quem acompanha a área sabe disto – existem medicamentos para pacientes transplantados renais; sem eles, não adianta fazer o transplante. Já foi dado um aumento para a compra desses medicamentos e já

estamos negociando um outro reajuste agora para o segundo semestre.

O Sistema de Atendimento de Urgência e Emergência é um projeto que já começou a ser discutido no Conselho Nacional de Saúde, já começou a ser discutido na Tripartite e que terá três áreas importantes com impacto também na atenção ao doente renal, porque, conforme mostrei anteriormente, muitos deles ficam sabendo da sua situação – já vou concluir, desculpe avançar no tempo – quando chegam à emergência.

Ampliação da oferta de leitos. O Ministro Humberto Costa já autorizou uma ampliação de mais de 2.300 leitos de UTI novos no SUS – 2.300 novos leitos de UTI vão estar sendo incorporados ao SUS, a partir deste mês.

Atendimento pré-hospitalar. Nos primeiros 12 meses desse projeto, que vai estar sendo lançado provavelmente no final de agosto, estaremos implantando 800 equipes de pré-hospitalar. Hoje, no Brasil, só existem apenas algo em torno de 30 Municípios que têm atendimento pré-hospitalar pelo SUS, com UTI móvel, com suporte básico de vida. São aqueles em que as gestões municipais, por sua conta própria, viram a importância desse atendimento e montaram esse serviço, pois o Ministério da Saúde nunca apoiou com financiamento adequado. Concluindo: o Ministério da Saúde está alocando recursos para comprar os equipamentos, e vai fornecer 800 viaturas para pré-hospitais, como também passar a bancar metade do gasto de todos esse serviços para Estados e Municípios.

E vamos estar normatizando, pela primeira vez no Brasil, no SUS, a criação de unidades intermediárias. Hoje, o SUS só tem unidades intermediárias para atenção neonatal; para atenção ao paciente adulto não tem. Isso faz com que o tempo de permanência na UTI seja prorrogado e com que, muitas vezes, um paciente que não deveria estar na UTI, se houvesse uma unidade de cuidados intermediários na emergência no âmbito hospitalar, precise ser deslocado até a UTI.

Quanto à reorientação dos hospitais universitários, já estamos, desde fevereiro, trabalhando. Só este ano, os hospitais universitários receberão R\$100 milhões a mais – R\$50 milhões do MEC e R\$50 milhões do Ministério da Saúde. Até o final do ano, pelo menos nos hospitais federais, estaremos mudando a forma de repasse de recursos.

Já foram abertas pelo Ministério da Educação 7.700 vagas para suprir carências nos hospitais universitários e estaremos, agora, credenciando algo em

torno de 100 máquinas de hemodiálise em hospitais universitários – na Bahia, em Sergipe, em Alagoas e em outros Estados.

Por fim, pode parecer esquisito – o que tem a ver ali a implementação da reforma psiquiátrica. Mas coloquei aqui justamente para encerrar, provocando a discussão da integralidade. O doente renal precisa também do cardiologista, do suporte e da atenção à saúde mental. É um paciente que passa muitas vezes por um processo depressivo, por processos de sofrimento mental. Ele precisa de uma assistência integral.

Queria concluir com esta mensagem: precisamos garantir o financiamento para assistência a terapias novas substitutivas. E mostrei aqui o quanto o orçamento do Ministério da Saúde contempla e prioriza isso. Mas a nossa preocupação vai além. Queremos isso e queremos muito mais. Queremos que o doente renal tenha a garantia da hemodiálise, mas que tenha uma assistência integral, porque ele não é só um rim paralisado; ele é um ser humano, que deve ser visto como ser humano, que precisa de uma assistência integral, ele e a sua família.

Tenho certeza de que a reforma psiquiátrica também vai beneficiar os pacientes com doença renal; melhor ainda, qualquer cidadão brasileiro que tenha assistência pelo SUS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado ao Dr. Solla.

Pela exposição feita, que ultrapassou em muito o tempo concedido ao Dr. Solla, quero justificar que foi extremamente necessário, porque ele está falando exatamente em nome do Governo, tentando mostrar a realidade do que está acontecendo no Ministério da Saúde.

O tema, os senhores podem sentir, é extremamente complexo, que envolve muitos procedimentos. Na nossa audiência pública, queremos exatamente ouvir o paciente, que é usuário do sistema; o prestador dos serviços, seja ele autônomo, privado ou serviço público; e o financiador desse tratamento. Então, o que interessa para nós é exatamente ouvir de cada um sua exposição para podermos concluir.

Mas aproveito aqui para dizer que o tema é extremamente importante, rico para um debate. A nossa intenção não é exatamente o debate, mas é ouvir cada um dos expositores. Mas quero apresentar uma preocupação muito grande, que foi exposta pelo Dr. Solla, justamente naquele processo pré-insuficiência renal, em que incluímos o diabetes e a hipertensão

arterial e também da necessidade de um especialista, no caso um nefrologista.

O meu Estado é o Estado do Amapá, onde há muitos especialistas. Tivemos a oportunidade de o Governo do Estado financiar a especialização de muitos profissionais, porque éramos ex-território, tínhamos uma situação privilegiada, os governadores então indicados para governar o nosso Estado tinham a sensibilidade de que o Estado necessitava possuir especialistas. E conseguimos formar especialistas – inclusive fui Secretário de Saúde, no período de 1984 a 1985 – e, desde essa época, havia uma preocupação.

Os salários desses profissionais são salários do Governo Federal. E testemunho de que fiz uma opção pela Medicina pública exatamente porque o salário que recebia – e que hoje a minha esposa recebe, porque é funcionária pública –, ainda é um salário suficiente para se fazer essa opção. Não fiz opção pela Medicina privada, e digo que, se tivesse feito, hoje eu seria dono de clínica ou de hospital, porque, graças a Deus, sou muito bem referenciado no meu Estado; mas fiz esta opção. Há 20 anos, era um salário privilegiado. Hoje, já é um salário, vamos dizer, bastante defasado.

A nossa preocupação, doutor, quanto a esses profissionais bem qualificados é que estamos diante de uma situação muito difícil, em relação aos salários dos profissionais em todas as áreas. Mas vou falar da área médica. Hoje, o profissional, quando sai da universidade, faz uma especialização; passa três anos se especializando. Quando volta, verifica que, no serviço público, ele vai ganhar R\$500 por mês. Se ele é um bom profissional, vai fazer a opção de trabalhar onde possa exercer com dignidade com a sua profissão. Portanto, vai para o serviço privado. Como é que, sendo um bom profissional, ele vai assumir um salário de R\$500, cumprir quatro horas no serviço público, sem ter condições de trabalho, e assumir ainda outras complicações? Conclusão: o serviço público vai ficar, cada vez mais, carente desses profissionais.

Hoje, diante da anunciada reforma da Previdência, os grandes profissionais, que ainda estão na faixa etária de 50, 55 anos, estão correndo para a aposentadoria; as nossas universidades estão sendo esvaziadas; os serviços importantes, para os quais precisamos de especialistas, como o nosso serviço médico, estão sendo esvaziados. E quero dizer que isto é verdade. A minha esposa, por exemplo, quer aposentar-se e, para isso, foi providenciar a documentação do seu tempo de serviço, mesmo que depois ela fique prestando serviços filantrópicos.

Quer garantir o quê? Aquilo em que acreditamos. No que acreditamos? Que o Governo do nosso País nos disse, quando assinamos o nosso contrato de trabalho, há vinte ou trinta anos, o seguinte: “Quando você se aposentar, terá a garantia de receber o mesmo salário”. Para isso contribuimos, mas, agora, vamos levar um senhor golpe! Quero dizer que não é apenas um golpe na nossa aposentadoria, nas nossas garantias para o futuro, mas um golpe que vai nivelar por baixo todos os serviços que precisamos para manter qualidade no atendimento, seja na nossa tecnologia, na área da educação ou na área da saúde. Portanto, vejam como o assunto é complexo.

Hoje, o Ministério da Saúde está preocupado em formar profissionais, e esta preocupação deve ser muito maior, porque esses profissionais, bem qualificados, logicamente terão que pensar dez vezes se aceitarão um salário minguido do setor público.

Esta intervenção já vale pelo que eu falaria no final desta audiência.

O SR. JORGE SOLLÁ – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Pois não.

O SR. JORGE SOLLÁ – Senador, primeiro, eu gostaria de parabenizar Macapá, porque, de todas as cidades do Norte e Nordeste do Brasil, ela é a única que tem quase uma relação um para um, ou seja, uma consulta de nefrologia para uma sessão de terapia renal substitutiva. É a única de todo o Norte e Nordeste do Brasil. Precisamos compreender esse processo.

Segundo, eu queria aproveitar para lembrar que, quando o Ministro Humberto Costa esteve numa sessão do Senado, um dos primeiros pontos que destacou foi a necessidade da criação da carreira SUS, porque o SUS tem que ser visto como uma área estratégica, e este Governo considera a saúde uma área estratégica. Uma das metas mais importantes do atual Ministério da Saúde, do atual Governo na área da Saúde, é criarmos uma carreira SUS, que permita que profissionais como o senhor possam não só entrar no serviço público, mas estimular outros profissionais a entrarem, e o profissional ser incentivado a se formar, a se especializar e permanecer no serviço público.

O serviço público pode ser bom. Temos bons serviços públicos no Brasil, que pagam bem, que remuneram e que incentivam o profissional. Não haverá só incentivo ao profissional se se fixar no setor privado, não. Infelizmente, não temos uma carreira, mas

tenho certeza de que, com o apoio do Senado, com o apoio do Congresso, vamos ter condições de criar uma carreira do SUS que permita realizar esse sonho que o senhor apresentou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Exatamente. Tomo a liberdade de responder a V. Ex^a para dizer que falo por experiência própria. Já vivi os bons momentos de ser um servidor público, em que éramos responsabilizados pelas coisas boas que aconteciam no serviço público. Hoje, infelizmente, tudo que não presta a culpa é do servidor público, não é do serviço público, mas do servidor. As condições de trabalho desse servidor... Não estou fazendo referência ao Governo atual, não. Esse processo de decadência já vem acontecendo, e sou testemunha disso, porque vi o período bom, quando o servidor público era respeitado, por isso fiz a minha opção de ser servidor público. Estou na vida política, exerci um mandato de prefeito por quatro anos, do qual saí e imediatamente reassumi meu cargo de médico, no serviço público. Estou falando aqui e, logicamente, as pessoas estão me escutando e me vendo, lá no meu Estado, e sabem que nunca tive uma falta no serviço público. Sempre cumpri meu horário, até excedendo, e, pelo fato de ser político, já chamaram a minha atenção porque eu excedia em meu horário. Que negócio é esse? E nunca fiz o pedido de um voto sequer, dentro de um gabinete médico, para um paciente. Então, isso foi uma determinação.

Realmente o que nos espanta, doutor, é exatamente... Não quero ser pessimista, nem levar pessimismo a nenhum daqueles que querem ingressar no serviço público, absolutamente, mas, hoje, o que vemos em nossa sociedade é um nivelamento, por assim dizer, por baixo. Essa reforma da Previdência, por exemplo, é nivelção por baixo. Quer se resolver o problema do País, o problema matemático do País e se esquece que essa matemática não pode ser pura e simples. Ela vai trazer consequência para seres humanos, para pessoas que planejaram a sua vida, que planejaram a sua velhice, que já estão aposentados, que contam com aquele salário para viver e sabem que não têm expectativa nenhuma de recomposição de salário, de reposição salarial. Não têm. A tendência é essa mesmo, infelizmente. Então, tudo isso reflete em quê? Na qualidade do serviço público. Sabemos que o Governo tem uma intenção muito forte na área social, é essa a nossa confiança, principalmente nessa questão da saúde, na qual tenho uma confiança muito grande, e na educação, porque também pensamos que o atual Governo fará um investimento possível para sairmos desse marasmo em que nos en-

contramos, dessa decadência em nossas universidades. Eu, hoje, não tenho nem coragem de entrar no campus universitário da Universidade Federal do Pará, que no meu tempo era um modelo, tanto de mestres quanto de estrutura física. Hoje, é uma decadência; as pessoas estão saindo para o setor privado, por causa do salário; o abandono é total na universidade, falta investimento. Muito pelo contrário, hoje, as políticas de governos, nos últimos anos, estão incentivando o nascimento, a criação, cada vez maior, de universidades privadas ou faculdades privadas, o que é temerário para nós. E até hoje estamos vendo uma situação que nos espanta: o cidadão, depois de formado, se passar a exercer alguma atividade que lhe dê lucro, paga um imposto extra porque estudou numa universidade pública.

Então, isso nos espanta. E ficamos assim muito temerosos, porque o que esperamos é que aquelas condições básicas, necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade, venham a ser, cada vez mais, uma fonte de investimento do governo. Fica esse meu desabafo, pela experiência que tenho, dizendo que a nossa esperança é justamente em cima do nosso Ministério, onde há pessoas muito bem preparadas, muito bem qualificadas. Um Ministro que, nesta Casa, já participou de uma audiência pública também demonstrou muito conhecimento e muita boa vontade. Logicamente, só isso não basta. É necessário que o Governo Federal, que o Senhor Presidente da República, determine os investimentos mais seguros, principalmente os financeiros, para o Ministério da Saúde, para que haja bons resultados.

O Presidente não deve falar muito, mas acabei falando.

Fique à vontade, Sr. Senador.

Essa angústia pela qual passamos é, exatamente, devido à nossa convivência na área da saúde. É a mesma angústia e ansiedade dos renais que estão preocupados: “Será que a iniciativa privada vai continuar nos atendendo, se não reajustarem as nossas tabelas? Nós não temos condições de investir se o Governo Federal não reajustar as nossas tabelas.” É essa angústia que nós sentimos hoje, doutor.

Com a palavra, o próximo expositor, Dr. Gilson Nascimento Silva, que é Presidente da Associação dos Renais e Transplantados do Rio de Janeiro.

V. S^a dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

O SR. GILSON NASCIMENTO SILVA – Senador Papaléo Paes, demais Srs e Srs. Senadores, seleta platéia que está aqui para nos ouvir e nos ajudar

a discutir os problemas relacionados com a terapia renal substitutiva, quero dizer que me senti muito feliz, hoje, por saber que, realmente, o Ministério da Saúde pretende – coisa que não foi feita até agora – tratar, na integralidade, das questões relacionadas à terapia renal substitutiva. Espero até que esse orçamento para tratar disso na integralidade saia logo, porque isso depende de verbas e nós torcemos para conseguir esse volume de recursos suficiente para tratar disso dessa maneira.

Quando falamos em integralidade na terapia renal substitutiva, devemos traçar planos e fazer alguma diferença. A terapia renal substitutiva se divide em procedimentos de prevenção e medicina curativa, que é a hemodiálise em si, a qual, hoje, para mim, é o objeto principal de discussão.

Quero dizer que nós temos 60 mil pacientes em diálise que dependem dessa medicina curativa, pois sem ela eles falecerão. Se se deixar um paciente sem uma, duas ou três sessões, fatalmente, ele estará sendo condenando à morte. Além desses 60 mil pacientes que já fazem esse tipo de terapia, nós temos mais 60 mil excluídos desse tratamento, o que não deve ser do conhecimento do Governo Federal, que, até hoje, não se preocupou com essas pessoas. Essas pessoas não chegam ao tratamento. Essas pessoas morrem antes de ter acesso a essa terapia. Nós ficamos preocupados com isso.

Eu, então, fico feliz quando vamos tratar na integralidade: nós temos que tratar dessas pessoas que estão precisando dessa medicina preventiva e, também, dessas 120 ou 130 mil da medicina curativa.

Falou-se em hemodiálise 1 e em hemodiálise 2. Eu acho que foi um negócio complicado à época, principalmente para o paciente. Aí, dois pacientes se encontram na rua: “Eu dialiso numa clínica. Eu sou hemodiálise tipo 2.” “E eu sou hemodiálise tipo 1.” Por que? “A hemodiálise 2 é melhor e a 1 é pior.”

Então, por que isso? Por que quando se estabeleceram os tipos 1 e 2 da hemodiálise não se sentou para discutir como se poderia fazer para que o tratamento fosse uniforme. Eu acho que, na época, essa questão era importantíssima.

Outro fator importante é que essa ação integrada da terapia substitutiva irá funcionar muito bem desde que o Governo Federal fiscalize os recursos que repassa. O Ministério, hoje, repassa os recursos para os programas de hipertensão e diabetes e os médicos que estão lá trabalham, consultam, mas, lá na ponta, quando o paciente vai pegar o seu remédio, não tem. Aí, o paciente não toma o medicamento e acabou-se o programa. Não basta só fazermos proje-

tos e planos; temos que fiscalizar tudo o que é feito. Vamos agir conjuntamente? Vamos, sim. Mas também vamos fiscalizar para onde vão esses recursos.

Sr. Presidente, fazemos explicações, muitos planos e projetos, falamos em aumento de transplante renal, buscamos melhor adaptação e captação nos centros. No entanto, hoje, um dos nossos graves problemas não é somente o de captação, mas a falta de doação de órgão, porque a população tem medo de doar. Isto é público e notório. Vejam V. Ex^{as}: já fizemos inúmeras campanhas no sentido de doarem rim para o transplante renal via Ministério da Saúde que, praticamente, não deram em quase nada. No Rio de Janeiro, quando da doação presumida, 30% dos médicos declararam-se não-doadores. Ora, se a classe médica, que é formadora de opinião, declara-se não-doadora, algo de errado há no sistema!

Um outro ponto a destacar diz respeito à evolução da medicina, em que as pessoas necessitam mais de terapia renal substitutiva. Dados coletados no Rio de Janeiro mostra-nos que em fevereiro de 2001 tínhamos 6.481 pacientes renais crônicos em diálise e 1,5 mil transplantados. Portanto, de lá para cá, tivemos um aumento de 25% desses pacientes. Esse aumento é decorrente de quê? Então, no Rio de Janeiro, começou-se a fazer um tratamento conservador. Por incrível que pareça nos grandes Estados como o do Rio de Janeiro e de São Paulo pessoas morrem sem saberem que estão com insuficiência renal ainda. Então, o tratamento conservador faz com que as pessoas cheguem em melhor estado à diálise, e que não morram à beira de realizarem uma primeira diálise. Penso que isso causou o aumento de pacientes com problemas renais. Então, essa é a medicina preventiva que, hoje, é realizada por uma única médica no Hospital Pedro Ernesto, juntamente com uma psicóloga que a auxilia nesse tratamento conservador. Vejam bem: essa psicóloga é da minha associação. Eu a empresto para o Hospital Pedro Ernesto para trabalhar. Então, como é que poderemos tratar tudo na integralidade, num bojo só, se são duas coisas distintas?

Penso que, hoje, temos aqui um grave problema a resolver: a hemodiálise. Não estou falando em custo. Preocupa-me quando empresas que fornecem insumos às clínicas mandam cartas para seus inadimplentes – penso que uma empresa tem a prerrogativa de vender e querer receber – dizendo que a partir de tal dia não fornecerá mais insumos para a clínica de diálise. E buscamos uma outra empresa e dela ouvimos que para aquela clínica ela também não fornece mais porque ela não paga. Pergunto a V. Ex^{as}: esse

sistema está ou não com problema? Estamos com um grave problema no setor de diálise deste País ou não?

Quando chegar ao Rio de Janeiro vou dizer aos pacientes que, a partir de agora iremos praticar a medicina na integralidade. Certamente eles perguntarão se isso vai fazer com que as empresas sejam pagas e voltem a fornecer insumos. E eu responderei que não, mas vamos praticar a integralidade, e isso vai ser muito bom. (Palmas)

Entendo que esta é uma questão complicada, à qual tem que ser analisada. Creio que o Senado Federal é um fórum importantíssimo para a resolução dessa questão. Não estamos aqui para brigar ou discutir. Não há grupos nessa questão. Portanto, temos que tratar o problema, sim, como um todo, além de ouvirmos todas as sugestões para tentarmos resolver a questão, que é grave.

Senador, sou transplantado renal há oito anos e dialisei por seis anos e, graças a minha esposa, hoje sou transplantado. Meu tipo sanguíneo é AB Positivo, o que certamente contribuiria para que, até hoje, com certeza, se eu estivesse no extremo, ainda não teria recebido o transplante. Então, Senador, mensalmente nos reunimos com os pacientes, num total de 120 pacientes e, quando perguntamos a eles como está a situação na clínica de cada um, eles dizem, por exemplo, que estavam brigando para terem uma rampa de acesso ou uma agulha capilar. Isso mostra que os pacientes estão começando a sentir que a situação está complicada. Não sei se a diálise precisa de 5%, 10%, 15%, 20%. Não sei, pois não é minha especialização falar em custo da diálise. Todavia sabemos que se todos os integrantes, todos os atores sociais da terapia substitutiva no Brasil estão dizendo que algo está errado, algo está defasado. Dizem: se o Ministério e outros tiverem opinião... Até o Senado poderia constituir uma Comissão e saber como está a situação de uma clínica dessas. Escolheria, aleatoriamente, algumas clínicas no País e saberia a verdade. Vamos tratar com integralidade? Vamos. Vamos unir-nos e incentivar a maioria dos programas, que estão caindo aos pedaços no Brasil inteiro? Vamos incentivar, mas também tratar as coisas por partes. O que podemos fazer aqui e ali?

Por exemplo, uma clínica tal deve R\$800 mil para a empresa e não fornece os serviços. Amanhã, garanto a V. Ex^{as} que, se a Vigilância Sanitária tiver que fechar cinco clínicas de uma vez só, a rede estadual do Rio de Janeiro não comportará os pacientes, não poderá dialisar. Se em seis clínicas houver um montante de 800 pacientes, onde faremos a diálise

deles? O Hospital Geral de Bom Sucesso está dialisando pacientes de madrugada; o Hospital Universitário Pedro Ernesto não tem agulha, nem capilar, nem linha, nem RH. Onde colocaremos essas pessoas? Concordo com a Sr^a Neide Barrighelli em que isso é um erro de origem, mas que o Ministério deveria vir corrigindo ao longo dos anos. Isso, com certeza, não é culpa do Governo que assumiu, mas quem assume toma para si o bônus e também o ônus. Deve-se começar a discutir o que se fará hoje, agora. O que posso dizer aos pacientes renais é que o Ministério da Saúde garantiu – e fiquei muito satisfeito – que o tratamento não será interrompido. Podem ser adotadas sanções punitivas às clínicas de diálise para o tratamento continuar. Mas como será o tratamento a partir daí? Quem o fiscalizará? A Vigilância Sanitária fechará todas as unidades que não estiverem enquadradas e vai colocar os pacientes onde? Essa é a minha grande pergunta e a minha grande preocupação.

É importantíssimo tratarmos disso, porque, quando falamos em transplantes renais neste País, falamos em medicamentos, que é outro grave problema que temos. Vamos transplantar, mas temos também que capacitar. A União não fiscaliza as verbas para medicamentos repassadas para os Estados. Hoje, a fonte federal de imunossuppressores para os transplantados é complementada com uma verba estadual. Entra a fonte da União, que é complementada com verba estadual, e o que acontece no final? Toda verba repassada pelo Governo Federal é utilizada, o Estado não entra com a parte dele e passa a dever aos fornecedores, começa a faltar medicamento, e os pacientes pedem, pelo amor de Deus, para ficarem internados nos hospitais públicos para tomarem uma dose do medicamento. Vamos também tratar do transplante como um todo. Dizer que vamos dobrar o nosso número de captação é balela. Reformularemos todo o sistema? Hoje, o Governo pode reformular todo o sistema e fazer com que os pacientes sejam atendidos? Será que o Governo teria capacidade de fechar, por exemplo, no Rio de Janeiro, 20 centros de diálise e absorver os pacientes? Se tiver, ótimo, sou parceiro nisso. Se não tiver, temos que criar, a partir de agora, uma cultura nos centros públicos, para aumentar o número de macas, formar profissionais, incentivar nefrologistas, colocar uma matéria específica sobre isso nas cadeiras de faculdades, que são a origem, onde começa tudo. Vamos incentivar tudo isso na integralidade. Então, falaremos de medicina integral.

Confio no Governo Federal. Temos que evitar que as pessoas entrem em diálise, cuidar dos progra-

mas, mas também olhar para essa questão da terapia renal substitutiva da diálise com muito carinho – não só para a hemodiálise, para o CAPD, para o APD, tratamento que depende de uma máquina e para o qual, no Rio de Janeiro, há uma fila de 30 a 40 pessoas. Não sei por que há essa fila. Tem trinta ou quarenta pessoas na fila. Por que tem essa fila, eu não sei. A pessoa tem um direito à máquina, o médico prescreveu, porque a prescrição médica hoje... Não sei como é que pode. Antigamente, a prescrição médica era um negócio respeitado. Hoje, a pessoa prescreve, chega um burocrata fala: não, tem uma fila por causa disso. E o Governo Federal banca isso.

Então, os nossos problemas cruciais hoje são: o Governo tem que fiscalizar os seus repasses de verba, tem que tratar da Medicina com integralidade e, mais, saber que terapia renal substitutiva é um tratamento atípico. O renal crônico tem que ser tratado diferente, por vários motivos.

Concordo com o Dr. Jorge Solla quando falou que, por esses problemas, o psiquiatra é muito importante para o renal crônico. Tivemos vários problemas, no Rio de Janeiro, com pacientes, um deles chegou até a assassinar uma enfermeira recentemente por problemas psiquiátricos, por falta de atendimento, porque você não consegue detectar isso. Não se tem, dentro da clínica, um psicólogo para, previamente, identificar o problema nesse paciente. Você não tem.

Então, na reunião anterior, solicitei que esses profissionais, quando fosse revista a questão de repasse de verba ou de pagamento para as clínicas de diálise ou para os hospitais, que esses profissionais, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas fossem incluídos e remunerados.

No Rio de Janeiro, na Comissão de Nefrologia, temos pessoas que são da Comissão de Nefrologia e estão lá, discutindo duas questões: tratamento conservador e criação de centros nefrológicos.

Quanto a isso que está se apresentando hoje, estamos, desde o ano passado, discutindo onde vai ser, como vai ser, as universidades participando e, mesmo assim, o negócio é complicado.

Vamos dizer, pega-se um médico na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coloca-o em uma sala pequena, que faz quinhentas coisas ao mesmo tempo e aquilo também. Ele está atendendo, daqui a pouco é chamado para outra coisa, para outra. Portanto, vamos criar uma política para isso, para atendimento no tratamento conservador. Parece que é no Pedro Ernesto e em Niterói onde mais atende no Rio de Janeiro, mas eles são até meio doidos, porque eles largam tudo, não fazem nada só para fazer aquilo. A mé-

dica acha que o grande negócio dela é aquele, é tratamento conservador, é encaminhar para o psicólogo da Associação, porque é lá que são feitos os atendimentos.

Acho importante isso; vamos expandir? Vamos. Mas se tiver um psicólogo, um assistente social, um nutricionista na clínica será muito bom. Tem que ser remunerado por isso? Acho que tem, acho que colocaria na minha clínica sim, mas também gostaria de ser remunerado por isso.

Hoje, no Rio de Janeiro, 99% das clínicas de diálise têm assistente social. Essa é uma briga de muitos e muitos anos, quase não tem clínica nenhuma sem assistente social. Todas elas têm assistente social, mas o psicólogo e o nutricionista são profissionais de extrema necessidade dentro da clínica de diálise. Temos que rever isso também. O Ministério tem que rever isso.

Fico satisfeito de passarmos a tratar, no Brasil, a Medicina como Medicina integral. Já tentamos alavancar outros programas algumas vezes, sem sucesso.

Espero e creio que este nosso Governo tenha diálogo, que, para todo esse planejamento, já saiba de onde vem a verba para implementarmos isso com urgência. E coloco-me à disposição, todas as pessoas que exercem controle social no Rio de Janeiro, não só o pessoal renal crônico, mas o pessoal de hipertensão, diabetes, lúpus, que é outra patologia importante, que leva à insuficiência renal crônica, essas pessoas são parceiros do Ministério até para fiscalizar esses programas que serão implementados, até para fiscalizar quanto é que veio para cá. Veio tanto, foi empregado, não foi empregado. Penso que isso é um papel do controle social. É um papel que podemos exercer em parceria com o Ministério da Saúde.

Para encerrar, senhores, peço o seguinte: pelo amor de Deus, vamos tratar com carinho essa questão da terapia renal substitutiva, porque até hoje, neste País, não pensamos na Medicina integralmente e temos que pensá-la dessa forma, mas não vamos esquecer daqueles que já estão lá e que a prevenção não adianta mais. A Medicina é curativa para eles, foco principal da nossa discussão.

Obrigado, Senador.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Passaremos às perguntas, mas antes vamos recompor a Mesa. Chamo a Dr^a Regina Siqueira, consultora legislativa do Senado Federal e que está assessorando a nossa Subcomissão; convido os nossos Senadores Renildo Santana e Marco Maciel para comporem a

Mesa; solicito aos digníssimos expositores, Dr. Jorge Solla, Sr^a Neide Barriguelli, Dr. Washington Correia e Sr. Gilson Nascimento Silva, que façam a composição aqui na primeira fila, por favor. (Pausa)

Os Srs. Senadores podem ficar à vontade para fazer suas perguntas, mas, como Presidente, eu as farei primeiro.

Serão diretas, dirigidas ao Dr. Jorge Solla e ao Sr. Gilson Nascimento Silva. São perguntas importantes para captarmos subsídios para o nosso relatório.

As entidades representadas por V. S^{as}. têm conhecimento de que as empresas fornecedoras dos insumos para realização do tratamento dialítico são em pequeno número e praticam preços elevados e relativamente uniformes, indicativos de cartelização desse setor da economia? Há conhecimento de V S^{as} sobre este assunto?

Segunda pergunta. Diante da situação econômico-financeira do Estado brasileiro, cujo Governo se esforça por obter um significativo superávit orçamentário e, por consequência, poucos recursos restando para a cobertura das despesas com as políticas e programas públicos, como V. S^{as} senhores vislumbram as possibilidades de recomposição dos preços no patamar reclamado pelos proprietários das clínicas privadas de hemodiálise, que respondem pelo atendimento de cerca de 91% dos pacientes renais crônicos?

Quero deixar bem claro – principalmente para o Dr. Solla, que assistiu ao **tape** da reunião anterior – que o fundamento maior da angústia dos nossos dialisados, dos nossos pacientes, e, por conseguinte, das clínicas que prestam esse serviço, é exatamente a questão da remuneração, do pagamento dos seus serviços.

A terceira pergunta é: além do reajuste dos valores pagos aos prestadores de serviço, que outras medidas práticas seriam úteis para evitar a descontinuidade do tratamento e, no nível da sua qualidade, do grande contingente de pacientes renais crônicos do País?

São apenas essas três perguntas. Por favor, fiquem à vontade para responder.

O SR. GILSON NASCIMENTO SILVA – Senador, quanto à formação de cartel, as empresas instaladas no País e que fornecem insumos investiram muito, e a diálise progrediu muito com esse investimento. Não sei se os preços são semelhantes, se aplicam preços iguais. No caso de um cartel, na minha opinião, se vendo uma banana por R\$10,00, todos têm

de vender por R\$10,00. Creio até que existe uma concorrência entre as empresas.

Atualmente, as empresas multinacionais que estão no setor são importantes para que esse sistema continue a funcionar. Se conseguíssemos que empresas nacionais passassem a participar desse grupo e diminuíssemos o preço de insumos, seria ótimo para todos. Porém, no momento, não interpreto como formação de cartel.

Há uma concorrência muito grande entre as empresas. A melhoria da qualidade do sistema deveu-se à concorrência: uma empresa produz uma máquina, e outra quer uma melhor; uma empresa produz um dializador, e outra também quer produzi-lo. Caracterizo a situação como concorrência e não como formação de cartel.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Dr. Jorge, V. S^a deseja fazer algum comentário sobre a primeira pergunta?

O SR. JORGE SOLLÁ – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, responderei as três perguntas na sequência. Assim, ficará mais fácil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenham dúvida de que, hoje, poucas empresas são fornecedoras dos insumos necessários para a terapia renal substitutiva.

Já comentei anteriormente que a questão da balança comercial na área de saúde nos preocupa bastante. Já tivemos a oportunidade de discutir o assunto, inclusive com a presença do Ministro Humberto Costa, numa reunião com o Presidente do BNDES, Dr. Carlos Lessa. O banco já está pautando uma série de investimentos para fazer com que a produção na área de saúde, no Brasil, possa reverter essa dependência. Evidentemente, isso não ocorrerá de uma hora para outra.

Ressalto alguns investimentos imediatos, é importante que se registre isso. O primeiro deles refere-se à produção de preservativos na fábrica que está entrando em funcionamento em Xapuri, no Acre. Exportávamos a matéria-prima, o látex, e comprávamos preservativos. Essa fábrica permitirá, a curto prazo, a produção de preservativos e, logo depois, de luvas cirúrgicas e diversos objetos feitos à base de látex.

O segundo ponto diz respeito ao investimento que o Ministério da Saúde fez, este ano, no Instituto Butantã, em São Paulo, para a produção de imunobiológicos e de vacinas, o que permitirá, em curto prazo, que possamos substituir a importação de uma série de vacinas.

O terceiro aspecto importante é o investimento do Ministério da Saúde e do Governo Federal na montagem de uma fábrica de hemoderivados em Pernambuco, que nos permitirá deixar de exportar o plasma e comprar o Fator 8 e outros hemoderivados.

Sr. Senador, cito outro exemplo importante para mostrar o quanto essa dependência precisa ser reduzida e como devemos ter cuidados na aquisição de insumos desse tipo. Este ano, o Ministério da Saúde fez uma licitação e conseguiu reduzir, na compra de Fator 8, o preço praticado no ano passado, que era da ordem de US\$0,42 a unidade, para US\$0,24. Houve uma economia gigantesca nos gastos do Ministério da Saúde com essa licitação, o que possibilitou comprar uma quantidade maior de produto e beneficiar um maior número de pacientes.

Sr. Presidente, não resta dúvida de que precisamos fazer uma recomposição de preços na tabela do SUS. Aproveito este importante debate para expor o assunto. Uma repórter entrevistou-me lá fora para saber a minha impressão sobre esta reunião. Comentei que o debate está sendo realizado num momento crucial. A partir desta discussão, poderemos trazer uma série de outras questões correlatas e tão importantes quanto esta, que é superimportante; mas há outras.

Chamo a atenção de todos para o fato de que não é na alta complexidade que a recomposição de preços do SUS mais precisa ser feita. Na chamada alta complexidade, há áreas em que o setor privado está praticando tabela SUS menos 10%. Por exemplo, o SUS está remunerando tão bem órteses e próteses, que existem planos privados praticando tabela SUS menos 10%, menos 5%. Todos querem fazer cirurgia cardíaca e neurocirurgia pelo SUS. No Brasil, 96% da oferta de hemodiálise, de terapia renal substitutiva, é feita pelo SUS. E mais, os planos privados de saúde não estão cobrindo a assistência ao paciente com insuficiência renal. O que faremos em relação a esse fato? Continuaremos nos conformando com a situação de 30 milhões de brasileiros que pagam planos de saúde, durante toda a vida, para ter direito à cobertura supletiva e, quando passa a sofrer de insuficiência renal, esses planos não lhe asseguram assistência, ficando à mercê da assistência pública, sim, porque ele tem direito à assistência pública, pois o SUS é universal. Mas esse cidadão também tem direito à assistência que pagou a vida inteira.

Há alguns estudos, Senadores, que mostram que, no mínimo, 20% dos pacientes hoje em terapia renal substitutiva deveriam ter a cobertura assegurada pela assistência supletiva. No entanto, volto a informar, 96% é coberta pelo SUS. Mas de 90% de toda

a assistência de alta complexidade no Brasil é paga pelo SUS. Vamos acabar com o mito de que o SUS é assistência para pobre. Não é. Todo o mundo usa o SUS, inclusive na imunização, na vigilância sanitária, na vigilância epidemiológica, nas ações coletivas. Todo paciente que precisa do Interferon, neste País, recebe-o do SUS, porque ninguém consegue pagá-lo, por mais alto poder aquisitivo que tenha e o seguro privado não cobre. Mais de 90% dos transplantes, de cirurgia cardíaca, neurocirurgia, atendimento de UTI, hemodiálise, terapia renal substitutiva, medicamentos excepcionais são cobertos pelo SUS, que contempla cidadãos de todas as faixas, de todos os estratos socioeconômicos.

Precisamos, pois, recompor os preços, mudando o desnivelamento. A tabela é muito mal nivelada em virtude de alguns processos de pressão política mais forte, vulgarmente chamados **lobbies**. Mas creio que é mais adequado dizer que são processos de pressão política completamente normais em qualquer sociedade. Um determinado grupo, com uma capacidade maior de organização, exerce uma pressão e consegue que determinada parte da tabela do SUS seja melhorada. Entretanto, não precisamos fazer recomposição de preço de toda a tabela SUS, porque, enquanto há procedimento, podemos alterar as coisas.

E não só na alta complexidade. Estamos concluindo, agora, um estudo na área de laboratório. Há exames laboratoriais cujo preço o SUS poderia reduzir e ainda torná-lo competitivo. No entanto, há outros na mesma área que, mesmo que tivessem 500% de reajuste, não conseguiriam chegar a superar a defasagem tabela-custo. Então, o desnivelamento da tabela SUS causa uma série de dificuldades. Precisamos, portanto, recompor os preços e a tabela, mas a partir do diagnóstico que o Ministério da Saúde está fazendo, onde vai identificar as defasagens entre tabela e custo, buscando reduzi-las em diversas áreas.

Medidas para evitar a descontinuidade do tratamento são várias. Algumas delas já comentei aqui e gostaria de reforçá-las. Em primeiro lugar, novos credenciamentos. Já citei aqui que 36 credenciamentos foram feitos entre janeiro e março. Tomemos como exemplo o Rio Grande do Sul, onde foram feitos 11 credenciamentos, um dos quais em Porto Alegre. Dez cidades do interior do Rio Grande do Sul passaram a contar, este ano, com serviço de hemodiálise: Soledade, Rosário do Sul, Alegrete, Monte Negro, Santa Maria, Caxias do Sul, Santana do Livramento, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo.

Precisamos aumentar os credenciamentos, mas também expandir a distribuição dessa rede para

que o paciente não precise sair do interior para vir à capital. Esse processo iniciou-se desde o início do ano e terá continuidade. Mais de 700 máquinas novas de hemodiálise entraram em operação do final do ano passado para cá e o Ministro Humberto Costa já autorizou o credenciamento de todos esses serviços e um acompanhamento intenso que está sendo feito por parte não só do Ministério da Saúde, mas de diversas secretarias estaduais e municipais que têm participado desse processo.

Para concluir meu raciocínio, permitam-me chamar a atenção para dois aspectos importantes. Em primeiro lugar – creio que Gilson não se expressou bem, mas ele sabe disto –, no SUS só há um tipo de assistência cujo recurso tem o carimbo chancelado, tornando completamente impossível de ser aplicado em outra finalidade: a terapia renal substitutiva. É a única área no Sistema Único de Saúde cujo valor alocado pelo Governo Federal para Estados e Municípios só pode ser usado para esse fim. Existe um teto de recurso específico para terapia renal substitutiva para cada Estado, que não pode usar este recurso para outra finalidade. Nenhuma outra área do SUS tem esta prerrogativa. Nenhuma outra área do financiamento do SUS tem esta incapacidade de mudança. Apenas a terapia renal substitutiva.

E mais, ano passado, o Ministério da Saúde aprovou uma portaria que definiu limites por Estado e que o que passasse seria glosado.

Desde janeiro, a atual gestão do Ministério da Saúde não fez glosa alguma de qualquer serviço de hemodiálise, em nenhum Estado deste País. Todos os procedimentos que foram prestados foram pagos, todos, mesmo nos Estados que estouraram o limite financeiro que tinha sido aprovado.

Há duas semanas, montamos uma comissão com as Secretarias Estaduais e Municipais para redefinir esses limites financeiros e, em nossa perspectiva, isso ocorrerá a partir de julho.

Mas, mesmo antes, Srs. Senadores, pela primeira vez na história do SUS, nenhum procedimento de hemodiálise deixou de ser pago por uma gestão do Ministério da Saúde. Isso aconteceu agora, começou a ser feito em janeiro. E eu gostaria de registrar isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito importante seu registro. Com a palavra o Sr. Gilson.

O SR. GILSON NASCIMENTO SILVA – Sr. Senador, quero tentar englobar as duas questões: reajuste e práticas alternativas.

Uma das coisas em que o Governo poderia pensar é em rever as questões relacionadas a incentivos fiscais, para ter a perda substitutiva, como um todo, não só na hemodiálise, mas também em relação à prevenção. Vamos criar centros nefrológicos. O que podemos fazer de incentivo fiscal para que realmente tais centros funcionem? O que realmente podemos fazer com as clínicas de diálise? Se não podemos dar um determinado aumento, podemos dar alguns incentivos fiscais que o complementem. É uma lógica óbvia em que o Ministério poderia pensar. Seria muito interessante.

Quanto ao repasse de verba do Ministério da Saúde, quando falávamos de hemodiálise, dizia que verba chega ao Município. No entanto, os nefrologistas donos de clínica afirmam que leva dois a três meses para o Município repassar os recursos para as clínicas de diálise. Essa é uma questão.

A outra questão que abordei sobre a verba repassada para medicamentos excepcionais é muito grave. Por exemplo, com relação a uma fonte do Governo, que é repassada, eles vão empurrando com a barriga o pagamento para as empresas. Com a virada do ano, a dotação orçamentária é diferente, e o pagamento do ano anterior é feito com a fonte do Governo atual, e a outra, relativa ao ano anterior, será negociada. Não estou dizendo que esse dinheiro saiu da saúde, mas há um grave problema: tira-se da média complexidade para cobrir a alta, e da alta para cobrir a média. É aquela questão da pessoa que usa calça curta: se levantar a calça, aparece a perna; se descê-la, alguma coisa vai ter que aparecer. O problema da fiscalização são os desvios, que não chegam ao Ministério da Saúde. A verba é repassada, mas o Ministério da Saúde tem que fiscalizar mais intensivamente, saber como foram gastos os recursos.

Está todo mundo pedindo aumento de verba para os Municípios e Estados para empregar na área de saúde. O Ministério aumenta, mas não fiscaliza; repassa, mas não fiscaliza.

Há, no Rio de Janeiro, um problema sério com medicamentos excepcionais – o Dr. Jorge Solla sabe disso –, que vem se arrastando de 1998 para cá. Sei que o Governo Federal repassou 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, mas não fiscalizou. Então, o negócio é como uma bomba, vai se formando e vai estourar na mão de alguém. Espero que isso não aconteça.

O Ministério, recentemente, deu um incentivo, por intermédio de uma fonte nova, para o Estado do Rio de Janeiro, para tentar recompor, para que alguns fornecedores fossem pagos. Lamentavelmente, com relação a certos tipos de medicamentos neste País,

não temos alternativa: ou são usados, como os imunossuppressores, ou não são. Então, o que acontece? Se alguém pegar os remédios e não pagá-los, eles não serão entregues. É apostar na comoção que isso vai criar. Se fiscalizarmos, o dinheiro vai aparecer de algum lugar, e o Ministério vai ajudar. Porém, a coisa não funciona dessa maneira.

Qualquer um de nós – pessoa física – gosta de saber em que está se gastando o seu dinheiro. Entendo assim. O Ministério deveria fiscalizar um pouco mais esse repasse e essa verba que vai para a diálise, nos Municípios. Verificar em quanto tempo o Município a está repassando para as clínicas, porque em muitos Municípios há alguém recebendo com um mês de atraso, e isso dar para fazer um “fluxozinho” de caixa. São coisas que têm que ser fiscalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado. Com a palavra o Senador Renildo Santana.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, antes de fazer as minhas perguntas, quero me identificar.

Sou Senador por Sergipe, não sou médico, mas fui Prefeito de uma cidade de médio porte do meu Estado e fiquei muito sensibilizado, em meio a tantos problemas que encontrei na área da saúde, com o tratamento de hemodiálise. Esse, sinceramente, me chamou muito a atenção, e fiquei comovido quando ouvi a Sr^a Neide e o Sr. Queiroga, que é de Pernambuco.

Dr. Jorge, tenho duas perguntas a fazer. A primeira delas, baseada na explanação que fez, é que o SUS atende apenas a 4%, porque 96% dos pacientes são atendidos por clínicas particulares pagas pelo SUS.

Veja bem o meu ponto de vista. Acho que é chegada a hora de o Ministério da Saúde começar a fazer aquisição de equipamentos, não que venha a ser auto-suficiente para atender a todos os pacientes, mas que tenha uma reserva, não pelo fato de que os donos de clínicas e de hospitais estejam impondo essa condição – não sou dono de clínica e não tenho parente que tenha. Baseada em minha experiência, eu pergunto se não é chegada a hora de o Ministério ter uma reserva para contrabalançar procura e oferta.

Em segundo lugar, V. S^a disse que foram feitas aqui várias reuniões com os donos de clínicas e de hospitais. Seria bom se chegar a um consenso, porque essa situação está incomodando os pacientes que recebem esse tratamento. Tenho certeza absoluta de que eles ficam pensando: “E amanhã? Será que

o SUS vai pagar, será que não vai pagar? Será que as clínicas vão começar a tirar os tratamentos, vão acabar com o direito a acompanhante?" Seria bom acabar com esse pesadelo dos pacientes.

O SR. JORGE SOLLA – Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a informação. O que temos atualmente é que 96% da oferta de hemodiálise no Brasil é pelo SUS, e a maioria é feita no setor privado. As porcentagens foram aqui apresentadas.

No ano passado, na gestão anterior, o Ministério da Saúde adquiriu 739 máquinas de hemodiálise, um número bem importante, que foram distribuídas. O grande problema que tivemos no ano passado é que o investimento não foi acompanhado do custeio. Houve a alocação de recursos para a aquisição de máquinas de hemodiálise, mas não houve a previsão de recursos para custear o funcionamento do serviço. Por essa razão, neste ano, estamos utilizando as máquinas compradas no ano passado, colocando-as para funcionar e viabilizando recursos para o custeio. Ao trazer os dados, demonstrei que, neste ano, o Ministério da Saúde vai alocar no Orçamento R\$350 milhões a mais do que foi gasto no ano passado, o que é quase – não sei se me expressei bem – 50% a mais do que foi gasto no orçamento de 2002. Apenas na virada de 2002 para 2003. Aí estão incluídos os novos serviços credenciados, o reajuste de 5% que o Conselho Nacional de Saúde já aprovou, a previsão de incorporação de todas as máquinas compradas e que ainda não entraram em operação e outros serviços públicos e privados que nos procuram ou procuram as Secretarias Estaduais interessados em entrar em operação.

Quero deixar bem claros dois aspectos. Em primeiro lugar, ninguém pode considerar que um reajuste de quase 50% no orçamento representa pouco. Não é verdade. Os Senadores conhecem o orçamento e sabem que aumentar de R\$800 milhões para R\$1,150 bilhão é um esforço grande no orçamento já concluído. Houve um processo de realocação. Trabalhamos com um orçamento já aprovado no Governo anterior, o que demonstra a prioridade que o atual Governo dá a essa área. Um remanejamento orçamentário da ordem de R\$350 milhões não é pouca coisa.

Em segundo lugar, concordo plenamente com V. Ex^a, Senador Renildo Santana. O SUS prevê um espaço para o setor público e outro para o setor privado – o privado filantrópico e o privado lucrativo. Mas quem está na gestão do SUS não pode prescindir de investir no setor público, conforme o Senador Papaléo Paes comentou. Temos de recuperar a credibilidade

do setor público, sim. Isso representa investimentos em equipamentos, mas principalmente em recursos humanos. Não precisamos ter 100% de oferta em nenhum tipo de procedimento no setor público. Mas, se não houver uma oferta estratégica, que capacidade terá o setor público para regular a formação de recursos humanos? Que capacidade terá para regular a incorporação tecnológica? Que capacidade terá para regular os preços no mercado? O setor público será refém. Foi muito importante a colocação de V. Ex^a, pois assim também pensamos. O setor público não precisa oferecer 100%. Mas deve ter uma oferta estratégica.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Um instante, por favor. A meu ver, o Ministério da Saúde está um pouco vulnerável com esses 4% de equipamentos. Acredito que o Ministério deve avançar, pelo menos ficar com o atendimento em 20%, e deixar 80% para a iniciativa privada.

O SR. JORGE SOLLA – Atualmente, já é mais de 4%. Mas tenho certeza de que chegaremos ao final do ano próximo da meta que V. Ex^a coloca. Porque, só em hospitais universitários, teremos algo em torno de 50 a 80 máquinas que entrarão em operação nos próximos meses. E tenho certeza de que estaremos chegando perto.

Quero citar um aspecto importante que acredito deva ser associado a esse, pois a função de gestão deve pensar na oferta e no financiamento, mas deve pensar também no processo de fiscalização. O Gilson lembrou bem. Estamos nesta gestão fazendo um esforço de montar um processo de fiscalização. Precisamos criar uma carreira de auditoria no SUS, que não existe. Há quadros de auditoria remanescentes do antigo Inamps. O Ministério da Saúde trará o debate para dentro do Congresso Nacional, e esperamos contar com o apoio dos Senadores – faço logo a solicitação. Precisamos criar uma carreira de auditoria no SUS a fim de contarmos com auditores, não apenas em quantidade, mas em qualidade, em investimento, para o processo de fiscalização. E o Ministério, nesses poucos meses, já demonstrou que coloca a fiscalização como prioridade.

Cito dois exemplos. No Rio de Janeiro – o Gilson tem conhecimento do fato – há dois diretores de hospitais federais sob fiscalização intensa, 24 horas, da Polícia Federal, porque desmantelaram esquemas que existiam. A Diretora, Dr^a Ana Lipke, do Hospital dos Servidores, e o Diretor do Into – Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia, Dr. Sérgio Cortes. Os dois estão vivendo com cobertura da Polícia Federal, e, a

partir disso, já foi designado pelo Ministro Humberto Costa um processo de auditoria em todas as cinco grandes estruturas e serviços sob gerência federal no Rio de Janeiro. Isso, do ponto de vista das estruturas que estão diretamente ligadas ao Ministério da Saúde. Imaginem o que ocorria: problemas em licitações, R\$100 milhões em órteses e próteses no Into, e não se sabe o que se vai fazer com aquilo. Cem milhões de reais em órteses e próteses estão lá; licitações foram feitas, e o material não vai ser utilizado. Serviços foram contratados e não foram prestados no Hospital dos Servidores do Estado. Bastou trocar o responsável por acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, e a pessoa designada pela diretora teve seu carro fechado na rua por dois carros. Deles desceram quatro pessoas com arma na mão, que lhe deram 24 horas para sair do Hospital. Essa é a realidade no Rio de Janeiro que estamos quebrando, que o Ministro Humberto Costa e o Governo Lula estão quebrando.

Também nos Municípios e Estados, a fiscalização está ocorrendo. Um exemplo é o caso do Distrito Federal. O Ministério da Saúde já entrou com o processo de desabilitação, que está tramitando; a comissão tripartite está, há dois meses, analisando o pedido que o Ministério da Saúde fez para desabilitar o Governo do Distrito Federal, porque temos um metro de provas que foram levantadas e entregues à Secretaria de Saúde do DF, mostrando desvio de recurso, desassistência, desvio de finalidade, falta de cumprimento da lei, falta de cumprimento dos processos administrativos. Tudo está lá. E a avaliação vai chegar novamente à reunião tripartite, no dia 26. Claro que a decisão vai depender da posição também dos Estados e Municípios que participam, porque não é só do Ministério da Saúde. Trata-se de uma comissão que tem representantes dos Estados, Municípios e Governo Federal. Mas, em janeiro, Senador, encontramos auditoria do final de 1999, comprovando desvio de recursos, e nada foi feito. Em 2000, houve outra auditoria no DF, e encontrou-se aquele mesmo problema, intensificado, e novos, assim como em 2001 e 2002. Encontramos isso tudo lá. E o Ministro Humberto Costa designou um grupo-tarefa, que começou a funcionar com o Ministério Público e a Corregedoria. Já estão aí não só as medidas administrativas, como a desabilitação, mas também as medidas do Ministério Público para imputar responsabilidades. V. Ex^{as} devem ter visto o caso de Porto Seguro, na Bahia, meu Estado, infelizmente. Foi levantado por uma auditoria, e estamos recebendo esta semana um relatório parcial de desvio de recursos do SUS pela administração municipal de Porto Seguro. Foi usado dinheiro para

contratar jornalista para jornal, empregados para a rádio, empregados para comitê eleitoral; foram usados recursos para contratar funcionários para vários esquemas diferenciados. Tudo isso está sendo apurado e comprovado. Vamos precisar de reforços e apoio, porque, para que a fiscalização seja mais intensa, precisamos montar uma carreira de auditoria, fixar profissionais, estimular esse processo.

O SR. RENILDO SANTANA (PFL – SE) – Com respeito à questão dos Prefeitos, que o Sr. Gilson falou, fui Prefeito, e essa verba é específica. Essa verba, repito, é específica, portanto só pode ser gasta para finalidade determinada. Algum Prefeito, não sei, pode até ficar com esse dinheiro depositado em conta, mas não pode gastá-lo com outro objetivo. A verba é específica; digo-lhe com precisão, porque fui Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senador Marco Maciel, por favor, honre-nos com sua palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não, Sr. Presidente. A honra é toda minha.

Eu apenas gostaria de, ao final destas duas audiências, cumprimentar a Subcomissão de Saúde, presidida por V. Ex^a e tendo como Vice-Presidente o Senador Mão Santa, pelos trabalhos que realizou. Acho que foi um trabalho muito importante, não somente para que conheçamos melhor a questão da saúde no Brasil, especificamente essa relativa aos pacientes renais, mas também porque muitas informações foram aqui passadas, e o debate se produziu, a meu ver, de forma bastante abrangente, o que não deixa de ser um fato positivo. Espero que, a partir destas reuniões, possamos retirar rumos para ações que a Comissão de Saúde venha a desenvolver nesse campo perante o Poder Executivo, nomeadamente o Ministério da Saúde, mas também perante outros órgãos dos setores público e privado que atuam nessa área estratégica das ciências humanas e, de modo mais geral, no campo das questões sociais.

Por isso gostaria de cumprimentar V. Ex^a e os que integram a Subcomissão. Creio que valeu a pena ter sido feito esse trabalho e espero que, por esse caminho, o Senado também esteja oferecendo uma contribuição ao País e às suas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Em nome da Subcomissão de Saúde, quero agradecer a V. Ex^a. Desde que levantamos o tema do atendimento ao renal crônico, V. Ex^a foi um dos participantes ativos dos trabalhos, favorecendo a realização desta audiência pública, dividida em duas reuniões.

Agradeço ao Sr. Senador e quero dizer que a nossa Subcomissão está à sua disposição, inclusive recebendo sugestões de temas para discutirmos. V. Exª, logicamente, é um homem público extremamente respeitado no nosso País pela sua experiência, pelos cargos que exerceu e muito nos honra com sua presença nesta reunião.

Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Fará uso da palavra o Senador Mão Santa, Relator da nossa Subcomissão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Papaléo, estamos aqui – e entendo que o Senado existe para isso – numa dificuldade que considero muito pequena. Maior foi a de Moisés – e o Senador Marco Maciel sabe disso. Levando o povo de Deus, Moisés sentiu-se titubeante em sua liderança. Viu que o povo queria adorar os bezerros de ouro e quis desistir de sua missão. Então, ouviu a voz de Deus, que dizia: “Busque os 70 mais experimentados, os anciãos”. Assim também nasceu o Senado, que veio ao mundo, chegou ao nosso Brasil e não seria diferente. Portanto, há 180 anos, o Senado trouxe-nos essa nossa vida democrática. Muito devemos ao Senado, a José Bonifácio, a Joaquim Nabuco, a Rui Barbosa, a Juscelino Kubitschek, médico especialista em doenças renais.

Sintetizando tudo isso, Deus trouxe aqui o Senador Marco Maciel, essa beleza de história e de gente, para também atestar o sofrimento de que Pernambuco foi o sinal da negligência que hoje não vivemos.

Para que esta Casa faça leis boas e justas, o relatório será muito simples, primeiro pelo auxílio dos nossos consultores, que nos ajudam muito o Luís Carlos Romero, a Regina Siqueira, e pelos depoimentos que ouvimos desde a reunião passada, como o do Jorge Sola, da Neide Barriguelli, com seus 18 anos de luta pela vida. Não chore, Neide, pois viver é lutar, a vida é um combate. Ela está ali alegre, dando força a todos. Tivemos a colaboração também do Dr. Washington Luiz Corrêia, grande líder médico que preside a Associação Brasileira de Centros de Diálise e Transplantes e do Gilson Nascimento Silva, exemplo de coragem, que passou de uma fase para outra: de doente em tratamento pela hemodiálise até encontrar a avenida do transplante.

Sou médico há 37 anos, mas médico mesmo, médico e do SUS. Nasci antes, vivi antes da situação de hoje, que é muito melhor. Fui do INPS, de muito antes. Naquele tempo só era atendido quem tinha uma carteirinha – antes era o IAPB, depois Comercário e

Ferroviário e depois juntou. Tinha que ter a carteirinha. Havia as entidades de misericórdia. Sou orgulhoso por ter sido médico da Santa Casa. Creio que o Presidente Marco Maciel deve ter vivido a criação do SUS, que acredito ter sido em 1989, há uns 15 anos, no Governo Sarney. Ele nasceu como o sol, para a Medicina ser igual para todos. Quero lhe dizer que o SUS é a mais importante instituição deste País; não existe outra. Falamos mal do SUS antes, mas, quando somos atendidos, falamos bem. Isso porque o instrumento que ele usa é o médico e a enfermeira – e eu não conheço profissionais tão idealistas como esses. Não sei quanto ao Senador Marco Maciel, mas sou mais orgulhoso de ser médico do que de ser Senador. Entendo que a ciência médica é a mais humana das ciências e o médico é o grande benfeitor da humanidade. E a enfermeira, essa merece ainda mais, merece glórias e as nossas homenagens. Ninguém se lembra da enfermeira. Nunca vi se levantar a bandeira para desfilar no Exército e na Marinha. Só na hora da desgraça, do desespero e da dor se lembra que a enfermeira está lá.

O mais importante é o instrumento humano. E esse é quase um sacerdócio, é um ideal – falo por experiência própria.

Digo que o SUS é a melhor instituição, porque nenhum médico opera diferentemente por ser particular. Quando a pessoa consegue ser atendida, ela é bem atendida. Nunca vi nenhum diferenciar porque é privado; nunca tive conhecimento disso. Sou orgulhoso. E julgo por mim mesmo. Pelo contrário, eu gostava muito mais. Estou aqui. Eduquei minha família; não tenho mais problema; minha filha mais nova está estudando Medicina, o que me enche de satisfação.

Estou aqui, porque trabalhei pelo INPS – que depois se transformou em Inamps e em SUS – e eu gostava mais do que do particular. Parece loucura, mas não é não. Na minha profissão de cirurgião, eu não gostava de atendimento particular; eu preferia o SUS. E vou dizer por que. Eu nunca soube cobrar de doente; quando era particular havia o hospital, o depósito, o clínico, os exames e os anestesistas e, quando chegava na minha vez, via de regra, o doente dizia que não tinha mais nada. Isso ocorreu muitas vezes. Ninguém pode falar mais do que eu dessa dívida que é o médico honrado. Quando havia um paciente, eu pedia para que o procedimento fosse feito pelo SUS mesmo, porque era pouco, mas era certo. Vivíamos com dignidade, trabalhávamos e havia muita coisa boa.

Imaginem parar o SUS por três dias – seria pior do que Bush atacando Bagdá. Imaginem! Temos que

melhorar; isso não é divino, não é de Deus. Tem erros, pois é humano. Errar é humano, mas a instituição tem que ser preservada, consagrada. Aqui, como funcionário público, falou, entusiasmado, o servidor Presidente Papaléo Paes. Dr. Jorge Solla. Estou encantado com o Dr. Jorge Solla. A Bahia sempre encanta: Rui Barbosa, Marta Rocha, e agora o Dr. Jorge Solla. Estou encantado com sua dedicação.

Permita-me. O senhor formou-se em que ano?

Eu me formei em 1966. Andei no Rio, andei no mundo e fui para o Piauí porque quis, porque é o melhor lugar do mundo. Eu queria dar-lhe a minha experiência e para o Humberto Costa.

Sou sofrido, sou vivido... Depois eu queria lhe comunicar que quero ser seu Cireneu nesta sua comissão, quero ajudá-lo. No dia seguinte da noite da primeira audiência, tive a oportunidade de ter uma audiência com o Ministro. Às nove horas da manhã, havia reunião da Frente Parlamentar. Lá há uma Frente Parlamentar de Saúde da qual faço parte. Fui representando o nosso Presidente.

Manifestou-se o Presidente, o Deputado Rafael Guerra, ex-Secretário de Saúde de Minas Gerais, e também usei da palavra. Nos meus tópicos, já adverti, mostrei preocupação com o que houve em Caruaru, com essas expansões. Isso é assim mesmo. Precisamos ter coragem para mudar o que se pode; serenidade para aceitar o que não se pode. Ninguém vai mudar essa estrutura, que é complexa. Temos que conviver com essas estruturas públicas, filantrópicas e privadas. Vamos usar de sabedoria para conviver com isso e dar o melhor para o que é superior, soberano, que é o povo.

O Parlamento não é soberano. Ele não decide. Ele fala, encaminha. Fui Prefeito, é uma grande experiência. Eu gostaria que o senhor levasse essa mensagem ao nosso grande Secretário de Saúde deste Governo no qual o povo do Brasil acreditou e do qual também sou artífice da vitória. Fiz o PT ganhar no meu Estado, que não tem nem um Prefeito lá.

Temos que conviver. As instituições estão aí. E há o doente. O doente é sagrado, é seu irmão. Quem não está entre os 60 mil, ou tem um familiar, ou pode vir a ser um. Tudo tem que funcionar.

Vivi como prefeito uma grande experiência, assim como o Senador Marco Maciel. Também foi prefeito, não é? Foi não. Já nasceu grande: governador, presidente. Pois eu fui. Grande experiência. Havia aquela inflação, com a qual todos aprendemos. Diz o filósofo: "A adversidade é uma bênção disfarçada." A inflação era de 50%, 60%, 70%. Todo mês tínhamos

que fazer ajuste salarial e de outras áreas: o táxi, o ônibus, outra confusão. Sempre gostei mais do povo mesmo. O povo pobre é bom. Foram eles que me elegeram. Gosto dos necessitados, dos sofridos. Todo mês era esta confusão: o sindicato dos rodoviários pedindo aumento do preço da passagem de ônibus. E eu nunca queria dar os reajustes porque eu acreditava que era preciso proteger o pobre, o povo que pega o ônibus. Foi aí que Deus colocou um Richelieu ao meu lado, um homem mais experiente, mais velho: o Dr. Benedito Pereira, professor universitário de Matemática, Estatística. E eu querendo encolher, ele dizia: "Não faça isso, Mão Santa, porque o senhor tem de dar um oxigênio. O senhor vai destruir o maior patrimônio do povo, que são os ônibus. Como esse povo vai sair de casa, como esse povo vai trabalhar? Se o senhor não der um oxigênio para eles comprarem os pneus, a bateria e outras coisas mais, o senhor vai estar destruindo".

Então, isso tem de ser avaliado.

Que o senhor seja um Dr. Benedito Pereira para o Ministro Humberto Costa e diga: "vamos analisar, dar um oxigênio". A realidade é essa: não pode. E o nosso Prefeito viu logo.

Tem de haver o regulador, porque as nossas instituições, como o SUS, têm um lado social. Quanto ao empresário, ainda se permite isso. Não é inveja, não. A sabedoria está no meio. Cheguei a comprar ônibus também, para fazer o regulador, mas tinha de ter atenção. O Dr. Benedito Pereira não deixava de fazer a planilha com cuidado, pois é necessário repor pneus, câmara de ar. Há as despesas. E ônibus fica velho e cai. Tem de ter ônibus extras.

Então, temos de ver esse lado. O melhor que tem de se dar é essa hemodiálise. Há as modernas. Vamos avançar para a cirurgia de reno – quem fala aqui é um cirurgião. Saí da cirurgia como o Pelé do campo. Eu sei. A cirurgia de transplante renal tem êxito total. Conheço pacientes transplantados há vinte anos. Lá no Piauí, na minha Teresina, faz-se transplante cardíaco com êxito, mas o transplante renal já é feito há muito tempo e tem de avançar também. Mas faz-se transplante cardíaco no meu Estado, porque mandei investir nos profissionais, para que eles voltassem e avançassem. Teresina é uma referência em excelência. Gente do Maranhão, de Tocantins, de parte do Ceará, todos vão para o meu Estado.

Saio daqui muito otimista, como Juscelino, que foi o primeiro que fez investimentos em rim. Foi estudar na França, na Europa, e foi um grande urologista. Ele avançou e também temos de avançar.

Essa equipe é boa, o Ministro é excelente. O senhor empata com ele, pois estou impressionado com o seu conhecimento e com a sua dedicação. É interessante, li aquela nota de jornal, mas estou encantado com a sua dedicação. Considero o SUS parte da minha vida também.

No domingo, eu estava na minha cidade, pois foi aniversário de um neto, e fui visitar um centro de hemodiálise. Conversei com alguns pacientes. Como são duras suas vidas! O diagnóstico é o mais fácil possível, quando está clara a doença – não precocemente –, quanto aos níveis de uréia, creatinina; os sintomas são fáceis, mas o tratamento é penoso, difícil e complicado.

Não pode. Senão, vai faltar, e eles vão fazer aquilo que, graças a Deus, não houve em minha cidade. Tanto é que saí da Prefeitura e candidatei-me a Governador do Estado. Não deixei acabarem os ônibus, então tive 93,84% dos votos. As maiores votações foram de Juscelino Diamante, de Ronaldo Cunha e, depois, a minha, porque não deixei acabarem os ônibus. Eu ia deixar, mas fui advertido de que iam acabar. Então, eu tinha de liberar aquilo para as empresas andarem, com as necessidades e com o progresso do desenvolvimento. Essas nossas considerações iremos transcrever no relatório. Será uma satisfação obter tudo o que desejamos. Que o Senado cumpra a sua destinação de melhorar a vida em nosso País.

Essas são as nossas palavras de agradecimento e de cumprimento ao nosso grande Senador Papaléo Paes, médico dedicado totalmente ao setor público. Em nosso Brasil, há essas estruturas, e temos que avançar.

Essas são as nossas palavras de agradecimento a todos que contribuíram. Quero dizer que apresentarei o relatório, na certeza de que, em pouco tempo, vamos comemorar o avanço do SUS. Deve-se ter em mente que o SUS é bem mais importante do que o PSF. O SUS é a medicina avançada citada, e o PSF, por sua vez, uma cópia do modelo cubano.

Não sou nem de esquerda, nem de direita. Sou médico, avançado como Juscelino. Cuba é um país pequeno, com dez milhões de habitantes, representa metade do Piauí. Portanto, não se pode transportar esse modelo para cá, um País imenso, com variados meios de locomoção. Hoje, rápido e facilmente se chega a qualquer lugar do Brasil e também a um centro de medicina de alta qualidade. Hoje, é diferente.

Então, o PSF não deve ser aumentado de forma gigantesca, mas sim o SUS e, para isso, o Governo tem dinheiro. Temos de aconselhar o Presidente Lula,

Sua Excelência tem de ouvir a verdade, pois há dinheiro.

O Presidente José Sarney governou este País com 17 Ministros. Veio o Fernando Collor e diminuiu para 12. Eram 18 ministros quando V. Ex^a foi Presidente. Hoje, temos 26 ministros. Que se feche um desses Ministérios para que possamos enfrentar o que existe: o sofrimento do doente renal, a necessidade de ajuda – perspectiva que já existiu.

Dinheiro há, porque o Senado e a Câmara foram sábios ao elaborar a Emenda nº 29. Sabem o que é isso? Neste País, havia um mar de analfabetos, mas os legisladores elaboraram uma emenda que, no começo, era tida como antipática, pois para a Educação teriam de ser destinados 25% dos recursos. E hoje, estamos nos alfabetizando: 98% das crianças brasileiras estão nas escolas; um terço está no ensino médio e estamos atingindo muito mais de 10% de universitários.

A Emenda nº 29 fez isso com a saúde. Agora, temos de fiscalizar, essa é atribuição do Ministério da Saúde. Não havia essa obrigatoriedade, mas o Governador e o “prefeitinho” têm de gastar 12% de seus recursos com saúde. O essencial é invisível aos olhos, ninguém está vendo.

Senador Marco Maciel, Senadores, vou lhes mostrar como é este Brasil. Quando prefeito de Parnaíba, o FSESP tinha um hospital inacabado. Era presidente da antiga Fundação Nacional Valdir Arcoverde, um gaúcho de nascimento, mas piauiense, e, como prefeito, resolvi concluir o hospital. Um Deputado Federal que não é do Piauí, não vou citar o nome – posso pensar que S. Ex^a vote em mim no futuro, por isso não vou dizer –, procurou-me para dizer que tinha um hospital para me dar. Disse-lhe que tinha acabado de ganhar um do PSF, faltando concluir e instrumentalizá-lo com raio x etc. São instrumentos caros.

Disse-me que para isso não tinha dinheiro, mas se eu quisesse um hospital novo este iria de Brasília. Quer dizer, o Ministério da Saúde funcionou muito para as empreiteiras. Eu mesmo fui consultado para ganhar um hospital. Novo tinha, mas não me davam um raio x, um aparelho de ultra-sonografia. Mas está lá, está funcionando. Há dinheiro, sendo assim, vamos fazer funcionar as estruturas existentes. O problema é que as estruturas físicas não dão nome. Na história do Brasil, as empreiteiras foram muito mais fortes do que os Ministros da Saúde. (?) a Emenda nº 90, é só pedir. Creio que o Prefeito de cada cidade pode participar. Não há um serviço único de saúde? O Governador do Estado também e o Governo Federal, que V. Ex^a mostrou. Podem buscar os aliados.

São essas as nossas palavras.

Quero crer que, em breve, vamos comemorar mais dias de vida para os nossos doentes renais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Peço permissão aos demais Senadores para abrir uma exceção e conceder a palavra, por dois minutos, a Sr^a Neide Barriguelli e mais dois minutos ao Dr. Washington Corrêa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Há uma CPI na Câmara dos Deputados sobre os planos de saúde. É uma boa hora para exigir que os planos de saúde arquem com a responsabilidade pelos doentes renais. Repito: há uma Comissão formada por Deputados da Câmara Federal. Vamos aproveitar a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Concedo a palavra a Sr^a Neide Barriguelli.

A SRA. NEIDE BARRIGUELLI – Passarei o meu tempo ao Dr. Washington Corrêa, porque ele precisará de dois minutos.

O SR. WASHINGTON LUIZ CORRÊA – Muito obrigado, Senador.

Estamos, realmente, em um País democrático. Esta Comissão foi muito democrática. Fico feliz e agradeço mais uma vez.

Quero expor alguns dados importantes. Quando o Dr. Jorge Solla mencionou que o Ministério da Saúde vai gastar R\$1,1bilhão em TRS deixa-me muito preocupado. Sabemos que, anualmente, o número de pacientes vai crescer em 10%. Esses pacientes que hoje vão entrar em tratamento de diálise. Vamos encaminhá-los para onde? Se o Ministério da Saúde não tem mais recursos para manter o paciente renal crônico, para aonde iremos encaminhar os pacientes? Para a Argentina? Para os Estados Unidos ou algum outro país? É apenas uma preocupação.

Mostrei dados na planilha e tenho notas fiscais de compras de materiais que subiram mais de 100% nos últimos 5 anos. Num outro procedimento, de notas fiscais que subiram mais de 100%, Sr. Presidente. É algo muito sério. Realmente, quando o Ministério da Saúde libera-me 5% – e estou falando como representante de todos os centros de diálise do País – deixa-me preocupado. Os centros de diálise estão em extrema dificuldades. Há centros diálise com problemas no Poder Judiciário, sofrendo execução de bens em que são tomadas as máquinas de hemodiálise. Então, por isso fico preocupado quando o Ministério da Saúde alega não ter dinheiro para a manutenção de um paciente em tratamento de diálise. Fico preo-

cupado com o Poder Judiciário, com a execução fiscal envolvendo máquinas de hemodiálise. É uma briga que nós temos quando o Ministério da Saúde vai tomar as máquinas de hemodiálise. Não vou dar uma solução hoje. Talvez o representante do Ministro da Saúde, Dr. Jorge Solla, não vá dar-me uma posição hoje. Quero, simplesmente, que S. Sa saiba que as clínicas de hemodiálise estão realmente na insolvência. Vão ficar sucateadas e vão deixar de atender os pacientes. Médico algum, jamais! Como o Senador Mão Santa falou, é uma profissão honrosa, linda! Amo a minha profissão! Digo de coração: amo a minha profissão! Faço porque gosto! Mas fico constrangido com a situação das clínicas e não vejo sensibilidade por parte do Ministério em considerar que isso seja de extrema importância. Hoje, o médico que poderia estar exercendo a profissão – atendendo o paciente em consultório, atendendo pelo SUS muito bem, mesmo recebendo pouco, mas atendendo – não atende, prefere ser administrador. E, muitas vezes, a administração realmente é difícil, Senador. É extremamente difícil administrar uma clínica de hemodiálise atualmente sem a implementação da Portaria nº 82, Senador. Isso me deixa preocupado, embora neste momento estejamos saindo daqui com 5%, conforme o Dr. Souza falou. Mas fico preocupado porque daqui a quatro meses muitas clínicas vão fechar. E as que estão abrindo hoje, Senador, muitas vezes têm recursos de empresas que estão bancando esse tipo de serviço. Hoje, várias empresas multinacionais estão bancando as clínicas de diálise. Algumas têm mais de R\$300 milhões para receber das clínicas, mas não recebem. Muitas, inclusive, estão querendo ir embora do nosso País.

São essas as minhas palavras. Muito obrigado à Comissão de Saúde. Fico realmente feliz por participar desta audiência, e por poder falar o que tive vontade, mas fico constrangido e extremamente preocupado com o futuro da diálise do nosso País porque 5% não vão resolver um milésimo do problema das clínicas do nosso País. Não vão resolver, Sr. Presidente!

Era só isso o que queria dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Senti no Dr. Washington a emoção. O Senador Mão Santa, quando fez aquela referência ao ônibus, lembrou aquele episódio em que o Dr. Benedito lhe disse: “Cuidado, se o senhor não reajustar as passagens dos ônibus, o dono da empresa não vai poder pagar seu motorista, seu cobrador, não vai poder trocar os pneus, não vai poder colocar o óleo de que o ônibus precisa para se locomover”. Exatamente, o que ele quis di-

zer foi que o Governo Federal, por meio do SUS, tem que dar uma remuneração condigna.

Não quero entrar em defesa porque realmente o Dr. Jorge Solla nos deixou uma grande esperança. O que sentimos aqui – o Senador Mão Santa sentiu, ainda não me falou, mas sentiu, pelo que eu o ouvi falar – foi que o Ministério da Saúde está consciente da situação relativa à remuneração das clínicas, está consciente de que a dificuldade financeira é muito grande. O Dr. Jorge Solla disse que de um orçamento já recebido, um orçamento pronto de mais de R\$800 milhões programado pelo Governo anterior, realmente, se se conseguirem remanejar recursos para elevar para R\$1,1 bilhão, o valor em si pela quantidade de renais que a cada ano vai necessitando de tratamento pode ser pequeno, mas deve-se considerar que dentro daquele orçamento é um percentual significativo, quase 30% de acréscimo.

Esses dados pequenos, sem muita notoriedade diante da questão em si, dão-nos a esperança de que o Governo está atento a essa questão, sabe que a medicina privada é um grande prestador de serviços, as instituições privadas na área de hemodiálise, e tem uma noção muito certa de que, se não remunerar à altura, haverá uma decadência num sistema que não pode sofrer nenhum tipo de decadência.

Quero dizer isso ao senhor. Senti o senhor emocionado. Parabéns pela sua emoção, porque traduz a sua responsabilidade.

O Dr. Jorge Solla foi citado e me pediu a palavra; todavia, não quero, de forma alguma, promover algum tipo de debate entre os expositores. Os senhores vieram aqui para nos ajudar, única e exclusivamente, com as informações.

O SR. JORGE SOLLÁ – Agradeço as palavras, Senador Papaléo Paes, mas, na verdade, gostaria de comentar e agradecer as referências que o Senador Mão Santa fez não só à minha pessoa mas ao Ministro e à equipe que está à frente do Ministério da Saúde.

Da mesma forma como se depreende do exemplo que S. Ex^a deu relativo aos ônibus, quando foi prefeito e teve a sensibilidade para identificar a necessidade de reajustes. Mas S. Ex^a trabalhou com planilhas, com custos, com uma metodologia. Não houve reajustes porque determinado motorista, ou o proprietário de uma empresa disse que queria 40%, mas porque a Prefeitura percebeu que era necessário e tinha responsabilidade.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, soube exercer essa responsabilidade trabalhando com dados. Gostei muito da comparação, porque é o que estamos fazendo.

E estou aprendendo com V. Ex^a. Vou fazer apenas vinte anos de formado no próximo ano. V. Ex^a se formou há mais tempo, tem mais experiência. Gostei muito do exemplo e vou utilizá-lo em outras situações, se V. Ex^a me permitir. O Ministro Humberto Costa autorizou um reajuste de 5% e, ao mesmo tempo, montou um grupo de trabalho para estudar diversos aspectos da política de atenção ao doente renal, inclusive o custo. Tenho certeza de que esse grupo de trabalho vai definir uma política e indicar determinadas nuances das necessidades de recomposição de preço.

Gostaria de registrar dois aspectos que o Senador Mão Santa comentou, os quais para mim são muito gratos nesse debate. Primeiro, a Emenda Constitucional nº 29. Considero um grande desafio para todos nós regulamentar a continuidade da Emenda Constitucional nº 29 e cobrar o cumprimento dela. Estamos trabalhando numa expectativa muito boa de cumprir a Emenda Constitucional nº 29 este ano no Governo Federal e ampliar o número de Estados e Municípios cumpridores dela.

No ano de 2001, mais de 60% dos Municípios cumpriram a Emenda Constitucional nº 29. Vamos conseguir ampliar esse número este ano. O esforço conjunto do Executivo e do Legislativo em todas as esferas fará com que progressivamente os recursos para a saúde aumentem.

Não posso deixar de comentar a referência importantíssima que V. Ex^a fez sobre os 15 anos do Sistema Único de Saúde, instituição que, como V. Ex^a disse, é a mais importante do País. Compartilho dessa observação e do que V. Ex^a disse sobre o orgulho de ser médico. Tenho orgulho de ser médico e, mais ainda, orgulho-me de ter me formado em uma universidade pública e de completar, no próximo ano, vinte anos de serviço no setor público, sem nunca ter trabalhado no setor privado. É uma opção que eu fiz. Eu defendendo o setor público e estou mantendo essa defesa a todo o vapor, principalmente num ano como este: 15 anos do SUS, 50 anos do Ministério da Saúde, 80 anos da Lei Eloy Chaves, quando surgiu a Previdência Social no Brasil, e 100 anos da primeira instituição que tratou da saúde pública.

Então este é um ano especial para a saúde. Tenho certeza de que eventos importantes como ampliarão a nossa capacidade de construir o SUS, que foi criado contra tudo, porque a política internacional não defendia a universalidade, nem a integralidade, nem a equidade. E, apesar de a política internacional apontar outro rumo para a saúde, o Brasil não só manteve essa lógica de direito de todos e dever do Estado, mas também conseguiu, progressivamente, que cada

um colocasse um tijolo e construísse um pedacinho do SUS. V. Ex^a lembrou bem que essa é a maior instituição que existe neste País.

Vamos comemorar muito esses 15 anos e, tenho certeza, que vamos avançar mais ainda.

Queria agradecer a todos a oportunidade e teria a ousadia aqui, em nome do Ministro, de colocar o Ministério da Saúde à disposição de qualquer iniciativa desse tipo ou de outras que contribuam para o SUS que, este ano, completa 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Muito obrigado, Dr. Jorge Solla.

Encerrando a nossa audiência, quero agradecer aos Srs. Senadores que compõem esta Subcomissão, bem como ao nosso Relator, Senador Mão Santa; ao Senador Renildo Santana e ao Senador Marco Maciel; aos participantes, expositores da primeira reunião de audiência pública, José Carlos de Queiroga Maciel, Presidente da Associação dos Pacientes Renais Crônicos e Transplantados do Estado de Pernambuco; ao Dr. Ruy Barata, médico, Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, à Dr^a Flávia de Freitas de Paula, Gerente-geral de Tecnologia e Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, ao Dr. Arthur Tavares, médico, Presidente da regional de Pernambuco da Sociedade Brasileira de Nefrologia; aos expositores da reunião de hoje, Dr. Jorge Solla, médico, Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde; Sr^a Neide Barriquelli, Presidente da Federação das Associações de Pacientes Renais Crônicos e Transplantados; ao Dr. Washington Correia, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante (ABCDT); ao Sr. Gilson Nascimento da Silva, presidente da Associação dos Pacientes Renais e Transplantados do Rio de Janeiro. Muito obrigado a todos.

Foi citado pelo Dr. Jorge Solla a questão da hemodiálise no Amapá e eu já havia comentado na nossa reunião passada: nosso serviço de nefrologia no Estado do Amapá serve como referência para todo o nosso País. Temos lá colegas preparados e competentes. Homenageio os pioneiros, Dr. Antonio Pinheiro Teles, pioneiro na nefrologia no Estado, Dr^a Graça Creon Salgado e a nossa chefe do serviço, Dr^a Emília, além de outros colegas que estão trabalhando naquele serviço, que nos dá muito orgulho, porque realmente é muito competente. Agradeço também a referência que V. Ex^a fez.

Agradecemos aos consultores legislativos do Senado Federal Dr. Luiz Carlos Romero e Dr^a Regina Siqueira, à imprensa que está presente aqui e que

consegue levar a opinião pública às nossas discussões e, através disso, consegue transmitir a todos nós, através, principalmente, dos meios de que dispõe, dos **e-mails** e de cartas, as suas preocupações e até algum assunto que tenha deixado de ser discutido entre nós. Agradeço à imprensa, no caso a **Rádio Senado Federal**, à **TV Senado Federal** e ao **Jornal do Senado Federal**, aos nossos técnicos, que gravam todas as nossas reuniões, à assessoria da CAS, que nos assessoram também na Subcomissão de Saúde, Sr^a Marina e o assessor Boaventura e aos nossos assessores dos nossos gabinetes. Queremos fazer essa referência porque, realmente, este trabalho que fazemos é em reconhecimento ao povo que nos elege, em reconhecimento às pessoas que nos assessoram e queremos mostrar a responsabilidade de cada um e principalmente que esta Casa, o Senado Federal, é representada tanto por pessoas que detêm mandato, por Senadores que honram o seu nome, como por uma assessoria que, enquanto os Senadores vão passando, vai ficando, enriquecendo cada vez mais esta grande Casa de leis.

Muito obrigado a todos e boa noite.

(Levanta-se a reunião às 22h20min.)

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 18ª REUNIÃO DA CAS, EM 14 DE AGOSTO DE 2003, QUE APROVOU O PARECER

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) –

Item 13:

Relatório da Subcomissão Temporária de Saúde de que submete à Comissão de Assuntos Sociais a deliberação de se enviar ao Presidente da República um relatório das audiências públicas realizadas, sobre assistência à saúde dos pacientes renais crônicos.

A Presidência gostaria de fazer algumas observações. Nos termos do art. 76, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, as decisões das subcomissões são submetidas ao plenário da respectiva comissão, e a decisão final é proferida em nome desta. As audiências da subcomissão foram realizadas para abordar interesse público relevante, de acordo com o art. 93, Inciso II, do Regimento Interno.

A subcomissão aprovou o relatório com duas sugestões: que se encaminhe o requerimento ao Ministério Público Federal; que a Comissão de Assuntos Sociais delibere sobre o envio do relatório ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva para as providências que o setor de hemodiálise necessita para regular o funcionamento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, Sras e Srs. Senadores, com uma grande inspiração, o Senador Papaléo Paes achou por bem criar uma subcomissão de saúde da CAS. E muitos assuntos vieram à baila. Mas, entre os muitos e graves problemas de saúde, sobressaiu-se esse do doente renal crônico.

O doente renal crônico é um doente que se chega à conclusão clínica, de diagnóstico muito fácil, clinicamente, por esses exames de laboratório: uréia e creatinina. Mas, o seu tratamento é de uma complexidade, de uma dificuldade, principalmente, financeira. Ele é praticamente irreversível, quando entra em insuficiência renal. E o que o mundo moderno científico dispõe, hoje, são os tratamentos de hemodiálise. E eu quero afirmar que o nosso relatório, depois de duas audiências públicas, onde foram ouvidos os interessados, pacientes que se submetem a hemodiálise, aqueles poucos que chegam ao transplante renal, os médicos, as enfermeiras, os empresários, porque o governo brasileiro só tem capacidade de atender 5% de todos que são submetidos a hemodiálise. É uma proporcionalidade mais ou menos de 60 mil brasileiros que estão nessa dependência. Desses 60 mil, só 5%, as clínicas ligadas ao governo, dão assistência, são os hospitais filantrópicos, os hospitais de ensino, o resto são privados. E elas passam por um sufoco financeiro extraordinário.

Anos atrás, todo o País ficou perplexo com quase 100 mortes no Nordeste, no Estado de Pernambuco, em Caruaru, pela contaminação da água que é necessária para esse tratamento. E, como quase todos eles são financiados pelo Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Saúde não atualizou essas taxas. Então, o doente renal crônico é submetido a quatro aplicações por semana, três ou quatro, depende da gravidade, é essa a média. E para cada aplicação são quatro horas diárias. A grande média são três aplicações por semana durante quatro horas cada uma. E como as empresas aumentaram todos os custos do seu funcionamento, a energia aumenta, que é necessária para que as máquinas funcionem, a água aumenta, principalmente essa água que tem um tratamento todo especializado, o pagamento do material humano salarial, houve aumento tanto dos médicos, dos enfermeiros, como dos funcionários, os medicamentos que quase todos são de origem de multinacionais, e a própria máquina, então essas estruturas entraram num desequilíbrio financeiro, comprometendo seu bom funcionamento. Dessa forma, como é muito desagradável elas dizerem que não atendem pela pressão, hoje até do Ministério Público, mas tem que saber a causa. Então eles estão atendendo, mas

atendendo com deficiência. Se o paciente precisa de no mínimo três sessões por semana durante muitos atos ele passa a receber só duas. Se é em quatro horas, eles estão dando duas horas e meia, estão dando aquele jeitinho brasileiro. Se é preciso de uma enfermeira para cada sete pacientes, já há clínica que tem uma para 21. Elas estão caindo de padrão e, conseqüentemente, pondo em risco os 60 mil que já estão, vamos dizer com o desenvolvimento do diagnóstico, cada vez ampliando e muitos poucos conseguem transplante renal.

Então, é um problema extremamente grave, é caro, tem investimento, tem que se tomar medida. O Ministro passado, com quem não tenho simpatia nenhuma, foi muito feliz quando encarou o problema da Aids, ele conseguiu baratear os medicamentos. O Governo tem que tomar conhecimento e, durante esse trabalho, porque houve recesso, despontou novos casos de mortes que a gente sabe que é do descaso de situação. Jamais os médicos, jamais as enfermeiras, eles são vítimas disso, o governo está surdo, não quer ouvir, não quer assumir a responsabilidade. Mas aí está diminuindo o padrão e os relatórios foram tão bem feitos; a comissão presidida pelo Senador Papaléo, constatamos, praticamente, isso. Enquanto todos os países, toda a América Latina paga a cada aplicação, um pelo outro, US\$100, US\$150. Então o problema é financeiro. O Governo tem que vê uma maneira de intervir, vamos dizer, oferecendo essas clínicas, como foi oferecido no tratamento da Aids, os medicamento a custo mais baixo, ou subsidiar, porque tudo subiu para manutenção financeira dessas instituições que são privadas.

Elas não estão fugindo de assistir, mas estão assistindo com deficiência, caindo o padrão. É realmente caro; o Governo intervêm, nós sabemos o custo, mas tem que ter uma solução.

Este é o relatório.

Acho que tem que levar a conhecimento do Presidente da República.

Por quê?

Porque estamos e vivemos numa república presidencialista, unidade e comando e unidade de direção. Então ele tem que ter conhecimento para vê; e eu acho, entre os muitos dramas que a saúde brasileira sofre, esse, no momento, é o mais agudo.

Quero externar os meus cumprimentos, os meus parabéns aos que fizeram a subcomissão na qual tem três médicos: o presidente, o relator e o vice-presidente, e outros companheiros como Juvêncio, Reginaldo Duarte do Padre Cícero, o nosso líder de Brasília, Senador Eurípedes. Então foi um trabalho extraordinário que está sendo oferecido.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Está em discussão o relatório. (Pausa)

Essa Presidência cumprimenta o Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Papaléo Paes, juntamente com os membros da subcomissão e quero dizer da nossa alegria de vê um relatório dessa natureza exposto hoje, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, acredito que a comissão dessa forma está colaborando para resolver um grave problema que afligiu toda a população brasileira, acontecido recentemente no Estado de Pernambuco.

Portanto cumprimento o Senador Papaléo a quem concedo a palavra, para que ele possa também falar alguma coisa sobre a Subcomissão de Saúde e sobre esse assunto.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco PTB-AP) – Muito obrigada Sr^a Presidente.

Quero parabenizar o Senador Mão Santa, que é o Relator da Subcomissão de Saúde, dizer da participação de todos os membros da nossa subcomissão; Senador Reginaldo Duarte, que está aqui presente, Senador Eurípedes Camargo, Senador Augusto Botelho, Senadora Serys Slhessarenko e Senador Renildo Santana.

Nossa subcomissão fez esses trabalhos, onde ouvimos todas as partes envolvidas; e surgiu este relatório, extremamente, importante e que desejamos que esta comissão aqui aprove o andamento da conclusão dos nossos trabalhos, exatamente, para mostrarmos, chamarmos mais atenção ainda para o Governo Federal, diante da gravidade que estamos passando. Complementando esses artifícios, que o Senador Mão Santa citou aqui de tentar aquele prestador de serviço, de se arrumar diante da quantia quase que insignificante que é repassada a ele, quero dizer que ainda hoje escutei numa rádio muito bem ouvida em todo o Brasil da preocupação do poder público, principalmente do poder fiscalizador, quanto o reaproveitamento de materiais descartáveis. Isto aí está ocorrendo. Aquele material descartável está sendo reaproveitado, exatamente, para tentar fazer com que os custos sejam diminuídos, ou seja, mais baixos e que o pagamento seja o suficiente para que aquelas clínicas mantenham esses serviços. Além desses artifícios, de diminuir o número de horas do diário, diminuir essa qualidade do atendimento, por meio de profissionais, existe o reaproveitamento. Denúncias já foram feitas de materiais descartáveis.

Então, solicito a todos os membros da CAS que possamos aprovar esse relatório e dar exatamente o encaminhamento devido, para que todas as autoridades públicas – esse problema não é um problema de agora, apenas o seu agravamento deu-se nesse momento – possam tomar conhecimento.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senadora Lúcia Vânia, o médico cada um para onde vai leva a sua formação profissional. A nossa é etiologia, a causa. A causa de tudo é o investimento. Um quadro vale por dez mil palavras.

Enquanto o Uruguai investe US\$60.00 por cada sessão, o Brasil US\$34.00. Enquanto países como o Equador investe US\$75.00, um país pobre, o Brasil é o que faz menor investimento em hemodiálise, saindo do padrão.

Existem países como o Panamá, na América Central, que investe por cada aplicação US\$200.00, quase seis vezes mais que o Brasil. Daí a causa do caos.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Gostaria de aproveitar o gancho para fazer uma composição.

Quando falo que estragamos órgãos neste País jogando fora, esse pessoal todo que está fazendo hemodiálise poucos são os que não seriam resolvidos por um transplante de um rim. E o custo de uma hemodiálise por ano para o Brasil, se pagar US\$60.00, são US\$9.360 por cada paciente. Eles ficam seis, oito, dez anos em hemodiálise. São US\$90 mil, no total.

Não sei o valor em dólares de um transplante de rim. Em termo de economia para o País será grande na área de saúde se houver mais transplantes.

A diálise é uma espécie de fila para aguardar o transplante. Isso é só para ressaltar como perdemos, maltratamos as pessoas porque a sessão de hemodiálise, o Senador Mão Santa explicou bem, são duas furadinhas com uma agulha bem grande no braço, três vezes por semana. E a pessoa fica presa àquela máquina, com uma dieta rigorosíssima. Quando se fizer o transplante o indivíduo passa a trabalhar, a ter uma vida normal, etc. E será uma economia para o País se começarmos a fazer mais transplantes de rins neste País.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Cumprimento o Senador Augusto Botelho pelo seu apelo veemente, sistemático em favor dos transplantes, da doação de órgãos.

Isso é muito importante, Senador, e vai, sem dúvida alguma, colaborar com essa doação que deverá ser feita futuramente com muito mais frequência do que é hoje.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Mão Santa.

Em votação o Requerimento nº 5 da Subcomissão de Saúde, de envio do relatório ao Senhor Presidente da República e ao Ministério Público.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

PARECER Nº 1.189, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre as emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002 (nº 943/99, na Casa de Origem), que proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível.

Relator: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2002, proíbe a alteração da ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar, pública ou particular, acessível em prazo propício à realização do procedimento.

Para viabilizar esse acesso, o projeto dispõe que o Poder Público deverá providenciar, sempre que se fizer indispensável, transporte e internação hospitalar em qualquer unidade disponível, a fim de que a Lista seja respeitada.

Da mesma forma, todas as unidades hospitalares integrantes do Sistema Nacional de Transplantes deverão fornecer leitos, equipes médicas e demais recursos sempre que houver órgão para doação. Os gastos decorrentes de transplante em condições excepcionais serão ressarcidos pelo Poder Público, podendo ser estabelecidos sistemas de compensação.

Por fim, a proposição tipifica a alteração da ordem de nomes da Lista como crime, punível com pena de dois a quatro anos de detenção.

A lei em que se transformar o projeto entra em vigor na data de sua publicação.

A proposição é justificada como necessária para evitar o que o autor denomina de “sucessivos desrespeitos à ordem dos inscritos para transplante sob a alegação de inexistência de leitos disponíveis no Sistema Único de Saúde”, o que favorece os pacientes que possam pagar por leitos particulares, em detrimento dos demais.

Apreciada por esta comissão, teve parecer pela aprovação, na forma de um substitutivo apresentado pelo relator, Senador Sebastião Rocha, que, sem tocar no mérito, adapta a proposição, do ponto de vista da técnica legislativa, ao que dispõe a Lei Complementar Nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que institui o princípio segundo o qual todas as disposições pertinentes a uma mesma matéria devem ser consolidadas num único dispositivo legal.

Nesse sentido, o substitutivo integra as disposições propostas no texto da Lei Nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, ao invés de instituir uma nova lei extravagante.

Esse substitutivo (Emenda Nº 1 – CAS) foi aprovado em plenário, tendo usado da palavra os Senadores Tião Viana e Eduardo Suplicy, razão pela qual o projeto foi encaminhado à Comissão Diretora para redigir o vencido para o turno suplementar.

A redação do vencido, oferecida pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, promove as seguintes alterações no texto do substitutivo aprovado na CAS:

a) localiza em outro local do texto da Lei Nº 9.434, de 1997, o acréscimo do novo artigo que, no substitutivo aprovado na CAS, tomava o número 13-A e, aqui, tem o número 10-A;

b) substitui a denominação “Lista Única de Transplantes”, adotada no projeto original e no substitutivo, por “lista única de espera”, adotada na Lei dos Transplantes;

c) oferece outra redação ao art. 2º do substitutivo, sem alterar-lhe o mérito.

Entrando em discussão em segundo turno, a matéria recebeu duas emendas de plenário, de autoria do Senador Tião Viana, com os seguintes propósitos:

a) manter a localização dada pelo substitutivo para inserção do novo dispositivo no texto da Lei de Transplantes;

b) manter a expressão “Lista Única de Transplantes”, adotada no projeto e no substitutivo;

c) restringir o alcance da proibição de alteração da ordem dos nomes na lista para que isso seja permitido não apenas nos casos de incompatibilidade orgânica – situação já prevista no projeto original e no substitutivo, por óbvia –, mas também nas “situa-

ções de urgência assim definidas pelos respectivos comitês estaduais de ética e pesquisa e pelos comitês de ética de cada unidade hospitalar”;

d) excluir os três parágrafos que o novo artigo continha, tanto no projeto como no substitutivo, que definiam responsabilidades do Poder Público e das unidades hospitalares integrantes do Sistema Nacional de Transplantes em relação à questão;

e) estabelecer correspondência entre a nova redação do art. 2º e a dada pela primeira emenda ao art. 1º.

II – Análise das Emendas

a) Em relação à localização da inserção do novo dispositivo, no texto da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

Ambas as inserções se fazem no mesmo capítulo – o Capítulo IV, que trata “Das Disposições Complementares”.

A introdução do dispositivo como 10-A – como propõe a redação do vencido, oferecida pelo Senador Eduardo Siqueira Campos – o localiza imediatamente após o artigo que trata da necessidade de consentimento do receptor para a realização do transplante e suas excepcionalidades, e antes do que proíbe a veiculação de anúncios publicitários e de apelo público para doação.

A introdução como 13-A – segundo o substitutivo e a Emenda nº 1–PLEN –, introduz a nova disposição no final do capítulo, após o artigo que determina a obrigatoriedade de todos os estabelecimentos de saúde notificarem o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos.

Nenhuma das localizações fere a técnica legislativa.

b) Em relação à denominação da lista

A “lista” foi instituída pela Lei nº 9.434, de 1997, sem defini-la, e referindo-se a ela em dois dispositivos – o caput e o § 2º do art. 10 – como “lista única de espera” (com iniciais minúsculas).

Por sua vez, o Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamentou a lei, trata dessa lista em cinco de seus dispositivos, sempre com um nome diferente desse e entre si: o inciso III do art. 4º a denomina “lista única nacional de receptores”; no art. 7º ela é chamada de “lista nacional de receptores”, no inciso

IV, e de “lista nacional”, no inciso VII; o § 3º do art. 24 a denomina “lista de espera”, e o § 2º do art. 31, de “lista sob controle do órgão central do SNT [Sistema Nacional de Transplantes]”.

No texto original do projeto em tela, ela é denominada “Lista Única de Transplantes”, e tanto o substitutivo aprovado nesta comissão como as emendas de plenário, em análise, mantêm essa denominação. A redação do vencido, no entanto, adotou a denominação com que aparece na lei, isto é, de “lista única de espera”.

Do nosso ponto de vista, ainda que essa não seja a melhor denominação, é a que a foi consagrada na Lei nº 9.434, de 1997, e deve prevalecer.

c) Em relação à permissão de alteração da ordem dos nomes na lista nas “situações de urgência”

A Lei nº 9.434, de 1997, não trata da questão da ordem de precedência na lista única de espera, exigindo, apenas, a inscrição prévia do receptor nessa lista (art. 10).

A questão é regulada pelo art. 24 do Decreto nº 2.268, de 1997, que determina que a destinação dos tecidos, órgãos e partes removidas será autorizada “em estrita observância à ordem dos receptores inscritos, com compatibilidade para recebê-los” (§ 4º), prevendo, no entanto, que essa ordem de inscrição poderá deixar de ser observada em duas situações (§ 5º):

– se, em razão da distância e das condições de transporte, o tempo estimado de deslocamento do receptor selecionado tornar inviável o transplante; e

– se houver pessoa necessitada de transplante que se encontre em iminência de óbito, segundo avaliação da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, observados os critérios estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Transplante.

O projeto e o substitutivo – tanto na sua redação original quanto na redação do vencido – não contemplam nenhuma hipótese de alteração da ordem dos nomes da lista, além dos casos de incompatibilidade orgânica, isto é, tornam inaplicáveis as duas condições citadas acima.

A Emenda nº 1 – PLEN, propõe que a segunda delas, isto é, a iminência de morte de outra pessoa da lista que não a primeira – a que se refere como “situações de urgência” – seja mantida como condi-

ção lícita para que a ordem de inscrição não seja observada.

O problema, a nosso ver, não consiste no mérito mas na formulação da idéia.

Em primeiro lugar, o conceito de “situações de urgência” é amplo demais para que seja universalmente entendido como se referindo à situação de iminência de morte de outro dos participantes da lista.

Em segundo lugar, porque retira a responsabilidade da definição de critérios para sua aplicabilidade do órgão central do Sistema Nacional de Transplante e a de avaliação da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, transferindo-a para “os respectivos comitês estaduais de ética e pesquisa e os comitês de ética de cada unidade hospitalar”.

Em que pese a boa intenção, a emenda introduz conceito e competências cuja operacionalização é difícil. E se houver discordância entre a comissão estadual e a comissão do hospital? Quem terá precedência? Quem dirimirá a dúvida?

d) Em relação à exclusão dos parágrafos do novo dispositivo.

Os dispositivos excluídos pela Emenda nº 1–PLEN estabelecem as responsabilidades do Poder Público em providenciar transporte e internação hospitalar, sempre que se fizer indispensável, e das unidades hospitalares integrantes do Sistema Nacional de Transplantes, que deverão fornecer leitos, equipes médicas e demais recursos, sempre que houver órgão disponível para doação, além de dispor sobre o financiamento das ações.

Sua presença no texto é essencial e sua retirada prejudica sensivelmente a proposição.

e) Em relação à nova redação do art. 2º.

A redação dada pela Emenda nº 2–PLEN ao art. 2º do projeto apenas promove sua coerência com as alterações propostas pela Emenda nº 1–PLEN.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é **pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2–PLEN, na forma das seguintes subemendas:**

SUBEMENDA – CAS (à Emenda nº 1 – PLEN)

“Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. É proibida a alteração da ordem dos nomes constantes da lista única de espera, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar pública ou particular acessível em prazo propício à realização do transplante, exceto nos casos de incompatibilidade orgânica definida em regulamentação específica e se houver pessoa necessitada de transplante que se encontre em iminência de óbito, segundo avaliação da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, observados os critérios estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Transplante.

§ 1º Sempre que se fizer indispensável, o Poder Público deverá providenciar transporte e internação hospitalar em qualquer unidade disponível para os casos de transplante, a fim de que a ordem da lista única de espera seja respeitada.

§ 2º Todas as unidades hospitalares integrantes do Sistema Nacional de Transplantes deverão fornecer leitos, equipes médicas e demais recursos, desde que disponíveis, para a realização de transplantes, sempre que houver órgão ou tecido para doação, ao paciente melhor colocado na lista única de espera.

§ 3º Os gastos decorrentes de transplante realizado em condições excepcionais serão ressarcidos pelo Poder Público, podendo ser estabelecido sistema de compensação de número de leitos entre os hospitais e o gestor do Sistema Único de Saúde.”

SUBEMENDA – CAS

(à Emenda nº 2 – PLEN)

“Art. 2º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-A:

“Art. 20-A. Não observar estritamente a ordem dos receptores inscritos na lista única de espera, ressalvadas as situações previstas no art. 10-A.

Pena – detenção de dois a quatro anos.”

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Mão Santa**, Relator – **Eurípides Camargo** – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **Sibá Machado** – **Tião Viana** – **Serys Slhessarenko** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **Leomar Quintanilha** – **César Borges** – **Demóstenes**

**Torres – Reginaldo Duarte – Augusto Botelho –
Patrícia Saboya Gomes.**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

**Dispõe sobre a remoção de órgãos,
tecidos e partes do corpo humano para
fins de transplante e tratamento e dá ou-
tras providências.**

Art. 10. O transplante ou enxerto só se fará com o consentimento expresso do receptor, assim inscrito em lista única de espera, após aconselhamento sobre a excepcionalidade e os riscos do procedimento. (Redação dada pela Lei nº 10.211, de 23-3-2001).

§1º Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida da sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.211, de 23-3-2001).

§ 2º A inscrição em lista única de espera não confere ao pretendo receptor ou à sua família direito subjetivo a indenização, se o transplante não se realizar em decorrência de alteração do estado de órgãos, tecidos e partes, que lhe seriam destinados, provocado por acidente ou incidente em seu transporte. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.211, de 23-3-2001).

Parágrafo único. Nos casos em que o receptor seja juridicamente incapaz ou cujas condições de saúde impeçam ou comprometam a manifestação válida de sua vontade, o consentimento de que trata este artigo será dado por um de seus pais ou responsáveis legais.

DECRETO Nº 2.268,
DE 30 DE JUNHO DE 1997

**Regulamenta a Lei Nº 9.434, de 4 de
fevereiro de 1997, que dispõe sobre a re-
moção de órgãos, tecidos e partes do
corpo humano para fim de transplante e
tratamento, e dá outras providências.**

Art 4º o Ministério da Saúde, por intermédio de unidade própria, prevista em sua estrutura regimental, exercerá as funções de órgão central do SNT, cabendo-lhe, especificamente:

III – gerenciar a lista única nacional de receptores, com todas as indicações necessárias à busca, em todo o território nacional, de tecidos, órgãos e partes compatíveis com as suas condições orgânicas;

Art. 7º Incumbe às CNCDOs:

IV – comunicar ao órgão central do SNT as inscrições que efetuar para a organização da lista nacional de receptores;

VII – notificar o órgão central do SNT de tecidos, órgãos e partes não aproveitáveis entre os receptores inscritos em seus registros, para utilização dentre os relacionados na lista nacional;

Art 24. A realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano só será autorizada após a realização, no doador, de todos os testes para diagnóstico de infecções e afecções, principalmente em relação ao sangue, observando-se, quanto a este, inclusive os exigidos na triagem para doação, segundo dispõem a Lei Nº 7.649, de 25 de janeiro de 1988, e regulamentos do Poder Executivo.

§ 3º O transplante dependerá, ainda, dos exames necessários à verificação de compatibilidade sanguínea e histocompatibilidade com o organismo de receptor inscrito, em lista de espera, nas CNCDOs.

§ 4º A CNCDO, em face das informações que lhe serão passadas pela equipe de retirada, indicará a destinação dos tecidos, órgãos e partes removidos, em estrita observância à ordem de receptores inscritos, com compatibilidade para recebê-los.

§ 5º A ordem de inscrição, prevista no parágrafo anterior, poderá deixar de ser observada, se, em razão da distância e das condições de transporte, o tempo estimado de deslocamento do receptor selecionado tornar inviável o transplante de tecidos, órgãos ou partes retirados ou se deles necessitar quem se encontre em iminência de óbito, segundo avaliação da CNCDO, observados os critérios estabelecidos pelo órgão central do SNT.

Art. 31. Não se admitirá inscrição de receptor de tecidos, órgãos ou partes em mais de uma CNCDO.

§ 2º A inscrição em determinada CNCDO não impedirá que o receptor se submeta a transplante ou enxerto em qualquer estabelecimento de saúde auto-

rizado, se, pela lista sob controle do órgão central do SNT, for o mais indicado para receber tecidos, órgãos ou partes retirados e não aproveitados, de qualquer procedência.

.....
O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 1.186 e 1.187, de 2003, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, lidos anteriormente, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2002** (nº 2.323/2000, na Casa de origem) que *dispõe sobre o controle e comercialização do produto “soda cáustica”*.

Uma vez que os pareceres foram discordantes nas suas conclusões, mas tendo em vista a competência concorrente daquelas Comissões para se manifestar sobre a matéria, a Presidência, por interpretação analógica do parágrafo único do art. 227, **in fine**, da Lei Interna, determina a abertura do prazo, perante a Mesa, de cinco dias úteis para oferecimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 392, de 1999**, de autoria do Senador Ademir Andrade, que *determina que as Assembléias Legislativas ou a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Estados ou para o Distrito Federal, e dá outras providências*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência lembra ao Plenário que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a reverenciar a memória do Jornalista Roberto Marinho, Presidente das Organizações Globo, falecido no dia 6 de agosto, nos termos dos **Requerimentos nºs 663 e 670, de 2003**, dos Senadores José Sarney, Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência informa que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, reunida no dia 27 de agosto de 2003, aprovou parecer concluindo pela prejudicialidade do **Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1996** (originário do Diversos nº. 129, de 1995), que *declara a nulidade da compra, pela Companhia Vale do Rio Doce, das ações dos acionistas controladores da Urucum Mineração S.A. e dá outras providências*, de autoria da própria Comissão mencionada.

Ao analisar o processado, a Secretaria-Geral da Mesa constatou que, entre a leitura do Parecer nº. 618, de 1996, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu pela apresentação do referido Projeto de Decreto Legislativo, e a aprovação, pelo Plenário, do Requerimento nº. 179, de 1997, de reexame da matéria pela referida Comissão, a Comissão de Fiscalização e Controle deveria ter se manifestado sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 114, de 1996, conforme despacho inicial apostado à matéria, o que não se efetivou.

Assim, a proposição segue à Comissão de Fiscalização e Controle, a fim de que a instrução seja concluída.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, em terceiro ou quarto lugar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra e, logo a seguir, o Senador Papaléo Paes.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, no horário apropriado.

O SR. PAPALÉO PAES (Bloco/PMDB – AP) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – De acordo com o Regimento Interno, a Mesa concederá a palavra imediatamente a V. Exª, Senador Papaléo Paes.

Antes, porém, responde aos nobres Senadores que solicitaram inscrição para comunicação inadiável que a Mesa anotou a ordem de chegada: em primeiro lugar, o Senador Hélio Costa; em segundo lugar, o Senador César Borges, e, em terceiro lugar, o Senador Maguito Vilela.

A nobre Senadora Lúcia Vânia havia comunicado à Mesa seu desejo de fazer uma comunicação inadiável. S. Exª terá a palavra no caso de ocorrer desistência de um dos oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos, concedo a palavra ao nobre Líder Papaléo Paes, do PMDB, nos termos do art. 14, II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos hoje no Brasil uma fase em que os representantes do povo, eleitos para as várias casas legislativas, mais do que nunca, devem responder perante a história pelos seus atos. Passamos por uma era em que os sistemas devem ser questionados, analisados, reformados. E isso obriga os legisladores a se desdobrarem nas suas atividades, para que os erros do passado sejam corrigidos e o presente não traga equívocos que joguem por terra todos os esforços dedicados às reformas que hoje fazem parte do dia-a-dia das discussões legislativas.

Nós, legisladores de qualquer Casa, temos que estar conscientes do papel que representamos na engrenagem das mudanças. Depois de esgotadas as discussões das reformas, e finalizadas, na esfera legislativa federal, elas sofrerão um “efeito cascata” para sua adequação às esferas estaduais e municipais. Hoje, podemos dizer que respiramos reformas e a elas devemos dar, no Senado Federal, todas as atenções e cuidados que merecem.

Apesar de tudo, não podemos esquecer os outros temas que integram o mosaico da vida, cada um com a sua carga de emotividade, com a sua importância no seio das diversas camadas que compõem a grande sociedade brasileira.

É por isso que ocupo esta tribuna, como homem do Norte do Brasil, para abordar um tema que, se não integra a grande tarefa histórica da atualidade, não pode passar sem o registro de uma preocupação, por ser uma das paixões nacionais de todos os tempos e da grande maioria dos brasileiros, o futebol.

Sou, com muito orgulho, Senador pelo meu Estado, o Amapá, mas acompanho à distância os feitos e as vitórias do Paysandu Esporte Clube, do Pará. Campeão do Norte, Campeão dos Campeões, Bicampeão Brasileiro da Segunda Divisão, um dos representantes do Brasil na Copa Libertadores da América – quando disputava esse torneio, na Argentina, nele inscreveu seu nome por ter sido a segunda equipe brasileira a ganhar, em pleno estádio La Bombonera, do Boca Juniors –, eliminado da competição com uma única derrota. Esse currículo o credencia a ter o seu nome inscrito entre as grandes equipes de futebol do Brasil. Mas sobre ele, de repente, pesa uma amea-

ça que, se executada, poderia interromper a sua trajetória ascendente e, mais uma vez, apenar o norte do Brasil, levando-nos ao primeiro questionamento: seria apenas uma coincidência?

Relato os fatos. O Presidente do Paysandu Esporte Clube foi acionado, na Justiça Desportiva, pelo Presidente da Federação de Futebol do Pará. Inocentado pela Justiça Estadual, houve recurso para o Superior Tribunal de Justiça, onde foi sentenciado ao afastamento por 120 dias. Não cabendo mais recurso na esfera esportiva, o Presidente afastado usou da prerrogativa que lhe é assegurada pela Carta Magna e recorreu à Justiça Comum, que, por meio de liminar, o reintegrou no cargo.

Como se vê, foi cumprido o previsto na legislação. Vivemos num Estado Democrático de Direito e, na democracia, o acatamento às leis é o maior pilar. Pois eis que esse pilar é ferido por quem deveria defendê-lo: o próprio Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva. S. Ex^a faz uma ameaça que surpreende, não apenas pelo caráter atrabiliário, num prejulgamento canhestro, como pela aparência de personalidade ditatorial, que se choca com as necessidades da atualidade brasileira: a da defesa da democracia por todos os que ocupem postos onde as leis devem ser respeitadas e defendidas intransigentemente.

Um cidadão do Pará, sentindo que haveria uma real possibilidade de a ameaça de quem deveria julgar com isenção se concretizar, acionou o Ministério Público do Pará, que impetrou uma ação acatada liminarmente por uma juíza do Tribunal de Justiça do Pará, que objetiva defender o Paysandu contra as ameaças do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva.

Sr^{as} e Srs. Senadores, há, ainda, pessoas que não se deram conta de que viver numa democracia é respeitar as leis. E as perguntas que faço, Srs. Senadores, são as seguintes: se não fosse o Paysandu um clube do norte do Brasil haveria essa ameaça? Será mesmo necessário um cidadão comum entrar na Justiça para defender o clube do seu coração, como fez o paraense, de ameaças feitas sem qualquer base legal, de sanções que, se aplicadas, condenaria ao retrocesso uma equipe nortista que recebeu a maior demonstração do seu crescimento com a informação, dada pela indústria de confecção de uniformes esportivos, de que a sua gloriosa camisa foi a segunda em comercialização nacional dentre todos os clubes do Brasil?

Repito que, como homem do Norte do Brasil, não poderia permanecer calado diante da gravidade

da ameaça feita a um clube da minha região. A presença de um campeão do porte do Paysandu tem um efeito multiplicador em relação aos demais clubes, que passam a perceber que podem, sim, ser iguais aos grandes clubes do Brasil, e serve como incentivo aos atletas de conseguirem um lugar ao sol: na recente fase de transferência de atletas para outros países, o Paysandu foi um dos maiores exportadores de craques do Brasil, coisa que nem em sonhos se achava ser possível há pouco tempo. Tenho certeza que a Justiça será digna do seu nome.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, do Partido da Frente Liberal, do Distrito Federal, por permuta com o nobre Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar, neste início de Semana da Pátria, uma cerimônia muito bonita a que assisti ontem, às 9h, na sede do jornal **Correio Braziliense**, onde estiveram presentes jornalistas, diretores dos Diários Associados, o Vice-Presidente da República, o Governador de Brasília, marcando o início da Semana da Pátria. É muito importante quando uma empresa privada brasileira, principalmente um jornal, inicia a semana com o hasteamento da Bandeira. E registro a colocação de uma bandeira de quase 80 metros quadrados, que hoje ornamenta o jornal **Correio Braziliense**.

Deixo os meus cumprimentos à Diretoria do jornal, ao Dr. Álvaro, Diretor-Presidente, e a toda a equipe do **Correio Braziliense**, órgão de comunicação tão importante da Capital da República.

Quero também registrar – e gostaria que fosse transcrito nos Anais do Senado Federal – um artigo do eminente Presidente Nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, publicado ontem no jornal **Folha de S. Paulo**. Esse artigo, intitulado “O Dia da Força”, que certamente foi lido por todos os Senadores, trata de um assunto importantíssimo para o futuro do nosso País, qual seja, o constante aumento da carga tributária, que atinge hoje níveis que tornam a classe produtora brasileira arrefecida, que diminuem o ímpeto das classes empresarial e produtora brasileiras. Por isso, faço questão de deixar registrados os meus cumprimentos ao Senador Jorge Bornhausen.

Comunico também que, daqui a 20 minutos, será apresentada, aqui em frente ao gramado do

Congresso Nacional, uma peça teatral, para a qual gostaria de convidar o Presidente, o eminente Senador Tuma, aqui presente, o nosso Líder do PFL e todos os funcionários dos gabinetes do Senado e da Câmara dos Deputados. Trata-se de uma peça em favor do contribuinte brasileiro, que mostra, de uma forma bem-humorada, sem rancor, a situação hoje de quem paga impostos no País. Por isso, queria convidar todos os Senadores a participarem desse evento, que será realizado bem aqui em frente ao gramado do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, teve início, na última quinta-feira, nesta Casa, a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional que trata da reforma previdenciária. Desde sua aprovação na Câmara dos Deputados, diversos Senadores e Senadoras, tanto dos partidos da base do Governo quanto da oposição, vêm alertando, desta tribuna, para a importância de o Senado Federal fazer valer suas prerrogativas legislativas e, sem açodamento, procedermos a uma análise profunda da matéria, corrigindo injustiças, ilegalidades e, até mesmo inconstitucionalidades, como vem de ocorrer com a inclusão da taxa dos servidores inativos e dos pensionistas.

Imaginem o que será submeter um aposentado com mais de 70 ou 75 anos – idade que o PFL vem defendendo como limite no serviço público – ao desconto de 11% dos seus proventos, ou, ainda, submeter um aposentado ou uma aposentada acometidos de doença grave a lhes impor sofrimento e dor a ter seus proventos reduzidos em 11%, num momento em que a remuneração do servidor vem de ser premiada com apenas 1% de aumento!

Tenho a convicção de que, ao se definir o ilustre Líder do PT nesta Casa, Senador Tião Viana, para relatar a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vez de se pretender a aprovação integral e sem correções da matéria, como vem sendo divulgado pela imprensa em todo o País, teve o Governo a boa intenção de designar um interlocutor confiável, com prestígio e, principalmente, com sensibilidade social. Não se nega a necessidade da reforma da previdência, mas não se pode aceitar que ela transforme o servidor público em vilão.

Há, no texto, medidas acertadas, como a majoração do tempo de serviço no cargo e no próprio serviço público para fins de percepção da aposentadoria integral. Em relação à possibilidade de submeter ao teto os futuros servidores públicos, ou mesmo impor-lhes a contribuição previdenciária quando se aposentarem, discussão que deve permear o tipo de serviço e de servidor público que desejamos para o Estado brasileiro, não se pode negar que, nesse caso, a

proposta do Governo em nada fere o direito adquirido. Contudo, ao se atribuir ao atual aposentado e pensionista a contribuição previdenciária, ao se impor um teto aos futuros servidores, inclusive para as atividades típicas de Estado, ao se impor um redutor da pensão que resultará no empobrecimento de milhares de famílias que têm nas pensões deixadas por servidores e servidoras a principal fonte de seu sustento, não podemos nos calar.

Mesmo as regras de transição definidas no texto aprovado pela Câmara deixaram a desejar e devem ser modificadas. Ignoraram, por completo, as próprias recomendações emanadas do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instituído pelo próprio Governo, que previa:

a) Criação de estímulos e incentivos à permanência da aposentadoria dos servidores;

b) Preservação da atual regra de transição vigente na Emenda Constitucional nº 20, em função da preocupação com a estabilidade jurídica;

c) O estabelecimento de uma regra de transição em substituição à atual prevista no texto constitucional, para que não ocorram situações de ruptura radical do direito anteriormente previsto ao servidor público ativo.

Tais recomendações não podem e, tenho certeza, não serão ignoradas, Sr. Presidente, pois esta Casa não se furtará ao dever de aperfeiçoar o texto encaminhado pela Câmara, se desejarmos não só resolver as questões inerentes à previdência social, mas, e principalmente, fortalecer a atuação do Estado com um serviço público não só equilibrado financeiramente, mas, acima de tudo, qualificado e estimulado a servir bem o povo brasileiro.

Nesse aspecto, a discussão em torno do modelo de fundo de pensão que se pretende implantar para os futuros servidores públicos é outro tema importante a ser travado no Senado Federal. A definição na Constituição Federal da modalidade do Plano de Benefício definido a ser ofertado por um único fundo público se mostra totalmente inadequada e inoportuna, sujeitando a administração desses fundos ao esvaziamento por pouco atrativo, além de submeter os futuros servidores às intempéries do mercado financeiro.

Mesmo para os Estados, decantados como os grandes beneficiários da reforma da previdência, os malefícios do subteto triplo atingem em cheio as carreiras de áreas fundamentais, como saúde, educação e segurança pública, todas submetidas ao teto do Go-

vernador do Estado. Isso resultará no desestímulo à permanência dos profissionais mais gabaritados, além de afugentar novos ingressos, embora, ressalte-se, que no cômputo da remuneração do Chefe do Poder Executivo Estadual não se consideram os ganhos extras que envolvem o custeio pelo Estado da sua moradia, da sua alimentação, da sua saúde e do seu transporte, benefícios não estendidos aos servidores, o que impõe modificações.

Todos esses aspectos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, merecem discussão profunda, ampla e acima de tudo racional e técnica, de modo que as propostas de mudança venham efetivamente para beneficiar o Brasil. Não podemos aceitar, como se diz no jargão popular, que esta Casa receba um prato feito e acabado, não podemos abdicar do dever constitucional de legislar, obrigação para a qual fomos eleitos pelo povo.

Por tais razões, anuncio que estamos apresentando emendas em relação aos pontos anunciados: contribuição de inativos e pensionistas, redutor de pensão, regras de transição, subteto estadual e paridade. Essa é a forma de aperfeiçoarmos o texto enviado pelo Governo, dentro do papel de oposição responsável que temos exercido em nome do PFL no Congresso Nacional.

Para terminar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última sexta-feira, ocupei esta tribuna para registrar, em nome do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, a grave e concreta perspectiva de aumento da carga tributária em nosso País, situação iniciada ontem, com o aumento da Contribuição sobre o Lucro Líquido, majorada em 167% e da Cofins, cuja alíquota aumentou 33,3%.

Tal ameaça se mostra evidente ao lermos com atenção o texto da reforma tributária apresentada pelo Relator da matéria na Câmara dos Deputados, Deputado Virgílio Guimarães, objeto de contestação pela classe produtora, pelos trabalhadores e por especialistas na área econômica, demonstrando de forma clara que o projeto está na contramão da história, pois, ao invés de diminuir o custo Brasil, estamos prestes a aumentá-lo.

Essa situação é acrescida a um quadro de estagnação econômica que nos aponta para a recessão da economia nacional. O desemprego aumenta e assusta milhões de brasileiros; o consumo cai assustadoramente e nem mesmo a diminuição tímida da exorbitante taxa de juros foi capaz de alterar o quadro de desesperança que toma conta do País.

Por essas razões é que, hoje, o PFL estará realizando um ato público que denominamos de o Dia da Força. Queremos demonstrar a insatisfação da sociedade brasileira com os rumos da economia nacional.

Não vamos simplesmente cobrar a promessa dos dez milhões dos empregos, cada dia mais distante de ser cumprida, nem vamos usar de bravatas para conquistar a simpatia do povo, com objetivos meramente eleitorais, mas vamos registrar com veemência nosso inconformismo com uma proposta de reforma que manterá as empresas nacionais em desigualdade de concorrência com as empresas estrangeiras, como ocorre na área da aviação civil, por exemplo, onde nossas empresas enfrentam uma carga tributária de quase 30% – estão todas em dificuldade – contra um percentual de 7% das empresas americanas.

Vamos demonstrar que a votação a toque de caixa do relatório aprovado na Câmara dos Deputados não tem outro objetivo senão de aprovar a transformação da CPMF em contribuição permanente, além de aumentar a alíquota. Esse mesmo interesse permeia a aprovação da DRU, permitindo que o Governo aplique recursos ao bel-prazer das injunções políticas. Vamos antever, não pelo simples exercício de futurologia, que o Governo em breve editará medida provisória prorrogando a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda, atingindo em cheio a classe média e comprovando a diferença entre o PT oposição, ferrenhamente contra essa medida, e o PT governo, que já conta como certos os recursos da alíquota maior do Imposto de Renda, como se comprova no Orçamento encaminhado ao Congresso no dia 29 de agosto, mesmo antes de o Poder Legislativo ter aprovado o aumento do Imposto de Renda, o que nos faz antever uma nova medida provisória.

O PFL está, desde ontem, indo às ruas de cada cidade brasileira para alertar o povo sobre o que realmente o Governo está pretendendo com a reforma tributária. Essa é a forma de levar a sociedade organizada a manifestar-se contra a fome arrecadadora do Governo Federal, sempre ágil e eficiente em tirar da sociedade brasileira. Afirmamos, alto e bom som, que, se nada for feito para mudar o quadro que se avizinha, estaremos prestes a sujeitar a classe empresarial, o trabalhador, o servidor público e o País à forca, pela estagnação econômica, e ao caos, como tivemos oportunidade de assistir com nossos vizinhos argentinos, onde a fome, a desesperança e o desemprego se multiplicaram numa página negra da história do nosso continente.

Daí por que encerro, convidando todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores para participarem, junto com o PFL-DF, daqui a pouco, às 15h, em frente ao Congresso Nacional, do Dia da Força.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Ouço V. Ex^a, Senador Mão Santa, com o maior prazer

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Estou ouvindo atentamente o discurso de V. Ex^a, que é muito oportuno. V. Ex^a é o autor de um projeto de grande lucidez, que evitaria a falência da previdência, quando dispõe que os ganhos e as aplicações resultantes dos recursos da seguridade social devem permanecer no próprio setor. Matemática nenhuma no mundo explica uma falência. O placar na Comissão foi 13 a 13. Mas depois houve um jogo de mudança de Presidente, e perdemos nos pênaltis – já que o Senador Papaléo Paes citou o Paysandu. Foi como Tiradentes. Assim como a liberdade veio depois, virá, com o seu projeto, o ato da independência. Hoje, na reunião da CAE, com a ausência do grande líder, V. Ex^a foi o nosso Tiradentes; com aquele projeto, ressuscitamos o de Jefferson Peres, que foi relatado pelo nobre Senador Tasso Jereissati, aquele que buscava fatias dos recursos do BNDES para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estamos famintos. Somos 40% dos melhores brasileiros e só nos chegam 10% do dinheiro. Nisso nasceu a idéia da junção, baseado no Espírito da Lei de Montesquieu, na nossa Comissão, do jurista Senador Ramez Tebet, sob o comando do grande jurista Edison Lobão, do Maranhão, que vai incorporar tudo para nos debruçarmos sobre as reformas, a fim de que possam melhorar a condição de todos os brasileiros.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, agradeço pela sua participação. Em nome do nosso Partido, o PFL, agradecemos a relatoria que V. Ex^a muito efetivamente promoveu no projeto que apresentamos, que remunera os recursos da Previdência. E tenho certeza de que, se empatamos por 13 a 13 na Comissão de Assuntos Econômicos, certamente, ao apresentarmos o recurso, seremos vitoriosos e vamos trazer este assunto para discussão em plenário. Esse assunto representa, sim, uma reforma da Previdência sem mexer com o bolso de ninguém. Esse é um assunto que realmente empolga a nós que temos o compromisso de mudar este País.

Então, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro as minhas palavras, convidando a todos para participarem junto com o PFL, daqui a alguns minutos, às 15h, em frente ao Congresso Nacional, do Dia da Força, de modo que o Governo se veja obrigado a agir dentro dos compromissos de prosperidade e desenvolvimento que, de forma mágica, anunciaram

durante toda a campanha eleitoral, mas que agora não se mostram em condições de cumprir a palavra empenhada frente à Nação.

Contra aumento de tributos!

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o convite para participarmos, agora, desse ato, que será muito ameno e bastante divertido, com a apresentação de uma companhia teatral, que vai mostrar o que se passa hoje com o sofrido contribuinte brasileiro, com perspectivas de piora.

Por isso, convido a todos para estarem conosco, daqui a alguns minutos, em frente ao Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO OTÁVIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

 RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República		DOCUMENTO A QUE SE REFERE									
JORNAL	FOLHA DE S. PAULO	DIA	01	MÊS/ANO	Setembro/2003	EDITORIA	OPINIÃO	TERMO	A	PÁGINA	3

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

O Dia da Força

JÓRGE BORNHAUSEN

INSPIRADO no triste episódio da Derama, de 1789 — o acontecimento escolhido pelos ativistas da Inconfidência Mineira para mobilizar o povo contra a volúpia arrecadadora de impostos da Coroa portuguesa —, a sociedade organizada, indignada com a onda de aumentos de tributos do governo Lula, promove hoje, em todo o país, o Dia da Força, manifestação nacional contra o “Partido dos Tributos”, que não tem por mera coincidência a mesma sigla do partido atualmente no poder.

A escolha do dia — 1º de setembro — não é gratuita. Marca a entrada em vigor de dois escorchantes aumentos de tributos.

O primeiro, a CSLL — eufemisticamente denominada Contribuição Social: sobre o Lucro Líquido —, sobe 167%, passando sua taxa de 1,08% para 2,88%.

Trata-se, na verdade, de um “imposto” que atinge setores sensíveis da classe média — médicos, dentistas, advogados, jornalistas, artistas de TV, todos os trabalhadores que se tornam “pessoas jurídicas”, como se diz, constituindo empresas de prestação de serviços, seja premiados pela falta de emprego, seja para melhor explorar suas habilidades profissionais.

Em consequência, os pacientes dos consultórios, por exemplo, vão pagar, a partir de hoje, mais caro por serviços médicos e odontológicos. Todos os cidadãos — independentemente de se aumentarem suas rendas ou salários nessa proporção — serão atingidos.

Hoje também sobe, de 3% para 4%, a chamada “Cofins das instituições financeiras”, mas que é cobrada dos empréstimos em geral — vejamos bem, uma contribuição paga pelo público tomador de dinheiro, e não pelos bancos — e que tornará substancialmente mais caro tanto o cheque especial do cidadão comum quanto o dinheiro que financia a indústria e o comércio.

A coincidência do aumento desses dois impostos tão impopulares, que, se fosse uma sabotagem contra o governo, não seria tão agressiva, resulta da volúpia arrecadadora da administração petista, a única atividade em que o presidente Lula e seus colaboradores não falham, só avançam. Assim, esses aumentos são produto do aproveitamento que fizeram da votação da MP 107/2003, ainda baixada pelo antigo governo (originalmente destinada para a criação do Refis 2) e que exigia um prazo de 90 dias para entrar em vigor, depois da sua promulgação, prazo que se cumpre hoje.

Aliás, não se deve esquecer que foi por

A receita do Estado deve fluir do desenvolvimento, do bem-estar, da prosperidade, e não do desespero geral

meio de outra malsinada medida provisória que, em dezembro último, foram aumentados, para o corrente exercício, o PIS/Pasep, a Cide, a CSLL e o Imposto de Renda. Tudo em nome da desoneração das exportações e graças às cortesias da transição com que foi recebido o governo Lula — ressalte-se, no entanto, com o voto contra apenas das bancadas do PFL no Congresso.

Esse protesto do Dia da Força, uma manifestação legítima da cidadania, pacífica, sem laivos golpistas e ameaçadores — bem diferente das grosserias com que o PT agia na oposição —, é também uma forma democrática de pressão para desmontar a bomba a relógio de aumento de impostos contida na reforma tributária que o governo tenta aprovar neste momento. Os analistas já detectaram mais de dez hipóteses de aumentos

explícitos ou autorizados nos desvãos da desalinhada proposta do governo, que avança e recua a cada dia e hora, ao sabor dos humores do Palácio do Planalto, cujas máquinas só fazem conta de somar no caixa do Tesouro, como nas velhas anedotas sobre usurários.

O governo precisa ser alertado de que governar não é aumentar impostos e de que política econômica não se faz sobrecarregando a produção e a renda dos trabalhadores, mas, ao contrário, estimulando a produção e os ganhos. A receita do Estado deve fluir do desenvolvimento, do bem-estar, da prosperidade, e não do desespero geral.

A força — instrumento degradante do martírio de Tiradentes, que por isso lembra a Derrama do século 18 — é adotada também pelo uso popular: como expressão de quem já não suporta mais as dificuldades financeiras em que mergulhamos. Como símbolo da indignação contra o aumento de impostos, a força ajuda a visualizar a situação limite a que estamos sendo conduzidos por um governo que, na melhor das hipóteses e em função da sua absurda política tributária, não sabe o que faz.

Jorge Bornhausen, 65, senador pelo PFL-SC, é o presidente nacional do partido.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com respeito ao artigo do Senador Jorge Bornhausen, V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a minha inscrição para falar no horário do meu Partido, o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem V. Exª a palavra por cinco minutos, de acordo com o art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno, para fazer uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nestes cinco minutos, pelos quais, agradeço à Liderança do meu Partido, o PSDB, trago uma preocupação que quero externar e compartilhar com todos os Srs. Senadores. Neste momento, sei que toda a Nação está voltada para as reformas tanto a da Previdência quanto a tributária. Mas é importante destacar, Sr. Presidente, que esta Casa recebeu algo que diz respeito diretamente à vida de todos os Estados, de todos os brasileiros e não menos importante que qualquer reforma: trata-se exatamente do primeiro Orçamento do novo Governo que se instalou no princípio deste ano, fruto e resultado das eleições democráticas do ano passado.

Sr. Presidente, todos conhecem a minha forma serena, a minha forma tranqüila de ser, característica que trago sempre a esta tribuna. A minha atuação é reivindicatória, uma oposição construtiva. Sempre procurei ter uma posição equilibrada no plenário desta Casa.

Como Senador, estou tentando – desde o acompanhamento da execução da peça orçamentária, por parte do Executivo, até a chegada do orçamento, que se deu, na semana passada, aqui, no Congresso Nacional – obter o detalhamento do que é proposto para o País, em termos de investimento, de custeio, enfim, a peça orçamentária.

Considero esta uma das partes mais importantes do exercício da atividade parlamentar: o bom acompanhamento do Orçamento, que é uma sinalização do que quer o Executivo para cada região, para cada Estado, para o combate das desigualdades regionais, para a integração nacional, enfim, para a vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero saudar a postura do Ministro dos Transportes, que, ontem à noite, convocou a Bancada inteira do Tocantins, o nosso Governador, o Secretário de Obras, para nos fazer, eu diria, um atencioso, mas triste comunicado: nenhum centavo foi destinado para a eclusa do rio Tocantins, a ser construída na usina Luís Eduardo Magalhães, que vai possibilitar a toda a região da Bahia, do Tocantins, do Mato Grosso, do norte goiano 700 km de navegação, atingindo a ferrovia Norte/Sul e, posteriormente, o porto de Itaqui, no Maranhão. Mais do que isso, Sr. Presidente: serão destinados R\$10 milhões para a ferrovia Norte-Sul! Seria melhor que não houvesse destinado nada, seria melhor ter dito, de maneira clara, que essa obra não é prioritária.

Nestes cinco minutos que me cabem da Liderança do PSDB, não vou discutir a importância da ferrovia Norte/Sul. Quero aqui dizer, Sr. Presidente, que, mesmo estando atento, mesmo na condição de Senador pelo meu Estado, já tendo declarado desta tribuna que vou acompanhar **pari passu** a reforma da Previdência e a reforma tributária, quero alertar a opinião pública nacional para a prioridade que enxergo nestas duas obras: a eclusa do Lajeado e a ferrovia Norte/Sul.

Da forma como o Orçamento foi apresentado à Bancada do Tocantins, ontem, na questão da área dos Transportes – veja, Sr. Presidente, ficamos com 1,01% das verbas destinadas para investimento do DNIT! –, considere um profundo desrespeito não apenas ao Tocantins, mas à Nação brasileira, que espera deste Governo uma ação de integração nacional.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando esteve no Tocantins, afirmou: “A pior obra é a obra parada, é a obra paralisada, é a obra que fica mais cara, é a obra que gera o desemprego, o desperdício”.

Sr. Presidente, as duas obras estão em andamento. Precisamos da eclusa na usina Luís Eduardo Magalhães, precisamos da ferrovia Norte/Sul. Não queremos mais assomar a esta tribuna para reclamar dos buracos da Belém/Brasília, queremos mudar a modal de transportes, queremos alternativas, e é exatamente isso que está preconizado nessas duas importantes obras, tanto na ferrovia Norte/Sul quanto na eclusa a ser construída – aliás, em andamento, em construção na nossa usina Luís Eduardo Magalhães.

Lamento ser este um assunto tão importante.

Considere a ação do Ministro um gesto de atenção para com o Governador Marcelo Miranda, para com a Bancada do Tocantins – três Senadores e oito

Deputados. Fomos por ele avisados de que havia, no entendimento do próprio Ministro, algo que não estava a contento. Considero algo de muito grave. Mas que S. Ex^a iria, ainda hoje, levar este assunto ao Ministro José Dirceu e ainda ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É por esta razão, Sr. Presidente, que, da tribuna do Senado, a Casa que representa os Estados brasileiros, quero pedir a Sua Excelência o Presidente da República e a S. Ex^a, o Ministro José Dirceu, que façam uma revisão da posição estratégica destas duas obras – isso para não falar nas BRs 010, 235 e 242, todas obras em andamento –, para que não fique o Tocantins efetivamente prejudicado.

Não se trata apenas do Tocantins, como eu disse, mas sim de toda uma região brasileira que se está revelando como um grande pólo de produção de soja. O Brasil tem todas as possibilidades de ser o maior produtor de soja do mundo. Só não o é, Sr. Presidente, exatamente por isto, porque não compensa carregar a soja brasileira por dois mil quilômetros de estrada até chegar a um porto. Isso é inviável, Sr. Presidente! Esse é o custo Brasil. Como é que vamos deixar de pensar em uma hidrovia, em uma rodovia para uma região que explode na produção com os melhores índices?

Descobrimos ser o cerrado um grande potencial. O Brasil passa, neste instante, a ser o maior exportador de carne do mundo, e isso se dá exatamente no Pará, no Mato Grosso, no Tocantins, em Goiás e na Bahia.

Sr. Presidente, esse assunto provocou, ontem, uma profunda revolta em todos os integrantes da Bancada. Vamos, sim, apresentar as emendas de Bancada, como sempre o fizemos, não para contemplar os cofres estaduais. As nossas emendas de bancada sempre priorizaram as obras de interesse nacional; emendas de bancada que levam recursos aos cofres da União, prejudicando até mesmo os interesses mais imediatos do Tocantins, mas temos o sentimento da importância dessas obras para a integração nacional.

Vamos buscar reparar isso, Sr. Presidente, mas é preciso que essas autoridades sigam o exemplo do Ministro Anderson Adauto, a quem parabeno por ter tido a consideração de convocar a Bancada, inclusive de nos alertar para o problema.

Peço ao Senhor Presidente da República que se lembre de suas palavras em solo tocantinense: “A pior obra é a obra paralisada, é a obra do desperdício”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Paulo Octávio.

S. Ex^a tem a palavra por vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma; Sr^{as} e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros aqui presentes e também aqueles que acompanham os nossos trabalhos pela **TV Senado e Rádio Senado**; caro professor Antonio Carlos Magalhães – com todo o respeito, trata-se de um Senador que simboliza a classe médica, entre muitas outras. O pai dele foi brilhante!

Quero relembrar aqui, Senador Romeu Tuma, Cícero, que dizem ter sido o melhor orador do mundo – porque ainda não tinham ouvido o nosso Pedro Simon! Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Vou ter que falar depois de Eduardo Siqueira Campos Filho, este grande jovem orador!

Já que acabei de citar Cícero, é interessante verificar que o nosso Presidente da República tem algumas intuições filosóficas.

No passado, Publius Sirus, que foi um grande administrador, disse que quem julga com pressa se apressa a se arrepender do erro. O nosso Presidente filósofo, Lula, traduziu essas palavras para o povo e, com sabedoria, disse que o apressado come cru, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Então, vamos seguir Publius Sirus ou o nosso Presidente, porque não podemos ser apressados em “comer” essa reforma, aqui não é a Casa da pressa. Niemeyer traduziu isso em uma cumbuca para cima, onde há efervescência, todas as ideologias e opiniões do povo, e outra menor, abafada e onde há moderação.

Esta é uma Casa de muita responsabilidade – olhem o baiano ali, Rui Barbosa, e tantos outros mais recentes; eu não precisaria nem buscar exemplos em um passado distante, como Joaquim Nabuco. Faz pouco tempo que tivemos aqui Paulo Brossard; Marcos Freire, de Pernambuco; Teotônio Vilela; os mais avançados, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, e os mais novos, como o Senador Tião Viana. Shakespeare disse que sabedoria é unir a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos. Então, não vamos comer cru nesta Casa, porque reforma complicado.

O cirurgião que me ensinou dizia que a ignorância é audaciosa, alertando para que o cirurgião não fosse apressado, pois é necessário o estudo.

Todos aqui já leram **O Príncipe**, de Maquiavel; ele disse que reforma é mesmo algo complicado.

Senador César Borges, já que estamos na Roma dos Césares – e nenhum deles se igualou a V. Ex^a, o nosso César baiano -, quero repetir que Maquiavel disse que reforma é um bicho complicado porque tira privilégios, e os que porventura vão receber algo não estão vendo e não acreditam. Isso é muito complicado.

O Governo modificou um pouco? Modificou. Mas dizer que esta Casa vai ser apressada e que aqui os votos já estão marcados é um desrespeito à nossa história, à nossa presença. Governadores não vêm aqui em caravana nem virão, porque quase todos aqui foram Governadores de Estado. Alguns já o foram por três vezes; eu já o fui por duas vezes, e posso sê-lo até por quatro.

Franklin Delano Roosevelt, eleito por quatro vezes para dirigir os Estados Unidos, ensinou humildade a Lula – e eu não vou entrar na polêmica do Presidente do Supremo Tribunal.

Nobre Senador Jefferson Péres, Franklin Delano Roosevelt disse: “Cada pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto e, nesse particular, eu procuro aprender.” Isso é humildade.

O maior líder do saber foi Sócrates, que disse: “Só sei que nada sei.” É a humildade, nobre Senador Papaléo Paes.

Alguém poderia dizer que o Senador Mão Santa vem com história antiga, mas eu digo que não.

O dirigente mais respeitado hoje é um tal de Peter Dracker, nobre Senador Jefferson Péres, que disse que o líder do futuro será aquele que tiver a capacidade de ser indagador, de ser perguntador, pois isso é humildade.

Aquela equipezinha de “peladeiros” de sábado quer nos enfrentar, nós, que somos da “seleção” – porque o Senado é uma “seleção”.

Foi assim quando Moisés se aperreou porque o povo não o seguia e quebrou as tábuas das leis de Deus. Deus, sim, pode tê-las feito com rapidez, mas esses não são Deus. As leis, para se igualarem às de Deus, têm que ser moldadas, modificadas por nós.

Aperreado e querendo desistir de guiar o povo de Deus, Moisés ouviu uma voz: “Não, Moisés, busque os setenta mais velhos, mais experimentados”.

Demóstenes foi um grande orador grego que era gago, mas o nosso não o é, é goiano e corajoso.

Assim surgiu a idéia do Senado, modificada na Grécia, em Roma e aqui, por Rui e tanta gente, como Nabuco, Mário Covas, Teotônio Vilela, Marcos Freire,

Petrônio Portella, que, sem truculência, um tiro ou uma bala, foi um ícone da redemocratização, lá do meu Piauí.

Nós vamos modificá-la porque ela está fraquinha, está mal feita, cheia de erros. Não vamos engolir cru. Num momento de inspiração e de dom que Deus lhe deu, o Presidente disse: “Não vamos”.

O meu Partido, o PMDB, não vai negociar, porque ele não veio para negociata. Enganam-se os que pensam que lideram o PMDB. Foram os mesmos que não tiveram coragem de lançar uma candidatura própria para subir a rampa com o povo. Não é agora que vamos. Quem lidera o PMDB não é nenhum desses que pensa que o faz, mas Ulysses Guimarães, encantado no fundo do mar. Foi ele quem enfrentou os cães da ditadura, foi ele quem disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”. Senador Siqueira Campos, eu a estou ouvindo.

Isso aqui está cheio de falhas e tem que ser estudado. Estou aqui porque represento as minhas crenças em Deus, no amor, no trabalho e no estudo. “O Livro Negro”, da Previdência, acusa isso, mas não vou cansá-los. São 48 itens, Senador Jefferson Péres, erros administrativos, que levam a Previdência à falência.

Senador Antonio Carlos Magalhães, Deus é muito bom para mim. Fez-me nascer no Piauí e estar aqui agora.

Para aqueles que são devotos de São Tomé, por que a Previdência está falida? Quinta-feira passada, quis Deus que eu estivesse nesta mesa, presidindo a instituição mais séria, que faz as leis, que devem se aproximar das leis de Deus, boas e justas. Em seguida, houve reunião do Congresso, e a ela compareci. Portanto, pude ver o Orçamento que votaram. O Presidente da República pediu dinheiro da seguridade social para vários Ministérios que inexistiam, que foram criados para contemplar derrotados. Se não há recursos, tira-se da seguridade e destina-se.

Essa é a verdade! Mas ninguém aqui é menino não! A ignorância é audaciosa. Senador Antonio Carlos Magalhães, esse negócio de dizer que tem, que o povo... Calma! Ninguém é criança não! Eu sou a média do povo brasileiro. O médico, o engenheiro, o professor universitário estão sendo sacrificados, pois estão assaltando os seus salários e, com isso, ameaçando as suas viúvas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Mão Santa, ousou interromper V. Ex^a por um breve instante. Já que V. Ex^a citou crianças, quero dizer que a Casa tem a alegria de receber os

alunos da Escola de Ensino Fundamental de nº 63, do Setor "O", da Ceilândia, no Distrito Federal. Para nós é sempre uma alegria tê-los presente à nossa sessão. Cumprimento os professores, os coordenadores e os demais membros dessa escola e das demais escolas que visitam o Senado na data de hoje.

Continua com a palavra V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, quando aqui venho criticar esses erros, e procurar corrigi-los, é com essas crianças que estou preocupado. Estamos preocupados com o que recebe um médico, cujo salário tem um teto de R\$2.400,00. É ridículo!

Senador Siqueira Campos, V. Ex^a, que foi prefeitinho, como eu, acha que alguém iria dirigir, por exemplo, o Hospital do Câncer, no Rio de Janeiro, para receber R\$2.400,00 no final da carreira? Então, há essas controvérsias na reforma.

Recuamos para atender o Poder Judiciário e os militares. Teto de quase R\$18.000,00! Oitenta vezes maior do que o salário mínimo. Nas sociedades organizadas e civilizadas, Senador Edison Lobão, o maior salário é dez vezes o menor.

O meu Piauí, Senador Antonio Carlos Magalhães, teve como representante neste Senado aquele que o governou antes de mim, o Senador Freitas Neto, que elaborou uma lei e eu cumpri. O Piauí está muito mais avançado do que o Brasil, com essa reforma atrasada. Lá, o maior salário é 30 vezes o menor – algo de iniciativa do Governador Freitas Neto. Aqui, R\$240,00 é o menor salário, valor que esquentou e fez amargar aquela cerveja que o operário merecia tomar gelada, com os seus familiares, com sua mulher, a Adalgizinha, no fim de semana. Mas com esse salário de R\$240,00 não vai ter cervejinha para o operário, talvez nem água.

No Piauí, Senador Jefferson Péres, já existia essa lei, e eu a cumpri. Aqui o maior salário é 80 vezes o menor! Está certo que a Justiça merece – e eu entendo disso.

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a sabe a composição do primeiro Senado? Brasileiros eram 42 – havia os portugueses, mas ninguém conta. Estávamos no Império: 20 magistrados, 2 advogados, 10 militares, 7 eclesiásticos, 2 médicos – hoje somos mais, somos seis – e 2 homens do campo. Leis boas!

Está certo que merecem os desembargadores, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça. Mas, Senador Jefferson Péres, e quanto aos que instruíram e educaram? Eles recebem todos

R\$2.500,00! São os professores universitários: os de Direito, os de Medicina, os de Engenharia, os de Agronomia, os de Veterinária.

Um teto que tem como referencial quase sempre o Presidente, o Governador de Estado e o Prefeito é uma ficção! Não pode! Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito – que fui – ganham quanto querem, porque tudo é pago. Querem ir? Vão! Vão de Boeing, com quem quiserem.

E eu estou defendendo aqui o pobrezinho. Quem precisa de uma estrutura pública boa e competente são os hospitais públicos, que servem aos pobres.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com toda a satisfação vamos ouvir o grande Líder das forças oposicionistas que garantem a democracia neste País, o Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Mão Santa, realmente, o Líder da Minoria, com o apoio de V. Ex^a, garantirá o direito da maioria dos trabalhadores neste País. A Senadora Heloísa Helena também o confirma e, tenho certeza, o Senador Paulo Paim, o PDT. Enfim, estamos chegando ao consenso em torno de várias emendas nas oposições – PFL, PSDB, PDT – e com alguns companheiros do PT e do PMDB, como V. Ex^a, para que, neste plenário, possamos mudar a reforma da Previdência. Ao parabenizá-lo, também gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, porque o discurso que profere nesta tarde impõe respeito a este Plenário e a esta Casa. Senador Mão Santa, não estamos com pressa de votar nenhuma das duas emendas. Vamos discutir as emendas à reforma da Previdência e a reforma tributária. Entendo que teremos que ter paciência. Vamos ouvir a sociedade, o trabalhador, os empresários, os que entendem de Previdência e os que entendem de tributação neste País. Tenho convicção de que é chegada a hora de esta Casa dizer ao Brasil por que ela existe. E é exatamente pelo seu amadurecimento, pois aqui temos ex-Governadores, ex-Ministros, Parlamentares experimentados e maduros, que haverão de mudar a Previdência. Não vamos aceitá-la goela adentro, V. Ex^a pode ter certeza disso! Parabenizo-o pelo seu pronunciamento. Tenha V. Ex^a a certeza de que, a partir de hoje, estaremos todos juntos para mudar a reforma da Previdência e a reforma tributária.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nobre Senador Efraim Morais, queremos dizer que estamos ins-

critos de novo para amanhã, pelo art. 17. Vamos esperar pacientemente, e todos os dias vamos debater.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permito. E quero dizer que a humildade é necessária. Fui Governador de minha cidade, Parnaíba, e, como disse Sêneca, não uma pequena cidade, a minha cidade. O Senador Heráclito Fortes, na época, era Prefeito da Capital. Ele criou o Instituto de Previdência Municipal. Fui lá para aprender, e outras cidades como Caruaru, do Estado de Pernambuco.

Na década de 90, as capitais das grandes cidades criaram o instituto. Temos experiência. Se os pe-ladeiros não têm experiência, eles não vão apitar o jogo. Quem apita o jogo aqui é o povo. Entendo que não tem esse negócio de Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo, que são instrumentos da democracia – é assim que entendo esses Poderes. Somos instrumentos da democracia. Poder tem o povo, que paga a conta e merece respeito.

Concedo o aparte ao Senador do Piauí, Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Mão Santa, é com muita alegria que entro na parte final do discurso de V. Exª com o meu modesto aparte. Acabamos de receber alguns telefonemas de eleitores do Piauí felizes com a posição adotada por V. Exª e anunciada nacionalmente neste instante. Quero dizer que há duas semanas participei de um encontro com os servidores da Universidade Federal do Piauí, ao qual V. Exª não pôde comparecer por outros compromissos assumidos anteriormente. Naquele momento, eu disse aos membros daquela entidade que me ouviam que poderiam ficar tranquilos com relação ao posicionamento de V. Exª, porque, pelo que conheço de sua trajetória, jamais ficaria contra a voz rouca das ruas; e que essa história de que V. Exª seria seduzido por cargos ou encantos do Governo não passava de ilusão daqueles que não conhecem a trajetória de V. Exª ao lado das questões populares. Eu disse aos funcionários e aos professores da Universidade Federal do Piauí, naquela manhã, que, com relação à Bancada do Piauí no Senado, podiam ficar tranquilos. Até porque nós dois já ouvimos várias declarações do Senador Alberto Silva a respeito do assunto. Portanto, parablenzo V. Exª pela oportunidade

do pronunciamento. Como todo o Piauí, já esperava esse comportamento de V. Exª com relação a essa matéria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, cantamos juntos o Hino do Piauí, de Da Costa e Silva: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador... (...) O primeiro que luta é o Piauí”. Na Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823, expulsamos os portugueses, e, depois, os baianos. Em julho de 1823, seguiram os piauienses. Estamos nessa luta, que é errada. Senador Eduardo Siqueira Campos, Senador Antonio Carlos Magalhães, o problema é o desemprego. “Comerás o pão com o suor do teu rosto” é uma mensagem de Cristo aos governantes: buscai emprego. Isso aqui acaba com o emprego. Se aumentam os anos, prendem os funcionários, fechando as possibilidades de novos entrarem no serviço público. Quando defendo o servidor público, estou defendendo o humilde, o pobre. Agora, dizer que se tem 70%? Isso Goebels fez com Hitler, Senador Eduardo Siqueira Campos. Quando Hitler ia invadir uma cidade que queria conquistar, Senador Efraim Morais, Joseph Goebels dizia: “Lá vai Hitler com dez mil soldados” – e ele tinha dois mil. Agora, temos o Duda/Goebels. Esses são jogos antigos que não correspondem à verdade.

Senador Ramez Tebet, quero terminar com o que aprendi com o povo, com o caboclo. Senadora Heloísa Helena, o grande mestre é o povo, que diz – e isso aprendi no Piauí: “É mais fácil você tapar o Sol com a peneira do que com a verdade”. E, em verdade, em verdade, vos digo, como dizia Cristo: nós temos que melhorar isso aqui, nós temos que salvar os servidores públicos, que construíram essas instituições que servem aos pobres deste País. Eles são atendidos nos setores de saúde, educação e segurança pelos servidores públicos.

Essa medida aqui é mais infeliz do que as tomadas no tempo dos militares, porque eles souberam buscar aqueles que estavam excluídos, como os trabalhadores rurais, e chamá-los para a previdência. Então, essa previdência tem que chamar os desempregados, Senador Jefferson Péres, os pobres que estão no meio da rua, os camelôs, os sem-carteira profissional – não porque não querem, mas porque o Governo não cumpre a sua missão de criar oportunidades de trabalho.

Vamos à luta e à vitória com o povo, vamos, seguindo Ulysses Guimarães, ouvir a voz rouca do povo. Essa é a mensagem que lidera o PMDB.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª pede a palavra pela ordem, Senador Almeida Lima?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Exª me concedesse a palavra, como Senador, por cinco minutos, assim que for possível, antes da Ordem do Dia.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do PDT, para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª deseja fazê-lo de imediato?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Exª, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

Logo após, ouviremos as palavras do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL do Estado da Bahia. E V. Exª, Senador Almeida Lima, é o próximo orador inscrito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uso a palavra como Líder do meu Partido para fazer um alerta e uma ponderação ao Governo Federal, ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os fatos ocorridos ultimamente no setor da saúde, tais como o loteamento da Funasa nos Estados, a demissão do marido da Deputada, o escândalo do Instituto Nacional do Câncer, tudo isso mostra que o Governo exagerou ao lotear os cargos federais com os Partidos aliados e com o próprio PT.

Digo isso, Sr. Presidente, com a autoridade de quem, no início deste Governo, teve oferecido cargo de Diretor dos Correios no Amazonas, para indicar quem eu quisesse. Como sou totalmente contrário a preenchimento de cargos pelo critério partidário, chamei os funcionários daquela instituição no Amazonas – todo mundo sabe disso lá – e pedi-lhes que elegessem uma lista tríplice. Eles se reuniram, votaram, es-

colheram a lista tríplice, e o Ministro mandou nomear o mais votado, que, por sinal, é filiado ao PT.

Falei com a pessoa escolhida, por sinal funcionário dos Correios, e o adverti, dizendo: “O senhor está aí porque abri mão, porque não quis botar um afilhado nos Correios e transformá-lo em agência eleitoral. Não quis por questão de princípio. O senhor foi escolhido pelos funcionários e ratificado pelo Ministro. O senhor pertence ao PT, mas se transformar os Correios em agência eleitoral do PT, vou pedir ao Ministro a sua demissão”.

Sr. Presidente, gostaria muito que o Brasil tivesse um corpo burocrático profissionalizado e imune a pressões e ingerências políticas. Mudar-se-ia o Ministro, mudar-se-ia o Secretário Executivo do Ministério e as direções regionais. E só, Sr. Presidente. Essa frase infeliz do Ministro da Saúde, de que quem for nomeado pelo Governo tem que ter lado. Funcionário público não tem que ter lado nenhum, Senador César Borges; tem que ter fidelidade ao serviço público, exclusivamente, não fidelidade a partido algum. É assim que deve ser em país civilizado, a não ser que se queira transformar o Brasil numa republiqueta, Sr. Presidente. O Governo deveria, pelo menos, ter blindado algumas áreas contra isso, pelo menos a Saúde, a Receita Federal e a Educação.

Aliás, narro outro episódio, eu o conto aqui de público: quando vieram me procurar dirigentes de outros Partidos no Amazonas, inclusive do PT, para a divisão de cargos, eu disse que não ia indicar ninguém, nem mesmo àquele que me foi oferecido. E perguntei a eles qual era a relação de cargos federais no Amazonas. E ouvi, espantado, que figurava lá a Delegacia da Receita Federal. Procurei o Ministro Palocci e o Dr. Rachid e disse-lhes: “Falem com o Presidente da República para armar uma blindagem na Receita Federal, porque é impensável ter um Delegado da Receita Federal para defender sonegadores a pedido ou por pressão de partidos políticos”. Felizmente, parece que na Receita a blindagem foi feita. Infelizmente, isso não ocorreu na Saúde.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, espero que esses escândalos, esses erros praticados no Instituto Nacional do Câncer, na Funasa, sirvam de lição ao Governo do PT, que, se não reagir, se não mudar enquanto é tempo, vai perder a sua base ética, e se a perder, estará perdido.

Era o que eu tinha a comunicar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio

Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal do Estado da Bahia.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, solidarizo-me com V. Ex^a por seu oportuno pronunciamento, em que lamentou o que está havendo na usina Luiz Eduardo Magalhães, em seu Estado, em relação ao orçamento, e também com a ferrovia Norte-Sul. V. Ex^a tem toda razão, e esse assunto do orçamento será motivo de um pronunciamento meu.

Em segundo lugar, lamento que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para desobstruir a pauta da Câmara dos Deputados, tenha retirado uma medida provisória que terá de enviar logo após a desobstrução. Não é democrático esse sistema, porque torna inúteis as leis que se votam no Congresso Nacional em relação ao problema das medidas provisórias. Retirar a emenda toda vez em que a pauta é trancada e enviá-la posteriormente é uma burla, e não cabe ao Presidente Lula, com seu passado, com sua popularidade, utilizar-se desses métodos.

Assim, lamento o que foi feito, hoje, na Câmara dos Deputados. Solidarizo-me com os Srs. Deputados, até mesmo com o Presidente da Casa, que é do PT e talvez não merecesse esse tratamento.

Sr. Presidente, a reforma tributária está vindo para o Senado Federal para ser discutida e – quero acreditar – aperfeiçoada. O atual sistema tributário nacional precisa mesmo ser modernizado. Algumas graves distorções devem ser corrigidas.

Os impostos em cascata trazem a desvantagem competitiva ao setor produtivo nacional. A complexidade da sistemática de tributação do comércio interestadual distorce decisões relativas à alocação de recursos e, por isso, é prejudicial à eficiência econômica. O ônus tributário a bens de capital desestimula o investimento. A cobrança de tributos sobre a produção e sobre o consumo, simultaneamente, pelas três esferas de Governo, aumenta a complexidade do sistema e dificulta a harmonização tributária. A facilidade, quase estímulo à evasão, gera desigualdade e distorce a competitividade.

A reforma é necessária e tem pontos positivos. A União soube defender seus interesses, colocou no projeto de reforma tudo aquilo que lhe interessava. Propõe a desvinculação de 20% das suas receitas e, principalmente, a prorrogação e a transformação da CPMF em um imposto definitivo.

Esses são, certamente, pontos fundamentais para a União.

O discurso do Governo de que não haverá aumento de carga tributária é relativo. O PIS e a Cofins, por exemplo, que não eram cobrados sobre os produtos importados, passam a sê-lo. Somente com essa medida, estima-se um potencial de arrecadação da ordem de R\$6 bilhões, por ano, para a União.

Considero a medida correta, porque proporciona competitividade ao produto nacional. Não é justo que os produtos fabricados no Brasil paguem uma carga elevada de imposto, ficando sujeitos à cobrança do PIS e da Cofins, e os que vêm do exterior, não.

Temos que ter competitividade. É necessário fazer isso, mas há que deixar claro que essa é uma nova incidência de um imposto que é exclusivo da União e que não é partilhado com os Estados e, muito menos, com os Municípios, as grandes vítimas da reforma tributária.

A outra novidade é a incidência do imposto de importação sobre serviços, que hoje não são tributados. Trata-se, é claro, de mais receita para a União.

A proposta inclui, ainda, uma nova contribuição – desta feita, incidindo sobre a exportação – que não está bem definida. O texto não diz exatamente o que é, o que significa e qual será a alíquota, mas também traz algo novo para a receita da União.

Sr^{as} e Srs. Senadores, de fato, a União garante uma CPMF só para si. Garante a chamada DRU – Desvinculação das Receitas da União; aumenta, substancialmente, sua arrecadação, por meio dos impostos que está criando.

O projeto também dá a possibilidade de que empréstimos compulsórios sejam criados por lei ordinária, o que hoje só pode ocorrer por lei complementar.

Enfim, observando o “conjunto da obra”, a União soube defender-se. Entretanto, analisando a reforma proposta, desta feita, sob a ótica dos Estados e Municípios, o quadro é diferente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Só um momento.

Os Estados perdem autonomia sobre o ICMS. Os Governadores não vão sequer poder editar qualquer norma autônoma com relação àquele que é o principal imposto estadual e que representa 90% a 95% da arrecadação.

V. Ex^{as} sabem que nunca é demais ressaltar que essas regiões nem sempre podem dispor de infra-estrutura adequada à implantação de plantas in-

dustriais. O mercado consumidor, geralmente, está situado em outras partes do País, e a mão-de-obra, muitas vezes, precisa ser qualificada.

A estratégia adotada, nesses casos, para tornar compensadores os investimentos era a concessão do incentivo fiscal. Pela reforma, os Estados deixam de contar com esse instrumento. É certo que essa não é a melhor forma de atrair investimentos, mas era a única que os Governadores tinham e vão perder agora. Essas regiões precisam receber compensação a essa perda. Os Estados precisam manter uma política de industrialização e de crescimento econômico. Isso é inevitável para várias regiões do País.

Ouçó, agora, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, ouço, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a, que confirma a maturidade política dentro do seu mandato no Senado Federal. Entendo que é um pronunciamento de grande responsabilidade, que discute o mérito do debate da reforma tributária no Brasil e que aborda aquilo que aflige todo cidadão brasileiro, toda autoridade pública, hoje, que é o financiamento público para as unidades federadas. Há uma situação de crise constatada e confirmada, em que Municípios e muitos Estados clamam por uma alternativa de financiamento público. E há regras herdadas, muito duras e injustas, como o próprio acordo com o Fundo Monetário Internacional, que engessa efetivamente o financiamento público, quando não entende que uma estatal viável quando aplica não está sendo um investimento, mas um endividamento público. Isso é grave, precisa ser rediscutido, e nosso Governo está pronto a fazer esse debate agora, na nova negociação com o Fundo Monetário Internacional. Temos uma herança muito ruim e muito violenta. Os Municípios detinham 19% do financiamento da receita partilhada no Brasil há dez anos; no início do ano 2000 caiu para 13%. Isso é grave. A carga tributária subiu de 25 para 36% nos últimos oito anos de Governo. Então, todos os fatores deixam engessada a União, trazendo dificuldade. A tese do Governo é de que é necessário modificar os caminhos, o desenho tributário brasileiro, mas é preciso preservar a capacidade de fazer política pública da União. Isso só será preservado se conciliarmos uma transformação dos recursos tributários para todas as unidades federadas, assegurando financiamento público, com a progressividade; ou seja, assegurando um recurso de tempo para que se permita consolidar uma política de financiamento público correta neste País. V. Ex^a traz pontos fundamentais à re-

flexão, alguns que entendo sagrados, como a conquista da CPMF para a saúde; o investimento no Fundo de Combate à Pobreza, tema que o seu mandato anterior partilhou com grande responsabilidade; e outros componentes que são colocados dentro da CPMF. Acho que os Estados têm o horizonte de debate da Cide, hoje, para uma boa negociação e pontos que podem evoluir. Acredito que seu pronunciamento deveria ser tomado como exemplo de uma reflexão madura, envolvendo a responsabilidade do Parlamento, maior do que uma responsabilidade partidária, uma responsabilidade de Estado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço sinceramente o aparte de V. Ex^a, que, na realidade, dá uma concordância efetiva ao meu pronunciamento, porque, em verdade, para que isso aconteça como V. Ex^a deseja, temos de, na reforma tributária, encontrar o caminho. A União procurou o seu caminho, mas se esqueceu dos caminhos para os Estados e para os Municípios, principalmente.

É este ponto que quero salientar para V. Ex^a e para esta Casa, principalmente para a Câmara dos Deputados, onde há voto proporcional: se os Municípios se enfraquecem, os Parlamentares vão se enfraquecer também. Ninguém tenha dúvida. Não tenham dúvidas sobre isso. Quando o Município se enfraquece, o Parlamentar, principalmente o Deputado, enfraquece-se mais ainda, porque esse Município há de, nas eleições, mostrar àqueles que não souberam defendê-lo, que não merecem realmente a repetição do seu voto.

Sr. Presidente, essa receita compensatória pode vir, como salientou agora, com propriedade, o Líder Tião Viana, da repartição da Cide.

Até porque, a rigor, compartilhar esses recursos não afeta diretamente a receita da União.

Afinal, a Cide é um imposto novo – foi criado no ano passado – e não tem aplicação, ainda, por parte do Governo Federal.

É, portanto, uma receita adicional, que pode muito bem ser compartilhada com os Estados para investimentos em infra-estrutura.

Outra medida defendida pelos Estados do Nordeste, para substituir os incentivos fiscais, é a implantação de uma política nacional de desenvolvimento, mas o Orçamento da República não diz isso; diz o contrário.

O Governo está propondo a criação de um fundo com 2% do IPI e do Imposto de Renda.

É um avanço, mas é muito pouco. É um pequeno avanço.

Apenas R\$2 bilhões para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Seriam necessários, pelo menos, 4%, algo em torno de R\$4 bilhões e não de R\$2 bilhões. Mesmo assim, seria com dificuldade.

É preciso também que esses recursos sejam entregues aos Estados para que eles próprios os utilizem diretamente em infra-estrutura, ou seja, não entrem para o rol das vinculações.

Ou se faz assim, ou os Estados contarão somente com 10% dos recursos – pensem bem nesse assunto, que é grave – para investimentos de infra-estrutura.

Lembro que, no caso desse fundo, os recursos seriam utilizados para fomentar o desenvolvimento, atrair investimentos. Não se justifica, então, que sejam vinculados a outras despesas.

Uma outra questão importante para os Estados e Municípios é a partilha da CPMF, que o Governo teima em não querer.

Os Estados propõem que a eles sejam destinados 0,8% e, aos Municípios, 0,2% da arrecadação.

É uma reivindicação oportuna. Afinal, a CPMF não está sendo rediscutida? Nesse caso, é para ser modificada, pelo menos naquilo que for justo.

O pleito é tão legítimo e importante a Estados e Municípios quanto é para a União.

Com relação ao Pasep, há que cessar uma injustiça.

Como está, um princípio fundamental não estaria sendo observado: aquele que estabelece que um ente federado não pode tributar outro.

O Pasep, que originalmente foi criado para formar o patrimônio do servidor público foi, depois, transformado numa mera contribuição para o Governo Federal.

Tornou-se fonte para que o Governo Federal financie programas como Seguro-Desemprego, FAT e financiamentos do BNDES – a atuação do BNDES é assunto para outro discurso.

Ora, em que pese a legitimidade e necessidade desses programas, os Estados não têm nenhuma obrigação de financiá-los. Para isso, a União conta com sua própria receita, que cada vez é maior.

É preciso estancar essa transferência de recursos. No caso da Bahia, por exemplo, isso representa R\$80 milhões por ano, pelo menos.

Vejam bem, Sr^s e Srs. Senadores, não se trata de retirar recursos da União, mas de, repito, estancar uma sangria. De impedir que recursos que deveriam

estar nos Estados passem mais uma vez para a União.

Existem outros pontos, Sr. Presidente.

Os Estados perdem com a desoneração do ICMS de exportações, aproximadamente R\$9 a 10 bilhões por ano.

Os Estados não podem assumir, praticamente sozinhos, essa conta.

Este ano, para esta conta de praticamente R\$10 bilhões, a União está ressarcindo apenas R\$3,9 bilhões, ou seja, menos de 40%!

E mais, a União está constitucionalizando a desoneração das exportações, o que nós entendemos como algo positivo, porque sinaliza ao mercado que o Brasil, enfim, não vai exportar imposto.

Mas, vejam bem, é preciso que também se constitucionalize a compensação dos Estados. É a Lei Kandir, de um certo modo, prejudicando mais uma vez os Estados brasileiros.

Como está, o segmento exportador tem a garantia da desoneração, mas os Estados não têm a compensação devida.

O Governo propõe que a questão fique para ser decidida por lei complementar. Não pode ser assim. Ou resolvemos isso agora, ou – vamos falar francamente – dificilmente a União cederá mais adiante. A hora é agora.

A União, Sr^s e Srs. Senadores, desvincula suas receitas. Por que não estender também essa medida às receitas estaduais? Como quer a DRU e não quer a desvinculação das receitas estaduais? É uma contradição. Se vai desvincular uma, tem que desvincular a outra; caso contrário, é um absurdo a mais praticado pela União.

Não defendo a redução de investimentos na área de educação, nem de saúde.

Mas vejam:

Hoje, os Estados gastam 60% com pessoal e 10% com educação! Na verdade, com a educação gastam 25%, uma vez que da parcela destinada a pessoal, 15% vão para a educação. Outros 5% estão destinados obrigatoriamente a gastos com saúde. Na realidade, são 12%, pois outros 7% também estão incluídos entre os 60% destinados a gastos com pessoal. Por fim, 13% de suas receitas estão vinculadas ao serviço da dívida.

Esses percentuais, somados ao 1% do Pasep de que, como já disse, a União se apodera, e mais alguns penduricalhos levam a vinculação de receitas dos Estados à marca de 90%! Restam 10% – quando

o Estado é bem administrado – para serem utilizados segundo as prioridades e necessidades do Estado!

No caso da Bahia, por exemplo, que tem uma receita em torno de R\$7 bilhões, restam meros R\$700 milhões para investir em segurança pública, justiça, custeio da máquina da fazenda, da administração, do planejamento, todos os investimentos em saneamento, habitação, recursos hídricos, agricultura, indústria e comércio.

É absolutamente impossível se administrar um orçamento com esse volume de vinculações, por mais eficiente que seja a administração pública, como, modéstia à parte, é a administração da Bahia. Alguns Estados chegam a ter 100% de seus recursos vinculados!

Precisamos tratar a questão da desvinculação das receitas estaduais com a seriedade que o tema exige. Não é nenhum favor! Está em jogo, Sr. Presidente, a governabilidade futura dos Estados! Ou resolvemos isso ou os Estados vão permanecer às portas da União, que é o que se deseja, todos os dias, pedindo dinheiro para investir em infra-estrutura, para equipar melhor suas polícias, investir em segurança pública. Os governos estaduais sabem de suas carências, querem agir, mas não têm acesso aos recursos.

E há alternativas. Por exemplo: preservem-se, como piso, os gastos com educação e saúde de 2003. Isto é, aprovada a reforma, os recursos não poderão ser inferiores aos de 2003.

Assim, a desvinculação só poderá incidir sobre os eventuais aumentos de arrecadação que os Estados lograrem alcançar. Hoje, como está, o Estado promove um esforço brutal para o crescimento de sua arrecadação e tem acesso, para investimentos, a apenas 10%.

Voltando à questão dos incentivos fiscais, é preciso preservar os incentivos já concedidos. Mas a proposta do Governo prevê essa preservação por apenas oito anos. É muito pouco. Tomando como exemplo a Bahia, seriam necessários 12 anos. E não é só isso. Os incentivos devem ser preservados nas condições vigentes de quando foram acordados.

Senão, vejamos: o incentivo foi concedido tendo por base a parte do imposto que pertence ao Estado. Na hora em que se inverte a partilha, é claro que os incentivos se reduzem substancialmente. Isso é quebra de contrato! Quando as empresas assinaram seus contratos com o Estado – quando receberam incentivos – havia uma regra. E agora, mudamos essa regra?! Cabe a mudança?

A saída – parece-me a única – é prever que os incentivos fiscais concedidos pelo prazo de 12 anos deveriam ser mantidos no sistema de partilha vigente à época em que foram contratados. Vencido esse prazo, elas se enquadrariam nas novas regras.

Sr. Presidente, o sacrifício de alguns Estados, com as mudanças previstas no ICMS, não é nada desprezível. A Bahia, que é um Estado exportador livre – exporta mais do que importa –, deve amargar, ao longo da transição, em torno de 10% a 13% de perda. Não obstante essa perda para o meu Estado, entendendo que o princípio defendido na reforma é justo.

O consumidor de um Estado, como a Bahia, por exemplo, não pode pagar imposto para São Paulo só por ter adquirido um produto fabricado lá. Afinal, ele está demandando serviços do Governo da Bahia. Logo, ele deve pagar imposto à Bahia. Essa foi uma deformação da Constituição de 1988, que prevalece até hoje, beneficiando os Estados mais desenvolvidos.

Falo isso com absoluta isenção, pois a Bahia, nos últimos 20 anos, vem mudando seu perfil de Estado importador para exportador. Mas esse é o nosso caso. É o caso da Bahia. Precisamos olhar a conjuntura nacional e não apenas a do Estado.

A União sinaliza também com a entrega do ITR – Imposto Territorial Rural. Na minha avaliação, é um presente de grego.

Vejamos novamente o caso da Bahia. Uso a Bahia como exemplo, mas a realidade é comum aos demais Estados, notadamente os menos desenvolvidos. Lá, a União arrecadou, no ano passado, R\$9 milhões. Cinquenta por cento pertencem aos Municípios. Sobram R\$4,5 milhões, o que é insuficiente para o custeio da máquina. Essa transferência, portanto, pouco ou nada traz de benefício aos Estados.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a União soube se defender. Aliás, como sempre. Há dez anos, a União só faz se defender, prejudicando Estados e Municípios. Nos últimos oito anos, a carga tributária foi aumentada em 12 pontos percentuais. Em 1993-1994, estava na faixa de 24% do PIB, hoje, já são 36%. Foi no PIS, na Cofins, na Contribuição Social, na CPMF e na Cide...

E a reforma tributária aumenta ainda mais essa carga, sim! Apesar de a base governista negar, temos a evidência do fato.

A reforma não pode se resumir aos tributos federais, somente ao acerto das contas públicas da União.

Os Estados e os Municípios não podem seguir dependendo do Governo, da verba orçamentária, de contingência de orçamento, da vontade política ou das definições ou indefinições do cenário econômico e político. Os Estados e os Municípios pedem apenas que a eles sejam destinados os recursos que lhes são devidos e que são indispensáveis.

Aí, sim, em parceria com a União – Parceria! Não dependência! –, poderão trabalhar ainda mais pelo desenvolvimento nacional. Um desenvolvimento sustentado pelo efetivo desenvolvimento regional, pois sem ele não há desenvolvimento nacional.

Vamos pensar um País desenvolvido! Verdadeiramente desenvolvido, com Estados e Municípios fortes!

A reforma tributária é indispensável, mas se for justa. Se for para privilegiar setores, é melhor que não a façam. O contribuinte tem que ser respeitado. A carga tributária – ninguém nega – já é demasiada. Aumentá-la será um crime!

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho certeza de que a autonomia deste Legislativo há de fazer com que a reforma tributária atenda os Municípios, que estão à míngua, carentes de recursos, pois a União não quer favorecê-los no projeto que enviou para esta Casa. Eu disse que há pontos positivos na reforma tributária, mas estes desaparecem diante da gravidade da situação de Estados e Municípios, que não estão contemplados no projeto do Governo Federal.

Ademais, é indispensável que eu retorne ao assunto do orçamento impositivo. Senhores legisladores, enquanto não tivermos um orçamento impositivo, vamos andar sempre com o pires na mão, esperando pela boa vontade do Governo Federal. Precisamos de um orçamento impositivo que represente a vontade da Nação, com a Receita fixada pela União, mas sem contingenciamentos que prejudiquem Estados e Municípios, ou seja, que atendam ao fisiologismo nacional que, infelizmente, ainda existe.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, apenas para lembrar à Mesa, já que não era V. Ex^a que a presidia, que eu também havia solicitado a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Nobre Senador Almeida Lima, o Líder do Partido de V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, se utilizou desse tempo, mas V. Ex^a é o primeiro inscrito após a Ordem do Dia e terá até 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que o sentimento cívico é reavivado na Semana da Pátria, uma de nossas mais importantes riquezas está ameaçada de perder o brilho natural que atrai a todos nós.

Estou me referindo, Sr. Presidente, ao setor de diamantes, cuja exportação pelo Brasil está proibida desde o mês passado, devido à não emissão de um certificado internacional de origem, o chamado Sistema de Certificação do Processo de Kimberley.

Tal certificado tem por objetivo evitar que se comercializem, mundialmente, diamantes que sirvam para financiar crimes como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, conflitos civis e golpes de Estado, o que valeu para a pedra a expressão “diamante de sangue”.

Embora o Governo tenha publicado, em 31 de julho último, a Medida Provisória nº 125, instituindo o Certificado de Kimberley, ainda é necessária a sua emissão para que a exportação dos diamantes seja retomada.

Na verdade, o objetivo dessa MP é forçar a legalização de um mercado onde o contrabando é desenfreado. Estudos do Governo apontam que mais de 90% dos diamantes brasileiros saem do País por via informal, ou seja, são contrabandeados, causando uma perda considerável de divisas para a economia nacional.

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no ano passado, o Brasil exportou US\$32,67 milhões em diamantes. Se toda a produção nacional fosse legalizada, essa receita de exportações aumentaria dez vezes, superando US\$326 milhões por ano.

Entre os Estados produtores, Sr. Presidente, Minas Gerais, o meu Estado, é, de longe, o que mais contribui nessa área. Dados do DNPM apontam que Minas Gerais, no ano passado, respondeu pela emissão de 72% de todos os alvarás solicitados a esse órgão no País. Ou seja, 2.138 alvarás para a exploração

do diamante. O Estado também participa com 75% do total de portarias de lavras concedidas. Das 90 concedidas pelo DNPM, 69 partiram de Minas.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, cabe ressaltar que os Municípios são os que mais ganham com a legalização da produção de diamantes. De acordo com a Lei dos **Royalties**, os Municípios têm direito a 65% da arrecadação referente aos **royalties** da atividade, vindo depois os Estados, que fazem jus a 23%, e a União, com 12% sobre a receita tributária total.

Interessante notar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que 96% das exportações brasileiras correspondem a diamantes brutos. Na verdade, a pedra bruta só ganha valor comercial com o processo de lapidação, o que ocorre nos centros consumidores da Bélgica e dos Estados Unidos que, juntos, respondem por quase 90% das compras mundiais.

Um dos poucos centros de lapidação existentes no Brasil é o de Teófilo Otoni que, no próximo domingo, dia 7 de setembro, vai comemorar 150 anos de sua fundação. Pois é nessa cidade mineira, conhecida como Capital Brasileira das Pedras Preciosas, que se faz a melhor lapidação existente no País. Mas para que essa cultura seja difundida, como ocorreu no centro financeiro de Bombaim, na Índia, é necessário priorizar a implantação da Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Otoni, cujo projeto já está pronto há vários anos. São propostas que merecem toda a atenção dos mineiros e de todo o Brasil.

E o mais importante, Sr. Presidente, é alertar a Receita Federal, para que, tão logo receba a Medida Provisória nº 125, possa fazer a emissão do Certificado do Processo de Kimberley, para possibilitar as exportações de diamante – tão importantes para a economia do meu Estado e, certamente, digo eu, excepcionais para o País. É de Minas que saem todas as pedras brutas, lapidadas no exterior ou na região de Teófilo Otoni. O nosso Estado, Minas Gerais, precisa urgentemente dessa Certificação do Processo de Kimberley, a ser emitida pela Receita Federal.

Fazemos, portanto, este apelo, para que esse procedimento seja antecipado, seja apressado, porque o Brasil e Minas Gerais não podem mais esperar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

V. Ex^a, nobre Senador, dispõe de até cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, nesta comunicação inadiável, de registrar a minha incredulidade com a disposição de alguns membros do Governo Federal de produzir verdadeiros absurdos. Há coisas que nos surpreendem realmente. Quando pensamos que não se pode fazer pior, temos então a demonstração de que alguns parâmetros fogem inteiramente do limite.

Estou a falar exatamente dos trabalhos da Controladoria-Geral da União, comandada pelo Sr. Waldir Pires. Esta é, provavelmente, a segunda ou terceira vez que trago este assunto à tribuna. Não é meu desejo retornar ao assunto. No entanto, a Controladoria-Geral da União está errando, está eivada de arrogância, de falta de coerência, e vem tendo, sem sombra de dúvida, uma atuação extremamente equivocada para um órgão que deveria estar voltado para o controle das ações do Governo Federal.

Já ficou claro aqui, pelos nossos pronunciamentos, o ânimo da política pequena, minúscula, eu diria rancorosa mesmo, e de falso moralismo, do Sr. Waldir Pires, candidato derrotado ao Senado Federal pelo povo baiano, que o repudiou. No passado, Governador da Bahia, pôde mostrar a sua incapacidade administrativa, e não tinha mais nenhuma condição de governabilidade o nosso Estado. Assim, foi praticamente forçado a renunciar e a deixar pela metade o mandato de Governador do Estado da Bahia. Agora, candidato ao Senado, foi batido, foi surrado nas urnas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães por mais de um milhão de votos, e por mim mesmo, que o superei em aproximadamente um milhão de votos.

Pois bem, nomeado o Sr. Waldir Pires para a antiga Corregedoria-Geral da União, S. Ex^a a transformou em Controladoria-Geral da União, e vai além, pois faz uso da sua prerrogativa de comandar esse importante órgão do Governo Federal para tomar atitudes persecutórias, basicamente e principalmente dentro do Estado da Bahia, colocando-se a serviço de uma política mesquinha, inclusive partidária, para investigar aqueles que considera desafetos políticos e para esquecer e não investigar aqueles que, segundo considera, estejam ao seu lado. Isso tem ultrapassado inclusive o limite da tolerância do ponto de vista de respeito aos entes federativos, porque o Sr. Waldir Pires tem convocado até a Polícia Federal para constranger e pressionar administradores legalmente eleitos pelo povo. Procura desmoralizar e abater o ânimo daqueles que, na sua avaliação, merecem ser alvos da sua ação persecutória.

Esses são abusos cometidos pela Controladoria-Geral da União que atentam contra a autonomia dos Municípios e representam uma violação inaceitável em relação aos Municípios baianos.

Recentemente, a União dos Municípios da Bahia, por intermédio de seu Presidente, protestou veementemente contra esses atos, inclusive diante do próprio Sr. Waldir Pires. Ele respondeu dizendo que está respaldado em legislação para fazer essa fiscalização. No entanto, ele está respaldado para fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, coisa que ele não tem feito, até porque, Sr. Presidente, denúncias existem, como no caso do Ministério dos Transportes, acusado de privilegiar determinadas empresas no pagamento de atrasados, o que foi motivo do pedido de demissão de um funcionário graduado daquele Ministério. Mas nada foi apurado. Algo semelhante se deu também no Ministério do Trabalho, e o Sr. Waldir Pires também nada apurou.

Com relação às prefeituras municipais do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores, na Bahia, há várias denúncias: como no caso do Município de Itabuna, cuja denúncia foi patrocinada pelo Ministério Público; e da Cidade de Alagoinhas, patrocinada pela Câmara de Vereadores. Mas o Sr. Waldir Pires continua silente. Dois pesos e duas medidas: para os seus adversários políticos, os prefeitos que ele considera não terem acompanhado o seu Partido nas últimas eleições, o Sr. Waldir Pires não poupa esforços em pressionar, em intimidar, convocando inclusive a Polícia Federal; para seus amigos, nada acontece.

Portanto, Sr. Presidente, esta comunicação inadiável visa a alertar o Governo Federal para que possa, por meio do próprio Presidente Lula ou do Chefe da Casa Civil, verificar essa atitude incorreta e inaceitável do Sr. Waldir Pires, que está demonstrando seus rancores de derrotas eleitorais sofridas – impostas pelo próprio povo da Bahia –, utilizando-se da posição de Controlador-Geral da União para praticar sua vingança. E esse não é mais do que o seu desiderato.

Deixo consignado aqui este protesto, Sr. Presidente, para que realmente possa cessar essa ação intimidatória e inaceitável do Sr. Waldir Pires no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Efraim Moraes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, estou inscrito em terceiro lugar para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex^a para uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca é demais repetir que o apoio ao setor de agronegócio no Brasil é um dos caminhos mais eficientes e mais rápidos para a retomada do desenvolvimento de nosso País. Quando se investe na agricultura e na pecuária, o retorno vem já no ano seguinte, com aumento de produção, geração de empregos e mais liquidez no mercado de consumo.

Está muito claro que, nos últimos oito anos, foi o setor agropecuário que sustentou os índices de crescimento da economia brasileira. Somente no ano passado, o PIB do agronegócio cresceu 8% no País, contra um crescimento de apenas 1,5% da economia como um todo. A diferença é brutal. Não fosse o desempenho da agropecuária, a economia brasileira certamente teria experimentado um crescimento negativo no ano passado. O agronegócio é hoje responsável por nada menos do que 30% de todo o PIB nacional.

A constatação da força do campo é tão óbvia quanto a carência de apoio que o setor tem recebido historicamente no Brasil, se comparado com outros países com potencial nesse setor. Nos Estados Unidos e na Comunidade Européia, além de crédito mais farto e barato, há uma série de outros elementos que contribuem para o desempenho excepcional desse setor, algo muito superior ao desempenho brasileiro.

Se o setor de agronegócio tem obtido bons resultados, em grande parte se deve à competência e ao esforço da classe produtora. Isso se configura num sinal claro de que, com políticas de apoio mais avançadas, a contribuição do campo para o País pode se multiplicar em escalas inimagináveis.

Uma das medidas reivindicadas pelos produtores, e absolutamente justa e necessária, é a criação do Seguro Rural, cujo projeto se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. O Seguro Rural é um dos mais modernos e eficientes instrumentos de política agrícola existentes no mundo, mas não praticado no Brasil, o que nos inferioriza na competitividade internacional.

A atividade agrícola é uma atividade de alto risco, sujeita a variações climáticas, pragas, doenças,

que, de uma hora para outra, pode transformar em pó todo o investimento de um produtor rural, inviabilizando sua atividade para o futuro. O Seguro Rural é o instrumento para proteger quem produz desses elementos imprevisíveis, que fogem ao controle até dos mais modernos equipamentos hoje existentes. A ausência dele é um inibidor de grandes investimentos.

Ao dar segurança ao produtor rural, que muitas vezes compromete todo o seu patrimônio pessoal em financiamentos para a produção, o Seguro Rural funciona como um estímulo ao aumento da área plantada. Estudos preliminares mostram que, já no primeiro ano após a implantação do Seguro Rural, a área assegurada no Brasil deve aumentar de 3% para 15%, passando para 8 milhões de hectares.

Não se trata de criar um mecanismo de proteção aos produtores rurais, mas de criar condições de igualdade com a concorrência internacional. Todos os importantes países exportadores do mundo praticam alguma modalidade de seguro rural, com forte participação de recursos públicos.

Nos Estados Unidos, uma agência do governo gastará no seguro para o campo US\$8,2 bilhões nos próximos seis anos. A Espanha, que exibe o mais desenvolvido sistema da Europa, gasta anualmente nesse programa o equivalente a 500 milhões de euros. O sistema espanhol é semelhante ao do México, um país emergente como o Brasil, que também sustenta programas de seguro agrícola com recursos oficiais. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de conversar com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, sobre esse tema. S. Ex^a garante que se trata de uma prioridade do Governo do Presidente Lula. O Ministro já estuda, inclusive, a regulamentação da lei com um amplo grupo de trabalho, para que ela possa entrar em operação tão logo seja aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O interesse do Governo é essencial para o sucesso do projeto, já que, sem a participação de recursos oficiais, difícil será tornar o programa viável. A experiência de outros países nos mostra essa necessidade. A atividade rural possui peculiaridades que impõem um custo operacional excessivamente alto, que afasta ou torna inviável o seguro através de empresas privadas.

Tenho conversado com Deputados Federais de meu Estado no sentido de pedir urgência na aprovação do projeto na Câmara. E acredito que essa deve ser uma prioridade de todos nós. Com a escassez de recursos para investimentos em infra-estrutura, por exemplo, encontra-se na força do campo o caminho

para que o País aumente seus índices de crescimento e saia dessa situação recessiva, que se arrasta há alguns anos.

O Seguro Rural cumpre um papel importantíssimo neste processo. Com a sua implantação, os produtores brasileiros se tornarão mais competitivos se comparados a outros países agroexportadores. O Seguro Rural abre caminho para o aumento do crédito e, como consequência, a investimentos não apenas no aumento da produção, mas em novas tecnologias que aumentem a produtividade no País.

Será uma medida que terá reflexos imediatos num dos maiores problemas existentes no Brasil que são as altas taxas de desemprego. A agricultura é uma das atividades que mais emprega neste País e no mundo todo.

Criar mecanismos para incentivar o setor de agronegócio é um imperativo para que o Brasil possa voltar a crescer com índices expressivos. E o Congresso Nacional pode dar uma contribuição expressiva aprovando a lei que cria o Seguro Agrícola brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2003-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$120.858.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$120.858.000,00 (cento e vinte milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil reais), para atender às programações constantes do Anexo 1 desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são provenientes de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0040 TODA CRIANCA NA ESCOLA									300.000	
		PROJETOS								
12 243	0040 3848	FACTO POR UMA NACAO CRIANCA - MODELO INTEGRADO PARA REINSERCAO NA ESCOLA, DAS CRIANCAS EM SITUACAO DE RISCO NAS RUAS							300.000	
12 243	0040 3848 0026	FACTO POR UMA NACAO CRIANCA - MODELO INTEGRADO PARA REINSERCAO NA ESCOLA, DAS CRIANCAS EM SITUACAO DE RISCO NAS RUAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							300.000	
		CRIANÇA INTEGRADA (UNIDADE)3000	F	3	2	90	0	179	300.000	
TOTAL - FISCAL									300.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									300.000	

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									120.000
		PROJETOS							
12 363	0044 5135	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL							120.000
12 363	0044 5135 0027	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE ALAGOAS							120.000
		AREA MODERNIZADA/ RECUPERADA (MP)200	F	4	2	90	0	112	120.000
TOTAL - FISCAL									120.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R	
0040 TODA CRIANCA NA ESCOLA			120.300.000							
		OPERACOES ESPECIAIS								
12 243	0040 0519	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA							81.500.000	
12 243	0040 0519 0011	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE RONDONIA							1.800.000	
12 243	0040 0519 0012	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO ACRE	S	3	1	90	0	179	1.800.000 300.000	
12 243	0040 0519 0015	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO PARA	S	3	1	90	0	179	300.000 24.300.000	
12 243	0040 0519 0017	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE TOCANTINS	S	3	1	90	0	179	24.300.000 5.100.000	
12 243	0040 0519 0022	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	1	90	0	179	5.100.000 10.900.000	
12 243	0040 0519 0024	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	1	90	0	179	10.900.000 8.100.000	
12 243	0040 0519 0025	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	1	90	0	179	8.100.000 8.200.000	
12 243	0040 0519 0026	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	1	90	0	179	8.200.000 20.000.000	
12 243	0040 0519 0028	PARTICIPACAO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MINIMA ASSOCIADOS A ACOES SOCIOEDUCATIVAS - BOLSA-ESCOLA - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	1	90	0	100	20.000.000 2.800.000	
		ATIVIDADES								
12 123	0040 4401	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO E CESSACAO DOS BENEFICIOS CONCEDIDOS PELO BOLSA-ESCOLA							38.800.000	
12 123	0040 4401 0001	SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO E CESSACAO DOS BENEFICIOS CONCEDIDOS PELO BOLSA-ESCOLA - NACIONAL							38.800.000	
			S	3	2	90	0	179	38.800.000	
TOTAL - FISCAL			0							
TOTAL - SEGURIDADE			120.300.000							
TOTAL - GERAL			120.300.000							

UNIDADE : 26269 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

UNIDADE : 26332 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA - AL

CREDITO ESPECIAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0044 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL									120.000
		ATIVIDADES							
12 363	0044 2992	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL							120.000
12 363	0044 2992 0027	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL - NO ESTADO DE ALAGOAS	F	3	2	90	0	112	120.000
TOTAL - FISCAL									120.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

MENSAGEM Nº 418

Senhores Membros do Congresso Nacional,
 Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento

e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$120.858.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 29 de agosto de 2003. – **Luíz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República.

EM nº 251/2003-MP

Brasília, 17 de julho de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito especial aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), no valor de R\$ 120.858.000,00 (cento e vinte milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil reais), em favor de unidades orçamentárias do Ministério da Educação - MEC.

2. A solicitação objetiva a inclusão de categorias de programação em diversas unidades do MEC, não contempladas na Lei Orçamentária Anual, e será atendida com recursos provenientes de anulação parcial de dotações do próprio Órgão, conforme demonstrado a seguir:

		Em R\$ 1.00
Unidade/Programa/Ação	Suplementação	Origem dos Recursos
<u>Administração direta</u>		<u>120.300.000</u>
Toda Criança na Escola		120.300.000
-Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Socioeducativas - Bolsa-Escola		81.500.000
-Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação de Benefícios Concedidos pelo Bolsa-Escola		38.800.000
<u>Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ</u>	<u>400.000</u>	
Desenvolvimento do Ensino de Graduação	250.000	
-Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	250.000	
Hospitais de Ensino	150.000	
-Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino	150.000	

<u>Fundação Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO</u>	-	400.000
Desenvolvimento do Ensino de Graduação	-	250.000
-Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	-	250.000
Hospitais de Ensino	-	150.000
-Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino	-	150.000
<u>Fundação Joaquim Nabuco</u>	300.000	-
Toda Criança na Escola	300.000	-
-Pacto por uma Nação Criança – Modelo Integrado para Reinserção na Escola das Crianças em Situação de Risco nas Ruas	300.000	-
<u>Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE</u>	120.038.000	38.000
Educação de Jovens e Adultos	100.038.000	38.000
-Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço - Programa Supletivo)	38.000	-
-Fomento a Projetos Especiais para Oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos	-	38.000
-Alfabetização de Jovens e Adultos – Incentivo da União para os Alfabetizadores	98.700.000	-
-Capacitação de Alfabetizadores	1.300.000	-
Escola de Qualidade para Todos	20.000.000	-
- Equipamentos para TV Escola	20.000.000	-
<u>Escola Agrotécnica Federal de Satuba - AL</u>	120.000	120.000
Desenvolvimento da Educação Profissional	120.000	120.000
-Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	120.000	-
-Funcionamento da Educação Profissional	-	120.000
Total	120.858.000	120.858.000

3. O crédito solicitado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ nas ações "Instrumental para Ensino e Pesquisa" e "Apoio ao Funcionamento de Hospitais de Ensino" permitirá a execução de programações de trabalho destinadas, respectivamente, à recuperação do herbário do Museu Nacional - RJ e à manutenção do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, originadas de duas emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2003, que equivocadamente vincularam aquelas entidades à Fundação Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, e não à Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como é o correto.

4. Na Fundação Joaquim Nabuco permitirá a implantação do projeto "Pacto por uma Nação Criança", que focalizará crianças em situação de risco na Região Metropolitana de Recife. Para tanto, será criado um espaço-modelo de modo a possibilitar a reinscrição dessas crianças na sociedade por meio do desenvolvimento de atividades recreativas, campanhas educativas e produção de material de difusão das experiências realizadas.

5. Para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o pleito visa à inclusão dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo entre os localizadores da ação "Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço - Programa Supletivo)", haja vista a necessidade de atualizar a distribuição dos recursos com base no Censo Escolar publicado em 29 de agosto de 2002.

6. Ainda no tocante ao FNDE, destina-se à promoção da erradicação do analfabetismo no País, por meio de capacitação e concessão de incentivo a alfabetizadores que trabalharão com um público-alvo de aproximadamente 1,1 milhão de jovens e adultos; e ao aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, mediante aquisição e distribuição de antenas digitais que permitam a escolas públicas com mais de cem alunos o acesso à TV Escola.

7. Quanto à Escola Agrotécnica Federal de Satuba - AL, a inclusão da ação "Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional" objetiva, ainda em 2003, a realização de investimentos urgentes em sua área construída e a aquisição de equipamentos de ensino indispensáveis à melhoria dos serviços prestados pela Escola ao alunado e à comunidade.

8. O crédito em questão decorre de solicitação formulada pelo Ministério da Educação, segundo o qual os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício. Especialmente quanto à ação "Bolsa-Escola", o cancelamento sugerido decorre de análise criteriosa daquele Ministério diante das novas metas e prioridades estabelecidas.

9. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de lei a ser apreciado pelo Congresso Nacional, por se tratar de inclusão de categorias de programação não contempladas na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Esclareço que a abertura desse crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício, tendo em vista que, além de tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução das programações suplementadas, o art. 8º do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, condiciona a execução das despesas da espécie, objeto dos créditos abertos e reabertos, aos limites estabelecidos no referido Decreto.

11. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Aviso nº 891 – Supar/C. Civil.

Em 29 de agosto de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Projeto de lei

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$120.858.000,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.

.....
DECRETO Nº 4.591,
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003

Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.

.....
Art. 8º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

.....
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

TÍTULO V

Dos Créditos Adicionais

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

.....
(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação do Projeto:

Até 7-9– publicação e distribuição de avulsos;

Até 15-9– prazo final para apresentação de emendas;

Até 20-9– publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 30-9– encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte

OF/A/PSB/ 684/03

Brasília, 29 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a retirada da Deputada Almerinda de Carvalho da vaga de titular da Co-

missão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil” (Requerimento nº 2/2003 – CN, das Senhoras Maria do Rosário, Serys Marly Silhessaenko e Patrícia Saboya Gomes).

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Campos**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 68, DE 2003

Altera a redação dos arts. 93, I, 129, § 3º, 132 e 134, parágrafo único, da Constituição Federal, para fixar idade mínima e tempo de atividade jurídica prévia para o ingresso nas carreiras da magistratura, do Ministério Público, das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e das Defensorias Públicas da União, Estados, Distrito Federal e Territórios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 93, inciso I da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93.

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e vinte e oito anos de idade, observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

.....(NR)”

Art. 2º O § 3º do art. 129 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129.

.....

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e vinte e oito anos de idade, observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

.....(NR)”

Art. 3º O art. 132, **caput**, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as suas fases, exigidos do bacharel em direito cinco anos de atividade jurídica e vinte e oito anos de idade, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

.....(NR)”

Art. 4º O parágrafo único do art. 134 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134.

Parágrafo único. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se, do bacharel em direito, cinco anos de atividade jurídica e vinte e oito anos de idade e assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições funcionais (NR)”

Art. 5º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O constituinte de 1988, em boa hora, elevou à condição de “funções essenciais à justiça” tanto o Ministério Público quanto a Defensoria Pública e as Procuradorias dos Estados e do DF.

Quanto ao Poder Judiciário, a Carta Magna fixou, de modo minudente, os princípios orientadores

da edição da lei complementar concernente à magistratura, conhecida como Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN).

E o fez em consonância com o sentimento libertário superveniente a duas décadas de regime autoritário, de modo a propiciar condições institucionais o mais adequadas possível à efetivação da cláusula pétreia da independência e harmonia dos Poderes do Estado, inscrita no art. 2º da Lei Maior, dispositivo tornado letra morta pela ordem jurídica autoritária.

Entretanto, no que atine aos critérios para investidura nas respectivas carreiras jurídicas, cuja dignidade institucional e poder foram afinal restabelecidos, o constituinte olvidou-se de acrescentar-lhes exigências e requisitos correlativos com seu acréscimo considerável de importância na estrutura estatal.

Além disso, é sabido que o exercício dessas carreiras requer não só o preparo intelectual aferido em concursos de provas e títulos, mas, sobretudo, maturidade e experiência não só de vida, mas também aquela adquirida no desempenho do ofício de advogado ou de mister equivalente, que implique prática forense. Trata-se aqui de um saber que só a militância cotidiana com as lides processuais confere.

É aquele “saber de experiências feito”, indispensável, cantado até por Camões em sua épica.

Assim, não basta a simples comprovação de conclusão do curso de Direito e a aprovação no concurso público respectivo para credenciar o jovem bacharel aos cargos de juiz, promotor, procurador ou defensor público.

Deste modo, ao nosso ver, nenhuma dessas elevadas funções, constitucionalmente definidas e prestigiadas, pode ser encarada como apenas mais uma oportunidade de emprego para o recém-formado, cuja escolha, ao contrário, deve ser determinada por uma vocação meditada e responsável.

Assim, as exigências simétricas para provimento de todas essas carreiras, constitucionalmente fixadas, de 28 anos de idade mínima e 5 anos de atividade jurídica prévia, nos parecem não só defensáveis mas necessárias, até para restituir a tais funções, típicas do Estado e à própria justiça praticada no País, o crédito e a confiança popular que as sondagens recentes de opinião revelam decadentes.

Com isso, previnem-se também, ao tornar-se mais seletivo o acesso a tais cargos, não só a eventual seleção de candidatos, aptos tecnicamente, mas movidos, às vezes, por meras razões de mercado, atraídos por vantagens remuneratórias, mas até a triagem daqueles que aspiram tão-somente a assumir

posição de poder nem sempre com a serenidade e a tolerância esperadas.

Por fim, se já prevalecem idades constitucionais mínimas para o exercício de certos cargos no executivo (Presidente da República, 35 anos), no legislativo (Senador, 35 anos) e, mesmo, no judiciário (juiz federal, 30 anos), parece-nos razoável estabelecer em 28 anos o requisito etário para o ingresso em carreiras essenciais ao funcionamento e à administração da justiça em nosso País.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. –
Garibaldi Alves Filho – Almeida Lima – Ramez Tebet – Eduardo Suplicy – Ana Júlia – Paulo Octávio – Ney Suassuna – Antonio Carlos Valadares – Sergio Guerra – Tasso Jereissati – Eduardo Azeredo – Delcídio Amaral – Patrícia Saboya – Mão Santa – Geraldo Mesquita – Efraim Moraes – João Alberto – Arthur Virgílio – Jonas Pinheiro – Duciomar Costa – Antero Paes de Barros – Rodolfo Tourinho – Maguito Vilela – Helio Costa – Papaléo Paes – Eduardo Siqueira Campos – Lúcia Vânia.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art 39, § 1º;

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de

caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

.....
Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II – promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da prestação e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV – previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V – os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI – a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII – o juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

.....
Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

§ 3º O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93,11 e VI.

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, observado o disposto no art. 135.

Art. 135. Às carreiras disciplinadas neste Título aplicam-se o princípio do art. 37, XII, e o art. 39, § 1.º.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 2003

Altera o § 1º do art. 62 da Constituição Federal, para vedar a edição de medida provisória referente a matéria objeto de veto rejeitado na mesma legislatura.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 62.
§ 1º.....
.....

V – objeto de veto rejeitado na mesma legislatura.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como é de conhecimento geral, a Emenda Constitucional nº 32, de 2001, representou um grande instrumento de contenção aos eventuais abusos na edição de medidas provisórias.

Entretanto, a experiência nos tem mostrado que alguns abusos ainda são possíveis na utilização desse relevante instituto constitucional.

Com efeito, certamente muitos se recordam, o Poder Executivo remeteu ao Congresso Nacional o projeto que deu origem à Lei nº 8.112, de 1990, instituindo o chamado regime jurídico único. Em sua tramitação, as duas Casas estabeleceram novo conteúdo para os seus arts. 192 e 193. Não satisfeito com as alterações introduzidas, o governo exerceu o seu direito de veto, que, posteriormente apreciado, foi derrubado pelo Congresso Nacional. Até aí, tudo certo, pois de acordo com as regras da própria Constituição. O que ocorreu depois é que foi realmente grave, pois o Poder Executivo, inconformado com a derrubada do veto, editou medida provisória revogando esses dois artigos.

Outra burla relativamente comum tem-se verificado em tempos mais recentes, quando, insatisfeito com alterações introduzidas em projetos de conversão de medidas provisórias, o Poder Executivo veta o que lhe desagrada e imediatamente edita nova medida provisória restabelecendo o texto original que fora modificado.

Em nosso entender, pratica-se, em ambos os casos, não apenas uma afronta, mas um inaceitável desrespeito ao Poder Legislativo, que assim tem anulada a sua principal e mais importante prerrogativa institucional.

Dessa forma, a iniciativa em tela tem o objetivo de aprimorar o texto da Lei Maior, corrigindo essas situações, pois como já supracitado, institui expressamente que a matéria legislativa vetada pelo Presidente da República, e cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional, não poderá ser objeto de medida provisória na mesma Legislatura. Preserva-se assim o processo legislativo e o respeito às instituições democráticas.

Ante o exposto, em face da relevância da Proposta de Emenda à Constituição que ora submetemos a esta Casa, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. –
Rodolpho Tourinho – Reginaldo Duarte – Amir Lando – Vladir Raupp – Garibaldi Alves – Mão Santa – Arthur Virgílio – José Agripino – Edison Lobão – Ney Suassuna – Sibá Machado – César Borges – Paulo Paim – Alberto Silva – Paulo Octávio – Romero Jucá – Ideli Salvatti – Ramez Tebet – Almeida Lima – Eduardo Suplicy – Ana Julia Carepa – João Capiberibe – Flávio Arns – Osmar Dias – Papaleo Paes – Antonio Carlos Valadares – Patrícia Saboya – Tasso Jereissatti – Deucídio – Efraim Morais – Fernando Bezerra.

LEGISLAÇÃO CITADA

.....
 “Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 “Art. 60.....

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....”

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

.....”

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32,
 DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

“Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.”

.....
 LEI Nº 8.112, DE 1990

.....
 “Art. 192. O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado.” (*)

Art. 193. O servidor que tiver exercido função de direção, chefia, assessoramento, assistência ou cargo em comissão, por período de 5 (cinco) anos consecutivos, ou 10 (dez) anos interpolados, poderá aposentar-se com a gratificação da função ou remuneração do cargo em comissão, de maior valor, desde que exercido por um período mínimo de 2 (dois) anos.” (*)

(*) – vetado pelo Presidente da República, mas mantido pelo Congresso (DOU) 19-4-91)

.....
 (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70, DE 2003

Altera o parágrafo 3º do art. 226 da Constituição Federal, para permitir a união estável entre casais homossexuais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do parágrafo 3º, do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 226 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre casais heterossexuais ou homossexuais como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento quando existente entre o homem e a mulher.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A existência de casais homossexuais no Brasil, assim como no resto do Mundo, é uma realidade. A falta de regulação jurídica no Brasil para as pessoas que vivem a relação homossexual deixa inúmeras pessoas sem qualquer proteção do Estado, já que os companheiros não gozam de direitos fundamentais tais como os benefícios dos alimentos e da partilha de bens após uma eventual separação, ou da pensão e da herança, em razão da morte de um dos companheiros.

A sociedade brasileira avançou. Hoje são aceitos comportamentos que sempre existiram, mas que por preconceito tinham que ficar na clandestinidade. A ordem do dia da sociedade democrática e pluralista é aceitar as opções individuais dos seus cidadãos, que digam respeito à sua maneira de viver e se relacionar.

Assim tem ocorrido nos países desenvolvidos do bloco ocidental.

A Dinamarca foi o primeiro país a reconhecer, em 1986, alguns direitos patrimoniais entre casais homossexuais. A partir de 1989 houve a legalização total desse tipo de união. A Noruega fez o mesmo em 1992, a Suécia em 1995 e a Islândia em 1996.

Em 1994 o Parlamento Europeu emitiu uma resolução sobre a paridade de direitos dos homossexuais e recomendou aos Países-Membros da União Européia que fossem estabelecidas regras igualando os direitos deles aos dos heterossexuais no que tange às relações.

Na Holanda pesquisas de opiniões realizadas na década de 90 demonstraram que 70% (setenta por cento) da população era favorável ao reconhecimento até do próprio casamento entre homossexuais. Em 1988 foram estendidos alguns direitos tais como pensões, seguridade social e herança a casais homossexuais. Em 2000 foi aprovada lei, por 107 votos a favor e 33 contra, que permitiu o casamento civil entre homossexuais. A Bélgica seguiu o mesmo caminho da Holanda, não permitindo apenas a adoção de crianças por casais homossexuais.

Na França, desde 1995 diversos municípios já entregavam **certificats de vie commune** a casais homossexuais. Em 1999 foi aprovado o “Pacto Civil de Solidariedade”, dispondo sobre direitos e deveres recíprocos entre casais, homo ou heterossexuais, não vinculados ao casamento.

Na Alemanha entrou em vigor em 11 de agosto de 2001 uma lei que permitiu a união estável entre homossexuais.

Em Londres, em 5 de setembro de 2001, dois casais homossexuais tornaram-se os primeiros casais britânicos a terem reconhecidos seus relacionamentos como oficiais.

O Parlamento da Finlândia aprovou em 28 de setembro de 2001 uma lei que concede aos homossexuais o direito de se casar.

Na Argentina, os legisladores de Buenos Aires, em 13 de dezembro de 2002, tornaram-na a primeira cidade da América Latina a legalizar a união civil entre homossexuais, sem admitir, porém, o casamento.

Nos Estados Unidos, dezenas de cidades, entre elas São Francisco (1991) e Nova Iorque (1993) reconhecem direitos a casais homossexuais. Em nível Estadual, a chamada parceria doméstica é reconhecida por três Estados: Califórnia, Havaí e Massachusetts. O Estado de Vermont reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo desde 15 de abril de 2000.

Recentemente, em 26 de junho de 2003, a Suprema Corte Americana considerou inconstitucional uma lei do Texas que considerava crime o sexo consensual entre homossexuais, mesmo em suas próprias casas, modificando assim um precedente anterior, de 1986, a respeito de uma Lei da Geórgia, em que ela tinha considerado constitucional lei da mesma natureza.

No Canadá decisões judiciais têm admitido a união estável entre homossexuais nos Tribunais de Quebec, Columbia Britânica e Ontário.

Vê-se, portanto, que no mundo todo tem ocorrido, em maior ou menor escala, o reconhecimento dos

efeitos civis das uniões homossexuais. Essa é uma iniciativa que deve ser seguida pelo Brasil, porque o nosso país é marcado pela diversidade e pela tolerância.

Nada justifica que deixemos de conceder proteção do Estado às pessoas que mantêm um relacionamento homossexual. O princípio da dignidade humana, inserido como fundamento da nossa República Federativa do Brasil no art. 1º da Constituição Federal, exige que as pessoas que optem por esse tipo de relacionamento possam encontrar no Estado laico a devida proteção jurídica.

Esses os motivos pelos quais submeto à consideração dos meus pares esta proposta de Emenda à Constituição Federal, que permitirá a extensão aos casais homossexuais dos direitos decorrentes da união estável entre casais heterossexuais, excluída a conversão ao casamento, que continua sendo prerrogativa da união entre homem e mulher.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. – **Sérgio Cabral – Roberto Saturnino – Antonio Carlos Valadares – Aloízio Mercadante – Demóstenes Torres – Ramez Tebet – Valmir Amaral – Eurípedes Camargo – Patrícia Saboya Gomes – Ana Júlia Carepa – Rodolpho Tourinho – Eduardo Azeredo – Delício Amaral – Romero Jucá – Sérgio Zambiasi – Garibaldi Alves Filho – Alberto Silva – Mão Santa – Eduardo Suplicy – Ney Suassuna – Antero Paes de Barros – Waldir Raupp – Paulo Paim – Augusto Botelho – Gilberto Mestrinho – Renan Calheiros – Fátima Cleide.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VII

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 755, DE 2003

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministério das Minas e Energia, por intermédio da Petrobras, que encaminhe a esta Comissão de Fiscalização e Controle informações a respeito da licitação, realizada pela modalidade de convite, das plataformas p-51 e p-52 (convite 899.8.005-02-1) conforme documentação anexa, recebida nesta Comissão.

Sala da Comissão, 21 de agosto de 2003. – Senador – **Ney Suassuna** Presidente, – **Luiz Otávio**, Relator – **César Borges – João Batista Mota – Osmar Dias – Gerson Camata – Delcídio Amaral – João Ribeiro – Romero Jucá.**

OF/CFC/Nº 62/2003

Brasília, 21 agosto de 2003

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão, em reunião realizada nesta data, aprovou o requerimento nº 30/2003-CFC, de autoria do Senador Luiz Otávio, que requer “seja solicitado ao Ministério das Minas e Energia, por intermédio da Petrobras, que encaminhe a esta Comissão de Fiscalização e Controle informações a respeito da licitação, realizada pela modalidade de convite, das plataformas P-51 e P-52 (convite 899.8.005-02-1)”.

Desta forma, encaminho a Vossa Excelência a respectiva matéria.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos do mais alto apreço e distinta consideração.

Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 756 , DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 215, combinado com o art. 255, inciso II, c, 12 do Regimento Interno, que o PLC nº 16, de 2003, seja, também, apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Justificação

Com a edição da Lei Nº 8.631, de 1993, promoveu-se a desqualificação tarifária no País e, conseqüente, a extinção do regime de remuneração garantida do setor elétrico.

Até esse período, as concessionárias tinham por lei o direito de receber uma remuneração mínima entre 10 e 12% sobre seus investimentos. Quando esse patamar de rentabilidade não era alcançado, em face da equalização tarifária ou por tarifas insuficientes, as empresas se creditavam das diferenças em uma rubrica contábil denominada Conta de Resultados a Compensar.

O Governo Federal reconheceu como créditos líquidos e certos das concessionárias de energia elétrica aproximadamente US\$ 20 bilhões de dólares.

Essa mesma Lei no 8.631, de 1993, estabeleceu a possibilidade de liquidação desse passivo por meio de encontro de contas com dívidas perante a União e ao sistema Eletrobrás.

Posteriormente, a Lei no 8.724, de 1993, estabeleceu um redutor de 25% sobre o Saldo Integral da Conta de Resultados a Compensar de cada concessionária como forma de compensação ao recolhimento tributário.

Com base nessas condições, o Tesouro Nacional realizou o encontro de contas, caso a caso, entre o Saldo Reduzido da Conta de Resultados a Compensar (descontado os 25%) e as dívidas que cada empresa podia compensar, ou seja, as dívidas com a União e com o sistema Eletrobrás.

Mesmo após o encontro de contas, algumas empresas, por terem dívidas superiores ao seu Saldo Reduzido, não puderam compensar a totalidade de seus débitos.

Nesse sentido, o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2003, visa a permitir a compensação, primeiramente das dívidas perante a União e ao sistema Eletrobrás e, somente, a partir daí, abater do saldo rema-

nesciente o limite de 25% do Saldo Integral da Conta de Resultados a Compensar.

Essa metodologia de cálculo, no entanto, redundou no fato de que somente aquelas empresas com endividamentos superiores a 75% do Saldo Integral da Conta de Resultados a Compensar e ainda que permaneceram com dívidas a compensar no encontro de contas realizado pelo Tesouro Nacional sejam beneficiadas.

Nesse sentido, observa-se uma usurpação do consagrado princípio constitucional da isonomia, porque tal dispositivo favorece com créditos adicionais da Conta de Resultados a Compensar aquelas concessionárias que tinham dívidas maiores e, por outro lado, não proporciona o mesmo benefício para as demais concessionárias.

Por fim, o tratamento não equânime, pretendido pela redação do PLC nº 16, de 2003, se configura em desrespeito ao princípio constitucional da isonomia estatuído no art. 5º da Carta Magna, de 1988, o que, portanto, enseja a análise da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. – Senador **Hélio Costa**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 757, DE 2003

Requer informações ao Ministro da Educação, acerca do projeto que prevê a distribuição de kits de uniforme escolar.

Nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista notícias divulgadas pela **Folha de S.Paulo**, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro da Educação, dados a respeito do projeto que prevê a distribuição de **kits** de uniforme escolar a escolares de todo o País, especificando os critérios de contemplação, custos por **kit**, custo total, origem dos recursos financeiros para o custeio, modelo dos itens que compõem os **kits**, se haverá dizeres impressos nas mochilas e época da distribuição.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela, formulamos este requerimento para que o Senado da República possa inteirar-se sobre a modalidade anunciada de distribuição de **kits** de uniformes escolares pelo Ministério da Educação.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 758, DE 2003

Requer informações ao Ministro da Saúde acerca de procedimentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que levaram à demissão nove de seus 10 dentistas da Câmara Técnica de Medicamentos.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Saúde informações sobre as ocorrências que levaram nove dos 10 cientistas da Câmara Técnica de Medicamentos da Anvisa a se demitirem, sob a alegação de injunções estranhas aos procedimentos técnicos que norteiam o órgão, conforme denúncia publicada na edição de 1º de setembro de 2003 pelo jornal **O Globo**.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante de denúncia veiculada pelo jornal **O Globo**, além do farto noticiário, inclusive pela televisão, sobre a demissão de cientistas inconformados com práticas de sectarismos e partidarismo no órgão.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2003

Requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acerca dos projetos de construção de aviário, de ginásio de esportes e de sala de fisioterapia no Palácio da Alvorada.

Nos termos do art 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e tendo em vista noticiário do jornal **Folha de S.Paulo**, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República dados a respeito dos projetos pretendidos pelo Governo, para a construção, no Palácio da Alvorada, de um aviário, de um ginásio de esportes e de sala de fisioterapia, indicando:

1. custos de cada uma das obras;
2. tipo de utilização.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela, formulo este requerimento com o objetivo de obter informações sobre as reais necessidades dos melhoramentos projetados e se são obras prioritárias.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 760, DE 2003

Requeiro, nos termos do inciso III do art. 335 do Regimento Interno, o sobrestamento, temporário, da tramitação do PLS/154/2002, que “altera o art. 143 da Lei nº 8.213/91, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, e dá outras providências”, até que o Senado Federal delibere sobre a Proposta de Re-

forma da Previdência, em fase final de tramitação, na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 2 de Setembro de 2003. – Senador **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será despachado à Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do parágrafo único do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 761, DE 2003

Requeiro, nos termos regimentais, a audiência da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a fim de que este órgão técnico se pronuncie sobre o mérito do PLS/610/99, que “institui normas para a fixação de tarifas a serem cobradas pelo abastecimento de água e pelos serviços de esgotamento sanitário no país, regula a transferência do controle das instituições provedoras desses serviços e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. – Senador **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

REQUERIMENTO Nº 762, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Excentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Dr. José Viegas Filho, com o objetivo de expor e debater, no Plenário do Senado Federal, o acidente ocorrido no último dia 22 de agosto de 2003 na Base de Alcântara, no Maranhão, que levou à morte 21 técnicos brasileiros envolvidos no desenvolvimento do projeto do Veículo de Lançamento de Satélites – VLS, e o andamento das apurações.

Justificação

O acidente ocorrido na Base de Alcântara no último dia 22 de agosto do corrente, levando à morte 21 técnicos brasileiros envolvidos no desenvolvimento do projeto brasileiro do Veículo de Lançamento de Satélites – VLS, tem sido objeto de inúmeros questionamentos por diversos segmentos da sociedade. No âmbito do Senado Federal, as Comissões Permanentes, no exercício de suas respectivas atribuições, têm

discutido e convidado os Ministros de Estado da Defesa e da Ciência e Tecnologia, além de outras autoridades federais, para prestarem esclarecimentos sobre o ocorrido. É o caso, por exemplo, do Requerimento nº 28, de 2003-CRE, de autoria do ilustre Senador Hélio Costa, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e do Requerimento nº 34, de 2003-CFC, aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, subscrito pelo eminente Senador Gerson Camata.

Nesse sentido, considerando que quatro das oito Comissões Permanentes do Senado já se manifestaram pelo comparecimento do Ministro de Estado da Defesa – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Fiscalização e Controle, Comissão de Educação e Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – o presente Requerimento tem o propósito de possibilitar ao Senado Federal a realização de uma única reunião, no Plenário da Casa, com esse objetivo comum e a conseqüente participação de todos os Senadores.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. – **José Jorge**, Senador da República.

REQUERIMENTO Nº 763, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Excentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Roberto Amaral, com o objetivo de expor e debater, no Plenário do Senado Federal, o acidente ocorrido no último dia 22 de agosto de 2003 na Base de Alcântara, no Maranhão, que levou à morte 21 técnicos brasileiros envolvidos no desenvolvimento do projeto do Veículo de Lançamento de Satélites – VLS, e o andamento das apurações.

Justificação

O acidente ocorrido na Base de Alcântara no último dia 22 de agosto do corrente, levando à morte 21 técnicos brasileiros envolvidos no desenvolvimento do projeto brasileiro do Veículo de Lançamento de Satélites – VLS, tem sido objeto de inúmeros questionamentos por diversos segmentos da sociedade. No âmbito do Senado Federal, as Comissões Permanentes, no exercício de suas respectivas atribuições, têm discutido e convidado os Ministros de Estado da Defesa e da Ciência e Tecnologia, além de outras autoridades federais, para prestarem esclarecimentos sobre o ocorrido. É o caso, por exemplo, do Requerimento nº 28, de 2003-CRE, de autoria do ilustre Senador Hélio Costa, aprovado pela Comissão de Rela-

ções Exteriores e Defesa Nacional, e do Requerimento nº 34, de 2003-CFC, aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, subscrito pelo eminente Senador Gerson Camata.

Nesse sentido, considerando que quatro das oito Comissões Permanentes do Senado já se manifestaram pelo comparecimento do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Fiscalização e Controle, Comissão de Educação e Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – o presente Requerimento tem o propósito de possibilitar ao Senado Federal a realização de uma única reunião, no Plenário da Casa, com esse objetivo comum e a conseqüente participação de todos os Senadores.

Sala das Sessões, 2 de setembro de 2003. –
José Jorge, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2003

*(Proveniente da Medida Provisória nº 123, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003, que *define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências*.

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Eduardo Campos (PSB – PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, que oferece, acolhendo na íntegra a Emenda nº 9, e parcialmente, as Emendas nºs 6 e 7; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5, 8 e 10, apresentadas perante a Comissão Mista.

Relator Revisor: Senador Romero Jucá.

Sobre este item, as Lideranças não encontraram ainda um denominador comum; de maneira que esta e as outras matérias constantes da pauta de hoje

ficam com sua apreciação sobrestada e vão figurar na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica sobrestada:

Item 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*, tendo

Parecer favorável, sob nº 768, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza.

Item 3

REQUERIMENTO Nº 646, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 646, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25 e 268, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria.

Item 4

REQUERIMENTO Nº 675, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 675, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Item 5

REQUERIMENTO Nº 676, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 676, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, 263, 270 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, como Líder.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a atenção da Casa para um comunicado importantíssimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB deu hoje o mais significativo passo no sentido de se construir uma co-

alizão com o Governo que trará, certamente, resultados positivos para o País. Acabamos de ter uma conversa definitiva, franca e em tom cordial com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que Sua Excelência evidenciou o papel estratégico do PMDB na formação de um pacto de poder com o Partido dos Trabalhadores.

O Presidente da República deixou claro que quer a participação do PMDB no Governo. O Partido está sendo, portanto, formalmente convidado a isso. Decidimos, Sr. Presidente, entre outras coisas, formar uma comissão dos Partidos aliados para discutir perspectivas e possibilidades de alianças nos Estados, com vistas às próximas eleições. E o Presidente determinou à sua equipe que ative um conselho político que será um dos fóruns das grandes discussões de governo.

Estamos aprofundando esse acordo com base nas afinidades das propostas do Governo Lula e da nossa linha programática. O PMDB conhece suas responsabilidades e está sintonizado com a mudança de paradigma que precisa se realizar. O Partido tem sugerido caminhos e alinhado propostas. E foi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por iniciativa de nosso Partido, o PMDB, que proposições nossas viraram realidade, como o Refis II, a renegociação das dívidas agrícolas, a unificação dos programas sociais e a desoneração dos produtos da cesta básica no novo modelo tributário, entre outras idéias.

Aliás, Sr. Presidente, sobre esta reforma, deveríamos aproveitar o momento para avançar com as mudanças que instituam, por exemplo, regras de transição para questões fundamentais, como a cobrança dos impostos no destino e não na origem.

Nosso Partido tem demonstrado responsabilidade com o País, possui um compromisso histórico de batalhar pela melhoria da vida da sociedade brasileira, em todos os campos de atuação. São ações nas áreas do combate à criminalidade, melhoria na saúde, educação, na luta pela reforma política, na defesa intransigente da geração de emprego e do crescimento econômico, na busca constante da modernização do País e de suas instituições, na superação da fome e da miséria.

Vamos dividir responsabilidades de governo, participar de decisões, ajudar a definir políticas públicas. Esta é a vontade do Partido e do Presidente Lula, manifestada reiteradamente no encontro de hoje.

O que está em jogo não é apenas o apoio de nosso Partido no Congresso. Não se trata de ocupar Ministérios somente. Estamos empenhados, volto a dizer, em aprofundar um pacto estratégico com o PT.

Este pacto vai produzir uma aliança duradoura, definitiva e confiável para o País.

Enfatizamos ao Presidente Lula que o PMDB não pretende substituir ninguém. Não queremos antecipar de forma nenhuma mudanças na equipe do Governo. O ideal é que o PMDB vá para o Governo no bojo de uma ampla reforma. Mas apenas no momento certo.

Na política, há **timing** para tudo. Principalmente para a mudança. Quando ela acontecer, o PMDB ocupará um espaço correspondente ao seu peso político e ao seu tamanho. O árbitro será como tem sido o Presidente Lula; quando chegar a hora vamos emprestar nossos melhores quadros, nossa massa crítica, nossa cultura de gestão.

Nosso Partido reafirma o seu compromisso com a governabilidade. Estamos dispostos a ajudar o País. A hora é de transparência, de jogo aberto, de discussão limpa, de construção, de operar em conjunto mudanças e transformações.

O PMDB, mesmo sendo hoje o maior Partido do País, tem crescido a cada dia. Somos a segunda maior Bancada na Câmara dos Deputados, continuamos a ser, revelam as últimas pesquisas realizadas no Brasil, junto com o PT, a instituição partidária de maior prestígio da população e o de maior capilaridade nacional. Estamos em todos os Municípios, temos o maior número de Vereadores, de Prefeitos, de Deputados Estaduais, de Governadores e de Senadores. Estamos nos grandes Municípios, nas grandes metrópoles e também nos grotões. Não somos um Partido nem paulista, nem nordestino, nem nortista, nem sulista, nem carioca, nem mineiro. Somos um Partido nacional, na origem e nos votos, e alternamos as lideranças em regiões, Estados e cidades do País.

Como Líder, devo exprimir essa vontade majoritária da Bancada e viabilizar os entendimentos que permitam o apoio às mudanças necessárias e à reconstrução do PMDB.

O PMDB se inspira em lições democráticas e desenvolvimentistas deixadas por Juscelino Kubitschek, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela e por milhões de militantes anônimos espalhados por todo o País.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres. Em seguida, terá a palavra o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas deixo registrada a observação do fato de a Mesa, lamentavelmente, ter me preterido duas vezes hoje. Eu havia pedido a inscrição para falar por cinco minutos, antes da Ordem do Dia. Consideraram-me inscrito e não me cederam a palavra. Logo após, na Presidência do Senador Efraim Moraes, S. Ex^a me assegurou a palavra como primeiro orador, pela Liderança do PDT, após a Ordem do Dia. Lamentavelmente, fui preterido pela segunda vez.

É claro que me dou por satisfeito diante da palavra do nobre Senador, há poucos instantes, mas faço questão de deixar registrado esse fato.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Almeida Lima, a Assessoria da Mesa me informa que V. Ex^a estava inscrito para usar da palavra após a Ordem do Dia. Antes de V. Ex^a, estava inscrito o Senador Renan Calheiros. De acordo com a sistemática aqui adotada, estamos intercalando para atender a todos os Senadores: falará um Líder e um Senador inscrito, a fim de evitarmos, de qualquer maneira, que sejam preteridos na ordem de inscrição. Assim, V. Ex^a terá a palavra em seguida ao Senador Demóstenes Torres, primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

“Por fogo, ferro, água, calma e frio,
Deixa intentado a humana geração.
Mísera sorte, estranha condição”.

Luís de Camões.

O antropólogo Darcy Ribeiro, um dos mais brilhantes Senadores da história deste País, ensinou que o “cunhadismo” foi a instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro. Tradição da cultura indígena, o costume consistia em incorporar pessoas estranhas como parente, a partir do casamento. Por intermédio desse laço de afinidade, o europeu, degredado ou naufrago, valeu-se de inúmeros conúbios para formar a reserva de mão-de-obra utilizada nos primeiros anos da aventura colonial e criar, segundo Darcy Ribeiro, “a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil”.

O Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, certamente

se inspirou no “cunhadismo” para expressar os valores patrimonialistas do seu estilo de administrar o Brasil. Enquanto no costume tupi o tabu do casamento operava a relação de parentesco, na Lulalândia a fidelidade ao Partido dos Trabalhadores é o passaporte ao confortável habitáculo do poder.

De acordo com os números apresentados pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genóino, ao Jornal o **Estado de S.Paulo** do último domingo, os filiados à agremiação partidária receberam, a título de prebendas, 70% dos cargos da administração da União, ou seja, 15,4 mil funções de confiança. A generosidade petista consagra o maior espetáculo de distribuição de indulgências de que se tem notícia neste País. No varejão dos DASs são esposadas formas tacanhas e escancaradas de nepotismo e fisiologismo, além da promoção de dança das cadeiras para se praticar a perseguição política, como ocorreu com o Diretor da Fundação Nacional de Saúde, Antônio Carlos de Andrade, exonerado do cargo em retaliação ao voto de sua mulher, a Deputada Maria José Maninha, do PT do Distrito Federal, contrária à Reforma da Previdência.

Há algo de inercial neste Governo e as causas residem na idéia de apropriação do poder empregada no estilo petista de governar. A ideologia de subordinação do País a uma elite sindical está premiando a politização dos cargos em favor do PT e aliados, e conferindo tratamento de segunda classe a pessoas de reconhecida competência, conforme terei oportunidade de relatar. O interessante é que o Dr. José Genóino não considera defeso o parcelamento politiquero dos cargos comissionados e justifica que a conduta expressa a mudança que o eleitor garantiu nas urnas. Já o Ministro Humberto Costa abraça o cinismo para prescrever que as dádivas do poder fazem bem à saúde política do Estado e assim determinou: “Temos de ter em nossos quadros pessoas que estejam bem identificadas com nossas posições”. Depois aduziu com certo senso de universalidade: “Isso é a coisa mais normal do mundo. Qualquer Governo faz isso”.

Gostaria de registrar a sinceridade com que o eminente Senador do PT, Eduardo Suplicy, tratou a central de difusão de sinecuras instalada no Palácio do Planalto pelo Ministro José Dirceu: “Percebo que o Ministro Chefe da Casa Civil está assoberbado demais com essa coisa de nomear e desnomear (sic) e não sobra tempo para reflexões sobre quais as melhores políticas deviam dar a velocidade de que o Governo Lula precisa”. O brilhante Senador de São Paulo mos-

trou-se envergonhado com a conduta do Governo do Partido dos Trabalhadores de adotar critérios políticos para o provimento dos cargos comissionados e, com muita oportunidade, convidou o seu partido a observar as lições da decência, e assim pronunciou: “Não me sinto bem de ver um Governo que fica com esse tipo de procedimento. Não acho saudável e o PT era crítico dessa forma de agir”.

Senhor Presidente, o gerenciamento incompetente, causado pela interferência política em atividades essencialmente técnicas, conseguiu promover o desmantelo do Instituto Nacional do Câncer (Inca), um dos maiores centros de excelência da América Latina na área de oncologia, localizado no Rio de Janeiro. Por conta da administração estabaneada, a unidade de saúde passou a conhecer a falta de gaze, gesso e analgésico. Por conta da ingerência mesquinha de pessoas habituadas a administrar painéis em porta de hospital por “mais verbas para a saúde”, mas absolutamente incapazes de gerir uma unidade de alta complexidade, todo o corpo técnico do Inca pediu exoneração e produziu o primeiro escândalo da era Lula.

Aliás, parece que o Ministério da Saúde segue o receituário stalinista de administração do Estado, com a remoção de adversários, imposição de censura e boicote a opiniões descontentes. O doutor Humberto Costa, inclusive, montou o próprio politburo. Das 27 coordenadorias regionais da Fundação Nacional de Saúde, 13 são comandadas pelo PT. Observem que o Ministro está promovendo uma espécie de limpeza política com a finalidade de assegurar homogeneidade fisiológica das instituições e obscurecer a transparência administrativa. Ontem, pediram demissão nove dos dez integrantes da Câmara Técnica de Medicamentos, órgão do Ministério da Saúde encarregado de emitir parecer técnico, inclusive de caráter terminativo, sobre a venda de novos medicamentos no Brasil. Trata-se de um corpo consultivo de gabarito acadêmico internacional, indicado pela comunidade científica brasileira e que não recebia remuneração. Pois o Ministro tanto espezinhou os técnicos, com interferência maldosa nas suas prerrogativas, que eles decidiram renunciar aos cargos. O País, que já se constitui no segundo maior consumidor de medicamentos do mundo, onde farmácia tem apelo publicitário de **shopping center**, vai ser totalmente entregue à empurroterapia da indústria farmacêutica, porque pessoas como o infectologista Roberto Badaró e a médica farmacologista Regina Scioletto não pertencem à confraria do Partido dos Trabalhadores, perdão, “partido dos tributos”.*

Para conseguir agasalhar sob o seu guarda-chuva todos os apaniguados, o Ministro tratou de revogar um decreto que proibia o preenchimento político de cargos de direção na Fundação Nacional de Saúde e estabelecia que as funções de confiança seriam ocupadas por funcionários de carreira da instituição e com comprovada experiência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, isto é uma inversão ética inaceitável e, acredito, derivada da falta de legitimidade do Dr. Humberto Costa. O Sr. Ministro da Saúde faz parte da quota de compensação dos políticos derrotados nas últimas eleições em Pernambuco. Candidatou-se a Governador pelo PT, perdeu, mas ganhou assento na Esplanada. Na terra natal do Presidente Lula, os 14 maiores cargos do Governo Federal foram distribuídos com finalidade de contemplar petistas e aliados que tiveram indisposição com as urnas. Na quota de benemerência estatal entraram candidatos derrotados a Governador, Senador, Deputado Federal e até à Assembléia Legislativa.

Os integrantes do Governo Lula, que desde a fundação do Partido dos Trabalhadores ostentavam verniz ético cintilante, agora no poder revelam que o brio era apenas cosmético. Conforme noticiou reportagem publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último domingo, o nepotismo grassa no primeiro escalão do Palácio do Planalto. As respectivas esposas dos Ministros da Fazenda, da Casa Civil, da Previdência e do Presidente da Câmara dos Deputados ocupam cargos em Brasília. Não são nomeações irregulares, se analisadas sob o ponto de vista da legalidade, mas tramam contra a moralidade que o Presidente Lula garantiu na Carta ao Povo Brasileiro.

Era de se esperar que o Governo Lula tivesse um encontro marcado com a comunidade acadêmica do País para o desenvolvimento da pesquisa e de alternativas tecnológicas que garantiriam a grandeza do Brasil. Não é exatamente o que está ocorrendo no Ministério da Ciência e Tecnologia, comandado por Roberto Amaral. O Ministro tem sido destinatário de críticas procedentes por estar promovendo o desmonte da Pasta.

O Governo Lula, que até a última semana de agosto não havia apresentado um plano de segurança para o País, finalmente mostrou que a tranquilidade pública tem importância quase nenhuma. De acordo com a proposta orçamentária apresentada, o Fundo Nacional de Segurança Pública vai sofrer um corte de 12%. Certamente o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, adiou por um ano a intenção espetacular de transformar a Polícia Federal no FBI brasileiro.

ro. O orçamento da instituição foi mutilado em 6,7%. Infelizmente, é preciso reconhecer que a elite policial do País permanecerá inadimplente com as contas de água, energia elétrica e telefone.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa abriga vários ex-Governadores que podem corroborar comigo que os Estados não têm força para realizar sozinhos o serviço de proteção ao cidadão. O Fundo Nacional de Segurança Pública, para cumprir com as necessidades básicas de manutenção do equipamento policial e de modernização, deveria ter uma soma conservadora de R\$2,2 bilhões ou cinco vezes mais o valor autorizado no orçamento. O Ministro Márcio Thomaz Bastos pode ter a certeza de que o Senado estará empenhado em aprovar emendas parlamentares para recompor as perdas, embora tenha obedecido a voto de silêncio sobre a ceifa orçamentária. Naturalmente que o Dr. Márcio Thomaz Bastos não pode estar satisfeito com a retirada de R\$17 milhões do Departamento Penitenciário Nacional.

Sr. Presidente, acredito que o papel do Senado, durante a discussão do Orçamento, será um pouco mais complexo na definição das emendas a serem incluídas na rubrica da segurança pública porque, até agora, como não existem políticas definidas para o setor, também não se sabe o que é prioridade. O Governo Lula, até o momento, não conseguiu delinear os investimentos para este ano. Dos mais de R\$404 milhões autorizados ao Fundo Nacional de Segurança Pública, foram executados pouco mais de R\$5 milhões.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desenhou alguns cenários e projetou dados catastróficos, mas realistas, para os próximos quatro anos. Em uma das hipóteses foram consideradas as condições vigentes de estagnação de renda, manutenção das desigualdades e dos gastos com segurança pública. Confirmado o quadro, o índice de homicídios na cidade do Rio de Janeiro subiria dos atuais 66,6 por grupo de 100 mil pessoas para 106,6. Ou seja, um incremento de 62%. Conforme aponta a pesquisa, os indicadores apenas cairão se houver a conjugação de diminuição da desigualdade em 2% ao ano, aumento da renda per capita em 4% e incremento nos investimentos em segurança pública de 10%.

O Brasil, de acordo com o Ipea, ocupa o primeiro lugar entre as nações quando os indicadores sociais aferem o número de homicídios provocados por perfuração causada por arma de fogo. A taxa no País

é de 73,6%, enquanto nos Estados Unidos é de 43%. No Brasil, o índice médio de crescimento dos homicídios é de 5,6% ao ano.

Para se ter noção do que isso significa, em 1981, as vítimas da modalidade criminosa somaram 15.486 e, em 1999, o número chegou a 41.714. Em geral, são pessoas do sexo masculino, de baixa instrução e jovens. Nessas duas décadas, a taxa do delito cresceu 108%, no segmento de 20 para 29 anos. Já no intervalo entre 10 e 19 anos, houve um incremento de 212%. Mais da metade dos óbitos registrados no Sistema Único de Saúde são de crianças e adolescentes vítimas de homicídio.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos, mesmo ante números impressionantes, não reage para reverter esse conjunto de condições favoráveis à banalização da violência. Infelizmente, prefere flutuar na celebração de convênios e na participação em tertúlias.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, como Líder do PDT, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu pediria que, no momento oportuno, me inscrevesse para falar pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será o quarto inscrito pela liderança.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda a Nação tomou conhecimento da entrevista concedida à revista *Veja*, última edição, páginas amarelas, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa.

Por todo o teor dessa entrevista, quero, na oportunidade, homenagear S. Ex^a pelas palavras, pelo acerto e, sobretudo, pela oportunidade. Melhor não poderia ter existido. Precisamos ver mesmo, neste instante, em que discutimos questões institucionais, personalidades da estatura do Presidente da mais alta Corte de Justiça deste País se pronunciar. Melhor até por não exercer um cargo político-eleitoral-parti-

dário. Melhor por estar exatamente no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Quero, por outro lado, lamentar a tentativa do Executivo, do Governo da União, sobretudo do Ministro José Dirceu, em desacreditar, em desautorizar, essa entrevista, como fez na manhã de hoje, no **Bom Dia, Brasil**, mostrando que S. Ex^a o Presidente do Supremo Tribunal Federal, concordando com a pergunta que lhe foi dirigida, se expressar afirmando que ele poderia estar impedido de julgamentos naquela Corte, quando diretamente envolvesse interesses da União. Nada mais estapafúrdio! Nada mais contrário ao ordenamento jurídico brasileiro! Não há qualquer entendimento constitucional ou infraconstitucional do Ministro do Supremo Tribunal Federal estabelecer qualquer declaração, com o caráter que teve ao conceder a entrevista à revista **Veja**, última edição. Nada mais oportuno, quando afirmou:

Lula deve ao País e aos seus eleitores uma explicação mais honesta a respeito da agenda adotada. Será que ele fazia aqueles discursos durante a campanha para alcançar o poder e depois mudar de opinião ou foi a realidade do poder que o transformou?

E mais:

O Governo tem dois pólos que atuam como czares. O Presidente Lula flutua no meio dos dois, viajando para o exterior, mais do que FHC, e fazendo discursos Brasil afora, modulando o tom de acordo com os locais onde está.

Quando Sua Excelência o Presidente da República entende possuir autoridade moral e política para afirmar que o Judiciário é uma caixa preta, ele autoriza politicamente o Presidente do Supremo Tribunal Federal a fazer declarações tais. O contrário é entender que o Executivo, como Poder da República, é superior aos dois outros Poderes, quando sabemos – e aqui já tive oportunidade de afirmar por diversas vezes – não apenas pelo que consta da Constituição Federal, a independência e a harmonia entre os Poderes e mais a sua condição igualitária. O Estado foi concebido com a divisão de Poderes, para que apenas um senhor não abraçasse todos os Poderes do Estado, transformando-se em um verdadeiro tirano.

Minhas homenagens ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Digo mais: impedir o Ministro de julgar é, na verdade, uma postura petulante; é uma ar-

rogância. Trata-se mesmo de uma empáfia, o que não podemos admitir. Censurar o Presidente do Supremo Tribunal Federal é uma atitude que merece ser repudiada por todos nós. Ontem, houve um procedimento idêntico. Hoje, ocorreu o procedimento que acabo de relatar. Amanhã, serão tantos outros. Todos nós que integramos os Poderes da República não podemos, de forma omissa, nos calar. para que não haja tumulto institucional. É preciso que os membros dos Três Poderes sejam devidamente respeitados.

Chegou-se ao ponto de, em uma referência ao Senador Eduardo Suplicy, que estabeleceu a concordância pela linha de raciocínio, que mostrou inclusive não concordar com a divisão que se faz dos cargos do atual Governo, afirmar que se o Senador tivesse realizado esse tipo de discurso durante a campanha eleitoral não teria sido eleito. Na verdade, não teria sido eleito o atual Presidente, se tivesse, ao longo da campanha, afirmado que faria o que faz nos dias de hoje.

Portanto, quero transmitir o nosso repúdio a esse tipo de declaração que chega ao absurdo de, entendendo representar a sociedade brasileira, afirmar que a sociedade discordou das palavras do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Não pode falar pela Nação quando afirma que apenas um Senador concordou, pois está extremamente enganado S. Ex^a, o Ministro-Chefe da Casa Civil. As palavras do Presidente do Supremo Tribunal Federal tiveram toda a minha concordância por eu entender oportuna sua manifestação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar o tempo que me resta para abordar um segundo assunto que hoje já foi objeto de pronunciamento do Senador César Borges, da Bahia, quando se reportou ao que faz a Controladoria-Geral da União, na pessoa do Ministro Waldir Pires. É um absurdo o que acontece no País, Sr. Presidente. E aqui fala um cidadão, hoje Senador e que foi Prefeito de uma Capital, Aracaju. Sinto-me plenamente à vontade para fazer essa crítica, porque não tenho passado indigno no Executivo, pois lá nenhuma das minhas mais de 20 mil despesas individuais foi rechaçada pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público e, muito menos, pelo Poder Legislativo Municipal. Falo sem amargura de passado. Falo com a autoridade de quem zelou pelos recursos públicos e de quem não teme fiscalização em sua vida pública, nem como Parlamentar, nem como Executivo. O que faz hoje,

Sr. Presidente, deixa invejosas aquelas horrorosas, seja a Comissão-Geral de Inquérito que, no meu Estado, instalava-se nas dependências da Marinha, no período da ditadura militar, para aterrorizar políticos, para maltratar e massacrar aqueles que faziam oposição.

Ainda hoje conversei com uma Prefeita de um Município do Estado de Sergipe que recebeu há mais de sessenta dias dez auditores. Numa cidade pequenina – acredito não possuir sequer dez mil habitantes – dez auditores passaram pouco mais de dez dias na pequena prefeitura. Chegaram em caravanas, com carros vistosos para chamar a atenção de uma população pequenina, urbana, levando a reboque o Sistema Globo de Rádio e Televisão, pela sua associada no Estado de Sergipe, como se fosse uma ação planejada para estabelecer escândalo, gerar descrédito e desmorte moral, como se essa fosse uma estratégia para desestabilizar lideranças políticas do interior do País, visando as eleições municipais do próximo ano.

Digo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque, mais de sessenta dias depois, nenhum relatório conclusivo foi encaminhado àquela municipalidade, dando conta do resultado da auditoria procedida, como se estivessem guardando informações na manga, no bolso do colete, na gaveta, para publicá-las no próximo ano, no período eleitoral, para cumprir o objetivo da eleição de mais de dois mil prefeitos em nosso País. Esse episódio precisa ser denunciado. Promoveram inclusive auditorias onde não têm competência para tanto, embora já possuam competência restrita vinculada aos recursos da União, tendo em vista que, em relação aos recursos estaduais, já possuem a Câmara Municipal de Vereadores e o Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso denunciar de forma permanente esse tipo de comportamento, pois não visam limpar a vida pública brasileira. Esse comportamento não visa limpar o Poder Executivo de suas mazelas, dos seus atos conhecidos de corrupção, não visa dar uma contribuição, uma vida ético-moral à Administração Pública brasileira, visam, sim, o desmorte moral de cidadãos que eventualmente estão ocupando o cargo de prefeito. Qual o Município brasileiro que não possui oposição, por menor que seja? E quando, no Município pequeno, chegam carros e mais carros com dez auditores para mais de uma semana de atividades, que entram na

prefeitura e a vasculham, saem pela cidade de escola em escola, interrogando diretoras, professoras, merendeiras, vão à despensa e ao almoxarifado para contar os quilos de açúcar, farinha de trigo e milho? Pois assim foi feito no Município de Cumbe, Estado de Sergipe, e em tantos outros Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma posição indigna, que deve merecer repulsa. O que defendemos é que o País consiga de uma vez por todas eliminar este grande mal, esse cancro, esse câncer da vida pública: a corrupção. Repito que exerci por duas vezes cargo executivo público e não trago nenhuma mácula. Mas é preciso que o cidadão seja considerado honesto, correto, sério, até que se prove o contrário. Não se pode admitir que uma auditoria promova esse tipo de investigação e permaneça dois, três ou quatro meses sem um relatório conclusivo, como se estivesse guardando informações para o momento propício da campanha política. É isso que precisa ser denunciado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Chega de a classe política estar nas mãos, em alguns Estados, de conselheiros de tribunais de contas, em outros, nas mãos de promotores do Ministério Público, de juízes e agora de membros do Executivo que aguardam o momento oportuno para dar o bote. Não é justo com o cidadão que está à frente do Executivo. Se há algum fato para condená-lo, que se promova a sentença condenatória, dando a esse cidadão o direito de defesa e não omitindo as informações.

Ouçó com prazer V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, todo o País está a ouvi-lo. Estamos diante dessa grande injustiça. De chofre aumentaram o número de secretarias ligadas ao Presidente da República, no âmbito ministerial. Todos nós presenciamos o Presidente Fernando Collor de Melo reduzir o número de Ministérios para 12. Depois, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, voltou para 16, 17, e atualmente são quase 40 Ministérios, o que contradiz o bom senso administrativo. Está no livro “Reinventando o Governo”, de Ted Gaebler* e David Osborne*, que o Governo não deve ser como um transatlântico, porque ele afunda; deve ser pequeno como um learjet. Essa Controladoria é um atestado de inutilidade; nasceu para fazer crescer as possibilidades de o PT ter governos municipais. As instituições estão aí. Este

País tem 503 anos. Houve Governadores-Gerais e República; antes, tivemos Império e, agora, a Nova República, a redemocratização. Ele é organizado, pois possui os instrumentos e as instituições. Qual é o Estado que não possui Ministério Público Estadual? Qual é o Estado que não possui Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Câmara Municipal, Poder Legislativo? Então, já há muitas instâncias. Eu me solidarizo também com a análise de V. Exª em relação ao respeito que devemos ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Eu o reputo um dos homens com uma coragem ímpar. Eu sofri injustiças, mas, enquanto S. Exª esteve no TSE, não tiveram a coragem de sujar as mãos em nome da justiça, para nos afastar do Governo que o povo nos deu e nos devolveu com esta tribuna.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Mão Santa. Abordarei este tema novamente, inclusive o assunto tratado por V. Exª ao final de sua intervenção, pois considero importante a divisão dos Poderes e creio que um não deve interferir na competência do outro, e vice-versa.

Atesto também que a obra citada por V. Exª – **Reinventado o Governo**, dos americanos Ted Gaebler e David Osborne – foi meu livro de cabeceira quando Prefeito de Aracaju, pela clareza, pela maneira a mais correta possível de considerar o serviço público, o Estado como instrumento que deve apenas prestar serviços à coletividade.

Concluo o pronunciamento, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de V. Exª quanto ao tempo, que necessariamente tive de extrapolar. E espero que essa mesma Controladoria-Geral da União não proceda dessa forma – que rechaço e da qual discordo – quando investigadas as administrações do Partido dos Trabalhadores. Ouçam V. Exªs! Acredito que terei a oportunidade de, muito em breve, trazer para esta tribuna, para estes microfones e para toda a sociedade brasileira fatos que deixarão os senhores e as senhoras horrorizados diante do modo petista de governar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, ora-dor inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã será um dia de grande expectativa para a população do meu Estado de Rondônia. Teremos a terceira rodada de conversações com a Ministra do Meio Ambiente, Srª Marina Silva, ex-colega desta Casa, sobre o zoneamento agroecológico e econômico do nosso Estado.

Noventa mil produtores rurais estão apreensivos, praticamente há três anos, com a medida provisória editada pelo governo anterior. Trinta anos depois que o Incra distribuiu as terras para o nosso povo, para os nossos produtores, dizendo que, naquela época, poderiam se utilizar 50% das terras e preservar, como reserva legal, 50%, veio uma medida provisória dizer que nada daquilo valia mais, que se mudavam as regras do jogo e que apenas 20% das terras poderiam ser utilizadas pelos nossos agricultores, preservando-se 80% delas.

Isso trouxe um prejuízo muito grande para o nosso povo. O Basa (Banco da Amazônia), por exemplo, que, ano a ano, vinha investindo em torno de R\$80 milhões a R\$90 milhões, às vezes, até R\$100 milhões, parou de investir. Os produtores passaram a ter de averbar 80% das suas terras para o Ibama, sob pena de não conseguirem seus pequenos financiamentos para a produção agrícola. Rondônia já vem amargando esse prejuízo em torno de três anos.

A nossa Bancada Federal – três Senadores e oito Deputados Federais –, o Governo do nosso Estado, a Assembléia Legislativa, a Associação dos Prefeitos, a Associação dos Vereadores, toda a classe política de Rondônia entregou uma proposta, há aproximadamente 50 ou 60 dias, para a Ministra do Meio Ambiente, com o compromisso de uma resposta em 15 dias. A resposta não saiu nem em 15 dias, nem em 20 dias, nem em 30 dias, mas a estamos aguardando pacientemente. Amanhã, se Deus quiser, creio que será a última rodada de negociações sobre esse tema e espero contar com a sensibilidade da Ministra do Meio Ambiente em dar uma resposta positiva à nossa proposta.

Rondônia tem o primeiro zoneamento da República. É o único Estado do Brasil que gastou US\$20 milhões para elaborar um zoneamento agroecológico econômico, visando a preservação ambiental, mas, ao mesmo tempo, destinando áreas produtivas para o

nosso povo e para a subsistência dos nossos agricultores. O Governo Federal não aceitou esse zoneamento, em que se determinava a utilização de 80% das terras na Zona 1 e a preservação de 20% dessa área, compensando com a criação de reservas florestais. No meu Governo, foram criadas 48 áreas de reservas, totalizando mais de 5 milhões de hectares de terras, para compensar um pouco mais o uso na Zona 1, que congrega cerca de 50 mil pequenos e médios produtores rurais.

Portanto, Sr. Presidente, elaboramos uma proposta alternativa para o Governo Federal: a preservação de 30% das terras na Zona 1 – 1.1, menos do que toda a Zona 1 – e a utilização de 70%, com uma compensação nas reservas indígenas, nas reservas biológicas, nas reservas ecológicas e nas reservas extrativistas, somando mais de 60 reservas florestais em Rondônia. Ao final, haveria uma compensação de mais de 70%. Queremos apenas 30% da área territorial do Estado de Rondônia para o desenvolvimento da região, preservando 70%. Porém, pretende-se que as terras boas, onde estão assentados os nossos produtores, os nossos pecuaristas, sejam utilizadas um pouco mais. O zoneamento previa essa divisão, que será discutida amanhã em nossa proposta à Ministra do Meio Ambiente.

Registro que, amanhã, 90 mil produtores do Estado de Rondônia estarão na expectativa, aguardando ansiosamente a resposta da Ministra do Meio Ambiente. Conto com a sensibilidade da Ministra, de toda a sua equipe técnica e do Governo Federal. Espero que S. Ex^a dê resposta afirmativa a esse pleito tão justo dos nossos 90 mil produtores e, por que não dizer, de 1,5 milhão de habitantes do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, faço outro registro relativo a matéria lida hoje no jornal **A Tribuna do Brasil**, sobre um brasileiro naturalizado americano que trabalha na Embaixada do Brasil em Washington. O assunto tratado é o sofrimento dos brasileiros no exterior, as penúrias, as agruras dos que vivem fora do nosso País, sempre ameaçados, principalmente os que emigraram a fim de trabalhar, porque o Brasil, lamentavelmente, nos últimos tempos, não pôde oferecer emprego a todos os nossos cidadãos.

Atualmente, há uma corrida muito grande de brasileiros para outros países, à semelhança do passado, em que muitos europeus, americanos, asiáticos e cidadãos de outras nações vieram para o Brasil, que

sempre foi um país hospitaleiro, acolhendo milhares, para não dizer milhões, de estrangeiros em nossas terras.

Trago ao conhecimento desta Casa proposta endereçada ao Presidente da República sobre a adoção, pelo Brasil, de novas medidas legais que visem estimular a emigração de famílias oriundas de países com perfil de amigo, vítimas de ataque com armas de destruição em massa ou de catástrofes naturais de grande magnitude.

Trata-se de proposição de autoria do brasileiro Samuel Sales Saraiva, atualmente residente em Washington DC, certamente outro patriota, preocupado em proporcionar ao Brasil um novo gesto de repercussão internacional, a exemplo da repulsa formal ao terrorismo, cujo ato proporcionou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a condição de líder emergente, sob a égide da paz, da convivência e da cooperação pacífica entre os povos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho certeza de que nossas autoridades diplomáticas e a Presidência da República destinarão ao assunto, por meio de correspondência encaminhada através da nossa Embaixada em Washington, a merecida atenção. Com essa simpática promoção brasileira de estímulo a uma nova onda de emigração, que trouxe os europeus, já na época do Império, e os norte-americanos, após a guerra civil de 1860, o Brasil contará com mais essa colaboração.

O capital humano é de grande importância para o Brasil e, certamente, com o incremento proposto por Samuel Saraiva, auxiliará o nosso progresso social, econômico e científico.

Sr. Presidente, eu mesmo recebo apelos, pedidos de brasileiros que vivem nos Estados Unidos, no Japão, em Portugal, no Canadá, na Inglaterra e em outros países e estão em situação difícil. Quem sabe o gesto sugerido ao Governo brasileiro promova a complacência das autoridades de países estrangeiros com os nossos brasileiros que lá vivem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR VALDIR RAUPP EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do regimento Interno.)

Brasileiros no exterior

Samuel Sales Saralva - De Washington

Excelentíssimo Presidente Lula: Saint Exupéry registrou em "O Pequeno Príncipe" que "somos responsáveis por aqueles a quem cativamos". Quando eu também militava como oposicionista em tempos mais difíceis que estes, V. Exa. me cativou por sua desenvoltura, competência política, correção na defesa dos interesses dos trabalhadores e cristalizou nossas esperanças de melhores dias para o Brasil. Relembro sempre nosso memorável encontro tête-à-tête em Porto Velho em busca de estratégias para eleger um candidato da oposição ao Regime Militar. A recente carta de agradecimento dessa Presidência em alusão ao estudo legislativo para controle Judiciário que lhe submeti, carta onde se declara que as contribuições de tal relevância são bem-vindas, de par com meu interesse pessoal pelo sucesso de seu Governo nos planos interno e externo, garantia de continuidade administrativa num período subsequente, para o bem do povo, me anima a voltar com nova sugestão em busca desse desiderato, com destaque para o incremento de seu prestígio internacional, realçado quando ousou opor-se à guerra contra o Iraque, sem alinhamento automático à posição política americana, posição que lhe valeu grande destaque internacional. Presidente Lula, desportando inquestionável liderança emergente - sob a égide da paz e da cooperação pacífica entre os povos.

A idéia é simples: mostrar ao mundo a repulsa ao terrorismo mediante o oferecimento de ajuda humanitária a qualquer país atacado por terroristas, ou por Estado hostil, com armas de destruição em massa de qualquer espécie ou, ainda, atingido por catástrofe natural de grande magnitude. Tal ajuda consistiria em legislação, a partir de proposta do Governo ao Congresso, que facilitasse a emigração para o Brasil de estrangeiros oriundos de países amigos. A insegurança, a insatisfação e o medo são forças capazes de provocar o êxodo de populações, como aconteceu após a guerra civil americana, quando onze estados sulistas deixaram a União em 1860-1861. Grande contingente de americanos emigrou rumo ao Brasil, particularmente São Paulo, fundando Americana, e até para Santarém (PA). Imigrantes com família bens sempre promovem o progresso, porque chegam com novos conhecimentos e o desejo de lançar raízes para um futuro de sucesso, com ideais libertários de grande alcance como aconteceu com os Estados Unidos.

O capital humano é de grande importância e a ele se deve o grande progresso científico dos EUA depois da Segunda Guerra Mundial, com a chegada de cientistas europeus e até indianos. Na atualidade,

renomados professores, inclusive britânicos, são atraídos aos EUA pelos melhores salários oferecidos. O ingresso de capitais humano e financeiro seria, pois, muito benéfico ao país.

Embora seja pouco provável que essa iniciativa política venha induzir emigração substancial de nacionais de países desenvolvidos - não havendo, portanto, risco de pressão demográfica no Brasil - ela teria o condão de gerar boa vontade dos ricos em face da mão estendida com dividendos para os brasileiros que se viram obrigados a emigrar em busca de novas oportunidades diante da penúria que lançou grande parte de nossa população abaixo da linha de pobreza. Nada mais trágico do que o trabalhador com família e desempregado. Toda liberdade política perde o sentido. Todo o tecido social é seriamente afetado. Esses brasileiros hoje ajudam os familiares que ficaram para trás e concorrem positivamente para aliviar-lhes a fome, contribuindo, do mesmo passo, para o equilíbrio das contas externas. São ingressos silenciosos, mas eficazes, que devem ser considerados aporte indispensável de nossos conterrâneos no exterior. Uma atitude política dessa ordem - o aceno de que existe um refúgio num país jovem, de extenso território, livre de cataclismos e de ódios raciais e religiosos, sem inimigos externos que desejem destruí-lo, democrático, de grande potencial, de vastos recursos hídricos e dono da maior reserva florestal primária do planeta - haveria de gerar mais boa vontade entre os que dominam o mundo econômico e no presente ditam as regras. Sabemos, com os olhos da fé e pelas lições da história, que o Brasil terá sua vez. É a lógica da ascensão e declínio das potências.

Mas uma iniciativa unilateral brasileira, agora e já, sem dúvida aceleraria a marcha dos acontecimentos, fomentaria e facilitaria no meio desses países amigos a correção das políticas migratórias em relação aos milhares de brasileiros que agonizam dia a dia sob o angustiante status da ilegalidade.

Um gesto de boa vontade política desse quilate, da parte do Governo de V. Exa., sobre dignificar nossa Nação, incentivaria a aplicação do Princípio da Reciprocidade, que é uma regra de ouro entre os estados soberanos.

Serviria também, a meu ver, se devidamente divulgada, para incentivar o turismo como consequência da atitude simpática, capaz de gerar confiança em nossa sincera hospitalidade. Um Brasil com visão humanitária globalista seria um dinamizador de boa vontade a atrair o interesse dos tradicionais países de todas as longitudes e latitudes, preferencialmente EUA, Alemanha, França, Reino Unido e

Itália, dentre outros de importância estratégica.

Uma proposta como a que sugiro, uma primeira idéia a ser lançada para aperfeiçoamento pelo debate com a sociedade nas casas do Congresso, burlada pelos muitos e renomados especialistas com que o Governo de V. Exa. conta, com o realce da sensibilidade e proverbial competência do MRE, talvez pudesse provocar no exterior, principalmente aqui nos EUA, reações capazes de aliviar as agruras de milhares de brasileiros - minha esperança maior - que vivem aqui na clandestinidade.

Ressalto a V. Exa. que condição legal de "Residente Permanente" neste país me exonera de qualquer suspeita de labor em causa própria, quando sua motivação básica é interesse pelos compatriotas ao desamparo da proteção do Estado - pior ainda, perseguido por ele - , interesse que se alimenta do dever moral que me inquieta o espírito, fonte de idéias capazes de aproximar mais os povos amigos, circunscrevendo sectarismos malevolentes que atrapalham ou bloqueiam sua melhor e mais proveitosa convivência para um destino feliz comum. A manifestação ostensiva de que o Brasil é um país hospitaleiro, cheio de boa vontade, aberto ao mundo, capaz de oferecer proteção aos desesperados em caso ataque terrorista, ou de qualquer forma, com armas de destruição em massa, ou vítima de catástrofe de grande magnitude, como a que ameaça São Francisco (Califórnia), haveria de render valiosos dividendos políticos e econômicos.

Na Comunidade de Nações, qualquer medida que atraia fortemente a atenção dos homens de boa vontade - e os há em quantidade, em todos os escalões do Poder - influencia positivamente as relações bi e multilaterais e resultam em sucesso para os diversos objetivos da política externa do país que a promove. No caso, o Brasil.

Alguns assessores poderiam de plano, descartar a sugestão como tolice. Imagine só, Presidente Lula, o que não ocorreria se um possível assessor desses tivesse ouvido o filho de um carpinteiro da Galiléia aconselhar há dois mil anos o golpeado a oferecer a outra face, dizendo-se também Filho de Deus e operando milagres, ou, para atualizar os fatos, visse um torneiro-mecânico, nordestino, no movimento sindical, manifestar a idéia de governar o País. Nada haveria de soar mais tolo ou absurdo. Entretanto, essa "tolice" ou "loucura", nas palavras de São Paulo, mudaram a história do mundo. E a história do torneiro-mecânico pernambucano irá mudar a história do Brasil, com certeza. É a esperança dos que acompanham suas lutas há anos e, de resto, de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB, para uma comunicação de interesse partidário, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul promove nesta semana a 26ª edição da Expointer. É a maior mostra agropecuária do sul e uma das mais importantes exposições do mundo.

Lá na cidade de Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, está o palco por onde desfilam nossas conquistas e o que de melhor produzimos no setor primário, que responde hoje por mais de 40% do PIB gaúcho.

Desde a abertura da Expointer, sábado, pelo Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues e pelo Governador Germano Rigotto, há um clima de otimismo na pecuária, onde as expectativas são positivas.

Diariamente, desfilam animais selecionados dos melhores plantéis gaúchos e de outros Estados, num total de 6.216 exemplares inscritos.

Para que V. Ex^{as} tenham idéia do que essa feira representa em números, a edição do ano passado recebeu seiscentos mil visitantes, com um movimento de vendas de três milhões e cem mil reais.

Para este ano, os números são ainda mais promissores e há boas razões para isso: os pecuaristas contam com mais recursos dos bancos e estão livres do fantasma da febre aftosa, que nos últimos três anos ameaçou a exposição.

Agora, a saída de animais do Rio Grande do Sul está livre da exigência de quarentena, e os criadores de fora estão comparecendo à feira, atraídos pela alta genética do rebanho gaúcho.

Mas em relação à agricultura, infelizmente o clima não é o mesmo. Apesar da produção recorde de grãos, a indefinição sobre a questão dos transgênicos preocupa os produtores rurais.

O Governador Rigotto e o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul, Carlos Speroto, estão fazendo um apelo para que o Governo Federal adote uma solução emergencial para a próxima safra, liberando as sementes de soja transgênica para o plantio no Estado.

E é preciso uma solução rápida para tranquilizar o agricultor. Os produtores gaúchos aguardam com ansiedade a visita do Presidente Lula nesta sexta-feira, quando, quem sabe, poderá levar na bagagem uma decisão para os transgênicos.

E sobre essa questão é interessante atentar para a declaração do Presidnete da Cotrel de Erechim, a maior cooperativa agrícola gaúcha, Sr. Luiz Antônio Piazzon. Ele afirmou, aqui em Brasília, que a entidade não interfere na escolha dos produtores nesse assunto. A decisão é pessoal, mas até agora nenhum dos produtores se interessou em comprar semente de soja convencional. O estoque da Cotrel dessa semente está sendo vendido no Paraná.

Há uma torcida, uma expectativa pela edição de uma medida provisória liberando o plantio, nem que seja mediante a rotulagem, o que, seguramente, aliviaria momentaneamente as tensões. Enquanto isso, o Governo poderia, com tranquilidade, elaborar e definir em projeto de lei a regulamentação da Biotecnologia e da Transgenia.

Em algumas regiões do Estado, temos informações de que sementes modificadas já estão sendo plantadas há mais de seis anos, sem prejuízo algum às outras lavouras. Pelo contrário, com a redução do uso de venenos, o meio ambiente tem-se recuperado, inclusive com o retorno de aves nos plantios e matas e cardumes de peixes nos rios próximos.

Seguramente, este assunto também deverá ter grande destaque na reunião da Comissão Mista do Mercosul, do Congresso Nacional, com a Comissão do Mercosul da Assembléia gaúcha, nesta quinta-feira, na cidade de Esteio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador, obrigado pela rapidez.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

Em seguida, ouviremos o Senador César Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Senador. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Tenho uma comunicação importante a fazer à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, respaldado no apoio de mais 33 Colegas nossos, estou apresentando requerimento que cria comissão parlamentar de inquérito com o objetivo de investigar os procedimentos em prática em órgãos públicos, como os adotados no Instituto Nacional do Câncer, referência nacional do tratamento do câncer, na Fundação Nacional de Saúde e na Anvisa. Ou seja, é uma CPI para que seja investigada a fundo a danosa prática do aparelhamento político do Estado por partidos políticos.

Tenho a impressão de que será uma grande contribuição que se dará para a Nação, para o processo democrático e para a lisura, na relação com a coisa pública, Sr. Presidente. São 34 assinaturas, obtidas em muito pouco tempo!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a autorizaria o Senador César Borges a falar rapidamente, como Líder do PFL? (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de dar início ao meu pronunciamento, gostaria de anunciar a presença da delegação do Líbano neste plenário.

Permita-me, Senador Romeu Tuma, mas, na verdade, V. Ex^a é quem deveria dar as boas-vindas à delegação libanesa, como Presidente em exercício do Senado Federal e também por sua origem, ligada às pessoas aqui presentes. Agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço sensibilizado a V. Ex^a pela amabilidade de poder saudar a comitiva libanesa que aqui se encontra: Embaixador Mohamad Issa, Secretário-Geral do Ministério dos Assuntos Estrangeiros do Líbano, Embaixador Ishaya El Khoury, Embaixador do Líbano em Brasília, nosso amigo – fico triste ao saber que V. Ex^a vai embora, não gostaria que tal acontecesse tão rápido –, Sr. Haitham Jomaa, Diretor-Geral dos Emigrados Libaneses, Conselheiro Youssef Sadaka, do Departamento de Assuntos Políticos e Consulares, Secretário Shawki Abou Nassar, Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e Sr. Ghassen Abdel Khalek, Secretário da Embaixada do Líbano, boas-vindas e saudação do Senado Federal a V. Ex^{as}.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra, V. Ex^a, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sejam bem-vindos os representantes do Líbano, Sr. Embaixador Ishaya El-Khoury, Dr. Mohamad Issa e os demais que os acompanham: Haitham Jomaa e Youssef Sadaka, Shawki Abou Nassar e Ghassen Abdel Khalek.

É uma satisfação saudá-los e registrar a proximidade crescente do Brasil com o Líbano. Estive presente em um almoço no Itamaraty oferecido ao Presidente do Líbano, ocasião em que o Presidente Lula e o Ministro de Relações Exteriores expressaram a vontade de o Presidente Lula visitar em breve aquele País, bem como alguns países do Oriente Médio e países árabes. Isso será muito importante.

Gostaria, nesta tarde, de esclarecer mais profundamente o teor de minhas declarações, dadas ontem ao chegar à sede nacional do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, para participar da reunião da Executiva Nacional. Inúmeros jornalistas estavam presentes e perguntaram-me a respeito da entrevista do Ministro Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Eles queriam saber o que eu pensava das palavras de S. Ex^a, que foram aqui objeto de comentário de diversos Senadores.

Penso que não há razão alguma para o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, estar estarelecido, conforme expressou hoje no **Bom Dia, Brasil**, com a minha opinião. Primeiro, porque, no que diz respeito à entrevista do Ministro Maurício Corrêa, o que mencionei como um fato que se constata é que José Dirceu e Antônio Palocci são os Ministros mais fortes, de maior importância política. Todos sabem disso.

Não estou de acordo com as palavras do Presidente do Supremo Tribunal Federal quando disse que o Presidente Lula estaria agindo de maneira muito diferente daquela que caracterizou toda a sua vida. Tenho acompanhado de perto o Presidente Lula e sou testemunha de inúmeros atos, de ações praticadas por Sua Excelência. Sei perfeitamente que continua sendo basicamente a mesma pessoa. Claro que hoje é uma pessoa muito reconhecida pela população brasileira, muito admirada e respeitada, inclusive no exterior, e por todos que têm acompanhado a sua extraordinária trajetória. Mas o Presidente Lula continua sendo basicamente a mesma pessoa, com seus ideais, objetivos e compromissos assumidos, e irá realizá-los.

Ainda tenho muito claros, em minha mente, as palavras e os procedimentos do Presidente Lula em inúmeras ocasiões. Por exemplo, na última sexta-feira, diante de milhares de pessoas, no 20º aniversário da Central Única dos Trabalhadores, Sua Excelência expôs a todos a forma tão simples de ser, colocando-se ali de igual para igual com todos os presentes, recordando os momentos de trajetória e de construção de seu sindicato e da Central Única dos Trabalhadores desde 1983, com seus companheiros Jair Meneguelli, Vicentinho, Egberto Navarro, Luiz Dulci, que irá assumir a presidência da CUT, e outros. Mencionou como se sente em casa ao lado de todos os companheiros, sendo como um irmão ou até, às vezes, como pai deles.

Achei muito significativa a expressão de Lula ao recordar os companheiros do início da CUT, como, por exemplo, o Batista, que, em 1983, havia organizado uma chapa apoiando Osmarzinho, quando Lula apoiava Jair Meneguelli. E Batista tinha feito uma espécie de aposta de que ganharia, mas, por mais de 92%, Jair Meneguelli venceu aquela primeira eleição para a presidência da CUT. E Lula afirmou que hoje estavam ambos, o Batista e Sua Excelência, no mesmo barco.

Portanto, isso me fez recordar como o Presidente Lula é a mesma pessoa, muito generosa, alguém que será capaz de hoje, na convivência com seus companheiros do Partido dos Trabalhadores, ter uma certa tolerância e generosidade, inclusive com aqueles que, por serem muito sinceros, acabam expressando opiniões que diferem da opinião do Governo, como no episódio da reforma da Previdência e da reforma tributária.

Mencionei também, a respeito do Ministro da Casa Civil, que são muitas as suas atribuições, como, por exemplo, acompanhar nestes dias a reforma da Previdência e a reforma tributária – todos pudemos acompanhar pelo noticiário o Ministro José Dirceu, ontem, dialogando com Governadores, com Deputados, com o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, com os mais diversos segmentos empresariais e de trabalhadores. Ao mesmo tempo, S. Exª tem em vista o problema da designação de cargos na imensa administração pública. Por vezes, tendo que examinar ao mesmo tempo problemas de política tributária, previdenciária e a questão das nomeações, S. Exª fica tão atribulado que nem sempre tem tempo para tomar decisões que considero da maior relevância como, por exemplo, a já anunciada – e que apóio integralmente – de racionalização, unificação e coordenação dos programas de transferência de renda.

Tive a oportunidade de conversar, há pouco mais de um mês, com o Ministro José Dirceu. Chamei a atenção de S. Exª para o quão importante é o desenho do programa de transferência de renda que vai resultar dessa unificação. É preciso que seja adequado e que leve em consideração todo o acúmulo de conhecimento, de reflexões, para que possamos evitar os chamados fenômenos da armadilha do desemprego, da pobreza e outros.

Caro amigo, Ministro José Dirceu, falo da maneira mais calorosa, amiga e construtiva. Ajo assim também em relação ao Presidente Lula. No que diz respeito a alguns episódios de nomeação, observei que, quando uma pessoa é designada pelos critérios que o Presidente Lula sempre tem afirmado como o da idoneidade – fundamental –, capacidade, conhecimento, experiência adquirida e acumulada, e mais, afinidade com os objetivos do Presidente, com seu programa de Governo, uma vez a pessoa escolhida, atendendo a tais critérios, pode estar ali, imagino, trabalhando muito bem. Se porventura um parlamentar ou um segmento político estiver agindo de forma a não agradar o Governo ou no caso uma parlamentar que resolveu se abster, então a pessoa com afinidade com Sua Excelência, por causa disso, será ou foi exonerada? Isso me soou estranho. Construtivamente, avalio que posso dizer essas coisas, mas não precisa o Ministro ficar estarecido por eu ter expressado essa opinião. Eu o faço como seu amigo, como seu companheiro, querendo que o Governo do Presidente Lula seja o melhor possível.

O Ministro também comentou a referência que fiz ao Governo do Primeiro-Ministro Tony Blair, do Reino Unido. O Presidente Lula esteve recentemente visitando o Reino Unido e quando da sua entrevista no **Fantástico** mencionou quatro Chefes de Estado com os quais havia tido conhecimento pessoal e nutria muito respeito por todos. Ora, o Primeiro-Ministro Tony Blair é hoje muito respeitado e um dos estadistas de maior relevo no concerto das nações embora no Parlamento do Reino Unido haja pessoas que, sendo do seu partido, por vezes tecem críticas severas a ele, em pontos tais como o envolvimento do Governo do Reino Unido na guerra do Iraque, justamente um ponto em que nós do Partido dos Trabalhadores estamos de acordo: todos fomos críticos ao envolvimento do Governo dos Estados Unidos e do Reino Unido na guerra.

O Ministro José Dirceu comentou hoje no **Bom Dia, Brasil** que os Ministros do Governo Tony Blair que, porventura, discordaram dele no que diz respeito ao envolvimento da guerra saíram do Governo e fo-

ram para o Parlamento, onde expressaram sua opinião crítica das ações do Governo e nem por isso foram expulsos do **Labor Party**. Esse é o ponto que eu quis relevar. Acho perfeitamente adequado que haja um pouco de tolerância com respeito a isso.

Recentemente, na última reunião que tivemos com os companheiros de Bancada – amanhã teremos outra com o Presidente José Genoíno –, recomendei – essas coisas podemos falar com muita sinceridade e franqueza – ao nosso Líder Tião Viana – e recomendo ao Presidente Lula e ao Ministro José Dirceu – que assistissem ao filme denominado **O filho**, um filme belga que ganhou um prêmio.

Senador Ney Suassuna, darei o aparte a V. Ex^a, apenas deixe-me contar este episódio que é relevante para aquilo que estou querendo ilustrar. Acredito que os nossos visitantes do Líbano poderão compreender o sentido dessa história que vale para toda a humanidade.

Esse filme premiado em Cannes, feito por um diretor belga, trata da história de um marceneiro muito hábil que sabia de tudo o que fazer com as madeiras e dava oportunidades a alguns estagiários para aprender. Por alguma razão muito especial, ele resolveu dar uma oportunidade a um estagiário que havia estado preso por cinco anos numa instituição como a nossa Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), um rapaz de dezesseis anos que, começando a trabalhar com o marceneiro, ficou admirado com a sua habilidade e com o conhecimento que tinha de tudo sobre a madeira. Tãmanha foi a admiração e a afinidade que surgiram da experiência de cooperação entre ambos que o rapaz chegou a convidá-lo, Presidente Romeu Tuma, para ser o seu tutor.

E eis que mais e mais continuava a se afirmar aquela afinidade, mas um dia, por uma razão especial, o marceneiro convidou o rapaz para fazer uma viagem e buscar umas madeiras num lugar longínquo, a uns 80 quilômetros. Na verdade, acredito que ele queria uma oportunidade para conversar mais aprofundadamente. Perguntou ao rapaz, enquanto guiava sua caminhonete na viagem, o motivo pelo qual tinha sido preso. O rapaz respondeu que, quando tinha 11 anos, resolveu roubar o rádio de um automóvel. Ele perguntou por que teria ficado 5 anos preso só porque roubou o rádio de um automóvel menino ainda. Mas o rapaz disse que também houve uma morte: quando tirou o rádio do carro, de repente, um menino no banco de trás começou a gritar, e ele não teve alternativa senão asfixiá-lo. Daí prosseguiram e foram à marcenaria de um irmão, já num lugar ermo, junto a uma floresta. Continuaram os dois a trabalhar, o marceneiro mos-

trou como deveria carregar as madeiras e ensinou tudo ao rapaz. Eis que, a certa altura, o marceneiro diz para ele que o menino que o rapaz havia matado era o filho dele. O rapaz ficou tão desesperado que saiu correndo, certo de que o marceneiro poderia até matá-lo. O marceneiro grita para que ele espere, pois não iria bater nele, mas o rapaz vai embora correndo; e ele, embora mais velho, porém forte, sai correndo em busca do rapaz e já, em meio à floresta, finalmente consegue agarrá-lo e dominá-lo. E ficando por cima do rapaz, coloca sua mão sobre seu pescoço como se o fosse estrangular. Mas ele reflete um pouco, vira-se de lado e decide não mais matar o rapaz. Ele volta para a sua caminhonete e começa a trabalhar novamente, colocando na camionete as madeiras que ambos haviam escolhido. Eis que, passado algum tempo, o rapaz aproxima-se do marceneiro, observa aquela cena e resolve cooperar com o marceneiro e colocar também ele as madeiras.

Sr. Embaixador, embora haja todas as razões para uma pessoa, em certos momentos, ter tanto ódio, raiva e ira de outra pessoa, pode essa última perfeitamente, depois de compreender, superar aquilo, perdoar e começar a cooperar novamente.

Eu que, com o Senador Ney Suassuna, estive visitando há poucas semanas o Oriente Médio, em Israel e em Hamala, na Palestina, pude ver que se não houver esse tipo de compreensão entre árabes e judeus, de um dia poder fazer o que testemunhamos no Brasil – onde pessoas de origem árabe e judia cooperam uns com os outros, mostrando como pode haver a compreensão, a cooperação, o respeito e a paz entre elas – repito, se tivermos esse tipo de compreensão poderemos ter muito maior cooperação.

Conto essa história porque dentro do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, um pouco de generosidade e tolerância será benéfico. Por isso, eu recomendei aos meus companheiros de Partido assistirem a esse filme que eu achei tão bonito.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – A honra é minha, nobre Senador. Eu estou há dois mandatos nesta Casa, na segunda parte do segundo mandato, e tenho convivido esse tempo todo com V. Ex^a. Para mim tem sido um aprendizado. Não comungamos dos mesmos ideais em muitos pontos. Diversas vezes estivemos em posições antagônicas, mas a clareza, a retidão, a persistência, a sinceridade e lisura com que V. Ex^a pratica os seus atos faz com que, mesmo estando em posições adversas, nós o respeitemos. Hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos,

eu dizia a V. Ex^a que adorei o seu discurso de pessoa séria, que mostra a sua coerência e como é V. Ex^a. Isso deve lhe ter causado constrangimento. V. Ex^a me disse que realmente lhe causou algum constrangimento. Entende-se. Mas eu garanto que V. Ex^a deve estar de consciência muito tranqüila, porque não está mudando uma vírgula do que sempre foi. Por isso, nobre Senador, eu me solidarizo com V. Ex^a. Aumenta em mim a admiração que tenho por V. Ex^a, que pode ser uma pessoa que ocupa todos os espaços parlamentares, persistente, que às vezes nos deixa irritado, porque não deixa de falar hora nenhuma. Apareceu uma oportunidade e V. Ex^a a preenche. Mas V. Ex^a é uma pessoa coerente e merece o respeito de todos nós pelo modo de agir, sempre muito limpo e correto. Parabéns. Pode ter causado constrangimento, mas para o público brasileiro, com certeza, V. Ex^a cresceu mais ainda. Parabéns, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Ney Suassuna. Quero, inclusive, referir-me a um episódio que me preocupou. Tentei ainda hoje conversar com o Ministro José Dirceu. Conversei com o nosso Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, sobre a questão com o PMDB, que, de alguma forma, está relacionada a todas essas negociações e à convivência, por exemplo, do Presidente Lula, do Ministro José Dirceu e do Partido de V. Ex^a. Ainda hoje, o Senador Renan Calheiros ressaltou o diálogo tão positivo para um melhor entendimento entre o Governo, o PMDB e os nossos partidos.

Pois bem, eu quis transmitir ao Líder Renan Calheiros, a V. Ex^a e ao Senador Luiz Otávio, com quem conversei a respeito desse assunto hoje, e ao Líder Aloizio Mercadante, que eu consideraria adequado ao PMDB adiar a votação no plenário da indicação do Senador ao Tribunal de Contas, pois está ainda pendente no Supremo Tribunal Federal e no próprio Tribunal de Contas da União a questão relativa ao episódio havido com o Senador Luiz Otávio, quando S. Ex^a era gerente-administrativo da Rodomar, no Pará.

Acredito que isso esteja sendo objeto da compreensão. Por que motivo? Também é uma atitude de cooperação com o Presidente Lula e o Ministro José Dirceu, pois eu creio que, se o Senado Federal decidiu pela indicação antes que o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União concluíssem o exame da questão, isso poderia causar constrangimento ao Presidente Lula.

Então, com o maior respeito ao PMDB, sugeri o adiamento da votação, para que o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas União concluam o exame da matéria.

Ontem, consultei o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, e S. Ex^a me disse que considera adequada a sugestão que fiz e que em tudo contribuirá para agilizar o trâmite da questão. Portanto, se o Senado Federal solicitar ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal de Contas da União que examinem logo este caso, que já vem de anos, o Procurador agilizará o processo. Assim, teremos aqui um procedimento de maior isenção e não constrangimento.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Antonio Carlos Valadares. Ainda pretendo deixar espaço de tempo para os que desejam falar.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Serei breve. Não impedirei que o grande Senador pela Bahia, César Borges, deixe de proferir discurso. Parabeno mais uma vez V. Ex^a, como sempre o fiz em várias oportunidades, principalmente porque seus pronunciamentos são cheios de ensinamento, sabedoria, equilíbrio, moderação e de aconselhamento – por que não dizer assim? Pela experiência que V. Ex^a viveu neste Congresso e em outras funções no Estado de São Paulo, temos certeza absoluta de que suas palavras são ouvidas pelo mundo político, não só do Governo, mas também da Oposição. No que diz respeito à referência que V. Ex^a fez das declarações do Ministro do Supremo Tribunal Federal, o que quero dizer é que o Presidente do Supremo, pessoa que muito respeito, o Dr. Maurício Corrêa, que foi Senador da República, Deputado Federal, conhece tanto quanto nós as regras da vida política, as regras de um Governo que ganhou as eleições, mas não conquistou a maioria no Senado nem na Câmara. Ora, para conquistar a governabilidade, Sua Excelência teria que fazer acordos legítimos, convocando para o seu lado outros partidos políticos, a exemplo do PMDB, para viabilizar as suas propostas legislativas. Como poderia pensar em aprovar propostas, em levar avante as suas idéias que foram pregadas durante a campanha, se aqui dentro do Congresso tivesse uma campanha sistemática de partidos que lhe fizessem oposição e não lhe dessem o apoio necessário à consecução dos objetivos nacionais? Hoje, eu estava ouvindo na Rede Globo o pronunciamento do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, por sinal muito oportuno, e S. Ex^a dizia que o acordo político para a viabilização da maioria parlamentar é mais do que normal em todos os países. Então, o Presidente Lula não está tirando a sua identidade, por-

que Sua Excelência continua a ser o Lula com aquele ideal de bem servir o País, transformando-o num País mais feliz, mais identificado com a pobreza, ou seja, tirar da miséria milhões e milhões de brasileiros, acompanhando a luta de V. Ex^a, no sentido de dar não apenas uma luz, mas um futuro viável para essas pessoas, para essas famílias. Por isso, o fato de o Presidente Lula fazer acordo político para obter maioria parlamentar tranqüila não significa que Sua Excelência está se descaracterizando. Ao contrário, Sua Excelência dá um atestado vivo e eloqüente ao povo do Brasil e do mundo inteiro de que foi eleito para governar democraticamente e não por cima do Congresso Nacional, não por cima da Câmara dos Deputados nem do Senado Federal. Já houve Presidente da República que tentou fazer isso e terminou saindo pela porta dos fundos do Palácio do Planalto. O que queremos é que, cada vez mais, tenhamos uma democracia consistente e um Presidente identificado com ela. Tenho certeza absoluta de que essa democracia, da forma como está sendo conquistada pelo povo brasileiro, com o apoio do Presidente Lula, é uma democracia permanente, duradoura, para que possamos levar à frente todos os projetos que foram o sonho de V. Ex^a – e que continuam sendo os nossos –, que serão, sem dúvida alguma, concretizados ao longo do Governo do Presidente Lula. Portanto, dou os parabéns a V. Ex^a. O Presidente do Supremo Tribunal Federal é um homem de bem e um homem correto. Entretanto, a sua entrevista dá a aparência de que S. Ex^a teria manifestado um sentimento político, de descaracterização do Governo Lula, da posição político-ideológica do Presidente Lula. Então, penso que esse aspecto não é muito bom, pois prejudica a sintonia entre os Poderes. E a Constituição estabelece que os Poderes são harmônicos e independentes. Essa situação tira a harmonia, o que não é bom, como também não é bom o Presidente Lula dizer que abrirá a “caixa-preta” da Justiça e nem, tampouco, o Supremo Tribunal Federal dizer que o Governo de Lula está se descaracterizando. Senador Eduardo Suplicy, agradeço o aparte a V. Ex^a e cumprimento-o pelo seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares, pelo seu aparte. V. Ex^a recomenda o caminho para a harmonia e a independência que precisa haver entre os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Estou de pleno acordo com a recomendação de V. Ex^a.

O Governo, de certa forma, resolveu não comentar as palavras do Presidente do Supremo Tribu-

nal Federal, evitando que elas repercutissem. Creio que assim a harmonia ocorrerá.

Nestas palavras finais, registro a minha confiança total no Presidente Lula, que acertará nos seus propósitos de fazer do Brasil uma Nação justa e civilizada. Quero colaborar com Sua Excelência e com todos os seus Ministros, inclusive com o meu amigo, companheiro de tantas jornadas, que tem o maior mérito por ter conduzido a campanha de Lula à vitória, o Ministro José Dirceu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Ex^a pela colaboração.

Antes de conceder a palavra ao Senador César Borges, alerto que a sessão se encerrará às 18 horas e 30 minutos. Como o Senador Jonas Pinheiro, que está inscrito, também deseja usar da palavra, sugiro ao Senador César Borges que, se puder, divida o tempo com S. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador César Borges pelo tempo do término da sessão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho novamente a esta tribuna, no dia de hoje, externar minhas preocupações, que creio ser também da maioria absoluta dos Srs. Senadores, com as condições de extrema precariedade da malha rodoviária federal do Brasil.

Os grandes Estados brasileiros, em termos de extensão territorial, são atravessados por uma malha de rodovias federais que são artérias onde circulam as riquezas deste País. O meu Estado, a Bahia, é atravessado por estradas importantíssimas que ligam todos os Estados do Nordeste ao Centro-Oeste e ao Sudeste. São rodovias como a BR-116, que começa no Rio Grande do Sul e vai até o Ceará; a BR-101; a BR-242, que chega até Brasília etc.

Sr. Presidente, é claro que não é o atual Governo o responsável pelo estado de deterioração dessas rodovias. Essa história é antiga, mas não adianta mais olhar para o passado e dizer que os Governos anteriores deixaram as estradas assim. O fato é que essas rodovias, hoje, ceifam milhares de vidas de baianos, de brasileiros; tiram recursos do bolso do povo brasileiro, da economia popular, porque nós intercambiamos mercadorias. Boa parte do Nordeste, principalmente os Estados do Nordeste setentrional, é predominantemente importadora de mercadorias. Na Bahia, felizmente, conseguimos dar um salto no avanço do desenvolvimento industrial do Estado e já so-

mos um Estado exportador. Mas as mercadorias que saem de São Paulo para o Rio Grande do Norte, para a Paraíba e que atravessam a Bahia, têm um custo adicional de frete, por conta do péssimo estado dessas rodovias.

E o que dizer das vidas humanas que são ceifadas a cada momento? Alguém tem que ser responsável. Se fosse nos Estados Unidos, o governo estaria sendo processado, o presidente, o ministro dos transportes, o diretor do órgão federal de estradas, etc. Agora, aqui, nada acontece e o Governo diz que não pode fazer nada, que tem um compromisso com o Fundo Monetário Internacional de superávit primário, que era de 3,75, no acordo, passou para 4,25 e hoje já está em 5,5. Ora, nós não podemos sacrificar o povo brasileiro por conta de dar segurança e tranquilidade ao mercado. Tem que haver um meio termo, onde o Governo possa investir em obras de infra-estrutura, e rapidamente. Não estou fazendo discurso de oposição. Não quero atacar por atacar o Governo do eminente Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi eleito pela vontade do povo brasileiro, e haveremos de respeitar. Agora, o Governo tem que sair de seu imobilismo, tem que voltar a investir.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe darei o aparte em seguida, Senador Eduardo Azeredo, com muito prazer.

Mas veja bem, Sr. Presidente, era previsto R\$14,5 bilhões de investimento. Esta quantia foi reduzida para R\$4,5 bilhões. O Governo executou R\$400 milhões, o que significa para um país de nossa extensão territorial, com nossa complexidade, que efetivamente o Governo não está investindo. E no momento em que ele não investe sequer na manutenção das rodovias, elas se deterioram numa progressão geométrica.

É justamente disto que vim hoje tratar aqui, das rodovias baianas e, de forma específica, da BR-116, a Rio-Bahia, próximo à cidade de Feira de Santana, entre o rio Paraguaçu e Feira de Santana, onde deságuam diversas outras estradas federais e estaduais. As estradas federais são vias, artérias principais que recebem todo o tráfego através da malha rodoviária estadual, e mesmo federal, de estradas secundárias que se afunilam. A estrada está esburacada, não tem acostamento, as pontes não têm proteção guarda-corpo, as placas de sinalização estão deterioradas; o motorista não pode, sequer, obedecer ao Código de Trânsito, que lhe impõe manter uma direção, tendo que fazer ziguezague, o que facilita a ocorrên-

cia de acidentes: são ônibus e caminhões todos os dias se colidindo, e o Governo Federal não diz nada! Estamos tratando meramente de política, de acordos político-partidários, de se criar uma base, mesmo que seja pelo fisiologismo. Mas tudo bem! É natural da política? Sim, mas qual é a satisfação do povo brasileiro com essas graves questões?

Srs. Senadores, estou falando de estradas, mas posso falar de saneamento, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, da área de educação, da área de saúde... Não há investimentos por parte do Governo Federal para atender à população brasileira em área alguma, sequer a área da habitação, que deveria ser uma das primeiras. O Brasil tem um **déficit** de seis milhões e seiscentas mil casas. Na Bahia são seiscentas mil.

Esta semana, o Senador Antonio Carlos Magalhães esteve aqui na segunda-feira. Mas quando eu era Governador nós assinamos com a Caixa Econômica uma parceria em que o município disponibilizaria terreno e também uma parcela de contrapartida para que o Governo Federal, com a ajuda do Estado, construísse habitações no interior para a periferia das nossas cidades que vivem em condições subumanas de moradia. O Estado antecipou a sua contrapartida e pagou a parte dos municípios, depositando na Caixa Econômica R\$14,5 milhões. Era para se construir quinze mil casas e até hoje foram construídas mil e quatrocentas. Quer dizer, nós não podemos ficar sempre falando no futuro: de que vamos agilizar, vamos discutir, que nós vamos qualificar os interlocutores, de que vamos qualificar a discussão etc.

Na área de saneamento fiz um discurso aqui, Senador Ney Suassuna. Primeiramente vão fazer seminários estaduais: esta semana se inicia um seminário sobre as cidades na Bahia com a presença do Ministro. Depois, haverá o grande seminário nacional das cidades. A partir daí, será criada uma câmara setorial de saneamento, e a partir daí deverá nascer um Plano Nacional de Saneamento.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Em 2010.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Em 2010, diz o Senador Ney Suassuna.

Mas o povo brasileiro não pode esperar! Não quero fugir das questões das estradas, vou votá-las. A Bahia, Senador Ney Suassuna, bate recordes.

Crescemos do ano passado para cá. Incrementamos, em mais de 50%, a nossa exportação. Estamos ajudando o Brasil. Não podemos exportar nossos produtos, porque não temos competitividade no mercado internacional, pois o frete encarece o produ-

to. Para tirar a soja de Barreiras, temos que utilizar as estradas federais, que estão deterioradas. Sabe por onde transitam essas carretas, Senador Jonas Pinheiro? Pelas estradas estaduais, que não foram construídas para receber tráfego pesado. Como consequência nefasta adicional da falta de atenção às estradas federais temos a rapidíssima destruição de toda a malha rodoviária estadual, porque o caminhoneiro procura o caminho por onde há mais segurança, busca a estrada melhor, onde o seu caminhão não vai ser danificado nem seu pneu vai estourar nem a mola do caminhão vai quebrar. E vai pelas estradas estaduais. Estão-se deteriorando todas as estradas estaduais da Bahia, com um custo enorme de recuperação.

Disse-me o Prefeito de Barreiras, quando da minha estada lá sexta-feira passada, que um cidadão de Barreiras ia para Salvador pela Rodovia 242, que era o caminho direto de Brasília para Salvador. Agora, não pode mais ir por lá; tem que ir ao Município de Barra, atravessar em balsa o rio São Francisco, ir ao Município de Xique-Xique e pegar uma estrada estadual, a BA – 052, a Estrada do Feijão, para sair em Feira de Santana. Andará, provavelmente, cem a duzentos quilômetros mais. Essa realidade tem travado o crescimento e o desenvolvimento econômico do Estado da Bahia. E não sabemos mais a quem recorrer. Quando o País poderá recuperar o patrimônio construído com tanto sacrifício do povo brasileiro, que é a malha rodoviária federal?

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, aos Senadores Ney Suassuna e Gariibaldi Alves Filho.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador César Borges, gostaria de cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento. Todos acompanhamos – já estamos no nono mês do atual Governo – o problema das estradas, que piora a cada dia. V. Ex^a tem toda razão. O retrato em Minas Gerais é o mesmo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – A maior malha rodoviária do Brasil está no Estado de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Exatamente. É um Estado central, é passagem para o Nordeste, para o Norte, para Brasília. E estamos vendo que as promessas de início de obra estão sendo postergadas. Falta pouco para a estação chuvosa na região Sudeste. Bem-vinda a chuva! Mas não há mais como fazer as obras. Portanto, as providências terão início apenas em março, e olhe lá! Não é possível que o Governo continue na postura de postergação. A Cide foi criada no intuito de financiar a recuperação

das estradas brasileiras. É um imposto embutido no preço da gasolina que todos pagam. Foi regulamentada no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio de um projeto que contou com a participação do Deputado Eliseu Resende, de Minas Gerais. Tudo bem. O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que o projeto não fosse sancionado porque estava praticamente em início de Governo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou, então, mas na perspectiva de que o PT pudesse dizer o que pretendia em relação à Cide. Já se passaram nove meses; foi feita uma nova negociação com os Governadores; foi acertado que 25% da CIDE será destinada aos Estados – e nesse caso também nada. A medida provisória que destina 25% para os Estados não foi publicada até hoje. Então, estamos assistindo a uma continuidade de adiamentos. Há poucos dias o Presidente Lula esteve em Minas Gerais para a retomada da Fernão Dias. Esperamos que ela realmente seja retomada; afinal de contas, dos 560 quilômetros da Fernão Dias, 528 quilômetros foram duplicados. Faltam apenas 35 quilômetros. Não adianta, a essa altura, ficar colocando a culpa em Governos passados. Nesse caso das rodovias, apesar de ser do meu Partido, do PSDB, o Governo do Presidente Fernando Henrique até tem culpa sim; deixou a desejar, sim, nessa área de rodovias. Não tenho dúvida em reconhecer que muitos problemas permaneceram. A Fernão Dias avançou, como lembrei aqui: praticamente está duplicada. Mas outras estradas deixaram de ter uma manutenção adequada. Mas, se o PT criticava no passado que as rodovias estavam mal, agora que faça e que não fique apenas lembrando o passado e postergando. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que é fundamental que se tome uma providência nessa área. Estamos perdendo vidas, com os acidentes nas estradas, aumentando o custo da produção brasileira e dificultando todo o processo de turismo. Por exemplo, a cidade histórica de Diamantina comemora, no dia 12 de setembro, o aniversário de Juscelino Kubitschek. Nesse período, tradicionalmente há uma grande festividade. Mas agora as pessoas dizem: Ah, como vou chegar a Diamantina com a estrada toda esburacada? Então, isso tem sido um obstáculo permanente ao turismo, ao progresso do Brasil.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece meu pronunciamento.

Minas Gerais tem a maior malha rodoviária federal. Não sei quanto por cento é destinado para Minas Gerais para a conservação de suas estradas, mas, para a Bahia, são 8%. A Bahia é o segundo

Estado em malha rodoviária federal, depois de Minas Gerais. E só destinam-se uma média de 4% do orçamento à conserva e restauração de estrada. Então, a Bahia está sendo prejudicada.

O que o Senador Eduardo Azeredo fala é verdade. Quando falo da BR-242, falo da estrada que atravessa a Chapada da Diamantina, que é uma região turística cada dia mais conhecida no Brasil e internacionalmente. E sofre, porque a estrada nesse trecho da Chapada da Diamantina está totalmente danificada. E ela faz ligação com o rio São Francisco, Ibotirama, Barreiras vindo para Brasília.

Não temos hoje turismo rodoviário. Acabou! Não temos turismo rodoviário, porque as estradas estão em péssimas condições e, como é preciso transitar em velocidade baixa por causa dos buracos, multiplicam-se os assaltos. Os ônibus têm que andar em comboio; senão são assaltados. É uma coisa levando a outra. Se disséssemos que o nosso transporte aeroviário é bom, lembraríamos outro problema: as nossas empresas, infelizmente, em crise. E mais uma vez o Governo não toma uma decisão de como resolver esse problema.

É preciso providência. O Governo tem que dizer qual é a prioridade. Se é gerar emprego? Muito bem, qual o investimento para gerar emprego?

É combater a fome? Isso já vimos que não é, porque não há mais orçamento para o Fome Zero para o próximo ano.

Não é estrada. Não é saneamento. Qual é a prioridade do Governo? É preciso que ele invista. Ele deve dizer, então, que só pode fazer isso. Mas simplesmente o que há é o imobilismo. E o que queremos é que o Governo dê certo e que possa atender às reivindicações do País. Já que se criticou tanto os erros dos outros Governos. É hora de realmente este Governo trabalhar em prol do povo brasileiro. Infelizmente, não vimos ainda esse espetáculo de trabalho. Vimos, por enquanto, o espetáculo de diagnósticos e discussões.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna e, em seguida, ao Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, o assunto que V. Ex^a traz à tribuna aflige a todos os brasileiros no momento. É erro sobre erro. Primeiro, o erro da opção: esquecemos os transportes ferroviário, marítimo e hidroviário e fizemos a opção pelo rodoviário, o mais caro, mas que entrega porta à porta. Tudo bem! O segundo é que deixamos deteriorar uma malha de 55 mil km, que é a malha federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Trinta mil estão deteriorados.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Hoje, 30 mil estão inteiramente estourados, acabados, inviáveis. Segundo o nosso Senador decano do Piauí, que é engenheiro e fez uma conta, um milhão e 800 mil carretas ocasionam um prejuízo, nobre Senador, de 40 bilhões anuais na frota, no custo que se paga de aumento de carga, no custo que se paga de combustível desperdiçado, e vai por aí afora. Então, a situação é realmente calamitosa. O Governo não é culpado, mas já podia estar fazendo alguma coisa. O pior é que só ouvimos, até agora, conversa. Claro que se está organizando, espero. E espero que, quando tenha organização, seja muito veloz, porque não temos como esperar. Na Paraíba, tínhamos o orgulho de ter o Estado com tudo muito arrumado; hoje, está intransitável, não conseguimos mais andar. E louvo o discurso de V. Ex^a e digo que realmente é preciso fazer **tour de force**. É preciso dar uma arrancada para resolver o problema rodoviário brasileiro. Parabéns e me solidarizo com V. Ex^a neste momento em que solicita que sejam tomadas providências, porque são vidas perdidas e é o custo aumentando. Enfim, isso está inserido no custo Brasil e está muito ruim: acabou o turismo, acabou tudo, como V. Ex^a mesmo disse. Parabéns.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges, quero também corroborar as palavras de V. Ex^a, apoiando o seu discurso, a oportunidade deste seu pronunciamento, e lembrar, por exemplo, a situação da BR-101, cuja duplicação foi anunciada...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Está no PPA agora. A duplicação de Salvador até Fortaleza foi inserida no PPA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Com licença, eu gostaria de prorrogar a sessão, até para que V. Ex^a possa terminar o seu pronunciamento.

Está prorrogada a sessão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – O fato de estar no PPA, de qualquer maneira, constitui-se num alento, mas o certo é que a obra física foi prometida para ser iniciada agora, o que não ocorreu,

não vem ocorrendo, nem há sinal de que venha a ocorrer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho. Essa é uma situação comum à maioria dos Estados brasileiros, com raras exceções.

Sr. Presidente, para finalizar, quero fixar alguns pontos que, na Bahia, considero fundamentais: a recuperação imediata do trecho de 70 km entre a cidade de Feira de Santana até a ponte sobre o rio Paraguaçu, que se está deteriorando rapidamente; a duplicação do trecho pelo menos de Feira de Santana à cidade de Santo Estêvão, pois o ideal é que fosse até a ponte do rio Paraguaçu; a recuperação da BR-242, no trecho da cidade de Itaberaba à cidade de Ibotirama, que também deve ser feito muito rapidamente; e um trecho de uma estrada importantíssima, a BR-330, que liga Jequié, minha cidade natal, à cidade de Ubaitaba, passando por Ipiaú, Barra do Rocha, Ubatã e Jitaúna. Essa estrada está, também, totalmente deteriorada, causando um seriíssimo prejuízo à economia da região.

Creio que o País clama pela recuperação das estradas brasileiras sob pena de deteriorar o restante de um patrimônio que foi criado para a população brasileira com o sacrifício da economia nacional.

Reitero que, no momento em que foram instituídas as privatizações, as concessões de rodovias, o Nordeste não participou. Não temos rodovias em que possamos reembolsar os investimentos feitos por meio de pedágios. O volume é relativamente pequeno em relação às rodovias do Sul e do Sudeste, onde se concentraram as concessões: São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e muito pouco em outras regiões. A Bahia possui a única rodovia que foi objeto de concessão em todo o Nordeste brasileiro. Trata-se de uma parte da Estrada do Coco, ligando Salvador aos Municípios vizinhos de Camaçari e Mata de São João. Essa é a melhor rodovia do Nordeste, segundo uma avaliação feita pela Confederação Nacional dos Transportes. É a única.

É preciso que o Governo Federal cumpra sua responsabilidade. A Cide, mencionada pelo Senador Eduardo Azeredo, foi criada para resolver esse problema; há recursos suficientes.

Sr. Presidente, não é possível criar um imposto – porque é uma contribuição, mas não deixa de ser um imposto –, tirando dinheiro do bolso do povo para a recuperação das estradas. O povo já paga o IPVA, quando vai renovar o emplacamento do seu veículo. O recurso da Cide vai para o caixa do Governo, para

resolver o problema fiscal, para resolver o problema do superávit primário que ele precisa apresentar. No fundo, não é superávit, é déficit, considerando os juros de R\$150 bilhões que pagaremos da nossa dívida neste ano. São R\$150 bilhões de juros de uma dívida que já se aproxima de R\$800 bilhões.

O PT dizia que sabia fazer mágica, que essa dívida deveria ser auditada, negociada, que tinha um perfil que poderia ser alongado. Não vimos absolutamente nada disso, Sr. Presidente, nem uma tentativa.

O economista Celso Furtado, indicado para o Prêmio Nobel de Economia, disse ontem que o País tem que se preparar para a moratória, porque não teremos saída em três ou quatro anos.

Hoje, exige-se um sacrifício imenso da população brasileira, com o aumento da carga tributária brasileira. O Governo Federal não investe, a economia não cresce, o desemprego aumenta escandalosamente. Há mais de 600 mil desempregados no País. A renda média do trabalhador brasileiro caiu neste ano 16% em relação ao ano passado, um imenso sacrifício social para o País. Para quê? Para tentar manter o mercado calmo por um tempo e esperar uma solução, que não sabemos qual seja. O economista Celso Furtado disse que é a moratória, que o País estaria preparando-se porque precisaria fazer uma moratória em três anos. Daqui a três anos, o que vai sobrar da nossa infra-estrutura, da nossa juventude, dos nossos irmãos brasileiros que estão morrendo nas estradas ou em razão da criminalidade, da violência, por falta de investimento? O Governo tem que investir nesse setor, equipar nossas Polícias Civil, Militar e Federal para combater, com eficiência e eficácia, a criminalidade. Infelizmente, essa é uma realidade.

Sr. Presidente, agradeço sua tolerância, mas hoje vim falar sobre as estradas baianas, esperando que o Governo Federal possa olhar com carinho essa matéria. O único trecho, no Brasil, onde a BR-116 não está concluída é na Bahia. O Estado honrou uma contrapartida de 35%, que não é usual. Eu era Governador e bancava, mas o Governo Federal não liberava sua parte. Ainda falta um trecho de aproximadamente 50 km, próximo à cidade de Ibó, na divisa com Pernambuco, para que a Rio-Bahia seja, pelo menos, pavimentada. Hoje há vários trechos que não podemos dizer que sejam pavimentados, mas carroçáveis, pelo estado de deterioração do pavimento. O Governo Federal não honra seus compromissos.

Desejo sucesso ao atual Governo, mas ele não terá sucesso se não atender às necessidades do povo brasileiro, em especial com relação à infra-estrutura. Sem infra-estrutura não adianta baixar juros. Os

juros cairão, mas a economia não será dinâmica, não será retomada com dinamismo porque não há portos, ferrovias e rodovias para escoar a produção, para diminuir o custo do produto a ser exportado, competindo-se menos. Infelizmente, essa é a realidade com a qual estamos convivendo.

Solicito ao Governo Federal que olhe particularmente para o Estado da Bahia, alocando recursos para que o Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes) possa fazer as obras que a Bahia tanto exige, de melhoria das suas rodovias federais, para que o Estado possa continuar o seu caminho à procura do desenvolvimento, crescendo, exportando, ajudando o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador César Borges, tenho certeza de que as boas estradas, em todos os sentidos, são o caminho da felicidade. Por isso, V. Ex^a usou da palavra em tempo oportuno.

Senador Jonas Pinheiro, encerrou-se o tempo da sessão. Em respeito ao seu trabalho, pergunto se V. Ex^a deseja que eu prorrogue a sessão por mais cinco minutos para que possa usar da palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Estou nas suas mãos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, está no coração, não nas mãos.

Está prorrogado o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela expansão do horário, para que eu faça um breve pronunciamento sobre as áreas de reserva indígena.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não seria novidade manifestar, uma vez mais, minha inquietação com as providências adotadas pela Funai para implementar a expansão das áreas de reserva indígena em nosso País e, mais ainda, com a argumentação apresentada por aquela Fundação para alcançar esse propósito.

No meu Estado, Mato Grosso, de acordo com os processos de demarcação em estudo na própria Funai, mais de 25 milhões de hectares serão brevemente adicionados aos 15,6 milhões hectares já demarcados como reservas indígenas e legalmente sancionados em passado recente. Ora, isso significa que poderemos ter cerca de 41 milhões de hectares de reserva indígena para uma população que não passa

de 20 mil habitantes, o que corresponde a uma média de 2 mil hectares para cada habitante indígena.

Tal pretensão da Funai significa, Sr. Presidente, nada menos que uma invasão sistemática de terras produtivas, o que comprometerá nossa produção agropecuária e, por conseguinte, nossa economia, além de acarretar prejuízo aos proprietários rurais pela decorrente baixa patrimonial no valor das propriedades.

Não sem justa causa, então, produtores rurais, criadores, técnicos, empresários e outros segmentos ligados à agricultura e à pecuária engrossam a fila dos descontentes e reagem a essa intenção da Funai, que adota uma política indígena tão despropositada. Em alguns Municípios de Mato Grosso, por exemplo, há invasão constante de fazendas por índios armados. Em muitos casos, esses grupos chegam a invadir a sede dos Municípios, o que representa uma ameaça à segurança das cidades e dos cidadãos.

Afinal de contas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as áreas destinadas a tais novas “apropriações indígenas” são, de fato e direito, propriedade de produtores rurais locais, legitimamente adquiridas, e muitas delas devidamente registradas em cartório há mais de 100 anos.

Sr. Presidente, se for levada a efeito tal proposta da Funai, haverá, sem dúvida, redução substancial na extensão de terras, que comprometerá a expectativa do retorno financeiro logo após intenso e caro investimento no processo produtivo. São áreas, na sua grande maioria, que exigiram tratamento especial para o cultivo, o que envolveu adoção de práticas irreversíveis de desmatamento. Como se sabe, as terras contíguas às aldeias indígenas se converteram em áreas produtivas e contribuíram para a expansão da produção agrícolas naquelas regiões.

Além do mais, nada evidencia que o avanço das áreas demarcadas venha a contribuir para o desenvolvimento do País. Pelo contrário, inibirá a execução de projetos agropecuários e instaurará a insegurança e a intranquilidade na região, tanto nos moradores quanto nos produtores.

Desse modo, decidir-se pela revisão dos marcos históricos que balizaram a demarcação das reservas indígenas configura-se, quando pouco, injusta, antieconômica e impatriótica.

Por outro lado, sem condições mínimas de segurança para produzir, não se pode prever um futuro satisfatório para os produtores daquela região. E o futuro de qualquer economia não pode ficar sujeito a fa-

tores políticos de cujo controle nem mesmo nossos dirigentes se ocupam com o discernimento necessário. Isso pressupõe, naturalmente, a certificação da propriedade da terra garantida pelo Estado. O respeito à propriedade privada é preceito constitucional e não pode ser invalidado em nome de um direito subjetivo e passível de enormes e difíceis controvérsias.

Embora não se discuta aqui a real legitimidade dos índios sobre a expansão de seus territórios, não é mais possível que o Estado brasileiro seja conivente com uma política de supressão contínua de terras produtivas, sob pretexto de ajustar equívocos históricos.

Sr. Presidente, é importante levar em conta que a melhoria das condições de vida das tribos indígenas não será garantida com a simples expansão das terras à sua disposição. Ela depende muito mais de uma política de atenção efetiva a essa população espoliada, que possa garantir a ela não só a sua identidade étnica e cultural, mas, sobretudo, os meios para que possa ter acesso aos serviços essenciais básicos, como saúde, educação, além de infra-estrutura e medidas para viabilizar financeiramente o sustento dessas comunidades indígenas.

Nesse particular, em defesa deste meu ponto de vista e como contribuição, apresentei a esta Casa, em 1999, o Projeto de Lei que recebeu o nº 166, no qual proponho que as terras pertencentes às comunidades indígenas possam ser utilizadas em parceria, evidentemente sob rígidos critérios de preservação e de conservação do meio ambiente e da ecologia, bem como dos interesses étnicos daquelas comunidades. Esse projeto de lei, entretanto, encontra-se com sua tramitação sobrestada na Secretaria-Geral da Mesa desde 20 de fevereiro de 2002.

Portanto, levando-se em conta o desenvolvimento, a revisão das reservas indígenas parece-me questionável do ponto de vista da racionalidade distributiva das terras. O despropósito político soa ainda mais insensato, pois nada justifica estender o limite das reservas atuais sobre áreas em franco processo de produção agrícola, quando se sabe que, uma vez desmatadas e inseridas no processo produtivo, as terras não mais constituem espaço apropriado à sobrevivência natural dos nossos silvícolas.

Sr. Presidente, tal procedimento representa um lamentável caso de inversão de prioridades neste País. Em vez de considerar as terras produtivas território inviolável para quaisquer fins de desapropriação, o Estado brasileiro ainda prefere ser pressionado pela Funai e por influentes ONGs, na direção de uma política que me parece emocionalmente viciada, pois re-

conhece, incondicionalmente, que todas as terras pertencem aos povos indígenas.

Para encerrar, Sr. Presidente, faço coro tanto com os produtores rurais deste País especialmente com os do meu Estado, Mato Grosso, grandemente ameaçados por essas medidas quanto com o nosso Governador, Blairo Maggi que já se manifestou publicamente e ao Ministro da Justiça, quando apelam à Funai que reavalie sua pretensão de expandir as áreas de reserva indígena.

Urge que a Funai compreenda que, numa conjuntura indiscutivelmente internacionalizada, as prioridades econômicas do País devem sobrepor-se a propostas de reparação histórica, as quais muitas vezes podem esconder, sob a ótica de se resguardarem interesses da população indígena, outros interesses com objetivos impatrióticos, condenáveis e até inconfessos.

Sr. Presidente, agradeço-lhe pela tolerância. Esse era o meu pronunciamento desta semana.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, será que eu poderia fazer uma comunicação urgente, de cinco minutos, pelo meu Partido?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Exª por cinco minutos.

O SR. MARCELLO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem fez exatos dois meses que Kleber Lemes Mendonça, de apenas 13 anos, morreu. Era estudante da rede pública, morava no Rio de Janeiro, e morreu quando tentava chegar à escola.

O acidente, terrível, brutal e chocante, aconteceu no instante em que Kléber, trajando o uniforme do colégio, tentou entrar pela porta da frente do ônibus 928 e foi impedido pelo motorista, que não abriu a porta. O garoto segurou na barra de apoio, o ônibus

seguuiu em alta velocidade e, numa curva, o menino caiu, foi atropelado e tragicamente morreu.

Ainda mês passado – notem que história triste, Sr. Presidente! –, a estudante Keylla Cristine de Oliveira, de apenas nove anos, moradora de Niterói, foi ignorada por vários ônibus na ida para o Ciep onde estudava, em São Gonçalo. Chegou tarde à escola. Foi mandada de volta para casa, porque atrasado não entra na sala de aula. Na volta, mais uma vez, os ônibus desrespeitaram a Lei do Passe Livre. E essa criança de nove anos caminhou por quatro quilômetros e precisou atravessar uma rua de movimento. Faltava pouco para chegar a casa, mas quis o destino que ela fosse atropelada e morta, “atrapalhando o tráfego”, como na música de Chico Buarque, era uma menininha de nove anos uniformizada.

Duas crianças foram atropeladas. Uma, agarrada à porta do ônibus, foi impedida de entrar no veículo, porque o motorista não lhe abriu a porta, despençou na rua e um carro passou em cima dela. E a menininha de nove anos, que teve que voltar da escola andando, teve que voltar de lá antes da hora e, atravessando a rua, morreu atropelada.

Não é só isso. No mês de maio, um aposentado, ao pedir para entrar no ônibus pela porta da frente, foi tão vilipendiado no seu direito pelo motorista, que, humilhado, caiu com um ataque de coração, fulminado na calçada. De cabeça branca, já não agüentava mais as agruras da vida e, quando o motorista negou a sua entrada e, com palavras de baixo calão, referiu-se a ele, o homem teve um ataque do coração e caiu morto, na Rua do Riachuelo, perto do centro da cidade.

A sucessão de tragédias que tem acontecido no meu Estado me faz ocupar esta tribuna hoje.

Enquanto esses crimes ceifam vidas e enlutam famílias, a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) prometeu que vai se reunir, na semana que vem, para resolver o assunto.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é o critério utilizado para medir o valor e o respeito à vida: documento, papel, burocracia.

Vejam V. Ex^{as} a situação da Segurança Pública no meu Estado. Um Estado que tem travado uma luta hercúlea contra o crime organizado, agora não consegue um repasse de R\$ 37 milhões porque o Dr. Luiz Eduardo de Mello Soares – que conhece bem o problema, pois já foi Secretário de Segurança do meu Estado –, sob alegação de que o Governo não apresentou documentos, tais como CPF e identidade da Governadora e do ex-Governador, também se nega a liberar essa verba.

É o motorista que, por motivos burocráticos, mata uma criança. Hoje é um Secretário de Estado que, em razão de documentação, não libera uma verba tão importante e faz proliferar o crime no meu Estado.

Longe de mim fazer um manifesto anarquista. Sou a favor da legislação, do respeito às leis de Deus, mas é preciso que as pessoas tenham consciência ao julgar processos administrativos e saibam que a vida é mais importante do que documentos. Libere esse dinheiro e deixe a exigência, seja qual for o papel necessário, porque nenhum Tribunal de Contas exigirá essa documentação diante da urgência com que se reveste esse pleito.

Sr. Presidente, essa é uma sugestão que, comungado, lanço a esta Casa, para que todos lutem pela vida muito mais do que pelo cumprimento burocrático da tramitação de papéis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a, ao descrever os fatos que afligem a população do seu Estado, demonstra claramente a diferença entre a violência que hoje toma conta da população, visto que, às vezes, pessoas honestas cometem, no desespero, crimes como fez o motorista de ônibus, e a violência com a falta de atendimento para combater, com eficácia, o crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Paulo Paim, Efraim Morais e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as trapalhadas do governo loteado do PT já têm culpados. Na opinião do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, os culpados são os eleitores. Pelo menos foi o que ele disse, esta manhã, no noticioso Bom Dia, Brasil:

“O eleitorado brasileiro não deu maioria ao governo, preferindo que o PT partisse para compor com outros partidos e, assim, formar maioria na Câmara e no Senado. O povo é sábio. É assim a democracia; é da essência da democracia”, completou Dirceu, ao tentar justificar o loteamento do governo, que segue crescendo.

Na edição de hoje, a manchete principal de **O Estado de S. Paulo** diz o seguinte:

Loteamento político do governo provoca crise e Lula cobra ação

O loteamento prossegue, a despeito da forte reação do povo brasileiro, inclusive de expressivos nomes do próprio PT, como o Senador Eduardo Suplicy.

E para ilustrar que a intenção do loteamento caminha firme, os jornais de hoje denunciam: **LULA INSISTE EM ESCOLHA POLÍTICA PARA A ANP**

Fico imaginando como estarão se sentindo os eleitores, em todo o País... Não, Ministro Dirceu, o eleitorado não indicou qualquer caminho errado para o PT, muito menos a negociata e a falta de ética no processo de escolha de nomes para os cargos públicos.

Certamente, os eleitores esperavam eficiência do Presidente Lula e de seu partido. Não venha, agora, querer jogar a culpa por sobre os brasileiros que elegeram este governo.

Digo mais, taxativamente: nenhum eleitor votou em Lula para ter um governo loteado. Jamais! A expectativa era outra, que poderia se expressar com um governo ético e que, efetivamente não ficasse a perder tempo, deixando os dias correrem sem qualquer ação nem projeto nem obras.

As grandes trapalhadas do governo loteado do PT continuam firmes. Primeiro, no Ministério dos Transportes foi demitido o motorista Francisco Eriberto França, que ficou conhecido durante o processo de **impeachment** do Presidente Collor. De repente, um Deus nos acuda, e o motorista é readmitido.

Para essa readmissão, como confirma a Assessoria de Comunicação do Ministério dos Transportes, mais e mais trapalhadas. Eriberto foi contratado por meio de uma empresa que presta serviços terceirizados ao MT. O dinheiro público mais uma vez é jogado pela janela.

Na semana passada, a Nação assistiu estarecida ao episódio das trapalhadas do governo petista do Presidente Lula, na Câmara de Medicamentos da Agência de Vigilância Sanitária-ANVISA. Nove de seus 10 técnicos, todos cientistas de renome, deixaram os cargos, pela ação de sectarismo e partidarismo que está sucateando o serviço público no País. É uma reação compreensível. De toda a Nação, informada.

O Presidente Lula, esta é uma triste verdade, está levando o povo brasileiro a uma unanimidade nos reparos a sua ação como chefe de Estado. O que se vê e é contestado pelo povo são dois fatos indiscutíveis no governo petista: a ineficiência ou inação e, agora, de velas enfundadas, e marujos enfatuados em

nau capitânia, o *Espetáculo do Loteamento da Máquina Pública*.

Esta semana, por exemplo, o noticioso mais conhecido do País, o **Jornal Nacional**, abriu a edição de ontem, segunda-feira, mostrando o descontrole total do governo petista do Presidente Lula, cujos resultados desastrosos recaem duramente sobre as nossas populações.

O mau êxito do governo petista decorre da sua sem cerimônia no trato da administração pública. Primeiro, foi o episódio da FUNASA, em que seus diretores se demitiram voluntariamente pela ação política e nefasta com que o Presidente Lula nomeia os dirigentes dos órgãos públicos.

Na edição desta semana, a revista Veja, publica nas chamadas páginas amarelas, uma entrevista do chefe de outro Poder, o Ministro Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Suas críticas ao governo não podem ser simplesmente tachadas de duras; são análises da realidade.

Essa realidade, como observa Maurício Corrêa, mostra que “o governo tem dois pólos que atuam como czares. O presidente Lula flutua no meio dos dois.” Esses dois pólos são os Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e o da Casa Civil, José Dirceu.

Maurício Corrêa sintetiza bem a postura do Presidente, ao dizer que ele anda pelo Brasil adentro, “modulando o tom de acordo com os locais onde está.” Ou seja, puro **marketing** orquestrado pelo Palácio do Planalto.

Já tive ocasião, neste Plenário, de condenar esse centralismo que Lula depositou nas mãos do Ministro José Dirceu. O Presidente do STF assinala, a propósito, que “o centralismo está tão acentuado que tudo, no campo político, depende da Casa Civil.” E, ao referir-se ao Decreto nº 4.734, da presidência da República, em que Lula encheu o Ministro Dirceu de tantos poderes, Corrêa sentencia: “Fico pensando se talvez não esteja aí certa reminiscência concentratória do tipo stalinista, que ainda continua presidindo o subconsciente dos tempos passados.”

O Presidente Lula, no entender de Maurício Corrêa – e acho certo esse raciocínio – “deve ao país e aos seus eleitores uma explicação mais honesta a respeito da agenda adotada.” E completa:

Meu ponto é que o presidente já não é a mesma pessoa que se apresentou na campanha. A gente vê pela elegância dele em se vestir, pela forma de pentear o cabelo, suas gravatas e o modo de agir.

Esse modo de agir, principalmente na área administrativa, é motivo da grande preocupação dos brasileiros, hoje em dia. E isso também se reflete na imprensa. Dia-a-dia, novas denúncias sobre os já corriqueiros desconchavos do governo petista do Presidente Lula.

A parvoíce que vai se caracterizando como marca registrada do atual governo vai deixando duras seqüelas na administração pública, dado o frêmito surto e áspero que segue avassalante na intenção e prática de promover o aparelhamento político-petista do Estado.

Agora os casos de nepotismo, presentes em todos os Ministérios, muita coisa tem levado a administração federal ao caos, como denuncia o jornal **O Estado de S.Paulo**, em reportagem publicada domingo, com uma grande manchete, em grande destaque na primeira página: **"Máquina pública emperra; 70% das nomeações são políticas."**

Nessa oportuna reportagem, a conclusão do importante jornal paulista é semelhante à do presidente do STF. Eis o que diz a reportagem na chamada de primeira página:

Os métodos adotados pelo governo petista para preencher postos estratégicos da máquina federal não confirmam as promessas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que teria no governo o mais competente ministério que já se formou. O colapso do Instituto Nacional do Câncer e a inoperância da área de ciência e tecnologia são sinais disso. O que funcionou, na prática, foi a ocupação, com base em critérios políticos, de 709% dos 22 mil cargos de confiança.

O Espetáculo (aberrativo) do Loteamento não pára por aí. Na mesma edição em que o Estadão denuncia o propósito do governo de colocar o Estado a serviço do PT, o presidente do partido, o ex-deputado federal José Genoíno defendeu as nomeações por critérios políticos. Ele ressaltou que tais designações devem, no entanto, seguir os princípios de idoneidade e de competência.

Não é o que se está vendo.

Basta citar o caso do Instituto do Câncer, em que a deliberação petista fez vista cega à competência, nomeando para diretora administrativa uma figura especializada em parques e jardins.

Ao contrário de Genoíno, que indaga estranhamente "por que a gritaria?", outro é o comportamento de seu companheiro de partido, o Senador Eduardo

Suplicy. Ele disse ao **O Estado de S.Paulo** que não se sente bem em ver o governo fazer loteamento de cargos: **"Não me sinto bem em ver o governo lidar com este tipo de procedimento. Não acho saudável e o PT era crítico desta forma de agir"**.

O ilustre Senador por São Paulo também condenou, na mesma entrevista, o excesso de poder do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, o que, no entender do parlamentar, "atrapalha o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dirceu está assoberbado demais com esta questão de nomear e desnomear, e atender a esta ou àquela sigla."

Contrário à razão e ao bom senso, esse Espetáculo de Disparates Petistas segue firme, pando e enfunado. Vai navegando, indiferente aos aspectos éticos. Os desacertos multiplicam-se nessa marcha batida do loteamento.

Os absurdos são tamanhos e tantos que já viraram rotina. O jornal **O Estado de S.Paulo** chegou até a criar uma subeditoria, dentro da editoria do noticiário nacional. Adivinhem o nome?: GOVERNO LOTEADO.

Na página 6 da edição de domingo, essa inusitada editoria publica, em manchete na extensão total das oito colunas, trouxe o seguinte título:

Nepotismo beneficia mulheres de ministros

No subtítulo, diz a notícia: *Mulheres de Dirceu, Palocci e Berzoini têm emprego no governo com salários de até R\$7 mil.*

No texto, a notícia assinala: "Entre outros exemplos de nepotismo que corre solto no governo está o das mulheres de quatro das principais figuras dirigentes da República: Margareth Rose Silva Palocci, mulher do Ministro Antonio Palocci Filho; Maria Rita Garcia, de José Dirceu (Gabinete Civil); Sônia Lourdes Rodrigues Berzonini, de Ricardo Berzoini (Previdência); e Milanésia Cunha, do presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Margareth está na Funasa; Maria Rita, na Escola de Administração Pública; Sônia, no gabinete do Deputado Paulo Bernardo (PT-PR), e Milanésia, na presidência do Sesi, que, na divisão do bolo petista, ficou com o ex-deputado Jair Meneguelli, derrotado na eleição passada.

Tem mais, Sr. Presidente. Na visita que fez à sede da CUT, também na semana passada, o Presidente Lula mais uma vez perdeu-se em ufanismos inconseqüentes, pintando o Brasil com cores bem diferentes das mostradas pela realidade. Ele até usou uma palavra cujo significado provavelmente desconhece. "O Brasil está numa fase *transcendente*". Talvez ele não saiba que, com isso, disse que a fase atual do País é *sublime*.

Pode ser que assim seja. Mas só para o próprio Presidente, seus familiares e para o grupo encastelado no Planalto e no Alvorada, onde as mordomias de tantas que são ofuscam o cenário de verdade de lá fora.

Por isso, Sr. Presidente, pego um jornal, o primeiro que me vem à mão, a **Folha de S.Paulo**. E vejo a manchete principal, na capa, ao longo das oito colunas:

ECONOMIA ENCOLHE E MOSTRA RECESSÃO

Seria muito bom que o Presidente também lesse os jornais. Ninguém quer um Presidente capiongo ou jururu. Um pouco de otimismo é até bom. Mas daí a tentar encobrir a realidade que a população enfrenta, vai uma longa distância.

Nas edições de ontem – e aí temos um pouco mais de realidade – ficamos sabendo, pelos dados do IBGE, que o consumo das famílias brasileiras caiu 16,4%. É muita coisa, Senhor Lula! E se quer saber, isso ocorre porque daquela sua promessa de 10 milhões de empregos, ninguém sabe, ninguém viu.

Requeiro, Sr. Presidente, que as notícias da **Folha de S.Paulo** e as do **O Estado de S.Paulo** integrem este pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado da República, e, assim, o historiador do futuro venha a ter elementos de avaliação de um tempo – o de hoje – em que o Presidente se ocupa em blasonar enquanto, para a população, os alegres dados de Lula não batem com nada, das prateleiras dos supermercados aos preços das passagens de ônibus.

São estas as notícias:

“PIB cai 1,6% no segundo trimestre e sinaliza recessão

Luiz André Ferreira
da **Folha Online**, no Rio

A economia brasileira entrou tecnicamente em recessão no primeiro semestre de 2003. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas do país) teve uma queda de 1,6% no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre deste ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, o PIB apresentou queda de 1,4%.

Ambos os resultados são piores do que o esperado. No mercado financeiro, a

expectativa era de queda de 0,5% no segundo trimestre.

Além disso, o IBGE revisou a queda do PIB registrada no primeiro trimestre de -0,1% para -0,6%.

Para a maioria dos economistas brasileiros e estrangeiros, dois trimestres seguidos de retração no total de riquezas produzidas por um país configura um cenário de recessão.

Juros

A economia brasileira encolheu nos dois primeiros trimestres do governo Luiz Inácio Lula da Silva devido principalmente ao forte aperto monetário imposto pelo Banco Central para conter a inflação.

No período, a taxa básica de juros da economia brasileira -a Selic- chegou a atingir 26,5% ao ano, o maior patamar desde 1999.

Essa política de juros altos, apesar de ter se mostrado eficiente para baixar a inflação, teve como efeitos colaterais a drástica redução dos investimentos no setor produtivo e o forte desaquecimento do consumo. Com isso, o país entrou em recessão.

Semestre

No primeiro semestre do ano ficou praticamente estável, com uma pequena variação positiva de 0,3%, na comparação com o primeiro semestre de 2002. Contribuíram para esse resultado positivo o crescimento de 5,7% no PIB da agropecuária e 0,4% no setor de serviços.

A indústria brasileira, no entanto, registrou uma queda de 0,5% no período. Dentro dos subsetores da indústria, a construção civil foi a única que teve queda, de 6,5%.

1º Orçamento de Lula prevê aumento da carga tributária

Folha de S.Paulo

O projeto do Orçamento de 2004 enviado ao Congresso ontem conta com um aumento da carga tributária de R\$ 7,6 bilhões em relação a este ano. Metade dos gastos com custeio e investimentos programados no projeto depende dos votos de deputados

e senadores em reformas constitucionais e projetos de lei em tramitação no Congresso.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, afirmou que a intenção do governo não é elevar a arrecadação via aumento de impostos, mas não detalhou como o governo quer compensar os aumentos previstos no Orçamento.

Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), a carga tributária federal passará de 22,72% este ano para 23,23% em 2004, segundo o projeto do Orçamento. Não está incluída a carga tributária de Estados e municípios. O próprio ministro disse que não seria possível comparar os números com a carga de 2002 porque naquele ano a Receita recebeu mais de R\$ 20 bilhões em receitas atípicas, principalmente pagamentos atrasados de fundos de pensão.

CPMF

Do total de R\$ 402,2 bilhões em receitas previstas para 2004, R\$ 30,2 bilhões são condicionadas, ou seja, dependem de uma autorização legislativa. A prorrogação da CPMF -que está na reforma tributária- e da alíquota de 27,5% da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas seriam responsáveis por R\$ 22,6 bilhões.

Cerca de R\$ 3,2 bilhões virão da contribuição dos servidores públicos inativos e do aumento do teto de contribuições para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que estão na reforma previdenciária. Além disso, outros R\$ 4,4 bilhões estão vinculados à criação de uma contribuição social sobre produtos importados, prevista na reforma tributária. "O governo está apostando na aprovação das reformas pelo Congresso", disse o ministro Mantega.

A CPMF e a alíquota do IR já estão incluídas na carga tributária deste ano, mas os demais aumentos não estão. "Eu posso afirmar que o propósito do governo não é aumentar a carga", disse.

Segundo ele, os aumentos serão compensados com reduções de outros impostos. E citou o exemplo da retirada do Imposto sobre Produtos Industrializados na produção de bens de capital (máquinas e equipamentos). O governo não fará isso de uma única vez.

Mantega não informou os percentuais de aumento do salário mínimo e do salário dos servidores públicos no ano que vem.

O ministro explicou que o reajuste do mínimo será decidido pelo presidente Lula, embora as projeções do Orçamento tenham levado em conta um aumento de 5% acima da inflação. Em uma das notas divulgadas ontem, o governo indica que o reajuste será transferido de abril para maio.

Despesas

As despesas previstas para o ano que vem são de R\$ 299,6 bilhões, um crescimento de 13% em relação ao previsto para este ano. Já as transferências para Estados e municípios aumentarão para R\$ 60,2 bilhões, um crescimento de apenas 4,9%. O aumento das receitas é de 11,3% em relação a este ano.

Mantega explicou que boa parte do aumento das receitas virá da melhora da atividade econômica. A projeção para o crescimento econômico em 2004 é de 3,5%.

O projeto do Orçamento ainda prevê que o dólar chegue a R\$ 3,20 este ano e a R\$ 3,51 em 2004.

A queda nas taxas de juros ocorrida neste ano continuará em 2004, segundo o projeto, fazendo com que a média fique em 15,17% ao ano em 2004. Hoje, a taxa é de 24% ao ano. A redução dos juros fará com que a despesa com a rolagem da dívida pública caia de R\$ 91,5 bilhões para R\$ 85 bilhões.

Mesmo assim, o governo manterá a meta de superávit primário (receitas menos despesas, exceto pagamento de juros) de 2,45% do PIB no ano para o governo federal. Para o conjunto do setor público, a meta continua em 4,25%.

CNI diz que tributária tem "tendência de aumento de carga"

da Folha Online

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), acompanhado de outros 26 empresários, entregou ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), um documento em que diz haver "tendência de aumento da carga tributária".

ria" no texto do substitutivo apresentado pelo relator da reforma tributária, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Segundo o documento, o aumento da carga tributária se daria em três situações: maior facilidade para criação de novos impostos ou fixação de alíquotas mínimas, extrema dificuldade para mudar as alíquotas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e fomento a novas vinculações de receitas.

Leia abaixo a conclusão do documento da CNI.

"Conclusão"

"Conforme já destacado no início, não é possível prever a carga tributária sem saber quais serão as bases de cálculo e as alíquotas a serem adotadas. A Constituição, por não conter base de cálculo ou alíquota, não estabelece diretamente uma dada carga. Todavia, ao estabelecer o ambiente normativo, o texto constitucional condiciona o resultado final do processo de instalação de uma nova sistemática tributária e abre oportunidade para o aumento da carga.

O texto apresentado pelo Relator e aprovado pela Comissão Especial não apenas concentra nas mãos do legislador ordinário poderes suficientes para promover aumento da carga como também estabelece uma série de condicionantes que induzem fortemente ao aumento da carga.

Se o legislador infraconstitucional for um "legislador Hércules", esclarecido, que pondere todas as variáveis em jogo e faça escolhas felizes, é possível que não haja aumento de carga. Entretanto, se o legislador infraconstitucional só conseguir apreender parte da realidade e deixar predominar a visão de interesses específicos e setoriais, é bem provável que do somatório de decisões isoladamente racionais, tenha-se uma decisão coletiva irracional.

Há que se considerar que o processo decisório do Poder Público após outubro de 1988 tem sido marcado por compreensões parciais da realidade e decisões que, dentro da ótica parcial, fazem sentido (necessidades de caixa, por exemplo), mas que no somatório da sociedade, são irracionais. Permanecendo esta característica do processo decisório, nada leva a crer que a escalada da carga tributária, de 25% no início dos anos 90 aos atuais 36% pare no atual nível."

Excesso de poder de Dirceu prejudica governo, diz Suplicy

O senador também afirmou que não se sente bem em ver o governo fazer loteamento de cargos. "Não me sinto em ver o governo lidar com este tipo de procedimento. Não acho saudável e o PT era crítico desta forma de agir", comentou.

São Paulo – O senador Eduardo Suplicy disse hoje, ao chegar a sede do PT em São Paulo, que o excesso de poder do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, atrapalha o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação do senador, Dirceu está "assoberbado demais com esta questão de nomear e desnomear, e atender a esta ou aquela sigla".

Desta maneira, entende Suplicy "que às vezes não lhe sobra tempo para reflexões mais importante que tem de ser feitas com a velocidade que o Governo Lula precisa para avançar nesta direção". Entre estas reflexões que ficam em segundo plano, o senador citou questões econômicas e de política social.

Neste final de semana, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Mauricio Corrêa, criticou o governo em entrevista à revista *Veja* e afirmou que os ministros Dirceu e Antonio Palocci (Fazenda) centralizam as decisões do Governo. "Esta é a descrição de um fato que acontece", concordou Suplicy sobre o poder dos dois.

O senador também afirmou que não se sente bem em ver o governo fazer loteamento de cargos. "Não me sinto em ver o governo lidar com este tipo de procedimento. Não acho saudável e o PT era crítico desta forma de agir", comentou.

Suplicy ressaltou que toda sua trajetória política nunca indicou ninguém, porque sempre quis se sentir independente. "Se eu indicasse alguém e votasse diferente, ou durante o pronunciamento ressaltasse uma crítica, mesmo que construtiva, e depois o ministro cortasse esta pessoa que eu indiquei por causa de minha atitude, não acho isso saudável", disse.

Na opinião do senador, é difícil escolher pessoas para participarem de um governo. "Mas sempre achei importante que fosse a escolha dos mais competentes possíveis, idôneos e afinados com o programa de governo. Mas não razões do tipo se

aquela pessoa foi indicada por alguém e vai votar desta ou daquela maneira”, disse.

Na avaliação do senador, pode fazer bem pessoas com a autoridade de Corrêa, como presidente do STF, “mostrem coisas importantes para o governo perceber”. Suplicy ressaltou que não concorda com o presidente do STF, de que Lula mudou ao assumir o poder. “O Lula continua a ser a mesma pessoa e mantém os mesmos compromissos que fazem parte da trajetória dele. O presidente não está tendo atitudes de deslumbremento com o poder”, concluiu o senador.

Ana Paula Scinocca “

“Com 70% de nomeações políticas, PT emperra governo

Apesar das promessas de campanha, critério técnico perde força e muitos setores vão mal

João Domingos

Brasília – O colapso do Instituto Nacional do Câncer (Inca), tornado público nos últimos dez dias, e a inoperância da área de ciência e tecnologia desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva são dois claros sinais – e há outros – de que o procedimento adotado pelo governo petista para preencher postos estratégicos da máquina federal não confirma as solenes promessas feitas pelo presidente entre sua vitória em outubro e sua posse em janeiro, de que teria no governo “o mais competente ministério que já se formou” e “as melhores cabeças” do País.

Na prática, empossados ministros e auxiliares diretos do Planalto, a ordem foi partidizar a administração – um trabalho que por muitas semanas se concentrou, principalmente, na sala do ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Dia a dia, o que ali se pôs em prática foi a ocupação, com base em critérios políticos, de 70% dos 22 mil cargos de confiança espalhados pelo País. Ao PT e seus aliados – que têm recebido o que chamam de migalhas e reclamam todo dia – cabem 15.400 cargos. Desse total, as nomeações puramente técnicas vão alcançar 30%, ou 6.600 cargos.

As contas não são da oposição. Elas foram apresentadas ao Estado pelo presidente do PT, José Genoíno. “Vencer a eleição e não mudar? Para que serviu então a eleição? Mas vamos parar nos 70%. Nos outros 30% serão mantidos técnicos competentes que estão no cargo desde o governo anterior.”

Ideologias à parte, ser nomeado para um cargo de confiança significa pelo menos R\$ 1,8 mil de auxílio-moradia, além do salário, em média de R\$ 5 mil.

O benefício, mais a sensação de poder de quem se acostumou a ser oposição, causa euforia entre os que têm cargos importantes.

Eles têm código próprio. Recentemente, no lançamento de um livro de Frei Betto a respeito de Lula, assessores do governo fizeram da noite de autógrafos um acontecimento especial. Sem perceber que na mesa havia um jornalista, começaram a contar piadinhas que jamais arrancariam riso de alguém de fora.

Como esta: “Sabem o que o pai petista perguntou ao filho recém-nascido?” A roda se concentrou à espera da resposta: “Que DAS você vai ser quando crescer?” A mesa gargalhou. DAS, ou Direção e Assessoramento Superior, é um cargo de confiança. Vai de 1 a 6, com salários de R\$ 2,5 mil a R\$ 6 mil.

Inimigo – Quando acatou a ordem do Planalto para demitir o auxiliar Antônio Carlos de Andrade, petista da facção contrária à reforma da Previdência -, o ministro da Saúde, Humberto Costa, disse que não dava para conviver com o inimigo. Mas, na montagem do ministério, o PT acabou criando condições para a existência desse inimigo.

Para evitar que ministérios inteiros ficassem com um só partido, Lula criou o que chama de “horizontalização”. Nesse processo, o secretário-executivo e escalões abaixo devem ser de outro partido. Só que, antes que tudo acabasse em briga, o tranqüilo, mas precavido ministro da Cultura, Gilberto Gil, rejeitou o secretário-executivo que o PT lhe arranjava, Márcio Meira.

Internamente, o PT mostra-se envergonhado com a repercussão da demissão de Andrade. Ele é marido da deputada Maria José Maninha (DF), que se absteve na votação da Previdência. Sua exoneração seria a punição à deputada. O secretário de Organização do PT, Sílvio Pereira, deixa claro que quem desobedecer será mesmo punido. “As pessoas querem ter só bônus e não ter ônus? Que coerência é essa? Qual indicação do governo não é política? Todas são. Faz parte da rotina.”

Petrobrás – Na mesma linha, Genoíno gaba-se de que na Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e empresas elétricas não há reclamação sobre nomea-

ções políticas. “Lá, todo mundo é do corpo técnico”, diz. Esquece-se de que o presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra (PT), foi derrotado na disputa ao governo de Sergipe antes de ser indicado para a estatal. Dutra é funcionário da Petrobrás, mas a nomeação, mais uma vez, foi política.

Na guerra por indicações não se pode dizer que a escolha é tranqüila. Por pressão do prefeito de Quixadá, o petista Hilário Marques, sua mulher Rachel Marques foi nomeada presidente da Companhia Docas do Ceará, que administra o Porto do Mucuripe. Rachel certamente é desconhecida de boa parte dos petistas, mas não da direção. Por causa dela, em 2001 Dirceu, então presidente do PT, teve de divulgar uma carta de compromissos contra o nepotismo e enquadrar o pessoal do PT que teimava por conseguir um cargo fácil. Como tantos outros parentes de petistas que chegaram às prefeituras, ela fora nomeada pelo marido secretária de Saúde de Quixadá. Dois anos depois, avançou para um cargo administrativo muito diferente.

Nepotismo – Por que o PT, depois de ter divulgado a carta-compromisso, sucumbiu à prática do nepotismo e das nomeações políticas? O deputado Paulo Delgado (MG) acha que o PT é vítima de uma velha prática de administrações, não importa a tendência política. “Durante nossa existência, consideramos escândalo o que era um costume. E, agora, somos cobrados pelo uso desse costume.”

O governador do Piauí, o petista Wellington Dias, alegou que seu Estado sempre teve dificuldade de emplacar alguém em cargo importante, esquecendo dos ministros da Justiça Petrônio Portella, um dos mais poderosos políticos no governo militar, e da Saúde, Dirceu Arcoverde. Nomeou Francisco Guedes, seu ex-assessor na Câmara, para presidir a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Em sinal de gratidão, Guedes indicou Viviane de Moraes Moura, cunhada de Wellington, para a chefia da assessoria jurídica da Codevasf. Uma troca de favores muito habitual em qualquer governo.

O Ministério da Fazenda é uma exceção na linha de montagem de máquinas partidárias. Lá, dizem os petistas, quase todo mundo foi aproveitado do antigo corpo técnico. Não existem reclamações dos partidos quanto à ocupação dos cargos no mi-

nistério dirigido por Antônio Palocci. Não sem motivo: sabem que se trata de uma área de domínio do presidente Lula.”

Lula Insiste em Escolha Política para a ANP

“O Estado de S.Paulo:

João Domingos e Demétrio Weber

Brasília – O governo vai insistir nas nomeações políticas para cargos de direção das agências reguladoras. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu para uma das vagas de diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) o ex-deputado Haroldo Lima, do PC do B da Bahia. O nome de Lima, um dos fundadores da Ação Popular Marxista-Leninista, que a partir de 1972 se juntaria ao PC do B – partido do qual nunca se afastou – terá de ser enviado ao Senado, conforme determina a lei que criou a agência reguladora.

Foi justamente no exame da indicação do ex-deputado Luiz Alfredo Salomão para a vaga agora dada a Lima que o governo Lula sofreu sua primeira e maior derrota no Senado. Ex-PDT, agora no PT, Luiz Salomão teve sua indicação para o cargo de diretor da ANP rejeitada por 40 votos. Ele conseguiu o apoio de apenas 23 senadores, em votação secreta. Houve ainda uma abstenção. Foi a primeira indicação de presidente derrubada pelos senadores. O resultado surpreendeu o governo e o próprio Salomão, que até mandara confeccionar os convites para a posse.

O presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, disse ontem que ainda não tem informações sobre a indicação de Haroldo Lima (RJ) para a diretoria da ANP.

Mas fez elogios ao perfil do ex-deputado. “Ele tem capacidade para ocupar qualquer cargo público; é um engenheiro que conhece o setor como poucos”, afirmou. Depois, em tom de brincadeira, falou que não pode ficar dando palpites sobre a nomeação dos diretores da ANP, porque a agência regula as atividades da Petrobrás.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadoras, ao ocupar esta tribuna para cumprir o doloroso dever de comunicar aos nobres pares o falecimento de minha mãe, dona Itália Ventura da Silva Paim, ocorrido na última sexta-feira, gostaria de manifestar os agradecimentos da nossa família à equipe médica liderada pelo Dr. Everton Curi Paulo Quadros, do Hospital Santa Rita, em Porto Alegre.

Com profissionalismo e dedicação, essa equipe tratou de minha mãe, que sofria de câncer na garganta, prestando-lhe assistência durante toda sua enfermidade e acompanhando carinhosamente seus últimos momentos de vida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também estender esse agradecimento a todos os médicos e enfermeiras do Brasil que são incansáveis na luta contra as doenças para salvar vidas.

Fui informado do seu falecimento quando, na condição de presidente desta Casa, eu acabava de receber uma comitiva da Liga Parlamentar Japonesa, que esteve em Brasília em missão oficial para verificar a possibilidade de se utilizar, naquele país, o modelo brasileiro de mistura de álcool à gasolina, com importação do etanol do Brasil.

Imediatamente cancelei a agenda do resto da sexta-feira e o mais rapidamente possível embarquei para Porto Alegre, a tempo apenas de participar do seu velório e do seu sepultamento, sábado, no Cemitério Parque Jardim São Vicente, em Canoas. E quando cheguei ao velório eis já havia uma coroa de flores do Presidente desta Casa, Senador José Sarney e da sua esposa, Marli, a quem quero agradecer carinhosamente pelo gesto tão confortante como esse num momento de muita dor.

Minha mãe era natural de Bom Jesus. Há 30 anos era viúva do meu pai, o metalúrgico Ignácio Alves Paim, moraram em Caxias do Sul, onde nascemos eu e meus nove irmãos.

Em tempos de muita dificuldade para a família, ela criou todos os filhos com muito carinho. Apesar das dificuldades, conseguiu formar três filhos: um advogado, um contador e um médico.

Participou ativamente da nossa formação política. Desde os tempos de política estudantil, ela acompanhou e estimulou toda a nossa caminhada.

Nas vitórias que tivemos no movimento sindical, nas quatro eleições para a Câmara dos Deputados até chegar ao Senado da República o primeiro voto partia dela. Com ela dividia essas vitórias.

Na nossa saudade, dos seus 25 netos e 12 bisnetos, fica a certeza de termos convivido com uma mãe maravilhosa, pois lutou para oferecer uma vida melhor para seus filhos.

Desejo, ainda, Sr. Presidente, tratar de um segundo assunto.

Quero fazer o registro de importante artigo de Sueli Carneiro, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 29 de agosto de 2003.

Sueli Carneiro fez em sua coluna quinzenal no **Correio Braziliense** uma reflexão sobre a “ética do cuidado, da responsabilidade e da solidariedade”, defendida pelo teólogo Leonardo Boff, porque se preocupa com a formação dos valores neste momento da sociedade brasileira.

Já nos referimos nesta tribuna ao fato que motivou as reflexões da colunista. Trata-se do episódio da manifestação de discriminação racial ocorrida na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, numa atividade de grupo do curso de Pedagogia, atividade esta desenvolvida em sala de aula, na disciplina História da Formação Social do Rio Grande do Sul.

Estão em curso inquérito civil público e inquérito criminal, resultado da iniciativa das entidades negras gaúchas, para que se possa apurar o fato e definir responsabilidades no episódio.

Curiosamente, enquanto apuração de responsabilidades vai se processando lentamente, a aluna de terceiro semestre, Quênia Lopes de Moraes, negra, responsável pela denúncia dos fatos, “está sendo hostilizada no campus em que estuda”.

Sueli muito apropriadamente afirma que o que esperamos de professores e educadores é que sejam portadores “da ética do cuidado, responsabilidade e solidariedade em relação ao outro que lhe cabe formar e devolver íntegro ao mundo, jamais cúmplice de ideologias de opressão”.

A Reitoria também ainda não respondeu à sugestão encaminhada pelo Movimento Negro, “de realização de seminários de desagravo com as mesmas turmas que desenvolveram o julgamento simulado”, julgamento que amesquinhou e desumanizou a participação de negros e indígenas na formação do Rio Grande do Sul.

Os seminários propostos pelo Movimento Negro visam à valorização da diversidade, da pluralidade racial e étnica como dimensão essencial de nossa formação como povo.

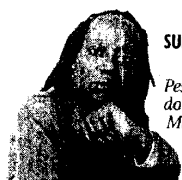
Cumprimento Sueli Carneiro pelas reflexões que vem, com tanto brilho, fazendo em sua coluna no **Correio Braziliense**. Creio que, exceto no período abolicionista, nunca houve na imprensa brasileira um espaço regularmente ocupado para tratar de relações raciais, de uma ótica negra. E ela o vem fazendo com destaque há mais ou menos três anos.

Cumprimento também o **Correio Braziliense**, que com a experiência inédita em nossa mídia, consolida sua posição de um dos modernos veículos de comunicação do País.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU
PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Cuidado, responsabilidade e solidariedade



SUELI CARNEIRO

*Pesquisadora do CNPq e diretora
do Celedés — Instituto da
Mulher Negra*

Quênia Lopes de Moraes é negra, aluna da faculdade de pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O professor da disciplina História da Formação Social do Rio Grande do Sul sugeriu aos alunos um trabalho que consistiria num julgamento da História, espécie de júri simulado em que os alunos se dividiriam em defesa e acusação para julgar o tema escolhido: a contribuição de negros e indígenas para a formação do Rio Grande do Sul.

O que pretendia ser um momento de reflexão crítica sobre as idéias que povoam o imaginário social acerca desses dois grupos étnicos naquele estado resultou numa sessão de constrangimento e violência psicológica para a aluna em questão, que teve que ouvir toda sorte de preconceitos atribuídos aos negros serem verbalizados em sala de aula. Protegidos pela impunidade que o caráter de júri simulado assegurava, os alunos puderam dar vocalidade a todas as suas idéias racistas e preconceituosas, sem a mediação crítica do professor, que entendia ser o objetivo fundamental daquele trabalho a exposição das idéias que circulam sobre o tema.

Acuada, em desvantagem, pois, como sempre minoria numa classe universitária, Quênia reage e faz circular um manifesto em que denuncia as humilhações sofridas. Diz ela: "Levantei então para o meu professor e meus colegas a seguinte questão: como posso eu, afrodescendente, ouvir esse monte de m... e não levar para o pessoal? Como posso eu acreditar que o que foi dito naquela sala de aula, onde todos riam muito com as colocações de ambas as partes, inclusive o próprio professor,

não passou de um mero trabalho? Não podemos aceitar que esse tipo de trabalho continue sendo executado nas universidades brasileiras, onde apenas está sendo dada a oportunidade de os brancos exteriorizarem preconceitos e discriminações contra nós, negros e negras, sem receio de falarem o que pensam!"

Quênia é jovem, mas tem enorme coragem e capacidade de indignação. Por isso, apesar da desigualdade do confronto, traz à luz, para fora dos muros da universidade, práticas que, pretensamente destinadas a questionar o racismo, prestam-se a reforçá-lo pela falta de cuidado e solidariedade em relação à delicadeza do tema e da posição de vulnerabilidade em que esse debate coloca jovens e solitários estudantes negros dentro de uma sala de aula.

A resposta do professor ao seu manifesto é defensiva. Ao invés de aceitar a reflexão necessária sobre os cuidados devidos sobretudo pelo educador na condução de uma experiência daquela natureza pelos riscos que ela contém de exacerbação de ânimos e de extração dos limites acadêmicos ele, como esperado, culpa a estudante.

A estratégia de defesa do professor é a desqualificação da aluna: diz ele que "os seus estudos são inadequados, que ela não se preparou o suficiente para o debate proposto, que o seu trabalho não estava fundamentado em pesquisas" e, por fim, acusa-a de incapacidade pedagógica.

Quênia tem 19 anos, está em seu terceiro semestre do curso e já está diagnosticada pelo professor a sua incapacidade pedagógica cujo reflexo seria sua suposta incompetência para rebater as teses racistas defendidas por seus colegas de classe no julgamento simulado. Rebaixar a capacidade cognitiva de alunos negros tem sido historicamente uma prática pedagógica consistente da pedagogia racista.

Em recente palestra sobre a ética e a formação dos valores da sociedade, Leonardo Boff, ao discutir a crise de valores que atravessa todas as sociedades neste momento da história da humanidade, contrapõe a ela a busca decidida de

nova ética fundada em três grandes eixos: o cuidado, a responsabilidade e solidariedade.

Por ética do cuidado Boff entende "um consenso mínimo a partir do qual possamos nos amparar e elaborar uma atitude cuidadosa, protetora e amorosa para com a realidade... esse afeto vibra diante da vida, protege, quer expandir a vida". A ética da responsabilidade se orienta, segundo Boff, pelo seguinte princípio: "Aja de tal maneira que sua ação não seja destrutiva. Aja de tal maneira que sua ação seja benevolente. Ajude a vida a se conservar, a se expandir, a irradiar". E, por fim, a solidariedade é o elo final que amarra essa tríade de valores capazes de estabelecer, diz Boff, "um patamar mínimo para que alcancemos um padrão de comportamento que seja humanitário, isto é, tratando humanamente os seres humanos e tratando bem a vida que vai além da nossa vida".¹

A urgência de recomposição de tais valores está presente no caso de Quênia, que recoloca o problema racial no âmbito do cotidiano escolar e em especial na relação aluno-professor. Professor de quem se espera seja portador da ética do cuidado, responsabilidade e solidariedade em relação ao outro que lhe cabe formar e devolver íntegro ao mundo, jamais cúmplice de ideologias de opressão.

Por ação de entidades negras locais, inquérito civil público e inquérito criminal sobre caso estão em curso. A Reitoria da Universidade abriu sindicância interna para apurar o fato, mas ainda não se posicionou diante da reivindicação das organizações negras de realização de seminários de desagravo com as mesmas turmas que desenvolveram o julgamento simulado para que haja possibilidade de um outro olhar sobre a contribuição dos negros à formação do estado. No lugar de uma ética do cuidado reparadora do dano moral e emocional sofrido por Quênia, a aluna que ousou questionar os procedimentos pedagógicos adotados naquela atividade está sendo hostilizada no campus em que estuda.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo de se proceder à reforma do Estado deve sempre ser o de construir instituições que fortaleçam o aparato do Estado para que este possa fazer o que deve fazer e evitar o que não deve fazer.

A teoria econômica mais moderna conclui que os mercados não são totalmente eficientes e que a intervenção do Estado pode melhorar as distribuições resultantes do mercado. O Estado desempenha um papel importante, não só garantindo a segurança física para cada cidadão e assumindo a realização de outras metas sociais, como também participando da promoção do desenvolvimento econômico. Porém, nada garante que a intervenção do Estado será efetivamente benéfica. Ao operar com a informação limitada e sob pressões de interesses especiais, os funcionários públicos poderiam ignorar como realizar ações que promovam o bem-estar geral, mais que o seu próprio ou o de seus aliados privados, ou simplesmente poderiam não querer empreendê-las. Por um lado, a tarefa da reforma do Estado consiste em equipar o Estado com os instrumentos para levar a cabo uma intervenção efetiva; por outro lado, consiste em criar incentivos para que os funcionários públicos atuem de acordo com o interesse público. Alguns desses incentivos podem ser obtidos por meio da organização interna do governo, porém estes não são suficientes. Para o governo ter uma boa atuação, a burocracia deve estar efetivamente supervisionada pelos políticos eleitos, que, por sua vez, devem prestar contas aos cidadãos. Em particular, os políticos devem utilizar o conhecimento que possuem os cidadãos sobre o funcionamento da burocracia para vigiar os burocratas; para tanto os cidadãos devem ser capazes de discernir sobre a responsabilidade desses burocratas e sancioná-los apropriadamente, de maneira que os governos que tenham um bom desempenho permaneçam no poder e aqueles que não o tenham não permaneçam no poder. Se estes mecanismos estão bem desenhados, uma economia com um Estado intervencionista gerará um melhor desempenho que uma economia de mercado funcionando por sua própria conta.

Podemos citar, para resumir o que dissemos, a afirmação de James Madison, na obra: **O Federalista**:

No desenho de um governo, através do qual os homens deveriam administrar homens, a grande dificuldade consiste em: primeiro, deve-se capacitar o governo para que controle os governados e, depois, obrigá-los que se controlem a si mesmos.

Faz-se necessário um esclarecimento. Muitos dos problemas vinculados ao desenho das instituições estatais surgem devido ao fato de que os políticos eleitos e os burocratas designados tenham interesses e objetivos próprios. Não estou afirmando que todos os funcionários públicos são motivados só por seus interesses pessoais. Sei que muitos se preocupam com o bem-estar público; de fato, existem boas razões para crer que muitos dos que ingressam no serviço público o fazem porque desejam servir ao público. Porém, o funcionamento das instituições não pode depender da boa vontade das pessoas que as integram. Como assinala Madison: “o objetivo de toda constituição política é – ou deve ser –, primeiro, indicar para governantes, homens que possuem a sabedoria para discernir e que sejam virtuosos para perseguirem o bem comum da sociedade; e, em segundo lugar, deve-se tomar as maiores precauções para conservá-los virtuosos no tempo que lhes é confiado o interesse público”.

Uma vez que entendemos que os mercados, inevitavelmente, são incompletos, e que os agentes econômicos têm acesso a informação diferente, descobrimos que não existe uma coisa equivalente ao “mercado”, mas somente sistemas econômicos organizados de maneira diferente. A mera linguagem de “mercado” sujeito a intervenções governamentais é enganosa. O problema que enfrentamos não é de “mercado” contra o “Estado”, mas o de instituições específicas que induzem os atores individuais – sejam eles agentes econômicos, políticos ou burocratas – a conduzir-se de uma maneira coletivamente benéfica.

Suponha que seu carro tenha estado fazendo ruídos raros. Vá a um mecânico, explique-lhe o problema, deixe o carro e espere o resultado. Um dia depois, o carro está pronto, e o mecânico lhe diz que necessitava de mudar os amortecedores e que foram necessárias cinco horas. Você paga e sai da oficina mecânica, o ruído acabou. Você escolhe o mecânico e pode recompensá-lo voltando sempre a ele se você está satisfeito com o serviço ou castigá-lo procurando outro mecânico se não está satisfeito. Mas há muitas coisas que os mecânicos sabem e que você ignora:

por exemplo, se o mecânico queria fazer o trabalho da melhor forma possível ou se se esforçou o menos possível para fazê-lo, se o carro requeria uma reparação maior ou somente um ligeiro ajuste, se realizou o trabalho em uma hora ou em cinco. Você é o “principal”, ele é o “agente”. Você o contratou para atuar em seu interesse, mas sabe que ele tem seus próprios interesses. Pode castigá-lo ou recompensá-lo. Mas você terá que decidir o que fazer em condições de informações imperfeitas, dado que ele sabe coisas que você ignora e faz coisas que você não vê. O que você poderia fazer para induzi-lo a trabalhar para você tão bem quanto possível?

A economia é uma rede de relações diversas e diferenciadas entre classes particulares de agentes e principais: gerentes e empregados, proprietários e administradores, investidores e empresários, cidadãos e políticos, políticos e burocratas. O desempenho das empresas, dos governos e da economia, como um todo, depende do desenho das instituições que regulam essas relações. O que importa é se os empregados têm incentivos para maximizar seus esforços, se os administradores têm incentivos para maximizar os benefícios, se os empresários têm incentivos para somente correr riscos com bons resultados, se os políticos têm incentivo para promover o bem-estar público, se os burocratas têm incentivo para implementar as metas fixadas pelos políticos.

O desempenho de um sistema econômico depende do desenho de todas essas relações: entre o Estado e os agentes econômicos privados, entre os políticos e os burocratas, assim como entre os cidadãos e o Estado, os agentes privados devem beneficiar-se ao atuar de acordo com o interesse público e devem ser penalizados quando não agem assim, o mesmo se aplica para os burocratas e os políticos.

Feita esta introdução, hoje pretendemos discutir a relação entre o governo e os agentes econômicos, que denominamos de regulação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o papel do Estado é único, a singularidade de seu papel é derivada de sua ação ao estabelecer as estruturas de incentivos entre os agentes privados exercendo o seu poder coercitivo legalmente qualificado, mandando ou proibindo algumas ações por intermédio da lei e mudando os preços relativos através do sistema fiscal.

Este é um exemplo. Suponha que eu compre um seguro contra roubo de carros. Dirijo-me ao meu destino e posso escolher entre um estacionamento a umas quantas quadras do lugar a que me dirijo, em

um local onde é provável que se roubem o carro. Como estou assegurado, corro o risco e estaciono no lugar mais perigoso. Agora entra em cena o Estado: cobra-me o imposto e o emprega para colocar um policial no lugar perigoso. Como resultado, o roubo de carros é menos provável, a companhia perde menos dinheiro e minha apólice diminui, mais que compensada pelo incremento do imposto. O Estado está inexplicavelmente presente em minha relação com a seguradora; apesar de nossa relação ser estritamente “privada”, está modelada pelo Estado. O Estado permeia a comunidade inteira; é um fator constitutivo das relações privadas. Os problemas de desenho institucional não podem ser evitados retirando o Estado da economia. Devem ser confrontados como tais.

A intervenção do governo na economia – por exemplo, o que se denomina regulação – não é um assunto simples nem se quer teoricamente, para não falar da prática. O problema genérico é o seguinte: a empresa regulada tem informação sobre algumas de suas condições, tais como seus custos de produção ou a demanda de seus insumos, que é superior à informação disponível para o governo – o “regulador”, entendido em termos amplos como os políticos eleitos ou os burocratas designados. Ainda mais, a empresa leva a cabo algumas ações que o regulador não pode observar diretamente, mas pode inferir da observação do produto ou da vigilância da empresa, incorrendo em um custo. O regulador tem a autoridade legal para estabelecer preços ou regras. Uma vez que a regulação se estabelece, a empresa decide se produz ou não e em que quantidade. O problema do regulador é estabelecer o menor intercâmbio entre os lucros da empresa e o excedente do consumidor. Dado que existem informação e ações ocultas, a regulação ótima não é possível. A empresa sempre obtém lucros. A regulação pode ser ótima só sujeita à informação disponível para o regulador; no mais se trata de uma “regulação de menor valor”.

Ademais, já que qualquer classe de intervenção governamental tem consequências distributivas, os diferentes grupos afetados pela regulação – empresas, indústrias, empregados, consumidores ou grupos de interesses – têm incentivos para buscar uma regulação que os beneficie e rechaçar uma regulação que os prejudique. Os reguladores, por sua vez, podem se beneficiar individualmente, ao oferecer a intervenção que pedem os agentes privados. Estas ambições privadas podem ir desde a simples reeleição até o enriquecimento dentro ou fora do cargo público. Como resultado, a regulação podia induzir laços cli-

entelistas entre os reguladores e os grupos regulados. Até este ponto a regulação é “endógena”, em outras palavras se apresenta em resposta às demandas dos grupos potencialmente afetados por ela.

Como exemplo, consideremos uma situação simplificada. Existem dois períodos. No primeiro período uma empresa, que é um monopólio natural pode ter custos altos ou baixos com determinadas probabilidades. Uma empresa com altos custos pode reduzi-los investindo, este investimento é socialmente benéfico. Um bom investimento governamental – aquele que maximiza o excedente do consumidor – ocorre quando o governo subsidia o investimento somente se a empresa tem altos custos no primeiro período, do contrário, o governo não deve pagar pelo investimento. Uma má intervenção é aquela na qual o governo não subsidia a empresa com altos custos ou subsídios a uma empresa com baixos custos e divide os lucros com a empresa.

O problema institucional é duplo: 1) como capacitar o governo para que realize uma boa intervenção? E, 2) como induzi-lo a atuar bem? Queremos hoje discutir a primeira questão, a segunda discutiremos em outra oportunidade.

Para ser capaz de realizar uma boa intervenção, o governo deve ter acesso à informação sobre os custos que enfrenta a empresa, legalmente deve ser capaz de estabelecer os preços para a empresa regulada (de maneira que o custo do investimento seja pago pelos consumidores) ou deve ser financeiramente capaz de subsidiar a empresa a partir dos ingressos que arrecada com os impostos. Porém, isto não é suficiente. A razão é que, ainda que a empresa receba os subsídios por parte dos consumidores ou diretamente do Estado, a empresa não investirá se não estiver razoavelmente segura de que os benefícios derivados do investimento não serão confiscados pelo Estado, uma vez que haja incorrido em custos abatidos. Suponha que a firma espere que seja mudada a equipe de governo e o novo governo lhe cobrará impostos pelos maiores benefícios. Então a empresa não investirá ainda que recebendo o subsídio e se o governo sabe que a empresa não investirá, então a intervenção governamental ótima no primeiro período, é não subsidiar o investimento, ainda que este seja socialmente benéfico. Neste problema, para que o governo seja capaz de promover um bom investimento, deve comprometer-se a não confiscar os benefícios da empresa no segundo período.

O problema do compromisso emerge do risco moral do principal. Ainda quando o governo deseja que a empresa invista, uma vez que a empresa realiza o investimento, o governo desejará cobrar-lhe impostos por estes benefícios. Portanto, os agentes não podem ficar seguros de que seu bom comportamento será recompensado, este problema está presente em muitas relações agente-principal, incluindo aquelas que são puramente privadas. Mas também é inerente às relações políticas. A fonte última da soberania política – exercida por um processo democrático – reside no “povo”, particularmente no Século XVIII. Isto implica que nenhum governo pode comprometer a todos os governos futuros. Não é possível outorgar uma garantia absoluta dos direitos de propriedade. Certo, os direitos de propriedade podem ser protegidos até certo ponto, pela Constituição. Mas as constituições não podem especificar tudo e devem deixar uma margem para a discricionariedade legislativa, bem como para a interpretação judicial. Além disto, ainda que o processo seja difícil, as constituições podem mudar, veja a nacionalização da indústria de cobre chilena através de uma emenda constitucional em 1970. Portanto, os direitos de propriedade são inerentemente inseguros.

Ainda que a subutilização dos recursos seja o custo desta insegurança, o compromisso nem sempre é ótimo. O perigo latente é que um governo em particular realize um mal compromisso, ou seja um que sirva a seus próprios interesses ou aos de seus aliados privados, mais que aos da nação.

Voltando ao nosso exemplo, um compromisso é socialmente benéfico, somente se o governo intervir bem durante o primeiro período, isto é se subsidiou a empresa com altos custos. Se o governo outorgou um subsídio à empresa com baixos custos, a empresa terá lucros às custas do público e caso se tenha comprometido a todos os governos futuros a não subir os impostos para a empresa, o novo governo não será capaz de recuperar estas rendas.

A diferença na estrutura temporal vinculada aos compromissos pode ser melhor vista invertendo uma analogia de Ulisses de Elster. No caso do bom compromisso, Ulisses antecipa, no primeiro momento, que escutará as Sereias no segundo momento e toma uma decisão antes de escutá-las. No caso de um compromisso ruim, já as escutou em um primeiro momento e se compromete influenciado por sua canção. E se os governos se prendem a si mesmo em respostas as pressões de interesses especiais, seu

compromisso não será ótimo. Portanto, um ponto institucional central da reforma do Estado é capacitar aos governos para fazerem bons compromissos e evitar que façam compromissos ruins.

Ainda que os compromissos se associem a boas políticas não é fácil fazê-los confiáveis. Em diversos países os compromissos estão obrigados por: 1) a revisão judicial das decisões dos corpos regulatórios (prevalecendo nos Estados Unidos, onde 80% das decisões da Agência de Proteção Ambiental são disputadas nas cortes de justiça); 2) uma legislação altamente detalhada (a regulação chilena da eletricidade de 1980); 3) contratos entre o governo e empresas obrigatórios sob a lei contratual (por exemplo o COBEE boliviano desde 1912). É fácil argumentarmos que sem a revisão judicial das decisões regulatórias, o regulador tem excessiva discricionariedade. E afirmamos que isto é especialmente correto para os países como o Brasil onde a Constituição provê uma regulação presidencial das leis. Isto é, para implementar uma lei, se requer o decreto presidencial que regula a lei. Portanto, a única forma na qual a legislatura pode comprometer o Executivo é escrevendo uma legislação extremamente detalhada. Mas aqui aparece um paradoxo, se o sistema político gera maiorias e disciplina partidária, esta legislação detalhada pode ser derrubada quando a maioria legislativa for modificada. Por outro lado, quando o sistema político gera um sistema partidário altamente dividido tal legislação é difícil de superar, porém sua adoção também é extremamente difícil.

Utilizou-se para todo o exemplo de regulação governamental um monopólio, porém, as mesmas observações se aplicam a outras formas de intervenção econômica. Idênticas considerações podem aplicar-se à regulação “social” de saúde, segurança, meio ambiente, emprego, etc. A intervenção do Estado pode ser superior a não intervenção quando o desenho institucional permite ao governo intervir na economia e nas seguintes condições: quando os governos têm informação sobre os agentes privados, quando têm instrumentos legais ou fiscais para regular e quando o marco institucional permite compromissos críveis.

Porém nenhuma destas condições garante que os governos intervenham de acordo com interesse público. A simples capacidade do Estado para intervir nos mercados é um espaço atrativo para a influência dos interesses privados e a simples habilidade de

comprometer-se abre a possibilidade de pacto. Por isso, existem razões para esperar que a qualidade da intervenção estatal na economia dependa da organização interna do Estado, – em particular das relações entre políticos e burocratas –, e do desenho das instituições democráticas que determinam se os cidadãos podem controlar os políticos. Abordaremos esses temas em pronunciamentos futuros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos concluir esse pronunciamento afirmando que tudo quanto o que dissemos tem por desiderato, nesse momento em que tanto se discute o modelo de regulação implementado no País, demonstrar a seriedade e a complexidade do tema. Tememos que também nessa área sejam tomadas decisões açodadas, que assustem ainda mais os investidores – que praticamente pararam de direcionar seus recursos para o Brasil – e se condene o País à estagnação. Antes de destruirmos o modelo que aí está – que evidentemente carece de alguns aperfeiçoamentos – é importante refletirmos no que está sendo proposto o que é bom para o País e sua população no longo prazo, separando-o das propostas ideologicamente enviesadas, mas péssimas do ponto de vista prático, separando-o do que é medida de curto prazo com intenções eleitorais, e por fim, separando-o daquilo que não tem sustentação do ponto de vista da experiência brasileira e internacional. Fica o nosso alerta.

Muito obrigado.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE.
Sem apanhamento taquigráfico.)

INEXPERIÊNCIA PRESIDENCIAL

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para um breve comentário, baseado no artigo anexo, intitulado “Lula: governo sofre com escassez de recursos”, publicado no jornal O Globo, edição de 15 de agosto do corrente ano.

O artigo é de extrema atualidade, pelo que entendo que a inserção nos Anais do Senado é oportuna: trata da inexperiência do Presidente Lula no direcionamento de recursos federais.

O artigo que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

10 • O PAÍS

O GLOBO

Sexta-feira, 15 de agosto de 2003

Lula: governo sofre com escassez de recursos

É muito difícil. Toda vez que pensamos em um grande plano de desenvolvimento, pensamos depois no dinheiro

Cristiane Jungblut, Catia Seabra e Ricardo Galhardo *

• **BRASÍLIA e CURITIBA.** Num momento de restrições orçamentárias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu à chiadeira dos ministros, mas reconheceu que o governo sofre com a escassez de recursos. Ao receber um documento com o resultado dos 27 debates realizados no país sobre o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), Lula disse que há sempre menos dinheiro do que o necessário para a execução de obras. Na presença de representantes de 2.170 entidades que participaram dos debates sobre o PPA, Lula argumentou:

— Parece simples, mas é muito difícil. Porque toda vez que pensamos em um grande plano de desenvolvimento, pensamos depois no dinheiro.

Projeto de lei para permitir parceria no PPA

Mas a constatação não está só no discurso do presidente. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, reconheceu que, dos R\$ 191,4 bilhões previstos no PPA para a área de infraestrutura, cerca de 40%, R\$ 80 bilhões, teriam de sair da iniciativa privada. Daí, a ne-



O PRESIDENTE exhibe chuteiras presenteadas por trabalhadores na inauguração de uma fábrica em Curitiba

zem que não têm dinheiro.

— De vez em quando, brinco com os meus ministros que, cada vez que eles vêm conversar comigo e reclamar do pouco dinheiro, lembro das brigas homéricas que os meus filhos fazem toda sexta-feira para arrancar algum dinheiro da Marisa — disse Lula.

Mais tarde, em Curitiba, Lula disse que está submetendo todos os projetos de obras do governo federal ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério Público. O objetivo de Lula é evitar que as obras sejam embargadas e não concluídas, devido a decisões judiciais. Segundo o presidente, nenhuma obra será iniciada sem que haja a certeza de que ela será terminada.

— Resolvemos fazer uma coisa diferente. Primeiro resolvemos envolver toda a sociedade na construção das prioridades do Brasil. Ao mesmo tempo, estamos discutindo com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério Público todos os problemas que as obras poderão criar para que a gente possa começar e terminar as obras sem nenhuma limitação, nenhum embargo, nenhum processo — disse. Segundo o presidente, a existência de obras públicas

paradas há dez anos ou mais é um problema emergencial: a ser resolvido pelo governo.

— A quantidade de obras paradas no Brasil é um problema que temos que resolver com certa urgência. Existem obras paradas há 18 anos, há 10 anos e que, portanto, o material já está deteriorado e precisamos começar tudo outra vez.

"Planos plurianuais feitos como peça de ficção"

Lula responsabilizou o planejamento malffeito e a falta de afinidade entre o governo federal e os governadores pelo abandono de muitas obras. Por isso, ele quer discutir a realidade antes de iniciá-las.

— Os planos plurianuais sempre foram feitos como uma peça de ficção. Normalmente os governantes contram grandes e competentes consultorias e elas elaboram grandes projetos de desenvolvimento regional e nacional. Mas quando as obras não têm a participação nem dos governadores e nem da sociedade, cada um que se eleger se dá o direito de não dar continuidade — disse o presidente, na inauguração da nova fábrica da Kraft Foods Brasil. ■

(*) Enviado especial

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, em razão do trancamento da pauta, a mesma Ordem do Dia de hoje.

ORDEM DO DIA Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2003

*(Proveniente da Medida Provisória nº 123, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003, que *define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.*

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Eduardo Campos (PSB-PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, que oferece, acolhendo na íntegra a Emenda nº 9, e parcialmente, as Emendas nºs 6 e 7; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5, 8 e 10, apresentadas perante a Comissão Mista.

Relator revisor: Senador Romero Jucá

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*, tendo

Parecer favorável, sob nº 768, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza.

3

REQUERIMENTO Nº 646, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 646, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25 e 268, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria.

4

REQUERIMENTO Nº 675, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 675, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por regularem a mesma matéria.

5

REQUERIMENTO Nº 676, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 676, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, 263, 270 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR JOSÉ SARNEY

**2-9-2003
terça-feira**

10:00 – Lançamento do livro “Eu Senadoro um Passeio”, do escritor Zíraldo

Auditório Petrônio Portela

11:00 – Reunião de trabalho para tratar das comemorações dos 180 anos do Parlamento brasileiro

Presidência da Câmara dos Deputados

15:00 – Governadora Rosinha Matheus, Governadora do Estado do Rio de Janeiro

Presidência do Senado Federal

15:30 – Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****COMISSÃO DE TV A CABO
(GRUPO DE TRABALHO CRIADO NOS TERMOS
DO PARECER Nº 212003-CCS, SOBRE O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175/2001)****ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5ª REUNIÃO DE 2003**

DIA 4 DE AGOSTO DE 2003,
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H, NA SALA Nº 6
DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 58 Reunião de 2003, da COMISSÃO DE TV A CABO, realizada em 04 de agosto, segunda-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência da Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, destinada à exposição de representantes das concessionárias de telefonia fixa, acerca da possibilidade de parceria com as empresas operadoras de IV por assinatura para o transporte de informações e de vídeo.

Esteve presente o seguinte Membro da Comissão de IV a Cabo:

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**Presidente**

(Representante da categoria profissional dos artistas)

Estiveram também presentes os seguintes integrantes do Grupo de Apoio:

JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA

(Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA)

ANTÔNIO JOÃO FILHO

(Diretor de Tecnologia da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA)

ANDRÉ MULLER BORGES

(Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA)

Participaram, ainda, como convidados, os seguintes representantes de cinco das concessionárias de telefonia fixa operantes no País:

LUIZ OTÁVIO MARCONDES

Diretor-Adjunto de Planejamento Estratégico da BRASIL TELECOM SIA

JORGE DE MORAES JARDIM FILHO

Vice-Presidente de Relações Externas da BRASIL TELECOM SIA

WALDIR MORGADO

Diretor-Adjunto de Produtos e Serviços da BRASIL TELECOM SIA

EDUARDO RABBONI

Coordenador de Desenvolvimento de Produtos da CTBC TELECOM

HANSJURGENMULLER

Diretor de Engenharia e Operações da SERCOMTEL SIA

ÉRCIO ALBERTO ZILLI

Diretor de Regulamentação da TELEMAR NORTE LESTE SIA

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA PINTO

Diretor de Regulamentação e Interconexão da EMBRATEL

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Bom-dia, senhores e senhoras! Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de IV a Cabo do Conselho de Comunicação Social. Esta Comissão foi constituída em 17 de março último, para fins de análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, que dispõe sobre o capital estrangeiro nas TVs a cabo.

O Senador Ney Suassuna encaminhou ao Senado uma proposta da possibilidade de 100% de capital estrangeiro nesse segmento econômico. Consultado pela Mesa do Senado, o Conselho resolveu constituir uma Subcomissão e chamar determinadas instituições e órgãos governamentais e empresariais para discutir a questão, tendo em vista um sentimento, que perpassava o Conselho, de que não haveria a necessidade da desnacionalização desse segmento, mas que poderíamos, aqui mesmo, entre nós, reunindo todos os atores sociais, encontrar uma saída para o saneamento e uma nova impulsão para o desenvolvimento dessa atividade econômica.

Foi formada esta Comissão que, além de mim, Berenice Mendes, representante dos artistas profissionais, é formada pelos Conselheiros Daniel Herz, Paulo Machado de Carvalho Neto, Carlos Chagas e Roberto Wagner Monteiro – os quatro, infelizmente, ausentes hoje, justificadamente; Daniel Herz por motivo de saúde e os demais por motivo de viagem.

Gostaria de chamar à Mesa os membros presentes do grupo de apoio permanente a esta Comissão: Dr. Ara Apkarian Minassian, Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Anatel, para, se possível, dar-me um apoio, e o Dr. José Francisco

de Araújo Lima, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, uma entidade que vem, nessas cinco reuniões, nos auxiliando e desenvolvendo um trabalho importante.

Sr. José Francisco, por favor, V. sa pode vir à Mesa.

Vimos apresentando à sociedade brasileira, por meio da IV Senado, um debate muito rico sobre essa questão que talvez ainda não tenha sido levado a efeito em nosso País.

O que propiciou hoje a presença dos representantes das teles em nossa reunião é o fato de que os temas, em comunicação social, estão cada vez mais entrelaçados: começamos a falar da IV a cabo, acabamos discutindo a questão da digitalização e sentimos necessidade de um novo ordenamento jurídico para o setor. Enfim, as questões estão interligando-se.

Foram feitas algumas colocações na última reunião, em especial pelo Engenheiro Fernando Bittencourt, da Sociedade de Engenharia de Televisão, companheiro nosso no Conselho. De sua exposição, resultou o sentimento de que, além da necessidade de sabermos das empresas de telecomunicações quais as possibilidades concretas de parceria com as empresas operadoras de IV por assinatura para o transporte de informações e de vídeo, no sentido de utilização da mesma rede, da infra-estrutura instalada, precisamos conhecer as reais motivações das teles com relação ao serviço de transporte de informações em vídeo e em áudio, em especial por meio do Serviço de Comunicação Multimídia, o SCM, que poderia se constituir num concorrente para o serviço de IV por assinatura.

Para falar sobre essa questão, convidamos as seis grandes empresas de telecomunicações operantes no País: Brasil Telecom, CTBC Telecom, Sercomtel, Telemar Norte e Leste, Embratel e Telesp. Respondeu ao nosso chamado a Brasil Telecom, que encaminhou os seguintes representantes: o Sr. Luiz Otávio Marcondes, Diretor-Adjunto de Planejamento Estratégico; o Sr. Jorge de Moraes Jardim Filho, Vice-Presidente de Relações Externas, e o Sr. Waldir Morgado, Diretor-Adjunto de Produtos e Serviços. Representando a CTBC Telecom, está presente o Sr. Eduardo Rabboni, Coordenador de Desenvolvimento de Produtos; representando o Sercomtel, o Sr. Hans Jurgen Müller, Diretor de Engenharia e Operações; representando a Telemar Norte e Leste, o Sr. Ércio Alberto Zilli, Diretor de Regulamentação; representando a Embratel, o Sr. José Roberto de Souza Pinto, Diretor de Regulamentação e Interconexão.

A Telesp, infelizmente, encaminhou um e-mail dizendo que não encontrava no momento um representante à altura do evento que pudesse comparecer a esta reunião e, assim, estaria ausente do debate. Mas acredito que poderemos travar um debate bastante rico entre nós, que aqui estamos.

De modo que eu gostaria de, sem mais delongas, convidar o Sr. Eduardo Rabboni, da CTBC Telecom, para vir conversar conosco, por favor.

O SR. EDUARDO RABBONI (CTBC Telecom) – Obrigado. Bom-dia.

O nosso objetivo, como a Berenice falou, é apresentar um pouco da experiência, dos contratos e das modalidades de parceria que a CTBC Telecom tem feito nas suas operações de telecomunicações em transporte de dados e voz e na sua operação de IV por assinatura, IV a cabo, que conduzimos em duas cidades: Uberlândia e Araguari.

Vamos expor também um pouco da nossa experiência e do nosso histórico de negociações com outras operadoras de IV a cabo e quais modalidades de serviços melhor se prestam à complementação de uma rede HFC, uma rede mista de cabo e fibra ótica e uma rede de longa distância, de capacidade do tipo SDH.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu pediria a paciência dos senhores, e para que não fique prejudicado o Dr. Rabboni, pediria ao Dr. José Francisco que fizesse uma síntese das discussões que vimos levando até agora, para que os representantes das Teles pudessem se situar, enquanto localizamos a apresentação da Ielecom.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Diretor Jurídico da ABTA) – É com grande prazer que participo hoje de uma conversa que talvez devêssemos que entabular com mais frequência em diferentes nichos das operações de telecomunicações.

No caso específico de IV a cabo, à qual estou integrado desde os primórdios -comecei a atuar nessa área em 1993, dois anos antes da lei que instituiu os serviços no Brasil -, pessoalmente, tive uma experiência muito significativa e frutífera quando a Multicanal, empresa que eu dirigia à época, estabeleceu um contrato com a Telemig, em Belo Horizonte, Minas Gerais, para integrar as suas redes e levar o sinal ao assinante final de IV a cabo. Parte desse sinal trafegava na rede de fibra da Telemig e, a partir do nó do coaxial, a distribuição era feita pela nossa rede construída, na medida em que havia uma demanda dos assinantes potenciais.

Realmente, foi uma experiência única no Brasil. lenho rodado o mundo, participando de encontros, reuniões, discussões e seminários sobre televisão a cabo e parece-me que o Brasil é o único nessa experiência. Nem nos Estados Unidos consegui encontrar alguém até hoje, na NCTA, que tivesse uma experiência semelhante.

A integração foi realmente fantástica para todos. A Telemig conseguia instalar o nó em noventa dias, em qualquer ponto da cidade que quiséssemos. Dali, já estávamos fazendo um tree and branch para dentro das diversas comunidades, condomínios ou espaços para serem ocupados. Num tempo recorde, com um mínimo de investimento, tínhamos condição de introduzir o nosso serviço.

Por outro lado, tínhamos facilidades para manter esse contrato que nos atraía muito, se bem que sempre houve uma preocupação muito grande de possuir a rede, por parte de quem investiu em IV a cabo no Brasil, como devem se lembrar. Enquanto as redes não se tornaram praticamente **commodities** – pelo menos é a tendência atual –, a disputa de uma rede própria era uma questão de honra e de estratégia econômica.

Eu me lembro de que, quando resolvemos abrir o capital, fazer um IPO da Multicanal em Nova Iorque – eu me mudei para lá durante pelo menos quatro meses para fazer essa operação –, os bancos avaliadores e todos os nossos consultores tinham uma preocupação enorme. Éramos sempre incitados a frisar, nos **roadshows** e em todas as apresentações que fazíamos, quantos domicílios servíamos. Havia uma grande preocupação de que mostrássemos uma implantação de rede, independentemente do número de assinantes. Assim eram mensuradas as empresas de IV a cabo naquela época. Havia a preocupação de ser uma rede realmente capilarizada para poder atender potencialmente os assinantes.

Na época, como já começavam as primeiras conversas – então só exploradas pela HP – sobre **cable modem**, identificava-se com essa capilarização uma potencial concorrência da rede de cabo com a rede de par trançado.

Para terem uma idéia, há um número que mostra a grandeza, na época, do mercado de telecomunicações, especialmente de IV a cabo. Fomos a esse IPO da Multicanal numa época em que tínhamos 467 mil assinantes – e essa empresa teve a avaliação dos dois grandes bancos que coordenaram o lançamento, Merrill Lynch e o Morgan Stanley, de US\$1,48 bilhão. Foi o valor com que lançamos nossas ações em Nova

Iorque, com **green-shoe** totalmente subscrito, com nossas ações disputadas a tapas. Foi o terceiro maior **market value** da história do Brasil, atingido na Nasdaq.

Então, realmente, a rede, para nós, era fundamental. Não tínhamos percebido que nos defrontaríamos, no futuro, com uma duplicidade – às vezes até triplicidade – de redes em algumas cidades, como ocorreu no Brasil e em muitos lugares.

Dentro desse espírito, o investimento estava feito; esse ativo precisava suar, e não encontrávamos o exercício adequado a ele. E isso foi um pouco do que quisemos compartilhar com o Conselho de Comunicação Social, quando se mostrou sensível para colaborar na busca de uma solução para alguns problemas da nossa indústria, especialmente de TV a cabo, que, como os senhores devem saber, amarga prejuízos bilionários, já há alguns anos, sem uma perspectiva concreta de recuperação em curto prazo.

Hoje, a conversa com vocês, representantes das operadoras de STFC, visa buscar uma maneira de integração dessas redes, uma solução para a ociosidade que temos nesses talvez 36 ou 50 mil quilômetros de redes de cabos **coaxiais** de banda larga, que podem realmente prestar um serviço relevante como ponte do fosso digital, que é uma preocupação do **digital divide** – os países ricos também estão preocupados com isso. No nosso, essa ponte é mais difícil de ser construída, porque os recursos são escassos.

Então trouxemos essa preocupação ao Conselho de Comunicação Social e recebemos acolhida para discutir um pouco sobre as formas possíveis. Uma delas seria a maior aproximação e identificação de complementaridade com outros serviços de telecomunicação. Foi esse o propósito que norteou o convite feito aos senhores e estamos interessadíssimos em ouvir essa apresentação.

Tive oportunidade de ouvir aqui uma apresentação da Brturbo, da Brasil Telecom, que fez uma experiência em Foz do Iguaçu, utilizando a digitalização de sinal e uma alta compressão do ADSL para levar imagem e som, parece-me que com

sucesso. E nós queremos conhecer tudo que pode ser feito, porque temos uma rede que em muitos casos pode facilitar o acesso da banda larga sem os inconvenientes que às vezes o ADSL apresenta, em termos de distância, de nó, de centrais.

Então, Sra Presidente, estamos ávidos por um sinal positivo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional

dos artistas) – Obrigada, Sr. José Francisco. Dr. Eduardo, podemos continuar? (Pausa.)

Então vamos ouvir agora o Dr. Eduardo Rabboni, Coordenador do Desenvolvimento de Produtos da CTBC Telecom.

V. S^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO RABBONI (CTBC Telecom) – Provavelmente houve algum contratempo no recebimento do **e-mail**, o que não permitiu uma boa configuração do laptop. De qualquer forma, ela está contida e pode ser apresentada.

As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da Ata Circunstanciada da Reunião, no endereço www.senado.gov.br/ccs.

A idéia é abordar a característica da empresa, das duas redes. É a possibilidade de utilização conjunta das redes, tanto a de telecomunicações como a de TV por assinatura, a cabo especificamente, e a nossa experiência, e o que tem sido feito, com quais operadoras e com que topologia de redes, onde temos encontrado maior sinergia de operação entre as redes e oportunidade de sinergias futuras. Subindo um pouco no degrau de complexidade da utilização, o que pode ser feito.

Toda a abordagem está voltada para a utilização e transmissão de sinais. Não estamos abordando a sinergia eventual na operação efetivamente, a parte de **billing**, conta e manutenção de rede. Isso é possível também, mas entendo que não é o foco aqui para ser tratado.

Para que fique contextualizada a operação e por que é possível essa sinergia, fiz uma breve abordagem das operações que temos em nossa planta. Como TV por assinatura, são duas cidades, com algo em torno de 29 mil assinantes: Uberlândia e Araguari. São cerca de 130 mil home passeds, residências por onde passam e 60 canais oferecidos para essas duas operações. Hoje essa operação tem uma receita de cerca de 11 milhões/ano; é uma operação regional.

A operação de TV a cabo sob o ponto de vista da rede e sistemas de transporte. Conseguimos oferecer sinergia por meio de um **backbone** de 8.500 km, que está focando Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, chegando ao Sul, à cidade de Curitiba, e com projeção prevista para Porto Alegre. A utilização em pontos como Brasília, São Paulo, Belo Horizonte – onde há uma bolinha vermelha circundando – será onde houver uma rede metropolitana, onde consigamos fazer tanto sinergia sob o ponto de vista de sinal

entre **HeadEnd** de formação da informação de TV quanto da distribuição para cada um dos hubs, até a utilização da rede metro como **lastmile**, para chegar aos clientes finais tanto de TV quanto de telecomunicações.

A operação de telecons abrange, hoje, 400 cidades. Temos algo em torno de 1 milhão e 100 mil terminais atendidos.

Uma primeira possibilidade de sinergia é a utilização da rede de longa distância, do backbone ótico, para interconexão dos HeadEnds e para a conexão do **HeadEnd**, que é onde captamos as informações do satélite, até os hubs principais das cidades, permitindo uma otimização na distribuição de rede.

Para exemplificar, há uma topologia típica de operação em que é alocado um **HeadEnd** por cidade. Essa foi a forma como começamos as operações nas regiões onde atuamos. Há um **HeadEnd** com captação de imagens por satélite para cada cidade, fornecendo sinal para as cidades 1, 2 e 3. A evolução disso – e é o que temos feito – é a interconexão dos HeadEnds por meio de um anel ótico. O anel hoje utilizado é de 7,5 giga.

É importante ressaltar que a capacidade em uma rede WDM é basicamente relativa aos equipamentos que são colocados e não à rede propriamente dita, ou seja, é escalável de forma praticamente indefinida. Com isso, possibilita-se que, com um único **HeadEnd**, sejam prestados serviços em várias cidades por meio da interconexão de longa distância ótica com base em tecnologia WDM. É ao que se presta esta apresentação.

Uma outra forma de utilização e sinergia de redes é a possibilidade de, em vez de utilizar redes de longa distância da operadora Telco para transportar sinais de TV por assinatura, utilizar redes da operadora para que tenhamos acesso ao **lastmile**, acesso efetivo aos assinantes. Nesse caso, basicamente, trata-se de uma utilização de rede em que é feita uma conexão no troncal ótico da TV por assinatura. Esse sinal é levado diretamente ao assinante.

A segunda forma, que seria de nível mais complexo, utiliza o canal efetivamente, a própria frequência. Também temos utilizado essa forma, onde efetivamente é colocado um misturador de sinais, HDT, no troncal do **HeadEnd** – está dentro do **HeadEnd**. É colocado um **splitter** próximo à casa do assinante, pendurado em um poste, que separa os sinais de TV por assinatura dos sinais de telefonia. É prevista uma interconexão com a parte de telecomunicações. Sob o ponto de vista do acesso, é possível fornecer sinais

de telefonia convencional sem fazer nenhuma alteração na rede de TV a cabo e sem mexer na parte de comutação, de **switching**, mas apenas levando um acesso até o **HeadEnd**.

Existe uma terceira opção. Já na prestação do serviço, tanto de TV por assinatura quanto de transporte de sinais, pode-se utilizar a rede de TV a cabo para fechamento de anel e aumento de redundância em redes metropolitanas. Tomamos, por exemplo, a rede metropolitana que há aqui em Brasília. Entre a rododiferenciária e a rododiferenciária, há um trecho onde não há redundância na rede. A redundância é sobre a mesma rota, ou seja, não há caminhos distintos chegando no mesmo anel. Esse, basicamente, é um exemplo hipotético: seria a possibilidade de fechar um anel de redundância em cima desse trecho, dando 100% de cobertura redundante para a rede. Essa é a maior possibilidade de utilização que temos.

Do ponto de vista de experiência, a CTBC tem feito, ao longo dos cinco anos de operação, contratos com várias operadoras de TV por assinatura tanto na utilização de redes metropolitanas como na utilização de redes de longa distância para levar sinais. Isso se reflete tanto na configuração original de operações da **Horizon**, da **Net**, da **Cambras** e da própria **Image Telecom**, que é a nossa concessão, como em parcerias com os fornecedores, no sentido de desenvolver tecnologia que suporte esse tipo de operação. Isso foi feito com a **Arris**, com **Tellabs**, com a **Sisco** e com a **Scientific Atlanta**, que são os provedores de tecnologia para esse tipo de prestação de serviço, tanto do ponto de vista TDM, como de IP.

Atualmente, existe uma operação de telefonia em um bairro de Urberlândia, o bairro Planalto, onde é prestado o serviço de SIFC, telefonia fixa comutada, a três mil assinantes. Isso está em operação desde o ano 2000. É uma operação comercial **full**, ou seja, não tem nenhuma limitação do ponto de vista de facilidades. Funciona como se fosse um sistema convencional e nós utilizamos a rede de TV a cabo para a distribuição do sinal de telefonia. Tanto a TV a cabo continua chegando da mesma forma como ainda há a possibilidade, no sistema de telefonia, de acesso à Internet através de rede discada.

O equipamento que utilizamos para esse tipo de operação é o HDT, que mistura as frequências, localizado ao lado do **HeadEnd**. Ele recebe os sinais que vêm da rede telefônica comutada, insere uma frequência equivalente a um canal de seis mega, que seria o canal de utilização da TV, na rede, para que seja transportado junto com os canais de televisão. E

com um pouco de prejuízo pela configuração, esse é o filtro, é o **splitter**, que fica pendurado no poste e faz as separações dos sinais de telefonia dos sinais de voz. Ele tanto pode ser telealimentado, ter uma alimentação pela própria rede – o que optamos por não fazer em função da dificuldade de manutenção, do risco de choque e de curto-circuito – como, o que preferimos, ter uma alimentação ponto a ponto na própria rede. Lá ele tem um distribuidor, que é a parte inferior direita, de onde saem 16 drops que são ligados nas casas e nas residências atendidas por este sistema.

Do ponto de vista de oportunidades de sinergias futuras, existe a capacidade de se agregar valor à prestação do serviço de TV por assinatura por meio do oferecimento de acesso à Internet banda larga.

Essa é uma operação que fazemos, com sucesso, e para o cliente, efetivamente, nas cidades onde temos operações conjuntas, tanto de TV como de telefonia; o produto é transparente, independe da rede. Fazendo o assinante a solicitação do acesso banda larga, ele é fornecido para a rede que tiver mais capacidade ou mais disponibilidade de serviço.

Esse é um modelo comercial que funciona na nossa rede, mas que pode ser replicado para qualquer operação em qualquer cidade. Na realidade, é o oferecimento de uma infra-estrutura de **datacenter** e acesso ao **backbone** Internet para um provedor de rede que utiliza tecnologia HFC. Essa é a idéia desse slide.

Hoje os serviços oferecidos por meio de uma infra-estrutura de **datacenter** – entendam TV por assinatura e provedores – vão desde serviços de **web mail**, hospedagem, compartilhada ou dedicada, a serviços de **backup**.

Do ponto de vista de acesso, efetivamente interessa para nós o lado direito, que é a terminação de sessões de banda larga, ADSL ou cable modem, que seria a tecnologia utilizada na por assinatura, delegação de TV autenticação e locação de portas. Ou seja, mediante a simples disponibilização da rede de TV a cabo é possível se prestar o acesso à Internet banda larga, alugando-se ou prestando-se, por uma sinergia comercial, toda a parte de datacenter de uma provedora de comunicações.

Do ponto de vista de transporte, ou seja, tendo-se captado o tráfego, há que se entregá-lo nos backbones internacionais. Isso também pode ser feito por um Internet datacenter, na modalidade de trânsito ou peering, e meios de transmissões e altas velocidades que são contratados via de regra por uma empresa de telecom.

Pensando no estágio tecnológico em que nos encontramos e para onde acreditamos que vá caminhar a tecnologia, temos um exemplo de uma residência com operações de TV, acesso à banda larga e telefonia. Aquela primeira nuvem de cima é a rede comutada, a nuvem de baixo é a Internet e a rede HFC, que é a rede de distribuição de TV a cabo.

Então a primeira possibilidade – que vem sendo explorada hoje no Brasil, particularmente por nossa empresa – é a interconexão da rede PSTN com a Internet, através do HDI e o CMTS, que fazem a modulação do sinal e inserem no canal correspondente da rede de TV por assinatura. A frequência é combinada e entregue na casa do assinante por meio daquele **splitter** que foi mostrado aqui.

O segundo passo – que está sendo implementado atualmente, concomitante ao terceiro – é a utilização de uma rede com um conceito que chamamos de NGN (Next Generation Network), onde são colocados **gateways** e IP. Então o sinal é captado na rede STFC de forma analógica, é convertido para IP, através de um **gateway**, e é inserido como um canal de TV já codificado e modulado. Ele é aberto no outro lado, na residência do assinante, através de um outro **gateway** único para prestação de serviço tanto de provimento de TV por assinatura como de acesso à banda larga.

Essas eram, basicamente, as contribuições da CIBC. Estamos à disposição para qualquer tipo de questionamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada, Dr. Eduardo.

Pergunto se o Dr. Ara e o Dr. José Francisco gostariam de se pronunciar ou se preferem que ouçamos a todos para depois abrirmos o debate. (Pausa.)

Gostaria de convidar o Dr. Luiz Otávio Marcondes, da Brasil Telecom, para conversar conosco.

Relembro que estão presentes, também da Brasil Telecom, os Drs. Jorge de Moraes Jardim Filho e Waldir Morgado.

Franqueamos a palavra aos três para interagirmos.

O SR. LUIZ OTÁVIO MARCONDES (Brasil Telecom) – Obrigado, Sra Berenice. Bom– dia a todos.

Não tenho uma apresentação, mas acredito que a Brasil Telecom tem uma contribuição um pouco diferente dessa que foi colocada pela CTBC, inclusive pelo fato que a Brasil Telecom não presta serviço de TV por assinatura.

O que está sendo feito na Brasil Telecom, relativamente a esse tema, é uma experiência para possibilitar a disponibilização da rede de telefonia de par trançado, de forma que ela seja compartilhada por prestadores de outros serviços que, evidentemente, tenham concessão da Anatel para tanto. Ou seja, os trabalhos que a Brasil Telecom tem feito nesse sentido são para disponibilizar a sua infra-estrutura, a sua rede, aproveitando o fato de que já temos hoje uma rede bastante razoável de ADSL, que, em princípio, está sendo utilizada para o acesso à Internet. E estamos de olho em algumas experiências internacionais, nas quais esse tipo de parceria já está sendo feito entre empresas de telecomunicações, empresas de TV por assinatura e fornecedores de equipamentos.

Com base nisso, iniciamos um **trial**, um teste de campo, em Foz do Iguaçu, cujo objetivo era, inicialmente, checar, testar tecnicamente a solução apresentada, para verificar se efetivamente abriria a possibilidade de um dia a empresa ofertar a quem dispuer de autorizações de TV a cabo, para que, por meio de um acordo ou de parceria, seja utilizado para – vamos dizer assim – capilarizar mais a distribuição desse tipo de serviço.

Entendemos que, desde que tecnologicamente testada e aprovada, nos padrões de qualidade que sejam aceitáveis para esse tipo de serviço, é uma iniciativa que poderá possibilitar um novo rumo, uma nova expansão desse serviço no Brasil.

Com relação à empresa utilizar a plataforma de outros, dos próprios prestadores de TV por assinatura, obviamente não descartamos isso; é uma possibilidade que estaria em linha com o objetivo do melhor uso das redes. Hoje em dia, sabemos bem que os recursos para investimentos não são mais tão fartos; são difíceis, caros. E o que temos que fazer é melhor aproveitar as nossas redes.

De maneira geral, era o que eu tinha a expor.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Sr. Luiz Otávio Marcondes.

V. Sas gostariam de complementar ou tecer algum comentário, Sr. Waldir Morgado e Sr. Jorge de Moraes Jardim Filho? Fiquem à vontade, por favor.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO (Brasil Telecom) – Gostaria de reiterar os termos da exposição do Sr. Luiz Otávio e dizer da disponibilidade da nossa companhia em fazer parceria com as empresas de TV a cabo, de colocar nossa infra-estrutura à disposição e também de conhecer a infra-estrutura

que hoje é disponível nesse segmento da economia e que poderá ser de interesse da Brasil Telecom.

Nossa experiência, já do conhecimento de V. sas, foi apresentada na Futurecom há alguns meses.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Aqui também.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO (Brasil Telecom) – E aqui também o Edmond já havia feito essa apresentação. Nosso propósito é unicamente continuar como provedores de meios de transporte – exclusivamente isso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada.

Ouviremos agora o Sr. Hans Jurgen Müller, Diretor de Engenharia e Operações do Sercomtel. S. S^a tem a palavra.

O SR. HANS JURGEN MÜLLER (Sercomtel) – Bom-dia a todos.

Não trouxe apresentação, mas direi algumas palavras sobre a nossa experiência.

Hoje a Sercomtel tem uma operação em MMDS na cidade de Maringá. Estamos pensando em fazer um teste para transmissão de banda larga e também preparando a rede para uma futura transmissão de voz sobre IP. Em Osasco/SP, temos a operação da Adatel/Osasco na Rede HFC. Em São José/SC, vizinha a Florianópolis, temos a operação da Adatel/São José.

Nossas operações estão evoluindo, mas sentimos grande dificuldade em função dos equipamentos não serem nacionais, pois o seu custo é muito alto, por isso deveríamos pensar na nacionalização dos mesmos.

Vejo com bons olhos – e penso que toda a sociedade brasileira também – porque a maneira como instalamos cabos de TV por assinatura, cabos óticos e metálicos nos nossos postes, na nossa infra-estrutura de rede, começa a criar uma grande poluição visual. Devemos pensar na otimização de recursos em infra-estrutura com bastante carinho, porque tudo isso começa a ficar insuportável.

Seria mais ou menos esse o pensamento da Sercomtel. Nosso grande problema é o custo do equipamento. A nossa experiência ainda está começando. Já conversamos com uma operadora sobre compartilhar infra-estrutura em Osasco, mas ela ainda não se manifestou sobre o assunto, por isso não cito o nome da empresa. Houve uma primeira conversa. Não fechamos nada, mas estamos em negociação.

Seriam essas as palavras que queria dizer. Estou à disposição para responder a perguntas, se necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Dr. Hans.

Dando continuidade aos trabalhos, concedo a palavra ao Diretor de Regulamentação da Telemar Norte/Leste, Sr. Ércio Alberto Zilli, para falar em nome da empresa.

No início da reunião, disse aos senhores que esta discussão era muito rica, porque os assuntos se confundem, complementam-se. Aos poucos, percebemos que tudo está interligado. Na intervenção do Dr. Hans Jürgen, ainda que tangencialmente, foi abordada a questão da política de desenvolvimento industrial, outro assunto pertinente ao segmento que também precisamos considerar no bojo de todas essas discussões.

Concedo a palavra ao Sr. Ércio Alberto.

O SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI (Telemar Norte Leste) – Bom-dia. Fico satisfeito por estar presente nesta reunião e poder contribuir.

Na realidade, não preparei uma apresentação, até porque não sabia claramente qual era o escopo da Comissão nem que temas deveriam ser apresentados e discutidos.

Evidentemente, do ponto de vista de tecnologia ou de engenharia, a empresa está acompanhando a evolução das experiências de que se tem notícia, tanto no Brasil quanto no exterior, até por um dever de ofício. Temos que nos preparar para posicionar a empresa adequadamente quando necessário.

Em princípio, acreditamos que, do ponto de vista de engenharia e de tecnologia, há um longo caminho a percorrer até que se chegue a uma situação de viabilidade econômica para a maior integração das redes; talvez a viabilidade técnica seja perceptível num horizonte mais curto. Porém, do ponto de vista econômico, essa dificuldade mencionada pelo representante da Sercomtel fica muito clara. Acreditamos que, pelo ângulo de integração, de sinergia, de convergência, há possibilidades no futuro, mas ainda temos uma grande dificuldade de apontar claramente quando, do ponto de vista econômico, esses problemas estarão superados.

Quando falamos na possibilidade de parcerias entre empresas de telefonia, de telecomunicações e de TV a cabo, estamos sempre abertos a discutir e analisar as situações concretas que eventualmente se apresentem. Temos, atualmente, algumas opera-

ções em conjunto com prestadoras de TV a cabo, mas nada que se possa rotular como de grande operação ou parceria.

No meu modo de ver, a grande dificuldade que há hoje é a equação econômica para que seja possível pensar em operações de maior envergadura. A situação econômica do País, principalmente a disponibilidade de renda da população, é o grande problema. Não se pode cogitar fazer grandes operações que demandem investimento sem uma perspectiva de retorno em um horizonte adequado. De todo modo, estamos sempre abertos para discutir situações concretas.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Dr. Ércio Zilli, o nosso grande desafio é desenvolver este País apesar da situação econômica, é disseminar o sinal de banda larga e o conteúdo socialmente relevante, necessário, é promover a inclusão, é alfabetizar nosso povo. E, para isso, parece-me que tanto a rede de TV a cabo quanto as telecom são suficientes.

O que estamos tentando, aqui no Conselho, é posicionar os senhores juntos e iniciar a discussão. Esse é o desafio. Sabemos que faltam recursos para investimento das empresas. São muitos os brasileiros que estão perdendo o bonde da história. À medida que essa população está excluída do pensar, do ver, do entender o mundo moderno, nossas empresas estão mais fracas.

Portanto fazemos um apelo para que os senhores tentem internalizar em suas empresas este pensamento: apesar de todas as dificuldades, precisamos enfrentar esse desafio e promover o desenvolvimento no nosso País, que passa pelo desenvolvimento do nosso povo. E, hoje, é fundamental, para que isso aconteça, que o nosso povo tenha acesso ao conteúdo que seja levado de forma mais racional e até mais lucrativa para as empresas, mas que efetivamente chegue lá. Então buscar essa sinergia, otimizar o que existe de recurso para que a finalidade seja alcançada.

Muito obrigada.

Chamo o representante da Embratel, Dr. José Roberto de Souza Pinto, Diretor de Regulamentação e Interconexão.

O SR. JOSE ROBERTO DE SOUZA PINTO (Embratel) – Bom-dia. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Não temos, na Embratel, grande experiência do ponto de vista de parcerias na área de TV a cabo. Gostaria de contribuir; penso que deveria-

mos estar falando de TV por assinatura. Acredito que talvez essa fosse a grande modificação que necessitaríamos no País, do ponto de vista regulamentar: entender esse tipo de atividade como a TV por assinatura e não considerar o aspecto tecnológico, se é a cabo, se é via satélite ou se é por outro tipo de tecnologia, via rádio ou por meio das linhas físicas. Isso criaria inclusive uma nova perspectiva e um melhor entendimento do que se pretende em termos de desenvolvimento desse negócio no Brasil.

Há um outro aspecto com o qual gostaríamos de contribuir. Se analisarmos os serviços, perceberemos claramente que todos eles são objeto de licença, de outorga, e têm de estar perfeitamente definidos no caso específico do que estamos falando aqui. Se eu falar em telecomunicações, em telefonia ou em TV por assinatura, elas estão associadas a outorgas que são concedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Então a questão que se coloca é a das redes que estão suportando essas operações. Na realidade, partimos de uma idéia um tanto equivocada de construir redes para cada serviço. Essa é uma das grandes dificuldades do desenvolvimento desse tipo de negócio no País. Da mesma forma como temos outorga de serviço – usarei TV por assinatura, que tem as suas redes de TV a cabo específicas, com enormes problemas do ponto de vista econômico –, também temos as redes de telefonia, o serviço telefônico fixo comutado, com as suas redes.

Deve-se procurar, na realidade, uma convergência em que se pode, mantidas as suas outorgas, fazer com que autorizados de serviços de televisão ou concessionários de serviço de telefonia possam se utilizar dessas redes e realizar o desenvolvimento desse serviço de uma forma mais econômica.

Quanto à viabilidade desse negócio, não posso falar muito sobre a utilização das redes de telefonia, com seus equipamentos e tecnologias de digitalização, como equipamentos do tipo ADSL, porque não temos esse tipo de operação no País para viabilizar o desenvolvimento de negócios na área de TV por assinatura. Isso é algo que alguns companheiros meus da área de telecomunicações citaram aqui e que pensamos ser bastante interessante, porque vai seguir a linha de que essas redes devem ser compartilhadas para o desenvolvimento desse serviço.

As redes, particularmente as de telefonia, têm uma cobertura enorme, inclusive com os últimos projetos colocados a partir da universalização de serviços nos contratos de concessão pela Anatel. Por outro lado, essas redes de TV a cabo de baixa penetra-

ção, concentradas nas classes A e B, nem sempre estão localizadas naqueles pontos que seriam de maior interesse para as empresas de telefonia.

Gostaria de fazer uma citação particular sobre alguns resultados que temos em outros países, como no caso da Inglaterra. Há uma efetiva participação das empresas entrantes no mercado da telefonia utilizando-se tais redes de TV a cabo. Essas participações estão atingindo cerca de 20% em termos de mercado residencial, o que se apresenta como uma alternativa para minimizar algum tipo de dificuldade que as empresas de TV a cabo têm no momento. Então é uma alternativa. Logicamente, as estruturas dessas redes no Brasil precisam ser conhecidas melhor, porque não é simplesmente o traslado de uso dessa rede para aplicação de telefonia, mas uma oportunidade na qual nós, no caso da Embratel, como empresas entrantes nesse mercado de telefonia local, temos particular interesse.

Inclusive, é mostrado, em outros países, que a participação de algumas empresas entrantes no mercado se dá por meio da utilização dessas redes de cabos. É uma pequena parcela que poderia, sem dúvida, contribuir para a competição nos serviços de telefonia local, a grande deficiência hoje no modelo de telecomunicações brasileiro.

Há uma outra aplicação que também vemos como possibilidade, mas que depende fundamentalmente do conhecimento dessa rede, de como ela foi pensada inicialmente – sabemos que há casos de sucesso, em que essas redes já foram projetadas para um sinal que trafega nos dois sentidos; não uma rede somente de distribuição – que é a aplicação de acesso à Internet, a banda larga, que também é do nosso interesse para gerarmos uma outra alternativa para atingir os usuários.

Essas são as considerações de caráter geral. Gostaria de oferecer à Comissão um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, que faz inúmeras análises sobre vários setores da economia, avaliações e cuidados especiais quanto ao problema de concentração de poder nessas redes. Por exemplo, no caso dos Estados Unidos e da Inglaterra, existem restrições quando se fala em participação cruzada de empresas na área de telefonia, nessa área de redes de TV a cabo. Esse relatório é uma contribuição que considero interessante. É um texto em inglês do qual fizemos uma tradução e está disponível. Eu trouxe as duas versões para que os senhores possam utilizá-las.

Finalmente, para concluir, existe uma questão de natureza ainda tecnológica a superar em alguns

casos, mas a questão fundamental é a viabilidade desses negócios. Não são operações fáceis de se fazer, principalmente porque – isso é um dado público – essas empresas têm alguns problemas de natureza econômica e normalmente existem grandes dificuldades de se viabilizar. Estou falando aqui em aplicações específicas que possam melhorar essas empresas, não em recuperá-las, pois são dois tipos de abordagens.

Podemos, como empresas de telefonia, desenvolver soluções, utilizando essas redes disponíveis, que podem certamente melhorar o resultado dessas empresas. Não estou falando especificamente em um projeto de recuperação econômica. Essa é uma decisão que caberá às próprias empresas, mas é uma contribuição que poderá também ajudá-las.

Obrigado. Era isso o que tinha a apresentar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA

(Diretor Jurídico da ABTA) – Sr^a Presidente, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA

(Diretor Jurídico da ABTA) – Gostaria de fazer uma observação, Dr. José Roberto, porque a Inglaterra geralmente é citada como um caso bem-sucedido de empresas de TV a cabo explorando a telefonia, mas a rede é totalmente diferente. São cabos siameses, já feitos com esse propósito, com o par trançado. Não é o nosso caso nem o da maioria das operações. Por isso a Inglaterra está um pouco na frente, porque teve provavelmente a visão de utilizar esses cabos siameses para fazer a distribuição. Mas, é um belo exemplo. E há alguns exemplos, hoje, nos Estados Unidos, usando o coaxial.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA PINTO

(Embratel) – O senhor está absolutamente correto. Estamos estudando, inclusive mais detalhadamente, essas estruturas dos Estados Unidos, de que temos mais informações, e do caso da Inglaterra. E me parece que houve uma infelicidade aqui, no caso brasileiro, uma vez que várias redes não consideraram esse tipo de alternativa, talvez porque, na época em que foram tomadas essas decisões, não havia ainda um contexto mais abrangente de previsão da evolução dos serviços de telefonia e de telecomunicação.

Mas nada resiste a um bom projeto de adaptação, porque existem algumas áreas onde esses projetos seriam mais facilmente desenvolvidos.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Doutor.

Pois não, Dr. Waldir Morgado, da Brasil Telecom.

O SR. WALDIR MORGADO (Brasil Telecom) – Como contribuição, também acredito que devemos falar do mesmo caso da Inglaterra. Estivemos lá, no mês de maio, visitando a operação da Kingston Vision, que está baseada na cidade de Hull e tem hoje 257 mil usuários utilizando o serviço de TV por assinatura com base numa infra-estrutura de ADSL. Eles prestam serviços de Internet, de TV, de conteúdo comunitário e de ensino à distância para a comunidade.

Um outro caso que também examinamos foi o da Sesami TV, que fica em Mônaco, e não tem nem um metro de cabo ou de qualquer infra-estrutura de rede. Ela simplesmente tem conteúdo e utiliza a rede da Mônaco Telecom, que é ADSL, para prestar o serviço de TV por assinatura para os seus usuários.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada. Solicito ao Dr. José Roberto que repasse o relatório, para que o encaminhe aos membros da Comissão, e agradeço ao Dr. Waldir Morgado o relato dessa experiência levada a cabo em Mônaco.

Durante esta reunião, foram citadas as competências da Anatel em relação às outorgas e autorizações para prestação desses serviços e também as metas de universalização que levaram à expansão dessas redes. Portanto gostaria de ouvir o Dr. Ara Apkár Minassian, que poderia falar sobre as televisões seguindo o contexto desta reunião.

Posteriormente, gostaria de que o Dr. Antonio João Filho, Diretor de Tecnologia da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, fizesse uma síntese da sua apresentação ao Ministro Miro Teixeira sobre as possibilidades de uso das redes de TV por assinatura em relação a essa questão.

Concedo a palavra ao Dr. Ara Apkár Minassian.

O Sr. Ara Apkár Minassian (Anatel) – Obrigada, Dr^a Berenice.

Antes de iniciar minha exposição, faço apenas um questionamento: as perguntas serão elaboradas posteriormente?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – V. S^a pode começar a perguntar, se quiser. A palavra está livre, e a nossa reunião é bastante informal. Ainda que haja algumas dificuldades na disposição, a idéia é desenvolver o debate.

O Sr. Ara Apkár Minassian (Anatel) – Tentarei mostrar um panorama geral e, posteriormente, farei uma ou duas perguntas para cada um dos expositores.

Quanto à questão de redes, evidentemente, antes da criação da Anatel, o Brasil carecia enormemente de uma infra-estrutura para iniciar a universalização e, principalmente, preparar essa infra-estrutura para a convergência de serviços e de redes. No passado, trabalhava-se com redes independentes, uma infra-estrutura caríssima, o que impedia as empresas de avançarem por falta de condições, inclusive econômicas, para promover essa expansão.

Com a edição da Lei Geral de Telecomunicações, em julho de 1997, criou-se esse arcabouço regulamentar e geraram-se as condições para que o Brasil pudesse partir para uma nova era. Portanto essa nova era, na realidade, independentemente da questão da privatização, também visava à questão de redes, de que tanto se falou aqui, bem como à universalização, que até então inexistia.

Ao longo desse período, as empresas e a própria Agência fomentaram a universalização, com a expansão do serviço telefônico, o que não era apenas uma meta. Outras ações foram realizadas, principalmente no campo dos serviços de TV por assinatura.

Dr. José Roberto, conversaremos posteriormente sobre o assunto, porque, se não me engano, na segunda reunião do Conselho de Comunicação Social essa pergunta também foi feita.

Afirmamos, como Agência, que estamos trabalhando, assim como as próprias operadoras de serviço de TV por assinatura, que estão ansiosas pela unificação dos serviços, para que, com o tempo, passemos a falar em serviços de TV por assinatura.

Falamos em TV a cabo, porque existe uma Subcomissão do Conselho de Comunicação Social, presidida pelo Daniel Herz, mas, na sua ausência, quem coordena os trabalhos é a Dr^a Berenice, que trata desse assunto. O Conselho de Comunicação Social abordou a questão como sendo TV a cabo, porque havia um assunto iminente em discussão. No início dos trabalhos, o Dr. Francisco Araújo fez questão de mencionar a origem, tendo sido acatada sua contribuição no passado. Agora, estamos trabalhando nessa convergência.

Citamos esse tema, porque uma das propostas da Agência é tornar a regulamentação neutra à tecnologia. É preciso regular serviços e atuar na linha de universalização sem se preocupar com o suporte que uma rede está dando a determinado serviço. Aliás, esse era o enfoque quando a própria Agência criou o

Serviço de Comunicação Multimídia, que gerou tanta polêmica; um primeiro passo no sentido de tentar unificar a infra-estrutura.

Na realidade, o Serviço de Comunicação Multimídia está muito mais voltado ao oferecimento de uma infra-estrutura do que à criação de um novo serviço. Talvez o nome esteja induzindo a isso, mas todos os pareceres e a própria súmula que a Agência editou, logo depois do regulamento da comunicação multimídia, deixam claro que estamos falando da unificação de infra-estruturas. Em nenhum momento, pensamos numa competição entre esse serviço e o de TV por assinatura ou o de radiodifusão. Longe disso, a única intenção era começar um trabalho embrionário voltado para a questão de racionalização da infra-estrutura e prepará-la para oferecer serviços telefônicos, de banda larga e outros.

Quando falamos em banda larga, a própria televisão usa essa infra-estrutura, porque precisa dela para levar os serviços à casa do assinante. Então, na realidade, cada empresa, ao longo desse período, partiu para a sua estratégia. Os objetivos foram muito mais voltados a atender à universalização dos serviços telefônicos fixos, mas, depois, começamos a notar que, além dessas ações, a própria telefonia móvel fez com que vivêssemos as peculiaridades em serviços oferecidos. Na realidade, ele começou a atingir uma camada que não tinha acesso a esses serviços.

Consideramos essa primeira etapa como atingida, pelo fato de ter aumentado a penetração e o acesso a certas camadas da população que estavam privadas dos serviços, principalmente se levarmos em consideração que, naquela oportunidade, tanto para se conseguir uma linha fixa como uma linha de serviço móvel, os preços eram da ordem de mil dólares, o que era inacessível.

Se analisarmos, hoje, a própria privatização e competição, que ainda acreditamos que não começou para valer – ainda estamos entrando nessa fase –, fizeram com que os preços caíssem. Mesmo que ainda não tenhamos alcançado os patamares, hoje, praticamente com R\$30 ou R\$40 – e, às vezes, a própria habilitação do serviço é feita de forma gratuita –, o cidadão paga apenas a assinatura básica para ter acesso ao serviço e iniciar o pagamento. Mas sabemos que ainda há muito a ser feito.

Os próprios serviços de TV a cabo foram criados um pouco antes da Lei Geral de Telecomunicações – em janeiro de 1995 –, que já previu, em um dos seus artigos, o compartilhamento da infra-estrutura. Naquele momento, o próprio legislador e o Ministério das Co-

municações, de que fazíamos parte antes da criação da Anatel, tinham essa preocupação.

O objetivo era começar a lançar a primeira base, as primeiras sementes para partirmos para a utilização e compartilhamento da infra-estrutura. Então, na realidade, foi tudo voltado para isso.

Agora, em função de termos ultrapassado essa primeira etapa dos trabalhos, vamos partir para a competição e analisar um pouco mais essa questão da universalização, porque o objetivo não reside apenas em levarmos serviço telefônico, mas, sim, possibilitar o acesso para as escolas e para as comunidades carentes a serviços de telecomunicações lato sensu, envolvendo telefonia, outros serviços, ou até acesso à Internet. Eu diria que no futuro a nossa imaginação e o que a sociedade vai demandar serão o limite dessa ação, mas não a infra-estrutura de rede. Então essa é a forma como estamos trabalhando e esperamos que agora possamos evoluir para esses pontos.

Se a senhora permitisse, gostaria de fazer algumas perguntas.

Pela ordem das apresentações, diria que a CTBC Telecom tem uma excelente experiência que está em andamento. Também gostaríamos de, tão logo atingisse o estágio maduro, se possível, divulgá-la pelo menos para todas as operadoras, para que o pessoal saiba o que está sendo feito e o que se pretende alcançar no futuro.

As perguntas que eu faria são as seguintes: primeiro, se nessas experiências que hoje estão em curso – vou fazer todas as perguntas para facilitar, para ganharmos tempo –, os senhores têm tido algum problema com alguma operadora, em termos de compartilhamento dessa infra-estrutura ou dessas experiências que estão realizando, porque, pelo que entendi, além das três operadoras que estão na região, os senhores estão bem mais avançados com a Image Telecom, que é uma empresa do grupo. Mas a pergunta é se amanhã ou depois essa condição será também estendida para as demais, uma vez removidos os obstáculos.

A segunda pergunta é a seguinte: se hoje o regulamento do compartilhamento de infra-estrutura, principalmente aquele que trabalha em conjunto com as empresas de energia elétrica, e o outro também que em seguida foi montado com base na Resolução nº 1, que estabelece o compartilhamento de infra-estrutura entre empresas do setor de telecomunicações, causa algum problema ou se atende aos propósitos.

Quanto à Brasil Telecom, a experiência que está realizando em Foz do Iguaçu, Dr. Luiz Otávio Marcondes, os senhores têm alguma idéia de até onde vai? Qual é o prazo para a conclusão, independentemente daquela outra apresentação que os senhores fizeram? Porque estou vendo que duas ações estão sendo realizadas. Os senhores têm uma idéia de qual será a melhor alternativa? Talvez, a partir daí, os senhores venham a estabelecer as condições para começar as discussões com as empresas envolvidas. Então, depois, eu gostaria de saber se existe algum prazo, dentro da organização, para que os senhores ultimem esses testes.

Quanto à Sercomtel, mencionou-se bastante aquela operação de Osasco, e novamente a pergunta é se existe algum pedido realizado por alguma operadora de IV a cabo – falo em TV a cabo porque agora estamos abordando infra-estrutura em meio confinado – que por algum motivo ainda não foi atendido, ou está para ser atendido. Ou se, na realidade, os senhores estão esperando evoluir nessa experiência que está em curso.

Quanto à Telemar, Dr. Ércio Alberto Zilli, pergunto se existe algum pedido de alguma empresa do setor de IV por assinatura que, por um motivo qualquer, queira usar a infra-estrutura da Telemar e que ainda não foi atendida, ou se existem discussões em andamento e, também do ponto de vista regulamentar, se há uma necessidade de alguma implementação, algum regulamento que os senhores estejam vislumbrando.

Quanto ao Dr. José Roberto de Souza Pinto, no caso da Embratel, acredito que esclarecemos a questão da IV por assinatura. Há uma outra questão que vale a pena mencionar – estou analisando sob o ponto de vista de agência. Não estou falando em nome dos operadores; nesse caso, talvez o Dr. Francisco Araújo possa complementar. Mas, hoje, o serviço tem uma baixa penetração, e com o contrato que as operadoras assinaram, elas têm uma meta: depois de um certo tempo, têm que atingir 90% de cabeamento da cidade.

Atualmente, quando se verificam os relatórios das agências, conclui-se que o serviço de TV a cabo tem uma penetração de 7,5%. Na realidade, as empresas já cabearam as cidades em mais de 17%. E, talvez, as operadoras de TV por assinatura estejam passando por áreas carentes, atingindo os segmentos C e D, e essa infra-estrutura, conforme aquela primeira apresentação da CTBC Telecom, pudesse ser aproveitada para os novos entrantes – e não estou falando em novos operadores, mas nos novos nichos

que as empresas de telecomunicações estão buscando no mercado.

Creio que essa é uma alternativa para a qual vocês têm que olhar com muito carinho. Não analisem apenas os números; seria interessante conversar com as operadoras, porque em muitas áreas, não apenas aquelas concentradas nas grandes cidades, mas em cidades de pequeno e médio porte, existe uma estrutura enterrada e subutilizada que talvez pudesse ser usada pelas empresas – é claro que observadas aquelas condições iniciais que foram colocadas.

Novamente, chamo a atenção para o fato de que estamos proporcionando o compartilhamento da infra-estrutura, Dr. José Roberto. Não quero entrar no mérito, se vocês têm acesso aos operadores locais ou não, mas voltando para o foco desta Comissão em que estamos falando de TV por assinatura, especialmente TV a cabo e uso de infra-estrutura, a fim de que possamos gerar essa sinergia.

Voltamos para verificar se, em termos de compartilhamento de infra-estrutura, existe algo, na visão de vocês, que precisa ser introduzido para que se possa implementar essa sinergia.

Creio que falei demais, mas agradeço novamente a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Para um Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, V. S^a não falou demais. Muito obrigada.

Gostaria de ouvir o Dr. Eduardo Rabboni a respeito das considerações tecidas pelo Dr. Ara.

O SR. EDUARDO RABBONI (CTBC Telecom) — Dr. Ara, obrigado pelas perguntas.

Quanto ao primeiro ponto, com relação ao que temos enfrentado nos contratos atuais, diria que não temos nenhuma complicação que pudesse ser caracterizada como pendência. Na realidade, se há algum percalço, é muito mais do ponto de vista comercial ou da existência ou não da rede em que se tem interesse de transporte de tráfego do que qualquer outro vício. Uma prova disso é que temos feito contratos com a Horizon e com a NET, para fechamento de **loop** e acesso **lastmile**. Atualmente estamos em discussão com a Datel, que é a operação da Sercomtel em Osasco, quanto à possibilidade de utilização de forma conjunta da rede de Osasco para a prestação do serviço de banda larga pela empresa que lá tem a concessão. Isso não nos preocupa.

Com relação à disponibilização das informações e à experiência em si, para nós isso daria muito prazer. A Anatel já foi convidada e o Valente muito nos incentivou no início desse estudo. As nossas portas estão abertas não só para a visita da Anatel, mas de qualquer empresa de telecomunicações ou da sociedade que tenha interesse em conhecer o que fizemos.

Com relação à legislação atual, o simples fato de termos atualmente contratos assinados tanto com a Image Telecom quanto com a Horizon deixa claro que sempre há melhorias no arcabouço que poderão ser feitas, mas que não são impeditivas, de forma alguma, da concretização desses acordos comerciais. Na realidade, eles têm sido feitos. Os primeiros contratos datam de mais de três anos, o que prova que houve evolução contratual nesse período, mas nada que impeça a prestação do serviço.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Com a palavra o Dr. Jorge de Moraes Jardim Filho, para responder.

O SR. JORGE DE MORAES JARDIM FILHO (Brasil Telecom) – Quero saudar o Ara, nosso companheiro antigo no setor, e dizer o seguinte: em que pesem todos os nossos esforços e o fato de estarmos numa fase adiantada no que diz respeito ao tema, dentro de um contexto de experiência, naturalmente, entendemos que não podemos ainda ter uma parceria em termos comerciais com qualquer geradora, na medida em que o processo ainda está sendo trabalhado.

Há, inclusive, expectativas de termos outros parceiros nessa experiência. Temos expectativas no sentido de usar a ADSL com outros parceiros.

Diante disso, quero ser muito direto e responder que continuamos a discussão com outras parcerias no setor de TV por assinatura e até gostaríamos de contar com o apoio deles, para chegarmos a um desfecho, a uma certeza maior quanto à possibilidade de uma parceria efetivamente comercial.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Dr. Hans Muller, da Sercomtel, por favor.

O SR. HANS JURGEN MULLER (Sercomtel) – O Dr. Eduardo Rabboni explicou que estamos em vias de negociação com a CTBC Telecom, para compartilhar essa rede de banda larga juntos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Dr. Zilli, da telemar.

O SR. ÉRCIO ALBERTO ZILLI (Telemar Norte Leste) – Dr. Ara, com relação a sua primeira pergunta, não tenho condição de respondê-la no momento. Vou verificar e lhe informarei posteriormente.

Com relação ao segundo tema, sobre a eventual necessidade de edição de regulamentação adicional, creio que seria positivo se houvesse alguma regulamentação que contemplasse mais os aspectos econômicos, de maneira a estimular a realização de investimentos privados na expansão e na universalização.

A regulamentação adequada desse tipo de matéria parece-me fundamental para que seja induzido o investimento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Dr. José Roberto, da Embratel, por favor.

O SR. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA PINTO (Embratel) – Obrigado, Ara, pela pergunta.

Na realidade, não tenho informação alguma sobre qualquer tipo de dificuldade relativa à questão de compartilhamento com essas empresas que são, digamos assim, concessionárias ou autorizadas para TV a cabo. Eu gostaria de complementar e apoiar essa observação feita pelo Dr. Zilli, da Telemar, porque, na verdade, enxergamos esses setores muito estanques, muito separados. Creio que precisamos encontrar algumas soluções tecnológicas que permitam viabilizar esse tipo de negócio.

Quero fazer um comentário adicional, por força de termos pesquisado algum tipo de informação sobre o que acontece em outros países. Acredito que deveríamos incentivar, no ambiente das nossas universidades, estudos que analisem mais profundamente essas questões do ponto de vista econômico e até mesmo tecnológico.

Sinto muita falta de estudos no Brasil, inclusive com a participação da comunidade científica, que possam orientar esse tipo de desenvolvimento de negócio no País. Temos acesso a inúmeros trabalhos – e tenho aqui uma documentação da Europa –, publicações feitas pela comunidade acadêmica, e não vemos acontecer isso aqui no Brasil.

Certamente grande parte das pessoas que estão aqui veio do antigo Sistema Telebrás. Naquela época, éramos um modelo totalmente fechado, não compartilhávamos nosso conhecimento, ou compartilhávamos muito pouco, e havia, mesmo nesse pouco compartilhamento, iniciativas com algumas universidades.

Acredito que a questão do desenvolvimento desse setor no País requer análises mais profundas, não só do ponto de vista tecnológico, mas também econômico, que certamente poderão auxiliar e muito, de uma maneira mais independente, porque as empresas todas têm seus interesses de negócios, mas poderão ser auxiliadas nessas análises de convergência, gerando algum tipo de contribuição.

Era o que eu gostaria de comentar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA

(Diretor Jurídico da ABTA) – Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA

(Diretor Jurídico da ABTA) – Eu queria aproveitar a oportunidade para comentar o que foi dito pelo Dr^a Ara, quando tratou da universalização das televisões a cabo. Aliás, temos metas muito ambiciosas e esperamos não nos ver com dificuldades – se bem que já temos uma rede com penetração bastante importante –, porque o serviço de telefonia fixa pode, de repente, se ver com um superestoque de linhas. De qualquer maneira, a possibilidade de virmos a utilizar esse serviço do ADSL das companhias operadoras de STFC para levar nosso sinal, esbarra, Dr^a Ara, frontalmente na Lei do Cabo. Essa lei – provavelmente os senhores operadores de telefonia não têm conhecimento – impõe às companhias de TV a cabo uma superlotação de canais gratuitos obrigatórios.

Abrimos nossa porta com mais ou menos 30% da nossa rede ocupada por canais obrigatórios, alguns muito meritórios, outros talvez nem tanto. Costu-

mo sempre comparar nossos serviços com os de ônibus, avião ou mesmo táxi, em que o concessionário ou permissionário ou autorizatário tivesse que começar sua viagem já com 30% da sua capacidade instalada ocupada por passageiros gratuitos. A luta no Rio de Janeiro das empresas de ônibus com idosos e escolares, como V. S^{as} estão acompanhando, é de foice. A TV a cabo nunca travou essa briga até hoje, se bem que reclamamos sempre que é possível.

Considerando uma cidade como São Paulo, onde ligamos o nosso **HeadEnd** com 21 canais obrigatórios, os recursos hoje disponíveis e de que temos conhecimento

– pelo menos como advogado, tenho conhecimento da compressibilidade desse sinal no ADSL – têm permitido 22, 23 canais. Quer dizer, só serviria para o gratuito. Sem poder cobrar o serviço vai ficar difícil.

A contribuição ainda será difícil enquanto a Lei do Cabo regular esse serviço de uma maneira tão engessada. Hoje, como o Dr. Ara já antecipou, a nossa própria Associação tem trabalhado com a Anatel, para atingirmos o Sema, Serviço de Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura, como uma solução, dissociando o serviço da tecnologia.

Sobre tecnologia, Ora Berenice, realmente a pessoa indicada para ser o grande interlocutor dos senhores é o Dr. Antônio João. Acredito que queiram ouvir um pouco sobre o que a ABTA aspira em termos de colaboração e de aproximação com outros proprietários de redes.

Peço, então, que a ora Berenice dê oportunidade ao nosso Diretor de Tecnologia, que é o homem da ABTA desde a primeira hora, pois conhece o assunto profundamente e tem, nos mais diferentes foros – inclusive aqui no Senado, na Câmara e em audiências públicas –, discutido o assunto da ociosidade da nossa rede.

A Dr^a Berenice, gentilmente, concordou que o Dr. Antônio João falasse. E, se pudesse chamá-lo, agradeceria.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor, Dr. Antônio João.

Enquanto S. S^a se aproxima, gostaria de esclarecer que, além dos Conselheiros já citados, esta Comissão é formada também por representante do Mi-

nistro das Comunicações, por representante do Ministro da Cultura, por representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por representantes da ABTA e da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Todos trouxeram suas contribuições e suas reflexões a respeito da questão. Para os senhores que tiverem interesse em conhecer as atas das demais reuniões desta Subcomissão do Conselho de Comunicação Social, todas as reflexões estão registradas. Peço à nossa Assessoria que passe o endereço certo a todos que desejarem, pois ali terão um panorama mais delineado do que vem sendo discutido aqui.

Ouviremos agora o Dr. Antônio João Filho sobre as expectativas da ABTA com relação às empresas de tele.

O SR. ANTONIO JOÃO FILHO (Diretor de Tecnologia da ABTA) – Dr^a Berenice, muito obrigado. Agradeço o convite e ao José Francisco de Araújo Lima, por ter feito esse pedido a V. S^a, cumprimento o Dr. Ara também e todos os convidados das empresas de telecomunicações.

Acredito que seria importante tecermos alguns comentários em função do que foi dito.

Gostaria de fazer uma pequena correção no que diz respeito ao início das atividades e ao relacionamento das empresas de TV a cabo, especificamente, com as empresas de telecomunicações.

Na realidade, esse relacionamento começou muito antes de ser promulgada a lei de 1995. Ele começou em 1989, quando surgiram as primeiras licenças de um serviço que era, na época, outorgado pelo Ministério das Comunicações, que era o DISTV.

A partir daquele momento, as empresas começaram a encontrar as dificuldades reais que acometem todos os empreendedores. Depois de conseguida a licença, temos que efetivamente construir uma infra-estrutura ou usar uma infra-estrutura existente para operar o serviço. Como na época não havia nenhum tipo de **benchmarking** no Brasil sobre como essas redes deveriam ser construídas, os especialistas começaram a buscar essa tecnologia fora e descobrimos que estávamos num momento muito interessante, que era o momento de transição do mundo elétrico para o mundo ótico.

No mundo todo, as empresas de TV a cabo que já estavam funcionando há algum tempo estavam fa-

zendo uma atualização tecnológica, passando para as redes óticas. Então foi muito natural que as empresas que naquela época começaram a deter as licenças de DISTV buscassem uma sinergia com quem tivesse redes óticas para ser utilizadas. Na época, a Telebrás não estava vivendo o momento pós-privatização, então todos começaram a discutir com as teles uma forma de compartilhamento daquela rede para que as empresas não tivessem que investir novamente. A frase do Dr. José Roberto Sousa Pinto, de que devemos evitar que para cada serviço tenhamos uma rede, sempre foi o pensamento dos operadores da TV a Cabo. Mas, infelizmente, por diversas circunstâncias, não se conseguiu esse relacionamento. Algumas empresas fizeram pedidos para que a rede fosse disponibilizada em 1991 e 1992, e algumas delas ainda aguardam algum tipo de manifestação. É claro que isso já se perdeu na burocracia, mas fez com que as empresas fossem obrigadas a construir a sua própria rede.

Temos uma situação muito perversa para um país como o Brasil, que carece de recursos para investimentos em infra-estrutura. Tivemos que duplicar ou triplicar redes metropolitanas. Só mais recentemente temos um pouco mais de flexibilidade; da mesma forma que o Dr. Eduardo Rabboni comentou, as parcerias que estão ocorrendo entre as operadoras de TV a cabo e as operadoras de telecomunicações são extremamente saudáveis. Está chegando-se a um ponto em que somos competidores em alguns segmentos, mas acredito que temos muitas oportunidades de compartilhamento e de economia de infra-estrutura que no final se traduzirá em benefícios para toda a sociedade.

Darei uma idéia a respeito dessa questão de competição. Num primeiro momento, quando o serviço de TV a cabo se instalou, tínhamos claramente as duas entidades, ou seja, o mundo de TV a cabo e o mundo de telecom caminhando em direções que não se tangenciavam. Um oferecia vídeo, o outro oferecia voz, os avanços tecnológicos estavam muito longe de ocorrer e ninguém falava de Internet.

A partir do momento em que surgiu a possibilidade de banda larga, temos duas tecnologias concorrendo: a tecnologia da linha digital, do ADSL, e a tecnologia de *cable modem*. Temos, nos Estados Unidos, um exemplo bastante interessante de um país onde as duas tecnologias praticamente dividem o

mercado. Temos cerca de 28 milhões ou 29 milhões de assinantes de serviços de banda larga; exatamente a metade é de cabo e a outra, de ADSL, um pouco mais para cabo.

No Brasil, a realidade não segue a mesma linha em razão do tamanho das duas indústrias. Aqui, a indústria de TV a cabo é pequena, nova, enquanto, nos Estados Unidos, remonta ao início dos anos 50. Então, efetivamente, não haveria possibilidade de que houvesse uma competição desse nível aqui.

Estamos vendo agora que os dois segmentos que, num primeiro momento, estavam atuando em mercados distintos competem para um novo serviço, que é o de Internet banda larga, porém temos uma situação um pouco diferente. A tecnologia dará condições para que os setores migrem e busquem mercado num setor em que outro estava atuando quase com exclusividade. O que significa isso? Que as empresas de telefonia fixa devem começar a oferecer serviço de vídeo sobre ADSL a partir do momento em que tivermos uma evolução tecnológica e que for economicamente viável. Da mesma forma, as empresas de TV a cabo buscam novos mercados, nova utilização para a sua infra-estrutura, que é a oferta de telefonia, serviço de voz na rede HFC usando a tecnologia IP.

Estamos num limiar muito importante. Se perdemos essa oportunidade de compartilhar infra-estruturas, vamos cair na mesma armadilha de duplicar esforços e investimentos, sendo que o cliente é exatamente o mesmo.

Considero essa iniciativa do Conselho de Comunicação Social extremamente saudável para discutirmos essas questões, compartilharmos infra-estrutura e continuarmos com a competição, para que o consumidor final seja beneficiado, sempre com bom senso, e que possamos potencializar as nossas sinergias.

Falando nisso, poderíamos, a título de conhecimento, mostrar o tamanho do negócio de TV por assinatura e a quantidade de domicílios atendidos. Hoje temos cerca de 13 milhões de domicílios atendidos por redes de TV a cabo. Desses 13 milhões, 5,5 milhões, ou seja, um pouco mais de 40% são bidirecionais, isto é, as redes já estão equipadas com capacidade de comunicação em banda larga nas duas direções, isto é, do sentido do provedor para o assinante e do assinante para o provedor.

Para falar um pouco mais sobre televisão por assinatura, o serviço de MMDS, que é **wireless**, de banda larga, tem uma banda muito expressiva, de 200 MHz, e está presente hoje em cerca de 17 milhões de domicílios. Se fôssemos somar a quantidade

de domicílios com acesso a serviço de cabo e de MMDS, evidentemente não seriam 17 milhões mais 13 milhões, porque há domicílios duplamente atendidos. Entretanto, podemos garantir que 20,2 milhões de domicílios são atendidos hoje por um serviço de televisão por assinatura.

Voltando novamente a falar de cabo, como o José Francisco bem disse, hoje existem 60 mil quilômetros de rede coaxial alimentada por cerca de 18 mil quilômetros de rede óptica. Dezoito mil quilômetros num território como o do nosso País são praticamente nada. O interessante é que esses 18 mil quilômetros são de capilaridade urbana. É na malha metropolitana que existem 18 mil quilômetros de redes ópticas. Essa rede está ociosa, e há uma disponibilidade altíssima dela. Hoje, os operadores estão buscando, junto com os de telecomunicações, principalmente aqueles que querem uma oportunidade para também oferecer serviço de voz na última milha, oferecer essa infra-estrutura para esse tipo de aplicação.

A utilização da capilaridade óptica e da capilaridade coaxial mostrada pelos 13 milhões de domicílios é um ativo importante, principalmente para que possamos promover uma efetiva competição na área de telefonia urbana, na área residencial e na área corporativa também. Essa infra-estrutura está à disposição.

Sabemos que existe uma interação muito grande entre as operadoras de TV a cabo e as de telecomunicações. Essas conversações não são novas, não estão iniciando agora, mas gostaríamos que, com este debate, intensificássemos esse intercâmbio e essa vontade de fazer algo juntos.

Esse era o depoimento que tinha a dar.

A SRA PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) - Obrigada, Dr. Antônio João.

Algum dos nossos convidados gostaria ainda de fazer uso da palavra? (Pausa.)

Não há mais quem queira fazer uso da palavra, mas nosso debate não se esgota aqui. Pelo contrário, esta reunião é o início de uma conversa, pois sentimos que ainda, sobretudo em relação às teles, há possibilidade de se avançar muito. Espero ter contribuído para uma aproximação entre os setores.

Esta é a quinta reunião. A partir dela, deveremos levar um relatório ao Senado Federal.

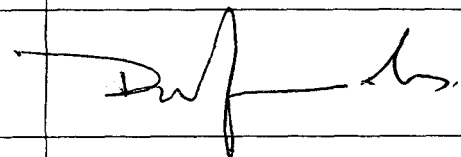
Então, aguardando a presença e a possibilidade de participação dos meus companheiros do Conselho para articular uma data que seja interessante também para o grupo de apoio, suspendo esta reunião até uma data mais oportuna.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO DE TV A CABO
5ª REUNIÃO DE 2003

LISTA DE PRESENÇA

**EM 04 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 10H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO ¹
Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	ASSINATURA
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	



**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO DE TV A CABO**

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA TV A CABO NO BRASIL E APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS E INICIATIVAS NO SENTIDO DA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO SETOR (CONSTITUÍDA NOS TERMOS DO PARECER Nº 2/2003-CCS, APROVADO NA REUNIÃO DE 07/04/2003, SOBRE O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175/2001)

5ª REUNIÃO

**EM 4 DE AGOSTO DE 2003, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE PRESENÇA DOS MEMBROS DO
GRUPO DE APOIO**

	MEMBROS	ASSINATURA
Representante da ABTA	ALEXANDRE ANNENBERG	
Representante da ABTA	JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA	
Representante da ABTA	ANTÔNIO JOÃO FILHO	
Representante da ABTA	ROGER KARMAN	
Representante da ABTA	ANDRÉ MÜLLER BORGES	
Representante do Ministério das Comunicações	MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA Representando Dr. EUGÊNIO FRAGA	
Representante do Ministério da Cultura	JOÃO BATISTA OLIVEIRA	
Representante do BNDES	ALAN ADOLFO FISCHLER	
Representante da ANATEL	ARA APKAR MINASSIAN	
Representante da UnB	MURILO RAMOS	



CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COMISSÃO DE TV A CABO

5ª REUNIÃO

**EM 4 DE AGOSTO DE 2003, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE PRESENÇA DOS REPRESENTANTES DE
CONCESSIONÁRIAS DE TELEFONIA FIXA**

	MEMBROS	ASSINATURA
BRASIL TELECOM S/A	LUIZ OTÁVIO MARCONDES	
BRASIL TELECOM S/A	JORGE DE MORAES JARDIM FILHO	
BRASIL TELECOM S/A	WALDIR MORGADO	
CTBC TELECOM	EDUARDO RABBONI	
SERCOMTEL S/A	HANS JURGEN MÜLLER	
TELEMAR NORTE LESTE S/A	ÉRCIO ALBERTO ZILLI	
EMBRATEL	JOSÉ ROBERTO DE SOUZA PINTO	

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada a todos. Até breve. Esta encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h)

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª REUNIÃO DE 2003

DIA 4 DE AGOSTO DE 2003,
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H, NA SALA Nº 6ª
DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião do Conselho de Comunicação Social, realizada em 4 de agosto de 2003, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho, destinada a: 1) leitura de expedientes; 2) exposições sobre o tema “Interferência dos sinais de radiofrequência nos sistemas de comunicação utilizados no tráfego aéreo”: representantes da INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, Presidente – “Principais problemas dos aeroportos do Brasil”; Frederico de Queiroz Veiga, Diretor de Operações; Edilberto Teles Sirotheau Corrêa, Superintendente de Segurança Aeroportuária; Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores, Diretora de Engenharia; Nunzio Briguglio Filho, Superintendente de Comunicação Social; Luiz Kazumi Miyada, Superintendente de Gestão Operacional; representante do Comando da Aeronáutica – Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA): Tenente Brigadeiro do Ar Flávio de Oliveira Lencastre, Diretor-Geral; 3) discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, de autoria do Senador Paulo Hartung, que “altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o Serviço de Televisão Comunitária”; 4) leitura e designação de relator do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que “dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens”; 5) relatórios sobre andamento dos trabalhos das Comissões: Comissão de Concentração na Mídia — apresentação do Relatório Preliminar do Conselheiro Carlos Chagas; 6) Comunicações dos Conselheiros; Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

José Paulo Cavalcanti Filho – Presidente, Representante da sociedade civil; **Emanuel Soares Carneiro**, Representante das empresas de rádio (Suplente); **Fernando Bittencourt**, Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social; **Francisco Pereira da Silva**, Representante da categoria profissional dos radialistas; **Berenice Isabel Mendes Bezerra**, Representante da categoria profissional dos artistas; **Geraldo Pereira dos Santos**, Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; **Antônio de Pádua Teles de Carvalho**, Representante da sociedade civil (Suplente); **Ricardo Moretzsohn**, Representante da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Boa-tarde. São 14 horas e 16 minutos. Declaro instalada a sexta reunião do ano de 2003 do Conselho de Comunicação Social.

Antes de passar à **Ordem do Dia**, registro a justificativa de ausência de Paulo Machado de Carvalho Neto, Alberto Dines, Carlos Chagas, Jayme Sirotsky e Daniel Koslowsky Herz. Em nome do Conselho, encargo ao Conselheiro Daniel Herz melhoras em seu problema de saúde.

Em substituição estão presentes os Conselheiros Suplentes Emanuel Soares Carneiro e Antonio de Pádua Teles de Carvalho, aos quais de logo dou as boas-vindas.

Esclareço aos senhores presentes que as reuniões do nosso Conselho são transmitidas pela **TV Senado** às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã. As Atas estarão à disposição da sociedade civil no **site** do Conselho e são publicadas no **Diário Oficial**. Assim, esses debates se revestem sempre da maior publicidade possível.

Dando início a esta reunião, declaro que a Ata Circunstanciada e as notas taquigráficas da nossa última reunião estão disponíveis aos Srs. Conselheiros, em cópia, na página do Conselho.

Indago se há registro ou correção a ser feita. Não havendo manifestação, declaro aprovada a Ata da última reunião.

Vou inverter a ordem dos trabalhos, deixando o Expediente para um momento posterior da reunião, para que possamos avançar sem mais delongas na **Ordem do Dia**.

Aqui presentes comigo estão, à direita, o Tenente Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre e, à minha esquerda, o Presidente da Infraero, Dr. Carlos Wilson de Queiroz Campos, a quem concederei de

início a palavra para expor os principais problemas dos aeroportos no Brasil.

As exposições de hoje se revestem de enorme interesse coletivo. Tudo começou como Titanic. Não propriamente com o Titanic, mas com o exame das causas das mortes que ocorreram no seu naufrágio. Foi enorme o número de mortes em circunstância de não poderem os sinais de rádio ser captado com clareza. Até então, não havia administração do espectro eletromagnético. Chegou-se à conclusão de que havia numerosos navios bem próximos ao Titanic e que, se não estivessem embaralhadas as emissões de rádio, teriam chegado a tempo de salvar a maioria dos passageiros. O relato é de Laurence Lessie (**The future of ideas: the fate of the commons in a connected world**).

De lá para cá, vem-se adensando o controle do que a lei brasileira chama de espectro eletromagnético. Mas há zonas sobre as quais a sociedade civil não tem informações. E há, por parte do Conselho, enorme curiosidade em relação a algumas questões básicas, entre elas uma ligada ao espectro de rádio. Permanece a dúvida sobre se é verdade ou lenda a idéia de que emissões de rádio, até de baixa frequência, como as de rádios comunitárias, interferem na circulação de aviões, até mesmo observações mais prosaicas, como a circunstância de que se possam usar celulares durante vôos, se isso, de alguma forma, pode interferir nos padrões de segurança.

Para tirar essas e outras dúvidas o Conselho se reúne hoje. O primeiro a se manifestar será o Presidente da Infraero, que falará sobre os principais problemas dos aeroportos no Brasil.

Carlos Wilson é pernambucano, nascido em 11 de março de 1950. Concorreu pela primeira vez a um mandato popular em 1974, quando foi eleito o Deputado Federal mais jovem daquela Legislatura. Permaneceu na Câmara dos Deputados por 12 anos. Durante esse período, foi escolhido 2º Secretário e 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora. Sua atuação como Deputado foi marcada pela defesa do fortalecimento da Sudene e de uma política diferenciada para o Nordeste. Exigiu do Governo Federal o fim das mordomias e das despesas supérfluas no setor público. Lutou pela reforma da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e pelo fim do bipartidarismo. Posicionou-se pela liberdade de imprensa, contra a censura e pela extinção da Lei Falcão. Em 1979, ao lado de Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães e outros Parlamentares, defendeu o direito à livre organização sindical dos trabalhadores. Dedicou-se à defesa de uma anistia ampla, geral e irrestrita para os exilados do Golpe Militar de

1964. Defendeu a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e, em 1984, tornou-se parte ativa na campanha pelas Diretas, participando de atos públicos em todo o País.

Em 1986, elegeu-se Vice-Governador de Miguel Arraes. Assumiu o Governo de Pernambuco em abril de 1990. Em novembro de 1992, ocupou a Secretaria Nacional de Irrigação a convite do então Presidente Itamar Franco. Em 1994, foi eleito o Senador mais votado de Pernambuco. Participou da Comissão Especial de Investigação das Obras Inacabadas, que detectou mais de duas mil obras paralisadas em todo o País. Foi também Vice-Presidente da CPI do Judiciário, responsável pelas investigações que culminaram na prisão do Juiz Nicolau dos Santos Neto e na apuração dos desvios de recursos das obras do fórum trabalhista de São Paulo.

Foi eleito, em 2000, 1º Secretário do Senado e foi um dos principais responsáveis pela apuração do escândalo do painel da votação. Como Senador, propôs um projeto de lei que agrava em um terço a pena dos adultos que se utilizem de menores para a prática de crimes. A matéria já foi aprovada pelo Senado e aguarda apreciação pela Câmara. Também é autor do projeto que propõe a reserva de 50% das vagas das universidades estaduais para alunos da rede pública de ensino. Apresentou projeto de lei que permite aos trabalhadores desempregados o saque dos recursos em suas contas do PIS/Pasep.

Em janeiro de 2003, foi convidado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a assumir o comando da Infraero. No cargo, retomou um plano de obras que prevê um investimento de R\$4,2 bilhões nos próximos cinco anos em praticamente todas as Unidades da Federação.

Mas, para mim, as principais qualidades do Senador Carlos Wilson não são propriamente essas. Sou de Pernambuco e posso dar meu testemunho. Trata-se de um homem honrado, goza desse conceito em Pernambuco e no Brasil. É um homem aberto ao debate, estruturalmente democrático. Seu Governo foi marcado por uma trajetória de avanços sociais e, sobretudo, pela abertura para o diálogo.

S. Ex^a prontificou-se a vir prestar esclarecimentos ao Conselho. É uma honra para esta Casa, à qual tanto serviu, tê-lo conosco. O Conselho sente-se honrado, Governador, por ouvi-lo. Tenho o prazer de passar a palavra a um amigo tão próximo e tão querido, a este homem público do qual o Brasil se orgulha: o Governador Carlos Wilson.

O Sr. Carlos Wilson de Queiroz Campos (Presidente da Infraero) – Meu caro Presidente José Paulo Cavalcanti, antes de tudo, agradeço-lhe o convite para comparecer a esta reunião do Conselho de Comunicação Social e saúdo os Conselheiros.

Quero dizer da minha satisfação de estar aqui porque, por mais de dez anos, o Congresso Nacional debateu e tentou a instalação do Conselho de Comunicação Social.

Na condição de 1º Secretário do Senado, na Legislatura passada, tive a honra, o privilégio de ser um dos Senadores que encaminharam a criação deste Conselho, o qual foi constituído de forma democrática, ouvindo todos os segmentos da sociedade.

Esta é a primeira vez que volto a esta Casa depois que deixei o cargo de Senador. Faço isso com a maior satisfação, porque sei do papel e da importância do Conselho de Comunicação Social para o nosso País.

Quando recebi o convite do Presidente José Paulo Cavalcanti, senti-me lisonjeado e aqui estou.

Apesar de não ser afeta à Infraero a questão de frequência nos aeroportos, coordenada que é pelo Decea, vou fazer uma pequena exposição do que se passa nos três principais aeroportos do País, os de maior concentração, que são os de Congonhas, Santos Dumont e Pampulha.

Gostaria de dizer aqui que, nestes quase sete meses em que estou à frente da Infraero, aprendi que um aeroporto pode ser um grande inconveniente – e é um inconveniente na vida de uma cidade –, notadamente quando, pelo crescimento desordenado vivido pelas grandes metrópoles, ele se desloca para o centro de grandes cidades. Problemas como radiofrequência e interferências em sinais de rádio são certamente importantes, pois podem afetar seriamente a segurança de voo, principalmente durante a fase de aproximação para o pouso nesses aeroportos.

Sobre esse assunto, em respeito às atribuições legais, sinto-me no dever de sugerir à Comissão que convide o Exmº Sr. Diretor do Departamento do Controle do Espaço Aéreo – DECEA –, Tenente-Brigadeiro Flávio Lencastre para abordar, com certeza, com muito mais pertinência e competência, a questão relativa à interferência nos equipamentos de radionavegação.

Gostaria também de falar um pouco da Infraero e relatar esse fenômeno que ocorre nos aeroportos centrais, principalmente, como disse antes, nos aeroportos de Congonhas, Santos Dumont e Pampulha.

As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da

Ata Circunstanciada da Reunião, no endereço www.senado.gov.br/ccs.

Quando se constrói um aeroporto, não se pensa no hoje, mas no futuro. Nos anos 30, a construção do aeroporto no meio de uma fazenda foi bastante criticada. Na época, dizia-se que era um lugar muito longe, ermo e descampado. São Paulo usava, até então, como aeroporto principal o antigo aeroporto do Campo de Marte, às margens do Rio Tietê. Uma inundação que manteve o Campo interditado por mais de 60 dias forçou a busca de novo sítio que pudesse ser transformado em um aeroporto de São Paulo.

Pois bem. Quase 50 anos depois, com um movimento de 5,2 milhões de passageiros/ano, o velho aeroporto de Congonhas foi esvaziado e teve os seus vôos transferidos para o novo Aeroporto Internacional de Guarulhos. Restaram apenas os velhos Eletras II, que operavam a ponte aérea São Paulo/Rio, e alguns vôos regionais. Ainda assim, o movimento naquele terminal nunca foi inferior a 2,3 milhões de passageiros/ano, marca alcançada em 1986, ano seguinte à inauguração do aeroporto de Guarulhos.

Com o aeroporto de Pampulha aconteceu a mesma coisa: seus vôos foram transferidos para o moderno Aeroporto Internacional de Confins, inaugurado em 1984, e ele acabou sendo usado apenas para os vôos com destino ao Rio de Janeiro e São Paulo, operados por pequenas aeronaves-hélices, de classe até cinquenta passageiros. Em 1985, a Pampulha recebeu apenas quarenta e um mil e poucos passageiros, contra um milhão e duzentos mil em 1983. Confins, em 1985, recebeu um pouco mais de um milhão e atingiu o seu pico no ano seguinte, com 1,2 milhão de passageiros.

No Santos Dumont, graças sobretudo à limitação da pista de pouso e decolagem, o DAC não homologaria operação de jatos e manteve-se o seu bucolismo rigorosamente condizente com o belíssimo cenário descortinado pela Baía da Guanabara. Agora, Presidente, esse terminal, historicamente, recebeu entre um milhão e meio e dois milhões de passageiros/ano, pelo menos de 1985 até 1994.

Por mais que essas transformações tenham representado apenas a transferência dos problemas para outras regiões – Guarulhos, Confins e Ilha do Governador, respectivamente –, é forçoso reconhecer que os novos terminais estavam devidamente equipados para atender a essa demanda, ainda que o trânsito para Guarulhos tenha se tornado mais complicado, principalmente em razão do crônico problema das

marginais paulistas e ainda que tenha faltado a obra de uma auto-estrada que ligasse Confins ao centro de Belo Horizonte e o Galeão, antes da conclusão das Linhas Vermelha e Amarela, também representasse uma solução complexa pela saturação da Avenida Brasil.

De repente, a TAM começou a operar com o Focker 100 e descobriu que, mesmo cobrando mais caro, havia um nicho de mercado que estava reprimido, com passageiros que preferiam viajar a partir dos aeroportos centrais. Esse fenômeno associou-se à crise da aviação comercial. Logo se estabeleceu a

convicção de que os vôos comerciais só eram rentáveis se fossem operados pelos aeroportos centrais.

Paralelamente, as empresas que fabricavam aeronaves passaram a produzir aviões com 130, 140 e até 170 passageiros, aptos a operar em pistas curtas, como é o caso do Airbus 320, 319 e de alguns Boeings 737. O turboélice ficou limitado a pequenos vôos regionais e outros tranquilos aeroportos centrais voltaram a ser habitados por gigantes a jato.

Gostaria de ressaltar que, embora a Transbrasil tivesse deixado de operar, a Gol Transportes Aéreos conseguiu autorização para operar suas modernas aeronaves nos aeroportos centrais, usando-os inclusive como ponto de conexão para outras rotas, no que foi acompanhada por outras companhias. O resultado disso foi à volta dos transtornos e da superlotação desses terminais, além do esvaziamento dos grandes e modernos aeroportos, como os de Confins e do Galeão.

Então a realidade hoje é dramática. Congonhas passou a ser o aeroporto mais movimentado de toda a rede dos 65 aeroportos da Infraero, atingindo o seu pico em 2002, com mais de doze milhões de passageiros/ano apenas em vôos domésticos. Sua capacidade é de apenas seis milhões de passageiros.

Em junho, assistimos à diminuição do movimento de aeronaves, que recuou 6% em relação ao mês de maio. Esse fenômeno foi provocado principalmente pelo compartilhamento de vôos, pelas operações compartilhadas entre a TAM e a Varig. Não diminuiu o número de passageiros, mas pelo menos diminuiu o número de operações de pousos e decolagens naqueles dois aeroportos.

Ainda assim, contabilizamos 8.460 pousos e 8.594 decolagens. Esses números correspondem a uma média de 568 operações diárias ou uma média de 33 operações por hora, ao longo das 17 horas de funcionamento do aeroporto.

O trânsito nas imediações do aeroporto tornou-se completamente caótico na maior parte do tempo. O sistema viário não suporta a demanda e, ainda que as turbinas dos modernos aviões sejam silenciosas, a verdade é que o barulho de uma decolagem incomoda – e sabemos que incomoda bastante.

No Aeroporto Santos Dumont a situação é semelhante. Projetado para receber dois milhões de passageiros/ano, recebe hoje cinco milhões e meio de passageiros por ano. Temos dificuldade para operar uma única sala de embarque e duas esteiras de bagagens. São 320 operações diárias de pousos e decolagens ou uma média de 17,7 operações por hora. E bem verdade que o Santos Dumont não fecha, mas as operações aéreas ficam restritas a 18 horas por dia.

No Aeroporto da Pampulha, a equação é a seguinte: projetado para receber um milhão e seiscentos mil passageiros/ano, recebe hoje mais de três milhões de passageiros e realiza 243 operações diárias de pousos e decolagens. Enquanto isso, o Aeroporto de Confins recebe apenas 432 mil passageiros/ano e faz somente 41 operações diárias.

O Aeroporto do Galeão, que recebeu mais de oito milhões e meio de passageiros por ano em 1990, no ano passado recebeu apenas cinco milhões e duzentos mil passageiros. O Aeroporto de Guarulhos, até porque passou a concentrar praticamente todos os vôos internacionais – em torno de 90% –, recebe hoje 12 milhões de passageiros e opera diariamente 439 pousos e decolagens. Essa situação quase beira o caos – é forçoso reconhecer. Só não é mais grave graças aos esforços dos 8.300 funcionários da Infraero, na parte orgânica da empresa, e dos 13 mil funcionários terceirizados.

E vejam, é consenso, ninguém duvida: a aviação comercial do Brasil, como do mundo inteiro, enfrenta uma grave crise. As companhias aéreas estão numa grave situação econômico-financeira. Reduziram vôos, devolveram aeronaves e fizeram outras reduções. Pergunto: o que acontecerá quando – esperamos todos nós para muito breve – a economia der sinais de crescimento? O setor que cresce mais rapidamente é o da aviação.

Como não vim aqui só para falar da parte ruim do que estamos enfrentando, temos de dar boas notícias. Posso dizer que a Infraero e o Governo Federal estão atentos à situação dos aeroportos centrais no Brasil. Na semana passada, determinamos à Infraero que fosse realizada uma audiência pública no Rio de Janeiro para discussão do edital das obras de ampliação do Aeroporto Santos Dumont. Antes, como diz a

Lei de Licitações, apenas se fazia necessária uma audiência pública aqui em Brasília, mas, no caso do Santos Dumont, realizamos duas: uma em Brasília e outra no Rio de Janeiro, tudo em nome da transparência e devido ao fato de que se trata de um terminal aeroportuário diferenciado, localizado em um dos mais belos locais do mundo. Pela primeira vez na história da empresa, como disse anteriormente, fizemos essas duas audiências, que transcorreram num clima de absoluta concórdia.

Esse projeto que vocês viram envolve a aplicação de mais ou menos R\$230 milhões, recursos próprios da Infraero. O terminal será construído ao lado do atual. Serão instaladas 136 pontes comerciais e pontes de desembarque com um vidro especial, para que não interfira na visão do centro do Rio de Janeiro.

Estamos trabalhando juntamente com a Prefeitura do Rio de Janeiro para criar um novo sistema viário que desafogue o trânsito na Praça Salgado Filho e adequaremos a capacidade do velho Santos Dumont dos atuais dois milhões de passageiros/ano para a atual demanda de, aproximadamente, seis milhões de passageiros.

As obras deverão estar prontas até o final de 2006, antes, portanto, dos Jogos Pan-Americanos, que deverão ser realizados no Brasil em 2007. Esperamos também que sirva de alavanca para a pretensão da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil de sediar as Olimpíadas de 2012.

Preciso explicar, contudo, que, de acordo com as nossas projeções, o novo Santos Dumont só dará conta da operação de aeronaves que efetuem vôos da ponte aérea com destino a Congonhas, Pampulha e Brasília, nada mais do que esses três centros. Por isso, estamos trabalhando bastante e contando com a colaboração do DAC e das companhias aéreas, que sabem da exagerada superlotação dos aeroportos centrais, para que, a médio prazo, possamos inclusive retornar vôos internacionais para o Aeroporto do Galeão.

Além disso, estamos no processo de implantação de um aeroporto-indústria, com a intenção de criar um aeroporto industrial com algum benefício tributário dentro do sítio do Aeroporto do Galeão. Estenderemos esse projeto para Confins. Temos conversado muito com o Governador Aécio Neves sobre a implantação de uma linha de transporte rápido, uma auto-estrada, por exemplo, até a cidade de Lagoa Santa.

A Pampulha também ganhará um novo terminal, pontes de embarque e lojas comerciais. Sua capacidade operacional passará dos atuais 1,6 milhão de

passageiros/ano para três milhões de passageiros/ano. Como o de Santos Dumont, quando as obras estiverem prontas, em dezembro de 2005, o Aeroporto da Pampulha só deverá operar vôos para aeroportos centrais e para Brasília, além da aviação regional.

O mesmo deve ocorrer com o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, que já está em obras. Estamos prolongando a área de embarque central para implantar oito pontes de embarque, os chamados *fingers*. Adaptaremos o velho aeroporto central paulistano para receber exatamente o mesmo número de passageiros que recebe hoje: 12 milhões de passageiros/ano.

Paralelamente, em breve, deveremos iniciar as obras do terceiro terminal e da terceira pista do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Estamos planejando também a construção da segunda pista e a conclusão do novo terminal de passageiros de Campinas.

A Infraero não administra apenas aeroportos centrais. Estamos executando um plano de obras que compreende nada menos do que US\$1,4 bilhão ou R\$4,2 bilhões nos próximos cinco anos, sempre com recursos próprios da empresa, sem recorrer ao Tesouro Nacional. Iremos obras em Joinville e Navegantes, Santa Catarina, Brasília, Goiânia e Uberlândia, no Centro-Oeste, em Vitória, no Sudeste, em Maceió, Recife, Petrolina, João Pessoa, Campina Grande, todas no Nordeste, em Macapá e São Luís, no Norte, Porto Velho e Rio Branco, no Noroeste. Geramos 49 mil empregos diretos e indiretos apenas com nossos canteiros de obra.

Para ilustrar, nossos aeroportos garantem mais de 140 mil empregos diretos e indiretos em plena operação. Além disso, implantamos 34 projetos sociais que atendem a mais de 6 mil jovens e adolescentes no entorno dos nossos aeroportos, com cursos de captação profissional, hortas comunitárias e assim por diante.

Era isso, Sr. Presidente José Paulo. Em breves palavras, tracei um perfil bastante sucinto das ações da Infraero.

Agora vou deixar que o meu companheiro, um dos grandes oficiais que temos na Força Aérea, Brigadeiro Lencastre, possa falar principalmente do tema que discutiremos hoje à tarde: a interferência dos sinais de radiofrequência nos sistemas de utilização do tráfego aéreo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – O Conselho se sente honrado com exposição tão consistente.

Conquanto não tenha relação direta, é importante para o Conselho obter informação sobre a maneira como o Governo projeta o futuro. Essa exposição foi um dos momentos altos do Conselho.

Quero, por fim, dizer que muito da instalação do Conselho se deve ao Senador Carlos Wilson. Deixei para o término essa justiça, pois foi em grande parte graças à determinação do Senador que este Conselho foi instalado. Receba de todos nós e da sociedade civil, Senador, nosso mais compenetrado obrigado.

O SR. CARLOS WILSON DE QUEIROZ CAMPOS (Presidente da Infraero) – Presidente, gostaria de pedir licença para retirar-me, pois tenho audiência com o Presidente da República às 15 horas e 15 minutos.

Como disse antes, não existe pessoa mais qualificada, mais competente para falar aos senhores do que o Brigadeiro Lencastre, que ficará aqui para dar continuidade a essa exposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo) – Vamos dar seqüência aos trabalhos com a exposição do Brigadeiro.

O Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre foi aspirante em 1962, foi Brigadeiro-do-Ar em 1993 e Tenente-Brigadeiro-do-Ar em 2000. Considero-me ignorante nessa matéria. Já tive a informação de que tenente-brigadeiro-do-Ar equivale às quatro estrelas do generalato do Exército. S. Ex^a tem todos os cursos de carreira acadêmicos e o de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra e de Política e Estratégia Aeroespaciais do CPA e da Ecemar. Tem cursos operacionais importantes, como o de piloto de caça, de grupo, curso de operações aéreas especiais, curso de transporte de tropas, curso de sobrevivência na selva e no mar, que espero que não precise usar, curso de pára-quedista militar da Aeronáutica. Tem uma coleção de cargos absolutamente impressionantes. Eu me permito citar apenas os principais, quais sejam: o de Comandante do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Aviação de Caça, Comandante do Primeiro Esquadrão de Controle e Alarme, Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, Chefe do Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais, Instrutor da Escola de Comando do Estado-Maior da Aeronáutica, Vice-Diretor de Administração de Pessoal, Presidente da Comissão de Promoções de Graduados da Aeronáutica, Comandante da Ribeira Força Aérea, Diretor de Administração do Pessoal, Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional, Comandante-Geral de Pessoal. Ele

possui mais de 4.500 horas de vôo, sendo quase duas mil em aeronaves de caça, tem licença para voar em 22 tipos diferentes de aeronave, possui 23 condecorações, entre as quais a da Ordem do Mérito Aeronáutico, grau da Grã-Cruz, e a Medalha Rio Branco, grau da Grã-Cruz, e é Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Com um currículo tão impressionante, não há dúvida de que é pessoa qualificada a esclarecer nossas dúvidas.

Com muita satisfação, este Conselho passa a palavra ao Tenente Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Muito obrigado. É um prazer e uma honra vir aqui, convidados que fomos para mostrar um problema que, para nós, é muito sério na área do controle do espaço aéreo.

As transparências desta palestra estão disponíveis na versão eletrônica da Ata Circunstanciada da Reunião, no endereço www.senado.gov.br/ccs.

Os senhores devem estar estranhando eu dizer “controle do espaço aéreo”, pois há pouco tempo chamávamos de “proteção ao vôo”. Há uma diferença marcante. Nós começamos em 1941, com o Ministério da Aeronáutica, onde havia a Diretoria de Rotas, que tinha o controle do espaço aéreo, somente dentro do possível. O piloto fazia um plano e acreditávamos, porque não havia como controlar.

Nós evoluímos. Em 1972, com a criação da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo, passou-se a controlar o espaço aéreo praticamente por fonia: o piloto dizia onde estava e o controlador anotava e ia acompanhando. Se o piloto parasse de falar, ele tinha a proteção do Salvaero e de todo o Sistema de Proteção ao Vôo, para que fossem até feitas buscas do avião desaparecido.

Recentemente, com a criação do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, passamos ao terceiro grau, que não é mais nem somente informação nem proteção ao vôo, mas o controle efetivo, com todo o sistema Sivam montado na Amazônia, que permite que todos nós, na área de controle do espaço aéreo, tenhamos uma visualização de todo o território brasileiro e de áreas adjacentes, seja no mar, seja na zona de fronteira. Então isso foi uma grande evolução. Os senhores imaginem que levamos mais de 25 anos montando o Cindacta I, o Cindacta II e o Cindacta III, que... (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Aproveito a interrupção para informar aos senhores não ser necessário anotar nada, pois a Secretaria informa que esses dados estarão à disposição. Serão transmitidos aos senhores, por meio eletrônico. Não será necessário tomar nota dos quadros apresentados.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Muito obrigado.

Dessa forma, começamos a ter uma visualização de todo o espaço aéreo do nosso território e, assim, não mais uma proteção ao voo, mas uma responsabilidade muito maior dos nossos controladores e operadores no acompanhamento da aviação.

Hoje, não é o piloto que, voando em uma rota, nos diz onde está. Nós sabemos onde ele está e dizemos a ele o que fazer. Inclusive há procedimentos sendo colocados em prática que o passageiro muito dificilmente saberá. Por exemplo: duplicamos as aerovias na rota Rio/São Paulo. Elas eram como estradas no céu. Quem foi piloto em algum tempo sabia que vinhamos do Rio para São Paulo sobre a água e que voltávamos por cima da terra. Hoje temos quatro: duas do Rio para São Paulo e duas de São Paulo para o Rio, tentando minimizar toda essa parte de fraseologia, de papo-rádio, como dizemos na gíria aeronáutica, com uma precisão muito maior. O piloto decola do Aeroporto Santos Dumont, inicia a subida e recebe um procedimento padrão que nós chamamos de **star**. Ele prossegue naquele procedimento e, se nada houver, chamará a Torre de Congonhas já entrando na final. Os senhores não imaginam o que isso acarreta de segurança para a aviação, com a diminuição da conversação pelo rádio.

Em dia de mau tempo, há 20 anos, na área do Rio de Janeiro, passei um mau pedaço porque não conseguia falar que estava entrando na final para pouso totalmente sem instrumento. A área do Galeão estava com um CB, um cúmulo-nimbo muito forte, uma tempestade muito forte, e ninguém conseguia falar porque havia pessoas falando para todo lado. Um desespero! Isso dá uma agonia no piloto que é impossível de ser descrita. Mas corrigimos isso.

Então quero mostrar que a comunicação, em aeronáutica, em controle de tráfego aéreo, é um dos pontos mais importantes, porque é nessa hora que uma mensagem de um controlador salva-vidas, um avião que se desvia da rota por problemas internos de navegação e vai rumo à colisão com outro avião ou um obstáculo qualquer do terreno tem o rádio como

última chance de ser desviado e colocado em uma rota segura.

Feita essa apresentação da importância das comunicações na parte de controle do espaço aéreo e no voo em geral, agora vou entrar mais especificamente na parte de interferência eletromagnética.

Os senhores tiveram aqui presente, pelo que pude saber, o Sr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel, que comentou isso. Ele e a Anatel são muito importantes nesse sistema que nós temos, porque a Anatel tem a responsabilidade de fiscalização das outras frequências. E, pela faixa aeronáutica, sobre a qual eu vou falar, nós somos os responsáveis, de acordo com a legislação em vigor.

A interferência eletromagnética ocorre quando uma fonte de irradiação indesejável degrada ou interrompe um serviço de telecomunicações que está regularmente abastecido. Essa é a nossa definição. E é exatamente o que ocorre quando uma rádio ou qualquer emissão clandestina – chamo de clandestino o que não atende à legislação ou não está de acordo com ela – interfere nas radiocomunicações aeronáuticas, dificultando o entendimento correto das mensagens e às vezes interrompendo completamente os serviços de comunicações do controle de tráfego das aeronaves. Ao final, vou lhes provar que isso ocorre com um fato real que será demonstrado aqui.

Mais grave ainda é quando essa interferência se dá nas frequências que nós utilizamos para radionavegação. Os senhores imaginem uma estação transmitindo do solo em uma frequência e o piloto com um equipamento de bordo que capta aquela frequência e lhe dá informações sobre a rota que está seguindo, a fim de que ele corrija e vá para a rota certa. Uma interferência, nesse caso, provoca um acidente.

Talvez muitas pessoas mais novas não se lembrem, mas houve um acidente com um Samurai da Vasp, que bateu naquela região de Piraí porque estava fora de rota, recebendo uma informação falsa no equipamento de radionavegação. Ele começou a baixar, pensando que estava em cima de Barra do Piraí, onde nós temos um equipamento, mas estava em uma rota paralela. Ele recebeu uma informação falsa, começou a descer e houve perda total.

Quando o tempo está bom e o piloto conhece a rota, não há problema; ele vê, identifica a falha. Mas, quando está voando, como dissemos, por instrumento, que é o voo cego, dentro de nuvens, ele tem que confiar no instrumento; é por ali que ele voa. Nenhum piloto é competente se não tiver seu cartão de voo por instrumento. E ele é qualificado. É muito pesada a

parte de estudo de toda a legislação aeronáutica, para depois aplicar no avião, fazendo procedimentos. E ele tem que chegar em condições mínimas ao aeródromo e pousar. Os senhores imaginem, num caso de meteorologia ruim, o que pode provocar uma interferência que muda a informação do sinal.

Falarei um pouco a respeito da regulamentação. A Portaria Interministerial de fevereiro de 1985, entre o então Ministério da Aeronáutica e o Ministério das Comunicações, delegava à antiga Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo, da qual falei, hoje, o Decea – Departamento de Controle do Espaço Aéreo, a autorização para executar o gerenciamento das frequências de uso aeronáutico. A faixa de frequência de comunicações é muito larga, muito extensa e ficamos responsáveis pela faixa aeronáutica, até porque podemos detectar melhor qualquer irregularidade, que sofremos na pele.

E essas atividades se referem basicamente à gerência do espectro radioelétrico aeronáutico, efetuada pelo Decea. Ali temos o plano de atribuição e destinação das frequências, no Brasil, que são atribuídas pela Anatel e pelo Ministério das Comunicações, para que sejam operadas na banda aeronáutica, como chamamos. De 108 a 117.95 megahertz, que é a faixa de radionavegação, são as transmissões dos equipamentos de solo para a orientação dos aviões. Uma outra faixa, de 117 a 136, móvel aeronáutica comunicações bilaterais e uma outra faixa mais alta, de 136 a 137, também na faixa de móvel aeronáutica como um serviço primário. Entre a faixa de 108 e 137, temos a maior quantidade de interferências provenientes de emissões clandestinas.

Vejamos, agora, o problema da rádio comunitária. Não temos nenhuma objeção ou restrição a uma rádio comunitária, desde que ela atenda a legislação em vigor, porque, caso contrário, vai nos criar uma série de problemas de interferência direta. Vou explicar depois que às vezes a frequência em que ela opera é totalmente diferente. Mas quem é técnico na área de eletrônica conhece as dobraduras, os espúrios que começam a interferir. Principalmente se a potência for alta, ela, ainda que, afastada, começa a interferir em todas as faixas.

Temos uma responsabilidade: manter o vôo seguro neste País. E o fazemos com um cuidado, com um carinho muito grande.

Rádios clandestinas são transmissores colocados sem nenhum cuidado, até por quem não merece nem a licença – temos ouvido muito sobre narcotráfico: eles implantam uma estação clandestina de alta potência, com equipamento clandestino, que é trazi-

do de fora do Brasil, e começam a trabalhar, até que conseguimos chegar ao local e pegá-los. Essa situação cria um problema muito sério.

A irregularidade mais comum é exatamente esta: potência excessiva. Eles não perguntam para ninguém se podem operar ou não. Entram numa frequência nossa, que, às vezes, é importante naquela área, e começam a transmitir em código ou até abertamente, interferindo tanto na comunicação que o piloto não consegue falar. Usam equipamentos não homologados pela Anatel e antenas são instaladas em alturas maiores do que as permitidas. Não têm a filtragem de sinal porque não são fiscalizados nem obedecem às regras da legislação em vigor. Portanto, começam a emitir sinais, prejudicando não apenas uma frequência, mas várias simultaneamente.

Esse problema da rádio clandestina é muito sério. Há uma equipe da FAB que chamamos de caça-fantasma, que utiliza equipamentos de detecção de emissões clandestinas, pois a situação é grave, principalmente em regiões próximas a aeródromos.

Houve um problema em Nova Iguaçu, região localizada no final do Galeão: uma rádio clandestina transmitia sinais e simplesmente bloqueava a frequência de controle e de aproximação para pouso. Precisamos mudar de frequência até descobrir quem era o emissor. Fornecemos as informações para a Anatel, que, com todo o peso da legislação em vigor, fechou a rádio, lacrou-a, tirou os equipamentos e prendeu os responsáveis. O problema de polícia não é nosso, mas tínhamos a obrigação de extinguir essa rádio, porque quase houve um acidente em razão dessa transmissão clandestina.

Há um registro de ocorrências, e essas são algumas que detectamos por rádios clandestinas. Aquela primeira rádio interferia na região do controle de São Paulo. Imaginem uma área congestionada como São Paulo, com o controle tentando falar com um avião, e uma rádio transmitindo em cima da frequência e impedindo essa comunicação.

Logo em seguida, a nº 2, Torre de Guarulhos. A nº 3, ILS – *Instrument Landing System* – é um instrumento de precisão para pouso de precisão. Dependendo da categoria do ILS, o avião chega a 20 pés do chão ou, em determinados equipamentos mais modernos, vem até o toque. É quase um pouso automático, mas pilotado. Numa aproximação dessas, com uma interferência qualquer que dê um desvio de dez metros, o avião pousará fora da pista. Se esse fato ocorrer, perderemos um avião, vidas e todo o trabalho desenvolvido ao longo desse tempo.

Esse é um exemplo pequeno de várias situações. Torres de controle, uma rádio (a nº 8) fica no Galeão. A rádio era a Transucesso FM, que começou a operar em agosto de 2002 – esse fato é recente. Em dezembro de 2002, conseguimos tirá-la do ar. Detectamos a posição da rádio, e a Anatel foi ao local e realizou a intervenção. Esses dados estão arquivados. Nesses casos, o equipamento é recolhido. Como normalmente ocorre em estação clandestina, os equipamentos não são registrados, mas importados ilegalmente. São equipamentos de alta potência.

Torre de Marte. A estação ficava na Rua Condeleiro Moreira, no alto de Santana, em São Paulo. Levamos quase um ano para detectar essa rádio, porque se localizava no meio daquele paliteiro em São Paulo. Temos um arquivo completo de tudo isso.

Passemos agora ao outro item: o espectro eletromagnético. Reparem o que eu disse: de 88 a 108 é a banda de navegação da faixa de radionavegação. Observem a quantidade de interferências. Cada pico daqueles é uma interferência. Na faixa de comunicações, em determinadas frequências, há interferências muito sérias. Se não houvesse interferência, essa quantidade de picos seria quase que em variações pequenas de interferências, até ionosféricas, mas nunca com esse tipo de gráfico. E isso nos causa preocupação. Quando conseguimos detectar e identificar uma estação e tirá-la do ar, daí a pouco aparece outra, principalmente no interior de São Paulo, onde é impressionante a quantidade de interferências, talvez por ser um Estado mais rico e ter outros interesses tão espúrios quanto os sinais que joga no espaço, os quais criam problemas muito sérios. A única solução para esse problema é fiscalização. É só transmissão de rádio na frequência de 88 a 108 megahertz.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – O que é aquilo ali? *(sobre detalhe em imagem)*

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Aquilo é a transmissão dos sinais para o voo. É um equipamento, um transmissor, um radiofaro. Naquela faixa, normalmente é um VOR, um transmissor em VHF, que transmite em 360 graus. O piloto tem em sua cabine um instrumento que detecta aquela transmissão e lhe diz em que radial está entrando. Se houver interferência, esses sinais estarão totalmente perdidos.

Não sei a data exata desse caso, mas é um exemplo típico de interferência. Se forem cumpridas as regras que a Anatel prevê e fiscaliza nas outras

bandas de frequência e nós, na faixa aeronáutica, não haverá problema algum. Existem, às vezes, determinados sons harmônicos que ocorrem na transmissão. Quando os detectamos, vamos lá. Se a legislação foi cumprida, se estiver tudo certinho, pode ser um ajuste do equipamento, que sai de sintonia, de frequência. Avisamos o operador, que corrige isso imediatamente. Então isso não é problema para nós. Por isso, às vezes, há uma variação pequena. O problema nosso são aqueles picos de transmissão frequentes, contínuos, de alta intensidade. Aí a coisa fica feia, porque a segurança do voo é afetada.

Observem que hoje, na parte de comunicações, já conseguimos suprimir muito na banda de comunicação rádio, que é a faixa mais alta. Todavia, na faixa de radionavegação ainda está muito intensa a interferência. E não há como fugir disso, porque o espectro eletromagnético é limitado.

Se os senhores notarem, estamos indo a milésimos de megahertz. Quando começamos a voar e a falar, utilizando a frequência de VHF, *very high frequency*, paramos em 125.0 ou 126.0. Não observaram que no início apareceu uma frequência: 126.975? Já estamos indo a milésimos, com separação de cinco milésimos. Então não há mais espaço. Já passamos para UHF e estamos crescendo na gama de frequência, entrando para gigahertz. Mas, nessa faixa não há como. Então é importante que isso seja mantido e bem fiscalizado, para a segurança de todos nós.

Eu trouxe dois técnicos de alto nível – um engenheiro eletrônico e um engenheiro de telecomunicações –, com uma vivência muito grande na área, para que nenhuma pergunta fique sem resposta. Meu Vice-Diretor, Brigadeiro Vilarinho, com 20 anos de trabalho nessa área, conhece toda a parte, digamos, do lado da aviação também. Então o que eu pude fazer para melhor atender ao convite está aqui, e me coloco à disposição dos senhores.

Muito obrigado pela paciência em me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Antes de passar a palavra aos Srs. Conselheiros, V. Ex^a referiu-se a um acidente que houve...

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Vou chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Então não acabou.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço

ço Aéreo) – Não, não. Quero responder às pergunta e numa dessas respostas vou mostrar o que ocorreu em Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Se preferir mostrar logo...

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do

Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Podemos mostrar agora.

A gravação de interferência proveniente de rádio FM clandestina nas frequências do serviço móvel aeronáutico em Fortaleza. Estou lendo porque o pessoal de trás talvez não esteja vendo bem.

(Reprodução de gravação)

A rádio está falando no fundo. Nem conseguimos entender o que o piloto está falando.

É um exemplo: a música tocando...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – E música de má qualidade.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – A música bloqueia a recepção. O piloto chama a torre, e ela não escuta.

(Reprodução de gravação)

Os senhores imaginem isso com mau tempo. Nós pulamos como cabrito numa *cumulus nimbus*, numa nuvem pesada de temporal, querendo falar para pousar o mais rápido possível, porque o tempo vai fechar, e alguém, às vezes até inadvertidamente...

Outra gravação; já é a segunda.

Creio que São Tomé tinha razão: quando mostramos, a pessoa acredita.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Foi bom.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – O passageiro que senta atrás não tem necessidade nem obrigação nenhuma de sofrer o que o piloto está sofrendo na frente. Ele pagou uma passagem para chegar ao ponto de destino. Aquele que está sentado na frente é responsável pelas vidas que viajam atrás. E não somente ele hoje. Antigamente, o comandante do avião era o dono; hoje, é função de várias coisas, porque o tráfego cresceu muito. Nós hoje estamos diminuindo a separação vertical e a separação horizontal, para colocar o maior número de aviões dentro numa aerovia com segurança. Temos equipamentos de última geração que indicam qual-

quer possibilidade de aproximação entre dois aviões. Há um alerta que avisa o piloto. E se o piloto não tomar providência alguma, quando o cruzamento é frontal, um sobe e o outro desce automaticamente. O comando é do piloto automático. No Brasil, temos um dos melhores índices de segurança em vôo do mundo. Temos mantido isso, graças a Deus, e vamos continuar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Como o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre veio preparado para o debate, passo a palavra ao Conselheiro Francisco Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Boa-tarde, Presidente. Boa-tarde, Brigadeiro.

Neste momento, feita essa explanação, como leigos, percebemos também o quanto foi irresponsavelmente usado esse trabalho muito sério da Aeronáutica, quando foi divulgado na tevê que as rádios comunitárias podem derrubar avião, coisa e tal.

O senhor tratou o assunto com seriedade técnica, sem fazer alarde. Contra as evidências, não há como navegar. Creio que, tecnicamente, fisicamente, há essa interferência. Apesar disso – no caso, saude-mos o fato de isso não ter acontecido -, não tenho notícia de nenhum avião ter caído por conta dessas interferências, o que mostra a grande responsabilidade com que é tratado o assunto pela parte técnica e científica da Aeronáutica.

Estou recebendo a informação de que, nos seis primeiros meses de 2003, foram registrados cerca de cem acidentes envolvendo aeronaves atingidas por pássaros. A televisão tem mostrado isso tão-somente como reportagem. Então, além da possível interferência ora apresentada, o mais grave é que exatamente os pássaros têm causado maiores problemas.

Nesse momento, nós, como Conselho de Comunicação Social...

Contra as evidências ninguém quer navegar. É verdade que sou leigo e não quero tratar a matéria de forma banal, a ponto de ficar só em jogo de palavras. Eu não me arriscaria a desafiar, como costume dizer, o teorema de Pitágoras.

Diante dessa exposição, percebemos que o que foi dito vem exatamente ao encontro do ponto para o qual nós, como Conselho de Comunicação, temos chamado a atenção. E preciso, urgentemente, que o Governo brasileiro tome iniciativa para definir essa convivência. Várias vezes foi dito que a Aeronáutica não está advogando contra essa ou aquela causa, contra rádios co-

munitárias ou a favor delas – muito pelo contrário -, desde que estejam em sua devida rota.

É isso o que o Conselho de Comunicação Social está colocando. Ali estão rádios clandestinas. Não defendemos a clandestinidade. Tanto é verdade que clamamos dia e noite por legalização. Logo que este Conselho tomou posse, nossa primeira preocupação foi no sentido de nos dirigirmos, por intermédio de nosso Presidente, ao Ministério das Comunicações com esse objetivo.

E o senhor vem colaborar com algo que para nós, leigos, é surpreendente, mas para o senhor, com tantos anos de estudo da causa, é cafuninho com açúcar. Embora eu tenha visto que, quando foi falado nas duas interferências, o senhor se tivesse ligado alguma coisa, estaria demonstrando a sua preocupação real, que não é algo para ser empurrando com a barriga. Por isso a Anatel tem que urgentemente fazer frente a esse estudo de ordem técnica.

Inscribi-me com o objetivo de fazer essa observação e de lembrar que tão ou mais grave do que o ataque de um possível desconhecimento da frequência são exatamente os lixões. Mas não quero tapar o sol com a peneira, porque há pássaros que podem derrubar avião, então podemos permitir esse convívio errado com a frequência? De jeito nenhum.

Nós o saudamos por ter vindo acrescentar essa que já é uma preocupação do nosso conjunto de Conselheiros e das próprias rádios comunitárias que vivem enfileiradas, querendo exatamente a legalização. E, quando se diz legalização, pressupõe-se obviamente estar legalmente funcionando. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Vou tomar a liberdade de, antes de passar a palavra aos demais Conselheiros, o que usualmente faço, aproveitar a excelente observação do Conselheiro Francisco Pereira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre, para pedir que o senhor, ao responder ao nosso Conselheiro, faça observação sobre uma questão que, ao ouvinte, pareceu devesse ficar ainda mais clara.

É possível que uma rádio, emitindo com as características de uma rádio comunitária – potência de 25 watts, antena de 30 metros, raio de 500 metros -, interfira na segurança de voo?

Essa é a pergunta, em complemento à dele.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Todo equipamento sofre desgaste e os componentes se degradam, deterioram-se e às vezes

começam a variar na frequência e fugir um pouco. Numa situação dessas, não existe maldade, não existe nada, o equipamento foi aprovado e tudo, mas ele fugiu daquela frequência específica em que estava. Se houver uma coincidência, próximo ao aeroporto, se as duas frequências combinarem de alguma forma, por harmônica ou qualquer que seja, isso ocorrerá, mas não caracteriza má-fé, nada disso.

Quando é detectado – como eu disse antes -, vamos ao responsável pela transmissão e explicamos: está havendo algum sinal espúrio que está interferindo em outra frequência. E eles, juntos, vão lá, corrigem, testam.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Tenho impressão de que talvez, com exceção do Conselheiro Fernando Bittencourt, sejamos semi-analfabetos nessa matéria. Estou tentando exercitar o bom senso. A minha suposição é que se a emissão for autorizada pela Anatel, na frequência definida pelo órgão, na minha visão de leigo, como há um nível de falibilidade previsível ou potencial ou possível, como queiram, dos equipamentos, que se degradam com o tempo, estou imaginando que a Anatel, ao atribuir uma frequência a uma rádio comunitária legalizada, esteja prevendo uma margem de segurança que a proteja desses desvios.

Uma rádio, que atenda os requisitos do Ministério das Comunicações, dentro da frequência da Anatel, pode interferir?

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Pedirei ao Brigadeiro Vilarinho que responda, pois possui uma experiência muito grande na área de frequência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Brigadeiro Vilarinho, sente-se aqui conosco. A Anatel, ao atribuir a frequência, já oferece certa proteção.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Mas há um espaçamento entre as frequências.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – V. S^a quer identificar-se?

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Sou o Major-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, Vice-Diretor de Planejamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, subordinado diretamente ao Brigadeiro Lencastre.

Acrescentando um pouco mais ao que o Brigadeiro Lencastre já disse, a Anatel, ao atribuir uma frequência a uma rádio comunitária, tem que levar em conta a localização geográfica daquela frequência, onde ela vai ficar. Não pode fazer isso de forma aleatória, ou seja, colocar numa mesma região, num bairro, numa cidade, um número incontável de estações comunitárias e cada uma com uma frequência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Brigadeiro, a pergunta é se uma rádio, na frequência atribuída pela Anatel, atendendo a todas as exigências, pode interferir?

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Sim, pode interferir e é comum essa interferência.

O que estou querendo mostrar são alguns fatos fáceis de prever. Se há duas frequências distintas, cedidas pela Anatel, essa rádio comunitária fica na frequência x e essa outra na frequência y. Existe uma combinação espacial de frequências distintas em que elas se compõem de uma terceira frequência bem separada dessas duas. Essa é uma das coisas que provoca interferência.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Perdão, Brigadeiro, mas não estamos entendendo.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Estamos entendendo, sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Estão?

A SR. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Claro! A intermodulação, a geração de harmônicos e...

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Então sou eu, desculpe-me. V. S^a está falando para um conjunto de especialistas, só eu não entendo nada.

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – A quantidade de variáveis nessa área de radiofrequências é enorme. Há aqui dois técnicos altamente especializados, um em eletrônica e outro em telecomunicações, que só trabalham com essa matéria. Se eu disser alguma coisa errada, por favor, me corrija.

Temos duas frequências autorizadas, que podem se combinar no espaço e, na realidade, produzir uma terceira frequência completamente fora daquela

faixa, caindo diretamente na nossa faixa aeronáutica. O segundo exemplo que apareceu, onde não dava para entender nada, era isso: várias rádios comunitárias dentro da faixa de rádio comunitária transmitindo com potência alta. Elas se combinam no espaço e geram um sinal numa frequência completamente diferente, que cai exatamente na nossa frequência.

Mesmo estando dentro dos 25 watts e nos 30 metros, se houver duas ou três rádios comunitárias numa distância não muito grande entre si – isso a Anatel calcula – transmitindo com os transmissores cravados dentro das especificações, elas podem gerar frequências que poderão interferir na faixa aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Esse fato não é tecnicamente previsível?

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Muitas coisas são.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – De tal maneira que a Anatel não defira essas frequências?

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Exatamente. Por isso muitas rádios comunitárias solicitam autorização e a Anatel diz que não tem mais condição nesse ponto de ceder uma nova frequência. Esse é o primeiro ponto.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Minha pergunta é a seguinte: numa rádio comunitária que atenda a todas as exigências legais, no exercício da frequência atribuída pela Anatel, o previsível será é que não possa interferir.

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Mas não é 100% previsível, pode acontecer.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agora falará o Dr. Ara, da Anatel.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Anatel) – Boa-tarde a todos. A informação que o Tenente-Brigadeiro e sua equipe trazem procede. É a mesma coisa. Quando alguém está gerando uma frequência, mesmo autorizada, calculamos a localização e a potência. Por quê? Porque sabemos que haverá batimentos; essa frequência combina com uma outra que está no ar, legalmente instalada, e gera uma terceira ou quarta. Essa terceira ou quarta frequência, principalmente na radiodifusão, é muito sensível, porque, como o Tenente-Brigadeiro afirmou, tem-se uma faixa

de 108 a 118 ou então de 88 até 118. Nessa faixa, na medida em que se aproxima da faixa final, a tendência de interferir na radionavegação aeronáutica – usaremos o termo correto – é grande. Por causa disso, houve a limitação da potência em 25 watts e, sempre que uma emissora tenta elevar consciente ou inconscientemente essa potência, que é sensível, interfere na radionavegação aeronáutica. Por causa disso, a Anatel – fizemos uma apresentação no Ministério – mostrou a razão de a Agência estar, juntamente com as rádios comunitárias, tentando deslocá-las para o início da faixa, entre o canal 200, 201 ou 202, que é exatamente a frequência de 88, o início do dial, porque teremos certeza de que, mesmo que autorizemos e seja regularmente instalada, a probabilidade de haver uma interferência na comunicação aeronáutica ou na radionavegação é quase desprezível. Mas, na medida em que avançamos dentro da faixa, como sempre dissemos, enquanto a Anatel não limpar o espectro, toda vez que colocarmos em São Paulo, será impossível, porque já está saturado; qualquer coisa que se coloque, sente-se o que ocorre em Guarulhos ou em Congonhas; temos uma interferência.

Estamos procurando, em São Paulo, realocar emissoras de radiodifusão normalmente instaladas e levar as rádios comunitárias para o início da faixa, porque garantimos que a probabilidade de interferir nas comunicações aeronáuticas ou na radionavegação, nos instrumentos mencionados aqui, é quase nula. Esse é o problema que está ocorrendo.

Tudo isso que a Aeronáutica expôs está perfeito. Existe essa interferência, mas esse é um trabalho que ao longo do tempo está sendo feito. Ninguém pode dizer quem está com a razão e quem não está; isso faz parte da limpeza do espectro e do remanejamento dos canais. Gradativamente, estamos fazendo.

O problema, se não me engano, é essa dificuldade, em seis ou sete estados, onde ainda não conseguimos jogar para o início da faixa. Mas estamos fazendo um trabalho com a própria Abraço, que é uma associação, e o Ministério das Comunicações, que agora está bem sensibilizado em relação, principalmente, à localização das emissoras, o que é fundamental. Por exemplo: se em Guarulhos eu colocar uma emissora perto do aeroporto, num raio que os senhores definam, podem ter certeza de que haverá interferência nos instrumentos de navegação. Não há como fugir.

Não sei se ajudei, Dr. José Paulo, ou se atrapalhei.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Ajudou. A

conclusão é de que mesmo a rádio comunitária legalizada pode interferir. E a segunda pergunta, derivativa: se emitir como rádio comunitária, mas não estiver dentro dos espectros autorizados, a chance de interferência é ainda maior? É isso? Por favor, complemente.

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Mesmo que esteja dentro das condições autorizadas pela Anatel, dentro do cálculo feito pela Anatel, para uma potência de 25 watts, evidentemente, se a potência estiver mais alta, a tendência de harmônicos mais fortes é maior; então a probabilidade de interferir será maior. Também se o transmissor não estiver bem ajustado e transmitir numa faixa naturalmente mais aberta, vai interferir.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço ao Brigadeiro Vilarinho. Peço que fique conosco.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante da categoria profissional de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo, pela explanação, o nosso convidado, Tenente-Brigadeiro. Foi muito esclarecedora. Agora é importante a presença do Vice-Diretor para complementar a resposta a algumas dúvidas.

Fico feliz por falar depois do Dr. Ara, porque ficou provado e explicado – e íamos questionar isso, pois não somos técnicos nem especialistas – que temos a capacidade técnica de resolver estas questões que estão sendo apresentadas aqui: a interferência das rádios-piratas na nossa situação aeroviária, que é grave – e concordamos que é grave.

Queríamos pontuar, Tenente-Brigadeiro, três questões. O senhor fez referência a rádios ligadas ao narcotráfico. Muito embora não possamos negar essa questão, do lado da verdadeira rádio comunitária podemos dizer, com toda certeza, que as rádios ligadas a esses movimentos são prejudiciais para as verdadeiras rádios comunitárias e para toda a sociedade. Há grupos políticos que dominam inúmeras rádios comunitárias, algumas legalizadas e outras ilegais; assim também há grupos, seitas e congregações religiosas, que dominam rádios comunitárias legais e ilegais.

Colocaríamos essas três preocupações que atrapalham enormemente as verdadeiras rádios comunitárias, que cumprem o seu papel social, o seu papel comunitário e são a voz da comunidade naquele local. Gostaríamos de frisar isso, para não restringir

essa questão do uso indevido por parte do narcotráfico. Há o mau uso político, o mau uso político-econômico, o mau uso político-partidário, o mau uso político-eleitoreiro e há também o mau uso religioso, que é, a meu ver, muito grave, quando as pessoas têm a ilusão de receber alguma coisa em relação à fé e à espiritualidade, e estão sendo manipuladas. Para mim, isso é um mal tão grande quanto o narcotráfico e o uso indevido da prática política. Então incluímos esses três casos.

Talvez o grave problema dessa situação seja uma eventual ou provocada ineficiência dos nossos organismos, que não é o caso da Infraero. Incluo o Ministério das Comunicações. É uma ineficiência histórica que vem se agravando ao longo do tempo – por isso aquele gráfico preocupante que o senhor mostrou. Com certeza – faço um resgate da palestra em que estava presente o Sr. Edilson, da Anatel – rádios comerciais oficiais também interferem...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – O Dr. Edilson está ali ao fundo, ouvindo-o com muita atenção.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante da categoria profissional de cinema e vídeo) – ... inclusive rádios legais, comerciais e de FM também interferem. Então é mais um ponto para entendermos.

Foi um passo importante deste novo Governo o Dr. Eugênio vir aqui e abrir espaço para uma comissão que trabalha com esse problema do acúmulo de pedidos. Há um outro acúmulo: os processos não estão lá e estão funcionando ilegalmente. Há uma dúvida sobre se é legal ou não, sobre não ter, sobre pedir e não ter resposta. Vem uma exigência, vem outra, e continuam funcionando aquelas verdadeiramente comunitárias no seu exercício de comunicar, de informar e de trabalhar em prol da sua comunidade.

Há de se fazer um esforço muito grande – e estamos pedindo isso há algum tempo. Ninguém quer – percebemos que está um pouco longe disso – derrubar avião, tampouco matar ninguém – inclusive nós mesmos, que usamos serviços aeroviários. Ninguém quer isso. O que queremos é um trabalho conjunto, que vai demandar muito sacrifício e muita vontade política de todos os envolvidos inclusive do próprio Conselho, para resolver aquilo que o Tenente disse: um acompanhamento verdadeiro e eficaz de todos esses casos. Então vamos atingir não somente essas rádios verdadeiramente comunitárias – que são fechadas, em que as pessoas são presas, levadas algemadas, como se fossem todos traficantes e marginais -, mas

também aquelas dos outros dois casos que eu citei. Entretanto isso parece que não ocorre dessa maneira tão efetiva.

Então há necessidade de um investimento, porque, daqui a pouco, serão as TV comunitárias abertas. Já há um processo de discussão sobre isso. Será uma outra demanda.

A nossa preocupação é manifestar, de maneira bem clara e expressa, que esse problema que está sendo discutido aqui hoje não é um impedimento para o funcionamento das rádios comunitárias. Como o Dr. Ara disse, cremos, com toda certeza, que temos capacidade técnica e profissional de pesquisa – isso está provado -, de maneira que esses problemas não ocorram, porque ninguém quer isso. Nós não queremos isso, a Abraço não quer isso, os setores do Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação não querem isso. Não queremos que nenhuma vida seja perdida por causa de uma rádio comunitária ou o seu uso indevido, mesmo sendo legal, com aqueles problemas de juntar uma com a outra, como foi dito aqui. Isso é possível ser revertido com estudo e análise, como o Dr. Ara disse. Eu questionaria isso, mas ele antecipou. Que bom que foi antes de mim.

Então queríamos frisar que, na operação e no funcionamento das verdadeiras rádios comunitárias, não podemos criar uma situação de impedimento da realidade que acredito que não volte atrás. Deve-se apenas regular e efetivar uma fiscalização incisiva e abrangente, talvez incluindo outros órgãos que não só a Anatel, que talvez não esteja totalmente qualificada para fazer sozinha esse serviço. Talvez ampliar esse leque para setores independentes da sociedade, para que tenhamos uma situação de um pouco mais de independência, transparência e não muito envolvimento com a questão.

Seria esse o ponto da questão, inclusive com a cooperação, que, não tenho dúvidas, teremos da própria Infraero e dos seus departamentos técnicos, da Anatel, do Ministério das Comunicações e de outros setores técnicos, de universidades, CPQD. Isso tudo é possível para que isso diminua, se não a zero, a percentuais mínimos, para evitar colocar em risco centenas de vidas, mas que as rádios possam funcionar e que aquelas que não sejam verdadeiramente comunitárias, a serviço de qualquer outra coisa – esses três exemplos que citei e outros – desapareçam das ondas do nosso ar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos. Passo a pa-

lavra à especialista em telecomunicações, Conselheira Berenice Mendes Bezerra.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Eu não o sou, Sr. Brigadeiro. A minha formação é jurídica e exerço, ao longo da minha vida profissional, a carreira de artista, sou diretora de cinema e vídeo. Mas sou uma aplicada Conselheira. E temos tido aqui excelentes expositores. Assim, temos conseguido compreender um pouco de tudo isso.

Não sei se a Infraero, se o Decea faz parte desse grupo de trabalho, criado no âmbito do Ministério das Comunicações para estudar a radiodifusão comunitária. Acredito que não, e talvez não tenha mesmo sido tão necessária, porque aquela iniciativa se deu no sentido de tentar equacionar o andamento daquele volume de processos parados que redundam nessa situação de fato que encontramos no País, com tantas iniciativa irregulares.

Esse grupo de trabalho, pelas informações que temos até agora, chegou a basicamente duas conclusões: uma, que a questão relativa às iniciativas concernentes à IV comunitária deva ser tratada a par da digitalização, e não nesse momento. A segunda, que é necessária, sim, a alteração da lei pertinente no que diz respeito às regras de competição, aquisição e acesso para a radiodifusão comunitária e as regras para a transição, nesse momento da irregularidade para a legalidade desses processos todos em tramitação.

Parece-me que, se for dada continuidade efetivamente a esse trabalho e se houver a continuidade na proposta de alteração da legislação, para que sejam incorporados esses novos critérios e mesmo critérios para a regularização, que o Decea esteja presente. Parece-me tratar-se de uma questão de segurança.

No mais, penso que, ao lado da conclusão desse grupo de trabalho e considerando o trabalho que a Anatel vem realizando de remanejamento das emissoras para a frequência 200, acredito que encontrará um momento – parece-me que são Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte. Alguns locais são mais complicados. Aqueles que passarem pelas regras de acesso, de transição, que estiverem na frequência certa, com o monitoramento da intermodulação, dos harmônicos, dos espúrios, e todos esses outros bichos, creio que restará apenas a má-fé para ser coibida.

É um trabalho grande. Muitas coisas ficaram estagnadas. Sabemos da complexidade do setor, que

esteve, durante muito tempo, fechado, com uma regulamentação um pouco dispersa.

Agradeço a exposição de V. S^{as} e peço-lhes o empenho em participar da solução desse grupo de trabalho que se deve formar. Peço, mesmo, que contribuam com a reformulação dessa legislação, tendo em vista que é fundamental a radiodifusão comunitária na democratização da comunicação em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço a participação da Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra. Concedo a palavra ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Eu gostaria de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Alencastro, para que responda as duas perguntas.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – O Dentel no passado, Anatel hoje, trabalhou maravilhosamente bem. Nunca tivemos problemas. Possuíam, no passado, e têm hoje um time muito bom de profissionais de alto gabarito. Isso tem dado uma garantia não somente para nós, mas para as outras áreas. A área de telecomunicações tem de ser bem administrada, bem cuidada.

O espectro é finito. É como um espaço, é como uma sala 2x2 onde conseguimos colocar um número “x” de coisas. Depois não dá mais. Já estamos, como mencionei, no milésimo megahertz e a faixa continua saturada. Não conseguimos mais. Vamos subindo a frequência, mas os equipamentos começam a se tornar muito caros. No passado, a faixa de separação de segurança era muito larga. Variava-se a frequência, mas aquela faixa cobria e não havia tanto problema. Hoje não, o espaço é mínimo. Se sair um pouquinho, já interfere na frequência do lado. Não é algo que possamos medir. A pressão é grande.

Muitas estações querem entrar e querem fazê-lo direito. Não são estações clandestinas. No entanto, não há vagas em determinadas faixas de frequência.

Para áreas específicas é preciso que sejam aquelas faixas de frequência por conta de outras injunções. Isso cria uma concorrência. Cada um tenta do seu lado, porque a colcha é curta. Cobre-se a ca-

beça, e o pé fica de fora. Até que consigamos baratear os equipamentos em uma faixa de frequência superior – que ainda vamos desenvolver mais –, vamos passar por isso. É um aperto que se dá pela força das circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Muito obrigado.

Inicialmente, boa-tarde. Quero falar a respeito de minha satisfação pessoal de estar recebendo V. Sas representando a Aeronáutica. É uma exposição exemplar para mim.

Sou um dos representantes da sociedade civil neste Conselho. Minha formação é humanista. Sou psicólogo e psicanalista. Minha área de interesse, de uns anos para cá, é muito voltada para a relação do homem com o espaço que ocupa, com a cidade, o trânsito, sua mobilidade.

A exposição de V. Sas principalmente do Brigadeiro, levou-me a pensar em algumas questões. Eu gostaria de verificar se V. S^a poderia nos ajudar a achar um caminho para isso.

Temos tentado um diálogo de áreas extremamente complexas, difíceis de serem administradas. Uma é a questão do espectro, outra é a das rádios comunitárias e, num futuro próximo, das TV comunitárias. Ou seja, trata-se da questão do direito ao acesso à informação que o cidadão brasileiro tem que ter. São situações extremamente complexas, cada uma dentro do seu contexto.

Como o senhor acaba de reafirmar, o espectro é finito; mas fico pensando em como administrar esse espectro. Sabemos todos que ele é finito. Mas quem ocupa esse espectro? Em nome de quê? Qual a legitimidade para ocupar esse espectro?

Então, Brigadeiro, na realidade, a preocupação deste Conselho é atender a uma demanda legítima, a uma grande parcela da população, evidentemente sem romper com nada, sem colocar vidas em risco.

Nós, que podemos viajar de avião, nos deslocamos para saber das coisas. Eventualmente, o sinal tem de se deslocar até as pessoas que não têm capacidade de mobilidade. Mas nós temos hoje um Governo que se preocupa com camadas menos favorecidas da população.

Pelo que percebi, o Presidente José Paulo tentou o tempo inteiro que houvesse uma resposta sobre se há condições, dentro do recurso técnico, de se fazer uma avaliação da interferência do sinal e do dano

para uma área de segurança, que é a questão da aviação. A nossa preocupação é que isso não seja usado para obstruir aberturas de rádios comunitárias.

Desejamos saber exatamente se há risco, se há condições técnicas de ele ser medido. Isso, às vezes, é usado a partir de interesse econômico-financeiro. Dizem que não pode existir rádio comunitária porque as interferências provocadas

por elas podem derrubar aviões. Essa é exatamente a discussão. Isso é real ou não?

Nenhum de nós é irresponsável, e considerarei de importância ímpar o que foi colocado aqui pelo senhor, para mim pessoalmente no parco acesso que eu teria a esse tema.

Para terminar, tenho ainda duas questões. Uma é mais direta: haveria, na opinião dos senhores, a possibilidade de uma convivência democrática dentro desse espectro? Chamo de convivência democrática o fato de a população ser atendida e termos uma aviação segura.

Quanto à outra questão, vou fazer um chiste, se os senhores me permitirem, porque tenho ouvido isso das pessoas que representam as rádios comunitárias que eventualmente me procuram para que eu traga os seus interesses aqui.

Se essa questão do espectro eletromagnético é tão perigosa, por que não é usada na guerra para derrubar aviões? Por que o Saddam Hussein não a usou na guerra contra os Estados Unidos. Ele poderia criar uma série de rádios comunitárias que derrubassem todos os aviões. Desculpem-me o chiste, mas é o que as pessoas têm me falado e o que eu gostaria de saber.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Guerra eletrônica é o nome disso. Essa é uma das grandes armas que existem hoje e chama-se guerra eletrônica: interferência em comunicações, em sinais de radar, em tudo. A interferência é mortal se for bem utilizada.

Aqui no Brasil, há gente de alto nível, que tem cursos bastante avançados em termos de eletrônica e de telecomunicações, só para criar defesas e proteger sistemas contra interferência violenta, porque pára completamente a comunicação e não existe Força Aérea sem comunicação, pois sua operação cadu-

ca. Hoje, conseguimos inibir determinados tipos de interferência como esta, que inibe a conversação. Inibem-se outras transmissões de dados importantes com interferência. Então, chamamos, na Força Aérea, de guerra eletrônica. Isso existe, e existe mesmo.

Por favor, não podemos confundir estação clandestina com estação comunitária. No meu ponto de vista, estamos criando uma similaridade que não existe. A estação comunitária tenta fazer uma boa obra; a clandestina, não. A comunitária tenta cumprir as regras. Quantas leis neste País não conhecemos porque não dependemos delas! No dia em que delas dependermos, vamos buscar alguém. Ouvi companheiros meus reclamarem: "Ele não tem conhecimento. Nunca pilotou na vida!" Se formos discutir com ele, como poderemos querer que nos entendamos?! É preciso ajustarmos a conversação ao conhecimento dele, pois, se começarmos falar em termos aeronáuticos, ele não vai entender nada. Vamos ficar falando sozinhos.

Então, nesse ponto, é bom definirmos bem o que é estação comunitária, que é uma estação que opera dentro da lei. A clandestina devemos esquecer. Ela está fora das regras; não existe. Temos de acabar com ela. Ou se enquadra nos padrões, ou então será extinta.

Mas existem problemas técnicos com os quais deve sofrer o pessoal da Anatel. Numa mesma área relativamente pequena, a concentração de várias estações cria aquele problema que já foi mencionado anteriormente: duas frequências gerando uma terceira, uma quarta, que vão atrapalhar outras frequências que não sejam a da Aeronáutica.

Então é preciso fazer o estudo e combinar as coisas. Mesmo assim, às vezes, aparece um espírito que não foi visto. Portanto, as coisas não são tão simples. Se o fossem, já estaria tudo resolvido. As coisas são complicadas, requerem estudos e até experiência, uma simulação para verificar se não causarão problema. Dentre outros fatores de interferência tem-se a distância. São tantos parâmetros para combinar!

Não sou especialista no assunto, mas já passei por muito aperto por causa disso. Depois da explicação que tive, fui aprendendo e acumulando experiência e cheguei à conclusão de que, às vezes, as coisas são simples, mas não tanto quanto parecem.

Então a rádio comunitária é importante. Aquele coitado que não tem dinheiro para comprar um radiinho por meio do qual sabe das notícias, só isso já justifica.

A rádio comunitária não é no centro do Rio de Janeiro ou de Brasília. Não, é lá no interior. Mas deve estar dentro dos padrões, porque, senão, acaba virando guerra entre estações, atrapalhando a própria transmissão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre, o senhor tem razão. As coisas não são tão simples. A distinção entre a rádio regular e a clandestina é uma distinção simplificada. Havia, no dia 31 de março deste ano, exatamente 3.380 rádios que só eram clandestinas porque o Governo não as consegue regularizar a tempo. Então a distinção entre a rádio regular e a clandestina, dada apenas pela aprovação, pela deferência da frequência pelo Governo, é uma visão simplificada, porque havia 3.380 que só não eram regulares porque o Governo não as consegue regularizar. A questão é um pouco mais complexa. Existem as rádios já regularizadas; existem as rádios que só não são regulares porque o Governo não tem eficiência; e existem aquelas que são clandestinas no sentido puro da palavra, porque estão à margem da lei e não poderiam estar dentro da lei. E um cenário um pouco mais complexo.

Não sei se é para falar sobre isso que pediu a palavra o Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, o Sr. Ara Apkár Minassian, a quem a concedo, com prazer.

O SR. ARA APKAR MINASSIAN (Superintendente do Serviço de Comunicação de Massa da Anatel) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas dar algumas informações e relembrar alguns pontos.

Temos acompanhado o trabalho do Conselho; temos acompanhado, pelo menos este ano, a preocupação dos Conselheiros e só me ateei à parte técnica, porque, quando entramos na questão da outorga, V. S^{as} sabem bem que toda a parte de outorga, no caso da radiodifusão, é de responsabilidade do Ministério das Comunicações e a Anatel entra para resolver os impasses técnicos ou para esclarecer alguns pontos nebulosos.

Toda vez que o Ministério das Comunicações dá outorga a qualquer entidade para operar serviços de radiodifusão, mesmo sendo rádio comunitária, isso imediatamente – para tentar ajudar V. S^{as} – vai para o **site** da Anatel, onde se tem visibilidade de que emisoras estamos falando. Portanto, qualquer cidadão, entrando no **site** da Anatel, consegue acompanhar a vida dessa emissora, saber as características com que ela está operando e as frequências, bem

como potência e localização dessa emissora. Isso apenas pode ajudar, se o Conselho, amanhã ou depois, quiser fazer qualquer tipo de pesquisa pela página da Anatel.

A única coisa que não podemos garantir é a questão societária, porque isso está ligado à outorga. E se as informações não forem bem alimentadas no sistema... Por mais que tenhamos procurado centralizar os sistemas de tal forma que eles sejam dependentes, se uma informação dessa não é atualizada por uma das pontas, fica difícil. Não cabe à Anatel atualizar essa questão, isto é, quem é o dono da emissora, quem hoje detém a maioria das ações ou quem comanda. Isso aí, novamente, está ligado à outorga.

Vamos agora para o lado técnico da radiodifusão comunitária. Sabemos da importância da radiodifusão comunitária e, fruto exatamente dos trabalhos que foram iniciados neste Conselho, já tivemos algumas reuniões com o Ministério das Comunicações, onde procuramos mostrar exatamente essa questão da interferência, como ocorre, porque a nossa preocupação sempre... Não devemos polarizar; isso não se restringe apenas às rádios comunitárias. As ações da Anatel vão além, abrangem tudo que emite rádio-frequência. É aquilo que o Tenente-Brigadeiro bem falou no início da sua apresentação: emitiu uma onda, emitiu uma frequência, a Anatel está sempre presente.

Mas há momentos, quando não conseguimos identificar as emissoras, que a equipe da rádio-localização entra em campo e, pelas variáveis técnicas de que dispomos, conseguimos praticamente chegar ao ponto interferente. As vezes, como o ponto interferente está se deslocando – novamente, isso não tem nada a ver com as rádios comunitárias, deixo muito claro isso –, fica muito mais difícil a ação da própria agência, como também da própria Aeronáutica, porque se sabe que há uma fonte interferindo e essa fonte está se movimentando. Como, na realidade, estamos falando em segurança, por causa disso também creio que a própria Aeronáutica tem o seu sistema e eles procuram ajudar a agência e outras entidades exatamente para tentarmos chegar o mais rápido possível ao ponto interferente.

Há um problema em 32 Municípios do Estado de São Paulo onde ainda não conseguimos implantar uma rádio comunitária. Falamos diversas vezes em vários órgãos sobre esse problema, inclusive na Justiça. Até o final do ano, pretendemos dar uma resposta sobre esses 32 Municípios. Isso consta até dos Anais do Conselho.

Os Conselheiros estão tendo uma preocupação que não deveria existir, porque a frequência está designada e a rádio comunitária já sabe em que frequência irá operar. Não temos muita preocupação técnica. A Agência tem estudos – fazemos isso para todas as áreas – que nos permitem identificar se há ou se haverá interferência em outra estação. Então penso que devemos voltar para o foco, para o que queremos alcançar, voltar a ser objetivos, como fomos esta manhã.

V. S^{as} pretendem simplesmente regularizar a situação daquelas quase 4.000 pendências que mencionaram. O restante, não é a parte técnica que está impedindo. A parte técnica está impedindo apenas em 32 Municípios. Se V. S^{as} tiverem cópias, há mais ou menos 120 pendências.

Volto a frisar que o que está sendo ressaltado – como falou o colega na primeira reunião – é a questão da rádio-interferência. Há uma preocupação com relação principalmente ao serviço de navegação aeronáutica. Hoje tivemos a satisfação de contar com a brilhante apresentação do Brigadeiro, a quem cumprimento, que veio esclarecer algumas preocupações da própria agência. Isso mostra que, nos estudos, a agência não procurou em nenhum momento trazer sofismas, mas fatos.

O próximo passo é, de acordo com os contornos técnicos conhecidos, alocar as emissoras. Apresentamos essa questão para V. S^{as} aquele dia; por isso já sabem, como também sabe o próprio Ministério. Seguindo essa regra, não há problema algum. Os pontos que não serão atendidos devem ser informados para os interessados ou para a Comissão. Penso que V. S^{as} explicaram muito bem para os presentes, pelo menos aquele dia, porque alguns não estão sendo atendidos.

Volto a dizer que tecnicamente considero o trabalho da Aeronáutica perfeito. Não há necessidade de incluir mais um agente no processo. Seremos os primeiros a conversar com a Aeronáutica, a fim de verificar se aquela interferência, se houver, que estamos teoricamente detectando ocorrerá na prática e o que a equipe da Aeronáutica pensa a respeito. Então essa interface existe.

A preocupação dos Conselheiros deve voltar para o foco principal.

Volto a dizer que, do ponto de vista de Agência, não temos nenhum problema, salvo nessas 32 localidades, mesmo sabendo que nas outras estamos operando com rádio comunitária em situação precária, porque haverá um remanejamento de frequências.

Porém isso não impede que os trabalhos prossigam, porque há uma causa nobre por trás disso.

Era esse o esclarecimento que pretendia dar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço ao Dr. Ara.

Para complementar a resposta ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn, concedo a palavra ao Vice-Diretor de DAC, o Major-Brigadeiro Paulo Roberto Cardoso Vilarinho.

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Conselheiro Ricardo, complementando as palavras do Brigadeiro Lencastre sobre a convivência democrática entre todas as rádios comunitárias e as frequências aeronáuticas interferidas, informo que existe solução técnica, sim; está no campo da guerra eletrônica. Para fins militares, usamos em aeronaves militares de combate transmissores e receptores de comunicação em VHF que são praticamente imunes a qualquer interferência, pelo menos a interferências normais. Pelas técnicas de uso do espectro de frequência, pode haver rádio comunitária à vontade que não interferirá. Mas o custo de um equipamento desses é cem vezes superior ao de um transceptor comum. Fica economicamente inviável colocarmos em todas as aeronaves equipamentos protegidos contra a guerra eletrônica. Esse é o âmage da questão. Dentro da tecnologia prevista para equipamentos aeronáuticos, que têm uma regulamentação específica, essas interferências ocorrem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Para esclarecimento, concedo a palavra ao Dr. Edilson Ribeiro dos Santos, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel. Em seguida, dou a palavra à Conselheira.

O SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS (Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Anatel) – Solicitei essa oportunidade para tentar esclarecer um ponto que já havia abordado em minha apresentação anterior, que o Tenente-Brigadeiro trouxe aqui com muita propriedade.

Notamos, como da outra vez, que estamos tratando aqui do problema específico da radiodifusão, quando devemos tratar no âmbito regulatório com a questão da radiointerferência. Essa é a questão básica. Trata-se de um fenômeno global, não de um fenômeno da radiodifusão. Radiointerferência acontece em todas as faixas de frequência. E acontece no Brasil como acontece no exterior. E é por isso que existe

um ente internacional vinculado à ONU que cuida disso, para evitar a interferência de um país com outro, de um serviço com outro. E, a partir daí, os Países-Membros passam a fazer sua administração dentro desses conceitos e procedimentos gerais emanados da UIT, União Internacional de Telecomunicações.

E preciso que se encare o fenômeno como global. Não se pode especificar, sob pena de se estar cobrindo um santo e descobrindo outro. A análise tem que ser feita no âmbito de toda a faixa espectral. O exemplo que dei da outra vez foi que uma radiodifusora regularizada, com outorga comercial, na faixa de FM, estava interferindo no oitavo harmônico, no serviço móvel celular, que está na faixa dos 800, 900. No oitavo harmônico, quase não existe mais som. Esses fenômenos todos têm que ser tratados, na radiointerferência, como um fenômeno global inerente às telecomunicações. Não se pode mudar. A forma de amenizar esses efeitos é estabelecer uma administração eficiente, regular e oportuna do espectro radioelétrico, dentro de normas claras, sujeita às suas adaptações, quando efetivamente necessárias, e às evoluções tecnológicas que emanam da própria evolução da área de telecomunicações. Todos sabemos que, se fizermos uma comparação com o móvel celular de seis anos passados com o que temos hoje, podemos ter uma idéia da evolução tecnológica da área de telecomunicações. Então, devemos estar preocupados com esses conceitos em âmbito global, porque temos, sim, um tratamento generalizado não só para a área de radiodifusão como também no âmbito global das interferências que afligem todo o espectro e todas as áreas de serviços.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço ao Dr. Edilson.

Antes de passar a palavra aos demais Conselheiros, como houve referência à posição da Conselheira Berenice, peço que ela se pronuncie.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Serei breve. Estamos construindo um pensamento a partir da reunião com todos os nossos convidados. Talvez seja correto dizer que um dos resultados da administração do espectro para evitar a radiointerferência é a existência de um plano básico de canalização, a partir do qual os radiodifusores comerciais se habilitam a uma outorga, a uma autorização. No caso da radiodifusão comunitária não há por que ser diferente. Isso tem que ser muito claro. Se não há a possibilidade de haver aquele canal nesse plano

básico de administração do espectro, não há o que se pleitear e ponto final. Regularize-se, no mais, a tramitação desses processos acumulados; conclua-se o remanejamento para o espectro 200 e novamente teremos apenas de coibir a clandestinidade, a má-fé.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre refletidas da Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra.

Passo a palavra ao Conselheiro Antônio de Pádua Teles de Carvalho.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, agradeço ao Tenente-Brigadeiro Lencastre e ao Tenente Vilarinho pela exposição feita. Mas, surgiu-me uma questão que me parece importante, pelo menos como dúvida. O fato de não haver uma blindagem, uma defesa que permita que instrumentos não sejam afetados por essa atuação de radiofrequência clandestina ou, até mais do que isso, a serviço de instituições destinadas a proceder criminosamente, não faz com que essa situação, em curto prazo, possa virar um caos total, já que todos esses dispositivos poderão estar à disposição do crime para atuar de uma maneira perigosa para a sociedade como um todo?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Antônio Teles.

Concedo a palavra ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Obrigado, Sr. Presidente. Tenho uma pergunta para o Brigadeiro Lencastre. V. S^a mostrou uma lista de casos de interferência. Para que tenhamos melhor noção da gravidade do assunto da rádio comunitária, é possível saber, percentualmente, desses casos todos que vocês têm suscitado, quais são as rádios comunitárias legalizadas, quais são as rádios clandestinas e as rádios comerciais normais? Eu pergunto em termos percentuais. É possível ter uma idéia da gravidade, ou seja, dos percentuais desses três casos: das rádios comunitárias legalizadas, das rádios clandestinas e das rádios comerciais normais?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Fernando Bittencourt. Complementarei a sua indagação com uma pergunta que formulei desde o início. Rádio comunitária, mesmo legalizada, pode

interferir, mas a frequência de 25 watts é pequena. As rádios FM, que são muito mais potentes e estão muito mais próximas da faixa do 108, podem interferir?

Com a palavra o Tenente-Brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Se o Senhor me permitir, eu gostaria de chamar o Canavitsas, que é um engenheiro de telecomunicações, já com experiência. Ele vem trabalhando nessa área com o Santoro, que é engenheiro eletrônico. Eles vêm acompanhando essa sucessão de ocorrências, tanto pela clandestinidade como pela defasagem de frequência. Eu não sei se eles têm algo para projetar. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Pois não.

Passo a palavra ao Dr. Ângelo Antônio Caldeira Canavitsas, Engenheiro do DECEA.

O SR. ÂNGELO ANTÔNIO CALDEIRA CANAVITSAS – Obrigado.

Como esclarecimento à primeira pergunta, em relação aos casos de interferência que detectamos, acerca da rádio comunitária, na essência da palavra, não temos praticamente nenhum. Esse é o primeiro ponto. Praticamente todos os casos apresentados em nossa transparência são relativos a rádios clandestinas, ou seja, rádios que estão fora das especificações. E em relação a rádios oficiais FM, existe esse problema também, só que, nesse caso, a solução é muito rápida, porque a rádio está estabelecida, tem endereço, fácil localização e há interesse de regularizar a situação. Então resolvemos isso tecnicamente com um shift de frequência, ou seja, um pequeno desvio de frequência. É isso o que eu posso dizer ao senhor.

Aproveitando a oportunidade, é importante lembrarmos – como já ouvimos aqui algumas vezes – que o espectro é um bem finito. Então cito o seguinte exemplo: estou aqui na sala falando e os senhores estão me ouvindo com clareza; ao fundo, temos um barulhinho do ar-condicionado que não interfere na minha comunicação e na recepção dos senhores. Por quê? Porque há uma regra de convivência. Se alguns dos senhores começarem a falar ao mesmo tempo, ainda que seja baixinho, haverá um momento de saturação do ambiente e isso não será mais possível.

O que a Anatel procura fazer é exatamente isto: uma regra de utilização do espectro eletromagnético. Então, se nós conseguirmos colocar essa regra para as rádios comunitárias, iremos minimizar – e muito – o problema da interferência. Agora, existe também o

risco de saturação. O número é finito, assim como o espectro é um bem finito. Então temos que tomar cuidado para que não aumente demais, porque senão saturamos de qualquer maneira e, de um modo ou de outro, acabaremos tendo interferências.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço o pronunciamento do Engenheiro Ângelo Canavitsas.

Major-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, por favor, faça uso da palavra.

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Há uma pergunta do Conselheiro Antônio de Pádua Teles de Carvalho sobre se uma falta de blindagem nos equipamentos, tanto de navegação como de telecomunicações entre aviões, pode trazer interferência e ser um risco para a aviação.

O SR. ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO (Representante da Sociedade Civil) – E se essa blindagem hoje não é tecnologicamente possível.

O SR. PAULO ROBERTO CARDOSO VILARINHO – Essa blindagem é uma função direta dos recursos aplicados. Como eu comentei aqui, podemos colocar comunicações terra: avião em que rádio comunitária e rádio FM não vão interferir de forma nenhuma. Mas os equipamentos são caríssimos, utilizados somente para fins militares. Isso é economicamente inviável.

Na parte de aviação civil, de navegação aérea, seguimos as normas internacionais estabelecidas por organização de aviação civil internacional. A convenção da organização tem o chamado Anexo 10, que trata de toda parte de telecomunicações aeronáuticas, tanto navegação como comunicações. E tem ali todas as características previstas para transmissores e receptores utilizadas mundialmente.

Se eu fizer um rádio com características de uso do espectro que não permita ter interferência, o equipamento que não estiver dentro dessa mesma tecnologia não conseguirá falar comigo. Então é feita uma tecnologia de padrão mundial estabelecida para uso aeronáutico. Para isso, não importa se o equipamento é fabricado na França, nos Estados Unidos, no Brasil ou onde for; ele liga naquela frequência e vai falar com o outro avião.

Então existe uma tecnologia com uma blindagem mínima. Agora, não é perfeita para tudo. Há esses problemas de interferência. E chegamos àquele ponto da gerência do espectro. É isso que a Anatel procura fazer e nós cooperamos com ela.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço a manifestação do Major-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho.

Passo a palavra ao Conselheiro Emanuel Soares Carneiro.

O SR. EMANUEL SOARES CARNEIRO (Representante das empresas de rádio) – Boa-tarde a todos. Estou representando aqui, como Suplente, o Presidente da Abert, Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto.

Gostaria de dizer, em nome da Abert, que desde o primeiro momento em que se falou na rádio comunitária no Brasil, em baixa potência, a Abert se posicionou a favor, ajudou, deu idéias e jamais foi contra, em momento algum, a implantação da rádio comunitária.

Agora, o que é preciso falar, repetir e cobrar é o que o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre falou há poucos instantes. Há um romantismo nas idéias brasileiras de que rádio comunitária é toda aquela que se instala em qualquer lugar do rádio e passa a ser comunitária. A que não é comunitária, a que está fora da legislação, que não está aprovada pela Anatel, é rádio pirata, é contravenção, é crime e tem que ser fechada. Não existe outro tipo de tratamento para isso. Aparece então a seguinte idéia: as que estão ficam, porque têm direito adquirido. Como estamos falando muito em avião hoje, é a mesma coisa que eu construir um avião no quintal da minha casa e voar, porque o espaço é de Deus, é livre e eu posso voar. Não, tem que ser respeitado o direito de cada um.

Então, essa posição da Abert continuará sendo a de que aprovamos, reconhecemos a rádio comunitária e somos inteiramente contra a rádio pirata, também chamada clandestina. E achamos até que a Anatel, que foi citada aqui pelo Dr. Ara, está qualificada e equipada para coibir a rádio pirata. Ela talvez não tenha meios, nesse momento, para coibir tanta rádio pirata que se implantou no Brasil de uma hora para outra.

Algo também é preciso ser lembrado. Parece que na fila, há quase 4 mil pedidos para implantação de rádios comunitárias. E temos, num levantamento que não está completo, aproximadamente 12 mil rádios piratas no Brasil. O meu Estado, Minas Gerais, é o campeão nacional de rádios piratas. Na região metropolitana de Belo Horizonte, temos mais de 250 rádios piratas, e elas interferem na comunicação e causam uma série de outros problemas.

O Brigadeiro Lencastre falou aqui a respeito da interferência da rádio pirata nas comunicações e era tudo o que queríamos dizer, porque é uma contestação de que essa interferência em avião é invenção da rádio comercial, é invenção do pessoal da Abert, isso não existe. Tecnicamente, está provado que existe e isso é gravíssimo. Não vamos esperar um avião cair para que essas providências sejam tomadas. Está aí a palavra da Infraero, da Aeronáutica, de que temos um problema grave em tudo isso.

Era o que queríamos colocar aqui em nome da Abert, que a Anatel precisa ser apoiada e também criar meios para que isso cesse urgentemente. E avisar, antecipadamente, para que o problema não se agrave ainda mais, que não haverá lugar para todos os pedidos de rádios comunitárias no Brasil. Essas 12 mil rádios piratas que existem, não há espaço, o espaço é finito para se acomodar. É inteiramente um sonho se criar uma rádio comunitária em cada esquina do Brasil, e temos 12 mil rádios piratas no Brasil, atualmente. Estamos querendo nos transformar num grande Paraguai de coisas pirateadas. É rádio pirata, como o disco é pirata, a grife, que é clonada, é pirata, e por aí afora. Não há outro procedimento.

As autorizações das rádios comunitárias são dadas pelo Ministério das Comunicações. Então, quando eles reclamam que há uma demora muito grande em se conceder a concessão, basta lembrar que, no caso das rádios comerciais, depois que a renovação vence, depois que o prazo de concessão vence, esperamos, às vezes, oito, nove ou dez anos. Está vencendo a concessão seguinte, e ainda não obtivemos a concessão atual. Há um congestionamento.

Essa colocação que estamos fazendo aqui é que não há, na minha opinião, na área da Anatel e do Ministério das Comunicações – não estou falando por eles – nenhuma má vontade. O que existe é um excesso de pedidos e fica o aviso: nem todos serão atendidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Emanuel Soares Carneiro. Dou-lhe as boas-vindas.

No entanto, Conselheiro Emanuel, não posso deixar de dizer que sua visão não é compartilhada pela maioria do Conselho. Tampouco é a posição da Abert, que tem uma visão mais participativa.

A idéia de que as pessoas possam ser criminosas está muito ligada ao fato de que o agente produz

um ato que entende ser criminoso; ele pratica o ato criminoso.

Caro Conselheiro, não parece ser a visão do restante do Conselho a idéia de que sejam criminosas cerca de 3.380 associações comunitárias que, em 31 de março deste ano, cumpriram todo o vasto conjunto de exigências da Lei nº 9.612 de 1968; fizeram tudo que lhes cabiam fazer e requereram ao poder público autorização, mas não a obtiveram, porque o poder público não tem estrutura, qualificação técnica, bom senso e nem espírito público para atender à demanda das rádios comunitárias na velocidade que estariam obrigadas a fazer.

Conselheiro Emanuel, permita-me, com franqueza, expressar que é difícil para o Conselho considerar que a associação comunitária cumpra todos os requisitos, esteja pronta para funcionar e perceba o passar dos anos sem que o poder público faça o mínimo – que é examinar o pedido para recusá-lo ou deferi-lo.

Penso que expresse a visão da maioria do Conselho, que não considera que essas rádios estejam no mesmo patamar daqueles agentes que, movidos por interesse econômico, se apropriam do espaço econômico com o objetivo de lucro. A esses, sim, parece mais adequado chamar de criminosos.

Conselheiro Emanuel, V. sa não tem vindo às reuniões. Há uma enorme resistência do Conselho em tratar essas rádios que fizeram pedidos ao Governo Federal como agentes criminosos.

Peço ao Conselheiro que participe conosco das próximas reuniões. V. S^a terá grandes companhias no Conselho, pois temos uma visão de parceria e tudo que pudermos fazer juntos, faremos. Penso que essa é a visão do Conselho, uma visão de compromisso com as rádios comunitárias, juntamente com as televisões comunitárias, que um dia virão, e que são manifestações democráticas. Precisamos radicalizar na socialização da comunicação. Isso deve ser feito com associações comunitárias, com rádios comunitárias e, logo adiante, provavelmente com as TVs digitais e com as TVs comunitárias. É difícil para nós considerar criminosas pessoas que cumprem todas as exigências, mas não podem ir ao ar apenas porque o Estado é incapaz de atender às demandas operacionais na velocidade que estavam obrigadas eticamente a fazer.

O SR. EMANUEL SOARES CARNEIRO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, para melhor entender o assunto e não sair daqui com uma impressão distorcida, pergunto: o Conselho de Comunicação Social é a favor de uma rádio que, não

tendo obtido autorização, funcione clandestinamente como pirata?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – O Conselho de Comunicação Social – penso que expresse a opinião do Conselho – compreende que o principal agente causador dos graves problemas da rádio comunitária é o Governo Federal, que não se preparou e ainda hoje não está inteiramente preparado para atender, na velocidade adequada, a essas demandas sociais. No momento em que o Congresso Nacional aprova uma lei, a administração pública precisa estar preparada para enfrentar as exigências dessa nova lei.

Ano passado, conversei com o Ministro Juarez Quadros sobre o assunto. Conforme anotação que fiz da conversa, a estimativa de S. Exa era de que o pedido das rádios solicitado naquele dia que estávamos conversando seria examinado pelo Ministério das Comunicações após oito anos. Impossível não considerar que a matriz do problema é essa. Porque, se o Ministério das Comunicações atende e cumpre com velocidade a sua tarefa de dizer se pode ou não pode, fica mais fácil separar depois as associações comunitárias, que estão no exercício legítimo da cidadania e os piratas verdadeiros. Então, penso que a maioria do Conselho entende que os problemas começaram com a incapacidade do Governo Federal em responder à lei. É essa a visão que penso ser majoritária. Posso até estar enganado, mas penso que expresse a visão da maioria do Conselho.

O SR. EMANUEL SOARES CARNEIRO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, lembro que uma rádio licitada hoje paga e compra concessão e demora oito, dez anos para entrar no ar. Não é só o problema da rádio comunitária.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – V. S^a está apenas dizendo que a ineficiência do poder público não se limita às rádios comunitárias. Então, vamos cerrar fileiras no sentido de fazer ver ao poder público que não é possível continuar administrando o espectro dessa maneira.

O SR. EMANUEL SOARES CARNEIRO (Representante das empresas de rádio) – Acrescento que, se se recebe uma concessão do Governo, compra-se e providencia-se toda a documentação. Mas até que o Governo autorize a rádio ou a TV a entrar no ar, não se pode colocá-las no ar. Então, a defesa que se faz de que se põe no ar a rádio clandestina porque o Governo ainda não aprovou, lembra um pouco a questão do MST: enquanto não vem a Reforma Agrá-

ria, invadem-se fazendas alheias. Isso nos faz lembrar o MST.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Conselheiro, perdoe-me. Nenhum de nós está defendendo que as rádios comerciais licitadas, nem rádios comunitárias, entrem no ar sem autorização do Governo. Não é essa a visão do Conselho. A visão é construtiva. O Conselho, juntamente com o Ministério das Comunicações, envidou esforço enormemente meritório para, pelo menos, limpar a pauta destas 3.380. O que pareceu um pouco duro a todos nós é que, sob a afirmação de que são criminosos, V. S^a está colocando num patamar de igualdade tanto as rádios piratas no sentido próprio do termo, que se instalam em shopping centers, com objetivo comercial, como aquelas instituições que só não estão legalizadas porque o poder público não atende eficientemente seus pedidos.

O SR. EMANUEL SOARES CARNEIRO (Representante das empresas de rádio) – Isso não gera o direito de a rádio ir para o ar. Na minha opinião, isso é crime.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Temos limitação de tempo. Alerto o Conselheiro, a quem dou as boas-vindas, que, na minha convicção, essa não é a visão majoritária do Conselho.

Tenho duas perguntas, embora tenhamos que encerrar a reunião.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, gostaria de, muito rapidamente, tecer um comentário a respeito da manifestação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Antes de conceder a palavra a V. Sa, gostaria de fazer duas indagações, pois às 5h nossos convidados terão de retirar-se.

Brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre, por que não podemos usar celulares nos aviões?

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – É um problema técnico em determinados aviões, mas prefiro não abordar a área técnica. É um problema tipicamente técnico. Logo que o celular começou a ser comercializado, falávamos ao celular nos aviões.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – A frequência do celular é diferente da frequência de rádio.

O SR. ANGELO ANTÔNIO CALDEIRA CANAVITSAS - Na realidade, qualquer equipamento transmissor tem um potencial de interferir nos equipamentos de bordo. O que acontece é o seguinte: quando um avião está em procedimento de pouso, precisa receber sinais de intensidade muito pequena, oriundos do solo. Então, embora o celular tenha frequência distinta desses equipamentos – na realidade, não é tão distinta assim, pois há celulares em 900 MHz, 800 MHz, e a nova linha de SM 1.7, o DME, por exemplo, trabalha com 1,2 GHz e está, pois, numa faixa intermediária. Da mesma forma que as rádios FM provocam a interferência no serviço móvel aeronáutico, exatamente naquela frequência. Os equipamentos de bordo têm vários circuitos com frequência que chamamos de FI, ou seja, frequências intermediárias. Então, é um momento do voo em que se necessita de um nível de ruído o menor possível, para evitar alguma interferência com esses equipamentos de navegação, ou seja, a aeronave está sendo orientada em formações de radiofrequências que vêm do solo até as antenas da aeronave, e ela vai sendo guiada através de um planeio de voo definido, com características específicas. Qualquer influência de energia eletromagnética por potenciais transmissores – o celular é um transmissor – poderia afetar o sistema de bordo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Mas a proibição de celular não se limita a pouso e decolagens. Ela se estende a todo o voo.

O SR. ÂNGELO ANTÔNIO CALDEIRA CANAVITSAS - Exatamente, durante o voo...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Exatamente, não. O senhor disse que problemas surgem na hora em que o avião está descendo ou subindo.

O SR. ANGELO ANTÔNIO CALDEIRA CANAVITSAS - Essa é a hora mais crítica, porque, se houver um erro de coordenadas durante um procedimento de rota, 300 metros, às vezes 500 metros, podem não significar nada. Em compensação, cinco metros, na hora de uma descida, podem significar muita coisa. Então o momento mais crítico é realmente nessa descida. Mas a proibição...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – É tecnicamente justificada?

O SR. ANGELO ANTÔNIO CALDEIRA CANAVITSAS - É justificada. O equipamento, para funcionar a bordo...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – E computadores que não estejam conectados com a Internet?

O SR. ANGELO ANTÔNIO CALDEIRA CANAVITSAS - É essa pergunta que sempre fazem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Então, por favor, explique ao País.

O SR. ÂNGELO ANTÔNIO CALDEIRA CANAVITSAS – O equipamento eletrônico tem circuitos que emitem dentro dele. Um laptop, por exemplo, que use um CD-ROM, ou então um mouse desses, sem fio, emite uma quantidade de energia muito forte. Ela é danosa aos equipamentos de bordo. Esse é o detalhe. Então, para proteção, isso é proibido. Se, por exemplo, o senhor ligar seu computador próximo a uma televisão, o senhor vai verificar que vai haver uma grande interferência. O seu celular, ligado próximo a seu computador, quando receber uma chamada, seu computador também vai vibrar por interferência eletromagnética. Na realidade, se o senhor tiver o cuidado de ler as especificações de seu computador, verá ali alguns tipos de emissão que, em alguns casos, pode ser danosa. Como, em aviação, tudo é segurança, é proibido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Com a palavra, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Pedi que o Canavitsas falasse na parte técnica, como engenheiro de telecomunicações que ele é. Entretanto há muito tempo já vem sendo notado que determinado tipo de equipamento a bordo das aeronaves provocava algum tipo de interferência. O equipamento de navegação é sensível, é um receptor de sinais. Se existe um transmissor de sinais a bordo da aeronave, mesmo não sendo na frequência, por qualquer tipo de harmônico, ou do que for, pode chegar a interferir. Existem aviões hoje que determinados dados, parâmetros, um sensor na ponta da asa para qualquer tipo de velocidade de vento ou deslocamento do avião, em vez de se fazer com fio, tem um pequeno transmissor e um receptor na outra ponta. A tecnologia hoje não é mais como era antigamente, quando tínhamos como comando do avião um cabo de aço que mexia a parte lá. Hoje não: nenhum avião moderno – estou falando de aviões de alta performan-

ce – tem cabo de aço. São todos eles comandados por fio, o fly-by-wire, o fio que comanda uma válvula hidráulica de alta potência que faz atuar os comandos do avião e, em determinadas situações, sensores colocados em pontos do avião – sensores de altitude, de altimetria ou de velocidade – transmitem por sinais de rádio. Há aviões hoje que têm esse tipo de equipamento. Com mais razão ainda se pede que não seja usado nem o telefone celular. E não é só o celular, mas qualquer equipamento transmissor, e o mouse sem fio é um transmissor, porque ele se liga ao computador por transmissão nos dois sentidos. Então, é fator de segurança. O que a aeromoça diz? Enquanto a porta está aberta, pode usar o celular. Fechou a porta, não pode mais, porque se começa a dar a partida e ligar os sensores.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Os nossos convidados terão compromisso agora.

Temos uma pauta extensa e o projeto de lei para o qual tenho que designar relator. Vamos fazer o seguinte: vou despedir-me dos convidados, faremos o Expediente e, imediatamente em seguida, garantirei a palavra aos Conselheiros e a quem da sociedade civil dela queira fazer uso.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas, Presidente, é relativo exatamente ao assunto de que estamos tratando.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Concederei a palavra à Conselheira Berenice e será a única exceção.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Muito obrigada pela consideração. As vezes é bom ser a única mulher representante no Conselho, pois usufruo de algumas deferências.

Queria somente refazer uma reflexão junto com o Sr. Emanuel Soares Carneiro, que, pela primeira vez, participa de uma reunião do nosso Conselho.

Não se trata de um desagravo porque acredito que o movimento de radiodifusão comunitária é suficientemente vigoroso e, com certeza, lhe dará uma resposta direta, mas de uma reflexão conjunta.

Gostaria de começar concordando com V. Sa: muitos querem a outorga e a concessão, e muito poucos a obterão. A realidade, no Brasil, em se tratando de rádio e IV públicas é que poucos, pouquíssimos, algumas famílias, alguns políticos, alguns grupos econômicos, muito poucos a obterão.

Por isso mesmo, V. Sa deverá concordar comigo, igualmente muitos são irregulares, mas apenas alguns clandestinos, porque mesmo quando o Estado venha a ter a capacidade, agindo em conjunto, a Anatel, o Ministério das Comunicações, de regularizar a situação desses três mil e poucos, ainda assim alguns continuarão clandestinos. O problema continuará.

Digo isso porque gostaria que V. S^a refletisse e, de certa forma, folgo, desculpe-me, em saber que é apenas o suplente do Paulito. Desculpe-me novamente, mas sou muito franca. O Paulo Machado é um representante mais **up to date** do empresariado, um representante menos retrógrado ou de um empresariado não tão retrógrado.

A sociedade brasileira já teve uma tolerância maior. Se V. Sa observar a nossa legislação verá que, em anos passados, havia aquela figura do furto de uso em que os jovens pegavam o carro, davam umas voltas e o deixavam em outro lugar e aquilo não era considerado uma falta tão grave. Também o menino filho da lavadeira do cortiço que passava com fome e pegava uma banana ou uma maçã na frutaria do imigrante, no máximo, levava uns cascudos.

A divisão, a estratificação e a concentração de renda em nosso País foram ficando tão sérias, fortes e intensas que foram gerando uma intolerância muito grande em nossa sociedade, uma intolerância que nos leva ao quadro que temos hoje de 50 milhões de brasileiros passando fome, de uma criminalidade como nunca houve e, com certeza, a intolerância de nossas elites ou de parte dela tem uma responsabilidade muito grande.

Digo isso porque é função deste Conselho buscar caminhos de consenso. É um pacto que temos entre representantes dos trabalhadores, que sou, representantes do empresariado e membros da sociedade civil. Não estamos aqui para medir espaço, para medir força, para legislar e, sim, para atender às demandas do Congresso Nacional e, por isso, temos de buscar o consenso de qualquer forma.

Entendemos que, se persistirmos no caminho de buscar o melhor para todos, talvez consigamos minorar essa situação que leva pessoas ao desespero de morar embaixo de lonas pretas e invadir terra dos outros para ter, como única uma possibilidade de vida. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço suas palavras.

O SR. EMANUEL SOARES CARNEIRO (Representante das empresas de rádio)

– Um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade

civil) – Com a palavra o Conselheiro Emanuel Carneiro. E a exceção da exceção, uma homenagem. Mas seja breve, pelo amor de Deus! (Risos.)

O SR. EMANUEL SOARES CARNEIRO (Representante das empresas de rádio)

– Penso que nas vezes em que o Presidente da Abert esteve aqui – porque recebemos as informações da Abert -, o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto jamais defendeu a rádio pirata, em momento nenhum. Disso eu tenho certeza.

E, Conselheira, se ser defensor do Estado de direito, ser contra a contravenção é ser retrógrado, estou voltando ao século XVIII, com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras do Conselheiro Emanuel Carneiro.

No fim desse expediente longo, vou garantir a palavra aos Conselheiros e aos membros da sociedade civil. Mas quero agradecer, de coração, aos representantes da Anatel, Dr. Edilson Ribeiro dos Santos, Dr. Ara Apkár Minassian, ao Major Wilker, que não quis nos dar o prazer de se manifestar, ao engenheiro Canavitsas, ao Major-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre, pelos esclarecimentos competentes, oportunos, pela disposição democrática de vir aqui para interagir com a sociedade civil. Tenham no Conselho um ator à disposição na busca de consenso e de radicalizar na democracia. Em nome do Conselho, meu mais penhorado muito obrigado.

Vou conceder a palavra, para suas despedidas, ao Tenente-Brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre.

O SR. FLÁVIO DE OLIVEIRA LENCASTRE (Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É uma honra e um prazer estar aqui, porque nos conhecemos pouco. Cada um trabalha na sua área e não consegue, às vezes, ver que temos tanta coisa boa neste País. Pouca gente sabe que somos o único país no mundo que tem um sistema de controle de tráfego unificado, com uma economia de recursos que, num país desse tamanho, dá para imaginar. Nenhum país da Europa, da América ou da Ásia tem um sistema que junta o sistema de defesa aérea e o controle de tráfego aéreo. Quando começamos isso, na década de 60, compramos equipamentos franceses, e o francês que veio instalá-los disse: “Vocês são malucos. Isso não vai dar certo. Mas o dinheiro é de vocês..” Hoje, eles vêm nos perguntar como eles po-

dem transformar o sistema deles em um sistema integrado.

Lembrem-se de 11 de setembro. Dezessete minutos! Houve um retardo de dezessete minutos numa reação.

Não queremos guerra com ninguém, mas nosso sistema está pronto, funciona e funciona dos dois lados. Se um lado tem problema, o outro assume. Uma economia de meios, uma eficiência que os próprios vendedores do equipamento reconhecem... Desenvolvemos o software aqui. Este é o segredo, conhecimento e criatividade.

Muito obrigado, em meu nome e em nome da minha equipe. Temos um orgulho muito grande de sermos brasileiros.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Obrigado. (Pausa.)

Antes de entrarmos no próximo item da pauta, informo que hoje pela manhã realizou-se a 5ª reunião da Comissão de TV a Cabo, com participação dos representantes das concessionárias de telefonia fixa, acerca da possibilidade de parceria com as empresas operadoras de TV por assinatura, para transporte de informações e de vídeos.

A Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, que conduziu o encontro de hoje pela manhã, sugeriu, em acordo com integrantes do grupo de apoio, que a segunda parte da reunião, para a sistematização de propostas e elaboração do relatório final sobre a situação da TV a cabo no Brasil, seja realizada em Porto Alegre, de forma também a viabilizar a participação do coordenador da Comissão, Conselheiro Daniel Herz.

Por aplicação subsidiária do art. 40 do Regimento Interno do Senado, submeto ao Plenário do Conselho autorização para que a reunião seja realizada fora das dependências do Congresso Nacional, com as despesas de transporte aéreo e hospedagem dos conselheiros, se necessário, arcadas pelo Senado, às custas do orçamento do Conselho.

A Presidência do Conselho, de antemão, se declara absolutamente favorável à proposta.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovado.

Expediente de 26 de junho, do Embaixador de Portugal, Antonio Franco, que, atendendo pedido do Conselho, encaminha cópia do trecho da Lei de Tele-

visão Portuguesa e cópia de proposta de alteração desta lei.

Nas pastas recebidas pelos senhores, consta cópia do Expediente e da lei. Que seja remetida à Comissão presidida pelo Conselheiro Carlos Chagas.

Há também Ofício da Presidência da Anatel, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, encaminhando relação de canais de televisão classe “C”, de potência adequada para cobertura somente da localidade-sede do município de outorga, que foram inseridos no plano básico de distribuição de canais de televisão em VHF e UHF, por meio da Resolução nº 291, conforme solicitação feita pelo Conselho ao Dr. Ara Minassian. Que seja encaminhado à Comissão de Rádio Comunitária, para conhecimento e deliberação.

Informo também o recebimento do Estudo 244, de autoria do Dr. Luiz Fernando, da Consultoria Legislativa do Senado, elaborado a nosso pedido, a respeito de regime jurídico da SCM – Serviço de Comunicação Multimídia, do significado da expressão “conteúdo de radiodifusão”, utilizado em parecer da Advocacia-Geral da União.

É um parecer enormemente interessante, estará no **site** do Conselho, e sugiro aos Srs. Conselheiros que o estudem, é muito interessante.

O Estudo 244 está disponível na versão eletrônica da Ata Circunstanciada da

Reunião, no endereço www.senado.gov.br/ccs.

Recebemos também ofício da Procuradora da República, Dr^a Eugênia Augusta Gonzaga, que tem como objeto o seguinte assunto: a pessoa portadora de deficiência, abordagem na mídia, refere-se ao problema que interessa a todos nós, a síndrome de **down**, e pede que o Conselho examine esse assunto.

Por afinidade aos temas conexos, nomeio relator desse assunto o Conselheiro Ricardo Moretzsohn, que deverá se manifestar na próxima reunião, oferecimento espontâneo de V. S^a que aceitei com o maior prazer.

Recebemos também comunicação de renúncia do Dr. Carlos Roberto Berlinck ao mandato de suplente como representante das empresas de imprensa escrita no Conselho. S. S^a renuncia e o órgão ANER indica para o seu cargo o Dr. Sidnei Basili.

Já oficieei aos senhores da ANER que a competência para eleição de membros é do Congresso Nacional e, portanto, devem se dirigir ao Congresso Nacional. Não poderemos permitir que ele vote nas reuniões nem iremos custear passagens ou hospedagens. Não obstante, dentro do sentido de produzir uma interação democrática com sociedade civil, se S.

S^a quiser comparecer ao Conselho e se manifestar, desde que não atrapalhe a boa ordem dos trabalhos, já declarei que garantirei a S. S^a o uso da palavra, até que o Congresso Nacional, se for o caso, o nomeie.

Ofício do Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, Deputado Givaldo Carimbão, que tem como objeto o convite para participar de reunião de audiência pública destinada a discutir o projeto do Sr. Orlando Fantazzini, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviços de radiodifusão de sons e imagens, tornar disponível o serviço gratuito de atendimento telefônico à população pelos fins que menciona.

Como o Conselheiro Ricardo Moretzsohn já foi nomeado por este Conselho como seu representante para reunião ligada ao Deputado Fantazzini, e por simplificação de operações, por conexão, V. S^a também é nomeado para esse fim.

O próximo item da nossa pauta seria o projeto de lei do Senador Paulo Hartung, que institui os serviços de radiodifusão comunitária e dá outras providências, e para instituir o serviço de televisão comunitária. Não deliberaremos a respeito desta matéria por duas razões concorrentes. A primeira é que, por razões completamente alheias a suas vontades, os dois relatores não estão aqui presentes. E não quero colocar em votação esse relatório, estando ausentes os dois relatores, que poderiam prestar esclarecimentos. Em segundo lugar, tomei a decisão de não permitir mais que os relatórios sejam apresentados na hora da

reunião. Estou cobrando sempre dos relatores que forneçam, por meio magnético, as cópias dos seus pareceres antes da reunião, para que sejam lidos com calma, em casa, consultando, se for o caso, outras pessoas, para que o debate fique mais democrático. E não foi possível a apresentação do relatório antes desta reunião.

Em razão do exposto, transfiro a votação deste relatório para a próxima reunião e tomarei os meios para que sejam enviados aos Senhores Conselheiros, a tempo de permitir um estudo mais detalhado sobre a matéria.

O Ofício da Presidência do Senado encaminhou a este Conselho Projeto de Lei de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora de sons e imagem. Este projeto interessa muito ao Conselho, porque não apenas interfere na competência do Conselho, criando organizações regionais de representação do Conselho, transferindo o exame da outorga de concessões

de rádio e televisão para o Conselho, o que exigiria que tivéssemos dotação de um mínimo de estrutura para isso. Já avança num debate que está sendo feito no Conselho sobre a concentração dos meios de comunicação, ao propor, inclusive, que haja limitações à concessão de outorgas a grupos empresariais que já operem jornal **Diário no Estado**. Pela contigüidade do assunto com a matéria da Comissão que trata de concentração dos meios de comunicação, uma comissão foi constituída, com seis membros, com a preocupação de equilíbrio, para que as representações estejam bem distribuídas nela. Já conversei com o Sr. Presidente da Comissão e encaminharei a S. Ex^a para que seja discutido nesta Comissão e dela venha o relatório, para que possamos deliberar a respeito do Conselho.

O próximo item da pauta diz respeito ao relatório sobre o andamento do trabalho das Comissões. Preferirei, em função do adiantado da hora, que não nos manifestemos quanto a essa matéria. Não quero, todavia, encerrar a reunião sem garantir a palavra aos Srs. Conselheiros que queiram utilizar dela e, em seguida, garantir a palavra a qualquer representante da sociedade civil que queira se manifestar sobre qualquer das matérias tratadas aqui no Conselho.

Pergunto se algum Conselheiro ainda deseja se manifestar na presente reunião. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O Sr. Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil) – Tive oportunidade de conversar com o Presidente por telefone, precisando agendar, em relação ao ofício que recebemos do Deputado Orlando Fantazzini, a vinda dele aqui. Fui perguntado na semana passada sobre esse agendamento e gostaria de saber se podemos incluir para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Como o Conselheiro Ricardo Moretzsohn observou, hoje não teria dado mesmo tempo. Então quanto à sua proposta, a Presidência não tem nenhuma oposição a que a ordem do dia da próxima reunião comece com o Deputado Orlando Fantazzini.

Os que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Peço que o Dr. Paulo providencie o ofício e encarregue o Conselheiro Dr. Ricardo Moretzsohn para entrar em contato com o Deputado e informar-lhe a data e o horário e se S. Ex^a estará à disposição do Conselho.

Passo à palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O sr. Geraldo Pereira dos Santos (Representante da categoria profissional de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, apenas como informação e para socializar esse fato, participamos, na última terça-feira, no Rio de Janeiro, do encontro promovido pelo Governo Federal a respeito do próximo PPA 2004/2007. Trata-se de um encontro que ocorreu em todos os Estados e o último será no Distrito Federal. Naquela ocasião citamos a importância do trabalho do Conselho de Comunicação como outros pontos. Coloco isso porque talvez seja o momento daquela nossa outra preocupação das parcas e muito pequenas condições de financiamento para o funcionamento do Conselho, se não seria o momento de retomar essa questão e encaminhar ao Presidente do Congresso Nacional um estudo detalhado e embasado para que essa matéria seja apreciada **in totum** ou em parte e que haja mais condições de funcionamento do Conselho em todos os sentidos, inclusive de visibilidade, algo que é muito questionado, pois o Conselho não tem visibilidade nos quatro cantos deste País.

De antemão, digo ao senhor, que não faço questão nenhuma de participar desse trabalho, mas é o momento porque vai começar a ser discutido o próximo PPA 2004/2007. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Excelente a participação do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos. Vamos levar em conta. Saberemos usar a presença daqueles que se colocaram à disposição.

Acaba de chegar às minhas mãos um convite para participação do Congresso da ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. Esse é um tema que tem preocupado muito ao Conselho. Essa reunião será realizada em Brasília nos dias 24, 25 e 26 de agosto.

Se algum dos Srs. Conselheiros quiser representar o Conselho nessa reunião, o Conselho terá muito prazer de nomear o representante. Se não têm interesse, vou nomear alguém de Brasília; mas se alguém tiver interesse, com o maior prazer.

O Sr. Geraldo Pereira dos Santos (Representante da categoria profissional de cinema e vídeo) – Eu tenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Se não houver oposição, o Conselho nomeia seu representante o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos para que em nome do Conselho nos represente no Congresso da Abraço.

E antemão, peço a V. S^a que faça uma exposição na próxima reunião do Conselho do andamento dos trabalhos.

Alguém mais do Conselho deseja se manifestar? (Pausa)

Alguém da sociedade civil quer usar da palavra no Conselho?

Duas pessoas. Por favor, identifique-se e manifeste-se.

A SRA. JULIANA ANDRADE – Meu nome é Juliana Andrade, sou assessora de comunicação da Deputada Terezinha Fernandes e recém-formada em jornalismo. Participo do Movimento pela Democratização da Comunicação.

Queria dar boa-tarde às senhoras e aos senhores presentes e dizer que os parabéns porque é a primeira vez que estou participando de uma reunião em que a sociedade civil tem direito à palavra. Esse é o primeiro ponto.

Particpei da reunião e, pelo que foi exposto, falou-se veementemente que rádios comunitárias, piratas, livres, educativas, todas elas derrubariam avião. Eu queria saber – não sei se foi relatado por alguém – em que parte do mundo isso é uma realidade, se algum avião caiu em qualquer lugar do mundo devido à interferência de uma rádio.

Eu também gostaria de ressaltar que não importa o caráter, Conselheiro Emanuel, de uma rádio, seja ela pirata, seja ela livre, seja ela comunitária, seja ela cidadã. O que temos de separar são as rádios que têm objetivos meramente comerciais, e já separamos. Penso que sabemos muito bem quais são essas. Essas são as exceções, não a regra. Temos de legalizar, trazer à tona e apoiar as rádios públicas, as rádios cidadãs. Esse é o modelo público que nos é garantido constitucionalmente.

Penso que o Conselho poderia começar também a discutir, nas próximas pautas, os meios públicos: a TV pública e a rádio pública, o que é isso e como vamos conseguir garantir esse direito da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço a participação da Sr^a Andrade.

Lembro mais uma vez que as reuniões deste Conselho são exibidas às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã pela **TV Senado**. As atas estão à disposição, com a gravação de tudo que foi exposto aqui, no **site** do Conselho e são publicadas no **Diário do Congresso Nacional**.

Houve um debate enormemente elucidativo sobre a matéria. Penso que a matéria foi esgotada aqui.

Entretanto, expresso à jovem que, pelos contatos que venho mantendo com os ministérios competentes, esse é um problema datado. A implantação da TV digital vai abrir um conjunto de canais que, prova-

velmente, democratizará de vez essa questão. O espectro eletromagnético vai ter espaço para quem quiser. Portanto, como a expectativa é a de que, por volta de três anos, já estejamos com a TV digital implantada, o que precisamos é resolver a convivência nesses três anos. Daqui a três anos, esse problema vai desaparecer, com uma tecnologia digital que garanta a oferta de tantos canais, que, provavelmente, vamos poder dar canal a todos que quiserem um canal de rádio comunitária e também de TV comunitária, que é um problema ainda mais grave que a rádio. Enquanto na rádio ainda é possível comprimir a faixa de som a um raio de 500m, na TV a faixa de compressão somente permite comprimir o raio a 7km, o que significa dizer, se entendi bem, que o máximo de compressão é de 14km. Uma TV comunitária abrangeria 14km, o que significa dizer que quase todas as cidades brasileiras se esgotariam com uma única TV comunitária. Isso tudo será superado com a tecnologia digital.

Penso que mais alguém da sociedade civil pediu a palavra. (Pausa.)

Por favor, o senhor se identifique. Pode falar.

O SR. SEBASTIÃO CÂNDIDO JÚNIOR – Boa-tarde.

Meu nome é Sebastião Cândido Júnior. Sou Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádios e TVs educativas, aqui em Brasília.

O que me trouxe hoje aqui foi à informação de que haveria algumas considerações sobre TV comunitária. Como não houve tempo para este assunto ser tratado, eu gostaria de tecer algumas considerações a respeito da TV comunitária.

Há muito tempo venho implantando retransmissoras educativas em todo o Brasil. Já que existem em todas as cidades brasileiras canais de TVs educativas, não haveria nenhum problema, então, na implantação das TVs comunitárias.

Sobre as rádios comunitárias educativas, penso que seja uma idéia excelente do Governo Federal instituir as rádios comunitárias. Contudo, na minha opinião, bastaria que o Governo Federal, já que existem em quase todas as cidades brasileiras canais destinados às rádios educativas, aproveitasse esses canais educativos existentes no plano básico e os entregasse como se fossem TVs comunitárias. Isso não geraria tantos problemas como os que estão ocorrendo hoje e que estão sendo citados, no que diz respeito à interferência das rádios comunitárias em meio de navegação aérea.

Eu gostaria apenas de me expressar desta forma. Concorro plenamente com a idéia do Governo e lamento que o Governo Federal tenha instituído as rádios educativas, mas, ao mesmo tempo, não estava aparelhado para fazer a fiscalização desses meios de comunicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Agradeço a manifestação do Sr. Sebastião Cândido. Advirto o companheiro de que na próxima reunião do Conselho estaremos votando o parecer de um projeto de lei que trata da TV comunitária.

As reuniões do Conselho realizam-se sempre nas primeiras segundas-feiras de cada mês, às 14 horas. Os que tiverem interesse nesse tema poderão estar presentes.

Alguém mais da sociedade civil deseja se manifestar? (Pausa.)

Não havendo, indago se algum Conselheiro tem mais alguma observação?

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, recebendo agora o expediente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, vemos que ele foi dirigido a D. Márcia Lyra, nossa Secretária, e que na realidade o expediente pretende a participação de um membro do Conselho nessa audiência pública a se realizar no dia 12 de agosto, no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – E seria sobre...

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sobre o projeto do Sr. Orlando Fantazzini, de nº 5.815, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Já designei o Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, independente da vinda dele aqui, o Ricardo irá.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Sem dúvida. Eu já o havia designado na outra reunião. Eu me comuniquei com V. Ex^a...

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Está havendo uma confusão. Eu tenho de verificar, para saber se terei problemas de agenda para estar aqui no dia 12.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – tenho muito claro na memória que conversei com V. S^a, considerando que era a pessoa mais qualificada para tratar dessa matéria e que o Conselho se sentiria muito bem representado. Eu perguntei se haveria por parte de V. S^a algum impedimento. V. S^a disse que com o maior prazer participaria.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Mas não se tratava desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Eu estava falando sobre isso.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Mas eu não ouvia sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Houve uma interferência. V. S^a, contudo, já foi nomeado e oficiado como representante do Conselho, com o apoio do Conselho.

Alguém mais deseja se manifestar? (Pausa.)

Na primeira segunda-feira de setembro, em primeiro de setembro, nos reuniremos.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 6ª REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2003, A SEREM PUBLICADOS, JUNTAMENTE COM A ATA E NOTAS TAQUIGRÁFICAS, NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL:

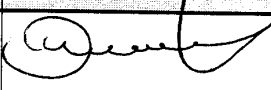
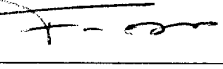
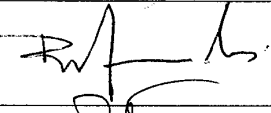
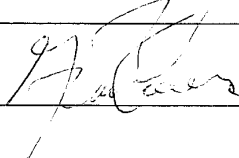
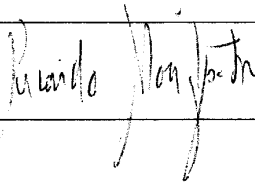
- 1) Lista de Presença (1 folha)
- 2) Expediente do Embaixador de Portugal, Antonio Franco (1 folha)
- 3) Ofício nº 818/2003/CMPRR/CMPR/SCM/PR-ANATEL, do Presidente da Anatel, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira (1 folha)
- 4) Ofício nº 11032/2003/MPF/PR/SP/SOTC, da Procuradora da República, Dra. Eugênia Augusto Gonzaga (6 folhas)
- 5) Expediente com comunicado de renúncia do Sr. Carlos Roberto Berlink ao cargo de Suplente de representante de empresas da imprensa escrita do Conselho de Comunicação Social (1 folha)
- 6) Expediente com indicação do Sr. Sidnei Basile para o cargo de suplente da representante de empresas da imprensa escrita do Conselho de Comunicação Social (1 folha)
- 7) Ofício OF-CONV nº 209/2003, do Deputado Gilvaldo Carimbão, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados (1 folha)
- 8) Ofício nº 875/2003, do Presidente do SF, Senador José Sarney, encaminhando PLS nº 109, de 1995 (1 folha)
- 9) Expediente da Coordenação Nacional – Regional Centro-Oeste da ABRAÇO, José Luiz do Nascimento Soter (1 folha)

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6ª REUNIÃO DE 2003

LISTA DE PRESENÇA
EM 04 DE AGOSTO DE 2003, ÀS 14H,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO ¹
Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SORAES CARNEIRO	
II -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante das empresas de televisão		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
III -	PAULO CABRAL DE ARAÚJO Representante de empresas de imprensa escrita		CARLOS ROBERTO BERLINCK	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social		MIGUEL CIPOLLA JR.	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		FREDERICO BARBOSA GHEDINI	
VI -	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA Representante da categoria profissional dos radialistas		ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO Representante da sociedade civil		MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	
IX -	ALBERTO DINES Representante da sociedade civil		ANTÔNIO DE PÁDUA TELLES DE CARVALHO	
IX -	JAYME SIROTSKY Representante da sociedade civil		JORGE DA CUNHA LIMA	
IX -	CARLOS CHAGAS Representante da sociedade civil		REGINA DALVA FESTA	
IX -	RICARDO MORETZSOHN Representante da sociedade civil		ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE	

Sua Excelência
O Presidente do Conselho de Comunicação Social
do Congresso Nacional
Deputado José Paulo Cavalcanti Filho
Brasília – DF

Brasília, 26 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Atendendo ao pedido que me foi feito por Vossa Excelência, tenho a honra de junto remeter a seguinte documentação:

– cópia do **Diário da República** nº 160, de 14 de julho de 1998, contendo o texto da Lei nº 31-A/98, que aprova a Lei da Televisão;

– cópia da proposta de alteração a Lei da Televisão, de 16 de maio de 2002.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de minha elevada estima e consideração. – **Antônio Franco**, Embaixador de Portugal.

Ofício nº 818/2003/CMPPRR/CMPPR/SCM/PR– ANATEL

Brasília, 30 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor
José Paulo Cavalcanti Filho
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Senado Federal – Secretaria-Geral da Mesa
Ed. Principal, 1º andar
70165-900 – Brasília/DF

Senhor Presidente,

A propósito da solicitação desse Conselho ao Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa desta Agência, durante a reunião ocorrida em 2 de junho de 2003, encaminho a Vossa Excelência a relação de canais de televisão classe “C”, de potência adequada para cobertura somente da localidade-sede de município de outorga, que foram inseridos no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF – PBTV, por meio da Resolução nº 291, de 13-2-02, publicada no **Diário Oficial** da União do dia 15 subsequente, e que reflete a preocupação da Agência em incentivar a valorização da cultura local, propiciando um meio apropriado para a sua divulgação.

2. Trata-se de 2.770 (dois mil, setecentos e setenta) canais, todos vagos, distribuídos em todo o território nacional e em todas as unidades da Federação, conforme constam do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF – PBTV, acessível na página da Anatel: <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom/consplanobasico/>.

Atenciosamente, – **Luiz Guilherme Schymura de Oliveira**, Presidente.

Ofício nº 11032/2003IMPF/PR/SP/SOTC
Ref: Expediente nº 1.34.001.002437/2002-12
(Favor mencionar o número em referência na resposta ou em outras correspondências)

São Paulo, 4 de julho de 2003

À ilustríssima Senhora

Drª Marcia Lyra Nascimento Egg
Diretora da Subsecretaria de Apoio
a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Secretaria Geral da Mesa– Edifício Principal– Senado Federal
Brasília– DF
CEP. 70165-900
Tel. : (61) 311 4561; 311 4552

Ilustríssima Senhora,

Os autos em epígrafe têm por objeto o seguinte tema: “PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. Acompanhamento das abordagens do tema na mídia”.

Assim, é o presente para indagar acerca de eventual projeto do Conselho de Comunicação Social em se adotar medidas para a correta abordagem do tema “Pessoa Portadora de Deficiência” na mídia.

Lembramos, por oportuno, do triste exemplo da forma como inicialmente a questão dos Portadores de Síndrome de Down foi tratada na novela “Coração de Estudante” exibida pela Rede Globo de Televisão, também objeto do Expediente acima indicado (vide recomendação em anexo).

Outrossim, encaminho-lhe um exemplar do Manual da Mídia Legal, obra que traz reflexões sobre como colocar a comunicação a serviço da inclusão das pessoas com deficiência.

Atenciosamente,

Eugênia Augusta Gonzaga Fávero. – Procuradora da República.

RECOMENDAÇÃO Nº 18/2002/MPF/SP

O Ministério Público Federal, pela Procuradora da República subscritora, no exercício de suas atribuições institucionais, com assento nos artigos 127, 129 da Constituição Federal, c.c. o artigo 6º, incisos VII, alínea c da Lei Complementar nº 75/93,

Considerando:

- que na data de 11 de maio de 2002, na novela CORAÇÃO DE ESTUDANTE, foi exibido diálogo entre uma gestante e sua ginecologista, em que a segunda aconselhava à primeira que fizesse exame genético capaz de detectar eventual deficiência do feto;

- que em tal diálogo, a possibilidade de deficiência que preocupava parecia ser a de Síndrome de Down, no entanto o termo utilizado pela médica foi “mongolismo” e pela gestante foi “mongolóide”, apontando a deficiência como uma “doença”;

- que o Ministério Público Federal recebeu representação da Associação Mais 1 acerca de tais fatos e, em tal documento existem ponderações absolutamente pertinentes sobre a impropriedade e efeitos danosos de tal abordagem da Síndrome de Down;

- que consta que o termo mongolismo, utilizado em 1866, vem sendo repudiado por toda a comunidade de pais pois tem caráter vexatório e estigmatizante; também foi repudiado pelos médicos da Mongólia, em 1970, pois o termo "mongolismo" foi usado no século passado no sentido de raça inferior e de involução da espécie;

- que a Síndrome de Down não é uma doença, mas sim um acidente genético. Identificá-lo como doença pode se fazer supor que alguém possa "pegar" a Síndrome;

- que consta ainda a informação, extraída do **site** da novela de que no capítulo de 14 de maio de 2002, quarta-feira, será cogitado sobre o aborto em razão da deficiência e que "Edu irá levar o filho para conhecer um centro de desenvolvimento para crianças portadoras de Síndrome de Down";

- que a preocupação da entidade é no sentido de que a "simples suposição de que é justificável abortar um feto que tem Síndrome de Down não é ético e nem legal; que a "tal visita a um centro de desenvolvimento" também merece atenção pois os pais, escolas e Ministério Público, têm lutado "pela inclusão de todas as crianças com necessidade especiais em escolas regulares (inclusive por força de lei) Apresentar o tal centro pode levar a sociedade a crer que o melhor é realmente excluir essas pessoas e deixá-las circunscritas a locais onde elas não 'atrapalhem' a sociedade"; que, cientes da "força e da penetração de um veículo de comunicação como a TV Globo", esperam que ela seja "utilizada para levar mensagens, no mínimo, corretas";

- que o Ministério Público Federal concorda com a necessidade de total atenção para esta abordagem pois, ao mesmo tempo em que pode ser muito benéfica para as famílias e pessoas com Síndrome de Down, eventuais distorções poderão prejudicar de forma incomensurável o enorme trabalho que vem sendo desenvolvido em prol da inclusão destas pessoas e de eliminação do preconceito atualmente existente;

- que o uso do termo "mongolóide", tão arcaico, e qualquer outro que revele estigmas em relação às diversas deficiências, não poderia ter sido utilizado uma vez sequer, ainda que a intenção seja refletir o preconceito existente, uma médica, ginecologista, jamais poderia valer-se dele, neste caso, a novela teria demonstrado um modelo médico que não deve ser seguido, sem deixar isso claro para os telespectadores;

- que a solicitação de exames genéticos para detectar a Síndrome de Down durante a gravidez, na maioria das vezes, tem por finalidade decidir sobre

eventual aborto, o que fere nossa legislação penal, já que a deficiência do feto não é causa que autoriza a interrupção da gravidez, assim, tal conduta revela prática de crime e não pode ser tratada como uma opção da gestante e seu médico, sem que as consequências penais fiquem absolutamente claras;

- que a política de atendimento de pessoas com deficiência em locais segregados, vem sendo revista no mundo todo, e a meta de uma escola que atenda a todas as crianças, dita "inclusiva" consta de diversos documentos internacionais;

- que no Brasil, o direito da pessoa com deficiência de não ser segregada ou diferenciada com base na deficiência, tendo acesso a qualquer escola, como qualquer outra criança, é garantido em nosso ordenamento jurídico, conforme artigo que consta da página 15 e seguintes da apostila que segue anexa;

- que o atendimento segregado não pode ser reforçado, de qualquer forma, pois a nova política, além de ser garantida em lei, é objeto de lutas constantes de muitos pais e de atuação do Ministério Público Federal e nos Estados já que o descumprimento, por parte de órgãos públicos, instituições de ensino regular, particulares e instituições de ensino especial, tem sido ainda muito grande;

- que este descumprimento ocorre, muitas vezes, pela novidade de uma escola com tanta diversidade em cada uma de suas turmas, o que exige uma revisão do modelo atualmente existente, mas não autoriza que os veículos de comunicação reforcem modelos de atendimento ultrapassados e que ferem princípios da isonomia e da não discriminação;

- que tramita pelo Ministério Público Federal em São Paulo, em conjunto com o Ministério Público Estadual, o inquérito Civil Público nº 05/2000, que aborda os diversos aspectos da inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, desde a preparação de professores, destino de verbas para instituições especiais, até a ausência e atraso do Ministério da Educação na emissão de normas que dêem apoio técnico adequado às escolas, em consonância com nosso ordenamento jurídico;

- que, segundo nossa Constituição Federal, art. 221, a programação das emissoras de rádio e televisão devem atender aos princípios da preferência por finalidades educativas, informativas, de respeito aos valores éticos sociais da pessoa e da família, entre outros assim, não poderia veicular informações que reforcem preconceitos e condutas discriminatórias;

Recomenda

a Vossa Senhoria, na qualidade de diretor da novela "Coração de Estudante", que determine providências no sentido de que não seja exibida qualquer cena que demonstre atendimento segregado de pessoas portadoras de deficiência, bem como que as

próximas cenas relativas ao tema tenham o conteúdo educativo que se espera, e não de reforço de estigmas que pretendem ser eliminados no mundo todo.

Informa que a presente recomendação é feita em caráter de urgência, sendo que a representação

será regularmente distribuída, após o que Vossa Senhoria será devidamente informado e contatado para providências futuras.

São Paulo, 14 de maio de 2002. – **Eugênia Augusta Gonzaga Fávero**, Procuradora da República.

Associação Nacional de Editores de Revistas

FUNDADA EM 1986

FILIADA A FIPP - FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE LA PRESSE PÉRIODIQUE

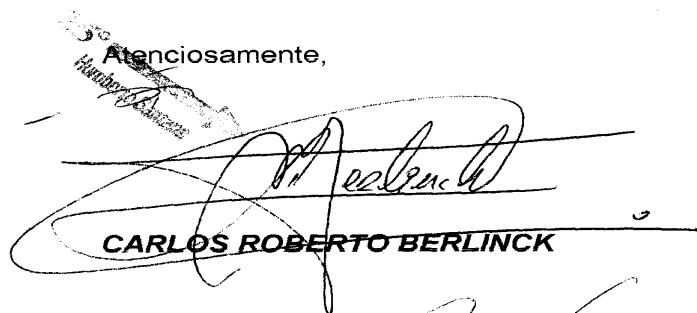
São Paulo, 16 de julho de 2003

Ilmo Sr. José Paulo Cavalcanti Filho
D.D. Presidente do Conselho de Comunicação Social
A/C da Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal
Ref.: Comunicação de Renúncia

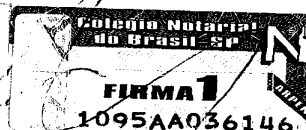
Prezado Sr. José Paulo

Como Ex-Presidente da ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas, venho comunicar ao Conselho de Comunicação Social de acordo com o capítulo 3, artigo 08 do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social minha renúncia ao cargo de Suplente do representante de empresas da imprensa escrita.

Atenciosamente,


CARLOS ROBERTO BERLINCK

RECEBIMOS DE NOTAS DA CAPITAL - SP
22/07/2003
RECONHECO, por semelhança (001) firma(s) de:
CARLOS ROBERTO BERLINCK
SAO PAULO, 22/07/2003. EM TESTEMUNHO DA VERDADE.
OSEAS LOPES LIMA-FRANCISCO COLEONI-CARLOS E. CELESTINO-WAGNER J. DA SILVA
AILTON M. DA SILVA (ESCREVENTES) Custas: R\$ 12,07 - - - - CARIMBO: 623741





Associação Nacional de Editores de Revistas
FUNDADA EM 1986
FILIADA A FIPP - FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE LA PRESSE PÉRIODIQUE

São Paulo, 16 de julho de 2003

Ilmo Sr. José Paulo Cavalcanti Filho
D.D. Presidente do Conselho de Comunicação Social
A/C da Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal
Ref.: Indicação de Membro ao Conselho

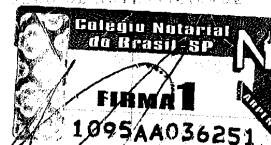
Em decorrência da renúncia de Carlos Roberto Berlinck – ex-presidente da **ANER** do cargo de Suplente da representação de empresas da imprensa escrita, venho como atual Presidente da mesma, indicar o **Sr. Sidnei Basile** para substituição do cargo em referência.

Agradeço a sua colaboração,


CARLOS DOMINGO ALZUGARAY
Presidente da ANER

25ª FARELHA DE NOTAS DA CAPITAL DE
Rua Afonso de Albuquerque, 2399 - Tel. (011) 3030-9393

RECONHECIDO por semelhança 0001 firma(s) de:
CARLOS DOMINGO ALZUGARAY
SAO PAULO, 23/07/2003. EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE.
OSEAS LOPES LIMA-FRANCISCO COLEONI-CARLOS E CELESTINO-WAGNER J. DA SILVA
AILTON M. DA SILVA(ESCREVENTES) Custas: R\$ 000,02,07 ----- CARIMBO: 624271



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

OF-CONV. Nº 209/2003

Brasília, 22 de julho de 2003

Senhora Diretora,

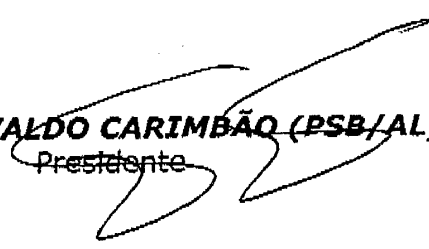
Em Reunião Ordinária Deliberativa realizada no dia 04/06/2003, foi aprovado, por unanimidade, Requerimento nº 147/2003, de autoria dos Deputados LUIZ BITTENCOURT E CELSO RUSSOMANNO propondo a realização de reunião de audiência pública destinada à **"DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 5.815/2001 - DO SENHOR ORLANDO FANTAZZINI - "QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS EXPLORADORAS DE SERVIÇO DE RADIOFUSÃO DE SONS E IMAGENS TORNAREM DISPONÍVEL SERVIÇO GRATUITO DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO À POPULAÇÃO PARA OS FINS QUE MENCIONA"**.

Em face do exposto, convido V.Sa a participar, na **qualidade de expositora**, da referida reunião de audiência pública, a realizar-se no dia **12/08/2003 (terça-feira) às 14:30h**, no **Plenário nº 8**, localizado no **Anexo II, Câmara dos Deputados**.

Agradecendo antecipadamente a atenção de V. Sa, colocamos a sua disposição os telefones (0xx61) 318-6930 e 318-6935 e o fac-símile (0xx61) 318-2146 para confirmação e esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Deputado **GIVALDO CARIMBÃO (PSB/AL)**
Presidente



A Sua Senhoria a Senhora

MÁRCIA LIRA

Diretora do Conselho de Comunicação Social – Congresso Nacional

Tel: 311-4561 / 311-4552 Fax: 311-1833

OF.SF.Nº 875/2003

Brasília, 10 de junho de 2003

Ilmº Sr.

Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Senado Federal

Senhor Presidente,

Atendendo ao Ofício CI nº 18, de 10 de junho corrente, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, encaminho a V. Sª. o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, que “dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens”, solicitando-lhe parecer sobre a matéria.

Tendo em vista que o Regimento Interno do Conselho é omissivo quanto ao prazo para apresentação de parecer, e considerando-se que o prazo regimental de quinze dias úteis dado às Comissões para o mesmo fim não se aplica a esse Colegiado, pois este se reúne uma vez por mês, mantenho decisão tomada pela Presidência desta Casa relativamente aos Projetos de Lei do Senado nºs 175/2001 e 575/1999, no sentido de conceder o prazo de até duas reuniões para que o Conselho se manifeste sobre a proposição. Vencida essa etapa, a matéria deverá retornar à supracitada Comissão para apreciação do relatório do Senador Gerson Camata.

Cordialmente, Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

**ABRACO Nacional**

Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária

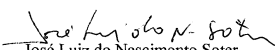
Brasília, 21 de julho de 2003.

Excelentíssimo Senhor
José Paulo Cavalcanti
MD Presidente Conselho de comunicação Social

A ABRACO estará realizando o seu V Congresso Nacional, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2003, em Brasília, quando reunirá 350 delegados de 23 entidades estaduais para discutir assuntos relativos à organização das rádios comunitárias no Brasil e a relação com o Governo LULA.

Tendo em vista a importância que o Conselho de Comunicação Social tem para a democratização das comunicações no Brasil inclusive por meio da instalação da Comissão de radiodifusão Comunitária, temos a honra de convidá-lo para a abertura do congresso, no dia 24 de agosto, às 19 horas, no Teatro Plínio Marcos – SDC – atrás da Torre de TV, em Brasília, conforme programação em anexo.

Contando com a presença de Vossa Excelência, aguardamos retorno.


José Luiz do Nascimento Soter
Coordenação Nacional – Regional Centroeste
Comissão Organizadora

Entidades filiadas:

ABRACO ACRE; ABRACO AMAPÁ; ABRACO ALAGOAS; ABRACO PARAIBA; ABRACO RONDÔNIA; ABRACO PARAÍBA; ABRACO PERNAMBUCO; ABRACO PIAUI; ABRACO MARANHÃO; ABRACO CEARÁ; ABRACO RIO GRANDE DO NORTE; ABRACO SERGIPE; ABRACO BAHIA; ABRACO TOCANTINS; ABRACO MATO GROSSO; ABRACO DISTRITO FEDERAL; ABRACO GOIÁS; ABRACO MINAS GERAIS; ABRACO SÃO PAULO; ABRACO SANTA CATARINA; ABRACO RIO GRANDE DO SUL.

SDS – Bloco “O” Edifício Venâncio VI Sala 413, Cap: 70.393-900 – Brasília - DF
Fone: 30364996; e-mail: abraconacional@best.com.br - CNPJ: 01.674.953.0001-06

*Declarado em 04/08/2003,
in 15h05.
Declarado
(305)*

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – representante da sociedade civil) – Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h28min.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52^a LEGISLATURA)

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cludes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Subcomissão Permanente de Proteção dos
Cidadãos Brasileiros no Exterior

PRESIDENTE: Senador
VICE-PRESIDENTE: Senador

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3546
E-mail: sscomcre@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 13.08.2003)

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.08.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMA
(Vago) ⁸		
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁷	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (aguardando definição)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



EDIÇÃO DE HOJE: 250 PÁGINAS